

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

RODRIGO DE LUIZ BRITO VIANNA

**Lanças e fuzis:
a guerrilha em busca da nação**

luta armada e disputa pelos símbolos nacionais na América Latina, nos anos 1960/1970
– a trajetória do MLN-T no Uruguai e do PRT-ERP na Argentina

São Paulo

2024

RODRIGO DE LUIZ BRITO VIANNA

**Lanças e fuzis:
a guerrilha em busca da nação**

luta armada e disputa pelos símbolos nacionais na América Latina, nos anos 1960/1970
– a trajetória do MLN-T no Uruguai e do PRT-ERP na Argentina

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Stella Maris Scatena Franco

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V6171 Vianna, Rodrigo de Luiz Brito
Lanças e fuzis: a guerrilha em busca da nação -
luta armada e disputa pelos símbolos nacionais na
América Latina, nos anos 1960/1970 (a trajetória do
MLN-T no Uruguai e do PRT-ERP na Argentina) /
Rodrigo de Luiz Brito Vianna; orientadora Stella
Maris Scatena Franco - São Paulo, 2024.
358 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Guerrilha. 2. Nacionalismo . 3. PRT-ERP
Argentina. 4. Tupamaros Uruguai. 5. América Latina.
I. Franco, Stella Maris Scatena, orient. II. Título.

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. **Lanças e fuzis: a guerrilha em busca da nação – luta armada e disputa pelos símbolos nacionais na América Latina, nos anos 1960/1970 (a trajetória do MLN-T no Uruguai e do PRT-ERP na Argentina).**

Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2024.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Maria Ligia Coelho Prado,
sem a qual esta tese não existiria.

À minha família, aos amigos queridos e
aos parceiros de jornada intelectual e política,
que compõem a nação dos afetos.

Às brasileiras e aos brasileiros que
não desistiram de pensar a nação
nem de lutar-sonhar.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria avançado sem a insistência de Maria Ligia Coelho Prado. Tive a felicidade de ser por ela orientado no mestrado, quando retomei as atividades acadêmicas duas décadas depois de concluir a graduação. Foi Ligia quem sugeriu, ainda em 2015, ao fim da dissertação, que eu transformasse a ideia embrionária de um estudo sobre a esquerda revolucionária e a questão nacional em tese de doutorado. “Um tema relevante você já tem; busque documentos, estude mais, escreva, não deixe para depois”, foi a recomendação da professora. E hoje vejo que tinha absoluta razão. Se eu tivesse parado, para esperar “um melhor momento”, esta tese não existiria.

Não bastasse o incentivo inicial, ela fez a gentileza de me encaminhar para outra grande mestra na História da América Latina: como Ligia estivesse encerrando formalmente as atividades como orientadora, sugeriu que, no doutorado, meu trabalho ficasse aos cuidados de Maria Helena Rolim Capelato. Foram três anos muito proveitosos, entre 2016 e 2019. Agradeço imensamente à Maria Helena, que indicou leituras certas, além de ajudar a construir hipóteses e a delimitar o recorte da pesquisa.

Foram inesquecíveis as reuniões em que ela me recebeu de forma sempre calorosa, entre xícaras fumegantes de café, para falar sobre história e também sobre as agruras do presente: o Brasil entrava numa fase terrível, com ataques à universidade e à ciência. A orientadora se transformava, então, na cidadã indignada, que naquele momento tinha a responsabilidade de presidir a Anpuh (Associação Nacional de História).

Hoje, penso no privilégio que tive ao ser orientado por duas professoras eméritas, no mestrado e no doutorado. Ligia e Maria Helena são referências nos estudos sobre América Latina em nosso país, e formaram gerações de novos pesquisadores e docentes, num ambiente em que a seriedade acadêmica jamais impediu o trato cordial e afetuoso.

Maria Helena conduziu este doutorando, com sabedoria e leveza, até o exame de qualificação. A banca, formada pelos professores Gabriela Pellegrino Soares (FFLCH-USP) e Igor Fuser (UFABC), fez importantes sugestões, que ajudaram a direcionar a fase final de pesquisa e escrita. Agradeço muito aos dois pelas valiosas contribuições.

Logo após a qualificação, uma série de obstáculos parecia ameaçar a conclusão da pesquisa: a deterioração do clima político no Brasil, os dois anos de pandemia e, por fim, dificuldades de ordem pessoal enfrentadas pela orientadora.

Em 2023, pude contar com a competente acolhida da professora Stella Maris Scatena Franco, que aceitou assumir a orientação nessa reta final. Sou muito grato à Stella pela

dedicação e pelas indicações de leitura e redação, cumprindo papel decisivo nos meses derradeiros de doutorado. Sem ela, também não existiria esta tese.

Nessa fase, retomei contato com a professora Ligia, que, de maneira informal, mas muito efetiva, deu incentivo e sugestões fundamentais para a finalização do trabalho. Aquela que ajudara a dar início à pesquisa esteve presente no momento da conclusão.

Agradeço também à professora Nilce Cristina Aravecchia Botas (FAU-USP), com quem divido o interesse pela América Latina e pelas questões nacionais. A bibliografia de sua disciplina, que cursei no doutorado, e a interlocução que se deu a partir de então ajudaram na definição das abordagens e na construção do texto final.

Em 2022, apresentei os resultados parciais da pesquisa no XV Congresso da ANPHLAC (Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas), em Foz do Iguaçu-PR. Sou grato a todos que, no congresso, dividiram comigo suas impressões sobre a tese, bem como aos colegas do LEHA (Laboratório de Estudos de História das Américas) e ao grupo de orientandos da Stella, pela valiosa colaboração.

Durante a fase de trabalho de campo, foi importante a ajuda de uma série de pessoas. Besna Yacovenco e Ricardo Abreu (Alemão) indicaram contatos no Uruguai. Alejandra Bruschi dividiu bibliografia e outras informações sobre centros de pesquisa em Montevidéu, onde contei ainda com o apoio de Rony Corbo. Agradeço a eles, bem como à direção e aos funcionários do CEIU (Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos), na Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de la República – que conta com um bem estruturado arquivo em que realizei a maior parte da pesquisa documental sobre o MLN-T, na capital uruguaia, em 2016. Deixo meu agradecimento também a David Cámpora (in memoriam), ex-guerrilheiro tupamaro, pela entrevista concedida numa manhã ensolarada em sua casa, no bairro de Buceo, a poucas quadras da praia.

Silvia Alegre compartilhou comigo seu conhecimento acerca da Argentina dos anos 1960/1970, bem como obras de referência sobre o período. Aline Lopes ajudou na busca de livros e documentos sobre o PRT-ERP, durante minha passagem por Rosário. Janaína de Almeida Teles, amiga desde a graduação na USP e hoje professora (UEMG) especializada em temas relacionados a Direitos Humanos e às ditaduras no Brasil e no Cone Sul, foi interlocutora em vários momentos, indicando também contatos em Buenos Aires, onde fui gentilmente recebido por Fabiana Rousseaux. Marcia Carmo, jornalista brasileira radicada na Argentina, ajudou na busca de livros e deu outras dicas importantes para minhas estadias portenhas. Sou grato a todas elas.

Agradeço ainda aos responsáveis pelo Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas) e pelo Archivo Nacional de la Memoria, vinculado à antiga ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada), em Buenos Aires, onde iniciei em 2017 a busca por documentos relativos ao PRT-ERP.

Em 2023, voltei à Argentina para nova rodada de pesquisas. Graças à ajuda de meu irmão Fernando Vianna e de minha cunhada Vanessa Dolce de Faria, mantive contato com o diplomata brasileiro André Saboia Martins. Agradeço a ele não só por ter sido ótimo anfitrião na capital argentina, como também por ter compartilhado seu conhecimento sobre a política e a história recente da Argentina e, principalmente, por ter facilitado o contato com o ex-militante do PRT-ERP Julio Santucho, a quem pude entrevistar numa gelada manhã em Buenos Aires, com a presença do André.

Sou grato ao Julio e ao sobrinho dele, Francisco, pela recepção em Santiago del Estero, onde conheci a cultura do norte argentino, dividindo ainda um assado com amigos da família Santucho, numa calorosa noite, além de saborear empanadas *santiagueñas* num almoço de despedida, antes de voltar a Buenos Aires em busca de mais documentos.

Meu reconhecimento a Nelson Russi, que fez a transcrição de entrevistas, e à Christianne Inglês de Sousa, pelo cuidadoso trabalho de revisão da tese. Minha gratidão a Don Ernesto e a Yuri de Carvalho, por informações sobre a guerrilha no Brasil.

Gostaria de agradecer também a um grupo de amigos que, mesmo sem envolvimento direto com a pesquisa, acompanhou meu esforço no doutorado ao longo desses anos: Eduardo Prestes, Felipe Sampaio, Grace Abdou, Gustavo Costa, Leandro Calixto, Luiz Carlos Azenha, Márcia Cunha, Marco Aurélio Mello, Mariana “Mainha” Amabis, Regina Terraz, Rogério Pacheco Jordão, Florestan Fernandes Jr. e Leonardo Attuch. Os dois últimos, colegas no intenso trabalho jornalístico em anos recentes, souberam compreender minhas ausências nos meses finais da pesquisa.

À Marcinha e ao casal Mainha/Felipe, faço ainda uma menção especial por terem cedido refúgios tão acolhedores no interior paulista, em Piracaia e São Bento do Sapucaí, onde encontrei paz e serenidade para dar forma final a uma pesquisa de tantos anos.

Por último, mas não menos importante, agradeço a meus pais, Geraldo e Márcia, sempre presentes, à minha irmã, Heloísa, a meus filhos queridos, André, Vicente e Francisco, e de forma especial à Teresa – companheira de idas e vindas, de vida e de leituras, por esse mundo adentro.

“O pensamento social liberal do Ocidente e o marxismo estão unidos pelo menos por uma coisa: cometeram o mesmo erro, pois ambos subestimaram o vigor político do nacionalismo.”

(Ernest Gellner, *Dos nacionalismos*)

“Os comunistas são acusados de querer abolir a pátria, a nacionalidade. Os trabalhadores não têm pátria. Não se lhes pode tomar uma coisa que não possuem [...] Na medida em que a exploração de um indivíduo por outro for abolida, também o será a exploração de uma nação por outra.”

(Marx e Engels, *Manifesto Comunista*)

“Habrá patria para todos, o no habrá patria para nadie.”

(lema do **MLN-T**, usado nos panfletos da guerrilha; a frase é atribuída a **Aparicio Saravia**, caudilho *blanco* do passado, símbolo do Uruguai *gaucho* e rebelde).

“El general San Martín y el comandante Guevara son nuestros máximos ejemplos.

[...]

A vencer o morir por la Argentina.”

(trecho do Programa do **ERP** apresentado em 1970)

RESUMO

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. **Lanças e fuzis: a guerrilha em busca da nação – luta armada e disputa pelos símbolos nacionais na América Latina, nos anos 1960/1970 (a trajetória do MLN-T no Uruguai e do PRT-ERP na Argentina).**

Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Esta pesquisa busca compreender por que, ao longo dos anos 1960 e 1970, grupos guerrilheiros de esquerda – herdeiros da tradição marxista, corrente de pensamento cosmopolita e que carrega a ideia de *progresso* como marca fundadora – passam a utilizar símbolos patrióticos e heróis nacionais do passado, em busca de legitimidade política. Os *tupamaros* de Artigas, a bandeira de San Martín, a espada de Bolívar: como essa simbologia do século XIX é resgatada por forças políticas que defendiam a revolução no século XX? É possível pensar na existência de uma esquerda romântica, que busca se conectar com as tradições? Não se trata de uma tese sobre a guerrilha em si, mas sobre a relação entre o nacionalismo e a esquerda revolucionária, com foco na região do Prata: MLN-Tupamaros e PRT-ERP são nossos estudos de caso. A pesquisa recupera a longa disputa de identidades nacionais no Uruguai e na Argentina, que opõe uma tradição *liberal e cosmopolita* a outra mais *nacional e agrária*. Tentamos compreender como o discurso nacionalista voltado para o passado – que começa pela direita, com a retomada da cultura *gaucha* e de símbolos recalcados pelo projeto liberal nos dois países – acaba sendo incorporado por uma *esquerda nacional* que se consolida nos anos 1950, e depois se espraia até grupos que pegam em armas para fazer a revolução. É uma tese que cruza elementos de História Política e História das Ideias, retoma conceitos como romantismo e nostalgia, recupera o debate sobre nação na tradição marxista e busca as longas linhas de formação da identidade nacional e do pensamento de esquerda na América Latina.

Palavras-chave: Tupamaros. PRT-ERP. Nacionalismo. Guerrilha. Argentina. Uruguai.

ABSTRACT

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. **Spears and rifles: the guerrilla in search of the nation - armed struggle and dispute for national symbols in the 1960s and 1970s Latin America (the trajectory of the MLN-T in Uruguay and the PRT-ERP in Argentina).**

PhD – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

This research seeks to understand why, throughout the 1960s and 1970s, left-wing guerrilla groups – heirs of the Marxist tradition, a cosmopolitan current of thought that carries the idea of progress as a founding mark, – began to use patriotic symbols and national heroes of the past in search of political legitimacy. Artigas' *tupamaros*, the flag of San Martín, Bolívar's sword: how is it possible that these 19th century symbols were reclaimed by political forces that defended the revolution in the 20th century? Could we conceive the existence of a romantic left, which seeks to connect with the traditions? This is not a doctoral dissertation about the guerrilla warfare itself, but the relationship between nationalism and the revolutionary left, focusing on the Plata region: MLN-Tupamaros and PRT-ERP are our case studies. The research accompanies the long conflict over national identities in Uruguay and Argentina, which opposes a liberal and cosmopolitan tradition to a more national and agrarian one. We seek to understand how the nationalist discourse – which started on the right, with the resumption of *gaucho* culture and symbols repressed by the liberal project in both countries – ends up being incorporated by a national left that consolidates in the 1950s, and then spreads to groups that take up arms to make the revolution. It is a doctoral dissertation that combines elements of Political History and History of Ideas, addresses concepts such as romanticism and nostalgia and reassess the debate about nation in Marxism and the long history of national identity and left wing thought in Latin America.

Keywords: Tupamaros. PRT-ERP. Nationalism. Guerrilla. Argentina. Uruguay.

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1** – *El Tupamaro*, número 2, janeiro de 1974 – reprodução de documento consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.....39
- Figura 2** – *Estrella Roja*, número 6, setembro de 1971 – reproducao de documento consultado em *El Topo Blindado*.....40
- Figura 3** – Fotos dos irmãos Sendic (fim dos anos 1920) e da mãe deles, Amalia (sem data) – arquivo de família.....106
- Figura 4** – Fotos de Raúl Sendic, em 1962: no casamento com Nilda; e ao lado de trabalhadores rurais de Bella Unión – arquivo de família..... 112
- Figura 5** – Panfleto do MRO, uma das organizações que deram origem ao MLN-T, 1965 – reproducao de documento consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República. 119
- Figura 6** – *Actas tupamaras*, edicao mexicana, 1981: reproducao da capa – livro consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República..... 128
- Figura 7** – Revista da JCR (Junta de Coordinación Revolucionaria), número 2, fevereiro de 1972: reproducao da capa e da contracapa – documento consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República. 131
- Figura 8** – Manifesto dos Tupamaros, 1971 – reproducao de documento consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República. 136
- Figura 9** – Foto do monumento a Artigas, na Plaza Independencia, Montevideú, 2016 – imagem registrada pelo autor da tese 140
- Figura 10** – *Juramento de los 33 Orientales* (óleo sobre tela, 1877), de Juan Manuel Blanes: quadro exposto no Museu de Bellas Artes, em Montevideú – fotografado pelo autor da tese em 2016..... 154
- Figura 11** – Artigas desenhado por Alfred Demersay (1847); e *Artigas en el Paraguay* (óleo sobre tela, 1873), de Eduardo Carbajal: obras expostas no Museu Histórico Nacional, em Montevideú – reproducao a partir das imagens publicadas em CAETANO, Gerardo (dir.); FREGA, Ana (coord.) *Uruguay – revolución, independencia y construcción del Estado (1808- 1880)*. Montevideú: Planeta/Fundación Mapfre, 2016..... 156
- Figura 12** – *Artigas en la puerta de la ciudadela* (óleo sobre tela, 1884), de Juan Manuel Blanes: obra pertencente ao Museu Histórico Nacional, em depósito na Casa de Gobierno, em Montevideú – reproducao a partir de imagem publicada em BARBOSA, Luciana Coelho. “Uma Imagem para a pátria: o retrato de Artigas por Juan Manuel Blanes” In: 19&20, v. XII, número 1. Rio de Janeiro, jan./jun. de 2017 157
- Figura 13** – Foto do mausoléu de Artigas, construído em 1977 pelos militares, 2016 – imagem registrada pelo autor da tese 161

Figura 14 – <i>El Tupamaro</i> , número 1, dezembro de 1973 – reprodução de documento consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República	163
Figura 15 – Panfleto da OPR-33, com imagem da bandeira dos 33 Orientales que foi roubada de museu, anos 1970 (data incerta) – reprodução de documento consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República	168
Figura 16 – Foto de Maurício Rosencof, Mario Benedetti e Daniel Viglietti juntos (data incerta).....	171
Figura 17 – Capa de manifesto do Movimiento 26 de Marzo, grupo ligado aos Tupamaros, com ilustração da espada de Bolívar, 1971 – reprodução de documento consultado em Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.....	178
Figura 18 – Fotos de comício em homenagem a Seregni e de cartaz com a convocação para a manifestação, Montevideú, 2016 – imagens registradas pelo autor da tese	180
Figura 19 – <i>Estrella Roja</i> , número 42, outubro de 1974 – reprodução de documento consultado em <i>El Topo Blindado</i>	197
Figura 20 – Foto da família Santucho reunida, Santiago del Estero, início dos anos 1960 – arquivo de família	208
Figura 21 – Foto de Francisco René, sem data – arquivo de família	211
Figura 22 – <i>Norte Revolucionario</i> , jornal da FRIP, setembro de 1964 – reprodução de documento consultado no Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).....	219
Figura 23 – Panfleto do PRT-ERP em homenagem aos “Héroes de Trelew”, 1973 – reprodução de documento consultado no Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).....	233
Figura 24 – Foto de Mario Roberto Santucho, Benito Urteaga e Enrique Gorriarán Merlo juntos em entrevista coletiva, 1973 – arquivo da família Santucho	240
Figura 25 – Foto de Mario Roberto Santucho e a segunda esposa, Liliana Delfino, com o filho Mario Antonio, fins de 1975 – arquivo de família	248
Figura 26 – Foto de placa na rua Absalón Rojas, Santiago del Estero, em homenagem aos cinco irmãos Santucho assassinados, 2023 – imagem registrada pelo autor da tese.....	277
Figura 27 – Foto de Omar, Raúl e Julio Santucho, em Santiago del Estero, 2023 – arquivo da família	281
Figura 28 – Foto de casa na rua Mitre, Santiago del Estero, onde viveu a família Santucho, 2023 – imagem registrada pelo autor da tese	282
Figura 29 – Foto de Francisco René na Livraria Dimensión, Santiago del Estero, fim dos anos 1950 – arquivo de família	283
Figura 30 – Foto de Francisco René Santucho (filho) com o livro do pai, Santiago del Estero, 2023 – imagem registrada pelo autor da tese	284

Figura 31 – Reprodução da capa do livro <i>Yo San Tucho</i> , lançado em 2023	285
Figura 32 – Composição de fotos da <i>Marcha de los Bombos</i> , em Santiago del Estero, 2023 – imagens registradas pelo autor da tese	287
Figura 33 – Foto de Julio Santucho, em Buenos Aires, 2023 – registrada pelo autor da tese	290
Figura 34 – Foto de Julio Santucho, Estela de Carlotto e outros, na antiga ESMA/Buenos Aires, 2023; e foto de Cristina Navajas, sem data – imagem registrada pelo autor da tese e arquivo de família	292
Figura 35 – Foto de Julio Santucho, em Buenos Aires, 2023 – imagem registrada pelo autor da tese.....	312
Figura 36 – Foto de David Cámpora, em Montevideú, 2016 – imagem registrada pelo autor da tese.....	323

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – ARMAS E SÍMBOLOS: A ESQUERDA INVADE OS MUSEUS	31
1.1 Revolução Cubana e Martí: o socialismo recupera o passado	43
1.2 Os longos anos 1960: época e sentimento.....	53
1.3 Nação: a história de um conceito e o debate na tradição marxista	62
1.4 Esquerda e nostalgia: as singularidades do Prata	74
1.4.1 Nostalgia, a história de uma ideia	75
1.4.2 Socialismo romântico na Europa e na América Latina	76
1.4.3 Revisionismo histórico e esquerda nacional na Argentina.....	82
1.4.4 O nacionalismo de esquerda no Uruguai.....	86
1.5 O caso brasileiro: outro caminho na busca pelo nacional	88
1.6 Local x universal: breve história de um longo debate.....	92
CAPÍTULO 2 –TUPAMAROS: A GUERRA PELA MEMÓRIA NO URUGUAI	97
2.1 Lanças e fuzis: a esquerda dialoga com um herói do século XIX.....	99
2.2 Antes das armas: a rebeldia no Uruguai profundo	102
2.2.1 Sendic, do campo para a cidade	103
2.2.2 A influência de Vivian Trías na formação do líder tupamaro	108
2.2.3 Sendic, da cidade para o campo	110
2.2.4 Os <i>peludos</i> , uma construção simbólica	113
2.3 A crise do <i>batllismo</i> e a criação do MLN-T.....	115
2.3.1 Primeiros combates	118
2.3.2 Organização urbana, inspiração rural.....	122
2.3.3 Ações de propaganda armada.....	126
2.3.4 Artigas nos documentos da guerrilha	133
2.3.5 Segunda independência	135
CAPÍTULO 3 – ARTIGAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL.....	139
3.1 Sonho feito de pedra: a criação de um mito	140
3.2. Identidade uruguaia: três momentos decisivos.....	142
3.3 Reação conservadora: o país “autêntico”	149
3.4 Glória e sombra: combates pela história	151
3.5 Herói de quatro faces: o pai da pátria em disputa	153
3.5.1 Um rosto para Artigas	155
3.5.2 O condutor da nação.....	157
3.5.3 Um líder em quatro tempos	160
3.6 Lenda vermelha: revolução e tradição na esquerda.....	162
3.7 Arte e cultura: em busca do povo uruguaio.....	168

3.8 Mariátegui e o MLN-T: aproximações.....	173
3.9 Tupamaros na Frente Ampla: balanço de uma trajetória	177
CAPÍTULO 4 – PRT-ERP: SÍMBOLOS E COMBATES PELA ARGENTINA	182
4.1 Em busca da nação	184
4.2 Vencer ou morrer: Che Guevara e San Martín.....	187
4.3 Passado e presente: a luta simbólica	191
4.4 PRT-ERP: origens	197
4.4.1 Trótsky e Perón na Palabra Obrera.....	199
4.4.2 Federalismo e indigenismo na FRIP	206
Francisco René, livros e ideias.....	209
Mario Roberto Santucho, do nacionalismo à revolução	214
4.5 PRT-ERP: caminhos e cisões	222
4.5.1 A ruptura com os morenistas.....	224
4.5.2 O perfil da militância.....	228
4.5.3 Fuga, terror e morte.....	231
Massacre de Trelew.....	232
4.5.4 Cámpora e Perón	239
Monte Chingolo.....	243
Cercos e aniquilação	246
CAPÍTULO 5 – ESQUERDA E PERÓN: A GUERRILHA EM SEU LABIRINTO	249
5.1 Perón, nacionalismo e revolução.....	251
5.2 San Martín no olimpo da pátria.....	254
5.3 Tríade mítica da política argentina.....	256
5.4 Esquerda nacional	259
5.5 Peronismo em armas	262
5.6 O longo mergulho em busca da nação.....	267
5.7 As lutas, o luto e outras impressões	276
5.7.1 Família dizimada.....	278
5.7.2 Sobreviventes	280
5.7.3 Vestígios.....	282
5.7.4 O retorno de um filho	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
REFERÊNCIAS	298
ANEXOS	312

INTRODUÇÃO

A bandeira do Exército dos Andes e a figura de San Martín; a espada do libertador Simón Bolívar; o estandarte dos patriotas de 1818 e a heroína chilena Javiera Carrera; o emblema dos “33 Orientales”, o Regulamento de Terras de 1815 e os *tupamaros* com suas lanças a lutar pela independência ao lado de José Artigas; os homens do povo que entregavam a vida nas batalhas contra os colonizadores, e assim se transformavam em heróis da pátria. Todos esses são símbolos que a historiografia tradicional e as elites políticas e intelectuais, que comandaram os processos de consolidação dos novos Estados nacionais na América Latina, utilizaram para buscar legitimidade e consenso, num esforço de construção das identidades nacionais que se tornou visível especialmente a partir da segunda metade do século XIX.

Como é então possível que, cento e cinquenta anos depois das guerras de independência, organizações revolucionárias de esquerda tenham voltado aos mesmos heróis e símbolos do passado, para legitimar a luta agora feita em nome do socialismo? Este é o objetivo desta pesquisa: olhar para grupos armados dos anos 1960/1970 – herdeiros da tradição marxista, uma corrente de pensamento cosmopolita e que carrega a ideia de *progreso* como marca fundadora – e tentar compreender o mergulho em direção às tradições nacionais que aparece no discurso e na prática de muitos desses movimentos.

Partimos de uma pergunta central: o discurso nacionalista adotado pelos guerrilheiros na América Latina, com o resgate de emblemas patrióticos que até então pareciam interessar mais às correntes políticas conservadoras, seria contraditório com a base ideológica universalista do marxismo? O que explica que Che Guevara e Artigas, Ho Chi Minh e San Martín, ou até Trótsky e Perón, surgissem lado a lado na galeria simbólica de grupos revolucionários do continente? A partir dessas indagações, formulamos hipóteses e buscamos traçar os caminhos do nacionalismo na região.

Este é um doutorado sobre a esquerda e o discurso nacionalista na América Latina da segunda metade do século XX, com foco específico em duas organizações guerrilheiras que atuaram na região do Prata: o Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (MLN-T), fundado no Uruguai em 1965, e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), criado na Argentina em 1970, como braço armado do Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), que passou então a ser conhecido como PRT-ERP. Mais adiante, deixaremos claro o motivo desse recorte de pesquisa.

Esta não é uma tese sobre estratégias de luta armada, ainda que ao longo dos capítulos que se seguem tenhamos que transitar pontualmente pelos debates sobre foquismo, guerra popular prolongada e outros temas que marcaram as ideias da esquerda revolucionária na segunda metade do século XX. Este, tampouco, é um trabalho que procura fazer o balanço sobre a ampla derrota sofrida pela esquerda armada latino-americana ao enfrentar ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos – ainda que esse seja um tema importante nas reflexões sobre a história recente do continente, deixando feridas e perguntas em aberto.

Nosso objetivo central é outro: estabelecer as relações possíveis entre o nacionalismo, com seus símbolos e heróis imaginados ou construídos, e a tradição socialista revolucionária. Ao olhar para os casos específicos do MLN-T no Uruguai e do PRT-ERP na Argentina, e para a forma como essas trajetórias se ligam às construções das identidades nacionais em disputa, pretendemos também ressaltar como o nacionalismo teve papel importante nas lutas políticas dos últimos cem anos na América Latina. Os aportes de Benedict Anderson, renovadores nesse campo, foram fundamentais para dar sustentação teórica à pesquisa, bem como as formulações de Eric Hobsbawm¹.

O debate sobre o Estado-nação, sobre o discurso nacionalista e tudo que ele envolve foi, a nosso ver, em parte negligenciado nos estudos acadêmicos das últimas décadas. Por isso, esta é uma tese que pretende chamar a atenção para a necessidade de se estudar mais o fenômeno do nacionalismo, para além de formulações simplistas que o apresentam como processo datado, sintoma de *atraso* ou simples fonte de mistificações.

Se é verdade que o discurso nacionalista extremado – especialmente em sua vertente essencialista, como veremos nos capítulos seguintes – deixa uma porta aberta para a falsificação histórica e a construção de mitologias racistas, não deixa de ser verdade que tanto liberais quanto marxistas mostraram-se muitas vezes incapazes de entender a importância das identidades nacionais nas disputas políticas dos últimos duzentos anos.

Ernest Gellner – autor de linha weberiana que também compõe nosso referencial teórico para abordar o nacionalismo – faz importante apontamento sobre o tema. Liberalismo e marxismo, as duas principais correntes de pensamento no mundo ocidental desde o século XIX, cometeram, segundo ele, o mesmo erro em relação ao nacionalismo: acabaram por subestimá-lo². As duas correntes – acrescentamos nós – fazem parte do mesmo movimento de ideias,

¹ Ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; e HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo – desde 1780*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

² Ver: GELLNER, Ernest. *Dos nacionalismos*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Edições 70, 2019, p. 61.

centrado nas noções de *progresso* e de um avanço inexorável das condições materiais da humanidade. Por isso, têm dificuldades para lidar com um tema que transita pelo campo dos sentimentos e das identidades, e não pelo terreno da eficiência econômica – tão cara ao liberalismo – ou da luta de classes – que nem sempre explica a força da ideia nacional.

O primeiro marxismo (de Marx e Engels) tendia a ver o nacionalismo como arena do inimigo, uma ferramenta a serviço da burguesia que avançava. O Estado nacional, no século XIX, de fato teve papel decisivo no desenvolvimento das economias centrais do capitalismo europeu; inclusive no caso da Alemanha, que, ao chegar atrasada ao movimento de centralização, contou com o Estado como protetor e indutor da industrialização. Parte do marxismo, como veremos adiante nesta tese, tendia a mirar para o discurso nacionalista como elemento acessório, que seria necessariamente superado pelo avanço das forças produtivas. Não foi o que se viu.

De outro lado, o discurso liberal dominante, ao longo dos séculos XIX, XX e até neste início do XXI, tende a repudiar o nacionalismo e o papel do Estado no desenvolvimento. Trata-se de uma construção discursiva defensiva, para impedir que as nações que chegaram mais tarde ao processo de desenvolvimento possam contar com o Estado como fator de proteção e organização dos mercados locais.

Na América Latina de meados do século passado, o projeto nacional se impôs a partir do Estado – com destaque para o Brasil e a Argentina. Na China governada pelo Partido Comunista ou na Coreia do Sul capitalista, jamais houve dúvida de que o desenvolvimento dependia do Estado centralizado. O nacionalismo cumpriu seu papel na construção de novos gigantes asiáticos. Na América Latina, foi deixado pelo caminho.

Essas são observações laterais com relação ao tema da pesquisa. Mas servem para deixar claro que esta tese tem a pretensão – também – de reforçar a necessidade de se estudar mais a nação, o nacionalismo e o papel do Estado-nação. Sem mistificação, mas também sem a lente ideológica do liberalismo (seja de esquerda ou de direita), que tende a apontar o Estado como obstáculo ao progresso e a louvar a chamada livre iniciativa como terreno de todas as virtudes. Ao classificar o nacionalismo necessariamente como ameaça, pode-se abrir mão de avaliar o tema em sua complexidade, incorporando acriticamente leituras que priorizam abordagens com ênfase na sociedade civil, ou apenas em perspectivas multiculturalistas.

Mais recentemente, estudos que tomam como ponto de partida os marcadores de raça e gênero renovaram a historiografia com temáticas e opções metodológicas que antes eram muito residuais. Consideramos essa ampliação fundamental. A ideia aqui não é invalidar essas vertentes, mas sim requerer a legitimidade de se voltar também ao tema da nação, inclusive

para refletir sobre como seu desabono deu-se simultaneamente à emergência de um modelo de globalização a partir de consensos neoliberais no final do século XX, que não por acaso contaram com o enfraquecimento dos Estados nacionais em regiões do planeta que foram incapazes de resistir a essa tendência.

Podemos dizer que esta tese nasceu como desdobramento da dissertação de mestrado sobre o Movimento 19 de Abril (o M-19, colombiano), apresentada em 2015, nesse mesmo programa de História Social da Universidade de São Paulo. Foi ali que nos deparamos com um grupo guerrilheiro que, em meados dos anos 1970, lançou-se ao combate alinhando os fuzis com a velha espada de Bolívar, roubada de um museu em Bogotá. Aquela guerrilha colombiana escolheu, como ato inaugural, o resgate de um símbolo patriótico, e assim entrou na luta pelo passado.

Nosso mergulho nos arquivos e na bibliografia, já na pesquisa prévia para o doutorado, indicou que o roubo da espada de Bolívar não tinha sido um fato pitoresco nem isolado no tempo. O M-19 não fora uma exceção, mas seguira a linha nacionalista e de disputa pela história que marcou diversas organizações guerrilheiras nesse período. No Equador, no Chile, na Argentina e no Uruguai, encontramos sinais semelhantes: a busca por símbolos nacionais mobilizava grupos guerrilheiros que, ao mesmo tempo, dialogavam com a tradição marxista. Assim se consolidou a ideia desta pesquisa.

Nossa hipótese inicial era de que esse movimento nacionalista na esquerda se explicava pela influência da Revolução Cubana, que, como se sabe, recuperou a figura de José Martí, herói do século XIX, antes de se declarar socialista – e assim ofereceu um modelo aos revolucionários latino-americanos. Mas logo ficou evidente que essa hipótese era insuficiente para explicar a intensa busca pelos símbolos nacionais empreendida por organizações guerrilheiras na segunda metade do século XX.

A retomada do passado nacional, empreendida por setores da esquerda, não surgiu do zero, apenas nos anos 1960. Foi um movimento que veio de longe. E, como dissemos, não ocorreu só na Argentina e no Uruguai. Num país como a Colômbia, já na década de 1930, comunistas e conservadores disputavam em atos de rua, e também em panfletos e publicações partidárias, a figura de Simón Bolívar³. Mas foi na região do Prata que a disputa pelo passado

³ Em 24 de julho de 1937, data que marcava mais um aniversário de nascimento de Bolívar, grupos comunistas e nacionalistas ultraconservadores entraram em choque em Bogotá, perto da Quinta de Bolívar (antiga residência do líder da independência, transformada em museu), disputando assim quem teria direito a reivindicar a memória do “Libertador”. No dia 17 de dezembro do mesmo ano, aniversário da morte de Bolívar, os comunistas publicaram em seu periódico *Tierra* um aviso aos militantes da direita Acción Nacionalista Popular (ANP): “*Sólo a ustedes*

adquiriu características estruturantes da sociedade, colocando em choque duas identidades, dois projetos de nação.

Argentina e Uruguai talvez tenham sido os países da América Latina em que elites liberais foram mais longe na construção de um programa de *civilização* que tinha como espelho declarado a Europa: a superação do passado de *barbárie* passava por apagar não só a presença indígena, mas também a herança agrária, a cultura *gaucha* e os traços caudilhescos – associados com a fase inicial de independência, em que a região se debateu em guerras civis, violência e *anarquia*. O objetivo era levar os países a padrões europeus, a partir de valores como: liberalismo político, educação pública e laica, economias abertas e integradas ao mundo capitalista.

Antes de seguir, vale ressaltar que o debate sobre o caudilhismo tem larga trajetória no Prata, e deve ser feito sem simplificações. Num importante balanço sobre o tema, no começo deste século, Noemí Goldman e Ricardo Salvatore indicam que, mesmo na geração de intelectuais que construíram a identidade liberal argentina, repudiando o caudilhismo, há nuances entre as abordagens de Domingo Faustino Sarmiento, Juan Bautista Alberdi, Bartolomé Mitre e Vicente López – para ficar apenas nos nomes mais conhecidos da fase de consolidação do Estado nacional naquele país⁴. Intelectuais de gerações seguintes – como José Ingenieros e José María Ramos Mejía – acrescentaram novas perspectivas ao debate, mantendo, no entanto, a crítica original que associava o caudilhismo à barbárie.

Nossa hipótese é que, por ter sido tão forte (e, de certa forma, tão bem-sucedida), a implantação da identidade liberal acabou gerando uma reação também profunda no sentido

señoritos sin conciencia y carentes de responsabilidad se les puede ocurrir robarse para biombo de sus fascitizantes empresas la sacra figura de Bolívar” (sobre o tema, ver AYALA DIAGO, César Augusto. *El porvenir del pasado: Gilberto Alzate Avendaño, sensibilidad leoparda y democracia – la derecha colombiana de los años treinta*. Bogotá: Fundación Gilberto Alzate Avendaño/Universidad Nacional de Colombia, 2007, pp. 295 e 369). Notemos que os militantes comunistas tratavam Bolívar como “figura sagrada” não só para a nação, mas também para a revolução colombiana.

⁴ Ver GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. “Introducción”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (compiladores). *Caudillismos rioplatenses, nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005. Entre os doze ensaios reunidos na obra acima citada (com temas variados, como: os *gauchos* e as *montoneras*, o rosismo e seus opositores, o federalismo e o projeto artiguista, entre outros), vale destacar o balanço historiográfico sobre o tema feito por Pablo Buchbinder. Ele indica, por exemplo, como Mitre adota em sua clássica obra *Historia de Belgrano* (que teve várias reedições) matizes diferentes para avaliar os chamados caudilhos provinciais: se na primeira edição a crítica de Mitre se dirige ao conjunto de líderes, depois ela se concentra em Artigas, como “prototipo del líder segregacionista” que teria favorecido a formação de um Estado independente que desafiava o centralismo portenho. Ao mesmo tempo, Mitre passa a valorizar caudilhos do chamado *litoral* – como Estanislao López e Francisco Ramírez – por haverem prestado importantes serviços nas lutas contra os espanhóis, e principalmente por não colocarem suas províncias em oposição “*al cuerpo mayor de la nación*” (BUCHBINDER, Pablo. “Caudillos y caudillismo: una perspectiva historiográfica”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (compiladores). Op. cit., pp. 34 a 37). Ou seja, se Sarmiento rechaçava o caudilhismo em sua totalidade, Mitre centrava sua avaliação nas razões de Estado: o caudilhismo que não se opusesse à ideia de uma nação argentina essencial e preexistente – base do pensamento mitrista – poderia ser até tolerado. Essa é apenas uma das nuances a se observar, a partir da análise detalhada de cada um desses autores que ajudaram a forjar a identidade nacional argentina na segunda metade do século XIX.

contrário. A figura do *caudillo*, o país agrário e as tradições hispanistas – que Sarmiento e outros tentaram superar ou subordinar ao projeto unitário e liberal – voltaram como símbolos de outra Argentina (e de outro Uruguai), que se desenhou nas formulações de intelectuais conservadores e nacionalistas nas primeiras décadas do século XX. Esse giro discursivo, como vamos mostrar em detalhe ao longo da tese, acentuou-se especialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando o espelho da Europa civilizada se quebrou, deixando aberto o caminho para a construção de outra identidade nacional que pudesse olhar para dentro, em busca de uma nação *profunda*.

Na Argentina, o retorno às tradições caudilhescas e à cultura *gaucha* levou a um movimento intelectual estruturado, a partir dos anos 1920 e 1930, que ficou conhecido como revisionismo histórico, estabelecendo um modelo identitário alternativo ao liberal – e que, bem mais tarde, seria em parte encampado por setores de esquerda, entre eles os grupos armados que são nosso objeto de estudo. Esse movimento teve repercussões também do outro lado do estuário, em terras uruguaias.

A opção por fazer – nesta tese – um recorte de pesquisa centrado no Prata tem a ver com esse longo movimento de disputa de identidades na região. Entendemos que essa característica específica das sociedades argentina e uruguaia permite que, ao nos debruçarmos sobre a trajetória de organizações armadas dos anos 1960/1970, possamos retroagir para refletir também sobre temas variados da História Política e da História das Ideias, que não dizem respeito apenas à tradição marxista, como nacionalismo, romantismo e nostalgia – entre outros.

Tomada a decisão de focar a região do Prata, o passo seguinte foi escolher os grupos guerrilheiros que seriam analisados. Do lado uruguaio, não houve dúvida quanto ao recorte: os Tupamaros foram a mais importante organização armada a atuar no país, espalhando sua influência por outras partes do mundo, até pela capacidade de comunicação ao priorizar ações de “propaganda armada” – como veremos adiante.

Já na Argentina, havia várias possibilidades. A primeira delas seria pesquisar os Montoneros: grupamento armado surgido a partir de organizações de base peronistas. Decidimos, no entanto, escolher outro grupo para o estudo de caso: o PRT-ERP era uma organização inicialmente filiada ao movimento trotskista internacional, que se definia como marxista-leninista e guardava distância do peronismo. A escolha pelo PRT-ERP teve exatamente este sentido: avaliar como o nacionalismo e o diálogo com símbolos patrióticos poderia influenciar até mesmo um grupo que fazia fortes críticas a Perón e, teoricamente, mantinha-se na trilha do marxismo universalista.

Do ponto de vista acadêmico, foi assim que a pesquisa se desenhou. Mas o trabalho que ora apresentamos é resultado também de uma soma de inquietações políticas e – claro –

peçoais. Pelo menos desde os anos 1980, a questão nacional já era foco de nosso interesse, ao observar a conjuntura brasileira e mundial.

Na saída da ditadura militar, a esquerda no Brasil se dividia em algumas vertentes. Com o velho Partido Comunista Brasileiro enfraquecido, duas forças tentavam se impor. De um lado, o trabalhismo, sob comando de Leonel Brizola, trazia na origem a marca nacionalista de Getúlio Vargas e João Goulart; herdeiro das batalhas pelo petróleo, das reformas de base e do discurso de construção de um Estado nacional independente, o brizolismo se apresentava como continuador do “fio da história” que se interrompera em 1964. Ao mesmo tempo, um novo campo, organizado em torno do PT e de Lula, procurava se diferenciar do trabalhismo histórico, e para isso atacava a herança varguista e direcionava seu discurso para as questões sociais, para a denúncia da desigualdade e para a necessidade de fortalecer a “sociedade civil” – como se dizia bastante naquela época. O PT, nos primeiros tempos, parecia desconfiar do Estado: afinal, nele se plasmavam as forças autoritárias da ditadura que era preciso derrotar; a partir do Estado, construía-se o sindicalismo varguista que Lula e seus aliados buscavam superar⁵.

Em 1989, na primeira eleição direta depois da ditadura, esse segundo campo se impôs: Lula superou Brizola, e essa ultrapassagem foi definitiva. Sob hegemonia do PT, a esquerda mostrava-se pouco disposta a construir um projeto abertamente nacionalista.

Durante a década seguinte, o nacionalismo parecia ter virado um tema superado – que pouco interessava a quem debatia a política do presente ou àqueles que se dedicavam à História Política. Vieram privatizações em todo o continente: Carlos Menem na Argentina e Fernando Collor/FHC no Brasil foram os comandantes desse processo que chegava com a ideia de que o liberalismo capitalista triunfaria de forma completa e inexorável, após a queda da União Soviética.

José Luís Fiori, num artigo publicado na virada para o século XXI, retoma o debate sobre o projeto nacional e desenvolvimentista adotado pelo Brasil a partir dos anos 1930, e abandonado em troca de um modelo liberal e cosmopolita que – minoritário durante meio século – foi retomado com toda a força no fim do século XX. Segundo Fiori, em defesa desse modelo

⁵ Lembremos que, além de travar uma disputa com o sindicalismo varguista (considerado “pelego” pelos setores comandados por Lula a partir do ABC paulista), o PT ficou durante algum tempo sob direção de um acadêmico bastante crítico ao trabalhismo. Francisco Weffort, um dos autores a escrever sobre o chamado “populismo” no Brasil, foi secretário-geral do PT entre 1984 e 1988. Professor de Ciência Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), da qual recebeu o título de emérito, e autor, entre outros, de *O populismo na política brasileira*, Weffort teve influência sobre uma geração de intelectuais formados no período da redemocratização. Em que pese a qualidade de vários de seus escritos e a consistência de suas formulações, a crítica sistêmica ao “populismo” (igualando, de certa forma, movimentos tão díspares como o ademarismo e o brizolismo) ajudou, a nosso ver, a consolidar um discurso que gerou desconfiança em relação ao Estado e à ideia nacional, contribuindo para a formação de uma esquerda de corte liberal, iludida com as possibilidades do desenvolvimento feito a partir de investimento privado (brasileiro ou internacional). Em 1995, Weffort deixou o PT e transformou-se em ministro da Cultura do governo neoliberal de FHC (1995-2002).

se estabeleceu uma “convergência” que uniu “ampla vertente marxista da intelectualidade paulista” a setores liberais, ajudando assim a conformar um “novo e poderoso bloco intelectual e político”. Esse bloco deu sustentação ao projeto de modernização liberal dos anos 1990, que incluiu privatizações, desmonte do Estado e reversão das políticas desenvolvimentistas⁶.

Esse modelo fracassou e levou o Brasil a um quadro de subordinação em que precisou da ajuda formal do Fundo Monetário Internacional (FMI) para evitar um colapso, com dois empréstimos emergenciais entre 2001 e 2002. Mas serviu para construir um pensamento hegemônico que passou a ver o Estado e o projeto nacional como elementos do passado. Como se países em desenvolvimento (e esse tipo de pensamento se espalhou por boa parte da América Latina no mesmo período) devessem abdicar de ter um projeto próprio: “Generaliza-se a convicção de que o recente ciclo de integração econômico-financeira das elites cosmopolitas parece ter destruído, quase integralmente, a ideia de um desenvolvimento mais autônomo ou nacional”⁷.

Na universidade, na imprensa e mesmo no debate político de esquerda, o nacionalismo perdia importância como tema. Um novo pensamento “progressista” deveria encerrar a fase das ilusões nacionalistas, retomando a ideia de batalhas universalistas, em que as fronteiras entre centro e periferia poderiam se dissolver. Mas, para o autor desta tese, o tema do nacionalismo seguia a gerar inquietações pessoais, como se houvesse uma nuvem de poeira a encobrir uma questão mal resolvida.

No fim dos anos 1990, viajei a Cuba e me surpreendi com o enorme cartaz que saudava os visitantes, ao descer no aeroporto de Havana: “*Señores imperialistas, no les tenemos absolutamente ningún miedo*”. Aquilo não tinha a ver com socialismo ou marxismo, mas com uma visão de independência nacional profunda. O jovem que vinha do Brasil – um país em que, alguns anos depois, um ministro das Relações Exteriores teria que tirar os sapatos para entrar nos Estados Unidos – tinha dificuldades para entender tamanha manifestação de orgulho patriótico diante do poder imperial.

⁶ Ver: FIORI, José Luís. “O cosmopolitismo de cócoras”. In: *Estudos Avançados*, vol. 14, número 39, 2000. O autor associa a virada liberal dos anos 1990, na América Latina, ao grande movimento ocorrido no sistema capitalista a partir da década de 1970, com a consolidação do poder imperial dos Estados Unidos e de seus aliados europeus, durante os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, movimento acentuado após o fim da União Soviética. Para Fiori, diante dessa nova conjuntura, estabeleceu-se em países como o Brasil uma espécie de aliança entre liberais e marxistas – por ele definidos como “economicistas” – que consideravam irreversível o quadro de subordinação dos Estados nacionais. Esse pensamento via com otimismo a globalização e a força dos mercados, que acabariam conduzindo a humanidade “na direção de um governo global, uma paz perpétua e uma democracia cosmopolita” (FIORI, José Luís. Op. cit., p. 24).

⁷ Idem, ibidem.

Nos primeiros anos do século XXI, fui à Argentina destroçada pelo *corralito*⁸. Com o dinheiro dos argentinos bloqueado nos bancos, descobri uma espécie de feira popular, na periferia de Buenos Aires, em que as pessoas trocavam serviços por produtos: um corte de cabelos pagava uma torta de frango; a costura de uma roupa rasgada valia algumas empanadas. Antes de a feira de trocas começar, os organizadores tocavam o hino nacional argentino e todos cantavam emocionados. Comentei com um argentino que me acompanhava: “Vocês são muito nacionalistas, mesmo diante dessa tragédia econômica”. E ele: “Não, nacionalistas são vocês, brasileiros, que não venderam bancos nem empresa de petróleo; aqui não sobrou nada”. E era verdade: a onda de privatizações no Brasil preservara Petrobras, Banco do Brasil e outras estatais. O estado varguista que FHC prometera desmontar⁹ seguia de pé, ainda que aos trancos e barrancos.

Foram experiências pessoais, a indicar que a questão nacional ainda era central na América Latina. Nunca compreendi como era possível pensar num modelo de justiça social, com redução das desigualdades, sem que esse modelo estivesse associado a um projeto de nação independente: e não se tratava da busca nativista pela “verdadeira cultura nacional”, mas de reconhecer o Estado-nação como instrumento político e econômico insubstituível.

Todas essas questões também mobilizavam de alguma forma o pesquisador que aos poucos descobria nos arquivos – em Bogotá, Montevideu ou Buenos Aires – documentos que revelavam a profundidade do mergulho nacionalista realizado pela esquerda armada nos anos 1960/1970. Que ideias eram aquelas, a atrair marxistas e revolucionários em busca do passado patriótico? Quais eram as características daquela geração de esquerda, que carregava o nacionalismo como uma de suas marcas?

Ao mesmo tempo, a América Latina – e o Brasil em particular, sob os governos do PT¹⁰ – tinha passado por nova fase de valorização dos projetos nacionais, ainda que aparentemente

⁸ *Corralito* foi o nome informal de uma série de medidas adotadas em 2001 pelo presidente Fernando de la Rúa (Unión Cívica Radical – UCR) para impedir uma corrida aos bancos, diante de grave crise econômica provocada pelos estertores do modelo liberal, que vinha desde os governos de Carlos Menem (1989-1999), um peronista conservador. O dinheiro dos cidadãos ficou retido, gerando saques e protestos generalizados. De la Rúa foi obrigado a renunciar e fugiu de helicóptero da Casa Rosada, sede do governo argentino. A rebelião marcou o fim do período neoliberal na Argentina e, após uma fase de grande instabilidade, o início de um ciclo de governos de centro-esquerda, comandados pelos peronistas Néstor e Cristina Kirchner.

⁹ Ao ganhar a eleição presidencial de 1994, após comandar o Plano Real, que debelou a inflação, Fernando Henrique Cardoso prometeu enterrar a Era Vargas, por ele descrita como “um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade” (trecho do discurso de FHC no Congresso Nacional, em 14 de dezembro de 1994, ao se despedir do mandato de senador, antes de tomar posse em 1995 como presidente). Realizou várias privatizações, mas Petrobras e bancos públicos foram poupados – seja porque houve resistência popular, seja porque o partido do presidente, o PSDB, possuía algumas alas que resistiam ao neoliberalismo mais extremo adotado, por exemplo, na Argentina de Menem.

¹⁰ Ao chegar ao poder, em 2003, Lula e o PT reviram em parte as críticas ao varguismo. Após a descoberta do Pré-Sal, quando mimetizou a famosa foto de Getúlio Vargas, com a mão manchada de petróleo, Lula reconheceu a

sem o mesmo vigor do nacionalismo do século XX. Nesse percurso, antigas indagações políticas individuais, mais ou menos dispersas ao longo de três décadas, ganhavam um sentido na pesquisa acadêmica.

É preciso também lembrar que boa parte do trabalho de campo e da escrita desta tese se deu numa época especialmente complexa, em que o Brasil se encontrava dominado por um discurso de ódio, que remetia a símbolos e falas nacionalistas: as bandeiras brasileiras nas ruas, as camisas amarelas da seleção a demarcar território, tudo embalado por um discurso de falso apelo patriótico que, em alguns momentos, gerou inquietações e levantou dúvidas: seria aquele o melhor momento para estudar o nacionalismo? As inquietações foram rapidamente superadas.

A erupção de um discurso nacionalista de extrema direita em várias partes do mundo, inclusive no Brasil governado por Jair Bolsonaro e pelas Forças Armadas, tornava ainda mais necessário dedicar tempo de pesquisa e reflexão ao fenômeno do nacionalismo. Não para esconjurá-lo, como permanência indesejável a atravancar o caminho do progresso. Mas para dar ao tema o espaço que merece, em suas múltiplas facetas.

As falsificações promovidas por um discurso que remete a uma nação eterna e *essencial*, mesmo essas, precisam ser mais estudadas – dada sua capacidade de mobilizar e interferir no debate político. Mas consideramos que é possível pensar também num nacionalismo construído pela esquerda, como ferramenta de desenvolvimento e coesão social, sem ceder às mistificações da vertente essencialista. Esse pressuposto, que explicitamos aqui, ajuda a dar sentido a esta pesquisa – o que não significa, em hipótese alguma, abrir mão do olhar crítico e do rigor acadêmico, indispensáveis para avaliar o discurso e as ações dos grupos guerrilheiros que são nossos objetos de estudo.

Esta é uma tese em que se cruzam a História das Ideias e a História Política. Essa última, a partir de uma perspectiva renovada, que não significa evidentemente o retorno às velhas narrativas dominadas pelo evento e pelas crônicas do poder.

Como se sabe, todo o esforço da historiografia desde os anos 1930, a partir da primeira geração da Escola dos Annales, foi no sentido de superar uma narrativa baseada apenas no fato

importância da construção do Estado nacional sob o trabalhismo. Isso está expresso, por exemplo, no discurso proferido no dia do anúncio do novo marco regulatório do Pré-Sal, em 2009: “Rendo minha homenagem ainda aos que saíram às ruas em todo o país na campanha ‘O Petróleo é nosso’, levando o presidente Getúlio Vargas a instituir o monopólio estatal do petróleo e a criar a Petrobras. Foi uma batalha travada em condições duríssimas. Basta ler os jornais da época, alguns em circulação até hoje, que ridicularizavam a campanha nacionalista. E eu digo: bendito nacionalismo, que permitiu que as riquezas da nação permanecessem em nossas mãos” (“Discurso do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva”, 31 de agosto de 2009. In: www.biblioteca.presidencia.gov.br).

político miúdo. Esse esforço, necessário e vitorioso, acabou por transformar a História Política num sinônimo de tudo que se procurava evitar nas pesquisas acadêmicas: elitista, aristocrática, factual, subjetivista. “Tudo a destinava a esse papel de inimigo sobre o qual concentrar o fogo das críticas”¹¹, afirmava René Rémond, ao fazer o balanço dessa trajetória.

Durante meio século, tomaram corpo narrativas baseadas nas grandes estruturas sociais e econômicas. Depois, veio a onda representada pela História das Mentalidades. Mas a partir do fim do século XX, uma nova História Política ganhou força, agora menos voltada para o acontecimento na superfície. René Rémond indica esse novo caminho:

A história do político pode também incluir o estudo das estruturas [...]. Ela pode ser uma história de longa duração e enunciei, muitas vezes, a ideia de que é, talvez, uma daquelas em que os fenômenos são os mais perenes, por causa do peso do passado na memória consciente ou inconsciente; os fenômenos de cultura política só podem ser compreendidos numa perspectiva de duração muito longa¹².

Estava aí plasmada a ideia de se recuperar a política não mais sob o imperativo da narrativa factual, mas para compreender as grandes linhas de permanência ao longo do tempo. É esse o esforço que faremos, ao reconstituir a forma como o nacionalismo e a busca pelas tradições transitaram da direita para a esquerda na região do Prata, até chegar às organizações guerrilheiras que defendiam a revolução socialista nos anos 1960 e 1970.

Esta é também uma pesquisa sobre a importância dos combates simbólicos e das disputas pelo passado na construção do discurso político no presente. Por isso, autores como Bronislaw Baczko, Paul Ricoeur e Elisabeth Jelin constituem importante referencial teórico para nossas reflexões sobre a construção da memória.

A obra de Antonio Gramsci, embora não seja citada explicitamente, é uma presença silenciosa na tese. Dele, vem a inspiração para observar embates simbólicos e discursivos como parte decisiva das disputas políticas – que não se dão apenas no terreno tradicional da luta econômica entre patrões e trabalhadores, ou nas estruturas de poder do Estado. Mas se espraiam pelo que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”.

Ainda no campo do marxismo, Raymond Williams é outra referência fundamental. A partir das observações dele e de Claudia Gilman, procuramos reconstituir a estrutura de sentimentos que explica muitas das ideias contidas nos discursos e nas ações da esquerda revolucionária dos anos 1960/1970. Michael Löwy, Robert Sayre e Marcos Piason Natali

¹¹ RÉMOND, René. “Uma história presente”. IN: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2012, pp. 15-16 e 18.

¹² RÉMOND, René. “O retorno do político”. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999, p. 54.

forneceram importante base teórica para abordar temas correlatos com a pesquisa, como nostalgia, romantismo e o pensamento socialista de matriz romântica.

Ressaltamos que existe, no Uruguai e na Argentina, ampla bibliografia sobre a trajetória dos grupos guerrilheiros por nós estudados. Há um manancial de memórias e autobiografias, produzidas por ex-militantes, bem como relatos jornalísticos que se debruçam sobre a vida dos líderes das duas organizações, e sobre episódios importantes da luta armada. Alguns desses trabalhos, em que pese não adotarem um padrão acadêmico, foram fundamentais como fontes para a pesquisa: destacamos a biografia sobre o tupamaro Raúl Sendic, escrita por Samuel Blixen, e o livro de María Seoane, que retoma a trajetória de Mario Roberto Santucho, o “Robi”, líder do PRT-ERP.

No campo acadêmico, foi-nos útil a publicação de Clara Aldrighi sobre os Tupamaros, com muita informação sobre a guerrilha e um rico trabalho de entrevistas: a pesquisadora reuniu longos depoimentos de homens e mulheres que integraram o MLN-T, ajudando a reconstituir o quadro mental em que agiam aqueles militantes. Do lado argentino, Vera Carnovale e Pablo Pozzi fizeram, cada um a seu modo, pesquisas importantes sobre o PRT-ERP, reunindo dados e entrevistas com ex-militantes.

Trabalhamos com alguns desses depoimentos na tese, mas não fizemos deles peça central de nossa narrativa, na medida em que esta não é uma pesquisa com foco na chamada história oral. Nesse ponto, alinhamo-nos com as reflexões metodológicas de Robert Frank, que prefere falar em fontes orais, e não em história oral¹³. Consideramos que o relato oral pode ajudar o historiador, mas deve ser submetido ao mesmo rigor crítico que se aplica aos documentos escritos, para que se evitem erros ou distorções, como alerta Frank: “É certo que, na construção da fonte oral, há solicitação da memória daquele que depõe. A memória como fonte para o historiador [...] é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de erros, de mitos, de mitologia”¹⁴.

Ressaltamos, ainda, que esta tese não adota a perspectiva da História Comparada. O objetivo do trabalho não é fazer uma análise exaustiva das duas organizações que tomamos como objetos de pesquisa, tampouco utilizar o método comparativo para estabelecer de forma

¹³ Ver: FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999. Sobre o tema, o autor afirma: “Convém conservar essa expressão ‘história oral’ que nos vem do inglês? Ela apresenta o inconveniente de sugerir uma história unicamente fundada na pesquisa oral, uma história militante, convencida da superioridade do ‘oral’ sobre os arquivos escritos, na medida em que a palavra é assim dada ou devolvida aos simples e humildes. A tendência hoje é preferir a expressão ‘fontes orais’, que tem a vantagem de banalizar o procedimento: todo o historiador do mundo contemporâneo tem naturalmente, sem fazer muito alarde, o recurso às testemunhas orais” (FRANK, Robert. Op. cit., p. 105).

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 107.

sistemática as diferenças e semelhanças entre o MLN-T e o PRT-ERP; mas sim compreender a forma como a esquerda revolucionária utiliza símbolos nacionais do passado, nas batalhas políticas da segunda metade do século XX.

Realizamos exaustiva pesquisa documental em arquivos dos dois países, recolhendo periódicos, panfletos e documentos internos dos grupos guerrilheiros. No Uruguai, quase todo o material provém do rico acervo reunido pelo CEIU (Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos), vinculado à Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, da Universidad de la República (UdelaR). Parte desse material foi doado à universidade por David Cámpora, ex-militante tupamaro, a quem entrevistamos em Montevideu, em dezembro de 2016. Também entrevistamos, na mesma época, Jorge Mazzarovich (sindicalista e militante do Partido Comunista Uruguaio), que foi assessor de Rodney Arismendi, secretário-geral do partido entre 1955 e 1989.

Na Argentina, encontramos em 2017 farto material sobre a guerrilha em dois arquivos de Buenos Aires: no Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas); e no Archivo Nacional de la Memoria, núcleo de documentação vinculado à antiga ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada) – que foi um local de torturas durante a última ditadura militar argentina, e hoje é um centro de pesquisa e resgate da memória. Também consultamos as compilações organizadas por Daniel de Santis, um ex-guerrilheiro que após a ditadura publicou em livros boa parte dos documentos produzidos pelo PRT-ERP, todos eles listados ao fim da tese. Localizamos, ainda, documentação digitalizada no site *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas*, que reúne várias coleções de documentos do PRT-ERP, disponíveis para livre consulta pela internet.

Em julho de 2023, retornamos à Argentina para entrevistar Julio Santucho, irmão mais novo de Mario Roberto Santucho e um dos raros sobreviventes da última direção do PRT-ERP, quase toda dizimada em meados dos anos 1970. Por sugestão dele, visitamos Santiago del Estero, no norte argentino, para conhecer o terreno de onde vieram muitos dos dirigentes e das ideias que ajudaram a constituir a guerrilha.

O trabalho de campo envolveu a visita a locais relacionados com a história da família Santucho, incluindo as sedes das livrarias dirigidas por um terceiro irmão (ao todo, eram dez), Francisco René: indigenista, nacionalista e federalista, ele teve influência direta na formação do futuro líder guerrilheiro Robi. Testemunhamos em Santiago del Estero festas populares como a Marcha de los Bombos, em que a Argentina *gaucha* e mestiça, distante da cultura portenha, se manifesta com orgulho.

A observação desses eventos ajudou-nos a compreender a longa disputa de identidades entre uma Argentina mais voltada para a Europa, construída em torno da capital, Buenos Aires, e outro país em que a raiz indígena e provincial busca se afirmar. Em Santiago del Estero, entrevistamos ainda o filho de Francisco René, também ele chamado Francisco, que trouxe detalhes sobre as atividades do pai, como intelectual e articulador cultural.

O contato com a família Santucho acabou nos reservando uma surpresa emocionante: durante o período em que estávamos na Argentina, Julio Santucho ficou sabendo que o filho dele – hoje com mais de quarenta anos, desaparecido desde bebê, quando foi sequestrado pela ditadura ainda na barriga da mãe – fora finalmente localizado. Acompanhamos a sessão pública, em que se fez o anúncio, num clima de grande comoção. Essa história será contada em detalhes na parte final da tese.

Como vai ficar evidente em vários momentos da narrativa, as organizações por nós estudadas foram dirigidas sempre por homens. Não apenas de maneira majoritária, mas de forma quase absoluta. Embora as mulheres integrassem em bom número as bases de militantes que se lançavam à luta armada, não encontravam espaço nas estruturas de poder da guerrilha. Em nosso texto, assinalamos algumas vezes esse fato – que mereceu já estudos específicos no Brasil e em outros países latino-americanos¹⁵.

O texto da tese se divide em **cinco capítulos**. No **capítulo 1, apresentamos o tema e desenvolvemos a hipótese inicial sobre o papel de Cuba**, como possível modelo para organizações de esquerda na América Latina. Depois, dedicamo-nos a uma **retomada teórica de conceitos como nacionalismo, romantismo e nostalgia, além de recuperar parte do debate sobre a questão nacional no marxismo**. Procuramos, também, **desenhar o quadro mental e a estrutura de sentimentos que mobilizavam os militantes de esquerda nos anos 1960/1970**. Fazemos ainda rápida digressão sobre o caso brasileiro, indicando que em nosso país há sinais da mesma busca por símbolos nacionais; mas deixamos apenas indicados alguns apontamentos para eventuais pesquisas futuras, já que não era nosso objetivo aprofundar a análise sobre o Brasil.

Os **capítulos 2 e 3 estão voltados para o estudo de caso uruguaio**. No primeiro deles, retomamos a **história do MLN-T**, as origens dos primeiros militantes e a maneira como a

¹⁵ Ver: WOLFF, Cristina Scheibe. “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, número 54, 2007. Ao tratar de vários grupos guerrilheiros, incluindo o PRT-ERP e o MLN-T, a autora destaca: “A militância nesses grupos era vista como algo ‘viril’, que exigia coragem e determinação, desprendimento e espírito de sacrifício, qualidades vistas em nossas sociedades como masculinas. [...] Quando lemos as listas de dirigentes, ou mesmo as assinaturas dos documentos publicados ou as listas de heróis guerrilheiros combatentes nos jornais das organizações de esquerda armada do Cone Sul, a impressão é realmente de que, embora fossem aceitas e muito bem-vindas para as tarefas, às mulheres não cabia escrever e organizar, pois estes ainda eram espaços reservados aos homens” (WOLFF, Cristina Scheibe. Op. cit., pp. 23 e 35).

guerrilha urbana busca inspiração e legitimidade nas lutas do campo; traçamos também o perfil de Raúl Sendic, principal líder tupamaro.

Já no capítulo 3, a história do MLN-T se entrelaça com **a longa construção da identidade uruguaia**, com destaque para a forma **como a figura de Artigas é disputada pela direita e pela esquerda**; nesse capítulo, também indicamos como a busca pela nação *autêntica* deixou marcas na cultura e nas artes; e mostramos que o artiguismo, presente no discurso guerrilheiro, de alguma forma se integrou à Frente Ampla (FA), formada ainda em 1971, no momento de auge do MLN-T.

Os **dois capítulos finais são dedicados à guerrilha argentina**. No capítulo 4, buscamos reconstruir a **genealogia do PRT-ERP**, traçando um perfil de duas outras organizações que acabaram por dar origem ao partido-guerrilha: trotskistas de um lado e nacionalistas do norte argentino de outro. Depois, mergulhamos na história guerrilheira, feita de combates, fugas e mortes – sempre entrelaçada a um discurso em que se manifestam características marcantes daquele período, como o heroísmo e o conceito de um *homem novo*, mescladas com a preocupação de retomar as grandes lutas patrióticas do passado, sob inspiração da figura de San Martín.

O capítulo 5, seguindo caminho paralelo ao capítulo 3 sobre o Uruguai, é dedicado às **disputas de identidades nacionais na Argentina: o peronismo cumpre papel central nos embates teóricos e políticos que levam à formação de uma esquerda nacional no país**, impactando também o discurso do PRT-ERP – preso num labirinto em que busca dialogar com as bases peronistas ao mesmo tempo em que critica Perón e os que o cercam; o capítulo 5 se encerra com um relato pessoal do pesquisador, que inclui o episódio envolvendo o filho desaparecido de um ex-militante.

Depois, apresentamos as conclusões gerais da tese – algumas delas já enunciadas ao término de cada capítulo. E, para encerrar, publicamos anexos com documentos e transcrições de duas das entrevistas realizadas durante a pesquisa: com Julio Santucho (ex-militante do PRT-ERP) e David Cámpora (ex-militante do MLN-T).

CAPÍTULO 1 – ARMAS E SÍMBOLOS: A ESQUERDA INVADE OS MUSEUS

“[...] *é preciso refletir sobre os anos em que um amplo grupo de pessoas em diversos lugares viu a mudança como algo iminente e possível. Ninguém pode imaginar a felicidade que isso significa.*”

(**Ricardo Piglia**, *Um dia na vida*)

Numa certa manhã de março, no ano de 1980, o jovem Eduardo Arancibia entrou tranquilamente no Museu Histórico Nacional, no centro de Santiago, subiu até o segundo piso e se aproximou da vitrine de vidro que guardava um dos símbolos nacionais do Chile: a bandeira sobre a qual se jurou a independência do país, em 1818. Arancibia não era um turista nem um apaixonado pelas miudezas da História. Cumprira uma missão revolucionária. Surpreendeu-se ao perceber que a cobertura de vidro não tinha um cadeado; e, por isso, contaria ele anos depois num documentário para a TV chilena, foi fácil abrir a vitrine e subtrair a bandeira, que passava assim às mãos dos guerrilheiros do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, o MIR¹⁶.

O roubo foi relativamente simples, mas Arancibia e os outros militantes que lhe deram cobertura na ação corriam perigo extremo: em março de 1980, o Chile vivia sob o governo do general Augusto Pinochet. Era o auge de uma ditadura brutal iniciada sete anos antes, com a derrubada do presidente constitucional Salvador Allende – um médico que apostara na “via pacífica para o socialismo”, e que morreu enquanto o Palácio de La Moneda foi bombardeado pelos militares golpistas em 11 de setembro de 1973¹⁷.

O MIR, fundado ainda nos anos 1960, havia sido dizimado logo no início da ditadura Pinochet. Mas em 1978 iniciara a chamada “Operação Retorno”: Andrés Pascal Allende, então secretário-geral da organização, e outros dirigentes do MIR começaram a voltar ao Chile para

¹⁶ Com base nos aportes de Luis Vitale, historiador e ex-militante guerrilheiro, o pesquisador chileno Igor Goicovic Donoso, da Universidad de Santiago de Chile (Usach), define o MIR como “*el resultado de un proceso de unificación iniciado por varios grupos desde comienzos de la década de 1960. Entre otros, el Partido Obrero Revolucionario (trotskista), la Vanguardia Revolucionaria Marxista – formada por ex militantes del Partido Comunista y del Partido Socialista, de orientación castrista –, el Movimiento Revolucionario Comunista (maoísta) y antiguos militantes anarquistas*” (GOICOVIC DONOSO, Igor. “Teoría de la violencia y estrategia de poder en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria, 1967-1986”. In: *Revista de Historia y Ciencias Sociales Palimpsesto/Departamento de Historia, Universidad de Santiago de Chile*. Santiago, 2004, pp. 7 e 8). Sobre a formação do MIR, ver também: VITALE, Luis. *Contribución a la historia del MIR chileno: 1965-1970*. Santiago: Ediciones Instituto de Investigaciones de Movimientos Sociales Pedro Vuskovic, 1999.

¹⁷ Ver SADER, Eder. “Chile: vida, paixão e morte da democracia”. In: *Um rumor de botas – a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

retomar a guerrilha. Não bastava organizar os vários núcleos armados e as milícias populares. Era preciso anunciar que o MIR estava ativo e forte novamente: “*Buscábamos una acción simbólica*”, relata Pascal Allende¹⁸.

Chama a atenção que um grupo de esquerda, que em sua declaração de princípios em 1965 se definia como “*la vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y de las capas oprimidas de Chile*”¹⁹, tenha escolhido um museu como palco para fazer esse anúncio de ressurreição armada.

Na edição de maio de 1980, o jornal *El Rebelde – en la Clandestinidad*, pertencente ao MIR, fazia referências ao roubo da bandeira, ocorrido dois meses antes. Na página 4, uma carta assinada pela comissão política da organização agradecia o empenho das milícias populares (grupos organizados, mas não diretamente vinculados à hierarquia do MIR, que ofereciam à guerrilha apoio logístico – casas, carros, alimentos) em recentes ações armadas, e dizia que sem elas não teria sido possível a “*expropiación*” de 30 milhões de pesos de três bancos “*que super explotan a nuestro pueblo*”. Tampouco, dizia a direção do MIR:

Habría podido **recuperarse la Bandera de la Independencia y la Libertad, donde juraron los Padres de la Patria** la primera independencia, y donde **nosotros, sus hijos**, juraremos la independencia y libertad definitivas del pueblo²⁰. (grifos nossos)

Reparemos que o roubo da bandeira era colocado no mesmo nível de importância da expropriação de agências bancárias, que rendera milhões de pesos para sustentar a estrutura guerrilheira, numa demonstração do valor que as ações de disputa simbólica tinham para o MIR. Vale destacar também que os guerrilheiros se colocavam como herdeiros dos chamados “Padres de la Patria”, que conduziram a independência no século XIX. Era uma forma de conectar a guerrilha com o fio da história nacional.

Nas páginas 9 e 10, o jornal do MIR publicava um comunicado da AIR – Agencia Informativa de la Resistencia, com mais detalhes sobre o que a organização chamava de “*recuperación de la bandera nacional*”. O MIR negava a informação, difundida em alguns jornais da época, de que, além do pavilhão histórico da independência, a guerrilha tivesse subtraído um valioso prendedor de prata peruano, que também estava no museu; e dizia que o mais provável era que agentes da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), polícia secreta de Pinochet, tivessem ficado com a joia.

¹⁸ MATUS, Alejandra. *Dónde estuvo la bandera robada*. In: www.casosvicaria.cl.

¹⁹ GOICOVIC DONOSO, Igor. Op. cit., p. 8.

²⁰ *El rebelde – en la Clandestinidad*, número 161, Santiago, maio de 1980, p. 4. In: *Archivo Chile/Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME) – www.archivochile.com*.

O comunicado informava ainda que o Comando Javiera Carrera, responsável pela ação, já havia entregado a bandeira de 1818 ao líder do MIR Andrés Pascal Allende, “*a fin de que el determine el lugar donde será resguardada con honor y respeto hasta el día de la victoria popular y revolucionaria sobre la dictadura*”. A entrega, dizia o comunicado, acontecera numa cerimônia no dia 5 de abril, que marca o aniversário da Batalha de Maipú, ocorrida no mesmo ano de 1818, quando as tropas sob comando de San Martín e Bernardo O’Higgins derrotaram os espanhóis, consolidando a independência.

O MIR procurava dar uma demonstração de múltiplo respeito aos símbolos patrióticos do passado: indicava que preservaria a bandeira “*con honor*” e ao mesmo tempo estabelecia a ligação com a histórica batalha. Sem dizer que o comando que roubara a bandeira trazia o nome de uma heroína das lutas nacionais: filha de uma família tradicional, Javiera Carrera abria o salão de sua casa em Santiago para reuniões dos grupos que planejavam a independência no início do século XIX, e teria bordado a primeira bandeira utilizada durante o curto governo de seu irmão José Miguel Carrera, no período que ficou conhecido como “Patria Vieja” (1810-1814)²¹. Era como se a revolução socialista, na segunda metade do século XX, tivesse que passar pelo século XIX.

Os guerrilheiros logo enviaram fotos aos jornais de grande circulação, para reivindicar o roubo como uma ação política. E passaram a ser criticados – também através da imprensa – por museólogos que alertaram para o risco de a bandeira se desintegrar, devido à falta de cuidado técnico no manejo de um tecido produzido há mais de século e meio. O MIR, enquanto lutava duramente contra Pinochet, assumiu então como tarefa revolucionária cuidar daquele pedaço de pano castigado pelo tempo, e que era considerado um dos símbolos da pátria.

²¹ A bandeira que Javiera Carrera teria bordado – com três listras horizontais em azul, branco e amarelo – foi apresentada pela primeira vez em público em 4 de julho de 1812, num jantar para o cônsul dos Estados Unidos; era bem diferente da que seria adotada pelo Estado nacional chileno após a independência definitiva em 1818, e não tinha nada a ver com o estandarte que o MIR roubou do museu em 1980. Mas na segunda metade do século XX, Javiera havia sido transformada pela historiografia tradicional num símbolo da nação, ao qual os guerrilheiros também recorreram em busca de legitimidade. A participação de Javiera Carrera nas lutas de independência, ressalte-se, foi muito além de produzir uma bandeira usada durante o fugaz governo do irmão José Miguel. Nascida em 1781, ela desafiou as convenções sociais, que impediam as mulheres de atuar em assuntos públicos: participou ativamente das articulações que visaram à emancipação política. Em 1814, com a contraofensiva espanhola, que encerrou o período da Patria Vieja, Javiera deixou marido e filhos em Santiago para acompanhar seus irmãos ao exílio – passando por Mendoza, Buenos Aires e Montevidéu. A família Carrera era adversária de O’Higgins, outro herói da independência no Chile. O conturbado quadro político e as disputas com O’Higgins fizeram com que os três irmãos dela terminassem fuzilados. Javiera só voltou ao Chile em 1824, após o fim do governo de O’Higgins. Ela morreu em Santiago, em 1862.

Sobre o papel de Javiera Carrera e de outras mulheres nas lutas pela independência, ver: PRADO, Maria Lígia Coelho. “A participação das mulheres nas lutas pela independência política da América Latina”. In: *América Latina no século XIX – tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2014. Ver também: FRANCO, Stella Maris Scatena; PRADO, Maria Lígia Coelho. “A participação das mulheres na independência de Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais”. In: PAMPLONA, Marco A.; MADER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

Nos anos seguintes, dezenas de guerrilheiros foram presos, torturados e mortos: o MIR perdeu a guerra contra Pinochet, que sairia do poder só após longa transição, em que o ditador manteve o comando sobre as Forças Armadas, mesmo depois da eleição de presidentes civis, a partir de 1989. Mas a organização guerrilheira jamais entregou aos militares a histórica bandeira. O pavilhão seria devolvido ao Estado chileno somente 23 anos depois de roubado do museu, já no governo democrático de Ricardo Lagos.

O roubo da bandeira no Chile foi precedido por uma série de fatos semelhantes em outros países. Um deles ocorreu em 17 de janeiro de 1974, na Colômbia: a primeiríssima ação armada dos guerrilheiros do Movimiento 19 de Abril (M-19)²² não foi atacar um quartel do exército ou roubar um banco para arrecadar fundos, mas entrar num museu de Bogotá e roubar a espada de Simón Bolívar, uma relíquia nacional. No manifesto deixado no museu naquele mesmo dia, primeiro documento público em que se apresentava à sociedade colombiana, o M-19 anunciava em tom grandiloquente, e como se conversasse com o líder morto em 1830: “*Bolívar, tu espada vuelve a la lucha*”.

A espada ficava guardada na Quinta de Bolívar, ex-residência do herói libertador – que nasceu em Caracas, em 1783, mas viveu em Bogotá durante o período em que tentou consolidar seu projeto de uma Grã-Colômbia. Ainda hoje, o imponente casarão ao pé dos Andes, na capital colombiana, é visitado por turistas e estudantes de escolas locais, que observam as preciosidades do passado: mobiliário, gravuras e objetos que, em tese, ajudam a mostrar como viveu Simón Bolívar nos anos tempestuosos de luta pela independência e de construção das jovens nações sul-americanas.

Em nossa pesquisa de mestrado, nos debruçamos sobre a trajetória do M-19, um grupo revolucionário que jamais se apresentou como marxista – ao contrário de outras organizações armadas colombianas como as FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia), o EPL (Ejército Popular de Liberación) e o ELN (Ejército de Liberación Nacional). O M-19 era um movimento nacionalista de esquerda, que trazia em seu nome a data de uma eleição: 19 de abril de 1970 fora o dia da disputa eleitoral em que um candidato nacionalista – o general Rojas Pinilla – tentara romper pelo voto o monopólio político dos partidos Liberal e Conservador.

²² O M-19 foi fundado em 1973, a partir da reunião de duas vertentes políticas: de um lado, jovens militantes marxistas, dissidentes do PCC (Partido Comunista Colombiano), alguns com passagem pelas FARC; e, de outro, um grupo de egressos da Anapo (Alianza Nacional Popular), partido de linhagem nacionalista dirigido pelo general Gustavo Rojas Pinilla. O grupo atuou de 1974 a 1990, quando assinou tratado de paz e entregou as armas, passando a agir como uma força política convencional na disputa pelo voto.

Sobre o tema, ver nossa dissertação de mestrado, defendida no Programa de História Social da Universidade de São Paulo, em agosto de 2015: VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. *A democracia e as armas: a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19*, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), 2015.

Numa apuração bastante tumultuada, que foi interrompida quando Rojas Pinilla estava à frente, o general nacionalista teria sido vítima de uma fraude que impediu sua vitória. O 19 de abril, para a oposição de esquerda e os democratas colombianos, simbolizava o dia em que a vontade popular fora fraudada.

Formalmente, portanto, o M-19 se lançara à luta armada para defender não uma revolução socialista, mas a democracia. Era o que dizia Jaime Bateman, um dos fundadores e principal líder do grupo guerrilheiro, numa entrevista concedida pouco tempo antes de morrer num acidente aéreo, em 1983:

Nosotros, digo la izquierda, hemos cometido un error gravísimo: hemos enfrentado la gente con el socialismo, no con la democracia. En este país, un proyecto democrático es un proyecto revolucionario porque la situación de la democracia es aberrante²³.

Após anos de batalhas sangrentas, com sequestros, explosões e até a tomada pelos guerrilheiros da corte suprema em Bogotá (que terminou numa tragédia, com o bombardeio do prédio pelo Exército, levando à morte de guerrilheiros, funcionários e magistrados), o M-19 abandonou as armas, constituiu um partido e ajudou a escrever a Constituição de 1991, hoje em vigor na Colômbia²⁴. Um ex guerrilheiro do “eme”, Gustavo Petro, foi eleito presidente do país em 2022, por uma frente de centro-esquerda.

O M-19 carregava também um discurso nacionalista de esquerda, que pregava a libertação da pátria. Por isso, o diálogo simbólico com Bolívar, herói libertador do século XIX, fazia sentido naquele documento de 1974. No curto comunicado deixado no museu, os guerrilheiros colombianos colocavam-se ao lado do trabalhador, do camponês sem-terra, da criança com fome e sem escola, da mulher, do desempregado, do indígena e do estudante. Em nome de todos esses, dizia o texto, “*la lucha de Bolívar continúa*”.

Poderíamos dizer que o M-19 não roubou a espada do museu apenas. Mas, simbolicamente, tentou tomá-la das mãos da classe dominante colombiana: “*Bolívar no ha muerto. Su espada rompe las telarañas del museo y se lanza a los combates del presente. Pasa a nuestras manos. A las manos del pueblo en armas*”²⁵. A colombiana Vera Grabe, que na época

²³ Trecho de entrevista de Jaime Bateman Cayón, originalmente realizada no início dos anos 1980, e reproduzida na capa do jornal *Mayorías 19*, Bogotá, abril de 2011.

²⁴ Em 8 de março de 1990, o M-19 encerrou dezessete anos de ações guerrilheiras, entregando as armas não ao governo colombiano, mas a uma comissão sob supervisão da Internacional Socialista (organização que reúne partidos de esquerda moderada, de linha social-democrata). Na semana seguinte, o M-19 já participaria das eleições, elegendo Vera Grabe para a Câmara de Representantes, com mais de 30 mil votos. Foi a primeira guerrilheira na história colombiana a trocar os fuzis pela tribuna parlamentar.

²⁵ “Bolívar, tu espada vuelve a la lucha” (primeiro manifesto do M-19), Bogotá, 17 de janeiro de 1974.

do roubo era uma jovem militante e depois se transformaria em dirigente do M-19, diz que as organizações de esquerda tradicionais não entenderam bem essa busca por Bolívar:

era una locura que alguien se atreviera a darle contenidos revolucionarios a la lucha bolivariana, porque se lo tenía catalogado como exponente de una elite, dictador, loco, e incluso como fundador del Partido Conservador. Nadie se acordaba de su decreto de libertad para los esclavos, de sus proclamas libertarias, de su sentido patriótico y su visión continental²⁶.

Luis Otero, um dos fundadores do M-19 e que morreria em combate em 1985, disse numa entrevista que a inspiração dos colombianos para roubar a espada de Bolívar veio de ação semelhante efetuada por guerrilheiros uruguaios em 1969: “*Yo había leído unos relatos de los Tupamaros, donde cuentan cómo se sacaron la bandera de Artigas, que es su símbolo*”²⁷.

Otero se referia às *Actas tupamaras*, livro publicado pelos guerrilheiros do MLN-T (Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros), com relatos das principais ações armadas da organização uruguaia²⁸. Luis Otero contou que ele e Bateman, quando ainda estavam nas FARC, chegaram a propor o roubo da espada aos chefes daquela organização. “*No, eso es un aparato de museo, eso no sirve para nada*”, teria sido a resposta do comando das FARC, segundo relato de Otero. Mesmo assim, os jovens fizeram o levantamento de informações na Quinta de Bolívar para saber a melhor forma de invadir o local e levar a espada. O plano acabaria adiado até 1974, quando o grupo já havia se organizado no M-19. A espada de Bolívar, que as FARC consideravam “um objeto de museu”, transformou-se num símbolo do M-19, usado durante mais de quinze anos na capa de documentos, periódicos e panfletos do movimento guerrilheiro.

Em 2022, ao tomar posse como primeiro presidente colombiano com origem de esquerda, Petro²⁹ ordenou que a espada fosse levada à praça durante uma cerimônia, como ato inaugural de seu mandato. Era uma demonstração de que ele trocara as armas pelas urnas, mas não renegara o simbolismo dos tempos de M-19: “*Llegar aquí junto a esta espada, para mí, es*

²⁶ GRABE, Vera. *Razones de vida*. Bogotá: Planeta, 2000, p. 57.

²⁷ Apud: VILLAMIZAR, Darío. *Aquel 19 será: una historia del M-19, de sus hombres y sus gestos; un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*. Bogotá: Editorial Planeta, 1995, p. 53.

²⁸ No capítulo 2, analisaremos em detalhe as *Actas tupamaras*, publicação que foi traduzida em várias línguas e correu o mundo, ajudando a construir a mística da guerrilha uruguaia. A ex-dirigente do M-19 Vera Grabe, em entrevista ao autor desta tese em Bogotá, confirmou que as *Actas tupamaras* eram, ao lado do *Manual do guerrilheiro urbano*, do brasileiro Carlos Marighella, duas leituras obrigatórias para militantes que se iniciavam na luta armada nos anos 1970 na Colômbia.

²⁹ Gustavo Petro entrou no M-19 em 1978, quando era estudante e tinha apenas dezoito anos. Foi militante de base, chegou a fazer treinamento militar, mas afirma que jamais participou efetivamente de ações armadas. Não chegou a ocupar cargos de liderança na estrutura do M-19. Combinou a militância clandestina na guerrilha com o mandato de vereador na cidade de Zipaquirá (ao norte de Bogotá). Depois, foi deputado pela ADM-19 (Aliança Democrática M-19) e, após a dissolução do partido criado pelos ex-guerrilheiros, ajudou a fundar o Polo Democrático Alternativo (PDA) e o Movimiento Progresistas, blocos de centro-esquerda pelos quais foi eleito senador e prefeito de Bogotá – antes de se eleger presidente, por uma frente ainda mais ampla em 2022.

toda una vida, una existencia. Quiero que nunca más esté retenida; que solo se envaine, como dijo su propietario, El Libertador, cuando haya justicia en este país” – disse Petro³⁰. Em mais um gesto simbólico de conexão com o passado, ele recebeu a faixa presidencial da senadora María José Pizarro, filha de Carlos Pizarro, comandante do M-19³¹. Pizarro foi quem assinou o tratado de paz que reintegrou o grupo à democracia, mas acabou assassinado em 1990 quando concorria à presidência³².

Os uruguaios podem ter sido os inspiradores dos colombianos para a decisão de roubar a espada de Bolívar. Mas havia um equívoco no relato de Otero: o roubo da bandeira não tinha sido obra dos Tupamaros, mas de outro pequeno grupo guerrilheiro que atuava no Uruguai: a Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales (OPR-33). E havia um segundo erro: a bandeira que a OPR-33 efetivamente roubara de um museu em Montevideú, no fim dos anos 1960, não era o pavilhão empunhado por Artigas nas lutas de independência, mas sim a bandeira dos 33 orientais: com listras em vermelho, branco e azul, e a inscrição "Libertad o Muerte", ela fora usada em 1825 pelo grupo que retomou a guerra contra a dominação brasileira, já sem a presença de Artigas³³.

Apesar das imprecisões³⁴, o episódio é revelador. Primeiro, mostra que os Tupamaros tinham notoriedade internacional, a ponto de levar guerrilheiros na Colômbia a atribuírem ao MLN-T uma ação empreendida por outro grupo armado uruguaio. Depois, a confusão era compreensível porque os Tupamaros costumavam, efetivamente, valorizar o combate

³⁰ Cf. “La espada de Bolívar que Duque no prestó y Gustavo Petro ordenó traer a la posesión”. In: *El Tiempo*, Bogotá, 8 de agosto de 2022.

³¹ A função de comandante do M-19 foi exercida, sucessivamente, por: Jaime Bateman (1974-1983), Iván Marino Ospina (1983-1985), Álvaro Fayad (1985-1986) e Carlos Pizarro (1986-1990).

³² Pizarro foi assassinado em 26 de abril de 1990, dentro de um avião, quando se deslocava para atividades de campanha. Navarro Wolff assumiu a candidatura do partido criado pelos ex-guerrilheiros, a Aliança Democrática M-19 (ADM-19), e obteve surpreendentes 12,5% dos votos, ficando em terceiro lugar. César Gaviria (Partido Liberal) ganhou o pleito e cumpriu a promessa de convocar uma Constituinte exclusiva, que escreveria a nova Carta (até então, vigorava a Constituição de 1886 – aprovada pelos Conservadores). Em dezembro de 1990, ocorreu eleição para a Constituinte, e a lista da ADM-19 elegeu a maior bancada. O ex-guerrilheiro Navarro Wolff foi um dos coordenadores dos trabalhos: pela primeira vez, uma Constituição colombiana não era escrita apenas por Liberais ou Conservadores. Ao deixar as armas, o M-19 não chegou ao poder, mas de alguma forma mudou o poder, rompendo o bipartidarismo.

³³ A informação de que guerrilheiros do M-19 cometeram um erro ao atribuir o roubo da bandeira aos Tupamaros nos foi passada pelo professor Jaime Yaffé, da Universidad de La República (Uruguai), durante Congresso da Ahila (Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus) de 2014, em Berlim. A informação correta, que indica a OPR-33 como autora do roubo, seria confirmada durante nossa pesquisa em Montevideú. A bandeira dos 33 orientais é um dos três estandartes oficiais do país, ao lado do pavilhão de Artigas e da bandeira uruguaia (a mais conhecida, com o sol amarelo na parte superior esquerda).

³⁴ O episódio mostra também o risco de se atribuir à chamada História Oral caráter central na pesquisa historiográfica. O relato de “testemunhas” pode ser utilizado, desde que submetido à mesma checagem e crítica às quais são submetidas as fontes documentais. A memória individual – como já amplamente demonstrado em textos teóricos e de metodologia historiográfica – muitas vezes está sujeita a falhas, como a desse episódio envolvendo o guerrilheiro do M-19 e a bandeira roubada no Uruguai.

simbólico. Se não roubaram a bandeira, tentaram tirar das mãos da elite uruguaia um símbolo até mais poderoso: a própria figura de José Gervasio Artigas – o principal herói das guerras de independência no país.

Em manifestos, panfletos e periódicos do MLN-T, que serão analisados com mais vagar nos capítulos 2 e 3, fica evidente que a disputa pela figura de Artigas era operação central no discurso dos Tupamaros. É o caso, por exemplo, do jornal *El Tupamaro*, de janeiro de 1974. A capa do principal periódico da guerrilha trazia a estrela símbolo do MLN-T, e logo abaixo o lema: “*Junto a Artigas, junto al Pueblo, por el Socialismo*”. Notemos que Artigas vinha antes do povo, e este por sua vez antes do socialismo.

Na página 14 do mesmo jornal, o MLN-T fazia duras críticas aos militares que governavam o país. Sob uma foto dos comandantes das três forças, a guerrilha estampava a legenda: “*Las Fuerzas Armadas son la negación del ejército artiguista*”. E na página 15 o jornal trazia uma reprodução do rosto de Artigas³⁵, com outra legenda provocativa: “*Artigas, jefe del ejército popular, también fue traicionado al igual que hoy por la oligarquía abrasilera*”³⁶.

Era uma forma de conectar o líder do século XIX – supostamente traído pela oligarquia – aos chefes tupamaros presos pela ditadura nos anos 1970. O MLN-T fazia a ligação entre a luta de Artigas contra as tropas luso-brasileiras, na época da independência, e o fato de os militares uruguaios receberem apoio da ditadura brasileira. A “oligarquia abrasilera” era a inimiga nos séculos XIX e XX.

³⁵ Artigas, como veremos no capítulo 3, só foi retratado uma vez em vida, quando era um ancião e vivia no exílio no Paraguai, pouco antes de sua morte, ocorrida em 1850. No fim do século XIX, o Estado uruguaio, em parceria com artistas plásticos, empreendeu um esforço para “reconstruir” a imagem do jovem Artigas, líder das guerras de independência. Juan Manuel Blanes foi um dos pintores incumbidos de dar um rosto para Artigas, o que significava “*poco menos que materializar un autorretrato nacional*” (ver: PELUFFO, Gabriel. “Crisis de un inventario”. In: ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (comp.) *¿Identidad uruguaya – mito, crisis o afirmación?* Montevideo: Ediciones Trilce, 1992, p. 68).

³⁶ *El Tupamaro*, número 2, Montevideo, janeiro de 1974. Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

ILEGALIZACION DE LOS PARTIDOS DE LA IZQUIERDA : FIN DEL URUGUAY LIBERAL

ESTORIAL PAGINA 2

el tupamaro

Órgano del movimiento de liberación nacional - Tupamaros
JUNTO A ARTIGAS, JUNTO AL PUEBLO, POR EL SOCIALISMO

ENERO 1974. AÑO II. NÚMERO 3.

"EL PUEBLO REUNIDO Y ARMADO EN DEFENSA DE SUS INTERESES"

SALARIOS DE HAMBRE

REHENES, TORTURA Y MUERTE EN LOS CUARTELES

sián contra el movimiento popular, a la vez que se acrecentará la dependencia con el imperialismo y, por ende, se agudizará como nunca la crisis económica, social y política. El imperialismo y sus aliados imperialistas, pretenden hacer del Uruguay de hoy, lo que ya empujaron con éxito transitorio en el Brasil. En este sentido, se apoyan en los FFAA, que constituyen un verdadero baluarte en la instrumentación de la política fascista, a la vez que actúan como resaca frente a la profunda crisis que afecta a los partidos políticos tradicionales. Los FFAA, controlados directamente o no el Poder Ejecutivo, vienen a constituir la fuerza política suplementaria de que se valen las clases dominantes para salvar al capitalismo. Las controrrevoluciones existentes, dentro de las FFAA se han venido resolviendo en una sola dirección. Día a día los militares más fascistas van desplazando paulatinamente a algunos grupos militares que todavía permanecen en su vínculo a la "causa de América" que fue el Uruguay liberal.

En perspectiva, el fascismo con las FFAA al frente, irá barrriendo todo tipo de oposición legal, desmantelando mayor represión y miseria para el pueblo, a la vez que instaurará la política que les permite el control total del Estado.

Este proceso sólo culminará con la destrucción violenta del mismo, en el marco de la guerra popular de carácter prolongado. Cualquier otra resolución se torna a las viciadas que pueda sufrir la actual situación, no puede ser ilusiones, que en nada contribuyen a la necesaria organización y toma de conciencia, por parte de la clase obrera y el pueblo.

EN LA REPARTICIÓN PÚBLICA DE LOS TUPAMAROS, EN EL MEDIO DE OMBUDIAO, SE REVELAN LOS ASPECTOS ADOPCIONADOS: SUBESTIMACION DEL ENEMIGO, SUBESTIMACION DE LA CAPACIDAD DE LUCHA DEL PUEBLO Y TRAICIONES DE ALGUNOS MILITARES. EN UN

SEÑALO MAS PROMINENTE, ¿QUE SIGNIFICAN ESTOS ELEMENTOS DE PROMOCION?

Lo comento que hasta el año 1968 nosotros vivíamos un período dedicado casi exclusivamente a la construcción institucional, durante que hasta ese momento las pautas estratégicas fundamentales estaban dirigidas a crear conciencia y organización.

Con el primer secuestro de Pereyra Reverbel se inicia otra etapa donde pasamos a incidir más directamente en la situación política del país. El cuestionamiento efectivo al régimen de Pacheco Arco desarrollado por el EML produjo un amplio apoyo de masas y un crecimiento vigoroso hasta el año 1972. Este desarrollo se correspondió también con un crecimiento de las tensiones en el seno de la organización, con una intensificación creciente de la crisis social y política. Nuestras acciones salieron muy bien en el seno de los sectores populares para especialmente en la medicina y pequeña burguesía que vivió un rápido proceso de radicalización. Esto impulsó para que la composición social de nuestra Organización fuera combinada paulatinamente.

A pesar de que los Tupamaros tenemos una más fértil raíces en los calaverales del norte uruguayo, junto a los obreros de las grandes plantaciones monopolistas del sud-oeste, en su desarrollo posterior van predominando los sectores subalternos y los campesinos. Esta composición social fue determinante en el plano interno la hegemonía de la pequeña burguesía que paulatinamente se transformó en corrientes ideológicas y políticas. Se constituyó la dirección política de las masas con la acción militar como forma fundamental de la actividad de la vanguardia. Siempre se tendió como eje central de nuestra actividad revolucionaria a la clase obrera.

Y SOBRE LAS TRAICIONES QUE PUEDE HABER?

— Pasamos que éste es un aspecto de un problema más amplio o sea el de la teoría

ARMAS DEL EJERCITO URUGUAYO TAMBIEN FUERON TRAFICADAS AL OJAL QUE COY POR LA CUARTELERA ARMADA.

que se dan los revolucionarios para la construcción de la organización revolucionaria. Si en la construcción, no nos quedamos, es van delimitando los fundamentos ideológicos, se relativizan las cuestiones de principios, y se sustituyen la teoría, naturalmente se aumenta el aislamiento de los militantes con el pueblo en especial con la clase obrera, entonces se surgen las actitudes individualistas y las debilidades consecuentes.

Para nosotros Héctor Amadio Pérez representa la más alta expresión de las defracciones y de la influencia paraguayo burguesa en el seno de nuestra organización. Amadio, juntamente con Alicia Rey Morales y Arquímides Pérez Bades se han puesto a espaldas de los intereses de la clase obrera y el pueblo, son traidores por lo cual han sido condenados a muerte.

— ¿HABRÍA DE AUTODENEGARSE DE SU POSICION ELECTORAL?

— No, consideramos que el apoyo crítico al Frente Amplio fue correcto, partiendo de que deben utilizarse todas las formas de lucha. En ese entonces se asistió a un suceso real de masas y la perspectiva de la lucha electoral con el grueso de la izquierda una de, indubitablemente posibilidad ampliar el campo popular. Asimismo el suceso de violencia en el que debió desarrollarse el mismo jugó un papel, propiamente

Figura 1 – a) O nome de Artigas aparecia no lema dos guerrilheiros, na capa do jornal; b) na página 15, a figura do herói libertador era usada para legitimar ações do MLN-T.

Do outro lado do rio da Prata, a esquerda armada argentina seguiria caminho semelhante: o PRT-ERP (Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo), que tinha ligações com a Quarta Internacional trotskista, utilizou a imagem do general San Martín, herói da libertação nacional, como símbolo da revolução socialista – esse será um de nossos temas nos capítulos 4 e 5. Em algumas edições, o jornal *Estrella Roja*, principal porta-voz do grupo guerrilheiro marxista, abria uma seção para louvar os feitos dos patriotas do século XIX. É o que vemos em setembro de 1971, na página 4, sob o título “San Martín y el Ejército”. O texto trazia uma ilustração, com o general montado sobre o cavalo, e a exaltação:

San Martín, patriota y revolucionario, supo interpretar los grandes ideales de libertad e independencia para el país, que eran correctos en su tiempo, [...] a diferencia de los generales y coroneles de nuestros días que han hecho de la lucha contra el pueblo la tarea principal del ejército.

[...]

Como nuestros antepasados comandados por San Martín supieron desarrollar una prolongada lucha para lograr la primera independencia, el pueblo todo debe hoy organizarse siguiendo su ejemplo y el del Che para librar otra guerra prolongada por la segunda y esta vez definitiva independencia³⁷.

³⁷ “San Martín y el Ejército”. In: *Estrella Roja*, número 6, setembro de 1971, p. 4. *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>.



Figura 2 – O principal jornal do ERP dedicava espaço às histórias das guerras de independência, com destaque para a figura de San Martín, como vemos nessa edição do Estrella Roja, em setembro de 1971 (página à direita).

Além dos casos do M-19, MIR, MLN-T e PRT-ERP, existem outros registros de ações semelhantes, envolvendo o resgate do passado nacional, entre organizações de esquerda latino-americanas³⁸. Não se tratava de um componente secundário, mas de uma referência central no discurso dessas forças políticas, como tentativa de demarcar terreno, utilizando forte apelo simbólico de viés patriótico.

Bronislaw Baczko mostra que as reflexões sobre as disputas simbólicas são antigas no pensamento ocidental. Retorna a Maquiavel para nos lembrar da conhecida frase do teórico florentino: “Governar é fazer crer”. Também cita Marx, para indicar que “qualquer grupo social fabrica imagens que exaltam o seu papel histórico e a sua posição social, não se definindo senão através dessas representações”³⁹.

Baczko refuta o esquematismo de certas vertentes marxistas que tentam reduzir o campo da simbologia a uma espécie de ornamento de uma vida material considerada, esta sim, como

³⁸ Na Argentina, nos anos 1960, por duas vezes, militantes da juventude peronista roubaram o sabre de San Martín, guardado no Museu Histórico Nacional, com objetivo de entregá-lo ao líder Juan Domingo Perón, exilado na Espanha. Nas duas oportunidades, em 1963 e 1965, o Exército conseguiu recuperar o símbolo histórico, depois de prender e torturar os militantes. Essas ações não envolviam grupos armados estruturados; foram gestos de rebeldia da chamada resistência peronista, que, no fim daquela década, avançaria para a organização de agrupamentos guerrilheiros como Montoneros e FAP (Fuerzas Armadas Peronistas), sobre os quais falaremos no capítulo 5. No Equador, já em 1983, guerrilheiros do grupo Alfaro Vive ¡Carajo! roubaram um busto e espadas que pertenciam ao general Eloy Alfaro, considerado paladino do “liberalismo radical” naquele país. Os objetos só foram devolvidos quatro décadas depois ao Estado, durante o governo de esquerda de Rafael Correa.

³⁹ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5 (Antropos-homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 305.

única real. O autor afirma que “os símbolos e as representações coletivas não se limitam a sobrepor-se à prática econômica, mas intervêm diretamente nessa prática da qual são parte integrante”. Lembra também que todo poder se afirma não só pela força, mas também pela legitimidade – e que esta depende, em boa medida, do aspecto simbólico: “Qualquer sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder”. E diz mais: “Na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria”⁴⁰.

A Revolução Francesa, por exemplo, produziu um “novo repertório simbólico”, ao mesmo tempo em que destruiu os “signos da feudalidade”. O novo regime que buscava se afirmar transformou a tomada da Bastilha em máximo signo popular, uma espécie de ato fundador. É evidente que os revoltosos que tomaram a prisão em 14 de julho não queriam erguer símbolo nenhum. A construção veio depois:

[...] a Bastilha se tornou o símbolo de todas as outras bastilhas que a liberdade tem constantemente que tomar de assalto. A partir do dia seguinte ao memorável empreendimento, o lugar foi investido de uma carga simbólica extraordinária⁴¹.

O que pretendemos nesta pesquisa é mostrar que o combate simbólico, na esquerda revolucionária latino-americana dos anos 1960/1970, assumiu características singulares: não se tratava de construir símbolos novos, nas batalhas revolucionárias do presente, mas de resgatar antigos símbolos nacionais, numa disputa renhida pelo passado. Se os revolucionários franceses inventavam símbolos do presente que marcassem a ruptura com o Antigo Regime (da Bastilha aos novos meses no calendário), a esquerda socialista na América Latina mergulhava no combate por símbolos da pátria, numa construção que era revolucionária, mas ao mesmo tempo romântica e nostálgica.

A novidade, aqui, não estava na construção de um discurso anti-imperialista, que afinal integrava já a tradição marxista desde o início do século XX. Mas na consolidação de um nacionalismo revolucionário que se voltava para o passado. Até então, boa parte da esquerda na região tivera como objetivo justamente o contrário: romper com o passado, num movimento marcado pela ideia de *progreso*, que buscava apagar ou superar as tradições. Outra esquerda, no entanto, entrou em cena naquele momento, como reforça a ex-guerrilheira Vera Grabe: “Podíamos ser parte de una historia de lucha por la libertad y justicia que venía de atrás, de la cual éramos herederos y continuadores”⁴².

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 310.

⁴¹ Idem, ibidem, pp. 322-323.

⁴² GRABE, Vera. Op. cit., p. 63.

Em vez de ruptura, continuidade. A luta pelo socialismo não significava mirar apenas para o “progresso social” – conceito tão presente nas correntes marxistas influenciadas pela Revolução de 1917, e, por sua vez, herdeiras da tradição liberal e positivista. A “nova esquerda” armada buscava referências no passado, no terreno das singularidades latino-americanas. E, assim, a história e a nação, com seus símbolos em disputa, se transformavam em instrumentos de luta tão preciosos quanto os fuzis.

O ex-militante do MLN-T David Cámpora disse algo semelhante no depoimento que nos concedeu em Montevideu, em 2016: “*El pasado también nos interesa, somos continuadores de algo. No somos, claro, solo creadores de algo nuevo. Estamos de acuerdo que somos continuadores de algo*”⁴³.

Benedict Anderson indica que liberalismo e marxismo são parceiros na ideia de romper com o passado, na medida em que apontam para o *progreso*: “A desvantagem do pensamento evolucionário/progressivo é sua aversão quase heraclitiana a qualquer ideia de continuidade”. A hipótese de Anderson, com a qual nos alinhamos, é a de que o Iluminismo, com a imposição de um secularismo racionalista no século XVIII, acabou por engendrar também a era do nacionalismo, que responderia em parte à necessidade humana de continuidade, uma vez que isso a fé religiosa já não podia oferecer em larga escala:

A fé religiosa declinou, mas o sofrimento que ela ajudava a apaziguar não desapareceu [...] Então foi preciso que houvesse uma transformação secular da fatalidade em continuidade, da contingência em significado. Como veremos, poucas coisas se mostraram (se mostram) mais adequadas a essa finalidade do que a ideia de nação⁴⁴.

Reparemos que, na América Latina da segunda metade do século XX, a estratégia de buscar símbolos do passado mobilizou tanto uma organização nacionalista sem viés oficial marxista (mas que incorporou ex-militantes comunistas) como o M-19 colombiano quanto o leninista PRT-ERP argentino e o MIR chileno (força revolucionária que se colocara à esquerda do governo socialista de Allende), chegando também a um movimento de composição ampla e heterogênea como o MLN-T uruguaio. De onde veio essa busca? A resposta para isso tem sucessivas camadas.

Quando iniciamos a pesquisa para elaboração desta tese – recolhendo panfletos, documentos internos, periódicos e outras evidências empíricas relacionadas às organizações acima citadas – partíamos de uma dupla hipótese: a) a ênfase discursiva no passado nacional,

⁴³ Depoimento de David Cámpora ao autor da tese, Montevideu, dezembro de 2016; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

⁴⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 38.

como estratégia central de combate simbólico, encontrou ressonância em boa parte da esquerda revolucionária da América Latina nos anos 1960 e 1970; especialmente na região do Prata, esse movimento teve características singulares – mais do que nacionalista, assumiu ares de nostalgia, com o uso reiterado de bandeiras e heróis do século XIX como símbolos revolucionários, compondo o que podemos chamar de uma esquerda romântica; b) esse mergulho nacionalista para o passado – no Prata, mas também em outras partes do continente – teria sua origem e explicação no processo revolucionário cubano, vitorioso em 1959.

A primeira hipótese, com algumas nuances e observações que serão retomadas adiante, se confirmou e a ela dedicaremos boa parte de nosso esforço interpretativo ao longo deste e dos próximos capítulos. A hipótese exposta no item “b”, no entanto, mostrou-se insuficiente para explicar processo tão complexo. É por esse ponto que começaremos nossas reflexões na próxima seção.

1.1 Revolução Cubana e Martí: o socialismo recupera o passado

A teoria do foco rural, a ideia de uma pequena vanguarda armada que substituiria o velho partido revolucionário bolchevique, a proposta de um *homem novo* que se deveria construir com (e para) a Revolução: tudo isso constituiu uma nova forma de lutar pelo socialismo, que os cubanos ajudaram a espalhar pelo mundo, mas especialmente pelos países latino-americanos, após 1959.

Havia, no entanto, um dado mais a considerar. Nossa hipótese inicial de pesquisa era pensar a Revolução Cubana também como um programa de independência nacional, que teria servido de base para as organizações guerrilheiras dos anos 1960/1970 no Cone Sul, incluindo: a busca por um modelo revolucionário local, independente da matriz soviética (em que pese, alguns anos após o triunfo de 1959, Cuba ter se colocado no campo socialista dirigido pela União Soviética); e o retorno aos heróis nacionais, a partir da forma como Fidel retoma a figura de José Martí – intelectual e militante de uma luta pela independência que ficara pelo caminho no fim do século XIX, transformado num “apóstolo” da revolução seis décadas depois. A construção de Martí como herói se baseia no papel efetivo que ele cumpriu, como ideólogo e

organizador das lutas de independência⁴⁵, mas foi fruto também de longa elaboração simbólica, iniciada antes de 1959, e aprofundada após o triunfo de Fidel Castro⁴⁶.

Vitoriosa em 1959, a Revolução Cubana teve, de fato, enorme impacto sobre a esquerda no continente. Isso é atestado por vários teóricos e pesquisadores que estudaram o tema. É o caso de Jorge Castañeda:

Antes de Fidel entrar em Havana, a esquerda latino-americana havia sido reformista, gradualista ou resignadamente pessimista diante da possibilidade de um triunfo revolucionário. [...] [Na América Latina dos anos 1960], os grupos armados germinaram como reação aos partidos comunistas⁴⁷.

Michael Löwy segue a mesma linha, ao ressaltar o que chama de “metamorfose ideológica” de uma revolução que nasceu nacionalista e assumiu depois o programa marxista-leninista:

O fato excepcional da Revolução Cubana é que toda uma equipe política de origem pequeno-burguesa, inspirada por uma ideologia jacobina e pelas ideias

⁴⁵ José Julián Martí nasceu em Havana, em 1853. Durante a guerra independentista contra a Espanha (1868-1878), foi detido com apenas dezesseis anos, por fazer propaganda da luta pela emancipação, e deportado. Estudou em Madri, passou por Paris, e depois viveu no México, na Guatemala e na Venezuela. A partir de 1881, fixou-se em Nova York, passando a colaborar como jornalista e articulista para vários jornais latino-americanos. No início da década de 1890, envolveu-se na organização das forças que retomaram a luta pela independência, criando o PRC (Partido Revolucionário Cubano). Em 1895, ao lado de Máximo Gómez e Antonio Maceo, desembarcou em Cuba para iniciar nova guerra pela autonomia frente à Espanha. Em 19 de maio daquele ano, tombou em combate. Escreveu dezenas de artigos e ensaios, deixando como marca principal o conceito de “Nossa América”, que buscava valorizar o *espírito americano* ou a *alma americana*, em oposição à visão eurocêntrica dominante entre a elite liberal das ex-colônias espanholas, e expressa por exemplo na obra do argentino Domingo Faustino Sarmiento. Ao mesmo tempo, Martí denunciava as ameaças ao projeto de Cuba independente representadas pelos *tigres de afuera* e pelos *tigres de adentro*: “Os primeiros estariam claramente identificados com as ameaças expansionistas e com o modelo representado pelos Estados Unidos da América do Norte – a outra América que não a nossa. Já os segundos estariam representados por vários fatores que ameaçavam o restante da América, tais como a herança colonial, o localismo, a falta de raízes, a excessiva importação de modelos e fórmulas alheias” (CARVALHO, Eugênio Rezende. *Nossa América: a utopia de um novo mundo*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2001, p. 24).

⁴⁶ Após sua morte, em 1895, Martí foi aos poucos transformado num mito, num símbolo da luta pela emancipação política cubana. Além de oferecer a ideia de uma América hispânica que não se rendia ao domínio anglo-saxão, Martí era também um exemplo de intelectual que dera a vida para pôr em prática o que propunha. Nas primeiras décadas do século XX, com Cuba transformada num protetorado dos Estados Unidos, Martí era exaltado por uma geração de jovens intelectuais marxistas, que incluía Rubén Martínez Villena e Julio Antonio Mella; este último escreveu que, ante a obra de Martí, experimentava “*la misma emoción, el mismo temor que se siente ante las cosas sobrenaturales*” (MELLA, Julio Antonio. *Glosas al pensamiento de Martí*, Havana, 1927). Mais tarde, Martí seria louvado também por um escritor como José Lezama Lima (ver: LEZAMA LIMA, José. “Secularidad de José Martí”. In: *Orígenes*, Havana, 1953).

Fidel Castro, portanto, não “inventou” Martí a partir do zero, mas assumiu o ideário de um pensador que, a partir de 1959, já não seria apenas o herói de intelectuais ou de lutadores pela independência, mas da própria nação. Na Cuba revolucionária dos séculos XX e XXI, Martí seguiu a ser tratado, mais do que como um grande escritor ou ensaísta, como um “apóstolo” da pátria (ver VITIER, Cintio. *Vida y obra del apóstol José Martí*. Havana: Fondo Cultural del Alba, 2006).

⁴⁷ CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada*. Tradução: Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 69 e 73.

de José Martí, passou para o campo do proletariado e tornou-se marxista em uma “metamorfose ideológica” coletiva verdadeiramente sem precedentes⁴⁸.

Jacob Gorender, num estudo clássico sobre as organizações armadas brasileiras, diz que o foquismo transformou-se na “teoria oficial da Revolução Cubana” e foi levado continente afora como novo paradigma para as forças revolucionárias de outros países. O próprio Gorender testemunhou esse fato durante reunião do Partido Comunista do Uruguai, em 1962, em que a organização do Prata abriu espaço para longa exposição de um enviado de Havana sobre as vantagens do foco rural⁴⁹.

A chamada teoria do foco se espalhou pela esquerda latino-americana, principalmente a partir dos escritos de Che Guevara (*A Guerra de guerrilhas*, de 1960) e de Régis Debray (*Revolução na Revolução*, de 1967). Na obra de 1960, Che enumera o que considera como as “três lições fundamentais” que o triunfo cubano oferecia aos movimentos revolucionários do continente:

- 1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército.
- 2) Nem sempre devemos esperar que todas as condições para a revolução estejam dadas: o foco insurrecional pode criá-las.
- 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve situar-se fundamentalmente no campo⁵⁰.

O objetivo central desta tese não é avaliar as estratégias revolucionárias das organizações guerrilheiras dos anos 1960/1970, e muito menos retomar o longo debate sobre foquismo. Mas ressaltar que, a partir dele, Cuba construiu o que se pode chamar de um novo modelo revolucionário. E uma das características desse modelo, além da luta de guerrilhas a partir do foco rural, era o discurso nacionalista que recuperava Martí – um personagem do século XIX – como símbolo de luta revolucionária.

Gorender é um crítico do foquismo, por considerar que este se origina de certa mitologia revolucionária⁵¹, mas reconhece que, a partir da popularidade da estratégia vitoriosa em 1959, os cubanos inauguraram nova fase na América Latina:

⁴⁸ LÖWY, Michael. “Introdução”. In: LÖWY, Michael (org.) *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 44.

⁴⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 90.

⁵⁰ GUEVARA, Che. “Essência da luta guerrilheira”. In: SADER, Eder (org.). *Che Guevara*. São Paulo: Editora Ática (coleção Grandes Cientistas Sociais, coordenada por Florestan Fernandes), 1981, p. 58.

⁵¹ Para Gorender, não se sustenta a ideia de que a Revolução Cubana chegou à vitória “pelo poder mágico de doze ou dezessete sobreviventes da expedição do Granma”. Para o autor, essa mitologia foi em parte construída por declarações de Fidel Castro e outros revolucionários, mas não tem base real: “O pequeno grupo comandado por Fidel Castro em nenhum aspecto corresponde à ideia do foco. Desde o primeiro momento, foi reconhecido pelos camponeses e neles encontrou simpatia e ajuda [...] Por conseguinte, nem mesmo o caso de Cuba se ajusta à teoria do foco” (GORENDER, Jacob. Op. cit., pp. 92 e 93).

Registramos que a crítica de Gorender parece exagerada, na medida em que o próprio Che Guevara ressaltava que o foco não poderia por si só estabelecer as condições de vitória, dependendo sempre do apoio popular e das condições políticas de cada país (ver GUEVARA, Che. “Essência da luta guerrilheira”. Op. cit.).

O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta⁵².

Relembremos, rapidamente, que a Revolução Cubana não foi liderada pelo partido comunista de linha soviética, que na ilha tinha o nome de Partido Socialista Popular (PSP). Fidel Castro não era próximo dos comunistas, já que desde jovem atuara junto a outra organização, o Partido Ortodoxo (oficialmente, Partido del Pueblo Cubano/Ortodoxos), que assumia um discurso nacionalista, contra a política intervencionista dos Estados Unidos, e tinha apoio entre estudantes, mas sem ligação com organizações comunistas. Foi essa militância que levou Fidel a organizar o ataque ao quartel Moncada, em 26 de julho de 1953, num ato de rebeldia contra a ditadura de Fulgencio Batista. O PSP classificou aquele ato como “uma tentativa golpista, uma forma desesperada de aventureirismo, típico dos círculos pequeno-burgueses”⁵³.

Derrotados e presos, os revolucionários depois se exilaram no México e lá constituíram o Movimiento 26 de Julio (M-26). Outros integrantes do grupo, entre os quais Raúl Castro, tinham proximidade com o marxismo e com os comunistas, mas o M-26 começou a luta revolucionária sem a chancela de Moscou. Quando os guerrilheiros desembarcaram em Cuba, vindos do México a bordo do Granma, e iniciaram o movimento armado visando a deposição do governo de Fulgencio Batista, o PSP se opôs à rebelião. Só em meados de 1958, quando ficou claro que a revolução poderia ser vitoriosa, os comunistas passaram a apoiar os guerrilheiros de Sierra Maestra, e aí participaram efetivamente da luta enviando militantes para as montanhas.

Depois que a revolução triunfou, no início de 1959, os comunistas se alinharam com o novo governo, que a princípio adotou uma plataforma de libertação nacional. Mas deixavam claro que seguiam alinhados com a ideia de *etapismo*⁵⁴ então dominante entre os partidos de

⁵² GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 91.

⁵³ “Carta a los militantes”, publicada em agosto de 1953 pela direção do PSP cubano. Apud: LÖWY, Michael (org.) *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, p. 38.

⁵⁴ Nos anos 1930 e 1940, os Partidos Comunistas (PCs) na América Latina atuaram sob forte influência da Terceira Internacional, dirigida pela União Soviética/URSS. Os teóricos dessa linha política, sob direção de Joseph Stalin, não acreditavam que uma revolução marxista-leninista pudesse triunfar na região. Os PCs tinham margem de atuação reduzida, na medida em que a orientação de Moscou indicava que “nos países atrasados a revolução tinha de ser democrático-burguesa”, e não socialista (ANGEL, Alan. “A esquerda na América Latina após 1920”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume VII – A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009, p. 482). A partir de 1935, os PCs adotaram – como estratégia universal – a política das frentes populares para combater o fascismo, que crescia na Europa. Em 1957, já depois da ascensão de Nikita Krushev ao poder, Moscou aprovou a diretriz de “transição pacífica ao

linha soviética, ao classificar aquele processo como uma revolução patriótica e democrática, destacando que a burguesia nacional era importante aliada na construção revolucionária⁵⁵.

Àquela altura, o governo liderado por Fidel Castro não tinha ainda assumido a linha socialista, e os comunistas pareciam dizer: apoiamos esse processo justamente porque não se trata de uma revolução socialista, mas de uma revolução nacional; era como se Cuba tivesse dado razão aos manuais da Terceira Internacional. Mas os comunistas do PSP foram superados pela realidade: logo em seguida, o governo revolucionário desapropriou empresas sob controle do capital estadunidense e, diante do boicote da burguesia local, fábricas abandonadas foram nacionalizadas e colocadas sob controle do Estado cubano. O partido de linha soviética, portanto, ficou de fora tanto da fase inicial da luta guerrilheira quanto do período em que a revolução caminhou para o socialismo:

Isso não foi resultado das limitações específicas do PSP, mas consequência da orientação política fundamental do movimento comunista “oficial” do continente. Nesse sentido, a política do PSP de 1953 a 1960 ilustra a dificuldade, para os partidos comunistas, de desempenhar um papel revolucionário real, a despeito da abnegação de seus membros⁵⁶.

Em abril de 1961, Fidel assumiu o caráter socialista da revolução. Quatro anos depois, foi criado um novo Partido Comunista Cubano, desvinculado das estruturas da legenda que seguia a linha soviética. Importante destacar o duplo movimento feito pelos revolucionários: ao mesmo tempo em que agiram de forma independente, recusando-se a se submeter à linha de Moscou, aproximaram Cuba do sistema soviético com uma parceria política e econômica estratégica⁵⁷.

socialismo”, acentuando a tendência dos partidos de linha soviética, em todo o mundo, de apostar na disputa institucional.

A Revolução Cubana, portanto, indicava outro caminho, para além das orientações soviéticas, que, de resto, ensejavam uma produção teórica bastante esquemática entre os marxistas que seguiam a linha de Moscou, baseada no etapismo: “A primeira etapa em curso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista [...] Propunha a composição de forças sociais para a realização das tarefas revolucionárias da primeira etapa: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. [...] O bom caminho devia ser o caminho pacífico da revolução. O caminho pacífico se viabilizava pela nova situação internacional favorável ao socialismo” (GORENDER, Jacob. Op. cit., pp. 34 e 35).

⁵⁵ “Balance de la labor del partido desde la última asamblea nacional y el desarrollo de la revolución”. Apud: LÖWY, Michael (org.). Op. cit., p. 39.

⁵⁶ LÖWY, Michael. “Introdução”. In: LÖWY, Michael (org.). Op. cit., p. 39.

⁵⁷ Ainda em 1961, Fidel Castro tentou unificar os grupos que participaram da vitória de 1959: as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI) reuniram o M-26, o PSP e o Diretório Estudantil Revolucionário – que tivera papel decisivo na agitação urbana em apoio aos guerrilheiros. Rapidamente, no entanto, a liderança revolucionária entrou em choque com a velha guarda comunista, que quis assumir o controle de postos-chave no Estado e nas frentes de apoio à revolução. Por conta disso, as ORI foram dissolvidas. Ao criar o novo Partido Comunista, em 1965, Cuba sinalizava adesão ao bloco socialista, mas sem abrir mão da autonomia política.

Alguns meses depois da declaração de abril de 1961, Fidel Castro fez um de seus longos discursos, considerado crucial por estabelecer a linha revolucionária que ia de Martí a Marx. O líder cubano exaltou militantes comunistas do passado, como o histórico dirigente Julio Antonio Mella, assassinado em 1929, mas passou ao largo dos nomes de comunistas mais recentes, com os quais tinha divergências claras:

A **revolução anti-imperialista e socialista tinha de ser uma só**, uma verdadeira revolução, porque **existe apenas uma revolução**. Essa é a grande verdade dialética da humanidade: o imperialismo, e diante do imperialismo, o socialismo⁵⁸. (grifos nossos)

O grande nome homenageado no discurso não era o de um teórico marxista ou socialista, mas sim o de um herói nacional cubano:

Martí não era marxista-leninista. Martí disse de Marx que, como ele se colocou ao lado dos pobres, tinha toda sua simpatia. [...] E que outra visão teve Martí? Uma visão também genial no ano de 1895. Teve a visão do imperialismo norte-americano, quando o imperialismo norte-americano ainda não tinha começado a ser imperialismo. Isso se chama ter visão política de longo alcance⁵⁹.

Em contraposição ao modelo universalizante, que vinha pronto da União Soviética, a experiência cubana – com o resgate de Martí, e com a ênfase no embate contra o expansionismo dos Estados Unidos – significou a busca por um socialismo com cores locais. A vitória de 1959 expusera a fragilidade da tese de revolução por etapas: a revolução agora era uma só, ao mesmo tempo socialista e de libertação nacional.

É evidente que, antes de se configurar num “erro teórico”, a tese etapista tinha a função de subordinar os PCs da América Latina aos interesses de Moscou, que àquela altura apostava na coexistência pacífica com o Ocidente como forma de ganhar tempo para consolidar o desenvolvimento da economia soviética, poupando energia preciosa que, de outra forma, seria gasta num embate direto com as potências capitalistas⁶⁰.

Nos anos 1950 e 1960, ficou claro para amplos setores de esquerda que as burguesias locais no continente não assumiriam qualquer papel em processos de libertação nacional. Isso era confirmado, na prática, pela forma como elites empresariais se aliavam a golpes de estado

⁵⁸ CASTRO, Fidel. “De Martí a Marx”, discurso de 2 de dezembro de 1961. Apud: LÖWY, Michael (org.). Op. cit., p. 296.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 293.

⁶⁰ Essa linha política ficou registrada em documentos e livros, como o que foi publicado ainda antes do fim da Segunda Guerra, em 1944, por Vittorio Codovilla, representante da Terceira Internacional e líder do PC argentino: “A cooperação internacional entre os países capitalistas mais importantes e entre esses países e a URSS, com o propósito de criar um mundo melhor, mostra que os Estados Unidos e a Inglaterra concordaram quanto a uma política econômica a ser seguida na América Latina que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico, político e social de uma maneira progressiva” (CODOVILLA, Vittorio. *Marchando para um mundo melhor*. Apud: LÖWY, Michael. Op. cit., pp. 32).

contra projetos reformistas – como acontecera no Brasil em 1964, com a derrubada de João Goulart, e como já fora tentado duas vezes antes: em 1954, contra o programa nacionalista de Getúlio Vargas, levando ao suicídio deste último; e em 1961, quando Leonel Brizola organizou a resistência armada na Rede da Legalidade para garantir a posse de Goulart.

Na Argentina, o governo de Arturo Frondizi, eleito em 1958 com discurso desenvolvimentista, aderiu a um programa de entrega nacional sugerido pelo FMI, e mesmo assim terminou derrubado. No Uruguai, a burguesia local se aliava aos militares, no apoio a governos de direita alinhados com os Estados Unidos, com uma fachada civil que nos anos 1970 seria substituída por ditadura abertamente militar. Em Cuba, ao contrário das esperanças manifestadas pelo PSP em 1960, a burguesia nacional não apoiou a revolução e rapidamente tomou o caminho de Miami.

Sob pressão da Guerra Fria, elites econômicas e setores ditos liberais abandonavam qualquer jogo de aparências e se alinhavam de forma clara com os Estados Unidos. Em toda a América Latina, as burguesias locais tinham faltado ao encontro marcado com a revolução nacional, que os PCs de linha soviética insistiam em defender.

Era como se os emblemas e símbolos da nação tivessem sido abandonados pelo chão, e pudessem ser apanhados pelos grupos que, à esquerda, tentavam construir outros projetos. O espaço da libertação nacional tinha ficado vazio. Uma nova esquerda, sob inspiração cubana, ou seja, sob inspiração de uma revolução ao mesmo tempo vitoriosa e nacionalista, indicava o caminho para aqueles dispostos a agir fora das amarras soviéticas.

Entre os autores brasileiros, Florestan Fernandes continua sendo referência no estudo do processo cubano. A obra por ele publicada, ainda em 1979, traz reflexões sobre a estrutura de poder e a construção do Estado socialista em Cuba, mas a parte que mais nos interessa é aquela em que o sociólogo tenta compreender a singularidade do nacionalismo que está na base da Revolução de 1959.

Quase todos os países da América Latina conquistaram autonomia política no início do século XIX. Quem comandou a construção da identidade nacional, naquele momento, foram elites liberais, por isso “o que se definiu como nação era uma projeção liberal dos interesses e dos valores conservantistas dos estamentos privilegiados”. Já em Cuba, a independência foi adiada, com a luta pela emancipação política retomada no fim do século XIX, por isso “o nacionalismo confinou-se aos setores mais radicais das várias camadas sociais da população”⁶¹.

⁶¹ FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo – a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, terceira edição, 2012, p. 90.

Richard Morse segue a mesma linha de Florestan Fernandes, e frisa que o cubano José Martí foi o responsável por reconfigurar o debate sobre nação e nacionalismo na América Latina:

A contribuição de Martí para definir a questão da identidade foi democratizá-la. O nacionalismo fora implantado na América Latina, mas sem a implicação romântica de enraizamento no povo. Até começos do século XX, pensadores ensaístas e historiadores pareciam concordar que as questões culturais eram um campo de diagnóstico e prescrição reservado a intelectuais⁶².

Derrotado e morto na tentativa de conquistar a independência em 1895, Martí deixa como grande obra a popularização e a radicalização do nacionalismo, até então restrito às elites liberais. Na América Latina, insiste Florestan Fernandes, revoluções de independência lideradas (e freadas) por estamentos privilegiados tinham sido a regra, e a consequência fora a construção de um Estado menos nacional e mais estamental e oligárquico. Na ilha caribenha, a construção histórica seguiu outro caminho: “Ao retardar-se, a revolução nacional em Cuba fugiu a esse circuito nefasto”⁶³.

A conclusão é que, em Cuba, a revolução nacional deixava de ser puramente política e assumia características novas, impostas pela necessidade de extirpar o neocolonialismo explícito aceito por uma classe dirigente que prolongara a condição de subordinação à Espanha durante todo o século XIX⁶⁴, e transferira essa subordinação aos Estados Unidos de forma escancarada, com a Emenda Platt, no período subsequente:

Ao ir tão longe e tão fundo, ele [neocolonialismo] desprende a revolução nacional do “idealismo burguês”, do liberalismo, da democracia constitucional e representativa. E inverte a tendência predominante no século XIX: **o conteúdo de classe da revolução nacional viria de baixo para cima, ou seja, das massas populares, dos humildes e explorados, dos setores organizados das classes trabalhadoras. [...] Pela primeira vez, na história da América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático**, e ao vencer a ideia de nação arrasta com ela a construção de uma ordem inteiramente nova e socialista⁶⁵. (grifo nosso)

⁶² MORSE, Richard. “O multiverso da identidade latino-americana, 1920-1970”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina após 1930: ideias, cultura e sociedade*, volume VIII. São Paulo: Edusp, 2011, p. 25.

⁶³ FERNANDES, Florestan. Op. cit., pp. 92 e 93.

⁶⁴ Após a primeira tentativa de independência, entre 1868-1878, as tropas lideradas por Antonio Maceo e Máximo Gómez partiram para mais uma guerra contra a Espanha, em 1895. Além de Martí, morto logo no início dos combates, Maceo também tombou na guerra, que se prolongou por três anos sem uma definição clara. Em 1898, os Estados Unidos entraram no conflito e rapidamente derrotaram os espanhóis. Cuba ficou sob controle da potência norte-americana, que em 1901 obrigou os cubanos a incluírem em sua Constituição a Emenda Platt – com garantias de submissão aos Estados Unidos. Houve novas intervenções armadas estadunidenses nos anos seguintes, e Cuba manteve-se como uma república sem autonomia efetiva até a Revolução de 1959. A emenda Platt foi considerada por Fidel Castro um dos elementos centrais que favoreceram o processo revolucionário: nascido de fortes demandas nacionalistas, só mais tarde assumiria um programa abertamente socialista.

⁶⁵ FERNANDES, Florestan. Op. cit., pp. 94 e 95.

Notemos que a formulação apresentada por Florestan Fernandes, de uma revolução cubana que integra independência política à efetiva libertação nacional, dialoga com uma ideia que é recorrente nos documentos das organizações que vamos analisar nos capítulos seguintes: MLN-T e PRT-ERP faziam seguidas referências à necessidade de uma “segunda independência”, que completasse a “primeira independência”, conduzida por Artigas e San Martín e que teria ficado incompleta.

Essa construção discursiva aparece, por exemplo, na declaração conjunta assinada pelas duas organizações, em 1973, para denunciar o assassinato do argentino Gerardo Alter e do uruguaio Walter Arceche, ambos mortos sob tortura num quartel do Exército em Montevideu. Alter, na qualidade de militante do ERP, havia sido enviado ao Uruguai para atuar no MLN-T, num exercício de “internacionalismo proletário”, como afirmava o documento. Mais adiante, o comunicado comemorava que MLN e ERP, assim como o MIR chileno, estivessem agora unidos:

en esta guerra de la **Segunda Independencia**, reviviendo la indestructible y centenaria unidad de nuestros pueblos, que aliados y organizados libramos triunfalmente la guerra de la **Primera Independencia** contra la dominación colonial española [...] Ahora, continuamos esa lucha contra los enemigos de hoy, el imperialismo yanqui y el bárbaro sistema de explotación capitalista, bajo la advocación del Comandante Guevara, héroe y precursor de la revolución socialista continental⁶⁶. (grifos nossos)

Che Guevara, comandante da revolução vitoriosa em 1959 e teórico da estratégia guerrilheira, era anunciado como o precursor de outras revoluções. Se em Cuba a independência já estava completa, nos países do Cone Sul era necessária uma segunda guerra de independência que concluísse o processo iniciado no século anterior. E se Cuba construía a pátria socialista sob inspiração de Martí, o mesmo poderia se dar nos demais países – recuperando-se as figuras de San Martín, Artigas e de outros heróis libertadores.

Eram várias, portanto, as pistas que pareciam reforçar nossa hipótese inicial de pesquisa, de que os grupos guerrilheiros dos anos 1960/1970 na América do Sul mimetizavam Cuba, ao mergulharem em direção ao passado nacional. Mas foi preciso matizar essa ideia.

Cuba, de fato, indicou um caminho para a esquerda armada no continente. Não é coincidência que o MLN-T uruguaio, o MIR chileno e o M-19 colombiano tenham adotado a mesma nomenclatura dos cubanos: “movimento”, e não partido – o que se observa em vários países da região como marca distintiva da nova esquerda que se implanta no continente, a partir

⁶⁶ “Declaración Conjunta PRT – MLN”, agosto de 1973. Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

de rupturas com os partidos comunistas tradicionais⁶⁷. Nesse ponto, havia, sim, identificação com os cubanos. Cuba oferecia não apenas uma nova estratégia revolucionária, que privilegiava a construção da vanguarda armada e de um movimento popular, em substituição à vanguarda de estilo bolchevique. Cuba servia também como indicação de que a vontade revolucionária podia acelerar o processo, sem que fosse preciso aguardar uma insurreição no modelo de 1917. Cuba, enfim, sugeria que o modelo de socialismo deveria ser buscado de forma autônoma, de acordo com a realidade nacional, sem ilusões etapistas nem subordinação às burguesias locais.

Tudo isso está consolidado na bibliografia que se dedica à História Política da América Latina. Mas Cuba *não* explica, por si só, o significativo movimento em direção ao passado nacional que mobilizou organizações de esquerda nos anos 1960/1970. A análise das evidências empíricas indicou que nossa hipótese inicial não se confirmava, ou era incompleta. Cuba pode ter dado o impulso final e reforçado uma tendência nacionalista e nostálgica que, no entanto, já era anterior.

O estudo das fontes documentais, especialmente na Argentina e no Uruguai, indicou que Tupamaros e PRT-ERP buscaram o passado para construir legitimidade política, mas não o fizeram por replicar um modelo que viera pronto de Cuba. Ao contrário: **as esquerdas uruguaia e argentina realizaram o mesmo mergulho nacionalista que os cubanos, mas seguindo outro trajeto**. Os vestígios dessa construção surgem nos documentos teóricos e nos periódicos de grupos que mais tarde dariam origem ao MLN-T e ao PRT-ERP, bem como na reconstituição biográfica de vários de seus líderes.

Esse movimento, no Prata, foi longo e seguiu ritmo próprio. Foi, talvez, concomitante à busca que os irmãos Castro e outros revolucionários realizavam no Caribe, mas seria exagero dizer que foi pautado pelos cubanos. Tudo isso ficará mais claro nos capítulos seguintes, quando vamos retomar essa genealogia de forma detalhada.

⁶⁷ No Brasil, pelo menos cinco grupos guerrilheiros surgidos no mesmo período adotaram também a nomenclatura de movimento: o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), de inspiração guevarista, assumiu como nome a data em que Che foi capturado na Bolívia em 1967, e participou de ações marcantes como o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Rio, em 1969; o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) agregou lideranças militares e sindicais próximas ao brizolismo e chegou a estabelecer um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó (divisa de Minas Gerais e Espírito Santo), rapidamente derrotado em 1966; o MAR (Movimento Armado Revolucionário) também reuniu militares nacionalistas contra a ditadura, mas teve vida efêmera; o Molipo (Movimento de Libertação Popular), fundado por dissidentes da ALN que haviam passado por treinamento militar em Cuba, atuou entre 1971 e 1973; e o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), criado por egressos de outras organizações armadas, ganhou fama pela audácia de seu chefe, o ex-metalúrgico Devanir de Carvalho. O MRT foi uma rara organização brasileira que incorporou em seu nome a simbologia do passado, homenageando o alferes morto no século XVIII. No Brasil, o apelo a essa simbologia, por parte de grupos armados, assumiu características diversas e foi mais discreto do que em outras partes da América Latina, como veremos adiante.

Antes disso, no entanto, pretendemos neste primeiro capítulo cumprir outras etapas. Começaremos por definir as características da *época* em que atuam as organizações armadas que são nosso objeto de análise. Depois, vamos retomar o longo debate teórico sobre nacionalismo na tradição marxista. Pretendemos, ainda, explorar conceitos que ajudam a compreender o mergulho em direção ao passado com o qual estamos lidando – destacando as ideias de *nostalgia* e de *socialismo romântico*.

1.2 Os longos anos 1960: época e sentimento

A intensa busca pelos símbolos nacionais, empreendida nos anos 1960/1970 por organizações políticas que integram uma linhagem de tradição universalista como o marxismo, é fruto de uma forma singular de se colocar no mundo, bem específica de uma *época* – que pode ser delimitada com marcos temporais e culturais. A partir das reflexões de Claudia Gilman⁶⁸, consideramos possível pensar o que se costuma chamar de *anos 1960* como um período estendido, que na América Latina se inicia em 1959, com a Revolução Cubana, e se prolonga até meados dos anos 1970, quando ditaduras militares se implantam no Cone Sul. Se Eric Hobsbawm tornou célebre a expressão “breve século XX”, para se referir ao período que começa com a Primeira Guerra e se encerra com a queda da União Soviética⁶⁹, consideramos nesta tese utilizar o conceito de *longos anos 1960* para nos referir ao período em que atuam as organizações por nós estudadas⁷⁰.

Longos foram os anos 1960 e prolongados foram seus ecos. Ainda nas décadas de 1980 e 1990 era comum voltar àquele período, em busca de explicações ou ao menos de inspiração, diante de um mundo que já se modificara de forma substantiva. O autor desta tese participou pessoalmente de uma construção política e simbólica desse tipo, quando em 1988 ajudou a organizar na Universidade de São Paulo um ciclo de debates sobre os vinte anos das Rebeliões de Maio de 1968. Para os estudantes dos oitenta, parecia que uma eternidade havia passado,

⁶⁸ GILMAN, Claudia. “Los sesenta/setenta considerados como época”. In: *Entre la pluma y el fusil – debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2012.

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁷⁰ Claudia Gilman chega a sugerir o uso dessa formulação, mas sem encampá-la, já que prefere se fixar no conceito de época: “[...] *se podría proponer como denominación los ‘largos sesenta’, si no fuera que la categoría de época es conceptualmente más descriptiva para ese período*” (GILMAN, Claudia. Op. cit., p. 39). Consideramos que o conceito de *época* não exclui a ideia dos *longos anos sessenta*, como forma de descrever um período que na verdade se iniciou no fim dos anos cinquenta e transbordou para os setenta.

mas eram apenas duas décadas⁷¹. Estávamos em busca dos vestígios de um tempo, e de uma forma específica de pensar e agir, que já se esgotara.

Também nos anos 1980, um grande sucesso editorial foi o livro do jornalista Zuenir Ventura: *1968, o ano que não terminou*⁷². Recuperava eventos marcantes da vida cultural e política – ainda que hoje pareça, em alguns trechos, uma retomada excessivamente focada no universo da zona sul carioca, com menos abertura para outros contextos. De toda forma, ao contrário do que expressava o título, àquela altura, tanto 1968 quanto os *longos anos 1960* já haviam terminado, sim. O que tinha ficado eram ecos do tempo passado, e que exatamente por isso já podia ser apreendido como outra *época*⁷³.

O conceito que Gilman desenvolve permite compreender que uma época não se define tanto pelos marcos temporais – ainda que eles possam ser buscados, debatidos e provisoriamente estabelecidos. Mas pela forma de costurar discursos e sentimentos:

En término de una historia de las ideas, una época se define como un campo de lo que es públicamente decible y aceptable – y goza de la más amplia legitimidad y escucha – en cierto momento de la historia, más que como un lapso temporal fechado por puros acontecimientos [...] El bloque de los sesenta/setenta así, sin comillas, constituye una época con un espesor histórico propio y límites más o menos precisos, que la separan de la constelación inmediatamente anterior y de la inmediatamente posterior⁷⁴.

O que mais nos interessa, então, é estabelecer: quais eram essas características que fizeram dos longos anos 1960 uma *época* singular? Essa resposta permitirá também compreender a estrutura mental, cultural e política em que estavam imersas as organizações de esquerda que mergulhavam em busca do passado nacional.

Essa é uma geração influenciada por alguns fatos marcantes, ocorridos num período relativamente curto, em várias partes do mundo: a Revolução Cubana, a indicar que a vontade revolucionária podia queimar etapas e evitar a longa espera pela insurreição popular; a descolonização africana e toda a reflexão teórica a ela associada; a Guerra do Vietnã e o significado de desafio ao poder imperial que se escancarava; as rebeliões contra o racismo nos

⁷¹ O ciclo de debates “1968 – A imaginação no poder” foi organizado pelo Centro Acadêmico dos estudantes de História, e ocorreu no auditório do Departamento de História, que levava o nome de Fernand Braudel, mestre que deixou reflexões sobre as múltiplas durações e camadas do tempo histórico. Àquela altura, não eram a curta ou a longa duração braudeliiana que nos interessavam, mas sim os relatos de personagens como Zé Dirceu e Vladimir Palmeira – que haviam liderado as rebeliões estudantis em São Paulo e no Rio, em 1968, e agora eram os convidados principais do seminário sobre a época passada.

⁷² VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

⁷³ Na indústria do entretenimento brasileiro, essa época seguiu ecoando também na última década do século XX, com a emblemática série *Anos rebeldes* – que foi ao ar em 1992, na TV Globo, e serviu de inspiração para a geração dos caras-pintadas, que foi às ruas pelo impeachment de Collor. A rebeldia dos sessenta foi ressignificada, e serviu de combustível não para fazer a revolução, mas para melhorar a democracia. Era outra geração, outra época, que falava a língua das reformas democráticas.

⁷⁴ GILMAN, Claudia. Op. cit., p. 36.

Estados Unidos, que acrescentavam de maneira irreversível, às pautas de esquerda, outros componentes para além da luta de classes; e os movimentos estudantis que tomaram as ruas, a mostrar que a estabilidade do pós-Guerra no chamado mundo ocidental era mais superficial do que se imaginava.

Aqui já há algo a observar: o Maio de 1968, tão valorizado por uma visão eurocêntrica (Paris teve papel central na construção simbólica das rebeliões, o que levou teóricos da Europa e dos Estados Unidos a subvalorizarem o peso do movimento que ocorreu também em outras partes do mundo), era apenas um item na longa lista de eventos. A nosso ver, os 1960 são menos a “rebeldia de 1968” – que, ao longo do tempo, foi reconstruída com um tom em parte despolitizante e simplificador, quase como uma soma de exageros estudantis, que depois poderiam ser contidos em nome da ordem – e muito mais a ideia de que a política passava a estar no centro da vida e dos debates. A ação política passava a ser um nó em torno do qual os atores se colocavam. E essa, diz Claudia Gilman, foi “*una estructura de sentimientos que atravesó el mundo*”⁷⁵ (grifo nosso).

Os longos anos 1960 carregavam algumas ideias-chave, entre elas a convicção de que o mundo estava às portas de mudança iminente e a certeza de que essa mudança seria fruto da vontade de um “homem novo” – outro conceito fundamental do período, que retomaremos adiante nesta tese. A vontade coletiva seria capaz de refundar a sociedade: mudanças profundas eram vistas não mais como utopia distante, mas como conquista possível e ao alcance da mão.

Outra ideia: a ação armada poderia levar a uma transformação tão radical quanto irresistível. A violência ganhou legitimidade política, e esse entendimento se estendia de Havana a Paris, passando por Hanói e Argel. Essa visão se expressa de forma condensada e paradigmática, a nosso ver, no prefácio escrito em 1961 pelo filósofo existencialista Jean Paul Sartre para a obra de Frantz Fanon:

esa violencia irreprimible [...] no es una absurda tempestad ni la resurrección de instintos salvajes ni siquiera un efecto de resentimiento: es el hombre mismo reintegrándose. Esa verdad, me parece, la hemos conocido y la hemos olvidado: **ninguna dulzura borrará las señales de la violencia; sólo la violencia puede destruirlas.** Y el colonizado se cura de la neurosis colonial expulsando al colono con las armas. [...] El colonizado se reintegra y nosotros, ultras y liberales, y colonos y “metropolitanos” nos descomponemos. Ya la rabia y el miedo están al desnudo: se muestran al descubierto en las “cacerías de ratas” de Argel [...] **Dónde están ahora los salvajes? Dónde está la barbarie?** Nada falta, ni siquiera el tam-tam: las bocinas corean “Argelia francesa” mientras los europeos queman vivos a los musulmanes⁷⁶. (grifos nossos)

⁷⁵ GILMAN, Claudia. Op. cit., p. 41.

⁷⁶ SARTRE, Jean-Paul. “Prólogo”. In: FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, segunda edición en español, séptima reimpresión, 1983, pp. 12 e 15.

Mais do que justificar a violência do colonizado diante da barbárie imposta pelo colonizador, interessa-nos observar como aqui há uma inversão do velho jogo de espelhos, que levava parte da elite intelectual de países coloniais ou semicoloniais a mirar para a Europa como a matriz do caminho civilizacional. Se no século XIX eram intelectuais como Sarmiento e tantos outros que buscavam a Europa para enterrar a herança de “barbárie” latino-americana, nos anos 1960 eram os europeus que miravam para o sul, em busca de explicações e energia renovadora.

O filósofo francês era obrigado a aceitar essa inversão, endossando a tese de Fanon – médico caribenho, nascido na Martinica, e com atuação na Argélia – de que a barbárie não estava nos colonizados que se rebelavam, mas nos colonizadores, que, com suas buzinas e gritos, exigiam a caça e o assassinato dos que ousavam lutar pela independência. Se os cubanos conduziam uma estratégia revolucionária sem pedir autorização à matriz europeia, Fanon fazia o mesmo ao legitimar a violência contra a opressão colonial:

El colonizado que decide realizar ese programa [de descolonização], convertirse en su motor, está dispuesto en todo momento a la violencia. Desde su nacimiento, le resulta claro que **ese mundo estrecho**, sembrado de contradicciones, **no puede ser impugnado sino por la violencia absoluta**⁷⁷. (grifos nossos)

Essa inversão de perspectiva serviu para legitimar a busca por um caminho revolucionário próprio também na América Latina. Mas atenção: o desmonte do mito da Europa como matriz da civilização não surgiu com a esquerda nem se iniciou nos anos 1960, mas muito antes, na Primeira Guerra Mundial. Diante da matança e do sangue que correu nas trincheiras e nos campos de batalha do Velho Continente, o europeu perdeu a capacidade de se apresentar ao latino-americano como condutor da civilização. Sobre esse ponto, são primordiais as observações de Olivier Compagnon, em uma obra que sintomaticamente se intitula *O adeus à Europa*, à qual voltaremos no capítulo 5⁷⁸.

Aqui está o **cerne de nossa tese e de todo nosso esforço interpretativo: essa mudança no campo das ideias, ocorrida no início do século XX, gerou – especialmente na região do Prata – uma reação antiliberal de longo alcance, com reverberações também na esquerda dos anos 1960/1970**. Essa profunda mudança de perspectiva veio primeiro de setores conservadores que, já nos anos 1920, partiram em busca de uma nação *autêntica*, que deveria ser construída a partir do interior, da tradição *gaucha* e dos caudilhos do passado. Ao longo das décadas seguintes, essa vertente nacionalista investiu num revisionismo histórico que se transformaria em programa alternativo de identidade nacional: parte da elite intelectual (e política) deixou de mirar o ideal europeu, para apostar na construção de uma Argentina ou de

⁷⁷ FANON, Frantz. Op. cit., p. 18.

⁷⁸ COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa – a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

um Uruguai ligados ao que se considerava a verdadeira tradição nacional. Esse programa, aos poucos, foi apropriado pela esquerda, com características ligeiramente diferentes de um lado e de outro do Prata, até alcançar o ponto máximo de ebulição com o surgimento dos movimentos armados por nós estudados – que eram ao mesmo tempo nacionalistas, antiliberais e anticapitalistas.

De volta aos anos 1960, outra ideia-chave que compõe o discurso da época é a Revolução (assim, em maiúscula, para ressaltar a forma como era exaltada, como ente irrefreável). Passou a ser uma palavra dominante no vocabulário, tornando-se tão forte que mesmo movimentos conservadores usavam o conceito como forma de legitimação: lembremos que os golpistas de 1964, no Brasil, diziam estar à frente de uma “revolução”. Da mesma forma, a derrubada do presidente Arturo Illia na Argentina, em 1966, foi definida pelos golpistas comandados pelo general Onganía como “Revolução Argentina”.

Mas a revolução da esquerda era outra, e carregava certa dose de messianismo, que ajudou a compor o que podemos definir como a *estrutura de sentimentos* dessa época. Aqui, adotamos o conceito de Raymond Williams⁷⁹, já sinalizado acima na forma como Claudia Gilman caracteriza o período. O messianismo político surgiu como resultado do cruzamento de dois fatores: uma ideia de revolução socialista, que poderia ser acelerada pela vontade militante; e uma nova matriz cristã que se afirmou coletivamente. A Igreja Católica, especialmente na América Latina, assumiu nesse período um compromisso social com a emancipação dos mais pobres. Esse foi um dado novo, que transformou os vínculos entre cristianismo e revolução em marca distintiva da época, mesmo em organizações que se definiam pelo ateísmo⁸⁰.

Esse dado, em nosso entendimento, ajuda a explicar a forma como jovens se lançavam à luta armada, colocando a vida a serviço de uma ideia que parecia irresistível: a libertação da humanidade, tendo a revolução como momento de epifania coletiva – mesmo que isso significasse tortura, exílio ou morte. Aprofundou-se o ideal de uma militância missionária, em

⁷⁹ Raymond Williams foi um autor que renovou o pensamento marxista, especialmente na abordagem de temas culturais. Nesta tese, lidamos com objetos – organizações/partidos/guerrilhas e seu esforço de construção discursiva – que permitem um trânsito entre História Política e História das Ideias, a partir de abordagem que valorize aspectos simbólicos da política. Um pouco mais adiante, neste capítulo, vamos discutir em detalhe o conceito de *estrutura de sentimentos*, bem como outros aportes trazidos por Williams.

⁸⁰ O cruzamento entre cristianismo e revolução talvez seja o eco mais duradouro dos *longos anos 1960*. Não é esse o tema central de nossa tese, mas lembramos que, mesmo nos períodos em que as ideias de revolução e de homem novo já tinham desaparecido, a militância cristã manteve sua força na esquerda latino-americana, agora sob matriz reformista e democrática, tendo papel importante, por exemplo: no Brasil, na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) – que mantém forte mística cristã; no Chile, na reorganização da esquerda pós-Pinochet, o que permitiu a aproximação entre democratas-cristãos e socialistas em governos de coalizão; na Venezuela, na virada para o século XXI, quando Hugo Chávez voltou a casar revolução e simbologia cristã; e no México, mais recentemente, onde esse cruzamento ressurgiu como uma das bases do discurso de López Obrador, presidente de esquerda que mescla cristianismo e nacionalismo.

que o conhecimento teórico sobre o marxismo deveria vir ao lado da entrega pessoal⁸¹. A ideia de sacrifício militante já surgira em outras gerações, mas ganhou ainda mais força a partir da comunhão entre cristianismo e revolução.

Para ficar em apenas um exemplo dessa construção, que será retomada quando descermos mais a fundo na análise das organizações guerrilheiras, citamos o jornal do ERP, que, em maio de 1971, homenageava três guerrilheiros mortos em combate na Argentina e reproduzia na capa uma frase atribuída a Che Guevara:

En cualquier lugar que nos sorprenda **la muerte, bienvenida sea**, siempre que ese nuestro grito de guerra haya llegado hasta un oído receptivo y otra mano se tienda para empuñar nuestras armas, y **otros hombres se apresten a entonar los cantos luctuosos con tableteos de ametralladoras y nuevos gritos de guerra** y victoria ⁸². (grifos nossos)

Guevara imaginava rajadas de metralhadoras a embalar cantos de luto e a louvar os que feneciam em combate: “Bem-vinda seja a morte”, dizia o Che. E bem-aventurados sejam os que alcançam o reino dos céus, parecia dizer o subtexto do jornal guerrilheiro.

Nas páginas internas, *Estrella Roja* trazia biografias dos três “*héros del pueblo*”: Marcelo Lezcano, José Alberto Polti e Juan del Valle Taborda eram apresentados como “*ejemplares expresiones del verdadero hombre de nuestro tempo*”. O ERP apostava na mitologia guerrilheira, afirmando taxativamente que seus militantes não temiam a morte porque sabiam que “*su lugar de combate iba a ser llenado inmediatamente y su fusil caído multiplicado por mil*”⁸³. Se, na fé cristã, a ideia de vida eterna trazia alívio diante da morte, na fé política revolucionária o alívio vinha da expectativa de que outros empunhariam o fuzil para fazer a revolução. É expressão do que Hugo Vezzetti chama de “*milénarismo revolucionario*”⁸⁴, retomando conceito de Norman Cohn.

Essa ideia se espalhou pela esquerda e, ao mesmo tempo, levou religiosos ligados à hierarquia católica a se engajarem na luta armada. Numa carta ao povo colombiano, escrita em janeiro de 1966, o padre Camilo Torres explicava que aderira à guerrilha do ELN porque a via

⁸¹ Um reforço empírico – ainda que fruto de observação individual e sem pretensão generalizante – para a ideia de que todos esses eram valores de uma época, e não de qualquer época, advém do já referido seminário sobre Maio de 1968, ocorrido em 1988 na USP: relatos dos antigos líderes estudantis, como Palmeira e Dirceu, bem como os debates sobre rebeliões de rua e luta armada, provocavam algum encantamento entre estudantes dos anos oitenta, mas era difícil para muitos de nós compreender as razões íntimas que moviam os míticos “jovens dos anos 1960” a arriscar a vida num projeto político. Os anos 1980 já eram outra *época*, feita de uma militância reformista e algo desencantada, mas ao mesmo tempo mais pragmática (e talvez mais realista) diante das conquistas possíveis na luta democrática.

⁸² *Estrella Roja – órgano del Ejército Revolucionario del Pueblo*, número 2, maio de 1971. *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>.

⁸³ Idem, *ibidem*.

⁸⁴ VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2009, pp. 165-171.

pacífica estava bloqueada: “O povo não acredita nas eleições. O povo sabe que os caminhos legais estão esgotados. O povo sabe que resta apenas a via armada”. A violência – justificada por Fanon e chancelada por Sartre – era também enaltecida por Torres. O tom milenarista brotava, de maneira transversal, em várias correntes de pensamento: do cristianismo ao existencialismo, passando pelas ideias de quem lutava para colocar fim ao colonialismo. E surgia com toda a força nas frases finais da carta do padre guerrilheiro:

Pela unidade da classe popular **até a morte!**
 Pela tomada do poder para a classe popular **até a morte!**
Até a morte porque estamos decididos a ir até o final. Até a vitória, porque **um povo que se entrega até a morte sempre obtém a sua vitória.** Até a vitória final com os lemas do Exército de Libertação Nacional!
 Nem um passo atrás!
Libertação ou Morte!⁸⁵ (grifos nossos)

Era uma ode à revolução, mas de alguma forma também uma ode à morte. Um mês depois, Camilo Torres estaria morto, ao tombar no primeiro confronto com as tropas do governo colombiano. Vale a pena ressaltar que, sob a mesma estrutura de sentimentos, morreram em combate Che Guevara, um médico argentino, ateu, que se tornou revolucionário marxista em Cuba; e Camilo Torres, um padre colombiano, cristão, que se tornou guerrilheiro guevarista: a mesma entrega da vida em nome da revolução que adquiria características de combate sagrado.

Outra marca decisiva desse período foi o giro teórico que, entre intelectuais europeus, significou uma nova forma de olhar para o Terceiro Mundo, agora não mais como simples periferia do mundo, mas como foco de mudanças profundas: a velha oposição entre classes era complementada pela contradição entre os países centrais e as nações que buscavam se libertar da opressão imperialista. Com a classe operária europeia amortecida pelo estado de bem-estar social, implantado a partir da Segunda Guerra, era nas periferias do sistema que parecia estar um novo polo anticapitalista e anticolonial, segundo entendimento de pensadores como Herbert Marcuse.

Isso era resultado do que se via em campo, de Cuba ao Vietnã, passando pela Argélia e pelo esforço de descolonização que levou a formulações como as de Frantz Fanon e Amílcar Cabral, dos dois lados do Atlântico. Personagens como Patrice Lumumba, Abdel Nasser e Jawaharlal Nehru ajudaram a compor uma ideia de resistência ao imperialismo que ia da África subsaariana ao mundo árabe, chegando à Índia, que há pouco saíra da condição colonial. Tudo isso favoreceu também a criação do movimento dos não alinhados, no qual teve papel central Josip Broz Tito, líder e estadista que ousou construir na Iugoslávia um caminho socialista independente da União Soviética.

⁸⁵ TORRES, Camilo. “Ao povo colombiano desde as montanhas”, janeiro de 1966. Apud: LÖWY, Michael (org.). Op. cit., pp. 316 e 317.

São variados os componentes que marcam essa época e reforçam a busca por saídas revolucionárias nacionais e originais, tão presentes nas formulações das organizações de esquerda citadas no início deste capítulo.

Novas formulações vieram também na economia, com a Teoria da Dependência – em suas várias vertentes. Em linhas gerais, essa renovada elaboração teórica significou refutar a hipótese de que os países da periferia capitalista deveriam necessariamente passar por todas as etapas de desenvolvimento, até evoluírem para o mesmo nível dos países centrais. Com isso, também se refutava o etapismo inspirado pelos PCs de linha soviética, que apostavam na burguesia nacional. A Teoria da Dependência, diz Bresser-Pereira, “se caracterizava pela negação radical da possibilidade de existência dessa burguesia”⁸⁶.

A Teoria da Dependência permitiu ver as condições de desenvolvido e subdesenvolvido como faces complementares do mesmo capitalismo que oprimia não apenas a classe operária, mas continentes inteiros. Mais um reforço para que a questão nacional ganhasse centralidade. A esquerda dos anos 1960, e aí voltamos ao foco de nossa pesquisa, tornava-se nacionalista de uma forma nova: sem negar os aportes de muitos dos teóricos do marxismo, com destaque para Lênin e seus estudos sobre o imperialismo, mas refutando o etapismo da escola comunista herdeira de 1917.

De nossa perspectiva, as várias organizações de esquerda que surgem nos anos 1960/1970 na América do Sul – incluindo os já citados MIR, M-19, MLN-T e PRT-ERP – não se tornam nacionalistas por terem rompido com a matriz soviética e assim serem obrigadas a buscar referenciais próprios, mas, ao contrário: por estarem imersas nessa *época*, em que a busca do nacional e de um projeto original era parte central da plataforma revolucionária, encontram novos caminhos que levam à ruptura com os partidos que seguiam Moscou. Esse é um movimento que ocorre em boa parte da América Latina: do Prata à América Central, passando pelos países andinos e pelo Brasil.

⁸⁶ Bresser-Pereira ajuda-nos a identificar diversas vertentes da Teoria da Dependência. A primeira, liderada por André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, tinha clara ligação com o marxismo e argumentava que “a causa do atraso econômico nos países subdesenvolvidos estava não apenas na exploração feita pelo centro imperial, mas também, se não principalmente, na incapacidade das elites locais de serem nacionais”. Isso levava um autor também alinhado com essa corrente como Theotônio dos Santos a dizer que a saída para a América Latina era o socialismo ou o fascismo. A segunda vertente, cujos expoentes eram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, também negava o papel da burguesia nacional, mas dava como solução não a revolução socialista, mas um projeto de capitalismo assumidamente dependente, em que os países da América Latina deveriam se associar com os centros do sistema para buscar frestas que permitissem alavancar o desenvolvimento. Por fim, Bresser aponta uma terceira vertente, com a qual se identifica, que busca uma saída intermediária: reconhece que as elites empresariais tendem a ser “alienadas e cosmopolitas”, mas diz que parte da burguesia pode ser ganha para um projeto nacional de desenvolvimento (ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “As três interpretações da dependência”. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, dezembro de 2010, pp. 17 a 48). Notemos que, para Bresser, autor que ao longo da vida foi assumindo posições cada vez mais nacionalistas, o termo “cosmopolita” adquire conotação negativa.

É importante ressaltar também que, quando tentamos definir as características que marcaram os longos anos 1960, não queremos dizer que elas se tornaram dominantes nas sociedades latino-americanas. O desenrolar da história, com a imposição de ditaduras, especialmente no Cone Sul, indica que as ideias acima descritas saíram derrotadas na disputa pela hegemonia política. Mesmo assim, formam uma marca distintiva do período.

Nesse sentido, o conceito de *estruturas de sentimento* talvez seja o mais apropriado para descrever o tipo de relações intelectuais e políticas de que estamos tratando ao observar essa geração de esquerda. Num livro em que revisita conceitos-chave do marxismo, utilizados na crítica literária e na análise da cultura, Raymond Williams dedica um capítulo a essa ideia. As *estruturas de sentimento*, diz ele, seriam uma forma mais completa para definir processos ou experiências em andamento: “Tudo o que está presente e se move, tudo o que escapa ou parece escapar ao fixo, explícito e conhecido”⁸⁷.

Não se trata de um conceito que se confunda com “sistema de crenças”, “ideologia” ou “perspectiva de classe”, mas que se refere às formas de perceber e sentir o mundo singulares de uma geração ou de um tempo. O autor traça um paralelo com a língua. Pode-se dizer que o inglês (ou o português e o espanhol, acrescentamos nós) escrito hoje segue basicamente a mesma sintaxe de duzentos anos atrás. Afinal, é a mesma língua. Ainda assim, quando lemos um texto do século XIX, é possível perceber que algo se alterou num lapso de dois séculos: “Apesar de continuidades substanciais, e em certos níveis decisivas, em gramática e vocabulário, nenhuma geração fala exatamente a mesma língua de seus antecessores”⁸⁸. O que realmente se modifica é muitas vezes algo pouco palpável, que em termos literários poderia ser descrito como “estilo”.

Cada época tem seu estilo ou suas estruturas de sentimento – que ficam evidentes no texto, no discurso, nas artes, na forma de vestir, de construir ou decorar uma casa e também na maneira de intervir no mundo. Segundo Williams, correntes dominantes do marxismo teriam dificuldades para lidar com esse tipo de material:

Contra essas formas “pessoais”, os sistemas ideológicos de generalidade social fixa, de produtos categóricos, de formações absolutas, são relativamente impotentes, dentro de sua dimensão específica. Isso é particularmente certo em relação à tendência dominante do marxismo⁸⁹.

Não se trata de um conceito de tão fácil compreensão. Afinal, indagamos nós, como reconstruir na escrita da história ou na crítica literária ideias de tempos passados sem recorrer

⁸⁷ WILLIAMS, Raymond. “Estruturas de sentimento”. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 130.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 133.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 131.

a conceitos generalizantes que, de uma forma ou de outra, acabam traduzindo só uma parte do efetivamente vivido ou pensado? O que Williams parece buscar é uma expressão que permita descrever a *experiência*, antes que ela se transforme numa categoria fechada, ou já vista como algo acabado. E que ao mesmo tempo indique singularidades do objeto ou da época que se observa. Enfim, é um esforço de aproximação para melhor compreender a estrutura mental que leva à criação de uma obra de arte; ou para melhor definir a forma de agir e sentir o mundo:

O que estamos definindo é uma qualidade particular da experiência social e das relações sociais, historicamente diferentes de outras qualidades particulares, que dá o senso de uma geração ou de um período. [...] O termo é difícil, mas **“sentimento” é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de “visão do mundo” ou “ideologia”**⁹⁰. (grifo nosso)

De fato, se o conceito usado para definir o quadro mental em que atuam os grupos armados que analisamos fosse a *ideologia* marxista ou uma *visão de mundo* revolucionária, isso serviria para descrever tanto um bolchevique do início do século quanto um internacionalista das brigadas de apoio aos republicanos na Espanha dos anos 1930, ou ainda um guerrilheiro dos anos 1960/1970 na América Latina. No entanto, as *estruturas de sentimento* em cada uma dessas épocas são diversas. Essa geração, nos longos anos 1960, falava língua singular. E nesse idioma, o nacionalismo, a nostalgia e o socialismo de corte romântico eram partes estruturantes da sintaxe.

1.3 Nação: a história de um conceito e o debate na tradição marxista

Nesta terceira seção, pretendemos recuperar parte das formulações teóricas sobre nação e nacionalismo na tradição marxista, para indicar que esse é um debate antigo, intrincado, e que – de forma alguma – irrompeu desavisadamente apenas nos anos 1960, como um raio no céu azul das organizações revolucionárias.

Antes de avançar, vale destacar que os conceitos de *nação* (e, conseqüentemente, de *nacionalismo*) estão entre os mais controversos para uma historiografia que se pretenda profissional e não simples reprodutora de mitos. Isso se deve ao fato de que o ofício de historiador, sobretudo no século XIX, confundia-se em parte com a construção das ideias de nacionalidade e Estado-nação.

É o que aponta o pesquisador argentino José Carlos Chiaramonte, num texto em que reconstitui a forma como o termo *nação* é utilizado, a partir dos séculos XVIII e XIX, na Europa

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 133.

e também entre as elites que consolidam novos estados independentes na América. Chiaramonte cita o exemplo do historiador francês Augustin Thierry, para quem a história nacional seria “uma espécie de propriedade comum para os homens do mesmo país: é uma parte do patrimônio geral que cada geração que desaparece lega à que a substitui”⁹¹. Ou seja: a pesquisa, a escrita e sobretudo o ensino da história nacional teriam um papel central na construção nacionalista. Thierry é citado como uma espécie de protótipo do profissional da História que se afirma no século XIX, em paralelo à – e a serviço da – consolidação do moderno Estado-nação.

O autor argentino reconhece que esse tipo de concepção não significa, necessariamente, a elaboração de um nacionalismo agressivo ou intolerante. Mas ressalta:

[...] não é possível ignorar que pôr a História a serviço do interesse nacional é uma fonte de preconceitos para a investigação histórica. [...] a subordinação de nossa disciplina ao sentimento nacional, uma velha herança do século XIX, é um condicionamento do saber incompatível consigo mesmo⁹².

Comprendemos e nos aliamos ao esforço de Chiaramonte, ao propor um estudo sobre a nação que não reforce a ideia – hoje amplamente superada – de um caráter *natural* ou *essencial* da nação, este sim instrumentalizado por discursos de intolerância. Mas acolhemos apenas em parte a ideia por ele exposta, fazendo uma ressalva.

Para nós, o necessário compromisso com uma história profissional não significa que o historiador é um *técnico* a serviço de ofício neutro. Em que pese isso não ser nem de longe o foco desta pesquisa, reafirmamos que é perfeitamente compatível estudar nacionalismo e nação sem recorrer a mentiras, mitologia ou falsificações factuais, mas sem recuar tampouco de eventual compromisso com o que se possa entender como interesse nacional. Na América Latina especialmente, o compromisso acadêmico não precisa (nem deve) estar afastado da defesa de um Estado nacional forte – que é, aliás, na maioria dos países da região, a principal garantia de investimento em pesquisa. Não parece que o autor proponha essa neutralidade, mas, ao valorizar – como faz um pouco mais adiante em outra passagem de seu texto – o movimento de “integração entre os povos” como fator que teria contribuído para um “distanciamento crítico” em relação ao nacionalismo, pode dar a impressão de que a proximidade com o Estado nacional seria necessariamente um problema para o trabalho intelectual⁹³.

⁹¹ THIERRY, Augustin. *Consideraciones sobre la historia de Francia*. Buenos Aires: Nova, 1944, p. 27. Apud: CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação entre os séculos XVII e XVIII”. In: JANCÓS, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003.

⁹² CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação entre os séculos XVII e XVIII”. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003, p. 63.

⁹³ Sobre o tema do engajamento do historiador, ver: HOBBSAWM, Eric. “Engajamento”. In: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O autor afirma que os limites para o engajamento são muito claros: não se pode, em nome de posições preestabelecidas, negar evidências ou recusar critérios para aferir falseabilidade. De outro lado, diz Hobsbawm,

Mas, de volta à ideia de nação, Chiaramonte faz uma longa retomada sobre a construção histórica do conceito e lembra que, antes dos séculos XVIII e XIX, o termo já era amplamente utilizado não com o significado moderno da nação-Estado, mas para designar conjuntos humanos que possuíam traços comuns, como língua, religião e outros. É esse o sentido com que se distinguiram, por exemplo, grupos de escravizados africanos como parte da “nação Guiné” ou da “nação Congo”, assim como se utilizava o conceito para classificar diferentes “nações indígenas”.

É a partir da virada para o Dezenove, sob influência francesa e também da revolução de independência nos Estados Unidos, que se consolida o uso moderno do conceito de nação como aquela que abarca um conjunto de indivíduos que se colocam sob a guarida de um mesmo Estado. Por esse conceito moderno, não é possível estabelecer relação entre nação e etnicidade, ou entre nação e língua comum, como nos lembra Eric Hobsbawm, autor fundamental no debate sobre o tema:

[...] a língua não tem nada a ver, *em princípio*, com o ser inglês ou francês e, de fato, como veremos, os especialistas franceses lutaram tenazmente contra as tentativas de fazer da língua falada um critério de nacionalidade, pois este, segundo eles, era determinado puramente pela cidadania francesa. A língua que os alsacianos e gascões falavam continuou pouco importante para seu *status* como membros do povo francês.

De fato, se do ponto de vista revolucionário “a nação” tem algo em comum, não era, em qualquer sentido, a etnicidade, a língua ou o mais, mesmo que essas também pudessem ser indicação de vínculo coletivo⁹⁴.

O que importa é o cidadão se colocar sob a soberania do Estado: este sim passa a definir a nação, mais do que língua ou origem “de sangue”. Estas últimas podem reforçar, ou ajudar a compor o quadro, mas não são definidoras. Nesse sentido, Hobsbawm lembra que o que distinguia o rei Jorge dos colonos americanos que lutavam pela independência, em 1776, não era a linguagem; e que os revolucionários franceses aceitaram incorporar um anglo-americano como Thomas Paine à assembleia nacional⁹⁵.

Mais ao sul, a elaboração do conceito foi verbalizada, por exemplo, durante os debates do Congresso constituinte reunido na região do Prata, em 1825, quando um dos membros da assembleia reconheceu que havia duas formas possíveis de se pensar a nação: “a) como gentes que têm uma mesma origem e um mesmo idioma, mesmo que formem diferentes estados, e b)

“existe ampla margem para que o cientista comprometido incrementalmente sua própria causa, sem deixar de ser cientista”. E vai além: Hobsbawm afirma que o engajamento explícito, longe de atrapalhar a produção científica, pode ajudar a contrabalançar a tendência acadêmica ao autoisolamento: “Mecanismos para gerar novas ideias, perguntas e desafios nas ciências a partir de fora são hoje mais indispensáveis que nunca. O engajamento é um mecanismo poderoso desse tipo” (pp. 183-199).

⁹⁴ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 32.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 33.

como uma sociedade já constituída sob regime de um único governo”⁹⁶. O primeiro sentido servia por exemplo para definir os gregos antigos, que tinham traços culturais comuns, mas viviam separados em cidades-Estado, ou a própria América espanhola, que se debatia diante da possibilidade de gerar vários entes estatais no início do Dezenove. Já a segunda forma do conceito era o que correspondia ao objetivo daquele congresso constituinte, para “criar uma nação platina, em seguida denominada Argentina. Ou seja, o que em breve se chamaria um Estado nacional”⁹⁷.

Não basta, contudo, o acordo de se submeter à soberania de um mesmo ente estatal para compor o sentido do Estado-nação. Ele só se completa pela função econômica que passa a exercer, e isso depende da relevância e do tamanho. É assim que se responde à célebre questão levantada por Ernest Renan: “Por que a Holanda é uma nação, enquanto Hannover ou o Grão-ducado de Parma não o são?”. Hobsbawm responde:

A nação teria que **ser de tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento**. Se caísse abaixo desse patamar não teria justificativa histórica. Isso parecia muito óbvio para requerer argumentação, e era raramente discutido⁹⁸. (grifo nosso)

A análise de Hobsbawm permite desmontar a falácia da nação *primordial* ou *essencial*, esgrimida por ideólogos que, a partir de bases mistificadoras do passado, tentam construir um nacionalismo que às vezes se torna excludente e violento. Mas a forma mais original – e a nosso ver mais atual e completa – de lidar com o tema vem de Benedict Anderson. Ele elabora a ideia de nação como *comunidade política imaginada*. Isso não significa que seja falsa ou irreal. Trata-se de conceito mais sofisticado.

Além da base econômica, que a nação ajuda a fortalecer, há sempre no seu bojo componentes culturais e comunitários – sem dúvida construídos. Os grupos humanos elaboram identidades, aceitas como base comum, para “inventar” ou “imaginar” uma comunidade que se coloca sob a soberania de um mesmo Estado. Benedict Anderson mostra que na Europa, entre os séculos XVII e XIX, alguns elementos lentamente forjados – como imprensa, mercado editorial e línguas formais unificadoras – cumpriram o papel de consolidar as identidades de sociedades que, sob comando das burguesias em ascensão, formaram seus Estados nacionais:

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana. [...] o capitalismo tipográfico

⁹⁶ “Discurso de Juan Ignacio Gorriti”. In: *Actas del Congreso Nacional*, sessão de 4 de maio de 1825. Apud: CHIARAMONTE, José Carlos. Op. cit., p. 75.

⁹⁷ CHIARAMONTE, José Carlos. Op. cit., p. 75.

⁹⁸ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870*. Op. cit., p. 42.

conferiu uma nova fixidez à língua, o que, a longo prazo, ajudou a construir aquela imagem de antiguidade tão essencial à ideia subjetiva da nação⁹⁹.

Anderson avança para novas formulações, quando reflete sobre o tipo de Estado-nação que surgiu nas Américas, com outros elementos para além da língua ajudando a consolidar novas identidades – já que a fragmentação da América espanhola em quase vinte unidades e a divisão das ex-colônias inglesas em duas nações na América do Norte indicam a complexidade do tema¹⁰⁰. A conclusão mais importante é que a nação é sempre construção, elaboração intrincada, e não fato imposto pelo destino ou por características essenciais e imutáveis, que vêm de um passado mitológico.

É preciso, no entanto, frisar que ao longo dos séculos XIX e XX a outra ideia de nação – baseada nas identidades essencialistas, de sangue e etnicidade – seguiu a encontrar adeptos e a cumprir um papel *real* nos combates simbólicos e políticos. Basta lembrar de Alemanha, Itália ou Espanha dos anos 1930/1940; ou pensar no nacionalismo de extrema direita que retornou com força no século XXI, voltando-se contra imigrantes na Europa ou contra minorias e inimigos imaginários no Brasil – com a bandeira nacional sequestrada por bandos que falam em nome de deus, pátria e família.

Esse tipo de concepção essencialista da nação é refutado não só por autores marxistas, como Hobsbawm e o renovador Anderson, mas também por Ernest Gellner, pensador mais alinhado com as formulações de Max Weber. Em sua obra clássica sobre o nacionalismo, Gellner afirma categoricamente que as nações não são algo natural e que os Estados nacionais não formam o destino final e inevitável de grupos étnicos e culturais. Mas também levanta uma importante questão: os principais sistemas de pensamento no mundo ocidental não conseguiram decifrar o nacionalismo, e imaginaram que ele definharia, diante da uniformização imposta pelo capitalismo: “O pensamento social liberal do ocidente e o marxismo estão unidos pelo menos

⁹⁹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 78-80.

Notemos que há uma diferença entre Hobsbawm e Anderson. Enquanto o primeiro ressalta que a língua foi apenas um fator a mais a reforçar a construção das nações, sem caráter determinante, Anderson dá aos idiomas – especialmente após o desenvolvimento da indústria tipográfica – papel central na elaboração das comunidades nacionais. A explicação de Anderson ajuda a compreender fenômenos atuais, como o da luta catalã por um Estado autônomo: a língua, ali, é bandeira central. A identidade que se procura estabelecer, em contraposição à Espanha, passa muitas vezes ao largo de considerações de ordem econômica.

¹⁰⁰ Sobre esse ponto, ver especialmente o capítulo “Pioneiros crioulos”. In: ANDERSON, Benedict. Op. cit., pp. 84 a 106. No caso do império espanhol, além das questões econômicas e da influência do Iluminismo, o autor aponta as limitações de mobilidade impostas por Madri à elite *criolla*, que era impedida de exercer funções administrativas fora de sua esfera de origem no novo mundo, como uma das hipóteses para explicar a insatisfação com a metrópole e, depois, a fragmentação em múltiplas identidades nacionais.

por uma coisa: cometeram o mesmo erro, pois ambos subestimaram o vigor político do nacionalismo”¹⁰¹.

Desde o século XIX, a ideia de nação e as instituições econômicas que em torno dela se organizaram cumpriram papel central no desenvolvimento econômico dos países. Isso criou certo conflito para teóricos liberais, que ainda olhavam o mundo pelas lentes de Adam Smith. Mas, segundo Hobsbawm, a realidade se mostrou mais forte:

A existência de Estados com monopólio da moeda, com finanças públicas e, portanto, com atividades e políticas fiscais era um fato. Eram atividades econômicas que não poderiam ser abolidas mesmo por aqueles que quisessem eliminar suas intervenções danosas na economia¹⁰².

O Estado-nação do século XIX, dizemos nós agora, organizava e protegia o mercado internamente e cumpria o papel de fortalecer economias que podiam, assim, partir para a conquista de outros mercados, subordinados a estados mais fracos ou que simplesmente não estivessem sob a égide de um ente estatal organizado. Essa será a base, mais adiante, do imperialismo e do neocolonialismo europeus.

Na França e na Inglaterra, teóricos liberais escamoteavam esse debate, o que não impediu que um economista liberal como Jean-Baptiste Say dissesse: “Nenhuma nação conseguiu um nível de riqueza sem estar sob um governo regular”¹⁰³. Os liberais europeus sabiam disso: não haveria capitalismo industrial forte sem Estado-nação organizado. O nacionalismo era então funcional para o fortalecimento capitalista nos países centrais que chegaram primeiro à Revolução Industrial.

Na Alemanha, que chegou mais tarde a esse processo, o debate era feito de forma mais escancarada. Por isso mesmo, os teóricos germânicos se referiam à economia como *Nationalökonomie*. Não havia economia que não se fizesse a partir da égide nacional. Era o que levava o economista alemão Friedrich List a afirmar que a tarefa primordial da economia política era “realizar o desenvolvimento da nação e preparar sua entrada na sociedade universal do futuro”¹⁰⁴.

¹⁰¹ GELLNER, Ernest. *Dos nacionalismos*. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Edições 70, 2019, p. 61.

¹⁰² HOBSBAWM, Eric. Op. cit., pp. 37 e 40.

¹⁰³ Apud: HOBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 40.

¹⁰⁴ LIST, Friedrich. *The National System of Political Economy*. Londres, 1885, p. 174. Apud: HOBSBAWM, Eric. Op. cit., p. 42.

Friedrich List foi quem cunhou no início do século XIX o termo “chutar a escada”, para se referir à estratégia adotada pelo império britânico que, depois de se tornar potência comercial dominante, passou a defender o cosmopolitismo e o livre comércio como receita *para os outros*. Ou seja, os britânicos “tiravam a escada” para impedir que outras nações pudessem subir na escala do desenvolvimento. List propôs aos estados alemães ainda não centralizados uma união alfandegária, para defender a nascente indústria germânica da concorrência com os britânicos. É uma clara demonstração do papel do Estado nacional no desenvolvimento capitalista, bem como do caráter ideológico do receituário liberalizante.

Talvez por isso o marxismo original do século XIX desconfiasse do nacionalismo: aquele era o terreno do inimigo, da burguesia que se buscava derrotar. Só a ação internacionalista dos trabalhadores poderia fazer frente a isso, o que levou Marx e Engels a escreverem a famosa passagem:

Os trabalhadores não têm pátria. Não se lhes pode tomar uma coisa que não possuem. Porém, ao conquistar o poder político, ao se constituir em classe dirigente nacional, o proletariado precisa se constituir ele mesmo em nação; assim, ele continua sendo nacional, embora de modo algum no sentido burguês¹⁰⁵. (grifo nosso)

O marxismo dos primeiros tempos, do Manifesto Comunista, guarda uma relação dúbia com essas ideias. Ao mesmo tempo em que lutam contra a burguesia, Marx e Engels enxergam no capitalismo um sentido de *progresso* e *cosmopolitismo*, vistos como valores positivos na caminhada inevitável (segundo eles) rumo ao socialismo. Se, por um lado, a concentração de fábricas e riqueza nas grandes cidades massacra os trabalhadores e cria relações que poderíamos chamar de desumanas, por outro também estabelece as condições para a revolução e para o futuro socialista, ao produzir uma classe que se organiza em torno das grandes unidades produtivas: o proletariado industrial.

Quem relê o manifesto, quase 180 anos depois, percebe que o tom de crítica à burguesia se mescla à admiração pelas realizações da classe que comanda o capitalismo:

A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário. [...] Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. [...] A burguesia rasgou o véu comovente e sentimental do relacionamento familiar e o reduziu a uma relação puramente monetária. [...] Construiu maravilhas maiores que as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas¹⁰⁶.

Se retomamos essas frases é para deixar claro como o marxismo se funda numa ideia de *progresso*, de futuro, que não guarda relação com qualquer tipo de *nostalgia*. Ao contrário, parece louvar a brutalidade com que a burguesia se impõe, na medida em que deixa a nu as relações de exploração. Marx e Engels também não parecem preocupados com a destruição que o capitalismo promove fora da Europa. O manifesto aplaude o fato de “povos bárbaros” estarem agora integrados ao capitalismo, bem como comemora que a velha vida rural tenha sido destruída pela urbanização acelerada:

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um **caráter cosmopolita à produção e ao consumo** em todos os países. [...] a burguesia

¹⁰⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. Rio de Janeiro: Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 26.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 10.

logra **integrar na civilização até os povos mais bárbaros**. Os preços baratos de suas mercadorias são a artilharia pesada com a qual ela derruba todas as muralhas da China e **faz capitular até os povos bárbaros mais hostis** aos estrangeiros. [...] **A burguesia submeteu o campo à cidade** [...] e dessa forma **arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida do campo**¹⁰⁷. (grifos nossos)

A conclusão é que o primeiro marxismo, não obstante apontar obviamente para um horizonte socialista, louvava a capacidade da burguesia de retirar as populações “embrutecidas” do campo e de integrar “povos bárbaros” a um mundo superior e cosmopolita. Alguns poderão dizer que Marx e Engels não defendiam esse programa, simplesmente descreviam com absoluta crueza o quadro de afirmação capitalista no século XIX. Para nós, é inegável o tom positivo com que os autores do manifesto se referem ao papel destruidor da burguesia, na medida em que elimina tudo que atravanca o desenvolvimento das forças produtivas¹⁰⁸. Uma ideia que está na raiz de outro célebre trecho do manifesto: “A burguesia produz, antes de mais nada, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”¹⁰⁹.

Uma consequência do tipo de pensamento acima exposto é que os autores do manifesto negligenciaram, na maior parte de seus textos, a chamada questão nacional, como afirma Michael Löwy:

Existe, nos escritos de Marx e, sobretudo, de Engels, durante os anos 1845-1848, um **projeto cosmopolita/internacionalista** (sendo esses termos, à época, quase intercambiáveis) de cidade mundial, de ‘Geimenschaft’ universal, na qual **desapareceriam não apenas os antagonismos e conflitos nacionais, mas também as demarcações econômicas, sociais e políticas**, mas não culturais, **entre as nações**¹¹⁰. (grifos nossos)

Em alguns momentos, Engels sobretudo era explícito ao defender um projeto cosmopolita de revolução. Por exemplo, em 1845, quando escreveu relatório sobre um festival ao qual comparecera em Londres, no ano anterior, e comemorou o fato de ali terem sido expressos “princípios tão comunistas quanto cosmopolitas”¹¹¹.

¹⁰⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 11 e 12.

¹⁰⁸ Raymond Williams – marxista capaz de fazer a crítica dos textos fundadores dessa tradição de pensamento – define o tipo de raciocínio presente no Manifesto Comunista como “esperança apocalíptica”: destruir os embrutecidos costumes rurais e incorporar povos bárbaros ao capitalismo seriam ferramentas para aumentar a exploração, promover a concentração da pobreza e, assim, engendrar a revolução. A ironia, ressalta ele, é que ao longo do século XX a revolução socialista em mais de um momento se moveu do campo para a cidade: foi assim na China e também em Cuba. Dos bárbaros e do campo, contrariando Marx e Engels, é que veio a energia anticapitalista mais vigorosa (WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 494).

¹⁰⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Op. cit., p. 20.

¹¹⁰ LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos – da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã Editora, 2000, p. 26.

¹¹¹ Apud: LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos*. Op. cit., p. 17.

Nos anos seguintes, após as revoluções de 1848, Marx e Engels matizaram um pouco a análise sobre a questão nacional: “Os dois autores do Manifesto Comunista teriam abandonado a problemática cosmopolita de seus escritos de juventude, acautelando-se quanto ao uso do internacionalismo”¹¹². É possível, então, encontrar passagens em que Marx se solidariza por exemplo com o pleito irlandês por independência, ou defende os chineses em luta contra os britânicos pelas questões relacionadas ao ópio, apesar de considerar a China uma nação “semibárbara”.

Ao mesmo tempo são conhecidas as passagens em que Engels se refere aos “povos sem história” da Europa, defendendo que sua eliminação faria bem à luta revolucionária:

Essas relíquias de uma nação pisoteada sem piedade pela história, como Hegel qualificava esses resíduos de povos, tornam-se sempre os porta-estandartes fanáticos da contra revolução e assim subsistem até a sua completa obliteração ou a perda de seu caráter nacional, de modo que sua existência inteira constitui um insulto contra uma grande revolução histórica¹¹³.

Fica evidente que Marx e Engels se interessavam pela questão nacional, prestando seu apoio a eventuais lutas de emancipação, na medida em que estas estivessem relacionadas ao sucesso (ou ao fracasso) da revolução proletária. Entre húngaros e poloneses, por exemplo, o nacionalismo servira como arma de luta para minar antigos poderes feudais, e teria cumprido, portanto, o papel de uma “contribuição progressista”. Mas outros povos se valiam de um nacionalismo “reacionário”: caso dos eslavos do sul e dos tchecos que, “contra o advento do capitalismo e da sociedade burguesa, se aliavam aos impérios absolutistas”¹¹⁴.

É evidente que os dois autores eram europeus sujeitos às balizas mentais do século em que escreviam. Nosso objetivo com essa rápida retomada de trechos das obras de Marx e Engels é indicar como os dois autores são tributários de certa ideia de *progresso*, tão presente também em correntes liberais do século XIX, e que surge com toda a força na elaboração de um socialismo que se apresentava como decorrência inevitável da linha *evolutiva* da história: capitalismo e socialismo eram vistos como estações diferentes, em posições sucessivas, na mesma estrada de ferro da história, que seguiria em linha reta.

Isso ajuda a compreender como a postura nacionalista das organizações armadas na América Latina dos anos 1960, que se mostram preocupadas em retomar símbolos patrióticos

¹¹² Idem, *ibidem*, p. 26.

¹¹³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. MEW/Obras Completas. Apud: LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos – da época de Marx até nossos dias*. Op. cit., p. 42.

¹¹⁴ KAYSEL, André. “Marxismo e questão nacional na América Latina”. In: *Dois encontros entre o marxismo e a América Latina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2012, p. 48

na luta pelo socialismo, encontra-se em aparente desacordo com essa tradição inicial do marxismo.

Numa fase posterior da elaboração marxista, já no início do século XX, a nova realidade histórica obrigou os teóricos da Segunda Internacional a dar conta da onda de expansionismo capitalista rumo à Ásia e à África. Além disso, os partidos socialistas europeus, de raiz marxista, começavam a se integrar aos sistemas políticos de seus países – o que levaria em 1914 à adesão de cada partido social-democrata a seu respectivo Estado nacional na Primeira Guerra, anulando o internacionalismo operário do século anterior e favorecendo a assimilação das legendas socialistas aos nacionalismos oficiais.

Nesse contexto, as reflexões de Otto Bauer ganham destaque. O marxista austríaco produziu a mais consistente reflexão do período sobre a questão nacional: de um lado não se rendeu à mitologia da “nação eterna” nem às ideologias racistas que cresciam na Europa, opondo-se “de forma irreconciliável ao conservantismo nacional burguês”¹¹⁵. Ao mesmo tempo, procurou superar a ideia de que a nação seria apenas um produto do capitalismo, destinada necessariamente a desaparecer após a superação do sistema capitalista, ideia subjacente a algumas formulações marxistas:

[Bauer] conceituou a Nação como sendo uma ‘comunidade de destino’, isto é, como sendo baseada em uma herança cultural compartilhada. O desenvolvimento do capitalismo, com a difusão da alfabetização e dos meios de comunicação, aprofundaria essa diferenciação cultural, estimulando o surgimento e a proliferação das nações¹¹⁶.

Vladimir Lênin, por sua vez, criticou a teorização de Bauer, considerada “idealista e reformista”. Para o líder dos bolcheviques, a chamada “questão nacional” não tinha nada a ver com questões de natureza cultural ou linguística, mas com o direito à autodeterminação de povos que eram oprimidos – em especial pelo czarismo na Rússia.

Lênin não chegou a avançar profundamente na teorização sobre a questão nacional, delegando essa tarefa a Joseph Stalin – nomeado “comissário do povo para as nacionalidades”. Num artigo de 1913, Stalin tentou dar um caráter pretensamente científico ao conceito de nação, definida como “uma comunidade estável de homens”. Mas, para que essa comunidade fosse de fato considerada uma nação, precisaria ter ao menos quatro atributos: idioma comum, território, conexão econômica e conexão cultural:

Com isso, assinalamos todos os traços distintivos de uma nação. Nação é uma comunidade estável, historicamente formada, de idioma, de território, de vida

¹¹⁵ LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos*. Op. cit., p. 54.

¹¹⁶ KAYSEL, André. Op. cit., p. 50.

econômica e de psicologia, manifestada essa na comunidade de cultura. [...] Só a existência de todos esses traços distintivos, em conjunto, constitui a nação¹¹⁷.

Para Löwy, um teórico formado na escola trotskista, Stalin “confere à sua teoria um caráter dogmático, restritivo e fixo”, e “não faz nenhuma distinção entre o nacionalismo opressor grão-russo czarista e o nacionalismo das nações oprimidas”. A afirmação de Löwy não corresponde inteiramente ao que se encontra nos textos de Stalin anteriores à Revolução de 1917. Ele faz, sim, a distinção entre as lutas nacionais, sob conjunturas diferentes. Mas Stalin, em linha com escritos do primeiro marxismo do século XIX, considera que a luta nacional é em geral uma luta da burguesia:

O problema fundamental para a jovem burguesia é o mercado. Dar saída às suas mercadorias e ser vencedora na competição com a burguesia de outras nacionalidades: eis o seu objetivo. Daí o desejo de assegurar “seu” próprio mercado “nacional”. O mercado é a primeira escola em que a burguesia aprende o nacionalismo¹¹⁸.

Evidentemente que este não é o local para retomar em profundidade os escritos de Stalin sobre a questão nacional – que é, sabidamente, uma área de conhecimento em que o líder soviético deixou formulações com alguma relevância para a teoria marxista, ainda que em geral possam ser consideradas esquemáticas e superficiais.

O mais importante é ressaltar que, após a Revolução de 1917, e especialmente depois da morte de Lênin, as fórmulas stalinistas acabaram por influenciar marxistas de todo o mundo, por meio da Terceira Internacional. Em nosso entendimento, se havia um problema nas teorias sobre a questão nacional, que chegavam de Moscou, isso não se devia a limitações específicas de Stalin, mas a uma dificuldade do marxismo, em geral, para lidar com o tema.

Como já indicamos, a tendência de Marx e Engels era ver o nacionalismo como teatro de operações da burguesia, enquanto a classe operária deveria operar no cosmopolitismo. Stalin, de certa forma, retomou essa ideia no texto supracitado, de 1913. O nacionalismo para ele nada mais era do que uma operação ideológica da burguesia para colocar o Estado em defesa de seus interesses, em defesa do mercado interno que a burguesia queria reservar para seus produtos. Apesar do esquematismo, a fórmula podia fazer sentido para explicar o capitalismo europeu do fim do século XIX. Mas não era o melhor caminho para definir estratégias da esquerda na segunda metade do século XX.

¹¹⁷ STALIN, Joseph. *O marxismo e o problema nacional e colonial*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, pp. 5-8.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 14.

Para Benedict Anderson, “o nacionalismo demonstrou ser uma anomalia incômoda para a teoria marxista e, justamente por isso, preferiu-se evitá-lo, em vez de enfrentá-lo”¹¹⁹. Especialmente para os latino-americanos, a formulação cosmopolita e voltada à ideia de progresso, que estava na raiz das concepções marxistas originais, criou dificuldades para que os partidos de esquerda na região compreendessem a centralidade da pauta nacionalista no século XX.

André Kaysel lembra que essa construção política criou uma situação na qual os partidos comunistas acabaram por subordinar suas decisões aos interesses nacionais da União Soviética, perdendo capacidade de desenvolver “uma política adequada às peculiaridades de suas realidades locais”¹²⁰.

Esse quadro ajuda a explicar por que os grupos armados que surgiram na América Latina, na segunda metade do século XX, tinham como plataforma não apenas lutar contra o avanço do imperialismo dos Estados Unidos, mas também fazer frente às orientações dos PCs que, sob influência soviética, não conseguiam formular estratégias nacionais autônomas e baseadas nas especificidades locais. Em suma: o stalinismo e os partidos de linha soviética impunham uma perspectiva *universalizante*, enquanto os novos movimentos e organizações da esquerda buscavam valorizar o *local* e o *nacional*.

Se a nação é sempre *imaginada*, segundo a definição de Anderson com a qual nos alinhamos neste trabalho, podemos dizer que as elites que manejam o aparelho de Estado tentam manter-se no domínio exclusivo dos símbolos nacionais – que são tão importantes quanto os elementos coercitivos (como polícia ou exército) na costura dessa comunidade que está sempre a se inventar e se afirmar.

Uma guerrilha que se lança ao combate com o objetivo declarado de destruir o Exército nacional – como anunciava, por exemplo, o ERP em seu programa apresentado aos argentinos em 1970 – poderia ter como objetivo também destruir os símbolos do passado e construir outros inteiramente novos. Em vez disso, parte da esquerda armada na América Latina preferiu apresentar-se como parte integrante dessa comunidade imaginada, reafirmando símbolos originais da nação, capturando bandeiras e espadas. Voltamos a perguntar: por quê?

Uma das acusações que liberais e conservadores faziam à esquerda comunista na América Latina, desde os anos 1930, era de que ela não tinha compromisso com a nação. Lembremos que um dos argumentos “técnicos” apresentados para se colocar o PCB (sigla que, na época, correspondia a Partido Comunista *do Brasil*) na ilegalidade, em 1947, era justamente

¹¹⁹ ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 29.

¹²⁰ KAYSEL, André. Op. cit., pp. 50 e 51.

o fato de que não se tratava de uma legenda nacional, mas de simples seção “do Brasil” de um organismo internacional. A lealdade se estabelecia com Moscou, não com o Rio de Janeiro – diziam os tribunais. Claro que isso era uma falácia, que permitiu cassar o registro do partido. Mas encontrava ressonância ao dialogar com o nacionalismo conservador.

Por toda a América Latina, essa ideia era replicada, indicando o marxismo como doutrina “alienígena”, “exótica”, em desacordo com as tradições (inclusive religiosas) da imensa maioria do povo. Uma de nossas hipóteses é que a busca da esquerda pelo nacional fosse, também, uma forma de desmontar esse argumento e transformar a esquerda em parte absolutamente integrada à nação. Em suma: tornar a esquerda parte da tradição, e não uma inimiga das tradições. Como poderia ser acusado de estrangeirismo ou avesso às tradições nacionais um movimento que levantava a espada de Bolívar (M-19), ou que retomava a ideia do Exército dos Andes de San Martín (PRT-ERP), ou que propunha um retorno à proposta artiguista de dividir a terra (MLN-T)?

Não se conclua, entretanto, que a esquerda armada tenha feito esse mergulho de forma improvisada, ou por puro senso oportunista. Não. Ele estava de acordo com um movimento mais amplo de retomada do nacionalismo.

1.4 Esquerda e nostalgia: as singularidades do Prata

Argentina e Uruguai não são casos isolados, nesse mergulho da esquerda em direção aos temas nacionais. Nas páginas iniciais deste capítulo, mostramos exemplos da Colômbia, Equador e Chile, onde organizações revolucionárias surgidas nos anos 1960/1970 também disputavam símbolos do século XIX.

A região do Prata, no entanto, carrega uma especificidade: a recuperação do passado e dos heróis nacionais, ali, veio acompanhada da busca por um país *autêntico*, que só seria possível encontrar longe das capitais. Trata-se de estrutura discursiva lastreada, em parte, num sentimento de nostalgia e num pensamento de matriz romântica.

Com isso, não queremos dizer que a esquerda dos anos 1960/1970 fosse *apenas* nostálgica ou que vivesse em função do passado. Mas certamente esses são elementos – nostalgia e romantismo – que ajudam a definir a cultura revolucionária naquele período.

1.4.1 Nostalgia, a história de uma ideia

O conceito de nostalgia tem um longo percurso na história das ideias no mundo ocidental. A princípio, referia-se mais à perda de um *espaço* querido ou à distância da terra natal do que à noção de um *tempo* que houvesse passado de forma irremediável. O primeiro relato estruturado sobre esse sentimento veio do médico suíço Johannes Hofer, no fim do século XVII. Ele considerava que as palavras existentes em várias línguas, desde a Antiguidade, para fazer referência ao sentimento que em português poderíamos definir como *saudade*, não descreviam adequadamente um mal que tinha contornos médicos (físicos e psíquicos) e era muito mais abrangente.

Hofer utilizou duas palavras gregas – *nostos* (volta para casa) e *algos* (condição dolorosa) – para compor o vocábulo *nostalgia*, que considerou mais completo para dar conta do mal que àquela altura estava associado principalmente a soldados suíços obrigados a atuar longe de casa. Por isso, até o século seguinte, *nostalgia* também foi descrita nos compêndios médicos como *Schweizerkrankheit*, ou seja, doença suíça¹²¹.

Aos poucos, no entanto, o conceito fez uma longa migração. Primeiro, deixou de estar ligado apenas aos suíços e passou a descrever a condição de fragilidade mental que poderia acometer genericamente “povos de qualquer região montanhosa”. Depois, passou a designar o mal que poderia afetar “migrantes rurais de qualquer procedência, podendo surgir sempre que houvesse dificuldade de adaptação a um novo ambiente, principalmente quando esse novo espaço fosse urbano”. É importante sublinhar essa oposição urbano/rural, que retomaremos mais adiante, na construção do conceito de *nostalgia*. No fim do século XVIII, a enfermidade designada como nostalgia havia sido já detectada entre variados povos europeus, como escoceses e franceses¹²².

O pesquisador brasileiro Marcos Piason Natali, numa tese de doutorado em literatura comparada, defendida na Universidade de Chicago, é quem faz essa retomada do conceito, antes de aplicá-lo na análise literária das obras de três autores latino-americanos: Juan Rulfo, José Lezama Lima e Tununa Mercado. Evidentemente que, para nossa tese, o que interessa não é o uso literário, mas a construção mesmo da ideia.

¹²¹ Cf. NATALI, Marcos Piason. *A política da nostalgia – um estudo das formas do passado*. São Paulo: Nankin Editorial, 2006.

¹²² No fim do século XVIII, médicos do exército da França chegavam a dispensar soldados para evitar que surtos nostálgicos afetassem toda a tropa, que atuava longe de casa, em operações nas regiões do Reno ou dos Alpes (Cf. NATALI, Marcos Piason. Op. cit., p. 25).

Segundo Natali, a palavra *nostalgia* aos poucos passou a ser usada não apenas para designar a sensação intensa (com sintomas clínicos perturbadores e paralisantes em alguns casos) de estar distante da terra natal, como também a condição de afastamento de um ser amado. Mas foi no século XIX que ocorreu a mutação com significado mais expressivo para um estudo como o nosso, que lida com o tempo e a disputa pelo passado:

nostalgia [passa a ser] **não apenas o sofrimento causado por uma separação física**, seja da terra natal ou de um ente querido, mas **também uma dor provocada pela distância temporal**, isto é, pela passagem do tempo. [...] Com essa alteração, tornou-se mais difícil sugerir um tratamento para a nostalgia, pois não era possível recomendar a volta a um tempo passado como antes se prescrevera a volta a um lugar distante¹²³. (grifos nossos)

A nostalgia passa a ser a dor pelo tempo perdido. Descreve a sensação de mal-estar diante de um mundo que já não voltará, diante do avanço capitalista, que reconfigura a economia, o mundo do trabalho, a política. Não é à toa que a nostalgia vive seu auge como um dos componentes do romantismo, movimento cultural e literário que se afirma – primeiro na França, depois em outros países – como reação ao capitalismo que se impunha.

A Revolução Francesa acentuara essa sensação de um tempo irremediavelmente perdido, já que o jacobinismo propunha um corte absoluto em relação ao passado, com a refundação da sociedade e a eliminação de todos os vestígios do Antigo Regime, estabelecendo inclusive nomes novos para os meses e a contagem do tempo. As décadas que se seguiram trouxeram o refluxo revolucionário na França. Mas todas as reviravoltas políticas do século XIX apontaram sempre para a consolidação do poder da burguesia, com o capitalismo triunfante – favorecendo também, dialeticamente, a reação romântica a esse triunfo.

1.4.2 Socialismo romântico na Europa e na América Latina

Adotamos, neste trabalho, o conceito de *romantismo* não sob uma perspectiva restrita, circunscrita ao mundo literário ou das artes, mas como uma visão de mundo, uma *estrutura mental coletiva* que pode se expressar na produção literária, e também na filosofia, na história, na política. Trata-se de um movimento com múltiplas vertentes, cujo eixo comum é a oposição ao capitalismo industrial que se afirmava no século XIX. Esse movimento guarda características como nostalgia, passadismo e valorização de relações comunitárias que teriam se perdido com o avanço do individualismo capitalista. Como veremos logo adiante, essa busca romântica por

¹²³ NATALI, Marcos Piason. Op. cit., p. 28.

um passado perdido é visível em várias partes da Europa ocidental, na Rússia (especialmente entre os chamados “populistas”) e também se expressa na América do Sul.

Löwy e Sayre identificam pelo menos seis grandes correntes de romantismo: conservador, restitutionista, fascista, desencantado, liberal e revolucionário – este último englobaria, em um de seus subgrupos, o romantismo de corte abertamente socialista.

Autores marxistas, no passado, tendiam a reduzir o romantismo a uma corrente puramente reacionária, na medida em que suas expressões mais evidentes são a negação do capitalismo e a construção nostálgica de um tempo perdido, que é associado ao Antigo Regime ou à Idade Média, quando supostamente as ligações comunitárias e pessoais seriam mais verdadeiras – sem o predomínio das relações mercantis, que levam à fragmentação social e ao isolamento dos indivíduos:

A visão romântica caracteriza-se pela dolorosa convicção de que faltam ao real presente certos valores humanos essenciais que foram alienados. Sentido aguçado, portanto, da alienação no presente, uma alienação frequentemente vivida como exílio. [...] Deseja-se ardorosamente reencontrar o lar, retornar à pátria, e é precisamente a nostalgia do que foi perdido que está no centro da visão romântica anticapitalista¹²⁴.

O romantismo é sem dúvida um tipo de visão de mundo que serve para abarcar os saudosistas da velha ordem. Mas serve para abrigar também aqueles que buscam uma nova ordem, para além do capitalismo. São intelectuais, escritores e formuladores de ideias políticas que, ao projetar uma nova sociedade no futuro, tentam recortar do passado características humanas sufocadas pelo capitalismo e pelo liberalismo:

Com isso se explica o paradoxo aparente de que o passadismo romântico pode ser – e genericamente, de certa maneira, ele o é – também um olhar para o futuro; pois a imagem de um futuro sonhado para além do capitalismo se inscreve numa visão nostálgica de uma era pré-capitalista¹²⁵.

Na Inglaterra, Raymond Williams observa que o fenômeno de se garimpar uma “idade de ouro” no passado foi muito forte justamente nos momentos de grandes transformações do capitalismo, gerando buscas sucessivas por um tempo feliz e acolhedor que ficou para trás. Escritores do começo do século XX buscavam a idade de ouro no século XIX. Escritores do Dezenove, por sua vez, projetavam o sentimento para décadas anteriores, constituindo o que Williams define como uma “escada rolante” sem fim:

Fomos recuando no tempo, a cada vez encaminhados a uma Inglaterra rural mais antiga e mais feliz, e não conseguimos encontrar nenhum lugar, nenhum período que nos satisfizesse. [...] A estrutura de sentimentos dentro da qual essa referência ao passado deve ser entendida, portanto, não é basicamente

¹²⁴ LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1983, p. 22.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, p. 23.

uma questão de explicação e análise histórica. O que é realmente importante é esse tipo específico de reação à mudança¹²⁶.

Notemos que, na Inglaterra, a *nostalgia* tinha aquele sentido duplo que definimos acima, ao analisar a origem do conceito: a sensação de um mal-estar, ou deslocamento existencial, produzido tanto no tempo quanto no espaço. Raymond Williams descreve múltiplos exemplos, na literatura inglesa, de autores que manifestam saudade profunda do tempo que se foi, sentimento condensado pela frase do poeta romântico John Clare, em 1809: “Oh, doce Éden dessa idade de ouro”¹²⁷. Mas, ao mesmo tempo, a nostalgia é espacial: em meio ao crescimento das cidades, busca-se refúgio num idílico mundo rural.

O que se elabora é um passado idealizado no campo, que se contraponha às duras relações nas cidades onde no presente impera, sob o capitalismo, “a redução utilitarista de todas as relações sociais a uma ordem impiedosa baseada no dinheiro”¹²⁸. Opera-se uma construção onde as ideias nostálgicas se cruzam no tempo e no espaço: o passado é visto como a idade feliz, que já não volta; e a vida no campo é associada a valores positivos como contato com a natureza, inocência e autenticidade, em oposição à vida urbana caracterizada pela cobiça, pelo tumulto e pela perdição¹²⁹.

Esses conceitos ajudam a entender o movimento empreendido no início do século XX por setores nacionalistas e conservadores na região do Prata, que saem em busca de uma nação *autêntica* e original, que ficara esquecida. Diante da identidade cosmopolita e urbana que se afirmara nas décadas anteriores, a autenticidade perdida só poderia ser buscada no campo, com o resgate de um Uruguai e de uma Argentina identificados com o passado rural.

Na Europa e na América, esse tipo de construção mental acabou servindo tanto a um tipo de conservadorismo romântico, que se opõe ao mundo liberal e utilitarista, quanto a uma espécie de “radicalismo retrospectivo”, usado por setores à esquerda para “expressar sentimentos humanitários, na maioria das vezes associados a um mundo que, por ser pré-capitalista, é irrecuperável”¹³⁰. É possível, portanto, pensar num romantismo socialista, com múltiplas variantes.

¹²⁶ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 65.

¹²⁷ CLARE, John. “Helpstone”. In: *Poems*, Londres, 1935. Apud: WILLIAMS, Raymond. Op. cit., p. 23.

¹²⁸ WILLIAMS, Raymond. Op. cit., p. 66.

¹²⁹ Raymond Williams mostra que essa oposição campo/cidade, com a nostalgia voltada para um mundo rural idealizado, tem longa trajetória na cultura ocidental, e já está presente nas obras de autores da Grécia antiga (Hesíodo) ou de Roma (Virgílio). Sobre esse tema, ver especialmente o capítulo “Bucólico e antibucólico”. In: WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Op. cit.

¹³⁰ WILLIAMS, Raymond. Op. cit., p. 66.

Löwy e Robert Sayre detectam na Rússia, por exemplo, um “romantismo populista”, os Narodniks. Os defensores dessa linha queriam “ir para o povo”, e viam no campo as virtudes essenciais para fundar uma nova sociedade. Muitos chegavam a defender um socialismo agrário, e rejeitavam tanto a autocracia czarista quanto o capitalismo ocidental. O escritor Leon Tolstói tinha grandes afinidades com essas ideias.

O populismo russo sofria influência do economista suíço Jean Charles Sismondi. Adepto, nos anos de formação, das ideias de Adam Smith e de David Ricardo, Sismondi aos poucos se afastou do liberalismo e lançou, em 1819, os *Novos princípios da economia política*, obra em que defendia a intervenção do Estado para diminuir injustiças e desigualdades. Sismondi criticava a situação dos trabalhadores, segundo ele reduzidos à condição de máquinas, e se referia seguidamente a uma “idade de ouro pré-capitalista”, sonhando com uma sociedade em que pequenos artesãos e camponeses pudessem se associar em estruturas de produção comunitárias. Suas propostas foram criticadas tanto pelos liberais quanto por Marx e Engels, que o classificaram de socialista pequeno-burguês. Lênin, sintomaticamente, preferiu definir as ideias de Sismondi como “romantismo econômico”.

Na classificação proposta por Michael Löwy e Robert Sayre, o socialismo romântico englobaria os populistas, os libertários ou anarquistas, e seria possível também pensar num “romantismo marxista”, que se forma a partir da virada para o século XX, em dissonância com as concepções oficiais da Segunda e da Terceira Internacionais:

A partir da morte de Marx e Engels, vão aparecer **duas correntes opostas no seio do marxismo: uma evolucionista e positivista**, para a qual o socialismo é apenas o coroamento e a continuação, numa economia coletivista e planificada, dos avanços conquistados pela civilização industrial burguesa moderna (Plekhanov, Kautsky e seus discípulos na Segunda e Terceira Internacionais); e **uma outra, que se poderia designar como romântica, na medida em que critica as “ilusões do progresso”** e sugere uma dialética utópica-revolucionária entre o passado pré-capitalista e o futuro socialista¹³¹. (grifos nossos)

Entre os marxistas românticos, Löwy lista importantes pensadores europeus do século XX, como Walter Benjamin e Herbert Marcuse (Escola de Frankfurt), E.P Thompson e o já citado Raymond Williams. E inclui também nessa vertente o marxista peruano José Carlos Mariátegui.

Nascido no interior do Peru, em 1894, Mariátegui muito cedo tomou contato com o trabalho na imprensa, atuando como tipógrafo antes de colaborar com jornais e revistas de Lima, para onde a família se mudara. Ligado ao mundo da cultura, com pouco mais de vinte anos participava de espetáculos noturnos entre os túmulos nos cemitérios de Lima – atitude que,

¹³¹ LÖWY, Michael. “Introdução”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e introdução de Michael Löwy. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, pp. 9 e 10.

veremos depois, seria também costumeira entre os jovens argentinos que fundariam a guerrilha nacionalista naquele país. Mas Mariátegui estava longe de ser guerrilheiro. Era já um intelectual, que tomava contato com as ideias socialistas na redação do jornal *La Razón*, apoiando greves e organizações sindicais no Peru.

Na virada de 1919 para 1920, Mariátegui viajou para a Europa recém-saída da Primeira Guerra. Durante três anos, travou contato com intelectuais como Benedetto Croce, Romain Rolland, Henri Barbusse e Piero Gobetti. E se aproximou das formulações de marxistas que não adotavam o “evolucionismo progressista” dominante na Segunda Internacional – como Antonio Gramsci, Walter Benjamin e Georges Sorel. Esse último, sindicalista e revolucionário francês, pode ser definido como um “crítico implacável das ilusões de progresso e promotor de uma interpretação heroica e voluntarista do mito revolucionário”¹³², que se afastava da linha positivista do marxismo oficial.

Se a Primeira Guerra mudara a forma de intelectuais latino-americanos olharem para a Europa, como destacamos acima, ela significou também uma troca de perspectiva para marxistas do Velho Continente. Eram muitos, como Sorel, os que já não depositavam tanta confiança na fortuna científica, ou na superação do capitalismo a partir de um pensamento evolucionista. Mariátegui passou pela Europa bem no momento em que essas ideias estavam em ebulição. Sorel teve peso decisivo na formação de Mariátegui, numa linha que podemos definir como a de um socialismo romântico.

Em seu texto “Duas concepções da vida”, de 1925, o peruano ressalta as diferenças entre o romantismo de direita, fascista, e o romantismo de esquerda, que mira a utopia de uma sociedade sem classes, com o qual se identifica:

A Europa, conflagrada, dilacerada, mudou de mentalidade e de psicologia. Todas as energias românticas do homem ocidental, anestesiadas por muitos lustros de paz confortável e abundante, renasceram tempestuosas e dominadoras. [...] **O homem contemporâneo tem necessidade de fé.** E a única fé que pode ocupar seu eu profundo é uma **fé combativa**. [...] a forte, a peremptória **necessidade de uma fé e de um mito que levem os homens a viver perigosamente**¹³³. (grifos nossos)

Mariátegui é associado ao ideal romântico também porque, ao voltar ao Peru, rechaçou a teoria dos comunistas soviéticos que previa uma etapa revolucionária antifeudal, e passou a valorizar as tradições incaicas de uso da terra, sobretudo o *ayllu* – sistema em que várias famílias

¹³² Idem, *ibidem*, p. 15.

¹³³ MARIÁTEGUI, José Carlos. “Duas concepções da vida”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e introdução de Michael Löwy. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p. 53-55.

se associavam na produção agrícola, de forma comunitária¹³⁴. Entre 1926 e 1930, Mariátegui participou intensamente dos debates intelectuais e políticos do país, através da revista *Amauta* – fundada por ele.

Mariátegui teve curta fase de proximidade com a APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana) de Haya de la Torre¹³⁵, mas em 1928 rompeu com o aprismo, ao qual atribuía um nacionalismo demagógico, e decidiu fundar o Partido Socialista Peruano (PSP). A nova legenda revolucionária era vista com desconfiança pelos comunistas de linha soviética, que o acusavam de promover um socialismo “pequeno-burguês” e “romântico”¹³⁶. Em 1930, os problemas de saúde que carregava desde a infância se agravaram e Mariátegui morreu com apenas 36 anos. Um mês depois, o PSP se transformou no Partido Comunista do Peru.

Muitos dos princípios enunciados por ele ressurgiram na geração que pegou em armas nos anos 1960: a fé política, a construção de uma espécie de mitologia revolucionária, o apego a um romantismo combativo e a tentativa de resgatar elementos do passado que pudessem servir de referência nos embates do presente. Em tudo isso, há uma linha de continuidade entre Mariátegui e os grupos guerrilheiros que são nossos objetos de estudo. Mas ele foi efetivamente lido pelos revolucionários do Prata, quatro décadas depois?

A bibliografia e os relatos de ex-militantes na Argentina e no Uruguai indicam que Mariátegui era um autor – entre vários outros, como Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci – que os guerrilheiros buscavam para construir um modelo de revolução que escapasse às amarras ideológicas soviéticas. Ou seja, não era um referencial teórico dominante, mas uma influência indireta, que chegou ao Prata através de circuitos políticos e culturais difíceis de reconstituir com precisão.

¹³⁴ Mariátegui não propunha a pura transposição do que chamava de “comunismo inca” para as lutas socialistas do século XX. Ressaltou essa ideia, de forma explícita, numa longa nota de rodapé em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (1928), que deixa claro também como Mariátegui tinha uma linha de pensamento sofisticada, avessa a esquematismos e simplificações. Nem por isso deixava de valorizar a experiência indígena do passado, tornando-se um dos primeiros marxistas a buscar um equilíbrio entre os valores universais defendidos por Marx e Engels e o olhar para as tradições indo-americanas.

¹³⁵ A APRA foi criada em 1924, a princípio como uma frente anti-imperialista continental, com o objetivo de articular movimentos que lutavam contra o avanço dos Estados Unidos. Em 1931, a APRA se transformou num partido, com forte apoio popular e uma linha nacionalista, tendo influenciado o nacionalismo de esquerda em vários países da América Latina. Só chegaria ao poder no Peru após a morte de seu fundador, Victor Haya de la Torre, ocorrida em 1979. O aprista Alan Garcia foi eleito presidente em 1985; a essa altura, o partido adotara uma plataforma próxima à social-democracia, integrando a Internacional Socialista. Garcia foi eleito mais uma vez em 2006, com uma linha distante do aprismo original: adotou um programa liberal e terminou o mandato acusado de corrupção. Cometeu suicídio em 2019, quando a polícia peruana tentou prendê-lo durante investigações sobre desvio de verbas públicas.

¹³⁶ Em 1929, as concepções de Mariátegui foram duramente atacadas durante a I Conferência Comunista Latino Americana, em Buenos Aires, principalmente pelo dirigente comunista argentino Vittorio Codovilla, representante do stalinismo que começava a se afirmar. Por conta disso, o PSP de Mariátegui não foi reconhecido como membro da Internacional Comunista.

1.4.3 Revisi3nismo hist3rico e esquerda nacional na Argentina

Para n3s, n3o resta d3vida de que a esquerda armada dos anos 1960 sofreu influ3ncia de um pensamento de matriz rom3ntica, cujas bases procuramos descrever nas p3ginas passadas. O pensamento de Mari3tegui foi uma das fontes que ajudou a construir esse ide3rio. Mas, na regi3o do Prata, a nostalgia e a busca pela *autenticidade* nacional seguiram tamb3m outras trilhas: brotaram primeiro na direita, entre pensadores de raiz conservadora, para d3cadas mais tarde migrarem para a esquerda, ajudando assim a compor o substrato dos grupos guerrilheiros por n3s estudados nesta tese.

Nos cap3tulos seguintes, observaremos em detalhe esse longo movimento, mas podemos adiantar que as duas organiza33es armadas que vamos analisar – o MLN-T uruguaio e o PRT-ERP argentino – se nutriram dessa matriz surgida entre os conservadores: um olhar voltado para o interior, para a cultura do campo e para uma na33o rural quase esquecida. Isso guarda similaridade com os movimentos ocorridos em pa3ses europeus, de rea33o diante do avan3o capitalista, gerando o retorno para um passado id3lico, para uma idade de ouro, com a valoriza33o do tradicionalismo agr3rio.

No caso do Prata, portanto, essa mudan3a discursiva da esquerda baseou-se num lastro hist3rico profundo. Bem antes de povoar as a33es e os discursos da guerrilha dos anos 1960/1970, com suas chamativas refer3ncias a San Mart3n e Artigas, o romantismo foi um dos componentes de um nacionalismo conservador e antiliberal. Desde as primeiras d3cadas do s3culo XX, surgira na regi3o um movimento cultural e pol3tico que procurava resgatar a cultura *gaucha*, quase apagada diante da identidade nacional – urbana e cosmopolita – imposta pelas elites de Montevid3u e Buenos Aires.

Esse processo, como veremos nos cap3tulos 4 e 5, foi forte especialmente no lado argentino – com uma gera33o de intelectuais que, a partir dos anos 1920, passou a mirar para as tradi33es rurais e retomou valores como a *hispanidad* e o gauchismo. Nos anos 1930, consolidou-se o chamado revisi3nismo hist3rico na Argentina: o papel dos caudilhos do passado voltou a ser valorizado, agora tamb3m em obras historiogr3ficas que se colocavam em oposi33o 3 narrativa at3 ent3o dominante na historiografia oficial.

Lembremos que autores como Domingo Faustino Sarmiento e Bartolom3 Mitre, que exerceram tanto o poder pol3tico quanto a fun33o de ide3logos liberais na fase de consolida33o do Estado nacional, execravam o caudilhismo como um elemento da *barb3rie* que deveria ser superada para aproximar a regi3o de padr3es europeus de *civiliza33o*. Se, no lado uruguaio, o caudilho Artigas teve sua imagem aos poucos recuperada pela elite liberal, para exercer o papel

de símbolo de unidade nacional na segunda metade do século XIX, o argentino Sarmiento se referia a ele em tom absolutamente depreciativo, no clássico *Facundo – ou civilização e barbárie*, de 1845:

Este era o elemento que o célebre Artigas punha em movimento; instrumento cego, mas cheio de vida, de **instintos hostis à civilização europeia e a toda organização regular**. A montonera, tal como apareceu nos primeiros dias da República, sob as ordens de Artigas, já apresentava esse caráter de ferocidade brutal e esse espírito terrorista [...] Artigas, baqueano, contrabandista, isto é, fazendo **guerra à sociedade civil, à cidade**, comandante de campanha por meio de transação, caudilho das massas a cavalo, é o mesmo tipo que, com ligeiras variantes, continua a se reproduzir em cada comandante de campanha que chegou a se tornar um caudilho¹³⁷. (grifos nossos)

Mitre também atacava Artigas em vários trechos de sua longa obra de historiador – ofício a que se dedicou paralelamente às atividades de jornalista e liderança política¹³⁸. Como ressalta Eduardo José Míguez, Mitre enxergava Artigas como “*clásico ejemplo de una barbarie pujante y libertaria, pero inmoral y destructiva*”. Essa dicotomia, diz José Míguez, retoma uma ideia central dos unitários, difundida também por Sarmiento (ele próprio, curiosamente, um provinciano de San Juan), a de que só a culta e cosmopolita Buenos Aires poderia guiar a formação de uma nação moderna¹³⁹.

Artigas era símbolo de tudo o que Sarmiento e Mitre queriam extirpar da vida do Prata: feroz, brutal, caudilho das massas e, supostamente, portador de instintos hostis à civilização europeia que a elite de Buenos Aires e Montevideú pretendia mimetizar. Do lado uruguaio, a elite colorada incorporou Artigas ao panteão da pátria. Mas o fez de maneira restrita: no Uruguai que se consolidava na virada do século XIX para o século XX, havia espaço para o Artigas estadista, acima das paixões partidárias; mas não cabia, em absoluto, um Artigas rebelde e reformador. E foi este último que a esquerda armada lutou para recuperar nos anos 1960, como veremos em detalhe nos capítulos 2 e 3:

La vieja dicotomía de *civilización y barbarie*, que liberales como Sarmiento y Mitre em la Argentina y los colorados en el Uruguay habían resuelto apoyando a unitarios y *civilizados*, debía ahora invertirse para rescatar en ambas patrias lo *bárbaro*, expresión de autenticidad, independencia y defensa de la nacionalidad y sus tradiciones¹⁴⁰.

¹³⁷ SARMIENTO, Domingo. *Facundo – ou civilização e barbárie*. Tradução: Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac Naify, 2010, pp. 140 a 143.

¹³⁸ Mitre foi presidente da Argentina de 1862 a 1868, naquele que é considerado o primeiro governo propriamente nacional argentino, depois de quase cinquenta anos de guerras entre unitários e federalistas. Em 1861, Mitre havia derrotado Urquiza, o caudilho de Entre Rios que liderava a Confederação Argentina. Com a vitória de Mitre, consolidou-se o poder dos unitários e liberais, que construíam o Estado nacional na Argentina, rechaçando a herança de lideranças federalistas.

¹³⁹ JOSÉ MÍGUEZ, Eduardo. *Mitre Montonero*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011, p. 83.

¹⁴⁰ GATTO, Hebert. *El cielo por asalto – el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) y la izquierda uruguaya (1963-1972)*. Montevideú: Taurus, 2004, pp. 293 e 294.

A esquerda, na segunda metade do século XX, não criou essas ideias do zero. Como dissemos, o movimento havia começado pelo nacionalismo conservador, ainda antes da Segunda Guerra. Com o revisionismo histórico, não só Artigas foi plenamente reabilitado nos dois lados do Prata. Mas especialmente Juan Manuel de Rosas, máximo exemplar do caudilhismo dos primeiros tempos pós-independência, passou a ser enaltecido em obras que, por vezes, misturavam história e mitologia política.

Na Argentina, o peronismo teve papel fundamental nesse resgate do passado nacional – ao criar uma linha em que se perfilavam San Martín, Rosas e Perón como sucessivos libertadores da nação, como veremos nos capítulos 4 e 5. Pouco a pouco, pensadores socialistas se apropriaram de partes do revisionismo histórico para construir o que se convencionou chamar de uma *esquerda nacional*.

Trata-se de uma geração de intelectuais que, a partir da releitura do fenômeno peronista, elaborou obras fundamentais na formação de militantes que passaram a atuar nos anos 1960 e 1970. Rodolfo Puiggrós, com sua *Historia crítica de los partidos políticos argentinos* (1956), Jorge Abelardo Ramos, com *Revolución y contrarrevolución en la Argentina* (1957) e Juan José Hernández Arregui, com *La formación de la conciencia nacional* (1960) são os autores mais importantes dessa virada.

Com formação marxista, o historiador Rodolfo Puiggrós tinha sido militante do Partido Comunista, legenda da qual foi expulso no fim dos anos 1940 por discordar da oposição cerrada que o PC fazia ao peronismo. Para Puiggrós, o liberalismo e o positivismo estavam na base da doutrina de intelectuais argentinos que se definiam como marxistas, mas que na verdade seriam herdeiros do pensamento de Alberdi e Sarmiento – o primeiro, descrito por Puiggrós como um adepto do utilitarismo de Bentham, e o segundo como um admirador do darwinismo social de Spencer.

Jorge Abelardo Ramos, um ex-trotskista convertido ao nacionalismo, tinha talento para dialogar com o grande público. A partir da releitura do revisionismo histórico conservador, escreveu longas passagens sobre a história da Argentina e da América Latina, em que retomou a importância dos caudilhos e das lutas de independência – com o intuito declarado de aproximar a juventude de figuras por ele consideradas emblemáticas, e que tinham sido rejeitadas pela historiografia de corte liberal.

Juan José Hernández Arregui, por sua vez, aproximou-se do nacionalismo a partir de sua militância na Unión Cívica Radical (UCR), ainda nos anos 1930. Ele sofreu influência de

Arturo Jauretche e do grupo Forja¹⁴¹. No fim da década seguinte, Hernández Arregui trocou o radicalismo pelo peronismo, fazendo sempre muitas críticas à esquerda tradicional, que, segundo ele, cumpria “*el papel del ala izquierda del conservatismo. Y, por esta vía, ha sido instrumento del imperialismo*”¹⁴².

Lembremos que, na Argentina, o Partido Comunista, apesar do discurso oficialmente revolucionário, adotava o modelo prescrito pela Terceira Internacional: aliança com a burguesia nacional e eliminação dos restos feudais. O PS, de tradição social-democrata, também se manteve fiel à ideia de *progreso* que fazia do socialismo decorrência quase inevitável do desenvolvimento das forças produtivas e de reformas sucessivas conquistadas pela eleição de parlamentares ligados aos trabalhadores.

A esquerda nacional reuniu em meados do século XX uma nova vertente de pensadores que, sem abrir mão do marxismo, abandonou em parte as ilusões com a ideia de *progreso*, que era marca da esquerda tradicional na Argentina. Por outro lado, apesar do trabalho profissional de alguns desses intelectuais, eles por vezes resvalavam para a mistificação, ao compartilhar construções oriundas do revisionismo conservador.

Nosso objetivo, no entanto, não é analisar a qualidade da produção historiográfica associada a essa corrente, mas indicar que as novas formulações teóricas tiveram influência no pensamento de vários grupos armados peronistas nos anos 1960 e 1970; e, mais que isso, ajudaram a conformar e reforçar a *estructura de sentimientos* de uma época na qual o nacionalismo e a nostalgia romântica eram tão fortes que mesmo uma organização como o PRT-ERP, ligada à Quarta Internacional trotskista, também partiria em busca dos heróis e símbolos do passado para legitimar sua ação guerrilheira.

¹⁴¹ O movimento Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina (Forja), liderado por Arturo Jauretche, surgiu como reação aos governos conservadores da chamada “década infame”, instalados após a derrubada do presidente Hipólito Yrigoyen, líder da UCR, em 1930. Era uma tentativa de reconectar o radicalismo (agora na oposição) com seus primeiros tempos, quando assumira posições nacionalistas e reformistas. Além de Yrigoyen, o Forja se inspirava em pensadores nacionalistas, e de esquerda, como o argentino Manuel Ugarte e o peruano Haya de la Torre (Cf. HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *La formación de la conciencia nacional*. Buenos Aires: Ediciones Continente, segunda edição, 2011, p. 224). Esse movimento é indicação clara de que o nacionalismo não era monopólio dos conservadores e, lentamente, começou a avançar também na esquerda. Outro intelectual próximo ao Forja foi Raúl Scalabrini Ortiz, que publicou livros defendendo a nacionalização das ferrovias e do petróleo; ele assumiu linha crítica ao imperialismo, tendo inspirado a esquerda nacionalista. Nos anos 1940 e 1950, tentou criar uma linha de continuidade entre a independência no século XIX e os governos de Yrigoyen e Perón: “*Aquellas muchedumbres que salvaron a Perón del cautiverio [...] son las mismas multitudes que asistieron recogidas por el dolor al entierro de Hipólito Yrigoyen [...] Son las mismas multitudes argentinas armadas de un poderoso instinto de orientación política y histórica que desde 1810 obran inspiradas por los más nobles ideales cuando confían en el conductor que las guía*”. (SCALABRINI ORTIZ, Raúl. “Los enemigos del pueblo argentino”, conferência pronunciada em 3 de julho de 1948, em Mercedes, província de Buenos Aires. In: SCALABRINI ORTIZ, Raúl. *Yrigoyen y Perón*. Buenos Aires: Ediciones Fabro, 2016, pp. 26-27).

¹⁴² HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *La formación de la conciencia nacional*. Buenos Aires: Ediciones Continente, segunda edição, 2011, p. 25.

1.4.4 O nacionalismo de esquerda no Uruguai

Do outro lado do Prata, o caminho de nacionalização da esquerda uruguaia foi um pouco diferente, até porque não havia ali o peronismo – que tornou esse percurso, na Argentina, mais tortuoso e um pouco mais complexo.

O Partido Comunista uruguaio, principalmente após a chegada de Rodney Arismendi à liderança da legenda, em 1955, mostrou-se mais aberto ao diálogo com a nova esquerda, tendo incorporado o artiguismo e as bandeiras nacionais em seu discurso; também se aproximou de Cuba¹⁴³, encontrando um meio-termo entre a ortodoxia soviética e o diálogo com outras forças, inclusive com os guerrilheiros Tupamaros.

Mas a mudança principal ocorreu no Partido Socialista, que rompeu com a matriz da Segunda Internacional e, nos anos 1950, tornou-se uma legenda mais conectada às tradições locais do Uruguai. Esse movimento foi conduzido por Vivian Trías, um dirigente do PS que exerceu papel decisivo na formação de Raúl Sendic, futuro líder dos Tupamaros – como veremos ao analisar o MLN-T, nos capítulos 2 e 3.

Parlamentar de discursos marcantes e autor prolífico, Vivian Trías publicou em vida dezenas de livros, artigos e ensaios. As obras completas reúnem dezesseis volumes. Trías nasceu em 1922, em Las Piedras, a pouco mais de 30 quilômetros de Montevideú. Com dezesseis anos, filiou-se ao PS e tornou-se liderança da Juventude Socialista. Em paralelo à militância política, virou professor de história nacional, num colégio de sua cidade natal: nas aulas, unia o conhecimento teórico do materialismo histórico com o gosto pelas histórias do artiguismo e do Uruguai popular. Em 1956, conquistou a cadeira de deputado pelo Partido Socialista, e se reelegeu em 1958.

Nesse período, Trías comandou uma grande renovação do partido. O PS fora fundado em 1910 e, apesar de contar com base sindical na indústria, priorizara a atuação parlamentar – com uma bancada reduzida, que não fazia frente a Colorados e Blancos. Os socialistas estavam sob a liderança de Emílio Frugoni, homem de posições moderadas.

Frugoni foi secretário-geral da legenda durante a primeira metade do século XX, adotando linha próxima à da social-democracia europeia e, por isso, pouco afeita às questões nacionais. Nos anos 1950, depois de longa batalha interna, Frugoni acabou substituído no comando do partido por Vivian Trías. Não foi uma simples troca de gerações, mas uma refundação do PS:

¹⁴³ Cf. LÖWY, Michael. “Introdução”. In: LÖWY, Michael (org.). Op. cit., p. 52.

Fue una lucha interna constante por la imposición de definiciones clasistas, antiimperialistas, y de unidad nacional y popular, que implicaba el desplazamiento de las concepciones de una socialdemocracia que proponía la socialización de los medios de producción mediante una lucha de reformas democráticas¹⁴⁴.

Trías publicou textos importantes sobre a ação dos Estados Unidos na América do Sul (*Historia del imperialismo norteamericano* – dois volumes) e sobre os interesses britânicos no Prata (*Las Montoneras y el Imperio Británico*). Lançou ainda um livro emblemático em que se dedica a analisar a figura de Juan Manuel de Rosas¹⁴⁵, como símbolo do combate que a esquerda nacionalista deveria travar contra os liberais cosmopolitas. Já na introdução, Trías avisa que está interessado em compreender “*el odio que Rosas ha suscitado en las clases dominantes*” nas duas margens do Prata¹⁴⁶. É um Rosas nacionalista que Trías procura exaltar. Trata-se de construção discursiva fundamental para enfrentar a direita liberal que adotava o cosmopolitismo como traço marcante na afirmação dos Estados uruguaio e argentino.

Além de retomar Rosas, Vivian Trías apresentou para a esquerda uruguaia um programa que era ao mesmo tempo socialista e nacionalista. Para tanto, enfrentou o debate teórico sobre o nacionalismo, e não o fez em oposição frontal ao marxismo tradicional. No livro *Aportes para un socialismo nacional*, retomou formulações de Joseph Stalin, ao ressaltar o papel da nação no desenvolvimento do capitalismo: “*El mercado único capitalista – lo que Stalin llama la comunidad de vida económica – es el acontecimiento desencadenante, cristalizante*” que leva à criação da nação moderna. Não basta, porém, dizia Trías, o mercado protegido por um Estado. É preciso o corpo de tradições, heróis, mártires e glórias comuns, historicamente construídos, para que a nação cumpra seu papel decisivo: “*Es la comunidad de tradiciones históricas tan imprescindible como la comunidad económica, para consagrar el nacimiento de la nación*”¹⁴⁷.

Nesse texto, Trías resvala numa concepção essencialista de nacionalismo ao atribuir um caráter nacional a manifestações anteriores à própria formação dos Estados. Ele cita o caso da França, alimentando a ideia de que a nação francesa teve início com os gauleses, e projeta para o passado um caráter “francês” entre os que lutaram sob comando de Vercingétorix contra a invasão romana, ou sob as ordens de Carlos Martel para rechaçar os muçulmanos. Essa é uma maneira de observar o fenômeno nacional superada por estudos posteriores de Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, como já vimos.

¹⁴⁴ BLIXEN, Samuel. *Sendic*. Montevideú: Ediciones Trilce, 2000, p. 40.

¹⁴⁵ TRÍAS, Vivian. *Juan Manuel de Rosas*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental/Cámara de Representantes, 1987 (a primeira edição da obra é de 1969).

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁴⁷ TRÍAS, Vivian. *Aportes para un socialismo nacional*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental/Cámara de Representantes, 1989, pp. 232 e 233.

De toda forma, destacamos o esforço de Trías para construir uma teoria marxista da questão nacional, e adaptá-la para a esquerda no Uruguai. Ele diz que o nacionalismo burguês teve função “*revolucionaria y progresista*” na consolidação do capitalismo industrial, no século XIX. Mas já não serve na nova fase. Trías aponta o fracasso da tática utilizada pelos partidos comunistas, de promover alianças com a burguesia “mais avançada” para eliminar os “resquícios feudais” na América Latina:

ha terminado el tiempo del forzado, burocrático y anti-marxista monocentrismo stalinista [...] La revolución latino-americana no puede encuadrarse ni en la “línea soviética”, ni en la “línea china”. Su destino es, únicamente, la “línea latino-americana”¹⁴⁸.

Uma linha latino-americana para a revolução, livre de modelos prontos: essa é uma ideia forte na esquerda nacionalista na segunda metade do século XX. Ela surge nos livros do uruguaio Trías e de intelectuais da esquerda nacional argentina. E depois reverbera nas organizações armadas que atuam no Prata. Nos documentos guerrilheiros, encontramos seguidas referências à construção de um “socialismo uruguaio”, no caso do MLN-T, ou de um “modelo argentino”, no caso das vertentes que viriam a formar o PRT-ERP. A busca pelo nacional chegava à esquerda. Uma ideia que vinha de longe.

1.5 O caso brasileiro: outro caminho na busca pelo nacional

No Brasil, a profusão de organizações revolucionárias armadas, surgidas após o Golpe de 1964, também teve como uma das causas a discordância, por parte de amplos setores de esquerda, em relação às teses da Terceira Internacional, que influenciaram a trajetória do PCB. O golpe de 1964 deixara claro que a aliança com a burguesia nacional fracassara. Antes mesmo do golpe, o partido de linha soviética no Brasil sofrera dissidências – como a ocorrida em 1962, com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se aproximou do maoísmo e logo encampou a luta armada.

De outro lado, foram mais tênues – nas organizações guerrilheiras brasileiras – os traços de um nacionalismo que fizesse o diálogo com o passado e os símbolos da pátria. É verdade que o principal grupo armado no país, a ALN (Aliança Libertadora Nacional) de Carlos Marighella, trazia no nome a referência à luta pela independência nacional. Mas a história brasileira de autonomia, conduzida pela família real portuguesa e seus aliados em 1822, tornava

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p. 171.

mais complicado retomar personagens marcantes do século XIX como símbolos revolucionários, como a esquerda fizera em outros países com San Martín, Artigas e Bolívar.

Difícil imaginar um grupo guerrilheiro no Brasil com o nome de José Bonifácio – um monarquista moderado, embora fosse contra a escravidão. Ou ainda mais bizarro seria um movimento armado socialista inspirado no português Dom Pedro I. Há, no entanto, alguns sinais dessa busca que se projeta ainda mais para trás, em direção ao período colonial. Isso é visível, por exemplo, nos nomes de duas organizações armadas: a VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária, que, segundo Jacob Gorender, decidiu agregar à sua sigla uma “homenagem ao maior quilombo da história da escravidão”¹⁴⁹; e o já citado MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), batizado com o nome do alferes mineiro que foi enforcado e esquartejado, como punição por participar de movimento contra a Coroa portuguesa, em 21 de abril de 1792.

No caso de Tiradentes, trata-se de personagem que (assim como ocorreu com Bolívar e Artigas, em outros países) a esquerda armada decidiu disputar com setores conservadores, já que o alferes era um símbolo oficial, um herói construído pelo Estado. Vale destacar que Tiradentes é patrono das polícias civis e militares em todo o Brasil.

Há ampla produção historiográfica sobre a construção da imagem de Tiradentes como herói nacional, iniciada após a proclamação da República. Poderíamos destacar: o livro de José Murilo de Carvalho *A formação das almas*; a tese de Thaís de Lima Fonseca *Da infâmia ao altar da Pátria*; e a obra de Maria Alice Millet *Tiradentes: o corpo do herói*. O tema surge também no texto da pesquisadora uruguaia Sonia D’Alessandro “¿Tiradentes: traidor o héroe?”¹⁵⁰, publicado por ocasião de seminário acadêmico em Montevidéu que se debruçou exatamente sobre os chamados “heróis fundadores” na América Latina. Mas é preciso lembrar que, se a construção da figura de Tiradentes pelo Estado já foi estudada, há pouco material sobre a apropriação que a esquerda realizou do mesmo personagem.

Não é objetivo central de nosso trabalho aprofundar a análise sobre esse tema. Mas deixamos assinalado que a trajetória do MRT, especialmente, indica que grupos armados no Brasil também buscavam dialogar com o passado. Trata-se de possível objeto de estudo para pesquisas futuras, que se interessem pelos combates simbólicos travados pela guerrilha brasileira, nos anos 1960/1970.

¹⁴⁹ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 149.

¹⁵⁰ D’Alessandro, Sonia. “¿Tiradentes: traidor o héroe?”. In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevidéu: CEIU/Universidad de La República, 2006.

Foi possível localizar dois trabalhos que tratam apenas indiretamente do tema: a monografia de Alan Sugawara, na Universidade do Grande ABC, com o título *Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil*, sobre o MRT; e a dissertação de mestrado de Yuri Rosa de Carvalho, na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), intitulada *Se dez vidas tivesse, dez vidas daria: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971)*. Os dois trabalhos não têm como foco estudar a apropriação simbólica de Tiradentes pela esquerda. A dissertação de Carvalho está centrada na tentativa de valorizar o MRT como um dos poucos grupos guerrilheiros que, segundo o pesquisador, era formado por quadros oriundos do movimento operário. Ainda assim, o trabalho indica alguns caminhos que dialogam com nossa tese.

O MRT foi fundado em setembro de 1969, por militantes egressos de outras organizações armadas, especialmente da Ala Vermelha – que, por sua vez, era uma dissidência do PCdoB. O grupo escolheu esse nome como referência a uma organização homônima, criada em 1962 por Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas¹⁵¹. Julião lançara o Movimento Tiradentes ainda antes do Golpe Militar, inspirado na Revolução Cubana, mas as tentativas dele de implantar um foco guerrilheiro no Brasil fracassaram.

Para Yuri de Carvalho, a escolha do nome em 1969 “não se deu por acaso”. Segundo ele, a sigla MRT foi adotada menos como homenagem direta ao “herói” Tiradentes e mais como forma de estabelecer diálogo com a iniciativa anterior de Julião:

Outra hipótese válida é a de que o nome tenha sido escolhido para confundir a repressão, levando a comunidade de inteligência das Forças Armadas e de segurança a pensar que se tratava de fato da organização do início dos anos 1960. Assim, para o grande público, a presença de ações do MRT, antes dado como desbaratado pela repressão, poderia desmoralizar a Ditadura¹⁵².

¹⁵¹ Ainda nos anos 1950, trabalhadores do campo se organizaram em torno da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que tinha apoio do deputado estadual Francisco Julião, vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). A imprensa conservadora passou a chamar o movimento de Ligas Camponesas, numa tentativa de ligar a SAPPP a mobilizações comunistas anteriores, que haviam usado essa nomenclatura: era uma forma de brandir o fantasma comunista contra os agricultores. Os trabalhadores, no entanto, resolveram assumir o nome dado pela imprensa, e as Ligas Camponesas se expandiram para pelo menos dez estados brasileiros e passaram a incluir também entre seus quadros ex-militantes do PCB, como Clodomir dos Santos Moraes. As Ligas, que de início lutavam pela reforma agrária dentro da legalidade, adotaram uma perspectiva revolucionária depois que Julião esteve em Cuba, no início dos anos 1960. O Movimento Revolucionário Tiradentes, criado por Julião em 1962, inseriu-se na onda de mobilizações que tomaram conta do país pouco antes de 1964. Mas foi rapidamente derrotado (ver: GORENDER, Jacob. Op. cit., pp. 44-45 e 54-55).

¹⁵² CARVALHO, Yuri Rosa de. *Se dez vidas tivesse, dez vidas daria: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971)*, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2014, p. 157.

Lembremos que o próprio Julião, no manifesto em que lançou o primeiro MRT, em 21 de abril de 1962, procurava estabelecer ligações entre as lutas de Tiradentes no passado e o impulso revolucionário do presente:

[...] defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo, companheiro e companheira, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana [...]. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica¹⁵³.

O MRT criado em 1969, sob a liderança do operário do ABC paulista Devanir José de Carvalho, teve atuação especialmente na Grande São Paulo. Chegou a compor uma frente de organizações armadas com a ALN, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), o POC (Partido Operário Comunista) e a REDE (Resistência Democrática). Era uma fase em que os vários grupos guerrilheiros encontravam-se na defensiva, isolados politicamente diante de uma ditadura militar cada vez mais forte.

Em 7 de setembro de 1970, a frente guerrilheira decidiu disputar o discurso nacionalista com a ditadura: os militantes do MRT e de outras organizações distribuíram panfletos na zona sul de São Paulo, com um texto intitulado “Por uma independência de verdade”. O conteúdo guarda semelhança com documentos do MLN-T e do PRT-ERP:

A verdadeira independência do Brasil ainda está para se fazer. Primeiro eram os portugueses que mandavam aqui, depois os ingleses. Agora são os americanos que dão as ordens. Tiradentes foi morto e esquartejado porque lutou pela independência do Brasil. Hoje, as forças armadas, instruídas pelos americanos, torturam e matam os que lutam pelo povo brasileiro e pela verdadeira independência do Brasil, como o operário Olavo Hansen, o estudante Edson Luís, o padre Henrique Pereira, o sargento Manoel Raimundo Soares, o patriota Carlos Marighella. A verdadeira independência do Brasil só será feita pelo povo em armas, expulsando os americanos e instaurando um regime que acabe com a fome dos trabalhadores e a exploração dos brasileiros¹⁵⁴.

Se Tupamaros no Uruguai e PRT-ERP na Argentina defendiam em seus documentos a “segunda independência”, para completar o trabalho começado por Artigas e San Martín no século XIX, o MRT brasileiro buscava inspiração em Tiradentes – “morto e esquartejado” por lutar pela “verdadeira independência” nacional. São sinais da mesma disputa simbólica pelo passado, a indicar que esse aspecto da luta armada no Brasil merece ser mais estudado. A

¹⁵³ JULIÃO, Francisco. “Manifesto do Movimento Tiradentes”, Ouro Preto-MG, 21 de abril de 1962. Apud: CARVALHO, Yuri. Op. cit., p. 135.

¹⁵⁴ “Por uma independência de verdade”, manifesto lançado pelo MRT e outras organizações guerrilheiras em 7 de setembro de 1970. Apud: CARVALHO, Yuri. Op. cit., p. 164.

diferença é que os brasileiros – por motivos óbvios – não olhavam para “libertadores” do século XIX, mas buscavam seus heróis mais para trás.

Os guerrilheiros do MRT assinavam seus comunicados e documentos com uma expressão que costuma ser atribuída – sem comprovação efetiva – a Tiradentes: “Se dez vidas tivesse, dez vidas daria”. A frase teria sido dita por ele pouco antes de ser enforcado, por ordem da Coroa portuguesa. Além da referência ao herói do passado, há aqui um diálogo com expressões semelhantes usadas por grupos guerrilheiros do Cone Sul, que indicam como a disposição para a ação revolucionária parecia caminhar lado a lado com um aparente despreendimento diante da morte: era uma forma de construir a mística guerrilheira. Voltaremos a esse tema outras vezes, ao longo da tese.

O grupo armado brasileiro que carregava o nome de Tiradentes realizou assaltos a banco, sequestros e operações de bloqueios em pontes e avenidas, mas não conseguiu avançar na luta revolucionária. Manteve-se em atuação até abril de 1971, quando a maior parte de sua direção foi exterminada. Devanir de Carvalho foi cercado pela polícia em São Paulo e baleado no dia 5 de abril; até hoje, não se sabe com exatidão se ele morreu na hora ou dois dias depois, vítima de várias sessões de tortura¹⁵⁵.

1.6 Local x universal: breve história de um longo debate

A tensão entre o local e o universal na América Latina marca o debate de ideias desde a colonização, ganhando mais tarde novos contornos, com o avanço do capitalismo imperialista, já no início do século XX. Trata-se de um tema que mobiliza intelectuais e forças políticas no continente, num movimento com raízes muito anteriores ao avanço da esquerda armada no período da Guerra Fria.

¹⁵⁵ A última ação armada do MRT, realizada em parceria com outras organizações, foi a execução de Henning Albert Boilesen, executivo do Grupo Ultra, em 15 de abril de 1971. O empresário dinamarquês era acusado de financiar a tortura de presos políticos e de participar pessoalmente de sessões em que militantes eram supliciados, na sede do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) – núcleo de tortura ligado ao Exército em São Paulo. A execução de Boilesen foi uma represália pela morte de Devanir de Carvalho. Joaquim Seixas, militante do MRT que participou da execução de Boilesen, foi preso logo depois e torturado até a morte. O filho dele, Ivan Seixas, também do MRT, foi preso com apenas dezesseis anos e testemunhou parte das bárbaras torturas sofridas pelo pai. Sobrevivente da guerrilha, Ivan denunciou o jornal *Folha da Tarde*, que pertencia ao grupo *Folha de S. Paulo* e agia em parceria com os militares, por ter chegado a anunciar em manchete a morte de Joaquim, enquanto ele ainda estava vivo (sobre o tema, ver: VIANNA, Rodrigo. “Por que a *Folha* não publica cartas de Ivan Seixas?”. In: blog *Escrevinhador*, 1º de março de 2009; ver também: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004).

A esquerda latino-americana dos anos 1960 foi depositária não apenas das formulações sobre a chamada questão nacional, advindas dos debates ocorridos no interior da tradição marxista; mas sentiu também os ecos de um embate que permeia a história do continente e que não passa necessariamente pelo marxismo. Trata-se do enfrentamento entre projetos nacionais que adotam concepções diferentes sobre a distância, ou a proximidade, que é preciso estabelecer em relação ao núcleo dominante do capitalismo – seja ele o império britânico no século XIX ou os Estados Unidos a partir do século seguinte. Esse choque não se resume à luta econômica; é muitas vezes uma disputa de identidades, que envolve religião, língua e a defesa de certas tradições.

Na Colômbia, por exemplo, os partidos Liberal e Conservador – fundados em meados do século XIX – travaram desde o nascimento uma disputa acirrada pelo poder, que muitas vezes se transformou em conflito armado, dando origem a várias das guerras civis que marcaram a história do país¹⁵⁶. A oposição entre o universal e o nacional foi um dos pontos centrais a dividir as duas facções. Os Conservadores, que reivindicavam a figura do “libertador” Simón Bolívar, eram católicos, hispanistas e se opunham à cultura anglo-saxônica que os Liberais – inspirados em Santander, também herói da independência – adotavam, seguindo um programa laico e modernizante para a Colômbia.

Essas diferenças ajudam a explicar por que, cem anos depois das primeiras guerras civis, a esquerda socialista colombiana (ator inexistente no século XIX) buscou subtrair dos Conservadores a figura de Bolívar, para construir uma simbologia *nacional* que pudesse se contrapor ao projeto *cosmopolita* da elite liberal, que defendia maior integração do país ao mundo capitalista¹⁵⁷.

Na Argentina, da mesma forma, desde a independência, a contraposição entre dois mundos foi uma constante: rosistas reivindicavam o país do campo, a cultura gauchesca e a tradição dos caudilhos, enfrentando liberais e unitários. De autoria de Sarmiento, a obra *Facundo* é considerada fundadora da moderna nacionalidade argentina¹⁵⁸. Como já vimos, ela se destaca pela crítica ao caudilhismo e à “barbárie” de uma Argentina que a elite liberal pretendia superar.

¹⁵⁶ Sobre as guerras civis que marcaram o século XIX colombiano, ver: CEBALLOS GÓMEZ, Diana. “Desde la formación de la República hasta el radicalismo liberal (1830-1886)”. In: *Historia de Colombia – todo lo que hay que saber* (vários autores). Bogotá: Taurus, 2006.

¹⁵⁷ Sobre a formação dos partidos políticos na Colômbia, ver: COLMENARES, Germán. *Partidos políticos y clases sociales*. Medellín: La Carreta Editores, 2008. E também: CHECCHIA, Cristiane. “Nova Granada em 1840 e a formação dos partidos políticos”. In: *Terra e capitalismo*. São Paulo: Alameda, 2007.

¹⁵⁸ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo – ou civilização e barbárie*. Tradução: Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Alguns anos depois de escrever o livro, Sarmiento se tornaria presidente da República, passando a representar um símbolo da vitória liberal na batalha de ideias. Na segunda metade do século XIX, essa vitória permitiria consolidar o Estado nacional sob uma identidade vinculada a valores *universais*, de educação para todos e mercado aberto para o mundo. No entanto, no século XX, quando as massas operárias entraram em cena nas grandes cidades, o embate entre as duas argentinas reviveu – com o peronismo buscando, no passado, sua legitimidade como representante de um país mais *autêntico*, que pudesse se contrapor à antiga elite liberal que era deslocada do poder.

Importante notar que o embate nacional x cosmopolita não pode ser compreendido só a partir da chave esquerda x direita. Na Argentina, em muitos momentos, a esquerda se afirmou com valores cosmopolitas, herdados do marxismo original, que assim a aproximaram da identidade nacional liberal construída no país desde o fim do século XIX. Quem enfrentou o liberalismo, com um nacionalismo antic cosmopolita, foram a princípio os conservadores. Só mais tarde é que uma parte da esquerda aderiu aos chamados valores nacionais, passando a usar símbolos da pátria para justificar os combates pelo socialismo.

Para tornar essa dualidade nacional/cosmopolita ainda mais complexa, vale lembrar que, no início do século XX, a busca por valores locais não veio apenas de conservadores hispanistas – embora eles pareçam ter sido os mais empenhados nessa retomada. Mas há outras correntes, outras formas de pensar sobre o tema.

O argentino Oscar Terán ajuda a lançar luzes sobre esse debate de longa duração na América Latina. Ele aponta o papel fundamental do uruguaio José Enrique Rodó na construção de um campo intelectual latino-americano, que agia em oposição ao chamado “*peligro yanqui*”¹⁵⁹. Lançado em 1900, o livro *Ariel*, de Rodó, acabou por se transformar num marco intelectual e político. Terán refere-se também ao poeta nicaraguense Rubén Darío como expressão dessa corrente de pensamento que:

produjo una suerte, si no de “antiimperialismo”, sí una reacción de protesta, indignación y confrontación con el expansionismo norteamericano. Fue allí donde se concluyó prácticamente de acuñar la representación latinoamericana de un Estados Unidos como tierra del pragmatismo, y del norteamericano (en realidad, el yankee) como de un sujeto tosco, escasamente ilustrado y volcado sobre todo a habilidades prácticas¹⁶⁰.

¹⁵⁹ TERÁN, Oscar. “El Ariel de Rodó, o cómo entrar en la modernidad sin perder el alma”. In: WEINBERG, Liliana (coord.). *Estrategias del pensar – ensayo y prosa de ideas en América Latina, siglo XX*. México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2010, p. 45.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 49.

Diante do avanço dos Estados Unidos, e de uma expansão do capitalismo que se apresentava como universal e irreversível, os intelectuais latino-americanos da virada do século XIX para o XX, afirma Terán, viram-se diante de uma forte demanda colocada pela sociedade: definir “*una identidad colectiva, nacional y continental*”. E, nesse sentido, “*resultó preponderante la intervención de José Enrique Rodó*”¹⁶¹.

Em *Ariel*, de Rodó, aparece também a dicotomia material/espiritual, ajudando a sublinhar as diferenças entre Estados Unidos e América Latina:

se pregunta entonces si el país del Norte constituye el espejo en que los hispanoamericanos deben mirarse, o el faro que indica el camino de una civilización que realice “las legítimas exigencias del espíritu”. Si la respuesta es negativa, lo es en función de que la civilización yanqui ha absolutizado ese espíritu práctico, ese afán utilitario que ha desembocado en una civilización materialista, y por ende escasamente abierta a los valores de la espiritualidad¹⁶².

Não fazia tanto tempo que Sarmiento, do outro lado do rio da Prata, defendera uma estratégia oposta, de mimetização, para que os argentinos se transformassem nos “ianques sul-americanos”. O autor de *Ariel* resistia de forma vigorosa a essa tendência; e, diante do que qualificava como tentativa de “conquista moral” dos hispano-americanos pelos Estados Unidos, propunha uma reação a partir da “força do espírito”:

espiritualismo, moralismo, elitismo, subjetivismo, esteticismo, son en suma una serie de operadores que el mecanismo rodiano implementa para generar uno de los discursos de más larga duración en la determinación de una identidad latinoamericanista¹⁶³.

Nos capítulos seguintes, vamos nos debruçar sobre as trajetórias do MLN-T no Uruguai e do PRT-ERP na Argentina. A primeira organização surge, desde o início, como um movimento de libertação nacional. Com características muito diversas da esquerda tradicional, os Tupamaros tentam conectar a plataforma socialista com o artiguismo e, assim, lançam-se também a uma guerra pela memória.

Já na Argentina, onde o nacionalismo de esquerda esteve tão associado ao peronismo, encontramos um grupo como o PRT-ERP: afastado da linha peronista, e filiado à tradição universalista da Quarta Internacional trotskista, acabou mesmo assim envolvido no diálogo com o passado e a tradição nacional – que é uma das marcas desse período. Foi exatamente por isso

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 50.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. 60.

¹⁶³ TERÁN, Oscar. *Op. cit.*, p. 60.

que escolhemos o PRT-ERP – e não os Montoneros, por exemplo – para nosso estudo de caso na Argentina. Entendemos que o partido-guerrilha liderado por Mario Roberto Santucho permite observar pontos de intersecção entre marxismo-leninismo e nacionalismo, ou entre peronismo e trotskismo, que um grupo como os Montoneros, por exemplo, não ensinaria por já partir de uma visão nacionalista associada ao justicialismo.

Antes de seguir adiante, frisamos mais uma vez que Cuba não foi propriamente a inspiração para o resgate de símbolos nacionais do passado realizado pela esquerda na América Latina, na segunda metade do século XX; mas sim parte desse grande movimento que vamos observar, agora em detalhe, ao analisar os grupos guerrilheiros na região do Prata.

CAPÍTULO 2 –TUPAMAROS: A GUERRA PELA MEMÓRIA NO URUGUAI

*“qué bueno que respires que conspiras
[...] estás contigo mismo y es bastante
porque contigo están los pocos muchos
que siempre fueron pueblo y no lo saben
qué bueno que respires que conspiras.”*

(**Mario Benedetti**, *Todos conspiramos*
poema dedicado a Raúl Sendic)

Em maio de 1970, um militar de baixa patente da Marinha uruguaia lança um manifesto que causa alvoroço entre as Forças Armadas daquele país. Com o título “A mis compañeros y al pueblo”, Fernando Garín anuncia os motivos que o levam a abandonar a caserna para se tornar um guerrilheiro do Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (MLN-T).

Àquela altura, o Uruguai já vivia num clima de ebulição política, de confrontos de rua e de escalada autoritária – que teriam como desfecho o golpe de Estado de 1973¹⁶⁴. Garín foi um dos executores, e o principal articulador, da espetacular operação em que os Tupamaros lograram roubar mais de setecentas armas de um quartel da Marinha localizado na Ciudad Vieja, centro histórico de Montevideú. Portanto, não havia surpresa no fato de ele declarar publicamente o apoio à guerrilha. O que chamou a atenção de seus superiores e também o que nos interessa destacar aqui é a forma como Garín justifica a adesão ao movimento armado de esquerda.

No texto, de apenas uma página, o militar rebelde não fala em socialismo ou luta de classes, não utiliza conceitos marxistas e cita apenas indiretamente a batalha contra a exploração, ao indicar os banqueiros como alvo principal das ações guerrilheiras. Toda a argumentação de Garín – “*un militar que se integra al MLN*” (é assim que ele assina o manifesto) – está lastreada no passado, na história uruguaia do século XIX:

Muchos hemos comprendido que estamos viviendo en tiempos parecidos a aquellos que anunciaron nuestra Primera Independencia.

– Cuando don José Artigas arrojó su uniforme del Gobierno Español y comenzó a reunir a los patriotas que lucharon por la libertad.

¹⁶⁴ Em dezembro de 1967, o presidente do Uruguai Óscar Diego Gestido, recém-empossado, morreu e abriu espaço para que o vice Jorge Pacheco Areco, de linha conservadora, assumisse o poder. Em 1971, um presidente ainda mais à direita foi eleito: Juan María Bordaberry aprofundou a repressão política e, em 1973, tornou-se parceiro dos militares num golpe de Estado que levou ao fechamento do Parlamento e à prisão de centenas de uruguaianos (Cf. NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2016, pp. 169-180).

– Cuando los uruguayos, sin medir sus sacrificios, abandonaron los hogares para seguir a los patriotas en el Éxodo del Pueblo Oriental.

– Cuando los 33 Orientales, sin medir que eran pocos, se lanzaron contra los déspotas.

– Cuando Rivera, mandado por los déspotas a detenerles, se pasó con armas y bagajes a los patriotas.

Hoy, otra vez los uruguayos tenemos que elegir entre los Déspotas de hoy, estos banqueros que han resuelto defender sus negocios a tiros, y el Uruguay Libre y Justiciero del mañana¹⁶⁵.

O documento dialogava com as ações do herói nacional José Artigas, que liderou o mítico *éxodo del pueblo oriental* durante o intrincado processo de independência uruguaio; recuperava também o papel dos assim chamados “33 Orientales”, durante as batalhas contra o jugo dos luso-brasileiros que ocuparam nos anos 1820 o território que viria a ser do Uruguai; e citava ainda Fructuoso Rivera, primeiro presidente uruguaio depois da emancipação. Mais adiante, ainda neste capítulo, vamos retomar alguns desses episódios para nos debruçar sobre o longo processo da independência uruguaia, com destaque para a atuação de Artigas no período.

Garín buscava inspiração em fatos ocorridos 150 anos antes. Ao fim do manifesto, ele anunciava de forma dramática que era preciso fazer uma escolha – ou se estava ao lado “*de los déspotas de hoy*” ou com o Uruguai “*libre y justiciero del mañana*”:

Muchos han elegido ya. Algunos han muerto en la lucha.

Otros, como en el Éxodo, han abandonado familias y comodidades y se han ido al Uruguay clandestino y perseguido de hoy, que será el Uruguay Libre y Justiciero de mañana.

Otros nos pasamos con armas y bagajes a los patriotas. Hasta pronto¹⁶⁶.

Para Garín, tratava-se de buscar, no passado nacional, a legitimidade para se travar a luta armada no presente. A princípio, não seria de se estranhar que um militar recorresse a mitos nacionais para justificar a defesa da ordem e da pátria. Mas chama a atenção que esse fosse o discurso de Garín na hora de romper com as Forças Armadas para aderir a uma organização guerrilheira que lutava para impor uma nova ordem. Lembremos que, nesse período, Cuba, Vietnã e China eram as grandes referências para grupos de esquerda que se lançavam à luta armada. O manifesto, no entanto, preferia manter diálogo com o passado uruguaio.

A ação e o discurso de Garín estavam longe de ser escolhas isoladas de um militar que porventura trouxesse para a esquerda a simbologia patriótica que apreendera na caserna. A disputa pelos símbolos nacionais e o uso político da figura de Artigas eram parte central do discurso do

¹⁶⁵ “A mis compañeros y al pueblo”, maio de 1970, manifesto assinado pelo militar Fernando Garín. In: Archivo de la Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

¹⁶⁶ Idem, ibidem.

MLN-Tupamaros, grupamento armado uruguaio que àquela altura estava entre os principais grupos guerrilheiros da América Latina, segundo avaliação de Jorge Castañeda, autor que se dedicou ao estudo das várias ondas revolucionárias no continente entre os anos 1960 e 1980¹⁶⁷.

2.1 Lanças e fuzis: a esquerda dialoga com um herói do século XIX

A relação do MLN-T com Artigas se dá desde o batismo da organização. Fundado em 1965, o Movimiento de Liberación Nacional agrega a seu nome toda a carga simbólica dos antigos *tupamaros*. Esse era o epíteto que espanhóis, no século XIX, adotavam para se referir de forma depreciativa aos “*ejércitos guerrilleros de Artigas*”¹⁶⁸. O termo *tupamaros*, por sua vez, era uma referência ao líder das populações indígenas que enfrentaram a Coroa espanhola numa rebelião iniciada em 1780, no território onde hoje fica o Peru: José Gabriel Condorcanqui passou à história com o nome de Túpac Amaru¹⁶⁹. Ele promoveu um longo cerco a Cuzco, mas acabou derrotado pelas tropas espanholas, e foi executado de forma cruel¹⁷⁰.

Os guerrilheiros do século XX adotaram o nome de Tupamaros, portanto, para homenagear os que lutaram ao lado de Artigas no processo de independência: homens de origem quase sempre mestiça, formados nas tradições do campo e dedicados a criar gado ou a caçar e charquear animais que, muitas vezes, se reproduziam livremente em terras onde a propriedade privada ainda não se exercia de forma totalmente organizada. Antes de olhar para os guerrilheiros e seus fuzis, vamos lembrar quem era o líder dos *tupamaros* que lutavam com lanças na mão no século XIX.

Nascido em 1764, no seio de uma das famílias fundadoras de Montevidéu, José Gervasio Artigas tinha pai e avô militares, que serviam à Coroa espanhola. A família era também

¹⁶⁷ CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada*. Tradução: Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 75.

¹⁶⁸ MAYANS, Ernesto. “Tupamaros: política del oprimido”. In: MAYANS, Ernesto (editor). *Tupamaros*. Cidade do México: Cidoc, cuaderno 60, 1971, p. 4.

¹⁶⁹ Condorcanqui era descendente em quinta geração do inca Túpac Amaru, que, no século XVI, também se rebelara contra os espanhóis. “*En quechua, el nombre Túpac Amaru significaba ‘serpiente resplandeciente’: túpac, resplandeciente, y amaru, serpiente. Los antiguos incas comparaban los hombres grandes y poderosos a las serpientes, porque, como ellas, infundían miedo y respeto con su sola presencia*” (PIGNA, Felipe. “Civilización y barbarie: la rebelión de Túpac Amaru”. In: PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina - la construcción de un pasado como justificación del presente*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004, p. 143).

¹⁷⁰ José Gabriel Condorcanqui, o Túpac Amaru, comandou um movimento que, entre outras coisas, reivindicava o fim dos trabalhos forçados por parte dos indígenas. Diante da negativa dos espanhóis, os revoltosos cercaram a cidade de Cuzco durante vários meses, mas acabaram derrotados. Túpac Amaru, a esposa Micaela Bastidas, o filho deles e outros seis líderes da rebelião foram executados em 1781. Representantes da Coroa deram ordem para que o líder do movimento fosse esquartejado ainda vivo e que partes do corpo fossem expostas nas localidades que aderiram à rebelião (sobre o tema, ver: GERAB, Kátia e RESENDE, M. Angélica. *A rebelião de Túpac Amaru*. São Paulo: Brasiliense, 1993).

proprietária de grandes porções de terra e, por isso, desde jovem, Artigas manteve forte ligação com o campo. Ele abandonou logo a casa paterna para se dedicar ao contrabando de couro na fronteira com o Brasil, onde comandava um bando de *hombres sueltos*, na definição da historiadora uruguaia Ana Frega.

O eufemismo indica a ligação de Artigas com grupos de homens livres que viviam no campo, sob tradição *gaucha*, afastados dos costumes dominantes entre os núcleos originários de Montevideú¹⁷¹. Essa capacidade híbrida de dialogar com a elite europeizada e, ao mesmo tempo, caminhar ou cavalgar pelo campo ao lado do povo mestiço transformou Artigas no chefe dos *tupamaros* rebeldes. Durante uma década, ele foi o principal líder de um processo de independência que se deu de forma sinuosa – entre batalhas e negociações que envolveram espanhóis, luso-brasileiros e líderes da emancipação iniciada na outra margem do Prata.

Em 25 de maio de 1810, aproveitando-se da fragilidade da Coroa diante do avanço das tropas de Napoleão na Europa, formou-se em Buenos Aires uma Junta de Governo que pretendia substituir o poder ibérico. O governador espanhol de Montevideú, Francisco Javier de Elío, recusou-se a reconhecer a autoridade de Buenos Aires e anunciou que seguiria fiel a Madri.

Do campo, das fazendas e dos pequenos lugarejos do interior veio a reação daqueles que, também na banda oriental do rio Uruguai, queriam a independência. Foi lá que se iniciou o movimento que, bem mais tarde, parte da historiografia uruguaia definiria como revolução artiguista. Mas a verdade é que ele eclodiu antes mesmo de Artigas se movimentar: foram os *gauchos* e *caudillos* locais que se levantaram contra Montevideú, manifestando “*el espíritu rebelde que se gestaba en la campaña oriental*”¹⁷².

É importante reter essa informação: a luta pela independência partiu do campo para a cidade, e não o contrário. A historiografia uruguaia, diz Ana Frega, “*es unánime en resaltar el carácter rural y popular del levantamiento, iniciado con el Grito de Asencio (28/2/1811) y la toma de Capilla Nueva de Mercedes*”¹⁷³. Isso explica muito dos debates que se travariam

¹⁷¹ Aos 32 anos, Artigas retornou a Montevideú e passou a atuar a serviço da Coroa espanhola, no chamado Corpo de Blandengues – uma espécie de regimento de polícia rural que, ironicamente, era “*encargado de la persecución de contrabandistas, ‘indios infieles’ y gavillas de malhechores*” (FREGA, Ana. “La vida política”. In: CAETANO, Gerardo (dir.) *Uruguay – revolución, independencia y construcción del Estado (1808-1880)*. Montevideú: Planeta/Fundación Mapfre. 2016, p. 40). As atividades anteriores de Artigas, como contrabandista, fizeram com que fosse visto com desconfiança pela elite *criolla* para exercer as novas funções; mas, por outro lado, essa experiência era também apresentada como garantia de êxito. “Sua atuação no Regimento fez com que continuasse a percorrer integralmente as terras da Banda Oriental e permitiu sua gradual ascensão na carreira”. (PINTO, Júlio Pimentel. *Artigas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina – Coleção Fundadores da América Latina, coordenada por Maria Lígia Coelho Prado, 2008, p. 12). O fato é que, ao estourar a revolução de independência no Prata, Artigas já era comandante dos Blandengues: contava com vínculos entre *gauchos*, grupos indígenas e alguns proprietários de terras.

¹⁷² NAHUN, Benjamín. Op. cit., p. 15.

¹⁷³ FREGA, Ana. Op. cit., p. 43.

depois, entre o que é ser *cosmopolita* e o que é ser *nacional* no Uruguai, influenciando também as formulações do MLN-T nos anos 1960.

Ao iniciar-se a rebelião no campo, José Artigas desertou de seu posto de capitão no regimento de Blandengues e foi até Buenos Aires para manifestar o desejo de também lutar pela independência. Foi a esse gesto que Garín fez referência quando, no manifesto de adesão aos Tupamaros, em 1970, lembrou o momento em que Artigas abandonou o uniforme espanhol e passou a liderar “*a los patriotas que lucharon por la libertad*”. Os militantes do MLN-T se referiam a esse período como “a primeira independência”, numa clara alusão à necessidade de se lutar no século XX pela “segunda independência”.

Em abril de 1811, Artigas cruzou de volta o rio da Prata e, agora com apoio material fornecido pelos portenhos, iniciou a campanha militar. Em 18 de maio, ganhou a batalha de Las Piedras contra as forças espanholas. Elío recorreu então aos portugueses, que enviaram do Brasil reforços para evitar a definitiva vitória artiguista. A situação tornou-se ainda mais complexa porque Buenos Aires na última hora traiu os orientais e fez um acordo em separado com Elío e os portugueses¹⁷⁴.

Artigas despertava admiração, mas sua ligação com a fração mais simples do povo gerava também medo. A elite agrária temia que a rebelião política de independência transbordasse para um movimento de contestação social:

En Uruguay, varios años después de la derrota militar de Artigas, los diarios oligárquicos registran la continuación de incidentes en el medio rural atribuidos a **bandas de maleantes “tupamaros”** que asolaban con robos y asaltos las haciendas y las propiedades de los terratenientes. Realmente se trataba de los últimos **síntomas de resistencia del diezmado ejército de gauchos patriotas de Artigas**, que procuraban la recuperación del proceso revolucionario derrotado por el acuerdo militar de Portugal y Argentina. El nombre de “Tupamaros” está, pues, situado en los orígenes de la rebeldía indoamericana¹⁷⁵. (grifos nossos)

Em 1811, diante da traição dos portenhos, Artigas foi designado – pelas tropas e pelo povo que o acompanhavam – como Jefe de los Orientales, e, em seguida, liderou um movimento que, mais tarde, já no fim do século XIX, a historiografia oficial pintaria com tintas épicas:

O Grito de Ascencio, marco inicial da independência, é um movimento liderado por *gauchos* rebeldes que reúnem pequeno contingente de homens às margens do arroio Ascencio, e de lá partem para tomar Mercedes e Soriano – próximas às barrancas do rio Uruguai. Logo, recebem apoio de estancieiros “*cansados del autoritarismo y el fiscalismo del Montevideo españolista*” (NAHUM, Benjamín. Op. cit., p. 16).

¹⁷⁴ O termo foi assinado em outubro de 1811: a autoridade do rei espanhol Fernando VII foi novamente reconhecida na região e o governador de Montevideu passou a governar toda a chamada Banda Oriental. As tropas portuguesas e buenaienses (lembramos que a Argentina estava ainda longe de existir como um Estado unificado) se retiraram. Artigas ficou sozinho na luta contra os espanhóis.

¹⁷⁵ MERCADER, Antonio; VERA, Jorge de. *Los Tupamaros – estrategia y acción*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970, pp. 29 e 30.

acompanhado de milhares de combatentes e suas famílias, que haviam permanecido acampados do lado de fora da praça sitiada de Montevideú, ele se retirou para o interior. O episódio ficaria conhecido como “La Redota” (corruptela de *la derrota*, que, tanto pode ter o significado de derrota como o de rumo traçado ao se iniciar um percurso), e foi fundamental para a construção da figura mítica de Artigas: o líder comandou, rumo ao campo, a marcha de resistência daqueles que não aceitavam acordo nem rendição – marcha que poetas batizariam como *el éxodo del pueblo oriental*.

Ao longo do século XX, essa imagem foi retomada por historiadores nacionalistas e por militantes de esquerda que viam no Uruguai do campo as marcas da nação *auténtica*, que deveria ser construída em oposição ao país liberal e cosmopolita erguido a partir de Montevideú. É esse o trajeto que iniciamos agora, recuperando as lutas sociais e a batalha de ideias que levariam à criação do MLN-T.

2.2 Antes das armas: a rebeldia no Uruguai profundo

Se em 1811 Artigas caminhara com seu povo da capital em direção ao campo, e assim construía a resistência à elite de Montevideú que havia traído a luta de independência, nos anos 1960 outra marcha se fazia no sentido inverso: um Uruguai campesino e profundo invadiu a capital do país, num movimento que provocou medo e incompreensão, e acabou por ter papel fundamental na fundação da guerrilha tupamara.

Entre 1962 e 1971, a União dos Trabalhadores Açucareiros de Artigas (UTAA)¹⁷⁶ promoveu cinco grandes marchas em direção a Montevideú. As cenas dos trabalhadores da cana, organizados e politizados, entrando na capital a pé depois de caminhar mais de quinhentos quilômetros, provocaram apreensão entre a burguesia e a classe média liberal.

A UTAA foi criada no início dos anos 1960, como resultado de um longo processo de organização dos chamados *cañeros*. Esses trabalhadores começaram a ser recrutados duas décadas antes para colher cana-de-açúcar; viviam em situação muito precária e sob o domínio de grandes usinas que se implantaram em torno da cidade de Bella Unión, no Departamento de Artigas, quase na fronteira com o Brasil. A UTAA foi fruto de um paciente trabalho de articulação e politização levado adiante por um militante do Partido Socialista (PS), Raúl Sendic, que seria um dos fundadores do MLN-T e a figura mais emblemática da guerrilha. Por

¹⁷⁶ *Artigas*, o último “A” da sigla UTAA não se refere diretamente ao libertador do século XIX, mas sim ao Departamento de Artigas, no noroeste uruguaio, sede do sindicato de trabalhadores açucareiros.

isso, podemos considerar esse movimento no campo como parte central da genealogia que levaria à criação dos Tupamaros, poucos anos depois.

Na primeira das marchas a Montevideu, em 1962, houve choques com a polícia e, nesse episódio, uma mulher que passava pela rua acabou baleada e morta:

En esa primera experiencia de 1962, la ciudad conoció el problema cañero y los cañeros conocieron la ciudad: su policía, sus dirigentes sindicales, los políticos de derecha e izquierda, las luchas de tendencias y los intentos de aprovechamiento sectario de su movimiento. Vieron también correr por primera vez sangre inocente cuando [...] fue baleado el grupo de cañeros y herida mortalmente una señora que pasaba por el lugar¹⁷⁷.

Por causa dos conflitos, alguns dias depois Sendic foi preso na cidade de Paysandu e levado de volta para a capital, onde passaria alguns dias detido – sob protestos dos dirigentes socialistas. Ele tinha na época apenas 36 anos, mas já acumulara sólida reputação como militante do PS, tendo participado algum tempo antes de um congresso em Paris representando a legenda socialista uruguaia.

2.2.1 Sendic, do campo para a cidade

Raúl Sendic era filho do campo. O pai dele, Victoriano, descendia de bascos que haviam migrado para o Uruguai no século XIX, e viviam no Departamento de Flores, centro-sul do país. Com menos de vinte anos, Victoriano deixou a casa paterna para trás e passou a percorrer o interior uruguaio a cavalo, trabalhando como peão para ricos produtores; aprendeu, assim, a lidar com o gado e logo se transformou em capataz e administrador de estância. Quando chegou à idade madura, pouco sobrava da ascendência europeia. Pelo menos, essa é a lembrança do filho mais notório, Raúl, ao falar sobre o pai numa carta para a irmã, Alba, escrita nos anos 1970, quando estava preso devido a suas atividades como guerrilheiro:

Hablabo como gaucho y enlazaba un novillo a la par que éstos, al tiempo que había adoptado su ideología y costumbres [...] Y llegamos al gaucho y al indio. Ya los cronistas extranjeros de 1800 a 1840, como Azara, Hudson y Darwin (el célebre naturalista que también estuvo aquí), se sorprendían de la altivez y el sentimiento igualitario del habitante de nuestra campaña, que era una especie de arrogante aristócrata vestido de andrajos¹⁷⁸.

A descrição que o líder tupamaro faz do pai, associando-o à figura “ativa” dos *gauchos*, pode carregar certa dose de romantismo. Mas é fato que Raúl vinha de uma família influenciada

¹⁷⁷ MERCADER, Antonio; VERA, Jorge de. Op. cit., p. 32.

¹⁷⁸ Carta de Raúl Sendic para a irmã, Alba, escrita quando estava na prisão, em 23 de abril de 1973, citada por BLIXEN, Samuel. *Sendic*. Montevideu: Ediciones Trilce, 2000, p. 17.

pela cultura *gaucha*. Victoriano era simpatizante dos Blancos e esteve próximo das tropas nacionalistas – ou seja, teve ligações com os bandos rebeldes que resistiam ao domínio dos Colorados na virada para o século XX.

Essa inclinação política de Victoriano pode ter influenciado na formação de Raúl Sendic. Os Blancos (que mais tarde assumiriam a denominação de Partido Nacional) e os Colorados foram forças políticas criadas ainda no século XIX, durante as guerras civis que dividiram o país nas primeiras décadas de existência, e sobre as quais voltaremos a falar mais adiante. Os dois grupamentos conformaram comunidades políticas com características bastante diversas: os Blancos firmaram sua identidade como defensores das tradições agrárias, em oposição à classe média e à elite liberais e cosmopolitas de Montevideú, que se organizavam em torno do Partido Colorado¹⁷⁹.

Em 1917, Victoriano casou-se com Amalia Antonaccio, descendente de italianos que ganhavam a vida comercializando couro e lã num armazém no interior uruguaio. Raúl nasceu em 1925: foi o penúltimo de seis filhos do casal Victoriano/Amalia, todos criados de forma austera numa pequena propriedade arrendada pela família na localidade de Chamangá, Departamento de Flores.

Os irmãos mais velhos de Raúl bem cedo seguiam com o pai rumo ao campo, para lidar com o gado. As meninas e os meninos mais novos ficavam em casa e ajudavam a mãe com as galinhas e os serviços domésticos. Alba, a irmã mais velha, foi a primeira a frequentar a escola, a que só se chegava a cavalo. Foi ela quem ensinou as primeiras letras para os irmãos Raúl e Alberto.

A família lembra que Raúl preferia ficar com um livro na mão a acompanhar os amigos nas brincadeiras pelo campo. O gosto pela leitura veio por influência da irmã mas também do pai, que assinava o jornal *El Plata*, ligado ao Partido Nacional, além de uma revista para crianças que era trazida da Argentina.

A mãe cultivava o hábito de, a cada noite, reunir os filhos junto ao fogo para que todos lessem em voz alta. Em outra carta, também escrita da prisão, mas dessa vez para a filha Carolina, Raúl lembra que muitas vezes era a própria matriarca, Amalia, quem lia trechos de um longo poema – com características nativistas – para os filhos:

Todas las noches nuestra madre nos leía a todos los hermanos un trozo de *Tabaré*, poema en versos muy largos. Cuando terminaba, empezaba de vuelta, así que me lo sé de memoria [...] Es una historia un poco romántica, pero muy buena la descripción que hace del paisaje del país; una llanura ondulada donde

¹⁷⁹ Essa diferença identitária é contestada por parte da historiografia uruguaia, que ressalta o fato de que, ao longo do tempo, foram surgindo líderes rurais ligados aos Colorados, assim como lideranças urbanas mais próximas dos Blancos, tornando menos nítidas as fronteiras entre os dois partidos. Até o início dos anos 1970, todos os presidentes da República no Uruguai foram Blancos ou Colorados.

pastaban grandes manadas de venados, surcada por arroyos con sus montes de árboles bajos y enredaderas espinosas. También da **una idea aproximada de la población primitiva de aquí [...] eran tribus de hombres fuertes y arrogantes**, contra los cuales nunca pudo la conquista española¹⁸⁰. (grifo nosso)

Desse trecho da carta de Raúl Sendic, há dois pontos a destacar. Primeiro, a insistência em apontar a “arrogância” destemida dos povos que habitavam aquele território onde mais tarde se constituiria o Uruguai: a marca daquelas “tribos fortes” eram a rebeldia e a independência que, de certa forma, os Tupamaros exaltariam ao lançar-se à luta armada. O segundo ponto é que a infância do líder guerrilheiro foi marcada pelos versos do poema *Tabaré*, de Juan Zorrilla de San Martín – que é também autor de *El éxodo del pueblo oriental*, ode à marcha liderada por Artigas durante as lutas de independência.

Zorrilla foi ator fundamental na construção do imaginário nacional uruguaio na virada do século XIX para o século XX. *Tabaré*, a obra que Amalia lia para Raúl e os irmãos, conta a história de um homem mestiço, com mãe europeia e pai *charrúa*. Em tons épicos, descreve a natureza do país, destacando o rio Uruguai, que daria nome à nação:

El Uruguay arranca a las montañas
 los troncos de sus ceibas
 que, entre espumas y grandes camalotes,
 al río como mar y al mar entrega
 [...]
 Y al grito temeroso
 que lanzan en los aires sus tormentas,
 contesta el grito de una raza humana,
 que aparece desnuda en las riberas.
 Es la raza *charrúa*,
 de que el nombre apenas
 han guardado las ondas y los bosques,
 para que evoque el alma de un poema
 [...]
 Es la raza indomable,
 que alentó en esta tierra,
 patria de los amores y las glorias,
 que al Uruguay y al Plata se recuesta¹⁸¹.

Na obra, publicada em 1888, o poeta reconhece que da *raza indomable charrúa* sobrara apenas o nome. A elite uruguaia, àquela altura, vangloriava-se de comandar um país em que a presença indígena estava praticamente apagada. A herança *charrúa* podia servir para evocações literárias, mas estava distante da imagem da burguesia e mesmo da classe média, que, na Montevideu da virada para o século XX, procuravam afirmar-se como cosmopolitas e liberais. Já o

¹⁸⁰ Carta de Raúl Sendic para a filha Carolina, escrita da prisão em 20 de agosto de 1981, e citada por BLIXEN, Samuel, op. cit., p. 20.

¹⁸¹ ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. *Tabaré*. Montevideu: Ediciones Cruz del Sur, sem data, p. 10.

menino Raúl, criado no interior e imerso na cultura *gaucha* que herdara do pai, trazia na memória os versos de *Tabaré*, que dialogavam com camadas profundas de sua formação e parecem ter marcado a personalidade daquele que, nos anos 1960 e 1970, seria um temido revolucionário.



Figura 3 – a) Os irmãos Sendic, na pequena propriedade da família em Chamangá, no fim dos anos 1920 (Raúl é o menor, sentado no chão, à esquerda). Não estão na foto Alba, única irmã, nem o mais novo, Mario; b) A mãe, Amalia, costumava ler para os filhos todas as noites.

Dos versos lidos pela mãe, Amalia, nas noites em torno do fogão, até chegar à ação armada como líder guerrilheiro, haveria ainda uma longa trajetória. Em 1935, a família Sendic, impactada pela crise que abalara a economia mundial, mudou-se para Trinidad, capital do Departamento de Flores, buscando apoio do sogro de Victoriano.

Raúl e o irmão Alberto passaram a fazer parte de um grupo de estudantes que, por influência do professor de história da principal escola da cidade, interessou-se pelo estudo do materialismo histórico e de autores ligados à cultura de esquerda. Logo, fundaram o periódico *Rebeldia* e criaram um núcleo socialista. Perto do fim da Segunda Guerra Mundial, Alberto e Raúl mudaram-se para a casa da irmã, Alba, que já estava casada, em Montevidéu. Estudioso, Raúl entrou na faculdade de direito e começou a trabalhar como estagiário num escritório de advocacia na capital uruguaia.

Paralelamente ao curso de Direito, estudava as obras de Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo e Mariátegui. Fazia anotações detalhadas de tudo que lia. Entrou para o movimento estudantil nessa época, e logo se aproximou do Partido Socialista, rompendo politicamente com o irmão Alberto, que se tornara trotskista. Os dois, no entanto, mantiveram a amizade durante toda a vida.

Em 1946, a mãe, Amalia, e o irmão caçula, Mário, também se mudaram para Montevidéu, enquanto o pai seguiu com as atividades no campo. Parte da família passou a viver

de novo agrupada, agora na capital, mas a alegria durou pouco porque Mário morreu de uma crise de apendicite, com apenas dezenove anos, provocando grande comoção no irmão Raúl – que demorou para se recuperar da dolorosa perda.

Três anos depois, ele ingressou formalmente no Partido Socialista, não mais como militante estudantil, mas na estrutura principal do PS. Passou a frequentar a Casa del Pueblo, sede do partido, onde ocorriam reuniões da direção e também atividades culturais e sociais. Sendic passou a escrever no periódico socialista *El Sol*, para o qual também colaborava Eduardo Galeano, que àquela altura dava seus primeiros passos no jornalismo.

Foi justamente nesse período que uma nova geração de socialistas entrou em choque com a direção do PS, então vinculada à social-democracia europeia. Nas páginas de *El Sol*, Sendic escrevia artigos polemizando com o dirigente histórico do partido, Emílio Frugoni – que pouco depois perdeu a disputa interna: “*Una nueva generación hará sus primeras armas en el seno del PS, con dirigentes como Vivian Trías, Raúl Sendic, José Díaz y Guillermo Chifflet, entre otros, que latinoamericanizan las ideas y las consignas de la organización*”¹⁸². Sendic integrava o grupo de renovação do PS, que, rompendo com a Segunda Internacional e sem renegar a revolução soviética, buscava um caminho latino-americano para o socialismo:

Crítico del ultracentralismo, apoyaba ya las ideas de Luxemburgo y citaba con abundancia a Trotsky y a Mariátegui [...] En 1957, en el marco de un Congreso Mundial de las Juventudes Socialistas, Sendic y José Díaz presentan un informe para desarrollar la “tercera posición” socialista, con un claro eje en el anti-imperialismo¹⁸³.

Samuel Blixen destaca que, nessa fase de descobertas e leituras, um autor em especial chamou a atenção de Sendic e o ajudou a fazer o mergulho em busca de um socialismo com raízes locais:

Sendic descubría en el ensayista peruano José Carlos Mariátegui los rudimentos de un “marxismo latinoamericano”, que inevitablemente, más que hasta Bolívar, lo llevaría hasta las fuentes artiguistas de una unidad continental por la suma de ligas federales. Luxemburgo, Mariátegui, Artigas, un collage para nada disparatado, que permitía una síntesis, adecuada a las condiciones concretas¹⁸⁴.

Notemos que a busca desse grupo de socialistas uruguaios por uma revolução de caráter latino-americano, livre dos moldes soviéticos, precedeu a Revolução Cubana. Como já vimos no capítulo 1, o deputado e ideólogo Vivian Trías teve papel central nesse movimento que

¹⁸² GÓNGORA, Sergio. *Raúl Sendic, el primer tupamaro (colección Fundadores de la Izquierda Latinoamericana)*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007, p. 49.

¹⁸³ Idem, *ibidem*, p. 35.

¹⁸⁴ BLIXEN, Samuel. *Op. cit.*, p. 42.

acabaria por influenciar o jovem Raúl Sendic e ajuda a explicar também as posições assumidas mais tarde pelo MLN-T.

2.2.2 A influência de Vivian Trías na formação do líder tupamaro

Compreender as ideias de Vivian Trías é fundamental para entender o ambiente em que se forjou a liderança de Sendic e a cultura política em que surgiram os Tupamaros. Nos anos 1950, os socialistas uruguaios se aproximaram da problemática dos trabalhadores do campo, nas colheitas de arroz e de cana-de-açúcar. O PS enviou ao interior, para organizar esse contingente empobrecido, o militante Raúl Sendic. Parte desses trabalhadores participaria mais tarde da fundação do MLN-T, levando para a guerrilha a carga “nacional” e “popular” também disseminada por Trías.

En lo que respecta a la cuestión nacional, esta se dio a partir del estudio de la historia del país y de las condiciones de la matriz productiva como de la recuperación de ciertas tradiciones revolucionarias de las que el PS comenzó a decirse heredero. Una nueva lectura de la historia permitió rescatar a algunos personajes que antes habían sido ignorados o rechazados, los “caudillos revolucionarios”, que ahora eran vistos como los auténticos héroes y representantes de las masas oprimidas por la oligarquía¹⁸⁵.

Segundo Ana Laura De Giorgi, sob a liderança de Trías, o Partido Socialista se tornou “*más nacional, más marxista, más latinoamericano*”; e, assim, os socialistas “*se fueron involucrando con problemas endógenos del Uruguay profundo*”¹⁸⁶. É possível vislumbrar, portanto, uma linha de continuidade entre o nacionalismo de esquerda adotado pelo PS, a formação de Sendic como militante e a criação dos Tupamaros: um grupo guerrilheiro que faria do passado nacional parte fundamental da luta revolucionária.

Uma obra de Trías que nos parece fundamental para compreender a esquerda nacionalista uruguaia, da qual o MLN-T seria a representação mais forte na segunda metade do século XX, é *Aportes para un socialismo nacional*. O livro se divide em duas partes: a primeira reúne artigos e entrevistas publicados nos periódicos *El Sol* e *Marcha*; a segunda traz um longo ensaio, com mais de cem páginas, finalizado em 1966, em que o autor traça um programa nacionalista para a esquerda, sem renegar o marxismo.

O socialista uruguaio recupera as ideias de Lênin sobre imperialismo e, de forma decidida, defende que as disputas burguesia-proletariado nos países centrais, bem como o antagonismo entre os campos socialista e capitalista, já não formam o núcleo fundamental na

¹⁸⁵ DE GIORGI, Ana Laura. Op. cit., p. 24.

¹⁸⁶ Idem, ibidem, pp. 24 e 25.

luta revolucionária no mundo. Para ele, a contradição decisiva se dá entre o imperialismo e o movimento revolucionário nas chamadas colônias e semicolônias:

Esta exhibe, sin lugar a dudas, el grado más violento y profundo de antagonismo en el manejo de contradicciones en que se procesa la contradicción fundamental, o básica, capitalismo-socialismo.

El capitalismo, en su actual fase evolutiva, no puede existir sino como imperialismo. Esto significa que el triunfo de los movimientos revolucionarios coloniales equivale al colapso de todo el sistema¹⁸⁷.

Não é à toa, diz Trías sobre aquele período de ebulição pós-Segunda Guerra, que o cenário mais candente da luta revolucionária se instale em países como Argélia, Cuba, Vietnã ou Congo. É nessas áreas, afirma ele, que se disputa a fronteira entre o jugo colonial e a liberação nacional. E o autor avança mais uma casa no diagnóstico: entre todas as regiões do planeta, é na América Latina que essa contradição se apresenta de forma mais bruta. Por uma razão simples: trata-se da “*zona colonizada por los Estados Unidos, potencia mayor y integradora de todo el sistema capitalista*”¹⁸⁸.

Os Estados Unidos, afirma Trías, até poderiam se dar ao luxo de perder posições no Oriente ou na África, sem que isso significasse a queda de seu poder imperial. Mas o mesmo não se daria com a América Latina:

Tal como Fidel Castro lo ha expresado, la revolución latinoamericana es el hundimiento del imperialismo sin necesidad de bombas atómicas. De modo que en América Latina no sólo se juega el antagonismo más profundo de la contradicción principal, sino el de más capacidad determinante, el de más decisiva influencia sobre el conjunto del proceso¹⁸⁹.

E o Uruguai? Que papel teria nesse processo a nação que desde o início do século XX se apresentava ao mundo como um “país feliz”, próspero e cosmopolita? Trías não titubeia: o Uruguai é um país subdesenvolvido e semicolonial, e por isso “*integra ese vasto escenario donde se dirime la contradicción principal de nuestro tiempo*”¹⁹⁰.

Reparemos que o Partido Socialista uruguaio fazia assim uma mudança importante. A legenda que, durante quase meio século, apostara na fórmula de reformas sucessivas e graduais, para que o país pudesse ganhar características próximas às da social-democracia europeia, agora adotava o caminho do enfrentamento e da revolução.

O autor apontava ainda o fracasso da tática proposta pelos partidos comunistas, de promover alianças com a burguesia para eliminar os “resquícios feudais” na América Latina.

¹⁸⁷ TRÍAS, Vivian. *Aportes para un socialismo nacional*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental/Cámara de Representantes, 1989, p.161.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 162.

¹⁸⁹ Idem, ibidem, p. 165.

¹⁹⁰ TRÍAS, Vivian. Op. cit., p. 175.

Esse tempo estava enterrado. A burguesia, retomamos nós, havia abandonado a bandeira nacional em meio ao campo de batalha. Cobia à esquerda recolher os símbolos da pátria e empunhá-los, sem intermediários. A revolução socialista teria que ser nacional. E a revolução nacional, por sua vez, era uma tarefa das forças socialistas nos países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina:

La nación es, en nuestra época, la superestructura de la segunda revolución industrial y esta no es una tarea burguesa, una realización capitalista, sino popular, proletaria. [...] Las oligarquías son cipayas y las masas patriotas. El patriotismo ha dejado de ser, como en el siglo XIX, un atributo burgués, para convertirse en un atributo popular y proletario¹⁹¹.

Como talvez nenhum outro autor no Uruguai daquele período, Trías indicou também a trilha de uma revolução que apontava os fuzis em direção ao futuro, sem abandonar o simbolismo das lanças empunhadas durante a luta pela independência no século XIX. O dirigente socialista propunha que o nacionalismo revolucionário no Uruguai (e em toda a América Latina) utilizasse fortemente a simbologia do passado e, em especial, a figura de Artigas. Esse passado, dizia ele, *“es tan poderosamente aglutinante como la proyección del porvenir”*.

Estava aqui traçado, com todas as letras, o caminho que seria adotado por organizações como o MLN-T: para os que lutavam pelo socialismo na América Latina, a disputa pelo passado era algo tão poderoso quanto o futuro que se projetava adiante. Até porque as classes dominantes sabiam muito bem a importância que esse passado histórico cumpria na luta pela consciência popular. Tratava-se de travar uma disputa por símbolos nacionais, que não poderiam ser apropriados apenas pelos conservadores.

2.2.3 Sendic, da cidade para o campo

A busca do nacional e do país *autêntico*, em oposição ao cosmopolitismo europeizante, não se deu apenas nas formulações teóricas naquele período que antecedeu a criação do MLN-T. Enquanto Trías ficou em Montevidéu e se concentrou em defender as novas posições socialistas no Parlamento e em seus livros, Sendic mergulhou em direção ao interior, em busca do Uruguai original que a esquerda começava a descortinar.

Primeiro, Raúl Sendic se dedicou a organizar o Sindicato Único de Arroceros (SUDA), em 1956. Ele havia abandonado a faculdade de direito pouco antes de se formar, mas acumulara bom conhecimento jurídico. E assim podia exercer o papel de “procurador” de trabalhadores,

¹⁹¹ Idem, ibidem, pp. 239 e 240.

dedicando-se à advocacia sindical – ainda que algumas vezes necessitasse que advogados formados assinassem petições que ele formulava.

Aos 34 anos, Sendic estabeleceu um pequeno escritório na cidade de Paysandu, de onde ajudou a organizar associações de trabalhadores rurais de várias partes do país. Ao mesmo tempo, trabalhou como “procurador” em ações trabalhistas individuais de funcionários de fábricas de lã, couro e bebida na região.

Em 1957, participou da criação do Sindicato Único de Obreros Rurales (Sudor), que tinha a ambiciosa pretensão de organizar a luta unificada pela Reforma Agrária, reunindo representantes de todo tipo no campo. Era a forma de colocar em prática as ideias que ele e Trías haviam apresentado poucos anos antes, ao elaborar um exaustivo estudo sobre a concentração de terras no Uruguai. Os dois líderes socialistas traçaram o mapa do que se chamava na época de “rosca uruguiaia”, ou seja, a complexa rede de famílias latifundiárias que controlavam o país, num arranjo oligárquico.

Às vésperas de avançar mais rumo ao norte, para organizar os trabalhadores da cana-de-açúcar na fronteira com o Brasil, Sendic já havia comprovado, diz seu biógrafo Samuel Blixen, que a democracia cessava da porteira das fazendas para dentro:

a diferencia de lo que ocurría en la capital, la violencia era la única y excluyente respuesta ante el reclamo más insignificante [...] Raúl había llegado a la conclusión de que el eje de la lucha de clases pasaba por el interior rural y que la reforma agraria, la modificación del sistema de propiedad y de producción de la tierra, se convertía en un objetivo prioritario¹⁹².

Ainda em Paysandu, no fim dos anos 1950, conheceu, durante um ato político do Partido Socialista, Nilda Rodriguez, de apenas quinze anos, que depois viria a ser sua primeira esposa. Noivo de Nilda, Sendic passava seu tempo entre Montevidéu e as regiões do interior em que atuava na organização dos trabalhadores. Em 1960, passou a militar em Bella Unión, Departamento de Artigas, região dominada pela produção de cana.

No ano seguinte, participou ativamente da criação da UTAA, que viria a ter papel central na fundação do MLN-Tupamaros. No início de 1962, enquanto a mulher de Sendic estava grávida do primeiro filho do casal¹⁹³, o militante socialista manteve frenética atividade junto à

¹⁹² BLIXEN, Samuel. Op. cit., p. 50.

¹⁹³ Nilda seguiu a viver em Paysandu e criou, sem a presença do marido, os dois filhos que teve com ele: em 1962, nasceu Raúl; e em 1964, Ramiro. Este último conta que, devido às limitações da vida clandestina, só conheceu o pai anos depois, na prisão. O filho lembra das visitas ao presídio de Punta Carretas, já nos anos 1970, bem como das dificuldades que o guerrilheiro tinha para falar, porque fora baleado no rosto, perdendo parte da mandíbula. Segundo Ramiro, Nilda e os meninos ficaram sabendo nessa época que Sendic tinha outros dois filhos (Jorge e Alberto) com Violeta Setelich, militante do MLN-T (sobre as relações familiares e amorosas de Raúl Sendic, ver o depoimento do segundo filho: “Ramiro, hijo del líder y fundador del MLN-T, Raúl Sendic”. In: RISSO, Elena. *Hijos de*. Montevidéu: Editorial Fin de Siglo, 2012).

UTAA, em Artigas, o que o levou a tomar parte na ocupação da maior usina de açúcar de Bella Unión: a Cainsa, de capital norte-americano, foi tomada pelos funcionários, que mantiveram o diretor como refém para ver atendidas reivindicações de melhoria nas condições de trabalho, que eram de fato insalubres.



Figura 4 – a) Raúl Sendic, em 1962, no casamento com Nilda: ela foi a mãe de dois de seus cinco filhos; b) Na mesma época, Raúl (ao centro, sem chapéu) se lançava ao trabalho de organização dos trabalhadores rurais em Bella Unión.

Em meados de 1962, Sendic reuniu em Montevideu militantes de várias correntes de esquerda, e propôs uma ação ainda mais ousada: a ocupação por tempo indeterminado de dois megalatifúndios de Bella Unión, pertencentes a famílias tradicionais da oligarquia uruguaia. Começava a ganhar corpo também, entre os militantes sindicais, a ideia de criar um núcleo armado para dar cobertura às ações reivindicativas da esquerda.

Participavam dessas reuniões alguns dos militantes que mais tarde estariam na fundação do MLN-T, como José “Pepe” Mujica e Eleutério Fernández Huidobro. Mas o grupo desistiu da ocupação dos latifúndios, para não tumultuar a participação da esquerda no processo eleitoral de

O líder guerrilheiro teve também uma filha, Carolina, com Yenny Itté. Sendic tinha 45 anos e Yenny apenas 21 quando ela engravidou. Raúl costumava se esconder na casa que Yenny dividia com outras estudantes, em Montevideu. “*No nos veíamos todos los días pero pasamos juntos el día que cumplió 45 años; le hice una torta en forma de estrella de cinco puntas*” (depoimento de Yenny Itté, em 1999. In: BLIXEN, Samuel. Op. cit., p. 193). A última companheira de Sendic, com quem ele não teve filhos, foi Xenia Itté, irmã de Yenny. Sendic conheceu Xenia em Bella Unión, quando ajudava a mobilizar trabalhadores da cana-de-açúcar. Ela trabalhava numa rádio local e depois se integrou ao MLN-T: estava com Sendic, em setembro de 1972, quando ele foi cercado pelos militares e resistiu a tiros, tendo sido baleado no rosto. Xenia permaneceu presa por treze anos, de 1972 a 1985, e seguiu ao lado de Sendic até a morte dele, em 1989 (ver depoimento de Xenia Itté: “Que falta me haces”. In: *Montevideo Portal*, 20 de maio de 2014).

1962. Tanto o Partido Comunista (PCU) quanto o PS montaram coalizões com outras forças políticas, com a intenção de crescer eleitoralmente. Os socialistas estavam aliados com uma facção dissidente do Partido Nacional, liderada por Enrique Erro, representante da esquerda *blanca*.

A desistência de ocupar os latifúndios, para favorecer a tática eleitoral, não deu certo. O Partido Nacional, comandado pela direita mais dura, ganhou as eleições de 1962, e desencadeou forte repressão contra setores sindicais e de esquerda. Em fevereiro de 1963, a greve dos trabalhadores da UTE, estatal do setor elétrico, terminou com forte repressão, ocupação militar da empresa e imposição do estado de sítio em Montevidéu. O país caminhava para a radicalização política.

Diante do avanço da direita e das chamadas “Medidas Prontas de Seguridad”, que permitiam prender e reprimir militantes de esquerda, Sendic escreveu no jornal *El Sol*, do PS: “*Nos podría dar más garantías individuales un revólver bien cargado que toda la Constitución de la República*”. O líder socialista preparava o embarque na luta armada, ao mesmo tempo em que apostava na organização dos trabalhadores do campo.

2.2.4 Os *peludos*, uma construção simbólica

As marchas dos trabalhadores rurais da UTAA em direção a Montevidéu, às quais nos referimos logo no início desta seção 2.2, consolidaram o nome de Sendic como líder popular, para além das estruturas oficiais dos partidos de esquerda tradicionais no Uruguai: o Partido Socialista e o Partido Comunista. As marchas ajudaram também a construir a imagem de um personagem que teria depois grande peso simbólico na esquerda uruguaia: os *peludos*. Assim passaram a ser chamados os trabalhadores que chegavam do norte rural, usando cabelo (*pello*, em espanhol) longo e desgrenhado; constituíam uma figura que em tudo se opunha à imagem europeizada que os moradores de Montevidéu cultivavam desde o fim do século XIX:

Bella Unión = peludo = tupamaro. [...] era claro que la relación entre los peludos, su sindicato, la trayectoria de Raúl Sendic y el origen del MLN-T parecían eslabones indisolubles de una cadena, del mismo modo en que parecía incuestionable el atraso, la miseria y la explotación como representación del mundo social propio de estas personas, una representación que, además, incluía la ubicación territorial de Bella Unión¹⁹⁴.

Ao estudar a construção simbólica da figura dos *peludos*, Silvina Merenson narra a maneira controversa como a grande imprensa, em Montevidéu, recebeu os trabalhadores rurais

¹⁹⁴ MERENSON, Silvina. *Los peludos – cultura, política y nación en los márgenes del Uruguay*. Buenos Aires: Editorial Gorla. 2016, pp. 25 e 26.

que chegavam do norte. Um jornal conservador se referia a eles não como uruguaios, mas como pessoas de nacionalidade argentina ou brasileira “*llegadas a la capital del país siendo engañadas por agitadores o por el socio comunismo*”¹⁹⁵. Já o jornal de esquerda independente *Marcha* destacava o clima de afeto que envolvia o acampamento dos *peludos*, instalado no coração do bairro de elite de Pocitos, em Montevidéu: “*Los hombres montan guardia en la puerta del barracón hasta altas horas, junto al retrato de Sendic y bajo la bandera nacional y de Artigas, sus banderas*”¹⁹⁶.

A reportagem de 1962 trazia a informação de que os retratos de Sendic e Artigas estavam colocados lado a lado, na imensa barraca que servia de abrigo para os trabalhadores acampados. Merenson indica que as marchas dos *peludos* ajudaram a criar na imprensa da capital uma certa “*idea de norte*” como território fronteiro, distante de Montevidéu: era um “*norte bárbaro*”, de onde chegavam trabalhadores dos canaviais e de onde também vinham ameaças difusas de violência, como descrevia Eduardo Galeano – àquela altura um jovem repórter do periódico *Marcha*¹⁹⁷. Galeano destacou os rumores (entre a elite) de que “*cada cañero esconde bajo las ropas un guerrillero en acecho*”¹⁹⁸.

Raúl Sendic carregaria para o MLN-T a mística dos *peludos* e desse Uruguai do campo que marchava ao lado de Artigas desde a luta pela independência. Sendic transformaria a luta rural num dos símbolos do grupo guerrilheiro que, curiosamente, teve desde sempre atuação urbana, como veremos logo adiante:

De allí que **los peludos** hayan sido vistos como la matriz fundacional de la guerrilla urbana em Uruguay, y **en la simbología de la izquierda se los vinculaba con los donatarios de tierras que Artigas entregó em 1815**. De esta forma se produjo la construcción de un sujeto casi mítico¹⁹⁹. (grifos nossos).

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 127.

¹⁹⁶ *Marcha*, 7/04/1970. Apud: MERENSON, Silvina. Op. cit., p. 128.

¹⁹⁷ O jornal *Marcha* cumpriu um papel importante no Uruguai dos anos 1960. Dirigido por Carlos Quijano, era porta-voz de uma esquerda que – crítica do imperialismo norte-americano – preferia manter certa distância também do bloco soviético. *Marcha* e Quijano ajudaram, no campo intelectual, a construir uma posição chamada no Uruguai de *terceirismo*, que significava a busca por um caminho político próprio, avesso a alinhamentos com Estados Unidos ou União Soviética. Em 1961, num famoso editorial, Quijano reagiu à decisão de Fidel Castro, que anunciara a adesão de Cuba ao bloco soviético: “*Con directivas internacionales no es posible hacer revoluciones nacionales y lo que América Latina necesita es eso: una revolución nacional*”. *Marcha* acabou por reunir uma importante geração de intelectuais uruguaios, tendo entre seus articulistas e colaboradores Mario Benedetti, Eduardo Galeano e Juan Carlos Onetti, entre outros. O jornal também manteria certo diálogo com as posições dos Tupamaros, apesar de nunca ter sido – nem de longe – um órgão de imprensa da guerrilha. Sobre o *terceirismo* e a influência de *Marcha* na esquerda uruguiaia, ver: GATTO, Hebert. *El cielo por asalto – el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) y la izquierda uruguaya (1963-1972)*. Montevidéu: Taurus, 2004, pp. 96 a 123.

¹⁹⁸ MERENSON, Silvina. Op. cit., p. 131.

¹⁹⁹ DEMASI, Carlos. *Prologo*. In: MERENSON, Silvina. Op. cit., p. 16.

Em seus documentos, a UTAA seguiu a reivindicar Artigas. Num texto de divulgação editado em 1968 – quando os Tupamaros já haviam se organizado como guerrilha, mas o sindicato rural seguia em paralelo a ter forte atuação –, a organização dos trabalhadores da cana-de-açúcar destacava o lema que também costumava estampar em cartazes carregados ao longo das marchas: “*UTAA, por la tierra y con Sendic*”. Isso significava que os *peludos* lutavam pela terra, mas emprestavam seu apoio a um líder que se transformara no chefe dos guerrilheiros urbanos do MLN-T.

No mesmo documento, os trabalhadores da UTAA lamentavam que seus filhos não pudessem provar o açúcar que ajudavam a produzir, e diziam: “*El peón siempre es un esclavo*”. Encerravam o documento com uma ameaça:

Si en lugar de tierra nos dan palos, que se sepa que antes o después también nosotros utilizaremos la violencia para alcanzar el pan, la igualdad y la justicia. Si tenemos que **desenterrar las armas con las que luchó el Jefe de los Orientales, Don José Gervasio Artigas**, para conquistar la felicidad de la criollada pobre, lo haremos, teniendo la seguridad que esas armas alcanzarán la victoria y se volverán a cubrir de glorias²⁰⁰. (grifo nosso).

Àquela altura, o MLN-T já havia trazido para o presente a simbologia de Artigas, transformando-se num grupo armado conhecido na América Latina e em muitas partes do mundo. Mas, afinal, de que maneira a luta dos *cañeros* e a liderança de Sendic se articularam com a criação do MLN-T? Voltemos alguns anos, para recontar esse percurso.

2.3 A crise do *batllismo* e a criação do MLN-T

Durante quase meio século, o chamado *batllismo*²⁰¹ permitiu à elite uruguaia apresentar ao mundo a imagem de um país cosmopolita, com uma população educada, aberta ao ideário liberal: “*A Montevideo, su capital, se la llegó a denominar la ‘Atenas del Plata’*. Estas

²⁰⁰ “Artigas quiso tierra pa’ quien la trabaja”, manifesto da UTAA, 1968. In: Archivo de Lucha Armada David Céspedes/CEIU – Universidad de la República, p. 8.

²⁰¹ José Batlle y Ordóñez governou o Uruguai por duas vezes (1903-1907 e 1911-1915), mandatos em que deu início a uma série de reformas que ajudaram a consolidar um estado laico, com foco na educação pública e aposta no papel do governo central como indutor do desenvolvimento, além de leis que garantissem certo bem-estar social. O *batllismo* significou a hegemonia do Partido Colorado na política, com a capital Montevidéu centralizando as decisões político-administrativas, em detrimento dos caudilhos locais – estes geralmente mais ligados ao Partido Nacional/Blanco. Entre 1947 e 1951, um sobrinho do velho Batlle, Luis Batlle Berres, ocupou a presidência dando origem ao chamado *neobatllismo*, que, grosso modo, significou o incremento da indústria e da urbanização, prolongando a influência dos Colorados – apesar de àquela altura serem visíveis divisões dentro do partido, que levariam à derrota eleitoral de 1958.

apreciaciones eran corrientes en el Uruguay próspero de los años inmediatos a la segunda Guerra Mundial, el Uruguay feliz”²⁰².

Aldo Marchesi e Vania Markarian mostram que, desde o início do século XX, esse modelo significara uma adesão do país ao pan-americanismo, com um forte alinhamento aos Estados Unidos:

[...] los batllistas veían en el panamericanismo la idea de un nuevomundismo democrático y republicano que se oponía al viejo orden colonial europeo y que, a través de esos valores políticos, podía integrar pueblos de diferentes tradiciones culturales²⁰³.

Nos anos 1920, ainda havia certo temor – mesmo entre setores da elite uruguaia – em se avançar numa integração continental sob hegemonia da potência ascendente do norte. Mas aos poucos o pan-americanismo se impôs²⁰⁴. Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra, esse alinhamento se tornou tão dominante que, segundo Marchesi e Markarian, permitiu a formação de uma “*frente progresista que agrupaba a batllistas, blancos independientes, socialistas y hasta comunistas, luchando contra las fuerzas reaccionarias del fascismo*”²⁰⁵.

Esse modelo entrou em crise no fim dos anos 1950, por razões geopolíticas e econômicas. Com o avanço da Guerra Fria, os comunistas foram os primeiros a se afastar da “frente progressista” dos anos 1940. Depois, como já vimos, o Partido Socialista se inclinou para “*una visión tercermundista, latinoamericanista y por tanto fuertemente antimperialista, mientras en el movimiento estudiantil se consolidaba el tercerismo inspirado en la prédica de Quijano*”²⁰⁶. Foi esse o contexto em que surgiu o grupo guerrilheiro MLN-T. O fim do Uruguai batllista parecia deixar em aberto o futuro.

O historiador uruguaio Álvaro Rico dedica parte de seus esforços de pesquisa à chamada “*épica sesentista*”. Rico indica como, nos anos 1960, a ideia de um Uruguai próspero e estável, construída desde o início do século XX, já não fazia mais sentido. Sobre a mesa, estavam agora

²⁰² RIAL, Juan. “El imaginario social uruguayo y la dictadura. Los mitos políticos de la (re)construcción”. In: RIAL, Juan; PERELLI, Carina. *De mitos y memorias políticas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986, p. 22.

²⁰³ MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania. “Uruguay en el mundo”. In: CAETANO, Gerardo (dir.); MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; YAFFÉ, Jaime (coord.). *Uruguay – en busca del desarrollo, entre el autoritarismo y la democracia (1930-2010)*. Montevideo: Planeta/Fundação Mapfre, 2016, p. 116.

²⁰⁴ Para Marchesi e Markarian, o pan-americanismo hegemônico “*impugnaba otras formas posibles de concebir la integración regional, como el hispanoamericanismo ejemplificado en El Ariel de José Enrique Rodó*”. Essa construção discursiva liberal, por sua vez, permitia aos uruguaios apresentar seu país como “*la Suiza de América, un ejemplo de democracia, integración y progreso*” (MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania. Op. cit., pp. 117 e 119). Uma das poucas vozes dissonantes foi a do líder conservador Luis Alberto Herrera, do Partido Nacional, que advertia sobre os perigos da aproximação com a potência estadunidense. Voltaremos a esse tema no capítulo 3, mostrando que as formulações do Partido Nacional/Blancos seriam fonte de inspiração para a geração de esquerda que formou o MLN-T.

²⁰⁵ MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania. Op. cit., pp. 123 e 124.

²⁰⁶ Idem, ibidem, p. 125.

variados roteiros de país; e a disputa pelo futuro transformava-se também em luta pelo passado, de onde diversos atores buscavam extrair legitimidade simbólica para propor (ou impor) um novo projeto social e político.

Esse quadro levou à construção de uma “épica” que, para além dos fatos históricos que a caracterizam, “*remite a un sistema de referencias culturales y simbólicas en el que se inscriben, reinterpretan y reformulan las prácticas sociales y políticas, las motivaciones y comportamientos colectivos*”. Diante das incertezas geradas pela crise, abre-se um período de “*excepcionalidad*”, que parece exigir o “*extraordinario de las conductas*” e a “*ejemplaridad de los premios y castigos a imponer*”²⁰⁷.

O maior sintoma dessa mudança de ciclo foi a alternância política ocorrida em 1958, quando pela primeira vez no século XX o Partido Nacional (Blancos) venceu as eleições derrotando os Colorados – que haviam construído o “país feliz”, sob coordenação do presidente Batlle e seus aliados.

Com o *batllismo*, os excedentes da exportação agropecuária haviam ajudado a moldar, desde a virada para o século XX, uma rede de educação pública e um Estado assistencial “*protector de los sectores subalternos de la sociedad*”²⁰⁸. Mais tarde, com a longa crise na Europa – iniciada com a Primeira Guerra, e aprofundada após 1929 e a Segunda Guerra –, o Uruguai ainda seguiu crescendo, agora com uma política de substituição de importações. A derrota eleitoral dos Colorados no fim dos anos 1950 foi um sinal de esgotamento do modelo e ao mesmo tempo agravou a situação, na medida em que as administrações do Partido Nacional²⁰⁹ adotaram medidas de liberalização da economia que tornaram a situação social mais conflitiva.

A explicação para esse quadro, em boa parte, encontra-se na conjuntura econômica internacional. A historiografia uruguaia costuma apontar 1953 como o ano-chave para compreender essa mudança. Com o fim da Guerra da Coreia, o Uruguai começou a sofrer com a queda dos preços de produtos primários no mercado externo. A entrada de dólares via agroexportação caiu pela metade em apenas quatro anos, em meados da década de 1950; e, ao caírem as divisas, diminuíram também os recursos que sustentavam a importação de

²⁰⁷ RICO, Álvaro. “De héroes y traiciones en la épica sesentista”. In: DEMASI, Carlos; PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevideo: CEIU/Universidad de La República, 2006, p. 34.

²⁰⁸ RIAL, Juan. Op. cit., p. 22.

²⁰⁹ Desde 1952, após reforma constitucional, o povo uruguaio deixara de eleger um presidente, passando a escolher pelo voto um Colegiado com seis representantes do partido vencedor e outros três da legenda derrotada. Entre 1952 e 1959, governaram os Colegiados Colorados, substituídos após a eleição de 1958 por Colegiados de maioria do Partido Nacional.

combustíveis e máquinas para a indústria uruguaia, que, assim, “*comenzó a bajar su producción, a cerrar fábricas, a descender el empleo y reducir el salario*”²¹⁰.

O Uruguai feliz foi substituído por um Uruguai de inflação em alta, salários em queda e confrontos sociais²¹¹. Em 1959, uma greve dos trabalhadores da estatal UTE (que cuidava dos serviços de energia e telefonia) deixou o país durante um dia sem comunicação. Os setores conservadores exigiram intervenção nos sindicatos e repressão às organizações de esquerda: “*Las acciones reivindicativas de los trabajadores, al desplegar su presión sobre las patronales y el Estado, fueron percibidas por las derechas de los partidos tradicionales como forma de ataque a la integridad estatal*”²¹².

As marchas dos trabalhadores de cana em direção a Montevideu no início dos anos 1960 não foram, portanto, atos isolados de rebeldia, mas compuseram um quadro de acirramento político que se tornou mais grave quando a Revolução Cubana trouxe para os conservadores o medo de que o socialismo pudesse avançar por todo o continente. Os governos dirigidos pelo Partido Nacional adotaram medidas repressivas contra sindicatos e movimentos sociais. E cresceram as ações de grupos paramilitares ligados às forças de segurança: “*Policía y Fuerzas Armadas desde los años cincuenta mostraban peligrosas tendencias a constituirse en cuerpos autónomos de las directivas del poder político*”²¹³.

2.3.1 Primeiros combates

No início dos anos 1960, vários grupos de esquerda que já vinham considerando a possibilidade de luta armada avançaram na articulação de um aparato para “*cumplir funciones de defensa del movimiento popular contra la represión policial y las bandas fascistas, activas desde principios de los sesenta*”²¹⁴. A ideia inicial desses setores não era criar um novo partido ou organização, com programa próprio, mas dar apoio armado ao movimento social que tentava resistir.

Em 1962, foi fundado um agrupamento que recebeu o nome de Coordenador, reunindo militantes do Partido Socialista e de organizações como Movimiento Revolucionario Oriental (MRO), Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) e Federación Anarquista Uruguaya

²¹⁰ NAHUM, Benjamín. Op. cit., p. 151.

²¹¹ Cf. ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada – ideología, ética e identidad en el MLN/Tupamaros*. Montevideu: Mastergraf, 2016, pp. 23 a 28.

²¹² ALDRIGHI, Clara. Op. cit., p. 30.

²¹³ Idem, ibidem, p. 34.

²¹⁴ Idem, ibidem, p. 121.

(FAU). Do MRO, de orientação pró-Cuba, vieram militantes como Eleutério Fernández Huidobro – que faria parte do primeiro núcleo dirigente tupamaro. Ele e outros militantes traziam do MRO a herança artiguista, como mostra um panfleto produzido pela organização sob o título “Declaración Programática”:

En el ideario y en el ejemplo de José Artigas hunde sus raíces más profundas la lucha actual del pueblo uruguayo. Han transcurrido 150 años, y las ideas de Artigas siguen incumplidas [...] El pueblo que acompañó al jefe de los Orientales en la Redota, a la que a fines de siglo historiadores denominaron el éxodo, es el pueblo pobre y trabajador de hoy, que sigue esperando su emancipación²¹⁵.



Figura 5 – MRO, uma das organizações que deram origem ao MLN-T: o panfleto, em julho de 1965, dava destaque a Artigas como “ejemplo”, para legitimar as ações revolucionárias de esquerda.

Dos grupos de autodefesa já existentes no PS, vieram vários militantes, entre eles Tabaré Rivero Cedrés, que estaria na primeira direção do MLN-T, e Héctor Amodio – que mais tarde seria apontado como grande traidor da guerrilha, por supostamente ter entregado aos militares detalhes que levariam à prisão e à morte de dezenas de tupamaros.

²¹⁵ “Declaración Programática” – documento produzido em meados dos anos 1960, pelo Movimiento Revolucionario Oriental (MRO), um dos precursores do Coordinador, que, por sua vez, daria origem mais tarde ao MLN-T. In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

Também se incorporaram ao Coordenador jovens ligados ao MIR, pequena organização de esquerda da qual fazia parte “Pepe” Mujica, que iniciara sua atuação política anos antes, como militante de uma linha de “esquerda” do Partido Nacional²¹⁶.

Da UTAA, somaram-se trabalhadores rurais liderados por Raúl Sendic. Para todos eles, o Coordenador significava uma espécie de dupla militância – já que seguiam agindo em suas organizações de origem ao mesmo tempo em que participavam de ações guerrilheiras. Sendic, por exemplo, continuava a ser sindicalista e dirigente do PS.

As reuniões que deram origem ao Coordenador aconteciam de forma clandestina, na localidade de Cachimba del Piojo, próxima ao bairro industrial de La Teja, na periferia de Montevidéu; ou nos porões de uma tipografia, na Ciudad Vieja, centro histórico da capital. De início, os encontros nem eram sobre a luta armada, como relata um deles:

Desde los problemas sindicales, pasando por los de la crisis y llegando a los que nos deparaba un futuro que aparecía preñado de amenazas y incógnitas, todos esos eran los temas que ocupaban esas tertulias de militantes provenientes de los más disimiles medios de la izquierda²¹⁷.

Nessa fase, não havia direção unificada, mas uma rede de pequenos grupos prontos para agir. Em 1963, um comando guerrilheiro do Coordenador realizou a primeira ação de grande impacto: invadiu a sede do Clube de Tiro Suíço, numa localidade próxima a Colônia do Sacramento, e levou grande quantidade de armas guardadas pelos colecionadores. A polícia, de início, suspeitou de bandidos comuns, mas algumas semanas depois prendeu sete suspeitos e apontou Sendic como inspirador da ação.

Nos meses seguintes, seguiram-se assaltos a bancos, além de roubos de mercadorias que eram depois distribuídas pelos guerrilheiros em bairros pobres. Em 1964, os guerrilheiros atacaram residências de altos funcionários estatais, em represália à decisão do governo uruguaio de romper relações com Cuba.

Em 1965, com o avanço da luta guerrilheira, decidiu-se finalmente pela criação de uma organização autônoma, encerrando-se assim a experiência do Coordenador. Numa reunião ocorrida em maio, na localidade de Parque del Plata, próxima a Montevidéu, a maioria dos militantes aprovou um estatuto próprio e definiu uma direção centralizada para o agrupamento que àquela altura ainda não assumia o nome de MLN, mas simplesmente adotava a denominação de Tupamaros. Vale notar que, antes mesmo de 1965, nas ações armadas sob a

²¹⁶ Sobre as origens *blancas* de Pepe Mujica, que viria a ser eleito presidente da República muitos anos depois de abandonar as armas, ver: TUCCI, Mariano. *Historias blancas de un hombre de izquierda*. Montevidéu: Planeta, 2014.

²¹⁷ FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. *Historia de los Tupamaros*. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1987, p. 46.

bandeira do Coordenador, os guerrilheiros algumas vezes gritavam em voz alta que ali estavam em ação os novos *tupamaros*.

Nessa reunião, foi escolhida a primeira direção da nova organização, composta por Eleutério Fernández Huidobro, Raúl Sendic, Tabaré Rivero Cedrés e um membro do MIR (Antonio Saravia). No início do ano seguinte, ocorreu a Primeira Convenção Nacional do novo movimento, num rancho em San Cristóbal. Na primeira parte do encontro ficou evidente que havia divergências de fundo: militantes do MIR, sob influência de teses maoístas, decidiram retirar-se da nova organização porque queriam que os Tupamaros fossem o braço armado de um partido que daria a linha política de atuação; os maoístas do MIR também queriam adotar a guerrilha rural desde logo.

A maioria dos militantes reunidos em San Cristóbal decidiu que não haveria essa separação entre partido e exército armado, e que os Tupamaros seriam uma organização político-militar (OPM, como se dizia no jargão da época), com atuação integrada. Pepe Mujica não acompanhou a direção do MIR e decidiu permanecer com os Tupamaros. “*Finalizada la Convención, había nacido, ahora con todos los requisitos de la forma y de la conciencia, una nueva organización política*”²¹⁸, lembra um dos integrantes.

Importante ressaltar que, ao fim dessa Primeira Convenção, ainda não havia sido adotado o nome oficial. Foi só em dezembro de 1966 – quando uma operação armada fracassada deixou dois guerrilheiros mortos e obrigou a organização a se posicionar publicamente – que os Tupamaros pela primeira vez assinaram um comunicado, adotando então a sigla que entraria para a história: MLN-T. É o que destaca Fernández Huidobro:

Por primera vez necesitábamos firmar algo y, con dos compañeros caídos, nos parecía poco serio usar solamente la palabra tupamaros. Así fue como, aquella mañana [...], decidimos unánimemente firmar por primera vez con todo nuestro nombre: Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros). Ese fue nuestro bautismo. La derrota, en su hora más negra, fue la ocasión propicia²¹⁹.

A partir de 1966, aqueles que entravam na nova organização aceitavam, então, se submeter a uma só disciplina, a uma só direção (Sendic, Rivero Cedrés e Fernández Huidobro seguiram no comitê executivo) e a uma só estratégia política.

Os Tupamaros se definiram desde logo como guerrilha urbana. A ideia não era realizar ações nas cidades para acumular forças e dinheiro, com objetivo de instalar o contingente guerrilheiro em áreas rurais. Não. A ação se dava prioritariamente nas cidades. Com isso, a nova organização rompia com o pensamento hegemônico na esquerda armada da época, que

²¹⁸ FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. Op. cit., p. 235.

²¹⁹ Idem, ibidem, p. 292.

apostava na guerrilha urbana apenas como fase transitória antes da implantação do foco guerrilheiro no campo.

2.3.2 Organização urbana, inspiração rural

Não é objetivo desta tese fazer uma descrição exaustiva dos fatos que marcaram a história do MLN-T, já que nossos esforços se dirigem mais à análise das relações do agrupamento guerrilheiro com a questão nacional. Ainda assim, consideramos importante estabelecer uma periodização básica, que ajude a compreender o papel da organização no Uruguai dos anos 1960/1970. Adotamos, para isso, o recorte proposto por Clara Aldrighi, que divide a história do MLN-T em quatro partes.

A **primeira fase (1965/1966)** vai da já citada reunião no balneário Parque del Plata, em maio de 1965, quando se encerra a etapa do Coordenador e se funda a nova organização (com direção unificada, mas ainda sem nome oficial), até o fim de 1966. É um período voltado ao esforço de **consolidação do agrupamento guerrilheiro**, com a criação de bases urbanas (apartamentos, casas e ranchos, que serviam de refúgio para os guerrilheiros), bem como à formação de um arsenal básico de armas e munições. Nessa fase, o núcleo militante era bastante reduzido.

A **segunda fase (1966/1969)** inicia-se em dezembro de 1966, após a morte dos guerrilheiros Carlos Flores e Mario Robaina em enfrentamento com a polícia. O MLN-T sofre forte ataque repressivo e passa a privilegiar **ações de propaganda armada** para despertar simpatia da população.

A **terceira fase (1969/1972)**, que se pode caracterizar como o **auge do MLN-T**, inicia-se em outubro de 1969, quando um comando guerrilheiro toma a cidade de Pando; os Tupamaros parecem dispostos a iniciar guerra aberta contra o aparato estatal. O ano seguinte é considerado o de maior atuação guerrilheira. Em maio de 1970, foram roubadas as armas do arsenal da Marinha no centro de Montevideu, episódio citado na abertura deste capítulo; e em julho foram sequestrados o embaixador brasileiro no país, Aloysio Dias Gomide, e o policial norte-americano Dan Mitrione – identificado como agente da CIA e denunciado como instrutor de torturas. Nesse período, a guerrilha estabeleceu “cárceres do povo”, em que inimigos dos Tupamaros eram mantidos como reféns.

O governo se negou a negociar com os Tupamaros e, em 7 de agosto, os guerrilheiros aumentaram a pressão, sequestrando também um agrônomo de nacionalidade estadunidense. No mesmo dia, as forças de segurança realizaram um contra-ataque certeiro, ao localizar o apartamento onde estava escondido o líder guerrilheiro Raúl Sendic, que acabou preso. No dia

8, o MLN-T executou Dan Mitrione, após um “juízo popular”. A execução abalou, em parte, a imagem dos Tupamaros²²⁰. Mas o grupo seguiu ampliando sua atuação, inclusive junto a intelectuais e lideranças políticas, e criou um movimento legalizado para participar da disputa eleitoral em aliança com outras forças de esquerda em 1971 – como veremos adiante.

A **quarta fase (1972/1975)** do MLN-T vai de abril de 1972 – quando a guerrilha sofreu ataques do aparato estatal e de esquadrões da morte, sendo praticamente desarticulada – até 1975, quando ocorreu a última tentativa de retorno de guerrilheiros ao país, para retomar a ação armada, iniciativa que acabou frustrada pelas Forças Armadas. Nesse período, o MLN-T sobreviveu com base em núcleos de militantes exilados na Argentina, no Chile, em Cuba e na Europa. Após a chamada grande derrota de 1972, a organização sofreu algumas divisões; a mais importante ocorreu no fim de 1974, quando militantes vinculados ao núcleo de Buenos Aires romperam com a guerrilha e propuseram a criação de um partido marxista-leninista clássico para dirigir a revolução, em desacordo com os primeiros tempos da organização. Esses militantes foram chamados criticamente de Los Renunciantes, mas conseguiram agregar apoio também no núcleo de exilados cubanos do MLN-T, que assim sofreu um processo de forte desagregação.

Na segunda metade dos anos 1970, a guerrilha já estava completamente derrotada. Os dirigentes históricos dos Tupamaros permaneceriam presos – muitas vezes em celas solitárias, num regime cruel de isolamento – até o fim da ditadura, nos anos 1980.

A organização, que começara com um grupo reduzido de não mais de cinquenta militantes, chegou a contar no seu momento de auge com cerca de 5 mil pessoas atuando em diversos níveis; e sua “área de influência”, somando simpatizantes e colaboradores, aglutinava mais de 30 mil homens e mulheres²²¹. A partir de 1968, o MLN-T se organizou em forma de colunas, com independência militar e logística entre elas, o que era uma maneira de garantir a sobrevivência: a compartimentação impedia militantes de uma coluna de conhecerem a fundo os planos ou a estrutura das outras.

Chama a atenção a ausência de mulheres em cargos de direção da guerrilha. Havia muitas militantes cumprindo missões, inclusive na linha de frente em combates armados. Mas essa presença não se expressava nos comitês diretivos: “*En los cargos de decisión y poder prevalecieron los hombres, en todas las etapas del MLN*”, afirma Clara Aldrighi. A autora recolheu dezenas de depoimentos de sobreviventes da guerrilha, entre eles o de Yessie Macchi,

²²⁰ Em seu livro de memórias, o guerrilheiro Jorge Zabalza diz que, apesar do abalo na imagem da guerrilha, uma pesquisa Gallup feita naquele período apurou que 34% dos uruguaios consideravam os sequestros “atos legítimos”, enquanto 32% aprovavam a linha dura do governo de Pacheco Areco contra o MLN-T. Ver ZABALZA, Jorge. *A experiência tupamara*. São Paulo: Red Editorial, 2017, p. 108.

²²¹ Cf. ALDRIGHI, Clara. Op. cit., p. 167.

uma ex-estudante de classe média que entrou para os Tupamaros no fim dos anos 1960, depois de passar por outras organizações de esquerda:

Se creó un mito, el de que en el MLN había muchas mujeres en un plano de igualdad con los hombres. Las había, pero en qué posición se colocaban? Basta mirar las direcciones que tuvimos, todas fueron íntegramente de hombres. Pocas mujeres estuvimos en cargos de responsabilidad, pero muchos hombres pasaron por ellos en distintas etapas, Además, los hombres tendían a cooptar hombres²²².

Do ponto de vista teórico, o MLN-T não adotou definições rígidas. Nos cursos de formação de militantes, organizados no presídio de Punta Carretas, onde dezenas de militantes chegaram a estar presos, utilizava-se de Rosa Luxemburgo a Mao Tse-tung, passando-se por Kautsky e Trótsky. O marxismo era inspiração, mas sem uma linha clara. O grupo armado preferiu uma fluidez de princípios, sempre inscrito na tradição de esquerda revolucionária:

El peso de las capas medias en Uruguay llevó al MLN a adoptar una línea no rigidamente clasista en la lucha revolucionaria, porque deberían ser contemplados los intereses de todos los sectores comprendidos en la denominación genérica de “pueblo”²²³.

O ex-militante do MLN-T David Cámpora – um contador de profissão, com vida de classe média e sem formação marxista – contou-nos que aderiu ao grupo guerrilheiro, em 1968, movido por uma sensação de indignação com os rumos do país. Ele disse que lhe agradava, nos Tupamaros, a visão de independência, sem seguir modelos importados de outros países:

[...] nosotros, las armas, las sacamos al enemigo. No hacemos como el Partido Comunista, que recibe envíos de Moscú. El dinero lo sacamos de los bancos. No queremos dinero de Cuba. Y si algo pedimos a Allende fue refugio para compañeros o compañeras que estaban enfermos de la cabeza. Y a Cuba le pedimos adiestramiento. Enseñame cómo, pero no en dirección política, nada²²⁴.

É preciso algum cuidado com o depoimento acima, já que a necessidade de apoio material e de refúgio para militantes com a vida em risco levou, sim, os Tupamaros a contar com a ajuda de Cuba. Mas as afirmações de Cámpora permitem entender como era forte no MLN-T o discurso de independência, até mesmo em relação aos cubanos.

Apesar de a ilha caribenha ter sido inspiração para os jovens guerrilheiros, os Tupamaros jamais aceitaram a ideia de adotar um “modelo cubano”, que mimetizasse a estratégia de Fidel e Che. O MLN-T compreendeu desde logo que o Uruguai – urbano, com

²²² Depoimento da ex-guerrilheira Yessie Macchi (1946-2009), In: ALDRIGHI, Clara. Op. cit., p. 374.

²²³ ALDRIGHI, Clara. Op. cit., p. 156.

²²⁴ Depoimento de David Cámpora ao autor da tese, Montevideu, dezembro de 2016; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

metade de sua população concentrada na capital, e sem montanhas nem selvas onde os guerrilheiros pudessem se esconder – exigia outro tipo de guerra revolucionária.

Esse é um ponto que voltamos a ressaltar: o MLN-T escolhia atuar prioritariamente nas cidades, mas ao mesmo tempo se apresentava como herdeiro do Uruguai rural, *peludo* e *tupamaro*, confrontando assim o país liberal que fora dominante ao longo da primeira metade do século XX, durante o chamado *batllismo*, e também durante a hegemonia do Partido Nacional nos anos 1950/1960. Dito de outra forma: o teatro de operações era a cidade, mas a inspiração vinha de outra parte, de um Uruguai profundo e rebelde – que procurava se apresentar como herdeiro dos *tupamaros* reunidos em torno de Artigas no século XIX.

Nos depoimentos de ex-militantes recolhidos por Clara Aldrighi, fica evidente como a herança nacionalista, muitas vezes inspirada nos Blancos, estava presente no ideário tupamaro. O ex-guerrilheiro Jorge Zabalza reforça essa influência:

Sendic es de origen blanco. Si bien era socialista y el hermano trotskista, todo el resto de la familia eran blancos de Flores, departamento blanco por excelencia [...] Mujica, Bidegain, los Ríos de Tacuarembó, nosotros. **La gente del interior que ingresa al MLN es de origen Blanco**²²⁵. (grifo nosso)

Zabalza se diz também admirador do colorado Batlle, por ter organizado o estado nacional no Uruguai, mas afirma que o revisionismo histórico – que era muito forte na região do Prata, como vimos no capítulo 1 – e o nacionalismo de raiz *blanca* foram influências determinantes para explicar o discurso dos Tupamaros:

Es lógico que una rebelión como la tupamara tuviera como paradigma a los blancos en las cuchillas y no el batllismo en el Parlamento [...] **Tupamaro era Artigas y tupamaros los artiguistas** [...] A través del revisionismo, leyendo a Luna y Abelardo Ramos, adquirimos una visión global de todo lo que fue el proceso independentista en América, la revalorización de Mariano Moreno, la traición a Artigas, o mejor dicho, la contrarrevolución organizada desde Buenos Aires [...] Como ves, íbamos a buscar a los argentinos; Abelardo Ramos nos pareció algo totalmente innovador²²⁶. (grifos nossos)

A obra do argentino Jorge Abelardo Ramos, como lembra o ex-guerrilheiro Zabalza, teve papel central ao valorizar a chamada “revolução nacional”, nos dois lados do Prata. Abelardo Ramos – já citado no capítulo 1 – permitiu à esquerda argentina e uruguaia retomar personagens das lutas de independência do século XIX, disputando a simbologia nacional que até então fora apropriada apenas pelos conservadores²²⁷. No caso uruguaio, isso significava

²²⁵ Depoimento do ex-guerrilheiro Jorge Zabalza. In: ALDRIGHI, Clara. Op. cit., p. 309.

²²⁶ Idem, ibidem, p. 310.

²²⁷ A obra mais conhecida de Abelardo Ramos é *Revolución y contrarrevolución en la Argentina*, publicada pela primeira vez em 1957. Influenciou fortemente a esquerda dos anos 1960 e 1970, especialmente na região do Prata, ao traçar um extenso painel desde os tempos coloniais, em que o autor pretende apresentar uma visão latino-americana da história, diferente da interpretação liberal até então dominante na Argentina (ver: ABELARDO

retomar não só Artigas, mas valorizar também os caudillos e a cultura do campo – muitas vezes associada à simbologia dos Blancos.

Julio Marenales é outro sobrevivente tupamaro que deu seu depoimento em 1998:

El nombre de tupamaros proviene del mote que le ponían los españoles a los artiguistas, a los guerreros rebeldes. Porque por supuesto nos vinculábamos también a la tradición de Artigas [...] **el Partido Nacional, desde el llano – los caudillos principalmente**, no los doctores de la ciudad – **contribuyó, aunque desde una perspectiva burguesa, a una democratización del país** [...] Reivindicábamos de nuestra historia todo lo que pudiera ser favorable en el proceso hacia la liberación. Es por eso que en nuestras consignas, al igual que hoy, no estaba presente el socialismo²²⁸. (grifos nossos)

Pepe Mujica, guerrilheiro e líder tupamaro que seria eleito presidente da república pela Frente Ampla no século XXI, era ele mesmo um ex-militante do Partido Nacional – como veremos de forma mais detalhada mais adiante. Mujica carregou para o MLN-T não apenas o nacionalismo econômico e a noção de anti-imperialismo que aprendera entre certas correntes de Blancos, mas também uma raiz *gaucha*, de afirmação do Uruguai rural, que cultivava a imagem de simplicidade – em oposição à classe média mais individualista e internacionalizada que habita os bairros nobres de Montevideú²²⁹.

O MLN-T era filho dessa tradição nacional e localista, de profundas raízes no Prata e cuja origem é muito anterior à Revolução Cubana. Portanto, podemos dizer, numa síntese provisória, que **o MLN-T significa o encontro do exemplo cubano, em que a luta pela libertação nacional é o caminho para o socialismo, com a longa tradição uruguaia de busca – no campo, no passado e na herança artiguista – do país “verdadeiro”**, profundo, independente, imune às influências culturais, políticas e econômicas do imperialismo anglo-saxão.

2.3.3 Ações de propaganda armada

Em 1967, pouco depois da fundação oficial do MLN-T, a conjuntura política no Uruguai sofreu mudança brusca. Nova reforma constitucional reinstalou a presidência unipessoal, encerrando o ciclo dos governos colegiados. O general da reserva Óscar Diego Gestido foi então

RAMOS. *Revolución y contrarrevolución en la Argentina – Historia Nacional* (2 volumes). Buenos Aires: Editora Distal, 1999.

²²⁸ Depoimento do ex-guerrilheiro Julio Marenales, 1998. In: ALDRIGHI, Clara. Op. cit., pp. 400 e 401.

²²⁹ Essa tradição, à qual se filia Pepe Mujica, talvez explique por que ele decidiu morar (durante o mandato como presidente e depois de deixar o poder) não num apartamento de Pocitos ou em outro bairro de classe média na capital uruguaia, mas numa chácara simples nos arredores de Montevideú, onde, com mais de oitenta anos, segue a cultivar flores e a cuidar da terra. Antes do presidente Mujica, houve o tupamaro Pepe – que por sua vez era já herdeiro das velhas tradições *blancas*. Com essa observação, não pretendemos reforçar a construção discursiva e política da figura de Pepe Mujica, que em alguns momentos resvala para a mistificação, mas apontar a genealogia política de certas ideias na história recente do Uruguai.

eleito presidente, mas morreu poucos meses depois, transferindo-se assim o poder para o vice Jorge Pacheco Areco – obscuro político de tendências ultraconservadoras.

Pacheco Areco dissolveu legendas de esquerda (incluindo o histórico Partido Socialista/PS) e mandou fechar órgãos de imprensa acusados de cumplicidade com movimentos revolucionários. Em 1968, já sob forte pressão da guerrilha tupamara e de greves e passeatas estudantis, o governo aprovou seguidas medidas especiais de segurança, que seriam renovadas várias vezes ao longo de seu mandato:

Pacheco elaboró la imagen del hombre sin partido, el líder que planea por encima del sistema político y su crisis hegemónica. Para ello, no dudó en rodearse de dirigentes empresariales – su famoso gabinete de banqueros y hombres de negocios fue prototípico –, eternizar, desconociendo al Parlamento, el régimen eminentemente transitorio de las medidas prontas de seguridad, decretar intervenciones en los entes autónomos para mejor manejarlos, ilegalizar partidos y publicaciones, gobernar por decreto y cerrar los ojos ante la creciente tortura policial²³⁰.

O MLN-T, depois de acumular forças com ações que chamavam a atenção da sociedade uruguaia pela originalidade e pelo destemor, iniciou uma grande ofensiva armada. Em 1970, na época do roubo das armas da Marinha que narramos no início do capítulo, os Tupamaros viviam seu auge político – marcado por operações de forte conteúdo simbólico e que os guerrilheiros batizavam como “propaganda armada”. Tratava-se de uma organização pouco afeita às formulações doutrinárias, tanto que produziu poucos documentos teóricos, e fez disso sua marca: “*No hay mejor teoría revolucionaria que la que se extrae de las propias acciones revolucionarias*”, diziam os guerrilheiros na “Introdução” das *Actas tupamaras – los tupamaros en acción*, livro que teve sua primeira edição na Argentina, em 1971.

As *Actas* foram importantes na difusão internacional da mística tupamara, já que acabaram depois republicadas em diversos países, entre eles: Chile (1972), Alemanha (1973), México (1973), Portugal (1976), França (1977) e Espanha (1982). Nenhum líder guerrilheiro assina o livro, as individualidades se dissolvem numa obra coletiva: mais do que fornecer material teórico para disputar a “linha justa” da revolução com outras forças de esquerda, como era comum nas organizações de tradição marxista, os “*anónimos Tupamaros*” (como eles mesmo se definem na “Introdução” da obra) fazem o relato “*veraz, minucioso, de algunas acciones de su organización, que han complementado con lineamientos generales sobre métodos de trabajo y principios organizativos*”²³¹.

²³⁰ GATTO, Hebert. Op. cit., pp. 64 e 65.

²³¹ *Actas tupamaras* (obra coletiva). Cidade do México: Editorial Diógenes, terceira edição, 1981, p. 46.

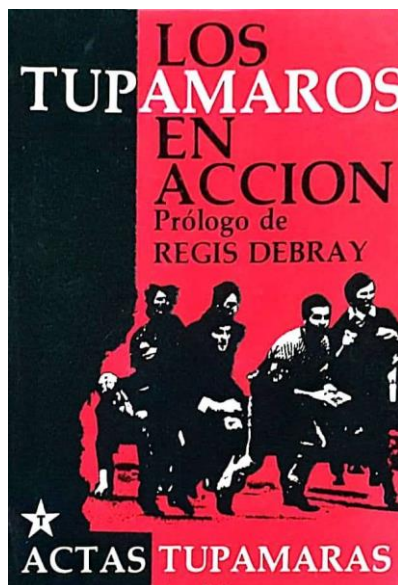


Figura 6 – Edição mexicana das chamadas Actas tupamaras: relato das ações guerrilheiras foi publicado em vários países, ajudando a criar a mística rebelde do MLN-T.

Algumas edições, como a mexicana, que usamos como referência neste trabalho, trazem um prólogo assinado por Régis Debray. De origem francesa, ele foi um dos formuladores da “teoria do foco”, que deu o referencial teórico para várias organizações de esquerda nos anos 1960. Debray tentava esclarecer por que os Tupamaros, que atuavam num país de pequeno porte, tornaram-se tão conhecidos:

Puede no ser exagerado afirmar que, al menos en lo inmediato y al comienzo de su acción, los Tupamaros han sustituido la mística del Jefe o del Líder, común a casi todos los países latinoamericanos, por la de la organización revolucionaria a construir. Dicho de otro modo, parecen haber concentrado sus esfuerzos y dispuesto sus recursos con el propósito de forjar y difundir en el pueblo, no la imagen de una ejemplaridad individual incontestable, modelo singular de identificación, sino la de una vanguardia colectivamente responsable de sus actos y anónimamente ejemplar²³².

As *Actas tupamaras* narram ao menos dezoito operações insurrecionais de grande porte. A primeira delas é a tomada da Cainsa, usina de açúcar norte-americana, por um grupo de trabalhadores liderados por Raúl Sendic. Os plantadores de cana, sob liderança da UTAA, invadem a empresa – situada em Bella Unión, quase na divisa com o Brasil – e sequestram durante algumas horas o gerente e os principais chefes da usina. A ação, já citada neste capítulo, ocorreu em março de 1962, bem antes do MLN-T ser fundado. Ao incluir a tomada da usina em suas *Actas*, a guerrilha deliberadamente apontava a organização dos *cañeros* como parte fundamental na genealogia dos Tupamaros.

²³² DEBRAY, Régis. “Prólogo”. In: *Actas tupamaras* (obra coletiva). Op. cit., p. 22.

Outro destaque nas *Actas* é a invasão do Centro de Instrução da Marinha, em 1970: na madrugada de 29 para 30 de maio, 22 guerrilheiros invadiram a instalação militar, utilizando um caminhão e um carro. Fernando Garín teve papel fundamental na ação, fornecendo de dentro do quartel detalhes sobre sentinelas que deveriam ser neutralizadas e sobre a planta do edifício. Praticamente não houve resistência dos militares, que foram pegos de surpresa pela ação guerrilheira, uma das mais audaciosas da história do MLN-T. Nas *Actas*, que serviram de fonte de inspiração para outros grupos guerrilheiros na América Latina²³³, os Tupamaros usam doze páginas para contar como invadiram o quartel da Marinha, fazendo dezenas de militares como reféns; e, antes de deixar o local com centenas de armas, ainda tiveram tempo de pintar palavras de ordem nas paredes e hastear a bandeira da guerrilha no pátio: “*Al partir, se cortarán los cables del teléfono y se cerrará la puerta de calle colocándose en ella un falso artefacto explosivo con un cartel que dice ‘por aquí pasó el pueblo’*”²³⁴.

“Por aqui passou o povo”: a ironia no cartaz de despedida, deixado pela guerrilha na porta do quartel, foi a menor das provocações. Ao atacar o coração das Forças Armadas, o MLN-T atrairia para si uma repressão cada vez mais vigorosa, o que levaria à grande derrota de 1972, quando boa parte da direção foi morta ou caiu prisioneira. O que nos interessa aqui não é debater os motivos que levaram à derrota política e militar. Mas olhar para as *Actas tupamaras* como um documento que, além de narrar a ação guerrilheira, fornece pistas sobre a concepção de país e de esquerda que movia os jovens na direção da luta armada. A questão nacional aparece com destaque:

La intervención extranjera parece ser el destino del Uruguay y de sus más auténticas luchas. Sucedió en el pasado, podría suceder en el futuro. El pueblo uruguayo contestará de acuerdo a sus **tradiciones históricas**. La guerra civil se transformará en **guerra nacional** y no estaremos solos, nos acompañarán los **pueblos hermanos de América**²³⁵. (grifos nossos)

Nesse trecho, estão condensados alguns pontos fundamentais para compreender a linha política que orientava os Tupamaros. Primeiro, o diálogo permanente com o passado, reforçando o apelo às “tradições históricas”: o “destino” do Uruguai era lutar contra a intervenção estrangeira, lembravam os guerrilheiros, numa referência à presença luso-brasileira durante as guerras de independência do início do século XIX. Depois, a ideia de “guerra nacional”, com mais destaque do que a de revolução socialista, que aliás é pouco citada no livro

²³³ Na pesquisa para o mestrado, a ex-guerrilheira do M-19 colombiano Vera Grabe, em entrevista que nos concedeu em Bogotá, disse que havia duas leituras fundamentais para os grupos armados na Colômbia: as *Actas tupamaras* e o *Manual do guerrilheiro urbano*, de Carlos Marighella – líder da ALN brasileira.

²³⁴ *Actas tupamaras*. Op. cit., p. 225.

²³⁵ Idem, *ibidem*, p. 78.

oficial da guerrilha. E, por fim, o conceito de que a emancipação transbordaria as fronteiras e se expandiria para uma luta de libertação continental.

Esse terceiro ponto – a ideia de que a libertação nacional significa libertação latino-americana – é marca fundamental do MLN-T, lembra Clara Aldrighi, autora de obra de referência sobre a guerrilha tupamara:

La revolución cubana fortaleció em toda la izquierda el sentimiento patriótico y latinoamericanista. Guerra de guerrillas victoriosa contra una dictadura primero, más tarde pueblo en armas contra el imperialismo norteamericano, **la experiencia cubana permitía proyectar el patriotismo hacia los ideales de la “Patria Grande”**²³⁶. (grifo nosso)

O processo revolucionário deveria dar-se no nível continental. Por isso, desde o início, o MLN estabeleceu contatos com organizações e movimentos progressistas para além das fronteiras nacionais. Os vínculos, ainda na fase do Coordinador, foram com Cuba revolucionária, mas também com exilados brasileiros ligados a Leonel Brizola e com lideranças argentinas que mais tarde dariam origem aos Montoneros. Os dois últimos grupos não tinham relação com a tradição marxista-leninista, mas estavam vinculados à esquerda nacionalista derivada do varguismo e do peronismo.

Na década seguinte, o MLN-T participaria de uma articulação internacional, batizada de Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR) e que reunia, além dos Tupamaros, o MIR chileno, o Ejército de Liberación Nacional (ELN) boliviano e o PRT-ERP argentino. A JCR foi lançada em 1974, numa fase em que o MLN-T tinha sua direção presa e a maioria dos militantes a viver já no exílio – principalmente em Cuba ou na Argentina, mas também na Europa.

Os documentos e periódicos da JCR traziam a ideia da luta continental, que se expressava, por exemplo, no logotipo a ocupar o cabeçalho da principal revista da Junta: as siglas das quatro organizações que compunham a JCR envolviam uma estrela (símbolo de vários grupos armados da época, inclusive do MLN-T); e, dentro dela, surgia o mapa da América Latina cortado pela imagem de um guerrilheiro com o fuzil levantado.

²³⁶ ALDRIGHI, Clara. Op. cit., pp. 142 e 143.



Figura 7 – Capa e contracapa da revista da Junta de Coordinación Revolucionaria, número 2, fevereiro de 1972: o emblema da JCR indicava a preocupação com a luta de libertação em todo o continente.

Na JCR, voltando ao ponto que nos interessa diretamente na tese, também encontramos o diálogo com o passado de lutas pela independência: mais uma indicação de que essa não era uma preocupação só da guerrilha uruguaia, mas de várias organizações que atuam nesse período na América Latina. Transcrevemos um trecho mais longo do manifesto da JCR, lançado em 1977, quando o Cone Sul estava todo sob domínio de ditaduras militares e os movimentos guerrilheiros encontravam-se já amplamente derrotados. O documento é significativo, ao explicitar a opção da esquerda por disputar o passado nacional:

La lucha actual contra las dictaduras y por la democracia política se engarza a las luchas centenarias libradas por nuestros pueblos a lo largo de la historia latinoamericana [...] **Nuestra lucha comienza con la resistencia que opusieron Tupac Amaru, Lautaro, Tupac Catari, Guatemoc a la explotación y a la dominación española [...]** Bolívar, Artigas, San Martín, O'Higgins, Sucre, Carrera, Manuel Rodriguez, Benito Juarez **combatieron por la independencia** y libertad política de nuestros pueblos y acuñaron el gran sueño de construir una gran patria americana. Martí, el gran patriota y revolucionario cubano, encabezó la resistencia heroica de su pueblo contra la dominación española y norteamericana [...] Ernesto Che Guevara, estratega de la revolución, Comandante de América, consciente que solo el socialismo puede resolver los problemas de los pueblos latinoamericanos, buscó reeditar en el cono sur americano a la gesta de la primera independencia²³⁷. (grifo nosso)

Notemos a longa linha sucessória, que vem dos heróis indígenas do período colonial na luta contra os espanhóis, passando por Bolívar, Artigas e San Martín, entre outros, para

²³⁷ “Manifiesto de la JCR”, junho de 1977. In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

finalmente saltar 150 anos no tempo e chegar a Che Guevara e às guerrilhas de esquerda dos anos 1950/1960/1970. Nesse documento da JCR, fala-se de socialismo – o que era raro nos primeiros textos do MLN-T de uma década antes. Mas o socialismo surge de maneira ligeira. Mais importante parecia ser a disputa pela história e pelo passado.

No Uruguai, a revolução de libertação nacional do MLN-T passava por Artigas. Tratava-se de um símbolo para se pensar a revolução na perspectiva continental, na medida em que Artigas fora, de fato, um líder preocupado em construir uma pátria maior. O projeto dele sempre fora o de uma liga federal, um estado mais amplo que garantisse não só independência política para as antigas províncias que compunham o Vice-Reinado do Prata, mas também terra, direitos e liberdades civis para os mais pobres²³⁸.

Um ano depois da primeira edição das *Actas tupamaras*, a direção da guerrilha decidiu publicar um segundo livro com o mesmo nome, mas com subtítulo diferente: *Actas tupamaras – tres evasiones de Tupamaros*. Tratava-se de uma espécie de continuação da primeira narrativa – e, de novo, com assinatura coletiva.

O foco agora era apresentar detalhes sobre três fugas espetaculares de guerrilheiros presos pelo Estado uruguaio. Foram batizadas pelo MLN-T como: Operação Estrela, em 30 de julho de 1971, quando 38 guerrilheiras foram retiradas do presídio feminino por um túnel escavado com extrema precisão; Operação Abuso, ocorrida na noite de 5 para 6 de setembro do mesmo ano, quando mais de cem tupamaros foram resgatados da prisão de Punta Carretas, por um túnel traçado pelo guerrilheiro e engenheiro Jorge Manera, a partir de velhíssimas plantas do histórico presídio; e Operação Gallo, em 12 de abril de 1972, quando mais quinze tupamaros conseguiram escapar da mesma prisão de Punta Carretas, por um túnel que conduziu o grupo até a rede de esgotos de Montevideú. Entre os libertados na segunda operação, que é considerada a mais espetacular na história do MLN-T, tendo consumido mais de um mês de planejamento e preparo, estavam alguns dos principais dirigentes do MLN-T, como Pepe Mujica e Raúl Sendic, que em 1972 voltariam a ser presos e assim permaneceriam até o fim da ditadura militar em 1985.

Para nosso estudo, o mais importante é frisar outro ponto: no “Prólogo” à segunda edição das *Actas* (que dessa vez não tem a assinatura de Debray, pois é um texto coletivo dos guerrilheiros), trava-se uma espécie de diálogo imaginário com o libertador Artigas. O texto começa com a citação de um discurso pronunciado em 1815, durante as guerras de independência. Artigas é chamado pelo MLN-T de “*jefe natural del pueblo uruguayo*”. Para os

²³⁸ Ver: PINTO, Júlio Pimentel. Op. cit., pp. 29 a 35.

guerrilheiros, essa liderança surgiu “*del sacrificio en la lucha y de su compenetración y respeto por sus soldados y la causa*”²³⁹.

2.3.4 Artigas nos documentos da guerrilha

A marca do artiguismo e da disputa pelos símbolos nacionais aparecera já em vários momentos, nos panfletos e periódicos produzidos pela guerrilha nos anos anteriores. É o caso de um dos primeiros documentos do MLN-T, a “Carta abierta a la policía”. Após confronto armado com agentes de segurança, em que um policial e um guerrilheiro ficaram feridos, o grupo tentava explicar por que recorria à luta armada:

Porque creemos indispensable que el pueblo organice su violencia para reprimir la violencia velada o evidente de los oligarcas. Porque no estamos dispuestos a presenciar sin lucha cómo se vende al extranjero **la patria de Artigas** [...] De ahora en adelante las cosas van a ser mucho más claras: con el pueblo o contra el pueblo. **Con la patria o contra la patria. Con la revolución o contra la revolución**²⁴⁰. (grifos nossos)

O apelo a Artigas tornava mais fácil o diálogo com o povo, especialmente nos chamados “operativos de propaganda armada”. A guerrilha considerava que a melhor propaganda era aquela que surgia das ações militares. Por isso, sugeria que os grupos operativos não desperdiçassem nenhuma ocasião de mostrar sua diferença de atitude em relação ao aparato militar do Estado:

El trato a los trabajadores, la atención a quien sea presa de una eventual crisis nerviosa etc. La devolución del dinero correspondiente a los empleados, si há sido llevado por error junto con el del capitalista; la reparación del daño cometido involuntariamente contra un hombre modesto, servirán más - para definir la ideología de la guerrilla ante el pueblo - que el más elocuente de los manifiestos²⁴¹.

Os Tupamaros eram uma guerrilha aberta à comunicação de massa. E por isso recomendavam que seus destacamentos armados ocupassem não apenas fábricas para ler seus comunicados e debater política com os operários, mas também emissoras de rádio e TV. Aqui, apontamos mais uma vez a aparente contradição de um grupamento de esquerda, que se propõe a construir uma nova sociedade e sabe utilizar os modernos mecanismos de comunicação de massa, mas ao mesmo tempo faz a disputa pelo passado nacional de um século e meio antes. Na verdade, não se trata de contradição. Mas de um recurso de legitimação através do passado.

²³⁹ Cf. “Prólogo”. In: *Actas tupamaras – tres evasiones de tupamaros*. Cidade do México: Editorial Diógenes. 1973, p. 7.

²⁴⁰ “Carta abierta a la policía”, publicada pelo MLN-T em 1967. In: *Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República*.

²⁴¹ *Actas tupamaras* (obra coletiva). Op. cit., p. 56.

É uma operação simbólica típica da esquerda de tonalidades românticas que se torna dominante na América Latina dos anos 1960.

Em 15 de maio de 1969, ainda no contexto de ascensão política da guerrilha, um comando armado tomou de assalto o estúdio da rádio Sarandí, em Montevideu, e procedeu à leitura de um texto que protestava contra a redução dos salários, atacando ministros que estariam envolvidos em escândalos financeiros. A transmissão ocorreu num momento de grande audiência, interrompendo a narração de uma partida de futebol entre uma equipe uruguaia e outra argentina pela Copa Libertadores da América²⁴².

A locução deixava claro o esforço do MLN-T para se afastar do fraseado típico da esquerda marxista. Os Tupamaros não falavam em socialismo, preferiam a linguagem mais direta da rebeldia. Defendiam que trabalhadores desempregados tinham o direito de entrar em um supermercado e levar comida para seus filhos:

Quienes así proceden también son tupamaros, porque tupamaro es todo aquél que no se queda en la mera protesta, no respeta las leyes, decretos y ordenes creadas por la oligarquía para beneficiarse a sí misma, como **aquellos gauchos rebeldes de antes, que se llamaban tupamaros**, que cuando hubo un gobierno extranjero en este país, asolaban la campaña para hacerle la vida imposible a los intrusos²⁴³. (grifo nosso)

O comunicado na rádio Sarandí seguia com fortes críticas “*a la intervención directa de la embajada de Estados Unidos*” e à influência do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a política econômica uruguaia. E, ao fim, traçava um paralelo direto entre os estrangeiros que atuavam no país na segunda metade do século XX e aqueles contra os quais fora preciso lutar no início do século XIX.

También estos tupamaros, a los que los españoles llamaban bandidos, se organizaban en **los ejércitos de Artigas** para echar abajo la dominación extranjera. Hagamos hoy lo mismo frente a los negociantes y especuladores que se han apoderado del país²⁴⁴. (grifo nosso)

Ao tomar a rádio na hora do jogo de futebol, os guerrilheiros evocavam os *gauchos rebeldes* e os *ejércitos de Artigas*, criando mais uma vez uma espécie de linha sucessória: os *tupamaros* do século XIX, a cortar os campos de um país ainda em gestação, sob o comando de Artigas, fundiam-se aos Tupamaros (agora com maiúscula, assumindo em seu nome a herança artiguista) do século XX, a cortar as ruas de Montevideu como um novo movimento de

²⁴² Cf. “Los trabajos y los días – Cronología (1962-1971)”. In: MAYANS, Ernesto (editor). *Tupamaros – antología documental*. México: Cidoc/Centro Intercultural de Documentación, Cuaderno 60. 1971, p. 23.

²⁴³ “Proclama emitida por radio Sarandí” (transcrição), 1969. In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

²⁴⁴ Idem, ibidem.

libertação nacional. A imagem era forte, clara, direta: qualquer uruguaio, mesmo que não tivesse relação com movimentos organizados de esquerda, entendia perfeitamente a mensagem.

2.3.5 Segunda independência

Em 1971, os Tupamaros invadiram outra estação, em mais uma ação de propaganda armada: a rádio Vanguardia foi ocupada pela guerrilha para denunciar a violência da polícia e da guarda metropolitana em ações recentes. O MLN-T proclamava, de forma ameaçadora: “*A la violencia criminal de los de arriba, responderemos con la violencia del pueblo en armas*”. E concluía o manifesto radiofônico com a frase que foi uma de suas marcas: “*Habrá patria para todos o no habrá patria para nadie*”.

A frase é atribuída, pela historiografia tradicional e por intelectuais ligados ao Partido Nacional, ao caudilho blanco Aparicio Saravia. Os Tupamaros fizeram uso do lema de forma consciente, disse-nos o ex-militante David Cámpora:

Eso es una frase de un caudillo blanco, nacional, nacionalista. Cuando estaba en las guerras del siglo 19, los blancos eran los más revolucionarios, y esa frase la estampó en un libro histórico Eduardo Acevedo y nosotros tomamos eso. “Habrá patria para todos o no habrá patria para nadie”.

- Pepe Mujica viene del Partido Nacional. Entonces, hay algunos que vienen del Partido Nacional y que traen esas cosas del interior del país. ¿Esa tradición de los gauchos también?

Más que de los gauchos, viene de los peludos. Sí, esa austeridad, ese silencio ante el dolor, pocas palabras, acción decidida²⁴⁵.

Haverá pátria para todos ou não haverá pátria para ninguém. Pátria para todos, pátria de Artigas... A linha de continuidade entre as lanças dos velhos tupamaros e os fuzis da moderna guerrilha ficava ainda mais explícita em outro documento de 1971. Trata-se de panfleto lançado pelo MLN-T, com apenas uma folha, e que começava com uma frase de Artigas dita durante as guerras de independência: “*Ciudadanos, los pueblos deben ser libres*”. Na sequência, o MLN-T explicava:

Con estas palabras el general Artigas levantó en armas a la Banda Oriental. Y en la campaña resonó el grito de guerra y se afilaron lanzas y chuzas, porque **la libertad hubo que conquistarla haciéndola flamear en la punta de las tacuaras. [...] Hoy los tupamaros hacemos flamear la libertad del pueblo oriental en la punta de nuestros fusiles**²⁴⁶. (grifos nossos)

²⁴⁵ Depoimento de David Cámpora ao autor da tese, Montevideú, dezembro de 2016; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

²⁴⁶ Manifesto “Al pueblo uruguayo ni lo domina ni lo gobierna la dictadura”, lançado pelo MLN-T em 1971. In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

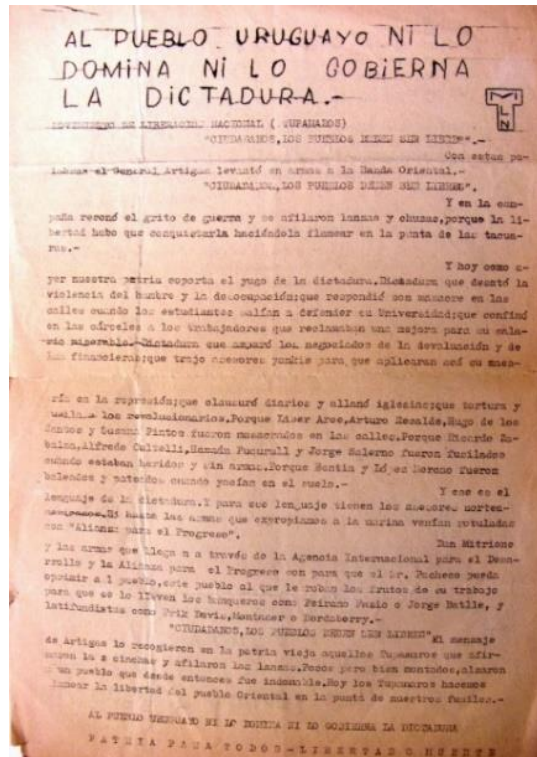


Figura 8 – No Manifesto de 1971, os Tupamaros tentam adotar uma linha de continuidade entre as “tacuaras” de Artigas e os “fusiles”.

Por mais que se possa associar esse retorno ao passado com as características de certa esquerda romântica, sobre as quais já discorreremos no capítulo 1, parece-nos evidente que a guerrilha socialista não volta a Artigas e não busca os símbolos nacionais apenas por um cacoete passadista e nostálgico. A dura realidade presente apontara a necessidade de se abandonar qualquer ilusão em relação à burguesia nacional que, no caso uruguaio (e o padrão foi o mesmo no Brasil, Chile e Argentina), alinhou-se aos militares num projeto de caráter antinacional, apoiado pelos Estados Unidos.

O espaço da luta nacional tinha ficado vazio. Defender a nação já não era uma tarefa burguesa – como na Europa do século XIX –, mas uma tarefa popular. E a esquerda armada tomou em suas mãos essa bandeira, que estava caída no campo da batalha de ideias. Retomamos aqui as formulações de Vivian Trías, parceiro de militância de Raúl Sendic no PS uruguaio, e defensor de um socialismo de caráter nacionalista:

en nuestro tiempo, las sociedades dependientes no pueden lograr su industrialización mediante una revolución capitalista; sus **burguesías han caducado como clases revolucionarias** [...] Hasta que la victoria del socialismo a escala mundial no permita un nuevo salto cualitativo en la expansión de las fuerzas de producción (consideradas em su totalidad universal), el Estado nacional sigue siendo la arquitectura política-jurídica que mejor sirve el crecimiento industrial [...] **La nación es, en nuestra época, la superestructura**

de la segunda revolución industrial y esta no es una tarea burguesa, una realización capitalista, sino popular, proletaria²⁴⁷. (grifos nossos)

Os representantes conservadores perceberam a importância de seguir reivindicando os símbolos do século XIX. A direita uruguaia não abriu mão de também lutar pela imagem de Artigas. Pacheco Areco, depois de passar a presidência para Juan María Bordaberry, havia se transformado em embaixador uruguaio na Espanha franquista e, ao inaugurar um monumento a Artigas em Madrid, no ano de 1975, fez questão de afirmar que o Regulamento de 1815²⁴⁸ fora interpretado de forma equivocada e com “propósitos demagógicos” pela esquerda, ao apresentá-lo como um ato revolucionário:

[...] nada más falso! En eso como en todos los actos de Artigas [...] está presente la lógica de sus pensamientos: supeditación del goce de los derechos al cumplimiento de los deberes y la observancia del respeto al orden establecido!²⁴⁹

Os Tupamaros decidiram disputar essa história com a direita, e lançaram no mesmo ano o manifesto “Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros”. No documento, o MLN-T dizia que era preciso “*retomar la lucha patriótica de Artigas y sus gauchos tupamaros*”, já que a primeira independência na visão dos guerrilheiros não se completou. Isso tornaria necessário “*luchar por la segunda, verdadera y definitiva independencia, no solo de nuestro país, sino de América Latina toda*”²⁵⁰ (grifos nossos).

O texto foi publicado no chamado Ano da Orientalidade, quando o governo uruguaio – presidido por Bordaberry, numa ditadura tutelada pelos militares – comemorava os 150 anos da campanha iniciada pelos 33 Orientales. Naquele momento, a guerrilha se encontrava já derrotada militarmente pela ditadura – com os principais líderes presos, alguns deles em celas solitárias onde passariam vários anos, quase incomunicáveis. Mas a luta simbólica pelo passado não cessava.

Debray havia afirmado, em trecho supracitado, que os Tupamaros se notabilizaram por valorizar a luta coletiva, sem construir lideranças personalistas que se tornaram comuns em outros grupamentos da esquerda latino-americana. Isso talvez fosse verdade no fim dos anos

²⁴⁷ TRÍAS, Vivian. *Aportes para un socialismo nacional*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental/Cámara de Representantes, 1989, pp. 238 e 239.

²⁴⁸ O Regulamento de 1815, assinado por Artigas, previa a distribuição de terras para os mais pobres, inclusive a população de origem indígena e mestiça, gerando tensão junto aos grandes proprietários. Voltaremos ao tema no próximo capítulo.

²⁴⁹ “Discurso inaugural del monumento al General Artigas”, proferido por Pacheco Areco em Madrid, 1975. Apud: COSSE, Isabella; MARKARIAN, Vania. *1975: Año de la orientalidad. Identidad, memoria e historia en una dictadura*. Montevideú: Trilce, 1996.

²⁵⁰ Documento “Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros”, lançado pelo MLN-T em 1975. In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

1960. Mas não é o que se depreende do documento publicado pela guerrilha em 1975. Aqui, fica evidente a tentativa de estabelecer uma linha direta entre Artigas e Sendic. No documento, surgem imagens dos dois líderes, editadas lado a lado, e entre os retratos se reproduz um trecho do Regulamento de Terras de Artigas, de 1815. Assim, Sendic “*se aparecía como el continuador lógico del ideario artiguista por su papel en la formación de los sindicatos rurales en el norte uruguayo*”²⁵¹.

Se os ultraconservadores uruguaios – numa aliança entre civis e militares, que desaguaria em ditadura fardada escancarada a partir de 1976 – lutavam para preservar a imagem de um Artigas a serviço da ordem estabelecida, a esquerda com os Tupamaros à frente tentava retomar a revolução artiguista inconclusa, como fonte de legitimidade para os embates armados no século XX. No capítulo seguinte, pretendemos mostrar como essa disputa pelos heróis e símbolos nacionais se iniciou muito antes de a guerrilha tupamara irromper no cenário político, nos anos 1960 e 1970, permeando a construção da identidade nacional uruguaia ao longo de quase dois séculos – com desdobramentos não só na política, mas também na cultura daquele país.

²⁵¹ NERCESIAN, Inés. “Los ecos de una revolución inconclusa. Artigas y el MLN-Tupamaros”. In: ANSALDI, Waldo; FUNES, Patricia; VILLAVICENCIO, Susana (comp.). *Bicentenario, otros relatos*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2010, p. 176.

CAPÍTULO 3 – ARTIGAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

*“Cuando el presente castigas
cuando el pasado te nombra
para algunos sos la sombra
para nosotros
Artigas
[...]
como es público y notorio
sueñan un sueño de susto
su pesadilla es tu justo
Reglamento Provisorio”*

(**Mario Benedetti**, *Milonga del Oriental*)

Ao reivindicar a figura de Artigas como fonte de inspiração revolucionária na segunda metade do século XX, os guerrilheiros do MLN-T não precisaram erguer um símbolo a partir do zero, mas sim disputar o herói construído desde o século anterior pela elite uruguaia. Quando Raúl Sendic caminhava com os *cañeros* de Bella Unión em direção a Montevideu, antes ainda da criação da guerrilha, nas marchas de trabalhadores sobre as quais falamos no capítulo anterior, a imagem de Artigas já se encontrava ali, a inspirar os *peludos* que erguiam cartazes do libertador. Ele era visto como o líder histórico dos homens do campo, que teria lutado para construir um Uruguai mais justo.

Logo depois, como já mostramos, o nome de Artigas surgiria nos documentos, nos panfletos e periódicos publicados pelos Tupamaros. Os guerrilheiros se apresentavam como continuadores da luta artiguista:

La parábola artiguista permitía, además, reforzar el sentimiento de nación desde una perspectiva latinoamericana, y encontrar un hilo de continuidad entre el accionar del MLN y aquella “revolución inconclusa”. En el ideario de Artigas el MLN encontraba contenidos de democracia radical, autogobierno, libertades civiles, primacía de la ley y propósitos de justicia social plasmados en su avanzado proyecto agrario²⁵².

Lembremos que os revolucionários russos, em 1917, não buscaram legitimidade nos heróis do passado, até porque seria difícil invocar Pedro, o Grande, ou Catarina II como fontes

²⁵² ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada – ideología, ética e identidad en el MLN/Tupamaros*. Montevideu: Mastergraf, 2016, p. 143.

de inspiração para a revolução socialista. Criaram um Estado novo, com um líder fundador, Lênin, que teve seu corpo embalsamado e transformado em máxima inspiração da União Soviética revolucionária.

Já os guerrilheiros uruguaios – inscritos na tradição socialista, mas distantes da linha bolchevique – não inventaram um herói novo; ao contrário, tentaram se apropriar da simbologia do passado. Artigas era um emblema tão forte que a guerrilha tupamara, em busca do *homem novo* louvado por Guevara, aceitava mirar para um herói velho.

Desde a segunda metade do século XIX, a memória de Artigas tinha sido cuidadosamente construída nas escolas, nos livros didáticos, nos hinos entoados em datas comemorativas. Era, também, uma imagem desenhada nas telas e esculpida na pedra. Como veremos nas páginas seguintes, arte e história caminharam juntas e ajudaram a criar a mística do herói fundador, oferecendo até um rosto em que a nação pudesse se reconhecer.

3.1 Sonho feito de pedra: a criação de um mito



Figura 9 – Monumento a Artigas, na Plaza Independencia, em Montevideú.

O enorme monumento de pedra domina completamente a cena na principal praça de Montevideú. A figura de José Artigas sobre o cavalo surge emoldurada, ao fundo, pela sede histórica da presidência da República uruguaia; e, bem ao lado desta última, está o moderno edifício de vidro onde agora se encontram os gabinetes de trabalho do poder executivo. Não há outros personagens homenageados na esplanada cívica: na Plaza Independencia, Artigas é o símbolo máximo, o pai da pátria.

Nas escolas públicas e nos eventos oficiais no Uruguai, costumava-se cantar, ao longo do século XX, o Hino a Artigas, que começa com a seguinte estrofe:

Padre Nuestro/
 Señor de nuestra tierra/
 Verbo de la gloria/
 Para la historia un genio, para la patria un dios.

Um Estado laico como o uruguaio, que desde o período do *batllismo*²⁵³ buscara consolidar uma imagem liberal, ao mesmo tempo abria espaço para referências ao *padre nuestro* e ao *dios Artigas*, numa espécie de religião civil construída de cima para baixo: “*Artigas, multiplicado durante décadas por miles y miles gracias a la pasión por el bronce desplegada persistentemente por las autoridades, emergió como elemento de orgullo y religión nacional*”²⁵⁴.

Estamos diante do clássico processo de elaboração de narrativas a que se refere Elisabeth Jelin, em *Los trabajos de la memoria*²⁵⁵. A autora indica que a construção da memória é sempre resultado de luta política, e refuta interpretações mais simplistas que valorizam apenas a luta contra o esquecimento. Na maior parte das vezes, diz ela, a luta não é essa:

Las consignas pueden en este punto ser algo tramposas. La “memoria contra el olvido” o “contra el silencio” esconde lo que en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales (cada una de ellas con sus propios olvidos). Es en verdad “memoria contra memoria”²⁵⁶.

Nos combates simbólicos pelo passado, portanto, não se trata de opor memória a esquecimento, mas sim memória contra memória: essa é a luta central. Jelin lembra que essa disputa fica muito evidente nos processos de formação dos estados nacionais na América Latina, ao longo do século XIX. É a época em que se constroem os “grandes relatos” da nação: ao mesmo tempo em que se projetam os símbolos pátrios, monumentos e panteões dos heróis nacionais, elabora-se também a própria identidade nacional.

É o que a autora chama de “narrativas canônicas”, destacando que em contrapartida a elas sempre surgem outros relatos, seja na forma de narrativas privadas ou de práticas de resistência ao poder. Ao longo do tempo, diz Jelin, esses relatos alternativos oferecem outras narrativas do passado, “*amenazando el consenso nacional que se pretende imponer*”²⁵⁷.

²⁵³ Como vimos no capítulo 2, o termo faz referência ao período de consolidação do Estado nacional uruguaio, nas primeiras décadas do século XX, sob a liderança do presidente José Batlle y Ordóñez.

²⁵⁴ YAFFÉ, Jaime. “La izquierda uruguaya y el pasado revolucionario oriental – una leyenda roja del artiguismo?” In: FREGA, Ana e ISLAS, Ariadna (coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001, p. 412.

²⁵⁵ JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno editores, 2000.

Nessa obra, a pesquisadora argentina busca refletir sobre as conexões entre memória e história a partir de um contexto bem específico: a retomada da democracia nos países do Cone Sul, nos anos 1980, e as disputas pelo passado na Argentina, Chile, Brasil e Uruguai. O recorte temporal e geográfico não impede a autora de trazer aportes mais amplos, retomando interpretações de Paul Ricoeur, Tzvetan Todorov e Michael Pollak, entre outros.

²⁵⁶ JELIN, Elisabeth. Op. cit., p. 6.

²⁵⁷ Idem, ibidem, pp. 40 e 41.

3.2. Identidade uruguaia: três momentos decisivos

O uruguaio Gerardo Caetano é um dos que se debruçam sobre o tema da identidade nacional e do papel legitimador que o passado pode exercer nas batalhas políticas do presente. Caetano adota a perspectiva – à qual também nos filiamos – de advertir sobre “*los peligros y la infecundidad de las interpretaciones esencialistas de la nación, priorizándose en cambio los enfoques que destacan la ‘construcción’ o ‘invención’ – renovables – de toda identidad colectiva*”²⁵⁸. Ou seja, parte-se da ideia de que a nação, seja ela qual for, não está dada a princípio, mas é fruto de uma construção identitária, a partir de elementos do passado – conforme elaborações já apresentadas no capítulo 1 desta tese.

É o que leva, por exemplo, Benedict Anderson a se referir às nações como “comunidades imaginadas” – e isso não as transforma em entes “falsos”: a construção se dá efetivamente, e a nação assim pode ser vista não como algo pré-existente que é necessário “descobrir” (esta já seria outra perspectiva, mais *essencialista*), mas como invenção de um sistema de relatos e mitos que acaba por envolver boa parte da sociedade.

A partir dessas premissas, Caetano procura mostrar como se elabora a ideia de nação no Uruguai, em três momentos decisivos: nas guerras de independência da primeira metade do século XIX; no momento de afirmação do Estado liberal, ao fim do Dezenove; e nas três primeiras décadas do século XX, quando se consolida o Uruguai moderno sob o *batllismo*.

No início do capítulo 2, lembramos a atuação de Artigas até o momento em que comandou o chamado “êxodo” para o interior, por não aceitar o tratado que Buenos Aires assinara com as facções dominantes em Montevideú – dispostas, àquela altura, a manter toda a banda oriental como parte do império espanhol. Nos anos seguintes, ele seguiria tendo papel preponderante no processo político do Prata.

Em 1812, Artigas manteve reunidos cerca de 12 mil homens, às margens do rio Uruguai, e se aproximou de outros importantes líderes da região, expandindo sua influência para as províncias que procuravam se contrapor ao projeto centralista de Buenos Aires. Nesse período, editou dois textos fundamentais: as chamadas Instruções de 1813 e o Regulamento de Terras de 1815.

Em 1813, Buenos Aires havia convocado deputados de diversas províncias para integrar uma Assembleia Constituinte do novo Estado independente, que pretendia reunir distintas regiões até então vinculadas ao Vice-Reinado do Prata. Em 5 de abril de 1813, os orientais, sob

²⁵⁸ CAETANO, Gerardo. “Identidad nacional e imaginario colectivo em Uruguay. La síntesis perdurable del centenario.” In: CAETANO, Gerardo; ACHUGAR, Hugo (comp.). *¿Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* Montevideú: Ediciones Trilce. 1992, p. 77.

liderança de Artigas, reuniram-se e apresentaram a seus deputados as Instruções, com os pontos que deveriam ser defendidos na Assembleia em Buenos Aires:

las propuestas fundamentales eran independencia, república, democracia liberal y federación. La primera significaba la ruptura total con España. La segunda y la tercera, el establecimiento de un sistema de gobierno similar al de Estados Unidos; la cuarta, el reconocimiento de la 'soberanía de los pueblos' a través del establecimiento de un gobierno autónomo para cada provincia y otro central compuesto por delegados de todas ellas²⁵⁹.

As Instruções foram rechaçadas em Buenos Aires, o que provocou conflitos cada vez mais agudos entre as forças organizadas nas duas margens do rio da Prata²⁶⁰. A disputa entre os dois projetos antagônicos logo transbordou para guerra aberta. As tropas de Artigas obtiveram vitória importante em janeiro de 1815, levando à instalação de um governo autônomo em Montevideú. Artigas foi proclamado *protector de los pueblos libres* e liderou a Liga Federal que reunia Corrientes, Entre Rios, Misiones, Santa Fé, Córdoba, além da própria província Oriental. O projeto artiguista de uma Confederação no Prata parecia se consolidar:

Tratava-se de uma confederação, pois previa relações entre partes independentes entre si [...] Esse projeto surgia como mais uma dentre as várias soluções políticas da época, igualmente incapaz de formar um Estado estável e de limites de jurisdição plenamente definidos [...] a confederação artiguista era uma das modalidades possíveis²⁶¹.

O brasileiro João Paulo Garrido Pimenta, que estuda os vários projetos de nação e Estado que disputavam espaço naquele momento de crise dos impérios ibéricos na América do Sul, ressalta que ao fim da longa contenda nenhuma ideia acabou por se impor de forma absoluta. Nem os espanhóis e portugueses conseguiram trazer de volta a velha ordem colonial, nem os portenhos dominaram a banda oriental sob um estado unitário, e tampouco Artigas e outros líderes de províncias conseguiram organizar a sonhada Confederação no Prata: “nenhuma dessas possibilidades inscritas corresponderia aos posteriores limites de jurisdição de qualquer futuro Estado nacional”²⁶².

Artigas não era temido, àquela altura, apenas por representar um projeto de Estado em desacordo com os interesses centralistas de Buenos Aires. Uma das primeiras ações do novo governo comandado por ele, ao se instalar em Montevideú, foi editar o chamado Regulamento

²⁵⁹ NAHUM, Benjamín. Op. cit., pp. 16 e 17.

²⁶⁰ O artiguismo apostava na ideia de um governo autônomo na província oriental, que estaria sediado em Guadalupe de los Canelones, e cuja Constituição teria como modelo a do estado norte-americano de Massachusetts. Do lado portenho, ganhava força o centralismo mais duro, com a nomeação de um diretório que já em 1814 declarava Artigas “traidor da pátria” e tentava subordinar a província oriental ao status de simples intendência (Cf. PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 114 a 118).

²⁶¹ PIMENTA, João Paulo Garrido. Op. cit., p. 124.

²⁶² Idem, ibidem, p. 124.

de Terras de 1815, que previa a divisão de propriedades e a distribuição de gado, rompendo assim o domínio dos grandes proprietários sobre as principais riquezas da região. Entre as justificativas da lei estava o princípio de que “*los más infelices serán los más privilegiados*”²⁶³ – uma ideia que a esquerda uruguaia irá várias vezes trazer de volta como inspiração para os combates da segunda metade do século XX.

A elite agrária passou a associar Artigas à “anarquia no campo”, por dar poder, armas e terras para populações até então acostumadas apenas a obedecer. É o que nos indica Ana Frega, ao recuperar registros deixados por grandes proprietários:

Julián de Gregorio Espinosa, importante hacendado de Soriano, alertava sobre la ‘brecha irreparable’ que se estaba produciendo. Em carta dirigida al gobierno de Buenos Aires a comienzos de 1812, al referir el pasaje de las familias por sus campos describió que un “entusiasmo frenético de la libertad, o más bien un espíritu de pillaje” se había apoderado de “aquellas gentes”, que empezaron “a mirar como enemigos a todo europeo que podían desnudar”²⁶⁴.

Em 1815, outro homem poderoso da região, Nicolás Herrera, manifestava sua preocupação com essa revolução que “*vino a dividir entre sí a los blancos*” (ele se refere ao fato de que alguns brancos se viam como europeus, fiéis à Espanha, e outros como americanos, que desejavam a autonomia) e abriu espaço para “*el odio del populacho y la canalla*”. Sob o “dogma da igualdade”, lamentava Herrera, se havia estabelecido “*una guerra entre el pobre y el rico, el amo y el señor, el que manda y el que obedece*”²⁶⁵.

Em suma, disseminava-se, na elite, o medo de que a revolução política se transformasse numa revolução social. Contra Artigas, formou-se então uma aliança reunindo Buenos Aires e parte da elite agrária da banda oriental. Esses grupos pediram a interferência do império português: no início de 1817, as tropas de Dom João VI invadiram a região e instalaram novo governo em Montevideú, obrigando Artigas a recuar de novo para a área rural. Lutando ao mesmo tempo contra Portugal e Buenos Aires, ele acabou derrotado depois de longa resistência; em 1820, exilou-se no Paraguai, onde morreria três décadas depois, sem jamais retornar à sua terra.

Em 1821, a região foi incorporada ao Reino de Portugal, sob o nome de Província Cisplatina. Mas as autoridades lusitanas, e depois as brasileiras, tiveram que enfrentar novo conflito. Em 1825, um pequeno grupo de expedicionários com não mais do que quarenta homens (e que ficariam conhecidos como 33 Orientales) desembarcou na região iniciando nova campanha pela independência, a *cruzada libertadora*. Em 25 de agosto daquele ano, os rebeldes

²⁶³ Cf. NAHUM, Benjamín. Op. cit., p. 18.

²⁶⁴ FREGA, Ana. “La vida política”. In: CAETANO, Gerardo (dir.) *Uruguay – revolución, independencia y construcción del Estado (1808-1880)*. Montevideú: Planeta/Fundación Mapfre. 2016, pp. 44 e 45.

²⁶⁵ Idem, ibidem, p. 52.

comandados pelo antigo chefe artiguista Juan Antonio Lavalleja proclamaram a independência da banda oriental do Uruguai, que se integrou de início às Províncias Unidas do Rio da Prata.

A guerra com os portugueses ainda se alongou; ao mesmo tempo, o processo de independência oscilava entre a incorporação à federação de províncias ou a independência total. A segunda opção parecia interessar mais aos britânicos, na medida em que evitaria que um novo Estado nacional, com sede em Buenos Aires, tivesse o controle dos dois lados do estuário do Prata. E foi com a mediação da Inglaterra que se assinou a paz definitiva, em 1828. Dois anos depois, em 18 de julho de 1830, foi jurada a Constituição que marcava o nascimento do Uruguai como República independente.

O país ainda passaria por longos períodos de instabilidade, em que facções opostas de Colorados e Blancos (comandadas, respectivamente, por Fructuoso Rivera e Manuel Oribe) se enfrentaram em guerras civis, com alianças que envolviam o Brasil, a Província de Buenos Aires governada por Juan Manuel de Rosas e os adversários deste último²⁶⁶. Enquanto ocorriam os embates entre Blancos e Colorados, outro conflito se desenhava:

Desde el punto de vista social, el nuevo país tenía um dualismo insoluble: Montevideo-campana. La ciudad europeizada frente a una campaña semi-bárbara, la ciudad comerciante frente al campo productor, eran rasgos generadores de una aguda hostilidad²⁶⁷.

No campo, reinava o ódio à autoridade, sempre repressiva (fosse ela espanhola, portenha, portuguesa ou brasileira): era da cidade que vinham ordens, regulamentos e travas à liberdade. A cidade, por sua vez, via o campo como “*sede de barbarie, y el gaucho como residuo del indígena salvaje que debía desaparecer para que la ‘civilización’, que entendía representar, se asentara definitivamente en el país*”²⁶⁸.

²⁶⁶ O general Fructuoso Rivera foi o primeiro presidente eleito da nova república do Uruguai, em 1830, e enfrentou muita instabilidade desde o início. Em 1835, foi sucedido no poder por Manuel Oribe, que havia atuado ao lado de Lavalleja na campanha dos 33 Orientales. Diversos incidentes levaram a uma rebelião comandada por Rivera, em 1836. Este último adotou uma faixa colorada como identificação de suas tropas, enquanto as tropas que se reuniram para defender Oribe adotaram a divisa branca. Daí nasceriam depois os dois partidos que existem até hoje no Uruguai: os Colorados se apoiavam nos unitários argentinos, com quem compartilhavam “*una común ideología liberal y europeizada*”; já os Blancos (que depois passariam a se identificar como Partido Nacional, em oposição aos adversários tidos como mais cosmopolitas), contavam com apoio do governador de Buenos Aires, o caudilho Juan Manuel de Rosas.

Entre 1839 e 1851, o conflito evoluiu para a chamada Guerra Grande e, nesse ínterim, o Uruguai chegou a ter dois governos: Montevideu ficou sob comando de Rivera e dos Colorados, enquanto Oribe e os Blancos governavam a partir de Cerrito (localidade próxima a Montevideu), apoiados por Rosas e se proclamando defensores da independência frente à coalizão dos Colorados com ingleses e franceses.

(Ver: NAHUM, Benjamín. Op. cit., pp. 31 a 35).

²⁶⁷ NAHUM, Benjamín. Op. cit., p. 28.

²⁶⁸ Idem, ibidem, p. 28.

Gerardo Caetano, e voltamos agora ao tema da construção nacional, lembra que nesse período inicial de guerras – primeiro contra outras potências, e depois entre Colorados e Blancos – não havia ainda a ideia de nação, nem imaginários comuns:

primaba la indefinición de fronteras en múltiples dimensiones jurídicas, políticas, económicas, culturales. El pasado – sobre todo a partir de los legados conflictivos del ciclo artiguista – no encontraba traducción en relatos mínimamente consensuales, al tiempo que el olvido – ese otro factor esencial en la formación de toda nación, como ha dicho Renan – tampoco era posible²⁶⁹.

Recuperando esse contexto, Caetano defende a tese de que, no Uruguai, a criação do Estado precedeu a ideia de nação: “*Uruguay nació antes que los uruguayos*”. Ou seja, naquele período de instabilidade, a elite uruguaia dedicou-se a construir o Estado para que, só depois, nas três décadas finais do século XIX, se passasse à elaboração da identidade nacional. Para estudiosos do nacionalismo – como Eric Hobsbawm e Ernest Gellner – esse movimento é uma constante no mundo, e não uma especificidade uruguaia: “*las naciones no construyen estados y nacionalismos, sino que ocurre al revés*”²⁷⁰.

Quando as lutas entre Colorados e Blancos cessaram, aí sim foi possível caminhar para a segunda fase de construção nacional – que Gerardo Caetano caracteriza como “*modernización y primer imaginario nacionalista*”. Foi nessa fase que a elite liberal, que consolidava seu domínio sobre o Estado, passou a elaborar um sistema de mitos fundacionais. Esse movimento se deu, sobretudo, a partir dos anos 1870, como lembra Ana Frega:

En la década de 1870, se dieron pasos significativos para la construcción de una imagen fundacional de la nación. La guerra de independencia frente a Brasil se exaltó a través de la pintura - el óleo de gran porte de Juan Manuel Blanes titulado *El Juramento de los 33 Orientales* –, la inauguración em 1879 de un monumento en el lugar donde se había declarado la independencia en 1825 y la lectura en esa ocasión del poema de Juan Zorrilla de San Martín titulado *La leyenda patria*. En el plano educativo, a su vez, se impulsó la “educación del pueblo”. José Pedro Varela, en su obra *La legislación escolar* (1876) remarcó que la paz y la educación eran las garantías para el desarrollo de las “fuerzas vivas” y la “consolidación de nuestra nacionalidad”²⁷¹.

Citado por Frega como um dos construtores da nação no fim do século XIX, José Pedro Varela não se concentrou apenas em escrever sobre Educação. Além de se dedicar ao debate de

²⁶⁹ CAETANO, Gerardo. “Identidad nacional e imaginario colectivo em Uruguay. La síntesis perdurable del centenario.” In: CAETANO, Gerardo e ACHUGAR, Hugo (comp.). *¿Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* Montevideo: Ediciones Trilce, 1992, p. 82.

²⁷⁰ Idem, ibidem, p. 81.

²⁷¹ FREGA, Ana. “Las claves del período”. In: CAETANO, Gerardo (dir.) *Uruguay – revolución, independencia y construcción del Estado (1808-1880)*. Montevideo: Planeta/Fundação Mapfre. 2016, pp. 28 e 29.

ideias, ajudou a implantar a reforma educacional que foi marca central desse Uruguai que se consolidava como Estado nacional²⁷².

Educação pública e universal foi uma das bases do projeto que se consolidaria nas três primeiras décadas do século XX. Em 1903, chegou ao poder o colorado José Batlle y Ordóñez. Antes de se consolidar plenamente, ainda enfrentou uma última guerra civil – lutando contra as tropas do caudilho *blanco* Aparicio Saravia. Em 1904, com a morte de Saravia após ferimento em combate e a posterior rendição dos homens que ele liderava, iniciou-se o longo período de estabilidade e modernização conhecido como *batllismo*.

Essa modernização liberal teria seu apogeu na chamada “Década del Centenario”, ou seja, nos anos que levam até 1930, quando o país completaria um século de vida independente: “*Los fastos de ese ‘super aniversario’ nacional ofrecieron una ocasión propicia para constatar la fuerte hegemonía de esa nueva síntesis de identidad uruguaya*”²⁷³. Agora já não havia um país dividido entre Blancos e Colorados – em guerras permanentes. Mas um Uruguai mais estável, urbano, e com um projeto de educação pública universal.

Entre muitas fontes possíveis para atestar a construção dessa identidade, Caetano cita o *Libro del centenario del Uruguay* – obra oficial comemorativa, editada por particulares mas com a chancela do Estado. Ali, estão plasmadas ideias-força do Uruguai *batllista*: o culto ao progresso, à liberdade desde uma perspectiva liberal e à imagem de um país aberto ao mundo, cosmopolita e sob influência europeia.

Um trecho do texto de abertura do livro, editado em 1925, dá uma noção do pensamento hegemônico naquele Uruguai que, lembramos nós, seria sede da primeira Copa do Mundo de futebol, em 1930, sagrando-se campeão diante de sua torcida, numa final contra a Argentina, no recém-inaugurado estádio Centenário em Montevideu:

²⁷² Em 1868, Varela participou ativamente da fundação da Sociedade de Amigos da Educação Pública – que se consagrou a fundar escolas e bibliotecas, a organizar cursos para adultos e a editar obras pedagógicas. Uma dessas obras, assinada pelo próprio Varela, foi *La educación del pueblo*, em que propunha a educação como projeto de Estado e como base para um elemento também novo na organização da sociedade: o voto direto exercido pelos cidadãos. Dizia Varela: “*El sufragio universal supone la conciencia universal y la conciencia universal supone y exige la educación universal*”. A partir de 1875, ele ocupou vários cargos – primeiro na capital Montevideu, depois no governo nacional – implantando um sistema de educação pública no país. Em 1877, o Uruguai criou uma Direção Geral de Instrução Pública, inspirada nos princípios varelianos. O governo ainda adotou a obrigatoriedade do ensino da religião católica nas escolas – contrariando a ideia de escola laica defendida por ele. Apesar da divergência, Varela foi nomeado inspetor nacional de educação, posto-chave para implantação da reforma educacional – “*que le permitió, por ejemplo, ‘interpretar’ el carácter obligatorio de la enseñanza de la religión, respetándolo pero limitándola a no mas de quince minutos diarios*” (PERUCHENA, Lourdes. “La cultura y sus tendencias”. In: CAETANO, Gerardo (dir.); FREGA, Ana (coord.). *Uruguay – revolución, independencia y construcción del Estado (1808-1880)*. Montevideu: Planeta/Fundación Mapfre. 2016, p. 247).

²⁷³ CAETANO, Gerardo. “Identidad nacional y imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario.” In: CAETANO, Gerardo e ACHUGAR, Hugo (comp.). *¿Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* Montevideu: Ediciones Trilce, 1992, p. 86.

Tierra de realización y de **progreso** [...] es el Uruguay, cuyo **porvenir** es inmensamente grande y auspicioso. Con amplias costas al océano Atlántico [...] está en **contacto permanente con todas las naciones civilizadas** del mundo, recibe de ellas la influencia renovadora del pensamiento y **cultura universal** y marcha con ritmo palpitante de **pueblo joven**²⁷⁴. (grifos nossos)

Importante observar as expressões grifadas no trecho acima, que resumem a ideologia nacional daquele Uruguai *batllista*. As ideias centrais são o progresso e o futuro (“*porvenir*”). Não interessa olhar para as tradições, nem para dentro. O que se destaca é o contato permanente com as nações *civilizadas*. O Uruguai tem um “*pueblo joven*”, que se volta para o mundo “*con ritmo palpitante*”.

Curioso ver um país pequeno, do ponto de vista territorial, apresentar-se ao mundo com uma autoimagem tão grandiosa. Os editores da obra comemorativa falam de “*amplias costas*” no oceano Atlântico e de um futuro “*inmensamente grande*”. É a síntese de um país otimista. A década do centenário representa, assim, o “*apogeo de esa nueva síntesis de identidad colectiva*”²⁷⁵.

O cosmopolitismo e a abertura “para fora” eram marcas decisivas do *batllismo* – que de alguma forma significava uma superação do Uruguai *gaucho*, agrário e tradicional. Essa abertura era uma forma também de integrar à nação milhares de imigrantes europeus (italianos e espanhóis principalmente, mas também famílias vindas do Leste Europeu), que haviam chegado ao país na virada do século, constituindo a massa de trabalhadores que se concentrou mais na capital.

O livro editado às vésperas do centenário da independência adotava um tom claramente anti-indígena, comemorando o fato de o Uruguai ser o único país da América do Sul que já não continha em seu território nenhum núcleo populacional originário. Essa característica era valorizada pelos editores, afirma Caetano, porque “*ampliaba las bases del cosmopolitismo y mejoraba nuestra condición cultural al hacerla más receptiva a los valores universales*”²⁷⁶.

Era a própria síntese de um Uruguai que, alguns anos mais tarde, a esquerda tentaria demolir, recorrendo à simbologia nacional e apontando – contra as elites cosmopolitas de Montevideu – as velhas lanças de Artigas e seus tupamaros.

²⁷⁴ Trecho do *Libro del centenario del Uruguay*, obra coletiva editada em 1925 (Apud: CAETANO, Gerardo. Op. cit., pp. 87, 88 e 89).

²⁷⁵ CAETANO, Gerardo. Op. cit., p. 86.

²⁷⁶ Cf. CAETANO, Gerardo. Op. cit., p. 88.

3.3 Reação conservadora: o país “autêntico”

É fundamental ressaltar que, no mesmo período em que a elite uruguaia consolidava seu projeto liberal, tomava corpo nas duas margens do Prata outro movimento de ideias que marcaria a história da região. Nas primeiras décadas do século XX, enquanto uruguaios e argentinos implantavam estados laicos – que valorizavam a educação pública, a abertura para a *civilização* (leia-se, Europa) e o cosmopolitismo –, foi gestada nos dois países uma reação *nacionalista* e localista. É o que destaca Hebert Gatto:

En la Argentina y en grado menor en el Uruguay, el nacionalismo como movimiento ideológico definido se manifestó en las décadas iniciales del siglo XX, una vez que el estado hubo concluido la difícil constitución de la nación²⁷⁷.

Trata-se de um movimento inicialmente marcado por ideias profundamente conservadoras, mas que mais à frente acabariam por se incorporar também ao pensamento da esquerda nacionalista, tanto na Argentina como no Uruguai. De certa forma, manifestava-se aqui a eclosão de aspectos recalcados pelas derrotas da *hispanidad*, frente ao avanço da influência anglo-saxã após a independência. Esse conservadorismo nacionalista no Prata recuperou as tradições do campo, alinou-se com o catolicismo tradicionalista e com o chamado hispanismo.

Derrotado na política e no projeto de Estado nacional que se consolidava, o nacionalismo reacionário e antiliberal avançou no campo das ideias. Formulado com mais clareza e mais virulência do lado argentino²⁷⁸, esse tipo de pensamento avançou também na margem uruguaia do Prata, em absoluta oposição às linhas teóricas que davam sustentação ao *batllismo*, e ajudou a formar a base doutrinária do Partido Nacional, rival dos Colorados desde o século anterior:

El nacionalismo [...] estuvo presente como uno de los rasgos definitorios del Partido Nacional, el que en su misma y tardía denominación reconoció esa extracción, aunque no fue esa la única que lo caracterizó. Apoyado en el pensamiento español de la época y en el legado de esa nación de este lado del río, reconoció como el máximo líder oriental a José Artigas y, luego de la independencia, a Manuel Oribe como su primer representante emblemático²⁷⁹.

²⁷⁷ GATTO, Hebert. *El cielo por asalto – el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) y la izquierda uruguaya (1963-1972)*. Montevideo: Taurus, 2004, p. 278.

Gatto mostra que esse movimento conservador no Prata (voltaremos ao tema nos capítulos 4 e 5, ao tratar da Argentina) sofreu influência de autores do romantismo alemão (Herder e Fichte), bem como da ideologia contrarrevolucionária francesa representada por De Maistre e Bonald.

²⁷⁸ Sobre a direita nacionalista e conservadora argentina, ver: BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola/História Social-USP, 1999.

²⁷⁹ GATTO, Hebert. Op. cit., p. 286.

Hebert Gatto refere-se acima a uma “tardia denominação” do Partido Nacional, porque, no século XIX, os seguidores de Oribe definiam-se simplesmente como Blancos. No século XX, o caráter nacionalista da legenda se afirmou, agora sob a liderança de Luis Alberto de Herrera – um homem que, além da defesa da soberania nacional, exaltou sempre “*la nación, la vida rural, los valores ascéticos y sin florituras del hombre del campo y el alerta frente a la influencia extranjera sin control*”²⁸⁰.

Havia também um nacionalismo colorado, *batllista*, mas este partia de um conceito de nação que “*construye su imaginario anclándolo en sucesos externos de valoración universal, abriéndose a las influencias de culturas extranjeras que entiende positivas para reforzar la civilidad*”. Já o nacionalismo *blanco* era mais *essencialista*, conforme conceito que desenvolvemos algumas páginas antes, e partia da ideia de uma nação pré-existente que se deveria resgatar do passado, orientando-se por um romantismo de raiz rural:

concibiendo a sus actores en términos de paisano, gaicho o criollo viejo, a los que enmarcó en llanuras dilatadas, ríos generosos y naturalezas impositivas. Un contexto telúrico que seguramente no habría agradado a Karl Marx, como, por iguales razones, más tarde no gustó a Emilio Frugoni²⁸¹.

Gatto deixa claro que essa forma *blanca* de conceber a nação não encontrou, a princípio, acolhida nos partidos de base marxista que se formaram no Uruguai no começo do século XX: o Partido Socialista dirigido por Frugoni e o Partido Comunista Uruguaio. Pouco a pouco, no entanto, o nacionalismo de raiz localista seria assimilado pela esquerda no Prata. Na Argentina, constituiu-se a chamada esquerda nacional. Do lado uruguaio, destacaram-se a partir dos anos 1950 os trabalhos de Alberto Methol Ferré, Roberto Ares Pons e, especialmente, do já citado Vivian Trías – que fazia o duplo papel de líder político do PS e intelectual nacionalista, com influência na formação do principal líder tupamaro, Raúl Sendic.

Ao partir ao encontro do passado nacional, a esquerda uruguaia não poderia deixar de lutar por um personagem que, na segunda metade do século XX, estava já consolidado como grande símbolo da pátria: Artigas. Ele, no entanto, não era apenas um. Havia muitos Artigas em disputa, em longas batalhas simbólicas travadas desde o século XIX.

²⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 287.

²⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 288 e 289.

3.4 Glória e sombra: combates pela história

Como toda disputa pela memória, a que se dá em torno do líder das guerras pela independência baseia-se em relatos seletivos: “*Construir un conjunto de héroes implica opacar la acción de otros*”, lembra-nos Elisabeth Jelin²⁸². E nesse caso não se tratava apenas de disputa discursiva ou historiográfica. Mas de luta efetiva pelo espaço público.

Para que Artigas ganhasse destaque na praça central de Montevideú, com o monumento de pedra já citado no início da seção 3.1, ao menos um herói foi obrigado a se retirar para as sombras. Em 1881, o parlamento uruguaio havia decidido erguer outra estátua, no mesmo local, em homenagem a Joaquín Suárez. Ele tinha lutado nas primeiras batalhas de independência na década de 1810 (Paso del Rey e Las Piedras), e possuía uma característica que o transformava num herói desejável: quando a luta de independência contra luso-brasileiros e portenhos derivou para uma guerra civil entre facções opostas (que logo dariam origem aos partidos Blanco e Colorado), Suárez se retirou da vida pública. Era, portanto, um herói que em tese poderia pacificar o país, acima das paixões facciosas. O historiador Carlos Demasi explica que, até os anos 1880, não havia no Uruguai o conceito de herói cívico:

no había héroes al comienzo de la vida Independiente y las figuras que posteriormente encarnaron el ideal heroico, como Rivera, Lavalleja o el mismo Artigas, si bien fueron objeto de importantes honras fúnebres, no adquirieron la jerarquía de ‘héroe nacional’ al momento de su muerte²⁸³.

Em 1878, do outro lado do Prata, os argentinos haviam repatriado os restos de San Martín, o que certamente explica por que o Estado uruguaio se empenhou em construir a imagem de Suárez como herói do povo oriental. O deputado José Candido Bustamante, que fez na tribuna parlamentar a defesa do monumento para Suárez, destacou que ele não deveria figurar entre os heróis guerreiros fundadores de nacionalidades, como Bolívar e Washington, mas entre os heróis civis. Suárez era uma figura supostamente acima dos partidos, com a qual tanto Blancos como Colorados poderiam identificar-se.

Estadista “*sabio, valiente y honrado*”; adversário tenaz da guerra civil. Essas as características destacadas por Bustamante e aceitas por seus pares no Parlamento. Em 1881, essa soma de virtudes colocava Suárez “*en un lugar de privilegio en la jerarquía histórica, por encima de Artigas*”²⁸⁴.

²⁸² JELIN, Elisabeth. Op. cit., p. 40.

²⁸³ DEMASI, Carlos. “Héroes civiles y héroes guerreros: la fugaz apoteosis de J. Suárez”. In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.), op. cit., pp. 88 e 89.

²⁸⁴ Idem, ibidem, p. 97.

A glória de Suárez, no entanto, revelou-se extremamente fugaz. O monumento em sua memória demorou a ser erguido no lugar nobre da Plaza Independencia. E, poucos anos depois, já em 1905, decidiu-se transferi-lo para outro local, afastado do centro de Montevideú, abrindo-se assim o cenário principal para a entrada em cena de Artigas – que até hoje permanece na praça, dominante, como “pai da pátria”.

Demasi tenta encontrar os motivos que teriam levado a essa substituição de heróis. Conclui que “*el suarismo ha perdido capacidad de argumentar contra el artiguismo*”. Suárez, que em 1881 era apontado como um líder combativo, mas que se colocava acima das paixões partidárias, pouco a pouco passou a ser identificado explicitamente com o Partido Colorado. E, assim, preferiu-se apostar na imagem de Artigas como o líder a ser exaltado por sua equidistância dos bandos tradicionais:

la sustitución de una figura heroica por la otra no parece deberse al triunfo de la “verdad histórica” ni a la sustitución del predominio de una perspectiva “partidista” por una perspectiva “verdaderamente nacional”. Creo que hay una profunda mutación de la identidad nacional oculta detrás de este cambio, y que el estudio de la construcción de los héroes es uno de los pocos caminos que hacen accesible su comprensión²⁸⁵.

O fato é que o fugaz herói civil Suárez, que se tentou construir desde o Parlamento em 1881, acabou obscurecido por Artigas no início do século XX. Naquele momento, na virada do século XIX para o XX, o Uruguai buscava livrar-se de mais de cinquenta anos de rebeliões e guerras de facções que haviam oposto Blancos e Colorados.

A paz entre os partidos, obtida em abril de 1872, parecia indicar que as duas forças poderiam construir um campo comum, para institucionalizar as lutas políticas. Menos de vinte anos depois, entretanto, o otimismo se desfez: Aparicio Saravia, caudilho *blanco*, comandou em 1897 nova rebelião armada. Tudo que parecia consolidado desmoronou sob o peso de mais uma confrontação armada: “*Las viejas fronteras partidarias volvían al primer plano, y la integración nacional parecía de nuevo como un objeto lejano [...] Es decir, se comenzaba nuevamente desde cero*”. Saravia, como já vimos, ainda comandaria outra guerra civil, entre 1903/1904, a última antes do *batllismo* se consolidar.

Por isso, afirma Demasi, na primeira década do século XX se retomou o processo de construção dos relatos do passado nacional, mas agora sob uma imagem incontestada: “*Ahora Artigas pasará a ser ‘nuestro héroe máximo’, sin ninguna comparación con cualquier otro*

²⁸⁵ DEMASI, Carlos. “Héroes civiles y héroes guerreros: la fugaz apoteosis de J. Suárez”. In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). Op. cit., p. 97.

personaje del pasado. Comenzaba a construirse la imagen de Artigas como centro movilizador del imaginario común”²⁸⁶.

3.5 Herói de quatro faces: o pai da pátria em disputa

Ao iniciar-se o século XX, a figura de Artigas reinava sozinha no espaço público mais nobre da capital uruguaia. Mas atente-se para a construção simbólica dessa imagem: a espada do guerreiro encontra-se embainhada. Artigas sobre o cavalo é um misto de estadista e líder militar. Um chefe que não exhibe suas armas em pose ameaçadora²⁸⁷.

Artigas ocupou o lugar do “herói civil” Suárez e colocou em segundo plano também outros “heróis militares” da independência – como Lavalleja e Rivera. Mas, ao contrário da escultura petrificada, no centro da praça em Montevideu, a imagem política do *padre nuestro* e do *dios* da pátria se movimentou no decorrer do tempo. Deus para quem? Pai para qual finalidade?

Retomando o conceito de Elisabeth Jelin já apresentado em páginas anteriores, poderíamos dizer que nos últimos cem anos a disputa em torno de Artigas não se deu entre memória e esquecimento. A luta foi entre vários recortes do passado. Memória x memória: qual Artigas seria recuperado para os combates do presente? É esse aspecto que pretendemos abordar agora.

No fim do século XIX e início do século XX, o Estado em associação com alguns artistas e intelectuais uruguaios trabalhou na construção de um imaginário nacional com fortes alicerces na literatura e na iconografia. Em 1877, Juan Manuel Blanes pintou o *Juramento de los 33 Orientales*, quadro que se transformaria num símbolo da guerra de independência travada pelos uruguaios contra os brasileiros.

Num artigo em que analisa o papel de Blanes e Pedro Américo na construção da identidade nacional de Uruguai e Brasil, Maria Ligia Coelho Prado destaca que “pintura histórica e nação se entrelaçam de maneira exemplar na segunda metade do século XIX, na América Latina”. A autora pensa a pintura como parte da construção do imaginário social que, ao mesmo tempo, absorve e elabora símbolos políticos. Alinhando-se às ideias de Bronislaw

²⁸⁶ DEMASI, Carlos. “La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900)”. In: FREGA, Ana e ISLAS, Ariadna (coord.). Op. cit., pp. 350 e 351.

²⁸⁷ Em nossa dissertação de mestrado, destacamos como a figura de Bolívar também é utilizada de formas diferentes, a depender do contexto político em que a construção iconográfica se insere. No centro de Bogotá, Bolívar é homenageado com uma escultura em que aparece segurando papéis e códigos de leis: é o estadista que a elite colombiana pretendia homenagear, quando encomendou a estátua a um escultor italiano, no século XIX. Já em Caracas, terra natal do “Libertador”, a estátua de Bolívar mostra a imagem de um chefe militar sobre o cavalo, com a espada levantada: é o guerreiro que se pretende homenagear, mais do que o estadista (Cf. VIANNA, Rodrigo. *A democracia e as armas: a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19* – dissertação defendida em agosto de 2015, no Programa de História Social da Universidade de São Paulo).

Baczko, ela destaca que todo sistema político “inventa” algum tipo de legitimidade simbólica com a qual sustenta seu poder: “É importante assinalar que os imaginários sociais, assim como as representações, não são meros reflexos de uma realidade que existe fora deles; ao contrário, são parte constitutiva dessa realidade”²⁸⁸. O quadro de Blanes pode ser pensado nessa chave.



Figura 10 –Juramento de los 33 Orientales: quadro de Juan Manuel Blanes transformou-se num símbolo da luta uruguaia pela independência nacional.

Nascido em Montevideú, em 1830, Blanes começou como autodidata no Uruguai. Ele e o brasileiro Pedro Américo integram uma geração de artistas que, tomando contato com os cânones da pintura acadêmica na Europa, não se transformam em simples imitadores. A experiência europeia, especialmente no caso de Blanes, serviu como instrumento para valorizar a cultura e a história na América.

Blanes era próximo da elite liberal uruguaia, que buscava consolidar o Estado nacional na segunda metade do século XIX. Chama a atenção que tenha escolhido, como imagem para retratar a independência, não uma batalha comandada por Artigas – líder àquela altura ainda contestado por parte daquela mesma elite –, mas uma cena de 1825, com Lavalleja à frente dos homens que lutavam pela autonomia nacional:

Os líderes Lavalleja, que segura a bandeira, e Oribe, com o chapéu na mão, ocupam lugar destacado. Os homens à sua volta demonstram o mesmo entusiasmo e disposição. A cena se abre como num leque, personalizando os principais atores e tipificando as figuras secundárias, como a do gaúcho ajoelhado, em seus trajes costumeiros, bem à frente. Uma forte luz, que parece

²⁸⁸ PRADO. Maria Ligia Coelho. “O artista entre a história, a política e a pintura: retratando a independência no século XIX”. In: *E-l@tina revista eletrônica de estudios latinoamericanos*, vol. 7, núm. 25, pp. 17 e 19. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, octubre/diciembre de 2008.

brotar da terra, onde pisam esses homens comuns, os ilumina e confere dramaticidade às posturas de determinação e confiança. A pintura está concebida de tal forma que não se pode pensar nos dois líderes sem a forte presença de seus liderados que estão movidos pela mesma causa. Colocados no mesmo plano, formam um grupo político, não havendo uma distância abissal entre eles²⁸⁹.

Há uma diferença clara para o quadro icônico de Pedro Américo, em que existe um afastamento entre Dom Pedro e seus liderados. Até os trajes no quadro de Blanes são menos pomposos do que os da pintura brasileira, a indicar as escolhas de cada artista²⁹⁰.

3.5.1 Um rosto para Artigas

Mais tarde, em 1884, Blanes recebeu do Estado uruguaio a tarefa de dar um rosto a Artigas quando este passou a ser o líder escolhido como símbolo máximo da pátria. Mas não havia nenhuma imagem do jovem Artigas, da época das lutas pela independência. Era preciso produzir uma face para o novo herói nacional.

O único retrato de Artigas em vida havia sido feito em 1847, quando este era já um ancião, exilado no Paraguai: o naturalista francês Alfred Demersay desenhou Artigas sentado, de perfil, apoiado num bastão. Era a figura de um homem arqueado, sem dentes e com o rosto enrugado. O pintor uruguaio Eduardo Carbajal utilizou a imagem deixada por Demersay para retratar, em 1873, um Artigas também ancião, cercado pela natureza paraguaia, mas com certa aura de dignidade e mirando agora de frente; completava a cena um exemplar da Constituição de 1830, sobre a qual o líder pousava sua mão²⁹¹.

²⁸⁹ PRADO, Maria Ligia Coelho. Op. cit., pp. 23 e 24.

²⁹⁰ A autora ressalta que Blanes faz uma escolha consciente de retratar os “heróis” orientais “com naturalidade e dignidade, sem exageros e sem imprudente altivez”. Havia uma grande diferença em relação ao pintor brasileiro: “As aparências exteriores – a pompa, os trajes – eram indispensáveis para Pedro Américo, faziam parte da imagem da monarquia, integravam seu significado. Para o republicano Blanes, as virtudes – coragem, dignidade – vinham de dentro dos heróis e os trajes eram meros acessórios que não empanavam o brilho da cena histórica. Central ainda é o lugar reservado às pessoas comuns do povo. Na tela do brasileiro, a única figura que representa o “povo” está alijada do centro da cena, reduzida à condição de expectadora do acontecimento. Em Blanes, a composição integra líder e liderados (alguns vestidos como gaúchos), indicando a importância da presença do povo no movimento pela independência” (ver PRADO, Maria Ligia Coelho. Op. cit., p. 26).

²⁹¹ O Artigas de Demersay ilustrava obra do autor francês publicada em Paris nos anos 1860: *Histoire physique, économique et politique du Paraguay et des établissements des Jésuits*. Nela, Artigas era descrito como “*jefe de unos bandidos de la especie menos confiable*”, em linha com a definição que recebeu da elite do Prata nos primeiros anos pós independência. Já a pintura de Carbajal inscreve-se no movimento de recuperar a imagem do líder, na segunda metade do XIX; a presença da Constituição de 1830 no quadro é evidentemente anacrônica, já que Artigas parte para o exílio no Paraguai muito antes da promulgação da primeira Carta constitucional uruguaia; mas tem o papel de valorizar um Artigas estadista, e não rebelde ou reformador.

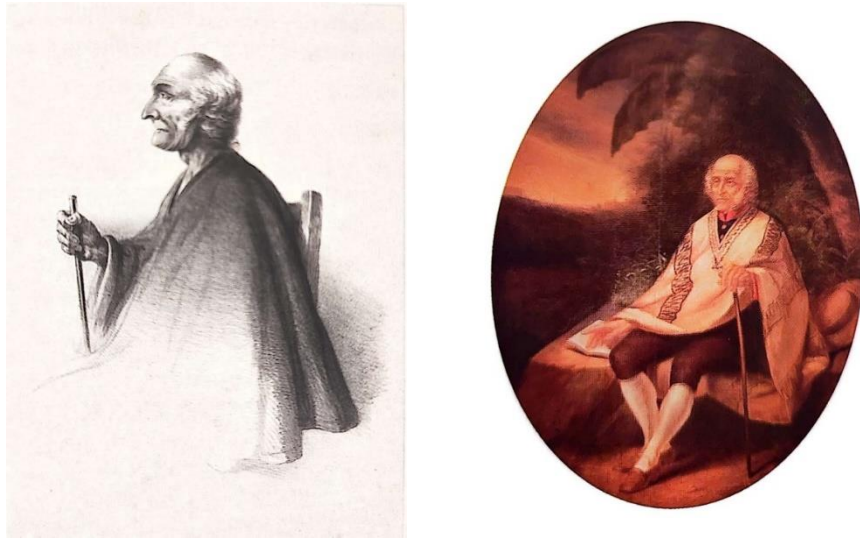


Figura 11 – a) O desenho de Demersay, única imagem de Artigas em vida: retrato de um ancião; b) O uruguaio Carbajal, em 1873, tentou dar um ar de estadista a Artigas, que carrega um exemplar da Constituição.

A imagem de um Artigas ancião não interessava ao novo Estado nacional que procurava se afirmar. A partir das pistas deixadas por Demersay e Carbajal, Blanes decidiu então retratar um Artigas no auge de sua força e poder. Primeiro, fez alguns esboços a carvão, em que rejuvenesceu o rosto e a postura corporal do líder da independência. Depois, partiu para a pintura a óleo de um Artigas jovem, “vestido com traje militar completo dos Blandengues, braços cruzados, austero e com um olhar contemplativo que pode evocar uma série de interpretações por parte do espectador”. Trata-se de um personagem e de um contexto “inventados” por Blanes, já que Artigas jamais esteve com aquelas vestimentas e naquele local, na fase em que foi o líder da rebelião de independência²⁹².

²⁹² BARBOSA, Luciana Coelho. “Uma Imagem para a pátria: o retrato de Artigas por Juan Manuel Blanes”. In: *19&20*, v. XII, número 1. Rio de Janeiro, jan./jun. de 2017.



Figura 12 – A partir das pistas deixadas por Demersay e Carbajal, Blanes inventa as feições do jovem Artigas, que lutara pela independência: o herói da pátria ganhava um rosto.

Artigas en la puerta de la ciudadela jamais foi concluído por Blanes, que morreu na Europa em 1901. O quadro só viria a ser exposto em Montevidéu no começo do século XX, em conjunto com outros objetos e obras do artista recém-falecido. Seja pelo prestígio já adquirido por Blanes com pinturas históricas anteriores, como o já citado *Juramento de los 33 Orientales*, seja pela efetiva qualidade técnica do retrato, ou ainda pela jovialidade e energia expressas na pintura, o fato é que, a partir do início do século XX, o Artigas de Blanes se transformou na imagem mais popular do líder. O herói da pátria ganhava assim um rosto definitivo: um rosto construído, elaborado a partir de escolhas políticas. E essa construção não se deu apenas na pintura.

3.5.2 O condutor da nação

Foi no fim do século XIX que a publicação de textos de Francisco Bauzá e Carlos María Ramírez permitiu a lenta “reabilitação” da figura de Artigas na historiografia uruguaia. O primeiro autor, numa extensa obra sobre a história da dominação espanhola na região do rio Uruguai, esboçou essa reabilitação. Bauzá valorizou a coragem do caudilho na luta de emancipação mas ainda deu destaque para características que, na primeira metade do século XIX, haviam feito de Artigas um símbolo de “anarquia” e “caos”, hostilizado pela elite dirigente do nascente Estado uruguaio.

Ramírez, por sua vez, esforçou-se para liberar Artigas das acusações de “revoltoso” e “cruel”. Segundo Carlos Demasi, a obra de Ramírez cumpre em fins do século XIX o papel de “destruir la imagen de ‘caudillo anarquista’ que era la acusación más grave en un país que había sufrido la guerra civil como un mal endémico”²⁹³.

Alguns anos depois, essa imagem institucional de Artigas se reforçou com a publicação do artigo de Clemente Fregeiro, no qual se denominava como “*éxodo del pueblo oriental*” o episódio da massiva migração interna de 1811. Naquela oportunidade, como já vimos, um acordo firmado entre espanhóis entrincheirados em Montevideu, portugueses e a elite de Buenos Aires tentara pôr fim à guerra de independência, reconhecendo a autoridade de Fernando VII sobre as terras que mais tarde dariam origem ao Uruguai.

Ao reciclar a imagem bíblica, caracterizando o episódio como “êxodo do povo oriental”, Fregeiro ajudou a construir a imagem épico-religiosa do caudilho heroico e ao mesmo tempo messiânico, que insistia em conduzir sua gente rumo à libertação:

Comienza así la marcha de ‘la redota’, el épico éxodo del pueblo oriental, cuya existencia orgánica se inicia en ese preciso momento. Para la ideología y la historia oficial bonaerenses, también en ese momento Artigas se convierte en un rebelde, caudillo tiránico y bárbaro que comanda una montonera igualmente bárbara y anárquica. Al paso del éxodo se incendian espontáneamente campos y viviendas, se arrea el ganado, y se sigue al líder carismático, quien ya no es un mero jefe de ejército sino el héroe que comanda la nación²⁹⁴.

Mais adiante, no início do século XX, o tema seria retomado pelo escritor Juan Zorrilla de San Martín. Em *La epopeya de Artigas*, Zorrilla narra o episódio do “êxodo” de forma romaneada. Vale-se de metáforas bíblicas para descrever aquele povo que, “*como una selva que arrastra sus raíces, se ponía en salvo con Artigas, llevando el Arca de la Alianza, la ley del Sinaí, el maná sagrado*”²⁹⁵.

Na obra, publicada originalmente em 1910 e reeditada muitas vezes, Zorrilla destaca e valoriza também o homem comum que segue Artigas em seu êxodo: é o “*gaucho*”, descrito como “*nuestro tipo homérico*”. Para o autor, trata-se do mesmo tipo “*que vemos en la Iliada, junto a las huecas naves de los aqueos, o al pie de las murallas de la sagrada Ilión, conducido por Aquiles, el de los ligeros pies, o por Héctor, el domador de caballos*”²⁹⁶.

²⁹³ DEMASI, Carlos. “La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900). In: FREGA, Ana e ISLAS, Ariadna (coord.), op. cit., pp. 346-347.

²⁹⁴ PIAZZA, Eduardo. “Caminos heroicos y caminos de la nación”. In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). Op. cit., p. 62.

²⁹⁵ ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. “La epopeya de Artigas” (fragmento). In: *El éxodo del pueblo oriental*. Montevideu: Universidad de La Republica/Departamento de Publicaciones, 1968, p. 24.

²⁹⁶ ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. Op. cit., p. 24.

Um componente heroico associado à narrativa religiosa: esse é o Artigas que Zorrilla procura construir, num discurso que tem finalidade clara, no projeto que a elite uruguaia tenta consolidar no início do século XX. O escritor pede que seu público olhe para o povo que caminha com Artigas, no êxodo de 1811, e compreenda sua variedade:

Distinguid las tres razas que formaban nuestra escasa población. Ahí van. La blanca o europea, la superior, destinada a prevalecer, tiene su exponente en Artigas mismo [...] Los otros denuncian la segunda raza, son los indios aborígenes conquistados, la desgraciada estirpe extinguida, que fue dueña de esta tierra [...] Observad, por fin, mis amigos, los tipos de la tercera estirpe, de la etiópica; ved esos pobres negros que pasan, mezclados a los demás jinetes, o como servidores de las familias²⁹⁷.

Zorrilla exalta o papel de Artigas como condutor da nação. Mas é um condutor dentro da ordem o que se pretende destacar: Artigas representa aqueles que estão “destinados a prevalecer”, os brancos de origem europeia. Ou seja, a raça “superior”. Fregeiro, em texto já citado, fizera o mesmo ao ressaltar que o “êxodo” não fora nem de longe uma “correria de vândalos”. Artigas já não era, para esses autores, o “anárquico” líder de bandos bárbaros que levavam o pânico ao campo, com suas ideias de dividir terras e tirar o poder das mãos dos proprietários de origem espanhola.

Os ideólogos e intelectuais que recuperam a figura de Artigas nessa virada de século dão grande destaque às chamadas Instruções do ano 1813 (conjunto de proposições defendidas por Artigas e seus aliados quando, ao retornar do “êxodo”, iniciam os debates sobre a melhor forma de construir um novo Estado independente; Artigas, relembremos aqui de forma ligeira, era um defensor da confederação de províncias, com autonomia e sem comando centralizado em Buenos Aires – projeto que acabou refutado pela elite portenha), ao mesmo tempo em que guardam absoluto silêncio a respeito do Regulamento de Terras de 1815, editado por Artigas: “*La imagen de un Artigas poco respetuoso de la propiedad privada era lo menos indicado para quienes estaban empeñados en realizar esa construcción simbólica*”²⁹⁸.

A recuperação de Artigas, na virada para o século XX, se faz sem que se retome a importância social e simbólica da questão agrária, que estava no centro das preocupações artiguistas em 1815. Tratava-se de um “herói nacional” em disputa, recortado para os embates do presente. À elite branca e europeizada do *batllismo*, com fortes raízes na capital Montevideu, interessava ressaltar o estadista Artigas e não o reformador social. Por isso, a estátua erguida

²⁹⁷ Idem, ibidem, pp. 23 e 24.

²⁹⁸ DEMASI, Carlos. “La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900)”. In: FREGA, Ana e ISLAS, Ariadna (coord.). Op. cit., p. 348.

na Praça da Independência não mostra o líder com a espada em punho. Era o momento de pacificar o país e construir uma imagem nacional que abrandasse os conflitos sociais e políticos.

3.5.3 Um líder em quatro tempos

Eduardo Piazza, a partir dos aportes feitos por Juan Rial e Carina Perelli, estabelece uma espécie de genealogia com relação ao uso da figura de Artigas ao longo do tempo. Segundo ele, é possível definir quatro fases na construção da imagem do líder.

Numa primeira etapa, impera o que alguns historiadores uruguaios chamam de *leyenda negra* de Artigas – dominante de 1820, quando ele se exila no Paraguai, até aproximadamente 1850, ano em que o líder morre, sem jamais ter recebido permissão para regressar à terra natal. Nesse período, Artigas é visto como um anti-herói: responsável pela “anarquia” no campo, tido como “matreiro”, atacado como “contrabandista” e “transgressor de *leyes y costumbres*”.

A partir da segunda metade do século XIX, como já vimos, inicia-se a lenta recuperação da figura de Artigas, estabelecendo-se o que Piazza batiza de *leyenda celeste*. Ele passa a ser tratado como pai da nacionalidade, fundador das instituições. Em suma: o símbolo máximo do Estado nacional uruguaio. Essa fase se prolonga por quase um século.

Nos anos 1950 e 1960, começa a ser elaborada a chamada *leyenda roja* de Artigas. Na universidade e nos círculos políticos de esquerda, resgata-se o pensamento social de um líder visto como reformador: “*Preocupado por el destino de los desposeídos y sectores subalternos en general; temas y problemas más o menos excluidos por la leyenda celeste*”²⁹⁹.

Por fim, diz Piazza, seria possível identificar uma *leyenda verde* de Artigas. Essa construção acabou sendo feita pela ditadura, que, nos anos 1970/1980, resgatou o herói em seu caráter de condutor militar.

A ditadura entrou pesadamente na disputa por Artigas, ao inaugurar um memorial em homenagem ao líder, exatamente nos subterrâneos da Plaza Independencia, como uma espécie de apêndice do tradicional monumento equestre de que já tratamos. Nesse memorial, de aspecto sóbrio, estão depositados os restos mortais de Artigas, dentro de uma urna permanentemente guarneçada por soldados fardados. As paredes do monumento trazem, em letras garrafais, frases que resumem a trajetória de Artigas: do nascimento, em 1764, à primeira grande batalha de independência, travada em Las Piedras em 1811. Depois, passa-se às Instruções de 1813. E na

²⁹⁹ PIAZZA, Eduardo. Op. cit., p. 65.

sequência há uma menção ao título atribuído a Artigas: “*Protector de los pueblos libres*”. A referência seguinte já é ao exílio no Paraguai, em 1820.

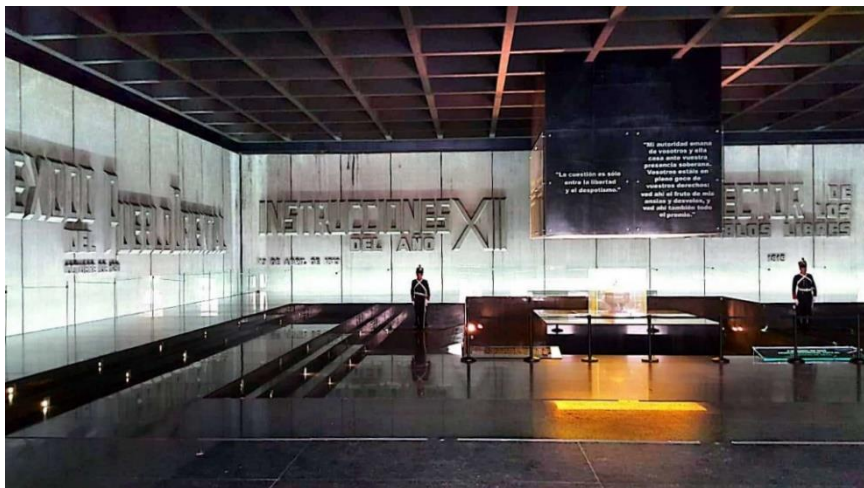


Figura 13 – No mausoléu de Artigas, construído pelos militares em 1977, o Regulamento de Terras de 1815 é ignorado: disputa de datas na guerra pelo passado.

Notemos que o Regulamento de Terras de 1815 é solenemente ignorado no memorial erguido pelos militares durante a ditadura. Não é à toa, afinal o Regulamento transformara-se na principal bandeira para que a esquerda também reivindicasse a imagem de Artigas, construindo a “*leyenda roja*” a que se refere Piazza.

Essa construção de Artigas pela esquerda não se deu apenas no discurso. Na Universidad de La Republica, um grupo de historiadores marxistas empreendeu, nos anos 1960, uma longa pesquisa sobre a chamada “revolução agrária” de Artigas. Lucía Sala, Nelson de La Torre e Julio Rodríguez, ligados ao Partido Comunista, publicam a obra *Artigas: tierra y revolución*, que anuncia “*una renovada interpretación marxista basada en investigaciones exhaustivas sobre las luchas sociales en torno a la propiedad de la tierra y el Reglamento de 1815*”. O livro traz como apêndice o próprio Regulamento editado na íntegra e assinado por Artigas.

Fica evidente que, na luta entre a *leyenda roja* e a *leyenda verde* de Artigas, ocorre também uma disputa em torno das datas a serem lembradas: a direita e os setores que se alinhavam com a ditadura militar dos anos 1970 preferiam comemorar o Artigas de 1813. Já a esquerda destacava o Artigas de 1815, com uma lei de terras que levava setores marxistas a definir a ação artiguista como revolução agrária.

De novo, é Elisabeth Jelin quem nos lembra que, na medida em que haja diferentes interpretações sociais do passado, “*?las fechas de conmemoración pública están sujetas a conflictos y debates. Qué fecha conmemorar? O mejor dicho: quien quiere conmemorar*

qué?”³⁰⁰. 1813 x 1815: instruções políticas x regulamento de distribuição de terras... O passado em disputa, 150 anos depois.

Está claro que nos anos 1970 é a *leyenda verde* dos militares que se impõe, de forma oficial, a partir de um Estado governado sob ditadura. Estamos diante de uma daquelas operações de memória descritas por Ricoeur:

[...] a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, **uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada**; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. **O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade.** História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada³⁰¹. (grifos nossos)

Os militares “fecham” a narrativa sobre Artigas. O ano de 1813, sim, pode ser celebrado – como lembrança do programa de autonomia proposto pelo “chefe dos povos livres” que se opunham a Buenos Aires. Mas na construção da identidade do povo uruguaio, o Regulamento de Terras de 1815 não seria incluído porque se transformara numa bandeira da esquerda que àquela altura enfrentava de armas na mão, e em nome do socialismo, os governos ultraconservadores de Pacheco Areco e Bordaberry, que, logo depois, desaguariam em ditadura militar escancarada.

A *leyenda roja*, no entanto, resistiu: na universidade, na guerrilha tupamara, na produção cultural. Até porque era uma construção com raízes fortes na tradição uruguaia.

3.6 Lenda vermelha: revolução e tradição na esquerda

A leitura dos documentos e publicações do MLN-T revela que os Tupamaros lutaram bravamente para reforçar a *leyenda roja* de Artigas ao longo dos anos 1960 e 1970. Em dezembro de 1973, já sob ditadura e com boa parte de suas lideranças presas, o MLN-T publicou o primeiro número do tabloide *El Tupamaro*. Na capa, o cabeçalho trazia a estrela que era o símbolo do grupo, e logo abaixo vinha o lema com que a guerrilha se anunciava: “*Junto a Artigas, Junto al Pueblo, por el Socialismo*”³⁰².

³⁰⁰ JELIN, Elisabeth. Op. cit., p. 52.

³⁰¹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 98.

³⁰² *El Tupamaro*, número 1 (dezembro de 1973). In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

A questão nacional e a devoção a Artigas estavam explícitas também na página 10 do mesmo jornal, sob o título: “Podrán fusilarnos, pero no detendrán la lucha del pueblo”. A guerrilha denunciava que os principais dirigentes Tupamaros (incluindo Raúl Sendic, José Pepe Mujica, Henry Engler, Julio Marenales, Jorge Zabalza e Mauricio Rosencof), presos pela ditadura, haviam sido transferidos para unidades militares no interior do país. E que as Forças Armadas os tratavam como reféns: o MLN-T recebera o aviso de que, se empreendesse qualquer ação armada, os líderes detidos seriam fuzilados em represália. No artigo, a guerrilha fazia severas críticas às Forças Armadas, e traçava uma comparação com o que fora o exército de libertação comandado por Artigas no século XIX:

[...] Las FFAA contrarrevolucionarias, esta institución históricamente parasitaria y regresiva, fiel representante de los de arriba, empezó a cumplir con eficacia la tarea de defender las haciendas y los privilegios de 500 familias oligarcas dueñas del país. Esta institución es **la negación del glorioso ejército de Artigas**, el de los pobres, los negros y los zambos³⁰³. (grifo nosso)

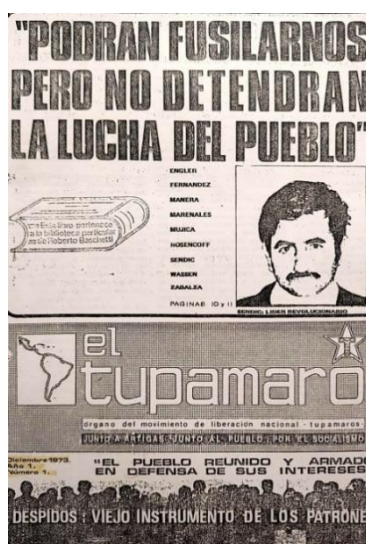


Figura 14 – Em 1973, a primeira edição do jornal *El Tupamaro* denunciava a ameaça dos militares de fuzilar os principais líderes do MLN-T, que estavam presos; na capa, a foto de Raúl Sendic.

A última frase era uma referência direta ao Regulamento de 1815, em que Artigas, ao anunciar que “os mais infelizes deveriam ser os mais privilegiados”, deixava claro que negros, mestiços e índios deveriam ser agraciados na distribuição de lotes de terra³⁰⁴.

³⁰³ Idem, *ibidem*.

³⁰⁴ O artigo sexto do Regulamento de 1815, assinado por Artigas, destacava expressamente: “*Los más infelices serán los más privilegiados. En consecuencia los negros libres, los zambos de esta clase, los indios y los criollos pobres, todos podrán ser agraciados en suertes de estancia si con su trabajo y hombría de bien propenden a su felicidad y la de la Provincia*”. Ver Regulamento publicado na íntegra, in: DE LA TORRE, Nelson; RODRÍGUEZ, Julio C.; SALA, Lucía. *Artigas: tierra y revolución*. Montevideo: Ediciones por Uruguay, 1978, pp. 161-166.

Em vários documentos e publicações desse período, a guerrilha tupamara traçava um paralelo entre a ocupação luso-brasileira ocorrida de 1817 a 1824 (lembremos que uma parte da elite oriental, naquele período, se aliou ao império dos Bragança para derrotar Artigas) e o apoio da ditadura brasileira para implantação do regime militar uruguaio, no início dos anos 1970.

O *Correo Tupamaro*, periódico editado na Europa por exilados uruguaios ligados à guerrilha, publica em julho de 1973 artigo com duras críticas à ditadura: os Tupamaros afirmam que o Uruguai se transformava numa “*gran estancia a servicio de los gorilas brasileños*”. E avisam: “*La Patria no será brasileña*”³⁰⁵.

A *leyenda roja* de Artigas, portanto, tinha esse papel também de denunciar a submissão da oligarquia uruguaia aos brasileiros. Invocar a figura mítica do velho caudilho era uma forma de lutar pela “segunda independência”, assim como fora necessário lutar pela primeira no século XIX, resistindo à ocupação dos luso-brasileiros. Importante ressaltar que os Tupamaros são os mais explícitos na reivindicação da figura do herói, mas estão longe de terem sido os únicos, ou mesmo os primeiros a travar a luta pelos símbolos nacionais na esquerda uruguaia.

Como já vimos, o Partido Socialista fizera esse mergulho já nos anos 1950. O Partido Comunista Uruguaio (PCU) também empreendera um esforço, a partir da universidade, para caracterizar as ações de Artigas no século XIX como parte de uma revolução agrária. Mas a valorização de Artigas não se deu só na academia. Nos anos 1950, o PCU promovera importantes mudanças em sua direção: com a substituição de Eugenio Gómez (de linha stalinista) por Rodney Arismendi, o partido “*se tornó más nacional y más latinoamericano*”, na definição de Ana Laura de Giorgi. Arismendi foi parte substancial de uma “*nueva lectura del pasado, rescatando de la figura de Artigas su republicanismo y la idea de soberanía nacional*”³⁰⁶. O PCU seguiria alinhado à União Soviética, mas isso não impedia que, num documento de 1976, por exemplo, o partido se referisse ao Uruguai como “*la patria de Artigas*”³⁰⁷.

Os Tupamaros, portanto, foram ao mesmo tempo herdeiros e principais propagadores desse grande movimento em direção ao passado nacional que marcou a esquerda uruguaia nos anos 1950 e 1960. Trata-se de uma disputa pelos símbolos nacionais – em que a esquerda partia

³⁰⁵ *Correo Tupamaro* (julho de 1973). In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

³⁰⁶ DE GIORGI, Ana Laura. *Las tribus de la izquierda – bolches, latas y tupas en los 60*. Montevidéu: Fin de Siglo Editorial, 2011, p. 30.

³⁰⁷ “Desde Uruguay – declaración del Comite Ejecutivo del Partido Comunista” (março de 1976), p. 2. In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

em busca do “verdadeiro” Uruguai e, portanto, do verdadeiro povo uruguaio. Como se, em alguma medida, a esquerda também buscasse a nação essencial.

Essa busca era uma forma de legitimar a luta do presente e de facilitar a comunicação com o povo: em vez de apresentar a ideia do progresso inexorável rumo ao socialismo, que era o discurso da esquerda tradicional reunida em torno dos partidos de linha soviética ou social-democrata, lutava-se em nome do passado e da busca do país *verdadero* – que se perdera com a ascensão de elites cosmopolitas, liberais e europeizadas ao longo da primeira metade do século XX.

Nesse sentido, documentos internos da guerrilha chegaram a debater a necessidade da *peludización* de seus militantes, como forma de aprofundar as ligações com a classe trabalhadora³⁰⁸. Texto produzido em 1974, por exilados tupamaros na Argentina, propunha que a organização incentivasse seus militantes a viverem de acordo com as tradições dos trabalhadores rurais uruguaio. Àquela altura, a guerrilha estava militarmente derrotada, com a maioria de seus dirigentes presos, e parte dos remanescentes ainda em liberdade associava a derrota a uma estratégia equivocada que privilegiara a ação urbana, contando com guerrilheiros recrutados muitas vezes entre a classe média. A *peludización* seria o equivalente a uma proletarianização, como se a revolução só pudesse prosperar se dobrasse a aposta e fincasse raízes no chamado *Uruguai profundo*.

Essa herança não se observa só na trajetória de Sendic, cuja liderança brotou da força dos trabalhadores rurais, especialmente da UTAA. Pepe Mujica seguiu a cultivar, mesmo enquanto esteve na presidência da República, já no século XXI, a imagem de um homem com os pés (e a cabeça) no Uruguai do campo. Vivendo numa chácara nos arredores de Montevideu, onde ainda hoje planta flores e colhe alimentos, Mujica é o herdeiro mais conhecido dessa mística dos Tupamaros e, na longa duração, é também resultado dessa construção política que permitiu à esquerda se identificar com o artiguismo que vem do século XIX.

Antes de militar na esquerda socialista, Mujica esteve nas fileiras dos Blancos, e ali bebeu na fonte essa ideia de um Uruguai *auténtico* – que se encontra no campo, nas velhas batalhas dos caudilhos revolucionários como Aparicio Saravia.

Em *Historias blancas de un hombre de izquierda*, Mujica narra a Mariano Tucci um pouco dessas histórias, e explicita a herança *nacional* que carregou para o MLN-T:

Algunos creen que el antiimperialismo empezó después de que Marx escribió el Manifiesto Comunista o algo por el estilo. El antiimperialismo es más viejo que el agujero del mate. La lucha contra los imperios ha existido a lo largo de

³⁰⁸ “La peludización”, documento interno produzido por exilados ligados aos MLN-T, em Buenos Aires, 1974. In: Archivo de Lucha Armada David Cámpora/CEIU – Universidad de la República.

la historia humana. Entonces ubicándome en esas circunstancias siempre dije: tengo una visión blanca de la historia [...] Yo dormía en una cama en cuyos pies, bien enfrente, estaba el retrato de Aparicio [se ríe, con picardía], eso era cosa de mi madre. Mi vieja era saravista³⁰⁹.

Ligada aos Blancos, foi a mãe de Mujica, Lucy Cordano, quem o levou não só a idolatrar Aparicio Saravia – considerado o último dos caudilhos *blancos* –, mas também o apresentou em 1958 a Enrique Erro, jovem liderança de uma fração de esquerda dentro do Partido Nacional. Antes disso, a mãe chegou a levá-lo também para um encontro com Luis Alberto de Herrera, principal líder do Partido Nacional nos anos 1950. Ao contrário de Erro, Herrera era conservador nas formulações sociais, mas conhecido pelas posições radicalmente anti-imperialistas, contrário à implantação de bases dos Estados Unidos no Uruguai. Mujica, em entrevista a Tucci, define da seguinte forma o pensamento de Herrera:

Lo primero los vecinos y la región, lo segundo América Latina y tercero mundo. Bueno, eso es el mejor de Herrera y lo mejor del Partido Nacional. Eso es lo mejor de esa tradición y en ese marco yo creo que hay que rescatarlas y cultivarlas³¹⁰.

Nos combates dos anos 1960 e 1970, encontramos então os ecos de lutas muito mais longínquas a opor, de um lado, aqueles que apostavam na integração ao mundo *cosmopolita* ocidental e, de outro, os que lutavam pela cultura política *autêntica, nacional*. O Uruguai de Mujica – campestre, feito de rodas de mate em que ainda hoje o ex-presidente discute política com seus correligionários – não tem muito a ver com outro Uruguai que, na internacionalizada Punta del Este, por exemplo, coloca sua classe média em contato com a elite endinheirada de várias partes do mundo.

As guerrilhas que levantavam a bandeira do socialismo, e esse é o caso dos Tupamaros e de outros grupamentos que estudamos neste trabalho, são parte de um movimento bem mais antigo na América Latina, que valoriza a resistência localista e anticósmopolita e aposta também no resgate das tradições.

Relembremos que, no livro publicado às vésperas do centenário da independência, a elite uruguaia *batllista* exaltava o país aberto ao mundo, europeizado, urbano. Se era esse o Uruguai que entrava em crise nos anos 1950/1960, e se era esse o Uruguai que os revolucionários queriam combater, não é estranho que a esquerda tenha se voltado para o Uruguai dos *gauchos* e de Artigas no momento de construir a sua legitimação simbólica.

³⁰⁹ TUCCI, Mariano. *Historias blancas de un hombre de izquierda*. Montevideo: Planeta, 2014, pp. 62-65.

³¹⁰ TUCCI, Mariano. Op. cit., pp. 68 e 69.

No fim dos anos 1960, sob a presidência conservadora de Pacheco Areco, o MLN-T não era o único grupamento de esquerda a apostar na via insurrecional. Nem o único a usar a simbologia nacional como forma de travar a disputa política. Em julho de 1969, um pequeno grupo guerrilheiro batizado de OPR-33 (Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales) invadiu a Casa de Lavalleja, velho casarão colonial que fora residência de um dos heróis da independência uruguaia. O prédio, no centro histórico de Montevidéu, fazia parte do Museu Histórico Nacional e guardava uma relíquia do século XIX: a chamada bandeira dos 33 Orientales. O estandarte branco, azul e vermelho, com a inscrição “Libertad o Muerte”, fora utilizado pelo grupo que em 1825 desembarcara no território oriental para lutar contra a ocupação brasileira – o mesmo grupo imortalizado no quadro de Blanes de que já tratamos neste capítulo.

A ação guerrilheira, naquela tarde de inverno de 1969, foi coordenada por Hébert Mejías Collazo, ex-integrante do Movimiento Revolucionario Oriental (MRO), que ajudara a criar o MLN-T. Ele fora militante dos Tupamaros até dezembro de 1968, quando saiu da organização por divergências políticas e decidiu entrar na OPR-33. Ao invadir a Casa de Lavalleja, os guerrilheiros espalharam pelo museu panfletos em que tentaram explicar sua ação: o objetivo era “recuperar” a bandeira que, assim, deixaria de ser uma “*pieza de museo en una insultante posesión de los vendepatrias*” ou um símbolo do “*despotismo de la oligarquía*”, para ser usada como estandarte “*de las luchas populares*”³¹¹. A bandeira, jamais resgatada pelo Estado uruguaio, virou símbolo da organização revolucionária, aparecendo em vários panfletos da OPR-33. E inspirou ações semelhantes de outros grupos guerrilheiros sul-americanos, como vimos no capítulo 1³¹².

³¹¹ Apud MEJÍAS COLLAZO, Hébert. *Volvería a hacerlo*. Montevidéu: Ediciones Urubú, 2011, p. 111.

³¹² Em 1974, o M-19 (Movimiento 19 de Abril) colombiano roubou a espada de Bolívar de um museu em Bogotá, para anunciar que a arma do Libertador “*volvía a la lucha*”. Em 1980, o MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária) no Chile também levou de um museu a bandeira sobre a qual se jurara a independência do país em 1818. E, em 1983, guerrilheiros equatorianos subtraíram de um museu duas espadas que haviam pertencido ao general Eloy Alfaro, considerado paladino do “liberalismo radical” naquele país (Cf. VILLAMIZAR, Darío. *Aquel 19 será: una historia del M-19, de sus hombres y sus gestos; un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*. Bogotá: Editorial Planeta, 1995, p. 54).

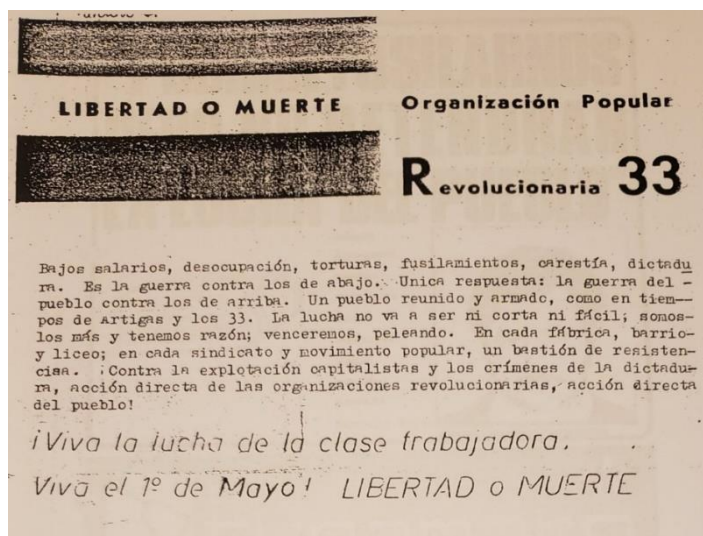


Figura 15 – Depois de roubar a bandeira dos 33 Orientales de um museu, o grupo revolucionário OPR-33 passou a utilizar o estandarte como símbolo da luta guerrilheira.

3.7 Arte e cultura: em busca do povo uruguaio

A luta simbólica pelo passado estava no centro da disputa política travada pela esquerda uruguaia. E esse aspecto se manifestou também na produção cultural. Ana Laura de Giorgi relembra o papel do teatro El Galpón, ainda hoje em operação no centro de Montevidéu, onde eram encenadas peças com forte conteúdo social no fim dos anos 1960 e início dos 1970: “*Hiber Conteris, perteneciente al MLN-T, había estrenado en 1969 ‘El asesinato de Malcolm X’, y Mauricio Rosencof escribió ‘Los caballos’, puesta en escena por Hugo Ulive y estrenada en El Galpón*”³¹³.

O autor de *Los caballos* não era um simples simpatizante dos Tupamaros. Quando a peça estreou, em Montevidéu, o dramaturgo Mauricio Rosencof integrava já a direção do MLN-T. Trata-se de um personagem importante para se compreender a complexidade e a capilaridade dos Tupamaros na sociedade uruguaia. Ao contrário de Sendic e Pepe Mujica, vinculados por histórias familiares à cultura *gaucha*, do interior do país, Rosencof era filho de uma família de judeus poloneses. O pai, Isaac, alfaiate, chegou em 1931 para trabalhar numa fábrica na cidade de Florida, a pouco mais de cem quilômetros da capital. Logo depois, Rajla cruzou o Atlântico para se juntar ao marido. Com ela, vinha Leibu, o filho nascido na Polônia, e que no Uruguai

³¹³ DE GIORGI, Ana Laura. Op. cit., p. 123.

assumiria os nomes de León e, depois, Leonel. O segundo filho do casal nasceu em 1933, e o pai queria batizá-lo como Mauricio, mas a pronúncia polonesa enganou o cartorário uruguaio, que registrou o menino como Marcos.

Dois anos depois, a família mudou-se para Montevidéu, onde Mauricio-Marcos (mais tarde, na militância, seria chamado de “Russo” ou Leonel, nome que usava em ações clandestinas, em homenagem ao irmão mais velho) cresceu naquele Uruguai otimista do entreguerras. O alfaiate Isaac era simpatizante dos comunistas e organizava em casa reuniões de solidariedade aos republicanos na Guerra Civil Espanhola. O pequeno Mauricio lembra do pai lendo o jornal *Unzer Frain*, publicado em ídiche pelos judeus comunistas uruguaio e com o qual o futuro líder tupamaro chegaria a colaborar.

Assim como Sendic, Mauricio Rosencof viveu na infância uma tragédia familiar, com a perda do irmão, por meningite. O trabalho do pai garantia um padrão de vida de classe média e permitia aos imigrantes de origem polonesa sonharem com um filho formado em medicina ou direito. Mas Mauricio nunca foi bom aluno. Cresceu vinculado a turmas de jovens que matavam aula para brincar pelas ruas de uma Montevidéu pacata e tomada por saborosas histórias.

Foi das ruas que Rosencof tirou os personagens de suas principais peças. Em 1960, quando tinha apenas 27 anos, estreou no Teatro Galpón “El Gran Tuleque”, que transpunha ao palco a vibração das murgas típicas de Montevidéu³¹⁴. Antes do teatro, o filho de poloneses passou pela militância estudantil na escola pública, ligando-se por influência familiar e de amigos à juventude comunista. Essa militância o levou à redação do *El Popular*, diário comunista para o qual começou a trabalhar no fim dos anos 1950.

Como militante do PCU e jornalista, foi enviado ao interior para escrever sobre a mobilização dos trabalhadores vinculados à produção de arroz e de cana, e assim conheceu Raúl Sendic, também enviado ao interior uruguaio pelo PS. Essa proximidade fez com que algum tempo depois, em 1964, Sendic convidasse Rosencof (jornalista e dramaturgo que começava a fazer sucesso com suas peças) para escrever sobre os *cañeros*.

Aos poucos, Rosencof afastou-se da linha comunista, que defendia um “avanço progressivo” até que as condições objetivas favorecessem a implantação do socialismo, e buscou outros caminhos: “*No podía ser que la lucha revolucionaria se hubiera hecho en 1917*

³¹⁴ Com origem na Espanha, as murgas são um misto de apresentação musical e espetáculo teatral de rua que, em Montevidéu, ganharam também influência da cultura africana, passando a estar fortemente associadas com as festas de carnaval na região do Prata.

*y que ahí se hubiera terminado todo. O que a partir de ese momento lo único que tuviéramos que hacer eran jornadas de solidaridad con la Unión Soviética*³¹⁵.

Uma viagem à União Soviética e ao leste europeu, em 1964, consolidou no homem de 31 anos a necessidade de encontrar outro rumo. No retorno ao Uruguai, Rosencof propôs a publicação de um artigo no *El Popular*, com suas críticas ao chamado socialismo real. O PCU não concordou e Rosencof passou por uma espécie de juízo político em que teve que explicar ao partido suas posições em relação à União Soviética, processo que poderia terminar com sua expulsão. O militante se defendeu e o processo não avançou até um rompimento formal, mas o afastamento do PCU estava consolidado.

Formado na tradição do Partido Comunista, Rosencof é símbolo de uma geração que já não via na militância pró-soviética um caminho para as lutas sociais na América Latina: “*Ahí no estaban presentes ni los arroceros ni los cañeros [...] Había una mentalidad política cosmopolita abierta mucho más a Europa que a América Latina*”³¹⁶. Esse trecho do depoimento de Rosencof a seu biógrafo é cristalino ao associar a tradição marxista-leninista do PCU a uma visão cosmopolita, enquanto a juventude que se organizaria em torno do MLN-T fazia um mergulho no local e no nacional.

Se Sendic trouxe para a nova organização a experiência efetiva com a luta dos trabalhadores rurais e com o Uruguai do campo, além das ideias nacionalistas de Vivian Trías, Rosencof simbolizava a profunda ligação do MLN-T com a cultura urbana e a geração de jovens marcados pelas mudanças comportamentais dos anos 1960. E que abandonava o socialismo de linha soviética em busca das raízes nacionais. Os Tupamaros, diz Rosencof, praticavam um exercício de

poner la atención en la realidad nacional y que no era habitual en las fuerzas de izquierda [...] En los locales sindicales, como en los locales de la izquierda en general, no era común encontrarse con que habían decidido colgar una foto de Artigas. Se trataba de algo parecido a una pérdida de las raíces. Después las fuimos recuperando³¹⁷.

Intelectual de renome, Rosencof cumpriu importantes tarefas para os Tupamaros, num período em que a maior parte dos dirigentes da organização estava já presa ou vivia escondida. O dramaturgo teve, por exemplo, a missão de ir a Santiago, para uma série de conversas reservadas com o presidente socialista Salvador Allende, que buscava entender a geração de militantes que apostavam tudo na luta armada. Rosencof contou a seu biógrafo que guardou

³¹⁵ Depoimento de Rosencof. In: CAMPODÓNICO, Miguel Angel. *Las vidas de Rosencof*. Montevidéo: Editorial Fin del Siglo, 2000, p. 185.

³¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 186.

³¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 187.

lembranças vívidas das longas conversas com Allende: em uma delas, o chileno mostrou-lhe o fuzil que recebera de presente de Fidel Castro, e que usaria nos últimos momentos de vida, quando o Palácio de La Moneda foi bombardeado por ordem de Pinochet, durante o golpe de 1973.

Ao lado do escritor Mario Benedetti e do músico Daniel Viglietti, Rosencof teve papel central também na criação do Movimiento 26 de Marzo, frente legal lançada pelos Tupamaros em 1971 – sobre a qual falaremos mais adiante. A escolha do nome também remetia a Artigas e ao passado nacional, numa operação simbólica tão ao gosto daquela geração de intelectuais. Rosencof lembra que houve algum debate sobre a melhor marca a ser adotada pela organização criada pelo MLN-T:

Yo dije que me gustaba mucho '1813', el año de las instrucciones de Artigas, pero Benedetti me contestó que ya existía un movimiento que se llamaba '1811' [...] A él le gustaba el nombre '26 de Marzo' porque era la fecha en la cual se había izado la bandera artiguista em Montevideo por primera vez³¹⁸.



Figura 16 – Rosencof com o escritor Benedetti e o músico Daniel Viglietti: os três intelectuais ajudaram a montar o Movimiento 26 de Marzo, frente legal ligada aos Tupamaros, em 1971; foto tirada após a ditadura, em Madri.

Foi Rosencof também o escolhido para uma longa conversa com o cineasta Constantin Costa-Gavras, que viajara a Montevideu em 1971 para pesquisas voltadas à produção de um filme sobre a guerrilha uruguaia:

Rosencof desplegó en aquel encuentro todos sus hechizos, contando vida y milagros de los tupamaros. Hablaron horas. El escritor y poeta, maestro del relato oral, ocurrente y inspirado, con sus ojos claros y luminosos, dejó a Costa-Gravas completamente knock out, cautivado, subyugado³¹⁹.

³¹⁸ Depoimento de Rosencof. In: CAMPODÓNICO. Op. cit., p. 306.

³¹⁹ Relato de Yenia Dumnova, russa radicada em Montevideu, responsável por organizar, em seu apartamento, o encontro entre Rosencof e Costa-Gavras em 1971. In: CAMPODÓNICO. Op. cit., p. 109. No ano seguinte, a partir do material e das histórias recolhidas em Montevideu, Costa-Gavras lançaria um de seus filmes mais conhecidos: *Estado de sítio*.

Se Galeano, Benedetti, Viglietti e dezenas de outros intelectuais mantinham algum grau de proximidade com os Tupamaros, Rosencof fez muito mais que isso: assumiu ligação orgânica com o movimento, do qual foi dirigente, tendo visitado Cuba e exercido o papel de embaixador dos *tupas* junto a partidos, lideranças políticas e também junto a artistas consagrados de várias partes do mundo. Ele caiu preso em maio de 1972, na onda de ações policiais que levaria à grande derrota do MLN-T, e integrou o grupo de nove dirigentes tupamaros mantidos como reféns pela ditadura militar durante treze anos. Passaram por tortura e longos períodos de isolamento, sendo trocados periodicamente de prisão, para evitar qualquer tentativa de resgate pelos remanescentes do MLN-T.

Rosencof só seria libertado em 1985, a tempo de rever ainda vivos os velhos pais: eles haviam migrado ao Uruguai para escapar do avanço nazista na Europa, mas tiveram que ver o filho preso por mais de uma década, em condições desumanas. Mauricio, o filho de poloneses, foi talvez o nome mais conhecido dessa linhagem de artistas uruguaios integrados à guerrilha dos Tupamaros e que gerou produção cultural marcante nos anos 1960 e 1970.

Ana Laura de Giorgi lembra a experiência do *Elenco de la Banda Oriental* – grupo de teatro que se apresentava em várias salas de espetáculos, e que tinha entre seus membros atores organicamente ligados à guerrilha. A companhia teatral foi criada logo depois de uma das cinco marchas dos trabalhadores da cana-de-açúcar a Montevideu, conduzidas por Sendic. O líder tupamaro se transformou no tema de uma das peças: *Hacia la tierra*, escrita por Luciana Possamay, começava com textos de Artigas e colocava lado a lado, no enredo, Sendic e o herói libertador de 150 anos antes – uma operação simbólica que era do interesse do MLN-T.

Algumas obras eram encenadas nos bairros operários, nas fábricas ocupadas e nas faculdades, como *Hombres sin tierra*, da mesma Luciana Possamay, que retoma o tema da reforma agrária. As primeiras estrofes do texto não deixam dúvidas sobre o alinhamento do grupo teatral com os guerrilheiros:

Venimos de donde hay hombres sin tierras/
Y tierras sin hombres/
Piden los azucareros la tierra pa' trabajar/
Pide el cañero la tierra pa' trabajar.
Si no es pa' lo que la trabaja, fusiles despertarán³²⁰.

O mesmo grupo teatral chegou a produzir mais duas peças: *A la opinión pública*, sobre a campanha de Che Guevara na Bolívia, e *Con la misma divisa*, sobre a ação revolucionária de

³²⁰ Primeiras estrofes da canção de abertura de *Hombres sin tierra*, escrita por Luciana Possamay. Apud: DE GIORGI, Ana Laura. Op. cit., p. 123.

Artigas nas guerras de independência – com ênfase mais uma vez na luta pela terra. Essa última peça foi encenada entre 1972 e 1973, e trazia um pequeno relato introdutório sobre os homens do campo que formavam os exércitos de Artigas:

Aquellos hombres habían comprendido que solo una ley revolucionaria podía desterrar el privilegio, la dependencia. Iban comprendiendo que no era un problema de cualquier relación de los hombres y la tierra, sino el del libre, democrático, igualitario derecho de los hombres a la tierra. Era así que esta idea iba en tren de transformar a la montonera oriental en el más formidable de los ejércitos: el de los hombres que viven y mueren por un ideal³²¹.

O texto da peça parece projetar para o passado uma construção que se tornava comum naquele período, sob influência do guevarismo: a ideia de “homem novo”, um homem que não vive para si, mas para o coletivo, numa visão romântica do chamado herói revolucionário. Autores e atores ligados ao MLN-T tentaram projetar essa visão do homem novo para a ação de um século e meio antes, liderada por Artigas: nas montoneras da independência, estaria a representação de homens que “vivem e morrem por um ideal”.

O que nos interessa aqui, obviamente, não é fazer a crítica do texto teatral nem apontar o eventual anacronismo que a peça pode encerrar, até porque se trata de obra de arte sem compromisso com a abordagem profissional do passado; mas ressaltar o esforço de construção simbólica – que não se dava apenas no discurso propriamente político dos panfletos e documentos do MLN-T, mas surgia também nos palcos, na poesia e na arte.

Che Guevara e Artigas pareciam se complementar: do passado, o libertador ajudava a legitimar a luta dos guerrilheiros que, agora inspirados também pela Revolução Cubana, se lançavam à campanha armada pela “segunda independência” uruguaia; de outro lado, a luta do presente também lançava luzes e sombras sobre o passado, construindo um Artigas revolucionário cercado por homens que, segundo a cultura influenciada pelos Tupamaros, estariam “dispostos a morrer por um ideal”.

3.8 Mariátegui e o MLN-T: aproximações

Nesse apelo ao passado, que aparece tanto no discurso propriamente político do MLN-T quanto em obras de arte vinculadas aos Tupamaros, há uma dimensão que poderíamos definir como “romântica”, seguindo a tipologia proposta por Michael Löwy, exposta no capítulo 1.

³²¹ Relato introdutório da obra teatral de Luciana Possamay *Con la misma divisa*, de 1972. Apud: DE GIORGI, Ana Laura. Op. cit., p. 125.

Para Löwy, é possível observar duas correntes opostas no marxismo: uma, que ele define como “evolucionista e positivista”, para a qual o socialismo seria o coroamento “dos avanços conquistados pela civilização industrial burguesa moderna”; outra, que Löwy define como “romântica na medida em que critica as ilusões do progresso”, sugere uma espécie de “dialética utópico-revolucionária” entre o passado e o futuro socialista. Na segunda vertente, Löwy inclui José Carlos Mariátegui.

O pensador peruano faz a crítica do que considera uma “visão supersticiosa de progresso”, que, antes da Grande Guerra, movia conservadores e revolucionários:

Ressuscitou o culto à violência. A Revolução Russa insuflou na doutrina socialista uma alma guerreira e mística. E, ao fenômeno bolchevique, seguiu-se o fenômeno fascista. Bolcheviques e fascistas não se pareciam com revolucionários e conservadores de antes da guerra. Não tinham a antiga superstição do progresso³²².

Está aqui expressa a ideia de um socialismo que se construirá não só pela razão, mas pela força da mística revolucionária – carregada de energia e vigor. Mariátegui ainda enxergava na União Soviética o espírito combativo de 1917, e morreu em 1930 sem conhecer a fase posterior em que o Estado fundado pelos bolcheviques se consolida. Após a Segunda Guerra Mundial, a esquerda que se colocou sob influência de Moscou foi aos poucos se afastando do “impulso romântico” para se acomodar a uma visão determinista e, novamente, marcada pelo que o mestre peruano chamara de “superstição do progresso”.

Não poderia ser classificado exatamente como “superstição de progresso” todo o programa/modelo de revolução proposto pelos soviéticos a seus seguidores mundo afora, especialmente na América Latina? A busca idealizada por uma burguesia nacional e o esforço para viabilizar uma revolução burguesa, vista como tarefa central dos revolucionários comunistas que deveriam lutar para eliminar os “restos feudais” em suas sociedades, antes de pensar em socialismo: tudo isso não poderia ser definido como uma crença supersticiosa num progresso que levaria inexoravelmente ao socialismo?

Foi também contra essa ilusão de aliança com a burguesia nacional – proposta pelos PCs alinhados a Moscou e jamais consumada – que os Tupamaros levantaram os fuzis nos anos 1960. Ao abandonar tal superstição, podiam lutar contra o modelo liberal *batllista* – que operava na mesma chave de progresso, mas dentro dos marcos capitalistas.

³²² MARIÁTEGUI, José Carlos. “Duas concepções da vida” In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e introdução de Michael Löwy. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, p. 53.

Mas atenção: é preciso cuidado para não projetar em direção ao MLN-T um “mariateguismo” inexistente. É possível, sim, encontrar nos depoimentos dos ex-guerrilheiros algumas referências a Mariátegui, como um entre vários autores que influenciaram a formação do MLN-T. Além disso, é perfeitamente aceitável utilizar alguns conceitos de Mariátegui para pensar como e por que se constituiu a guerrilha tupamara – como esboçamos nos parágrafos anteriores. Mas seria uma simplificação, ou um exagero, ver no nacionalismo dos Tupamaros, na busca por um socialismo livre de modelos externos, e mesmo na tendência romântica de disputar o passado nacional, uma ligação direta com a forma de pensar do autor peruano.

O MLN-T buscava o *nacional* e olhava para o passado artiguista no século XIX. Já Mariátegui ocupava-se das questões locais peruanas e olhava para o passado inca, pré-colombiano, ao tentar formular como se daria a luta pelo socialismo no Peru. A ação revolucionária daqueles e a formulação deste são fruto de épocas e realidades distintas, e são elaboradas a partir de óticas absolutamente diversas.

O simples uso do epíteto *tupamaro* não faz do MLN-T uma guerrilha marcada por formulações que valorizem o reencontro com os povos originários – como fazia Mariátegui ao estudar o *ayllu* (conjunto de famílias que detinham a propriedade coletiva da terra) como base de um “comunismo inca”³²³. A ideia de valorização do passado nacional, em busca do qual se organizam os guerrilheiros uruguaios, tem outro sentido. Trata-se de encontrar – na luta original conduzida por Artigas, um descendente de europeus à frente de grupos de homens mestiços – a inspiração e sobretudo a legitimidade para as lutas do presente.

A independência – pela qual lutam Artigas e, um século e meio depois, o MLN-T – passa pela construção de um estado nacional autônomo, livre da opressão colonial, e no qual a terra e a riqueza não estejam concentradas. Não há o fundamento étnico e cultural que Mariátegui acentua em sua obra, e que em nações andinas seria depois recuperado nas lutas sociais do fim do século XX e início do século XXI.

Ainda assim, e agora voltamos a Löwy, seria possível inserir a guerrilha tupamara – e boa parte dos grupos guerrilheiros que atuam nesse período na América Latina – na segunda das vertentes do pensamento marxista que o autor define como “romântica”. Sim, na mesma corrente de Mariátegui, mas com fundamentos e objetivos diferentes.

³²³ Michael Löwy deixa claro que Mariátegui, apesar de não ter uma obra marcada por ilusões ou passadismo, vê nas comunidades indígenas – com sua posse coletiva da terra – “o ponto de partida para uma via socialista própria aos países indo-americanos”. Alinhando-se às observações de Alberto Flores Galindo, Löwy conclui que “o traço essencial do marxismo de Mariátegui – em contraste com o dos ortodoxos do Comintern – é a recusa da ideologia do progresso e da imagem linear e eurocêntrica da história”. (In: LÖWY. “Introdução”. Op. cit., pp. 22 e 23).

No caso dos Tupamaros, essa construção se deveu menos à busca de um idílico passado indígena, pré-europeu, e muito mais à necessidade de lutar por independência, numa América do Sul assolada por ditaduras alinhadas ao imperialismo, num subcontinente dominado por burguesias que haviam tirado a máscara e evidenciado a ausência de compromisso nacional.

A luta pela libertação nacional, no Uruguai que vivia a crise final do *batllismo*, era uma necessidade do tempo presente. Não se tratava de reconstruir um passado comunitário, indígena ou mesmo *gaucho*. Mas de usar a luta e a simbologia dos *tupamaros de Artigas* para legitimar as lutas do presente no século XX. A disputa agora já não se fazia com lanças, mas com fuzis, tiros, discursos e greves. E se fazia também na arte, na construção simbólica e nas ligações entre o passado e o presente.

Juan Rial lembra que a crise do *batllismo* dos anos 1950 – uma crise econômica (provocada pelo fim dos excedentes de exportação agropecuária, que haviam permitido em boa parte financiar um estado de bem-estar) e política (atestada pela derrota dos Colorados em 1958, depois de mais de um século de hegemonia) – se transformou também numa crise do imaginário social que sustentara o Uruguai por meio século:

Si el Uruguay feliz fue el de la utopía de la medianía, la sustitución utópica tendía a buscar el Uruguay socialista como posible salida. Si el Uruguay de la medianía también implicaba el peso fuerte de su masa envejecida de población, el nuevo mito tendía a acentuar la rejuvenización que aportaban los “muchachos”, denominación que comenzaron a recibir nuevos grupos políticos de posición contra, fundamentalmente los que optaran por la vía de la violencia armada³²⁴.

O MLN-T, portanto, foi resultado de um contexto de crise em que se operava na esquerda a tentativa de construir um “contraimaginário social” – na expressão de Rial. Esse contraimaginário, ao se opor ao imaginário liberal e cosmopolita até então dominante no país, foi buscar em símbolos do século XIX a fonte de legitimidade para travar a disputa política.

Nesse ponto, poderíamos recorrer de novo às formulações de Bronislaw Baczko, que destaca o papel decisivo do imaginário social nas disputas políticas:

O poder estabelecido protege a sua legitimidade contra aqueles que a atacam, quanto mais não seja pondo-a em dúvida. Imaginar uma contralegitimidade, um poder fundado numa legitimidade diferente daquela que se reclama a dominação estabelecida, é um elemento essencial do ato de pôr em causa a legitimidade do poder³²⁵.

³²⁴ RIAL, Juan. “El imaginario social uruguayo y la dictadura. Los mitos políticos de la (re)construcción”. In: RIAL, Juan; PERELLI, Carina. *De mitos y memorias políticas. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental*, 1986, p. 30.

³²⁵ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., p. 310.

No Uruguai, o Estado procurava resguardar Artigas, e mantê-lo como símbolo da nação e das instituições. Era uma forma de “proteger sua legitimidade” – na expressão de Baczko. Como símbolo da ordem, Artigas fora útil à elite liberal na virada do século XIX para o século XX, e continuava a ser útil para os conservadores nos anos 1970. Ao mesmo tempo, era com Artigas que os Tupamaros buscavam construir sua contralegitimidade.

Como já mostramos, o MLN-T não estava sozinho nessa busca pelo nacional. O retorno a Artigas e aos símbolos da pátria se tornou tão importante que acabou se incorporando também à grande aliança criada em 1971, unificando quase todas as forças políticas de esquerda no Uruguai. É esse o tema que vamos destacar para encerrar este capítulo.

3.9 Tupamaros na Frente Ampla: balanço de uma trajetória

Em 1971, as principais forças políticas de esquerda do Uruguai, incluindo o PCU, o PS e alas dissidentes de Blancos e Colorados, criaram a Frente Ampla (FA). O próprio MLN-T decidiu participar da Frente e fundou para isso um movimento de massas legalizado: o Movimiento Independientes 26 de Marzo reuniu personalidades, artistas, escritores e lideranças simpáticas aos Tupamaros, que aderiram assim à grande aliança. Pela primeira vez, a esquerda uruguaia se apresentaria unida numa eleição presidencial.

Dois meses após solicitar o ingresso na FA, a direção do Movimiento 26 de Março apresentou os “Fundamentos Políticos” da organização. E, de novo, Artigas surgia de forma dominante: a capa do documento era ilustrada com a espada do líder da independência, no alto, à esquerda. No primeiro parágrafo do documento, já se anunciava que militantes e dirigentes da nova organização deviam “*reconocer la actualidad, vigencia y trascendencia de aquella definitoria frase de Artigas: ‘mi autoridad emana de vosotros y ella cesa ante vuestra presencia soberana*”³²⁶.

³²⁶ “Fundamentos políticos del Movimiento Independientes 26 de Marzo”, julho de 1971. In: Archivo de Lucha Armada David Cápura/CEIU – Universidad de la República.

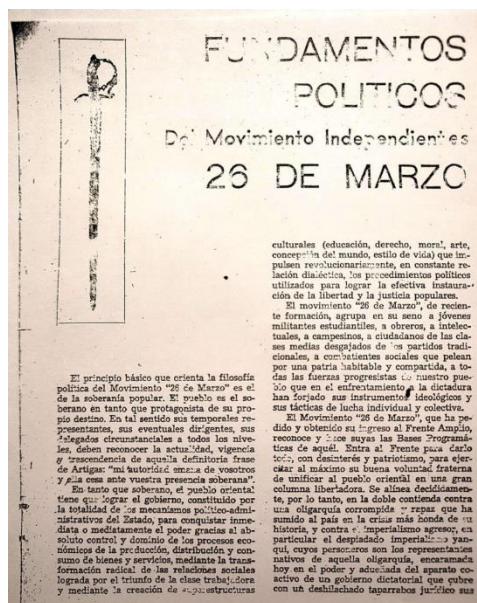


Figura 17 – A espada de Artigas ilustrava panfletos e documentos do Movimento 26 de Março, grupo ligado aos Tupamaros que integrou a Frente Ampla em 1971.

O principal líder da Frente, e candidato presidencial naquele mesmo ano, era o general nacionalista Líber Seregni. No primeiro ato de rua da campanha, em março de 1971, Seregni encerrou seu discurso com um chamado que o historiador Jayme Yaffé considera, àquela altura, “insólito” para boa parte da esquerda uruguaia: “*Padre Artigas, guíanos*”, pedia Seregni diante da multidão de militantes reunida para ouvi-lo³²⁷.

Não deixa de ser sintomático que socialistas e comunistas se unissem sob uma frente que tinha como candidato um general artiguista. Che Guevara, Ho Chi Minh, Mao, Lênin ou Fidel: a essa altura nenhum deles parecia ser mais importante nos combates simbólicos travados pela esquerda no Uruguai do que o “pai Artigas”.

Os Tupamaros não interromperam as ações guerrilheiras nem durante a campanha eleitoral. A Frente Ampla, por sua vez, jamais assumiu qualquer compromisso com a luta armada. O Movimento 26 de Março – que manteve sempre certa autonomia em relação à guerrilha – servia para o combate institucional e permitia dialogar com setores mais amplos que não acreditavam na luta armada.

A Frente Ampla perdeu a eleição, que terminou levando ao poder Juan María Bordaberry, presidente ultraconservador que dois anos depois seria parceiro dos militares num golpe de Estado. Mas, a partir daquela eleição, o “pai da pátria” Artigas passaria a integrar definitivamente o panteão da esquerda.

³²⁷ YAFFÉ, Jaime. Op. cit., p. 417.

Em dezembro de 2016, este pesquisador encontrava-se nos arquivos do CEIU, no prédio da Facultad de Humanidades de la Universidad de la Republica, buscando documentos sobre os Tupamaros, quando um dos funcionários informou que iria embora mais cedo naquela tarde. O motivo: acompanhar um comício da Frente Ampla, que ocorreria a apenas algumas quadras dali, na região central de Montevideú.

O pesquisador que assina esta tese resolveu então também ir até o local. E chegou bem na hora em que os discursos se encerravam. Ainda foi possível ver Pepe Mujica a caminhar pela calçada, cercado por alguns militantes, em direção ao carro que o levaria embora. A multidão permanecia na praça, ocupada por dezenas de barracas e bandeiras dos vários partidos que compõem a FA. Por todos os lados, havia cartazes e faixas em homenagem ao general Seregni.

Sim, aquele não era um comício para pedir votos, mas para celebrar o centenário de nascimento do general artiguista, candidato em 1971 e falecido em 2004. Quase cinquenta anos após a criação da Frente, e três décadas depois do fim da ditadura que manteve a esquerda uruguaia na ilegalidade, na cadeia ou no exílio, os militantes da FA se reuniam – numa praça de Montevideú que leva o nome do general Seregni – para celebrar a memória do militar nacionalista que pedira ao pai Artigas para indicar o melhor caminho.

A Frente Ampla (quando surgiu, em 1971, mas também quando se consolidou no pós-ditadura militar) se apresentou como força política que poderia retomar o projeto do artiguismo, derrotado em 1820. Vista como modelo inovador de esquerda na América Latina, elegeu dois presidentes da República no século XXI: Tabaré Vasquez e Pepe Mujica.

A FA é parte de uma esquerda que disputa a memória e os heróis nacionais de duzentos anos atrás. E o faz, em parte, porque carrega com ela a tradição dos Tupamaros dos anos 1960/1970. Com a volta da Democracia, muitos deles passaram a atuar na Frente Ampla, reunidos em torno do Movimento de Participação Popular, o MPP.



Figura 18 – Cena do comício em homenagem a Seregni, testemunhado pelo autor em 2016; no detalhe, o cartaz com a convocação para a manifestação.

O resgate do passado permitiu à esquerda no Uruguai não só reivindicar o Artigas reformador de 1815, mas também a tradição revolucionária nacionalista de Saravia e dos Blancos, bem como o reformismo de Batlle e dos Colorados: *“La izquierda completa una lectura de la historia uruguaya que le permite reclamarse también como continuación histórica de las ‘mejores tradiciones’ de blancos e coloradas abandonadas por sus herederos contemporáneos”*³²⁸. O historiador Jaime Yaffé caracteriza esse movimento como um *“giro tradicionalista de la izquierda”*. Um giro que levou tanto a esquerda armada quanto aquela que apostava na via institucional a buscar legitimidade no passado para travar as lutas do presente.

Yaffé destaca que essa mudança na ação política não teria sido possível sem a revisão historiográfica dos anos 1960 no Uruguai, com destaque para o já citado trabalho de Lucía Sala, Julio Rodríguez e Nelson de la Torre sobre a “revolução agrária” de Artigas; antecedido pela obra de Benjamín Nahum e José Pedro Barrán sobre o mesmo tema. A Frente Ampla consolidou-se como alternativa de poder aos dois históricos partidos políticos uruguaios porque foi capaz de “inventar” uma tradição de esquerda que dialogasse com o passado. E o artiguismo foi peça central dessa construção: nesse ponto concordamos com Yaffé.

O autor aponta os anos de 1971 a 1973 como centrais nessa consolidação de uma esquerda que aprendeu a dialogar com o passado e a tradição, porque foi esse o momento em que a FA se cristalizou como alternativa de poder, que ressurgiria mais tarde, após a ditadura. Socialistas de várias vertentes, comunistas e também a esquerda artiguista: todas essas forças se reuniram sob o mesmo guarda-chuva político. A nosso ver, no entanto, não é nos anos 1970

³²⁸ YAFFÉ, Jaime. Op. cit., p. 419.

que se deve buscar a eclosão de uma esquerda que olha para as tradições nacionais. Mas um pouco antes.

Foi o MLN-T, antes de a Frente Ampla se constituir, que teve a ousadia de reivindicar Artigas sem meias-palavras. Foram os Tupamaros os catalisadores políticos dessa operação de luta simbólica em que a esquerda já não se via como gestora de um progresso que levaria inexoravelmente ao socialismo, nem como parceira de uma burguesia nacional que faltara ao encontro marcado com a revolução feita em etapas.

Como vimos ao longo deste capítulo, nos partidos de esquerda (no PS e mesmo no PC), na universidade, na juventude e nos movimentos de cultura, havia já intensa busca pelo *nacional* e pelas tradições locais – que têm uma história de longa duração no Uruguai, remontando a Rodó e ao diálogo com o revisionismo histórico. Esse mergulho, de fato, é anterior ao MLN-T, mas o grupo guerrilheiro tupamaro foi o símbolo maior e, ao mesmo tempo, o grande dinamizador desse movimento na esquerda uruguaia.

Em 1971, o MLN-T participou da criação da Frente Ampla, talvez numa operação tática visando acumular forças para a revolução nacional e libertadora que se faria com os fuzis. Os Tupamaros terminaram derrotados na batalha das armas. Mas, na guerra mais prolongada dos símbolos, ajudaram de forma decisiva a consolidar o que alguns historiadores uruguaios definem como um giro tradicionalista da esquerda. Três décadas depois, chegaram de alguma forma ao poder, na medida em que esse giro foi fundamental para que a Frente Ampla se consolidasse como polo político – já não revolucionário, mas reformista e democrático. E profundamente artiguista.

CAPÍTULO 4 – PRT-ERP: SÍMBOLOS E COMBATES PELA ARGENTINA

“Éramos felices, estábamos contentos con lo que hacíamos
[...] y estábamos convencidos que íbamos a triunfar.
[...] lo último que te preocupaba era que te podían matar.”

(**Julio Santucho**, PRT-ERP, depoimento ao autor da tese;
ele perdeu cinco irmãos na luta armada, ou sob tortura)

“Héroe era el que lo mataban, ese era el héroe...

Los héroes de Trelew. O el Che Guevara.

Más héroes que los que triunfaban.”

(**Miguel**, PRT-ERP, depoimento a Vera Carnovale)

Foi num congresso clandestino, realizado nos dias 29 e 30 de julho de 1970, que os militantes do Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), legenda com apenas cinco anos de existência formal, decidiram criar um exército guerrilheiro na Argentina com o objetivo expreso – como anunciavam na resolução aprovada naquela data – de “*desorganizar a las Fuerzas Armadas del régimen*”, para assim fazer possível “*la insurrección victoriosa del proletariado y el pueblo*”³²⁹. O país vivia sob mando militar: não era ainda a ditadura de Videla e Galtieri, que se iniciaria só seis anos mais tarde, mas um governo de generais implantado com o golpe de 1966, que derrubara o presidente constitucional Arturo Illia, da Unión Cívica Radical (UCR)³³⁰.

O Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) nascia, portanto, em meio a um longo período de ebulição, em que diversas forças disputavam o poder, sem conseguir se impor de forma absoluta: a direita, sob comando militar; o peronismo, com apoio entre os trabalhadores,

³²⁹ “Resolución de Fundación del Ejército Revolucionario del Pueblo”, aprovada no V Congresso do PRT, julho de 1970. In: DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir: historia del PRT-ERP – documentos*, tomo I, volume 1, Buenos Aires: Nuestra América, 2010, p. 324.

³³⁰ Desde meados dos anos 1950, como veremos em detalhe mais diante, a Argentina viveu longo ciclo de instabilidade. O peronismo, proscrito da vida política desde 1955, seguiu a ter enorme apoio entre os trabalhadores. A partir de 1958, a Argentina retomou um arremedo de democracia, mas sem a participação das forças peronistas. Dois presidentes eleitos, originários da Unión Cívica Radical (UCR), foram derrubados: Arturo Frondizi foi destituído em 1962; no ano seguinte, outro nome do radicalismo, Arturo Illia, ganhou a eleição, mas teve o mandato interrompido em 1966, por novo golpe militar chefiado pelo general Juan Carlos Onganía, iniciando regime ditatorial que se denominou “*Revolución Argentina*”. Além de Onganía (1966-1970), o poder foi exercido, sucessivamente, pelos generais Roberto Levingston (1970-1971) e Alejandro Lanusse (1971-1973). Este último negociou uma transição que trouxe o peronismo de volta ao poder – o que não encerrou a fase de violência e instabilidade, culminando com o Golpe de 1976.

Sobre esse período, ver: LUNA, Félix. *Argentina: de Perón a Lanusse*. Buenos Aires: Planeta, 1973.

mas bloqueado pelo sistema político; as forças de centro, representadas principalmente pela UCR, que ganhavam eleições mas não conseguiam governar; e uma esquerda revolucionária que incluía os grupos peronistas e o PRT-ERP. Juan Domingo Perón, derrubado por um golpe em 1955, vivia àquela altura exilado na Espanha: era uma presença política dominante, apesar de fisicamente distante do país. Além da eclosão da luta armada, o período foi marcado por intensas manifestações e rebeliões de rua, como o Cordobazo³³¹, ocorrido em 1969.

O ERP se apresentava como uma guerrilha disposta a atuar tanto em áreas urbanas como rurais e, ao contrário de outras organizações surgidas na mesma época na América Latina, não assumia a forma de um *movimento*. As células armadas do ERP seriam “*férreamente dirigidas por el Partido*”, de acordo com os ensinamentos de Giap e dos vietnamitas³³², citados nominalmente, mais de uma vez, no documento fundacional do ERP aprovado durante aquele V Congresso do PRT, em 1970.

Na teoria, adotava-se o princípio de que a guerrilha deveria estar sempre subordinada à direção partidária. Nesse sentido, o PRT-ERP se diferenciava não só de outras guerrilhas argentinas que serão citadas mais adiante, mas também de organizações da chamada Nueva Izquierda do continente que adotaram a forma de OPMs (Organizações Político-Militares, integrando luta armada e linha política), como o MLN-T uruguaio, o MIR chileno, o M-19 colombiano, a ALN brasileira, entre outras.

Num livro dedicado à trajetória do PRT-ERP, em que busca compreender a singularidade do agrupamento argentino, Eduardo Weisz estabelece, nos marcos da tradição weberiana, dois “tipos ideais” de esquerda na América Latina: a Izquierda Tradicional (IT), influenciada pela Revolução Russa de 1917, abarca tanto os partidos comunistas de linha soviética como as organizações trotskistas que se organizam em torno da Quarta Internacional, e adota a categoria universal de luta de classes como base de toda a estratégia revolucionária, tendo a classe operária como dínamo da ação política; já a Nueva Izquierda (NI) se caracteriza pela busca de novos sujeitos sociais capazes de enfrentar a ordem estabelecida, “*en*

³³¹ O Cordobazo foi uma grande rebelião popular na cidade de Córdoba, ocorrida em 29 e 30 de maio de 1969. Foi uma reação a Onganía, que, além de intervir nos sindicatos, queria estipular jornada de trabalho de 48 horas – contra as 44 horas já praticadas em Córdoba, importante centro industrial. A polícia usou munição letal contra os manifestantes, deixando ao menos quinze mortos (os sindicatos, na época, falavam em até cinquenta pessoas assassinadas) e centenas de feridos. O Cordobazo levou ao enfraquecimento do governo de Onganía, que no ano seguinte teve que ceder o poder a outro general, Roberto Levingston.

³³² Vo Nguyen Giap foi o principal estrategista e o chefe das tropas vietnamitas que derrotaram o exército francês e, mais tarde, as forças militares dos Estados Unidos, ao longo dos anos 1950 e 1970. A guerrilha dos vietcongues atuava sob orientação do Partido Comunista, em que se destacava – além do próprio Giap – a liderança de Ho Chi Minh.

*contraposición a la fidelidad clásica de la IT a la clase obrera como sujeto social insustituible de todo proceso de transformación social radical*³³³.

Apesar de ter se alinhado com outras organizações da chamada Nueva Izquierda, formando com elas inclusive um organismo unificado (a JCR, Junta de Coordinación Revolucionaria, já citada em capítulo anterior), o PRT-ERP possuía de fato singularidades que o aproximavam daquilo que Weisz estabelece como tipo ideal de Izquierda Tradicional: definiu-se como partido marxista-leninista, nos moldes clássicos; e, mais que isso, filiou-se durante parte de sua trajetória à Quarta Internacional, sob a direção de trotskistas europeus, muitos deles franceses. Ou seja, aceitava ser a seção local de uma organização internacional, com sede na Europa, no que poderia ser visto como uma contradição ao nacionalismo anti-imperialista típico da NI.

A história do PRT-ERP é, no entanto, surpreendente nesse sentido. Trata-se de agrupamento político – e agora já não é Weisz, mas nós que afirmamos – que, sem jamais abdicar do marxismo-leninismo, teoria com pretensão universal, e mesmo integrando uma organização trotskista internacional, acabou por se inscrever de alguma forma na onda de tradição nacionalista que marcou a esquerda argentina da segunda metade do século XX.

Mais adiante, vamos recuperar a genealogia do PRT-ERP, em que se cruzaram tradições políticas e ideias tão díspares como trotskismo e peronismo, indigenismo e leninismo. Nosso olhar vai se voltar especialmente para um recorte que ajuda a demarcar a singularidade do PRT-ERP: o encontro entre socialismo revolucionário e nacionalismo, num diálogo que abarca um século e meio da história argentina.

4.1 Em busca da nação

A *marca nacional* fica evidente já na primeira ação armada do ERP, em 18 de setembro de 1970, quando um comando guerrilheiro atacou a 24ª Comisaría (delegacia de polícia), na cidade de Rosário: um sargento e um cabo reagiram a tiros e foram mortos. A notícia teve grande repercussão e a nova organização armada, segundo definição do ex-guerrilheiro Daniel de Santis, “*aprovechó esa oportunidad*”³³⁴ para difundir seus princípios políticos, ocupando

³³³ WEISZ, Eduardo. *El PRT-ERP, claves para una interpretación de su singularidad – marxismo, internacionalismo y clasismo*. Buenos Aires: Ediciones del CCC/Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2006, p. 11.

³³⁴ DE SANTIS, Daniel. *La historia del PRT-ERP por sus protagonistas*. Buenos Aires: Editora Guevarista, 3ª edição, 2015, p. 191.

Militante do PRT-ERP desde 1971, De Santis integrou o comitê central da organização a partir de 1975 e foi dirigente na cidade de Rosário. Com a derrota da guerrilha, e após seguir para o exílio, dedicou-se a reunir

espaços nos meios de comunicação que procuravam entender quem estava por trás da ação. Dois dias depois do ataque à unidade policial, o jornal *La Tribuna*³³⁵, de Rosário, publicou em suas páginas o “Programa del Ejército Revolucionario del Pueblo”. O documento traz no primeiro parágrafo uma definição que coloca o grupo, de raiz trotskista, em linha com o nacionalismo argentino do período:

Con esa primera acción publicitada, el Ejército Revolucionario del Pueblo pasa a combatir en forma organizada, uniendo su actividad combatiente a la de otras organizaciones hermanas, asumiendo junto a ellas la responsabilidad militar en el proceso de guerra revolucionaria que ha comenzado a vivir nuestro pueblo, en su lucha contra la opresión económica, política, cultural y militar que la dictadura ejerce en representación del imperialismo yanque y del capitalismo argentino. Es el comienzo de nuestra participación plena en la **guerra de la Segunda Independencia, continuación de la que los fundadores de nuestra nacionalidad, el pueblo y los héroes, San Martín, Belgrano, Güemes etc.**, sus soldados y guerrilleros, los anónimos hombres y mujeres que se sacrificaron junto a ellos, **libraron de 1810 a 1824, contra la dominación española**. Hoy, como entonces, la lucha será larga³³⁶. (grifos nossos)

San Martín, Belgrano, Güemes: heróis nacionais das guerras de independência, travadas no início do século XIX, eram exaltados por aqueles que se lançavam à luta armada na segunda metade do século XX. Ao contrário de Artigas, invocado pela guerrilha uruguaia do outro lado do Prata, e que tinha a marca da distribuição de terras, expressa no Regulamento de 1815, como elemento a facilitar sua identificação com a esquerda, San Martín não deixara símbolos tão fortes que pudessem ser retomados, no campo social, nessa operação de exaltação do passado empreendida pela guerrilha.

Os argentinos do ERP parecem ter resolvido esse dilema de forma simples ao frisar, dois parágrafos adiante, no mesmo programa publicado em setembro de 1970: “*Queremos la liberación nacional y social de nuestra patria*”. A liberação *social* seria, portanto, a marca distintiva dessa “segunda independência” propugnada pelo PRT-ERP, como uma espécie de complemento à obra do libertador San Martín na primeira independência do século XIX. O programa do ERP não citava uma única vez a palavra socialismo. Mas previa um sistema de

documentos e depoimentos sobre a trajetória do agrupamento. O material foi publicado, depois do fim da ditadura militar, em coletâneas que se tornaram fundamentais para o estudo sobre o PRT-ERP.

³³⁵ Fundada em 1928, como órgão de imprensa do Partido Demócrata Progresista, liderado por Lisandro de la Torre, *La Tribuna* foi comprada em 1950 por seus próprios trabalhadores e seguiu nessa condição até 1977, quando foi vendida para empresários ligados à ditadura militar. Não conseguimos precisar, em nossa pesquisa, se a decisão de publicar a íntegra do programa do ERP em suas páginas, em 1970, deveu-se a uma escolha técnica da redação do diário (afinal, era jornalisticamente relevante reunir informações sobre aquele grupamento que começava a atuar, de armas na mão) ou se havia alguma ligação da equipe do diário, naquela época sob direção dos trabalhadores, com os guerrilheiros do ERP.

³³⁶ “Programa del Ejército Revolucionario del Pueblo”, publicado por *La Tribuna*, Rosário, 20/09/1970. In: DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir: historia del PRT-ERP – documentos*, tomo I, volume 2, Buenos Aires: Nuestra América, 2010, pp. 38-40.

“*democracia social*” com “*gobierno revolucionario del pueblo*”, defendia também a ruptura com os Estados Unidos e com o FMI, além da nacionalização dos bancos, a expropriação de todas as empresas de capital internacional, sem pagamento de indenização, a tomada de casas pertencentes aos capitalistas (com a entrega definitiva dos imóveis a seus inquilinos), bem como a criação de programas de alfabetização massiva e a recuperação de pensões e aposentadorias. De modo bem direto, o ERP propunha: “*Supresión del ejército burgués, la policía y todo organismo represivo y su reemplazo por el Ejército Revolucionario del Pueblo y las Milicias Armadas Populares, es decir, por el pueblo en armas*”³³⁷.

Em suma, exaltava-se San Martín, criador do histórico Exército dos Andes, mas ao mesmo tempo defendia-se a destruição do exército *burguês* (é o único trecho do documento em que se utiliza a categoria, tão cara às organizações de tradição marxista). Mas não era tudo. Depois do detalhamento das ações sociais, políticas e econômicas que seriam adotadas num eventual governo revolucionário, o ERP encerrava a apresentação de seu programa com uma conclamação em que o símbolo máximo da revolução socialista latino-americana do século XX era colocado lado a lado com o herói libertador do século XIX:

El Ejército Revolucionario del Pueblo convoca a todos los patriotas a asumir sus responsabilidades, a ocupar su puesto de lucha en nuestra guerra revolucionaria del pueblo, en esta guerra de la Segunda Independencia. El **general San Martín y el Comandante Guevara son nuestros máximos ejemplos**: seguir e imitar su pensamiento y acción y el de nuestros héroes y mártires del pasado y el presente es la tarea de la hora.
A VENCER O MORIR POR LA ARGENTINA!³³⁸
(trecho final em maiúsculas no original; grifos nossos)

Che Guevara e San Martín surgem juntos, na mesma frase, como exemplos para o povo argentino. Mais que isso, a conclamação revolucionária que encerra o texto se dirige não à classe operária – sujeito revolucionário por excelência no discurso da *Izquierda Tradicional* – mas aos *patriotas* argentinos. O ERP se apresentava como uma espécie de fio da história, uma retomada do Exército dos Andes – sobre o qual falaremos mais adiante, ao reconstituir o papel de San Martín nas guerras do século XIX.

Por agora, lembramos que tanto Che como San Martín tinham uma característica comum, além da vocação para o combate: lideraram lutas revolucionárias fora das fronteiras do que viria a ser o território argentino. Che passou por Cuba e pelo Congo, antes de ser derrotado e morrer lutando na Bolívia. San Martín cruzou os Andes para liderar a independência do Chile e, logo depois, do Peru.

³³⁷ “Programa del Ejército Revolucionario del Pueblo”, publicado por *La Tribuna*, Rosário, 20/09/1970. In: DE SANTIS, Daniel. Op. cit.

³³⁸ Idem, ibidem.

Os guerrilheiros de origem marxista promoviam, assim, o encontro heterodoxo de dois líderes argentinos que sempre olharam para além do país de origem. E essa era também uma característica forte do PRT-ERP: a vocação latino-americana, com a construção de redes de apoio mútuo entre grupos guerrilheiros do Cone Sul. Entre as iniciativas, estão a já citada Junta de Coordinación Revolucionaria e a fabricação, em parceria com o ELN boliviano, de uma metralhadora para ser distribuída entre forças guerrilheiras de diversos países.

Ao anunciar seu programa, em 1970, o ERP recuperou imagens, heróis e símbolos do passado, mas criou alguns novos. A nova organização armada surgiu em 1970 com um hino, que chamava para o combate. Numa das estrofes, trazia o verso que se transformaria no lema do PRT-ERP, durante a luta guerrilheira:

Adelante compañeros
Hasta **vencer o morir**
Por una Argentina em armas;
De cada puño um fusil³³⁹.
(grifo nosso)

4.2 Vencer ou morrer: Che Guevara e San Martín

O lema “Vencer ou Morrer” – que marcou a história do PRT-ERP e seria citado repetidamente em panfletos, periódicos e documentos do partido – dialoga de forma eloquente com uma das ideias que permearam os anos 1960 na América Latina: a do sacrifício revolucionário. Para pensar sobre esse recorte, retomamos as reflexões de Claudia Gilman³⁴⁰, já citada no capítulo 1 desta tese.

A autora argentina se debruça sobre as características do que chama de “longos anos sessenta”, período que se inicia com a Revolução Cubana de 1959 e só se encerra após a implantação das últimas ditaduras no Cone Sul, já em meados da década de 1970.

Cláudia Gilman afirma que é possível pensar nos anos 1960/1970 como uma *época* com contornos mentais e políticos muito bem estabelecidos no mundo ocidental. Intelectuais e revolucionários desse período agem sob o comando de algumas ideias-chave, entre elas, a convicção de que o mundo estaria às portas de mudança iminente e a certeza de que a ação armada levaria a uma transformação tão radical quanto irresistível. A violência como instrumento político passou a contar com um “*consenso social relativamente vasto*”³⁴¹.

³³⁹ Apud CARNOVALE, Vera. *Los combatientes – historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2011, p. 124.

³⁴⁰ Ver GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2012.

³⁴¹ GILMAN, Claudia. Op. cit., pp. 50-51.

Outra marca daquele período foi a abertura da Igreja Católica para as questões sociais, tomando partido dos mais pobres, sobretudo a partir dos papados de João XXIII e Paulo VI. Gilman usa o conceito de “guerrilha mística” para se referir à aliança que se estabeleceu entre a fé cristã e a revolução socialista, principalmente após a morte de Che Guevara, quando o revolucionário nascido na Argentina se transformou numa figura mítica, com traços quase religiosos³⁴². *Revolução* é a palavra que domina o cenário carregando com ela, diz Gilman, certo “messianismo”, como se houvesse uma missão inexorável a ser cumprida, com a refundação da sociedade.

Em fevereiro de 1965, Mario Roberto Santucho – que logo viria a ser a principal liderança do PRT-ERP – escreve para o irmão Julio uma carta que revela de maneira cristalina esse tipo de pensamento:

Estoy convencido como te lo dijera ya personalmente que **los verdaderos imitadores, seguidores de Cristo, hoy en día somos los revolucionarios**, los que **entregamos la vida por una sociedad justa**, sin explotadores ni explotados, sin fetiches. Los que desenmascaramos diariamente la falsedad y la injusticia, los que estamos preparando una sociedad nueva³⁴³. (grifos nossos)

A ideia que Santucho expressa na esfera privada ajuda a compreender as motivações daqueles homens e mulheres que se preparavam para uma guerra total na Argentina. São revolucionários que arriscam a vida em nome de uma fé política que, no entendimento de alguns deles, os aproxima dos seguidores de Cristo, com uma capacidade de entrega absoluta: vencer ou morrer pela revolução, sem mediações. É a fé missionária numa “sociedade nova”, e que se faz a partir do “homem novo” – outra ideia-chave da *época*, fundamental para se compreender aqueles longos anos 1960.

O debate sobre o novo homem, que faria brotar a revolução e ao mesmo tempo seria gestado por ela, está presente nos escritos de Che Guevara, quando procura estabelecer a importância de se valorizar um humanismo revolucionário como contraponto ao marxismo tradicional, que se baseava mais na análise de “fatores socioeconômicos”. Para Che, “junto com

³⁴² Idem, *ibidem*, p. 44.

O exemplo mais emblemático dessa ligação da Igreja com a guerrilha é o padre colombiano Camilo Torres, que, em 1966, integrou-se à guerrilha do Ejército de Liberación Nacional (ELN), de linha guevarista, e morreu em combate em sua primeira ação armada. Também há os casos dos freis dominicanos no Brasil, que deram cobertura para Carlos Marighella e a ALN: alguns acabaram presos e barbaramente torturados pela ditadura no fim dos anos 1960, como é o caso de Frei Tito, que terminou por suicidar-se já no exílio em 1974 (sobre o caso, ver: BETTO, Frei. *Batismo de sangue, os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1986).

³⁴³ Carta de Mario Roberto Santucho para o irmão Julio Santucho, em fevereiro de 1965. Apud: SEOANE, María. Op. cit., p. 82. A Carta foi escrita pouco antes da fundação do PRT.

o desenvolvimento de uma nova base material, deve-se criar um ‘homem novo’. E os dois processos são estritamente inseparáveis”³⁴⁴.

Ainda que não seja o centro de nossas reflexões, anotamos que a ideia de um “homem novo” não é um fruto absolutamente original do ambiente revolucionário latino-americano. Ao contrário, Hugo Vezzetti nos indica uma longa trajetória desse conceito:

Una semántica histórica de más larga duración muestra los orígenes cristianos, paulinos en particular, en el tópico del reemplazo del hombre viejo (Adán, el de la Caída y la inclinación al pecado) por el hombre nuevo, unido a Cristo por el bautismo: es el hombre regenerado, renacido en la fe³⁴⁵.

Essa ideia ressurgiria – séculos depois – entre os jacobinos na Revolução Francesa, mas sob uma perspectiva inteiramente diferente: agora já não era a fé religiosa que criaria um novo ser humano, mas o próprio homem que estaria apto a mudar o mundo e a si mesmo. Ao mesmo tempo em que “autoriza” mudanças profundas da realidade social, agora sob o arbítrio humano, o pensamento jacobino cria um impasse: como os homens poderiam chegar a ser “novos” antes mesmo que as leis e as instituições criadas pela Revolução estivessem capacitadas a regenerá-los? Segundo Vezzetti, esse impasse acaba gerando a chamada “impaciência revolucionária”: o povo não deveria esperar mudanças, mas avançar impondo sua vontade por meio de uma ruptura violenta com o passado.

Fragments dessa genealogia jacobina, diz o autor argentino, estão presentes na ação dos grupos guerrilheiros que atuam na América Latina no período por nós estudado:

El mito del nuevo hombre encuentra diversas encarnaciones y herencias hacia el siglo XX. [...] Todas las expresiones de ese proyecto, progresista o radicalizado, han debido enfrentar un problema que era central para los revolucionarios del siglo XVIII: el balance entre la violencia y el tiempo o, para decirlo en el lenguaje de las pasiones políticas, entre la esperanza, el miedo y la virtud³⁴⁶.

Vezzetti dedicou-se a estudar a chamada “violência revolucionária”, observando os grupos de esquerda atuantes em seu país nos anos 1960 e 1970. Para ele, certas organizações estabeleciam uma clivagem bem clara em relação à morte: de um lado, estavam as mortes heroicas de guerrilheiros, “*celebradas como un objeto de culto, que van a converger en la imagen del martirio del Che*”; de outro, estavam “*las muertes insignificantes*” dos inimigos³⁴⁷. Vezzetti retoma também o conceito de “milénarismo revolucionário”, de Norman Cohn:

³⁴⁴ SADER, Eder. “Introdução”. In: *Che Guevara* (Coleção Grandes Cientistas Sociais, coordenada por Florestan Fernandes). São Paulo: Editora Ática, 1981, p. 25.

³⁴⁵ VEZZETTI, Hugo. Op. cit., p. 174.

³⁴⁶ Idem, ibidem, op. cit., p. 178.

³⁴⁷ Idem, ibidem, p. 157.

En condiciones de movilización, de contienda y agitación, propias de un movimiento radical contestatario, coexisten luchas limitadas y por objetivos específicos con un **combate de otra naturaleza, sagrado y esencial**, desmedido en sus proyecciones, lanzado a la **profecía de un cataclismo** del que surgirá un mundo y un hombre nuevos³⁴⁸.

As ideias de martírio e de um combate sagrado e essencial se revelam também na forma de lemas que entrelaçam revolução e morte. É um traço da *época*, que podemos observar por exemplo em documento da Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR), publicado em 1974 no jornal *Estrella Roja*, principal órgão de divulgação do ERP. Vejamos como cada uma das organizações que integra a JCR assina o comunicado:

Libertad o Muerte (MLN-Tupamaros)
 Victoria o Muerte (ELN, Bolívia)
 Patria o Muerte Venceremos (MIR, Chile)
 A Vencer o Morir por la Argentina (PRT-ERP)³⁴⁹.

Liberdade, vitória, pátria e morte. Várias vezes, morte. O sacrifício revolucionário integra essa espécie de “cataclismo” político de que nos fala Vezzetti, como parte do caminho para se chegar ao *homem novo*. Os guerrilheiros latino-americanos não inventaram esse conceito, que, como vimos, tem longa trajetória na história das ideias humanas. Mas é possível dizer que a fórmula foi retomada com características próprias nos longos anos sessenta do continente – como marca de *época*.

Da mesma forma, é evidente que o milenarismo revolucionário – centrado na ideia de militantes que cumprem uma missão política em nome de ideais generosos – não surgiu com Che Guevara e as organizações armadas dos anos 1969 e 1970. O conceito de uma vanguarda que conduziria o mundo ao socialismo estava já presente entre os bolcheviques de 1917, e antes disso entre os socialistas utópicos do século XIX. Mas há uma diferença notável: a Revolução Russa se fez em nome da *ciência* marxista, que estabelecia o socialismo como horizonte inexorável para o *futuro* da humanidade, como desfecho das lutas sociais de classe, a partir de uma lógica de processo histórico que apontava sempre para frente.

O marxismo que inspira a Revolução de 1917 é herdeiro do ambiente de otimismo científico e das ideias de progresso e futuro, que orientam o mundo ao longo de boa parte do século XIX e no início do século XX. Já o mundo em que estão mergulhados os revolucionários dos anos 1960 e 1970 na América Latina é outro: a revolução, é verdade, ainda se constrói com

³⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 166.

³⁴⁹ “A los pueblos de América Latina”. *Estrella Roja*, número 31, março de 1974, pp. 9-14. In: *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>.

a perspectiva de futuro e embasada nos princípios científicos do marxismo; mas agora há, também, um olhar para o *passado* nacional.

O que pretendemos ressaltar é que as marcas de época destacadas por Gilman, Vezzetti e outros autores – o messianismo, a mística revolucionária, o sacrifício militante e a ideia mesmo de “vencer ou morrer” – são componentes de um tipo de socialismo que poderíamos caracterizar como *romântico*, seguindo a elaboração já apresentada no capítulo 1 desta tese. São marcas, todas elas, presentes no discurso das organizações de esquerda argentinas, incluindo o PRT-ERP.

Mas faltaria acrescentar um componente que também dialoga com o socialismo de corte romântico: o olhar nacional. Não falamos do combate ao imperialismo, construído a partir de chaves leninistas, ou de um nacionalismo baseado em argumentos econômicos e consolidado com ajuda das vertentes de esquerda da Teoria da Dependência. Mas do olhar para o *passado nacional*, numa luta para recuperar símbolos do século XIX.

Essa marca nacionalista, a nosso ver, é característica menos valorizada ao se estudar organizações revolucionárias que atuaram na América Latina dos *longos anos 1960*: a revolução socialista aqui passa, também, pela busca de valores locais e símbolos originais.

4.3 Passado e presente: a luta simbólica

No seu V Congresso, o PRT decidiu que o novo exército armado dirigido pelo partido teria uma bandeira própria: o pavilhão escolhido foi exatamente o azul e branco, do Exército de San Martín; mas em vez de trazer o brasão original do século XIX, que segundo a historiografia tradicional havia sido bordado pelas mulheres de Mendoza e costurado ao centro da bandeira quando as tropas partiram em direção ao Chile, o ERP preferiu utilizar uma estrela vermelha de cinco pontas, símbolo que – na geração da *Nueva Izquierda*, na segunda metade do século XX – suplantara a foice e o martelo³⁵⁰.

Luís Mattini, que viria a ser secretário-geral do PRT após a morte em combate em 1976 de seu principal dirigente, Mario Roberto Santucho, traz em seu livro de memórias uma lembrança sobre a escolha da bandeira do ERP, naquele congresso de 1970: “*La adopción de*

³⁵⁰ Os revolucionários bolcheviques de 1917 adotavam tanto a foice e o martelo quanto a estrela vermelha como emblemas, mas o primeiro símbolo ganhou mais centralidade ao compor a bandeira do Estado soviético. Organizações e partidos associados à esquerda tradicional mantiveram a foice e o martelo como símbolo principal. Já a estrela foi usada ao longo do século XX como símbolo de uma esquerda socialista menos alinhada aos soviéticos, em vários continentes.

*la bandera del Ejército de los Andes llenaba de emoción a todos [...] simbolizaba la lucha del pueblo argentino por su liberación nacional entrelazada por la lucha por el socialismo*³⁵¹.

A frase deixa evidente a operação simbólica empreendida pelos dirigentes do partido: entrelaçar a bandeira do exército de San Martín com a estrela que simbolizava a luta pelo socialismo em vários continentes. Sob a estrela vermelha, atuavam naquele período o MLN-T no Uruguai, e os movimentos de libertação nacional em Angola, Vietnã e Coreia; um pouco antes, esse também tinha sido o símbolo de Tito e dos *partisans* iugoslavos que lutaram contra os nazifascistas na Europa.

O apelo ao passado apareceria várias vezes nas publicações do ERP, como no número 22 do jornal da guerrilha *Estrella Roja*, que estampava em sua capa a manchete: “*La primera independencia se ganó combatiendo*”. Página interna do mesmo periódico vinha dividida ao meio: no alto, a figura de Che Guevara com a exaltação a Cuba; e a metade inferior estava ocupada pelo texto “*9 de Julio, aniversario de nuestra primera independencia*”, louvando “*la insistencia de San Martín [...] y la firmeza de Belgrano y otros patriotas*”³⁵².

Este último era também o tema principal de matéria na página 8, sob o título “*Las banderas de la libertad*”. O texto recuperava a decisão de Manuel Belgrano, que decidiu utilizar o pavilhão azul e branco ao comandar as tropas patriotas que combatiam em Rosário, em 1812, e ao marchar ao norte apresentou a bandeira ao povo de Jujuy, contrariando as elites da capital. Belgrano era exaltado como exemplo para os revolucionários do século XX:

Belgrano usa palabras que demuestran el carácter popular de la Guerra de Independencia y de sus jefes, tan distintos de los Comandantes de las Fuerzas Armadas contrarrevolucionarias de hoy. [...] Como a Belgrano em 1812, no nos asustan los conciliadores y vociferantes. **La bandera de los Andes y la Estrella Roja seguirán unidas** y nuestro pueblo sabrá llevarlas a la victoria contra el imperialismo³⁵³. (grifo nosso)

O ERP procurava assim dialogar com setores mais amplos da sociedade e tinha a pretensão de incorporar em suas fileiras todo aquele que quisesse lutar contra a opressão, não só o sindicalista mais experimentado ou o militante com formação de esquerda. Isso possivelmente explica por que o programa publicado em 1970 quase não utilizava categorias marxistas, apelando a um fraseado que conversava com a base peronista de trabalhadores e estudantes, acostumada com o discurso nacionalista.

³⁵¹ MATTINI, Luís. *Hombres y mujeres del PRT-ERP. De Tucumán a La Tablada*. La Plata: Ediciones de la Campana, 2007, p. 62.

³⁵² “9 de Julio, aniversario de nuestra primera independencia”. *Estrella Roja*, número 22, julho de 1973, p. 3. In: *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas – https://eltopoblindado.com/*.

³⁵³ “Las banderas de la libertad”. In: *Estrella Roja*, número 22, julho de 1973, pp. 8 e 9. In: *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político militares argentinas – https://eltopoblindado.com/*.

Já os documentos do PRT – partido fundado em 1965, e cujas origens vamos abordar mais adiante – carregavam características típicas de vanguarda da revolução, e aí sim surgiam definições teóricas em estreita ligação com a tradição marxista-leninista, tributária da Revolução de 1917. Isso fica evidente, por exemplo, no extenso documento publicado pela direção partidária durante o IV Congresso do PRT, em fevereiro de 1968:

Tomaremos de Lenin la caracterización general de cuáles son las tareas en una etapa de transición como la que vivimos [...] Nosotros le damos al término lucha de clases la acepción leninista, y nos oponemos a quienes, en nombre de la lucha sindical, desprecian el alma de la actividad revolucionaria: la lucha política y se autocastran para cumplir la tarea de los revolucionarios que es transformar la lucha sindical en lucha de clases político-revolucionaria³⁵⁴.

Fica nítida, portanto, a diferença entre as formulações internas do PRT e os documentos e publicações do ERP, mais voltados a fazer a disputa simbólica e de propaganda armada, como destaca Pablo Pozzi:

Todos los miembros del PRT eran miembros del ERP, pero el programa de este último era más amplio que el de PRT y no se planteaba socialista. Así, mientras que **el PRT estaba concebido como un partido de cuadros, el ERP era caracterizado como un “ejército popular”**³⁵⁵. (grifo nosso)

É importante, no entanto, frisar que as referências aos chamados heróis da independência do século XIX não surgiram só após a fundação do ERP. Em 1969, quando o PRT ainda ensaiava a adesão definitiva à luta armada, o partido roubou uma agência bancária na localidade de Escobar, província de Buenos Aires. O comando liderado pelo líder maior do partido, Mario Roberto Santucho, foi batizado como “Sargento Cabral” – homenagem a um militar que lutara ao lado de San Martín e morrera no Combate de San Lorenzo³⁵⁶, ocorrido às margens do rio Paraná, em 1813, na província de Santa Fé, numa ação em que salvou a vida do comandante das tropas independentistas³⁵⁷.

Na construção da tradicional historiografia argentina do século XIX, Sargento Cabral virou símbolo do homem que é capaz de entregar a vida em nome da pátria. O herói, de origem

³⁵⁴ “Documento del IV Congreso”, fevereiro de 1968. In: DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir: historia del PRT-ERP – documentos*, tomo I, volume 1. Buenos Aires: Nuestra América, 2010, pp. 212-214.

³⁵⁵ POZZI, Pablo. “Prólogo a la primera edición”. In: DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir: historia del PRT-ERP – documentos*, tomo I, volume 1. Buenos Aires: Nuestra América, 2010, p.27.

³⁵⁶ O Combate de San Lorenzo é tido como a única operação militar importante da qual San Martín participou dentro do território que viria a conformar a futura República da Argentina. San Martín é um herói nacional que, na mesma linha de Simón Bolívar, mais ao norte do continente, tem uma perspectiva de libertação latino-americana. Esse simbolismo de um combate continental casava com as pretensões do PRT-ERP, de construir uma frente internacional guerrilheira.

³⁵⁷ Juan Bautista Cabral, natural de Corrientes, integrava o Regimiento de Granaderos a Caballo comandado pelo então coronel José de San Martín. Logo no início do combate contra as tropas espanholas, que vinham de Montevidéu rio acima, e haviam desembarcado na região de Rosário, o cavalo de San Martín foi atingido: o comandante ficou preso sob o animal e só escapou da carga inimiga graças à intervenção de Cabral, que veio em seu socorro. O militar, de origem humilde, morreu na manobra para salvar San Martín.

popular, era enaltecido pelos rebeldes socialistas do PRT que deram o nome de Cabral à unidade de combate chefiada por Santucho, em 1969:

A partir de entonces, batallones y compañías serían bautizados con nombres y hechos emblemáticos de las luchas por la Independencia: San Martín, Combate de San Lorenzo, etc. Al mismo tiempo, el órgano de difusión del ERP, *Estrella Roja*, dedicaría regularmente una sesión al relato de acontecimientos, anécdotas y acciones heroicas que habían tenido lugar en aquellas luchas³⁵⁸.

É o que observamos, por exemplo, no número 42 do jornal publicado pelo ERP, em outubro de 1974. A capa do *Estrella Roja – órgano del Ejército Revolucionario del Pueblo* trazia no cabeçalho um guerrilheiro a erguer o fuzil, ao lado da estrela que era o símbolo da guerrilha; logo abaixo, a manchete avisava: “*El fascismo será derrotado*”. Àquela altura, a Argentina assistia, sob o governo de Isabel Perón, ao avanço de grupos organizados de extrema direita, como a Triple A (Alianza Anticomunista Argentina), que brotavam de dentro do aparelho de Estado, comandados pelo peronista ultraconservador López Rega. Na página 2, o editorial guerrilheiro atacava o “*reaccionario gobierno de Isabel y López Rega*”, e fazia um discurso triunfalista:

Las fuerzas populares se aglutinan contra un enemigo sanguinario y desesperado. La guerrilla se consolida y crece. Se prepara para nuevas y grandes batallas. Cuanto más brutal y desesperado se vuelve el enemigo más decidida y generalizada es la respuesta del pueblo³⁵⁹.

Apesar do tom otimista, quatro das dezesseis páginas daquela edição do *Estrella Roja* eram dedicadas a homenagear guerrilheiros que haviam tombado em combate ou sob tortura. Ramiro Leguizamon, o “Daniel”, teve seu nome e sua biografia escritos dentro de uma estrela que ocupava toda a diagramação da página 16: como se a vida dele e o emblema da guerrilha se misturassem. Já Eduardo Erni Hold, o “Hugo”, era homenageado com foto e um texto de página inteira:

hijo de familia pobre [...] es capturado herido y con vida por el enemigo en la acción de ajusticiamiento de um miembro de las FFAA. Fiel al partido, en la sanguinaria tortura, no proporciono el más mínimo dato al enemigo, el que en su cruel impotencia lo asesino³⁶⁰.

³⁵⁸ CARNOVALE, Vera. Op. cit., p. 125.

³⁵⁹ “Enfrentar decididamente al fascismo”. *Estrella Roja*, número 42, outubro de 1974, p. 2. In: *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>.

³⁶⁰ “Compañeros Hugo, Héctor y Aníbal: hasta la victoria siempre!”. *Estrella Roja*, número 42, outubro de 1974, p. 3. In: *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>.

Na página seguinte, surgiam as biografias de Jacinto “Gallego” Alonso, o “Aníbal” – imigrante espanhol, operário metalúrgico, ele passara pelo Partido Comunista argentino antes de ingressar no PRT-ERP e era descrito como um “*ejemplo de moral revolucionaria*” –, e de Aristides *Índio* Benjamin Suárez, o “Héctor”. Os dois guerrilheiros morreram na ação de “justiçamento” (era assim que a guerrilha se referia à execução de militares ou empresários escolhidos como alvos) de um oficial do Exército³⁶¹. Há nessa publicação uma clara diferença de tratamento entre a morte heroica, atribuída aos guerrilheiros que tombaram em combate, e a morte tratada quase com indiferença quando a vítima é um inimigo da revolução³⁶².

O que mais nos interessa aqui é destacar como a morte de “Héctor” é descrita, criando uma aproximação entre o guerrilheiro dos anos 1970 e o herói do século XIX:

en la operación de ajusticiamiento del Mayor Gimeno, miembro del ejército opresor, cae ali mortalmente herido al tratar de auxiliar a su compañero responsable, Aníbal, que había sido herido. **Así como en la primera independencia, Héctor repite el ejemplo del Sargento Cabral que ofrenda su vida al correr en ayuda de su jefe.** El compañero nos muestra con su sacrificio hasta las últimas consecuencias, cuál es el único y verdadero camino que sigue nuestro pueblo trabajador para **lograr la segunda y definitiva independencia**³⁶³. (grifos nossos)

O texto tenta criar assim uma equivalência entre as ações dos dois combatentes: Cabral e “Héctor” estão irmanados no sacrifício que se faz em nome da independência, da pátria e da revolução. A historiografia mitrista³⁶⁴ construía os heróis canônicos do século XIX, e agora a guerrilha de esquerda do século XX nem precisava buscar outros mitos: bastava criar uma identificação entre os guerrilheiros e os patriotas das lutas sanmartinianas, que ajudava assim a legitimar as ações guerrilheiras.

Chama a atenção que, de uma página para outra, o *Estrella Roja* salte da identificação individual “Héctor”/Sargento Cabral para a identificação coletiva ERP/Exército dos Andes. As

³⁶¹ Num artigo publicado em 2007, a historiadora Vera Carnovale lista 58 execuções cometidas pelo PRT-ERP, incluindo 37 execuções premeditadas, 6 ocorridas durante ações em que o objetivo final não era matar aquelas vítimas e mais 15 casos duvidosos em que não é possível delimitar responsabilidades. Entre os mortos, a maioria é de militares ou policiais (34) e empresários (15); também foram executados 4 militantes tidos como traidores/colaboradores das Forças Armadas e 3 sindicalistas, e ainda foram listados 2 casos como “outros”. Ver CARNOVALE, Vera. “En la mira perretista”. In: *Revista Lucha Armada en la Argentina*, ano 3, número 8, Buenos Aires, 2007, pp. 4-31.

³⁶² Trata-se de uma típica operação discursiva das organizações armadas dos anos 1960 e 1970, como indica Hugo Vezzetti: “*El aura de heroicidad que rodea la muerte propia, cuando es buscada con valor y determinación, se borra cuando es desplazada a la muerte de los otros, particularmente si se trata de ejecuciones. Allí, la moral del guerrero e la ética del combate quedan trastocadas en la posición siempre siniestra del verdugo. La muerte heroica es única, la muerte ejercida como ejemplo o como instrumento del terror es siempre banal, incluso administrativa*” (VEZZETTI, Hugo. Op. cit., p. 159).

³⁶³ “Compañeros Hugo, Héctor y Aníbal: hasta la victoria siempre!” *Estrella Roja*, número 42, outubro de 1974, p. 4. In: *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>.

³⁶⁴ Referência ao historiador e presidente da República argentina no século XIX Bartolomé Mitre.

páginas 5 e 6 do referido periódico são dedicadas a uma seção que é quase obrigatória nas várias edições do jornal: os “Relatos de la Guerra por la Primera Independencia” retomam episódios do século XIX, que servem de inspiração aos revolucionários socialistas do século XX. Nesse caso, o texto traz detalhes sobre “La construcción del Ejército de los Andes” e vem acompanhado de uma sóbria gravura do general libertador. O periódico da guerrilha narra o período em que San Martín esteve na região do Cuyo (hoje, integrada pelas províncias de Mendoza, San Juan e San Luís, na fronteira com o Chile), aguardando o melhor momento de partir para enfrentar os espanhóis, que resistiam à independência, do outro lado da cordilheira:

La organización del Ejército de los Andes es uno de los hechos más extraordinarios de la historia militar. Su origen data de 1814, San Martín estaba convencido de que el único camino a la victoria de la guerra por la independencia eran los Andes y el Pacífico, es decir primero derrotar a los españoles en Chile y definitivamente en Perú³⁶⁵. (grifo nosso)

O ERP exalta o general por sua estratégia, mas reconhece o papel da população que ajudou a equipar as tropas antes que San Martín saísse rumo ao Chile: com pólvora, uniformes, alimentos e mulas para o transporte, mas também com apoio pessoal. O jornal guerrilheiro desce a detalhes e elogia a participação de Frei Luís Beltrán, religioso que ajudou San Martín a forjar armas para as tropas, trocando o hábito católico pela farda de tenente da artilharia, no exército que rumaria para a vitória de Chacabuco em 1817.

³⁶⁵ “La construcción del Ejército de los Andes”. *Estrella Roja*, número 42, outubro de 1974, pp. 5 e 6. In: *El Topo Blindado – centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>.



Figura 19 – a) No Estrella Roja, em outubro de 1974, o ERP homenageia o guerrilheiro “Héctor”, morto em combate, e o compara ao herói do século XIX Sargento Cabral; b) Na página seguinte, a figura de San Martín e a exaltação do Ejército dos Andes.

Nesse texto, fica implícita uma ideia: o auxílio popular a San Martín no século XIX foi tão decisivo quanto o apoio que o ERP esperava receber do povo argentino naquele período tão conturbado da história argentina, na segunda metade do século XX. Pouco tempo depois da publicação desse texto, no entanto, a organização político-guerrilheira estaria derrotada, com a maioria de seus militantes presos, assassinados ou desaparecidos logo nos primeiros meses da ditadura que se instalou em março de 1976.

Vamos, a partir de agora, retomar a trajetória do PRT-ERP, ressaltando que nosso objetivo central não é fazer uma análise exaustiva sobre as táticas guerrilheiras nem estabelecer possíveis motivos que levaram ao desfecho trágico da luta armada, mas nos debruçar sobre um aspecto em especial: como e por que uma organização de esquerda, formada na tradição marxista, realiza esse mergulho em direção à tradição nacional.

4.4 PRT-ERP: origens

Quando o ERP foi criado, em 1970, o PRT tinha apenas cinco anos de existência. O partido surgira numa reunião com pouco mais de cem militantes, dentro de um sindicato no bairro portenho de Once, no dia 25 de maio de 1965 – sintomaticamente, a data da revolução de independência no século XIX. A marca nacional já aparecia nessa escolha, que não foi aleatória³⁶⁶. Segundo depoimento a nós concedido por Julio Santucho, irmão do principal líder

³⁶⁶ As negociações para criar o partido, como veremos mais adiante, já se davam desde meados de 1964. Os militantes poderiam ter escolhido qualquer dia, mas preferiram exatamente a data em que o Cabildo de Buenos

do grupo guerrilheiro, o grupo de militantes que vinha do norte do país tinha muita afeição pelo tema da História Nacional, dedicando a isso boa parte do esforço de formação dos militantes³⁶⁷. Isso se reflete nos periódicos do partido e na disputa por símbolos e datas, visível já no dia da criação do partido, em 1965. Para compreender melhor essa característica, é preciso entender de onde vem a legenda.

O PRT – fundado durante o instável governo de Arturo Illia (UCR), que logo seria derrubado por um golpe militar – era resultado da confluência de duas forças com origens muito diferentes, mas complementares do ponto de vista político e geográfico. De um lado, **Palabra Obrera (PO)**, grupo trotskista liderado por **Nahuel Moreno**, com alguma inserção entre operários da região metropolitana de Buenos Aires. Tinha núcleos de militantes também nas fábricas de Córdoba e Rosário, bem como bases organizadas nos sindicatos de engenhos açucareiros de Tucumán, no norte do país.

De outro lado, **Frente Revolucionario Indoamericanista Popular (FRIP)**, movimento organizado a partir de uma livraria e de uma revista com viés nacionalista e indigenista, dirigidas por Francisco René Santucho, em Santiago del Estero, no norte da Argentina, mas com ramificações também em Tucumán, onde o irmão mais novo de Francisco, **Mario Roberto Santucho**, o Robi, era líder estudantil na universidade. Como veremos adiante, para compreender a ação e as ideias daquele que seria o líder maior do PRT-ERP, Mario Roberto Santucho, é preciso entender o papel do irmão Francisco René.

Em julho de 1964, PO e FRIP assinaram um acordo de frente única que, seis meses depois, evoluiu para o Partido Unificado FRIP-PO, até que em maio de 1965 chegou-se ao nome PRT, adotado no Primeiro Congresso oficial do partido.

Uma análise mais apressada poderia nos levar a olhar para FRIP e PO como duas forças políticas absolutamente estanques, que se encontraram de forma surpreendente nos anos 1960, dando origem a essa organização política, o PRT-ERP, que Michael Löwy definiu como uma síntese “*original y explosiva*”³⁶⁸ da esquerda argentina. De fato, os trotskistas liderados por Moreno carregavam a marca do que definimos no começo do capítulo como Izquierda Tradicional: preferiam apostar na organização da classe operária e acreditavam que a revolução viria do acúmulo de força, que levaria a um grande movimento insurrecional nos moldes de 1917. Já os irmãos Santucho vinham com a marca indigenista, do norte da Argentina, agregando

Aires, em 1810, elegera a nova Junta, primeiro passo do tortuoso processo que levaria ao rompimento definitivo com a Coroa espanhola.

³⁶⁷ Ver: Depoimento de Julio Santucho ao autor da tese, Buenos Aires, julho de 2023; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

³⁶⁸ LÖWY, Michael. “Prólogo”. In: WEISZ, Eduardo. Op. cit., p. 7.

ao novo partido preocupações mais características de uma “Nueva Izquierda”, e que podem explicar o diálogo que o PRT-ERP estabeleceu com o passado nacional argentino.

Esse é o panorama geral. Mas a história é mais complexa. É importante observar as nuances que marcaram cada uma das forças que deram origem ao PRT, e que ajudam a compreender as relações do partido-guerrilha com a questão nacional na Argentina.

4.4.1 Trótsky e Perón na Palabra Obrera

Palabra Obrera (PO) era o nome de um jornal que foi editado por militantes trotskistas argentinos entre 1957 e 1965, e que acabou por batizar também a organização dirigida por Nahuel Moreno e Ángel Bengochea. Em torno deles, aglutinavam-se os herdeiros políticos de pequenas organizações trotskistas que vinham dos anos 1940 – e que por sua vez descendiam dos primeiros grupos inspirados nas ideias de León Trótsky, revolucionário russo que rompeu com Joseph Stalin e partiu para o exílio nos anos 1920³⁶⁹.

O Grupo Obrero Marxista (GOM) havia sido fundado pelo próprio Moreno em 1944, a partir de uma associação de bairro na Villa Crespo, em Buenos Aires. De início, assumiu posições visceralmente antiperonistas e considerava o 17 de outubro de 1945 – data-chave do peronismo quando, após massivas manifestações operárias, Perón saiu da cadeia e iniciou a marcha que o levaria à presidência na eleição do ano seguinte – como um “*de los tantos golpes de cuartel*” que marcam a história argentina³⁷⁰. O grupamento trotskista tratava Perón como agente do imperialismo, negando inclusive o caráter nacionalista do movimento que àquela altura galvanizava os trabalhadores argentinos³⁷¹.

³⁶⁹ Os primeiros grupos trotskistas na América Latina surgem a partir de cisões dos partidos comunistas alinhados a Moscou, refletindo em boa parte as disputas entre Stalin e Trótsky na União Soviética. Na Argentina, é criado em 1929 o Comitê Comunista de Oposição, liderado pelos irmãos Guinney (de origem inglesa) e pelo espanhol Camilo López. Logo depois, surgem grupos da chamada Oposição de Esquerda também em Cuba, no Chile e no Brasil (onde é criada a Liga Comunista Internacionalista – dirigida por Mario Pedrosa e Fúlvio Abramo). Nos anos 1930, vários desses grupos ajudam a organizar a Quarta Internacional, sob inspiração de Trótsky, que passa os últimos anos de vida (1937-1940) no México, até ser assassinado por um agente stalinista. Dois trotskistas argentinos – J. Posadas e Nahuel Moreno, com concepções distintas sobre táticas e alianças – tiveram papel importante nas disputas que levariam à divisão da Quarta Internacional. Sobre a gênese do trotskismo na América Latina e as rupturas da Quarta Internacional, ver: COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁷⁰ O GOM publicava o jornal *Frente Proletário*, além de uma revista teórica que não deixava dúvidas sobre a inspiração política daqueles militantes: *Revolución Permanente*. Os dois periódicos, naquele período, estavam coalhados de avaliações depreciativas do peronismo e do movimento operário argentino que, na avaliação da pequena organização dirigida por Moreno, estaria “*narcotizado por el Estado*” e dominado por lideranças “*burocratizadas*” (Ver: COGGIOLA, Osvaldo. *Historia del trotskismo argentino (1929-1960)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985, pp. 92-98).

³⁷¹ Coggiola, especialista no trotskismo argentino, faz avaliação dura sobre as posições dos morenistas: “*Al negar al peronismo todo carácter nacionalista, el GOM dejó pasar por delante de sus narices el movimiento nacionalista*”

Formados na tradição clássica do marxismo europeu, os militantes do GOM não eram os únicos a desconfiar do movimento de massas peronista. Posições semelhantes eram adotadas por outras organizações trotskistas no período, bem como pelo Partido Comunista Argentino (ligado a Moscou) e pelo Partido Socialista, de linha social-democrata. Mais adiante, vamos voltar a esse tema.

Apesar da posição sectária em relação ao peronismo, a corrente morenista conseguiu avançar para além de uma atuação puramente ideológica, e passou a atuar na organização efetiva dos sindicatos – especialmente na indústria do couro. O GOM, que começara com apenas uma dezena de militantes em Villa Crespo, tinha mais de cem militantes em 1948, quando decidiu mudar seu nome para POR (Partido Obrero Revolucionario) – mantendo ainda forte oposição ao peronismo e à CGT (Central Geral dos Trabalhadores), hegemônica por dirigentes peronistas.

Não é nosso objetivo retomar em detalhes a história do trotskismo argentino, mas observar o GOM-POR, entre 1944 e 1954, como ponto de partida do que mais tarde será o grupamento Palabra Obrera, constituindo assim parte da genealogia do PRT-ERP. É significativo, para nós, o antiperonismo visceral dessa esquerda trotskista durante o primeiro governo justicialista. Até porque, logo adiante, haverá uma mudança brusca.

A partir de 1954/1955, Perón passa a enfrentar oposição cada vez mais forte à direita e por isso busca apoio em grupos de esquerda, incentivando dirigentes socialistas a formarem o Partido Socialista de la Revolución Nacional (PSRN). A nova legenda é organizada por dissidentes do tradicional PS, mas incorpora também militantes trotskistas. De forma surpreendente, o POR de Moreno aceita se dissolver na nova legenda, que assume forte viés nacionalista. Os morenistas passam a controlar o PSRN na Província de Buenos Aires e a editar o periódico do partido *La Verdad*.

Pela primeira vez, os trotskistas ganhavam relevância num partido que disputava votos de setores mais amplos da classe operária, em eleições nacionais. O senso de oportunidade parece explicar o estranho giro da organização trotskista, que aceitava atuar no PSRN como a “ala esquerda” do peronismo. Moreno justificava a mudança com uma autocrítica em que lamentava não ter compreendido antes a profundidade do “*plan yanqui*” que desde o fim da Segunda Guerra fora posto em marcha para dominar a América Latina, e que agora ameaçava a continuidade do governo nacionalista:

latino-americano más importante de posguerra [...] el GOM adoptó una posición de sectarismo visceral frente a las movilizaciones obreras que, junto al ascenso del peronismo, habrían de modificar para siempre la vida del país” (COGGIOLA, Osvaldo. *Historia del trotskismo argentino*. Op. cit., pp. 99 e 100).

este hecho decisivo no fue comprendido en toda su amplitud por ninguna corriente del movimiento obrero [...] Nosotros no somos una excepción: no hemos sabido hacer un análisis exhaustivo de ese plan y no lo hemos sabido denunciar con toda la precisión y magnitud que eran necesarias³⁷².

A nosso ver, no entanto, a explicação é outra. Ao deixar de ser uma organização puramente dedicada ao debate ideológico e à disseminação das ideias de Trótsky, passando a atuar na organização efetiva dos trabalhadores, nas lutas sindicais, a corrente de Moreno foi tocada pela realidade argentina. Era inviável ser sindicalista sem dialogar com o peronismo. A alternativa seria comportar-se como uma seita. E, ao que parece, os trotskistas liderados por Nahuel Moreno tinham pretensões maiores.

O reconhecimento tardio, por várias forças de esquerda marxista, da centralidade do peronismo nas lutas sociais da Argentina e da importância de uma política nacionalista diante do avanço imperialista após a Segunda Guerra não evitou a queda do governo. Perón foi derrubado pela chamada Revolução Libertadora, em 1955³⁷³, e os morenistas criaram então o Movimiento de Agrupaciones Obreras (MAO), que ganhou força no período seguinte, ao longo dos anos da chamada Resistência Peronista.

É impossível falar da origem de Palabra Obrera, portanto, sem compreender sua relação dúbia com o peronismo. Primeiro, na fase GOM-PRO, há confrontação aberta com o justicialismo, considerado um entrave para a verdadeira organização do povo trabalhador; depois, às vésperas da queda de Perón em 1955, os morenistas, já integrados ao PSRN e ao peronismo, participam do grande giro em direção ao nacionalismo realizado por algumas forças políticas na Argentina. Esse giro, a nosso ver, terá influência na forma como futuramente o PRT-ERP vai se relacionar com o passado nacional e com a simbologia nacionalista. E é importante guardar a ideia de que o mergulho da esquerda argentina rumo ao nacional ocorre, portanto, antes da Revolução Cubana.

Em 1957, o MAO se transformou em Palabra Obrera e passou a publicar o jornal homônimo que trazia como subtítulo: “*Órgano del peronismo obrero revolucionario*”. A primeira edição do jornal, em 23 de julho de 1957, dava destaque na capa à campanha pelo voto em branco nas eleições para a Constituinte convocada pelos grupos que derrubaram Perón, e avisava: “*Todo es fraude sin legalidad para el partido mayoritario y su líder*”³⁷⁴. Era arriscado

³⁷² MORENO, Nahuel. *1954, ano clave del peronismo*. Buenos Aires: CEHUS, 2021, p. 5 (edição digital em PDF; o folheto originalmente foi publicado em 1956).

³⁷³ A maior parte da esquerda tradicional argentina, incluindo o PS e o PC, apoiou a queda de Perón em 1955.

³⁷⁴ *Palabra Obrera*, número 1, julho de 1957. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

citar o nome de Perón e de seu partido, que estavam oficialmente proscritos, mas ficava claro que era a eles que os morenistas se referiam.

O número 4 de *Palabra Obrera*, em agosto de 1957, trazia na capa as “*consignas*” (palavras de ordem) da organização, entre elas: “*recuperar nuestra central obrera*” (referência à CGT peronista, sob ataque depois de 1955) e “*conquistar la legalidad del Partido Peronista, sus dirigentes y todos los que resistieron a la Libertadora*”³⁷⁵. Na edição seguinte, o periódico morenista avançava mais uma casa na adesão ao peronismo, defendendo que o 17 de outubro fosse declarado pelo movimento sindical como “*El 1o de Mayo Criollo*”, com a seguinte justificativa:

Considerando

Que la clase trabajadora explotada por **la oligarquía extranjera y nacional** siempre ha tenido un día para testimoniar su protesta contra la explotación de que era objeto; [...]

Que en los países como el nuestro, en donde **a la lucha contra la explotación del hombre por el hombre se le superpone y se le combina la lucha por la liberación de la Patria** de todo vasallaje internacional, los trabajadores tienen fechas que testimonian no sólo el repudio a la explotación sino **más especialmente a la explotación combinada nacional y social**; [...]

Declarar el 17 de Octubre día de protesta para todos los trabajadores argentinos, **denominándolo 1º de mayo criollo**³⁷⁶. (grifos nossos)

O agrupamento, com raiz marxista e internacionalista, mergulhava de forma decidida em direção ao nacional. O Primeiro de Maio, como se sabe, tem caráter central para organizações de origem sindical. Os trotskistas propunham sobrepor a marca local – o 17 de outubro peronista – à tradição da luta internacional. A disputa de datas não parava por aí. O jornal dos morenistas também defendia que o 16 de setembro (dia da chamada Revolução Libertadora, que levara à derrubada de Perón em 1955) fosse declarado pelos sindicalistas como “Dia de Duelo Nacional y Popular”³⁷⁷.

Logo depois, o agrupamento foi ainda mais fundo nas declarações de fidelidade ao peronismo, fazendo anotar no cabeçalho do jornal a seguinte inscrição: “*Bajo la disciplina del Gral. Perón y del Consejo Superior Justicialista*”. Dirigentes do grupo tentaram mais tarde explicar essas definições como parte de um “acordo técnico” com os peronistas, ou como simples concessões para influenciar a massa peronista³⁷⁸. A essa altura, a organização adotava

³⁷⁵ *Palabra Obrera*, número 4, agosto de 1957. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

³⁷⁶ *Palabra Obrera*, número 5, agosto de 1957. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

³⁷⁷ *Palabra Obrera*, número 8, setembro de 1957. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

³⁷⁸ Ver COGGIOLA, Osvaldo. Op. cit., p. 144.

a tática do “entrismo” junto aos trabalhadores, ou seja, para ganhar simpatias e conquistar novos militantes, se apresentava explicitamente como parte do peronismo. Isso aparece não só no cabeçalho do jornal, mas também em textos de análise de conjuntura publicados por *Palabra Obrera*.

Em 1964, o jornal dos morenistas pedia, em nome “*de nuestro movimiento peronista*”, que o general – então exilado na Espanha – voltasse à Argentina com “*un claro programa revolucionário*”³⁷⁹. Estamos, portanto, diante de militantes trotskistas que, ainda que fosse por oportunismo, falavam do peronismo em primeira pessoa. Consolidava-se uma peculiaridade bastante argentina: o trotskismo peronista.

Nos acordos que levaram à formação do PRT, partiu da FRIP a crítica ao “entrismo”. O entendimento era de que isso tirava a independência do novo partido, que pretendia se apresentar como vanguarda revolucionária dos trabalhadores e, portanto, não poderia se manter a reboque do peronismo. Oficialmente, concordou-se em abandonar a tática entrista, já no Congresso de fundação do partido em 1965. Mas entre os princípios escritos e o pragmatismo político, o segundo parece ter falado mais alto. No ano seguinte, o PRT ainda se apresentava às lutas dos trabalhadores de engenhos de açúcar, na província de Tucumán, como Comité Obrero de la Juventud Peronista de San José³⁸⁰.

Além do entrismo peronista, outra característica a se observar na organização dirigida por Moreno, na fase em que se apresenta como *Palabra Obrera* (1957-1965), é sua oscilação entre duas possibilidades táticas: a insurrecional originária da Revolução de 1917, ou seja, o entendimento de que a classe operária organizada, sob liderança de uma vanguarda partidária, provocaria um levante popular colocando em xeque o poder burguês; ou a tática da luta armada que, a partir de um foco rural, aceleraria a revolução – nos moldes do movimento liderado por Che Guevara e Fidel Castro em Cuba.

Depois do triunfo da Revolução Cubana, em 1959, o grupo trotskista passou a olhar para a possibilidade de um levantamento popular que viesse do campo – e não necessariamente das fábricas. Especialmente após 1961, quando Fidel declarou o caráter socialista da revolução, *Palabra Obrera* passou a ver o modelo cubano como possibilidade efetiva para a Argentina. A consequência foi dar mais atenção para a Argentina agrária, como possível foco da revolução socialista.

³⁷⁹ *Palabra Obrera*, número 373, novembro de 1964. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

³⁸⁰ Apud: Weisz, Eduardo. Op. cit., p. 30.

Líderes trotskistas como Ángel Bengochea e Hugo Santilli foram enviados no início dos anos 1960 à província de Tucumán, para atuar na organização dos trabalhadores do setor açucareiro – e passaram a ter papel central especialmente entre os empregados do Engenho San José, em parceria com o dirigente sindical Leandro Fote. Foi ali, em Tucumán, que os trotskistas travaram contato com os Santucho e outros integrantes da FRIP: importante notar que isso ocorreu no norte agrário da Argentina, e não na capital Buenos Aires. Esse movimento em direção ao país profundo, agrário, guarda semelhança com o que ocorreu no Uruguai, como narramos no capítulo 2: militantes socialistas, como Raúl Sendic, deixaram Montevideu para ajudar na organização dos trabalhadores da cana-de-açúcar, e essa ligação teve peso decisivo na formação dos Tupamaros – da mesma forma como acontecia com os futuros dirigentes do PRT-ERP na Argentina.

Em 1962, Nahuel Moreno publicou *La Revolución Latinoamericana* – coletânea de textos e discursos em que dizia que Cuba mostrara a necessidade de se romper com o dogma marxista de que só a classe operária poderia comandar a revolução. Para nossa tese, não interessa aprofundar o debate (tão forte naquele período, entre teóricos de esquerda) sobre qual era o modelo revolucionário correto: o foquismo, sob influência cubana, ou a insurreição operária, na tradição bolchevique. Nosso objetivo é ressaltar o giro latino-americano que se produz nas formulações desse grupo – de matriz trotskista e, portanto, com pretensões universalistas. Era hora de tirar a centralidade europeia das formulações revolucionárias, afirmava Nahuel Moreno:

El marxismo está enfrentado a una nueva situación objetiva que le obliga a quitarse de su antiguo velo europeo. Desde Marx a Lenin y Trótsky, dicho velo era correcto, pues la revolución era europea. Pero desde la última posguerra, el velo nos dificulta y entorpece la visión³⁸¹.

O que importa ressaltar é que, na genealogia do PRT-ERP, há uma organização como Palabra Obrera, ligada à tradição trotskista, mas que também traz um duplo olhar para o nacional: a relação dúbia (por fim, positiva) com o peronismo e a preocupação em pensar a revolução sem lentes europeias, a partir da experiência local.

Em 1962, Palabra Obrera enviou dirigentes para Cuba, entre eles Bengochea. Sob influência dos cubanos, este último passou a defender o início imediato da luta armada. Moreno e a maioria da organização fizeram então um recuo e reafirmaram a centralidade do partido, considerando “desvio putschista” apostar todas as fichas na guerrilha.

³⁸¹ MORENO, Nahuel. *La Revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones PO, 1962, p. 3.

Nesse mesmo ano, Nahuel Moreno foi a Tucumán, e pela primeira vez se reuniu pessoalmente com Mario Roberto Santucho e outros dirigentes da FRIP, iniciando as conversações que levariam à criação do PRT³⁸². Poucos meses depois, em junho de 1963, Moreno ajustou suas posições em relação ao guevarismo, e publicou no jornal da organização texto que mais tarde seria editado também como folheto para divulgação: “Dos métodos frente a la Revolución Latinoamericana”. Era crítica frontal ao foquismo:

Nosotros creemos que la clase explotada a la vanguardia de la revolución latinoamericana cambia de país en país y de etapa a etapa. **Hemos superado el esquema trotskista** de que sólo el proletariado es la vanguardia de la revolución, pero **no para caer en otro tan funesto** como aquel³⁸³. (grifos nossos)

Moreno levava uma década para ir do antiperonismo radical ao heterodoxo trotskismo “sob a direção do General Perón”. Agora, em menos de dois anos, transitara da absoluta empolgação com o modelo foquista de Cuba para uma visão crítica do guevarismo, que no mesmo texto ele define como “moda trágica” entre as esquerdas.

Mais do que apontar as oscilações teóricas desse líder trotskista que tem papel importante na formação do PRT, interessa-nos com esse relato sobre Palabra Obrera apresentar mais um indício de que a Revolução de 1959 em Cuba não pode ser apontada como único – nem mesmo como o principal – catalisador do mergulho em busca dos símbolos do passado realizado pela esquerda latino-americana nas décadas seguintes. Ora, acabamos de ver que o grupo trotskista via a experiência cubana como um entre muitos caminhos que poderiam levar à revolução. E não abria mão de fazer a crítica ao guevarismo.

Aqui, a nosso ver, há uma reafirmação do local e do nacional, como alternativas ao caminho universal de revolução que ainda formava o substrato teórico tanto dos partidos comunistas de linha soviética quanto de várias organizações trotskistas. Não basta, diz Moreno, trocar um modelo europeu (o “esquema trotskista”) por outro modelo, ainda que ele seja oriundo da América Latina: o esquema guevarista também poderia ser “funesto” e levar a derrotas trágicas. O caminho, portanto, deveria ser argentino.

Mais um sinal de que a adesão da esquerda ao nacionalismo na Argentina (assim como em outros países da América do Sul) precede o giro cubano. São marcas de uma esquerda que

³⁸² Pouco antes da união com a FRIP se consumar, Bengochea lidera uma fração de militantes que se retiram do grupo Palabra Obrera para iniciar ações armadas urbanas, com o objetivo de acumular forças para depois implantar um foco guerrilheiro em Tucumán. Mas, de forma trágica, Bengochea morre num apartamento de Buenos Aires, numa explosão acidental enquanto maneja o arsenal que preparava. Na mesma explosão, morre Hugo Santilli, que tivera papel fundamental na aproximação entre os trotskistas e a FRIP.

³⁸³ MORENO, Nahuel. *Dos métodos frente a la Revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: CEHUS, 2016 (PDF produzido a partir da publicação original do texto de Moreno, em 1964). Sobre o tema, ver também: WEISZ, Eduardo. Op. cit., p. 36.

é nacional, sem deixar de ser marxista. E que defende o *futuro* socialista colocando o *passado* em pauta: entram na disputa simbólica heróis do século XIX, como San Martín e Sargento Cabral, e cânones do peronismo como o 17 de outubro.

4.4.2 Federalismo e indigenismo na FRIP

A FRIP, outra força que se juntou à Palavra Obrera em 1965 para dar origem ao PRT, carregava também a marca do nacionalismo. Mas chegara a ele por outros caminhos: sem ceder ao peronismo, e muito mais em função do indigenismo e do federalismo antiliberal e anticospopolita – indissociáveis do fato de ser uma organização criada no norte argentino, em Santiago del Estero, terra natal dos irmãos Santucho.

As origens da família remontam ao início do século XIX, quando naquela região seca e pobre chegaram as tropas de Manuel Belgrano, durante as guerras de independência. O primeiro Santucho teria sido um soldado de Belgrano que terminou por se fixar num povoado na divisa entre Santiago del Estero e Tucumán. Foi ali que, em 1897, após três gerações de mistura entre indígenas e brancos, nasceu Francisco Rosario Santucho – futuro pai do guerrilheiro mais procurado da Argentina nos anos 1970.

Quando jovem, Francisco Rosario trabalhou como técnico agrícola e funcionário da estrada de ferro, função que o levou em 1919 à pequena estação de Gramilla, onde conheceu a professora rural Elmina Juárez. No ano seguinte, os dois fugiram para se casar na capital da província de Santiago del Estero, sem anuência da família da noiva. O pai de Elmina, fazendeiro e juiz de paz, mais tarde se reconciliou com a filha, apesar de jamais ter aceitado aquele casamento “*con el indio Santucho*”³⁸⁴.

Francisco Rosario se tornou uma liderança política, organizou clubes e associações e foi eleito deputado provincial em 1932, já durante a chamada década infame, após o golpe militar que derrubara o governo de Hipólito Yrigoyen (UCR). Era, portanto, um homem com traquejo político e proximidade com lideranças conservadoras da província. Elmina e Francisco Rosario tiveram sete filhos: Amílcar, Raúl, Carlos, Francisco René, Omar, Blanca e Oscar.

E Mário Roberto Santucho, o Robi, que lugar ocupa na extensa prole? O futuro líder guerrilheiro é filho do segundo matrimônio de Francisco Rosario. O patriarca ficou viúvo em

³⁸⁴ Cf. SEOANE, María. *Todo o nada, la historia secreta y la historia pública del jefe guerrillero Mario Roberto Santucho*. Buenos Aires: Best Seller/Debolsillo, 3ª edição, 2011, pp. 25-30.

Para mais informações sobre a família Santucho, ver também a obra escrita pela irmã de Robi: SANTUCHO, Blanca Rina. *Nosotros, los Santucho*. Santiago del Estero: El Liberal, 1997.

1935 e se casou no ano seguinte com a cunhada mais jovem, Manuela. Robi nasceu em 12 de agosto de 1936: foi o sétimo filho homem por parte de pai e o primogênito por parte da mãe – que daria à luz também Manuela Elmina e Julio Santucho.

Do pai, Francisco Rosario, o gosto pela política se espalhou para os filhos. Entre os irmãos, havia um ecletismo de posições que espelhava a efervescência da Argentina nos anos 1950: Amílcar se filiou ao Partido Comunista, Carlos virou peronista, Raúl e Omar eram ligados ao radicalismo, enquanto Oscar e Francisco René se aproximaram na adolescência do nacionalismo conservador da Alianza Libertadora Nacionalista (ALN).

Caçula entre os Santucho, Julio diz que as paixões políticas dos irmãos eram tão intensas que, em 1949, Francisco René e Oscar participaram de um ataque contra a sede do Partido Comunista em Santiago del Estero: *“Si, debe haber sido una bomba molotov, una botella de nafta que le prendieron fuego. En eso participó Francisco”*. Amílcar, que era comunista e advogado do partido, abriu processo contra os próprios irmãos: *“El juez llamó a mi papá, para que mediara. Pero, el juez es que, en definitiva, los hice reconciliarse y que le pide que Amílcar retire la denuncia”*³⁸⁵.

Julio, que estudou num seminário católico e fez a formação completa para ser padre, mas acabou desistindo do sacerdócio, lembra que Robi, então ainda na escola, formou-se politicamente na mesa de refeições da imensa família, escutando os mais velhos em discussões viscerais:

almorzábamos todos los días [...] y se armaban tremendas discusiones. De eso, yo me acuerdo. O sea, **estaban divididos entre liberales y nacionalistas.** [...] Los liberales eran Amílcar, Raúl y Omar - que le decimos “El Gringo”. Y **el otro bando [nacionalista] lo encabezaba Francisco,** con Oscar, que decíamos “El Chicho”, y Robi. **Las mujeres eran medio neutras.** [...] Yo era chico. Pero igual yo también estaba más influido por Francisco³⁸⁶. (grifos nossos)

Nessa mistura de posições, é curioso observar como o debate na família era um microcosmo do que se via na Argentina. Amílcar, o irmão comunista, tinha mais afinidade com Raúl e Omar (liberais, próximos da UCR) do que com o grupo mais nacionalista. Isso talvez ajude a explicar a treloucada decisão de Francisco René e Oscar, de atacar a sede do PC: para os nacionalistas, o comunismo ligado a Moscou e o liberalismo eram vertentes do mesmo pensamento europeizante, que se buscava derrotar. Chama a atenção, também, que as duas irmãs, entre oito homens na mesa, eram vistas por Julio como “neutras” no debate, refletindo uma tradição patriarcal em que sobrava pouco espaço para as mulheres na discussão política.

³⁸⁵ Depoimento de Julio Santucho ao autor da tese, Buenos Aires, julho de 2023; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

³⁸⁶ Idem, ibidem.

Rapidamente, Francisco René migrou de posições conservadoras para um nacionalismo de esquerda, levando com ele aquela parte dos irmãos que mantinham desconfiança tanto do projeto de uma Argentina cosmopolita e unitária, construída pela elite portenha herdeira de Sarmiento e Mitre, quanto da saída revolucionária comunista que adotava teses igualmente universalizantes, distantes da realidade de províncias com raiz indígena. Os irmãos discutiam não só os temas do presente, mas também questões que envolviam a história argentina, como nacionalismo e liberalismo, peronismo e comunismo, e as figuras de Rosas e Sarmiento:

decían “ese Sarmiento era un liberal, tiene una polémica con Facundo Quiroga, decía que los gauchos no sirven para nada”. ¿Qué hacer entonces? Sobre toda la historia argentina, discutían mucho sobre Perón, por supuesto³⁸⁷.

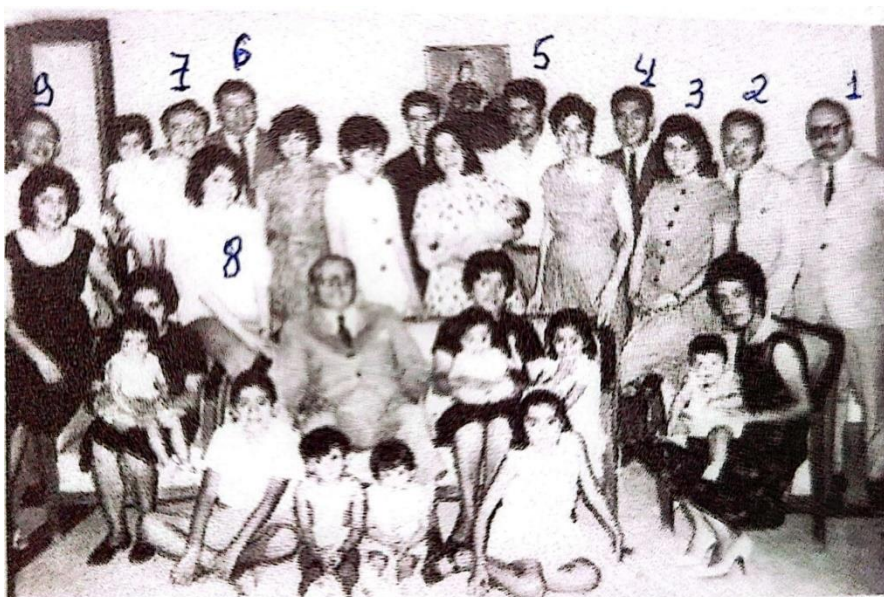


Figura 20 – No início dos Anos 1960, em Santiago del Estero, Francisco Rosario e Manuela aparecem rodeados por noras, netos e por nove dos dez irmãos Santucho: 1-Amílcar, 2-Raúl, 3-Manuela Elmina, 4-Julio, 5-Mario Roberto, 6-Francisco René, 7-Oscar, 8-Blanca e 9- Omar; só Carlos não aparece na foto.

Quem comandava a crítica à Argentina unitária e liberal, dentro da família, era Francisco René. Se Mario Roberto, o Robi, tornou-se conhecido, com livros, artigos e biografias que se debruçaram sobre sua trajetória pessoal e política, Francisco René é um personagem que só recentemente voltou a ser recuperado. Numa família com advogados, procurador, escritã, seminarista e comerciantes, foi justamente o irmão livreiro quem mais influenciou na formação do futuro líder guerrilheiro. Por isso, a importância de se estudar a produção intelectual desse homem que, mesmo sem ser na origem um marxista, acabou por entregar a vida na construção

³⁸⁷ Depoimento de Julio Santucho ao autor da tese, Buenos Aires, julho de 2023; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

do PRT-ERP, colocando-se sob a liderança política do irmão mais jovem que ajudara a formar, e com quem dividiria o mesmo destino trágico que afetou a tantos integrantes da família Santucho.

Francisco René, livros e ideias

Introspectivo e leitor voraz, Francisco René foi o único dos dez irmãos Santucho que não completou a formação universitária. Curiosamente, foi também quem mais se dedicou ao debate de ideias e à busca de uma “autenticidade” que os argentinos deveriam, segundo ele, buscar no interior e não na capital, Buenos Aires.

Indigenista, profundamente *santiagueño* e *anti porteño*, foi ele que iniciou Robi nas leituras de autores nacionalistas como Scalabrini Ortiz, Arturo Jauretche e Manuel Gálvez – dos quais trataremos mais adiante. Nesses pensadores, parece ter buscado argumentos para confrontar a imagem de uma Argentina liberal e europeizada com a qual não se identificava nem politicamente, nem pessoalmente. Com feições indígenas, Francisco René era chamado na família de “*el cacique*” ou “*el negro*”. Vários dos irmãos traziam no corpo a genética dos primeiros habitantes das Américas, mas ele foi o único que fez da herança indígena um programa político e um compromisso intelectual.

Simpático às ideias do APRA peruano de Haya de la Torre, Francisco René olhava para além das fronteiras argentinas. Mas não na chave da Pátria Grande bolivariana, que seria retomada pela esquerda nos anos 1950/1960. Era mais localista e regionalista do que propriamente nacionalista. Um dos sobrinhos define o pensamento de Francisco René como um tipo de americanismo que se projeta para o continente não para ampliar as fronteiras nacionais, mas para “*impugnar las líneas demarcatorias delineadas por el Estado-Nación*”³⁸⁸. O que ele buscava era a unidade indo-americana, como linha de resistência ao avanço do capitalismo liberal liderado pela elite europeizada portenha.

Francisco era o irmão que mais sentira a morte da mãe, e chegou a tentar o suicídio quando tinha apenas treze anos. Depois de abandonar as ideias extremistas da ALN argentina, com a qual se identificara ainda jovem, mergulhou no estudo da cultura indígena e mais tarde chegaria a elaborar um dicionário bilíngue quéchua-espanhol. Em 1954, enquanto Robi viajava

³⁸⁸ SANTUCHO, Mario Antonio. “Las intuiciones de un cacique del siglo XX”. In: *Dimensión, revista de cultura y crítica – edición facsimilar*. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2012. p. 24.

a Tucumán, para se matricular no curso de contabilidade como desejava o patriarca da família, o irmão abria numa velha casa de Santiago del Estero a Livraria Aymara – só com livros usados.

Nesse mesmo ano, publicava *El indio en la Provincia de Santiago del Estero*, texto em que se debruçou sobre os variados povos indígenas que já ocupavam aquele território quando os colonizadores chegaram: Tonocotes, Sanavirones e Calchaquies, entre outros, haviam estabelecido povoamento fixo e desenvolvido uma ampla rede de trocas e contatos, ressalta Francisco, na curta obra de 24 páginas. Ele recuperou relatos de viajantes que passaram por Santiago del Estero, para construir a bem fundamentada tese de que a colonização espanhola, no norte argentino, se fez a partir da base já estruturada de grandes povoações indígenas. A própria capital da província, afirma Francisco René, incorporou sob jurisdição dos espanhóis mais de 86 mil indígenas que ali já viviam.

A escrita de Francisco não tinha estilo passadista, que procurasse recriar a cultura indígena com sentido nostálgico. Ao contrário, ressaltava a exploração da mão de obra indígena na construção da riqueza colonial e invertia o falsificado argumento – tão usado por ideólogos brancos – de que o habitante originário seria menos afeito ao trabalho:

Los más grandes centros coloniales españoles cuajaron allí: sobre las más grandes estructuras de las civilizaciones indígenas. [...] El **número reducido de españoles y su desapego al trabajo** hubieran imposibilitado toda solución distinta. [...] La **predisposición reacia al trabajo**, típica del español de la conquista, se vio agudizada en la América, al disponer de la servidumbre indígena, creándose de esa manera **la clase ociosa en el Nuevo Mundo**: la de los señores feudales, terratenientes, patronos de minas³⁸⁹. (grifos nossos)

É contra os herdeiros dessa elite, descrita por Francisco René Santucho como ociosa e exploradora, que as primeiras formulações da FRIP vão se voltar logo depois.

³⁸⁹ SANTUCHO, Francisco René. *El indio en la provincia de Santiago del Estero*. Santiago del Estero: Librería Aymara, 1954, p. 8.



Figura 21 – Fundador da FRIP, Francisco René teve forte influência na formação de Mario Roberto Santucho.

O livreiro indigenista viajava bastante para o interior da província, levando publicações a tiracolo para vender, em companhia do irmão Oscar, que comercializava selos. Assim, travava contato com ferroviários, agricultores e trabalhadores rurais empobrecidos que viviam nos povoados e fazendas. Essa experiência foi decisiva para aproximar os Santucho da realidade do campo.

Dois anos depois, a livraria cresceu, mudou para um endereço mais nobre e foi rebatizada como *Dimensión*, mesmo nome da revista que trazia críticas literárias, debates políticos e reflexões sobre a formação da sociedade argentina. Em torno da livraria e da revista, organizaram-se conferências e palestras de convidados de várias partes do país, incluindo intelectuais e artistas – como o cantor e compositor Atahualpa Yupanqui e o ensaísta Juan José Hernández Arregui. Era um mergulho na Argentina profunda, nacional, que procurava suas raízes longe da metrópole Buenos Aires.

Esse mergulho surge de forma clara nas páginas da revista *Dimensión*, que começou a ser publicada em janeiro de 1956, e se apresentava como “revista bimestral de cultura e crítica”. No cabeçalho da publicação, o nome de Francisco René Santucho aparecia com destaque, como diretor responsável. A periodicidade, no entanto, foi bastante irregular. Foram editados oito números: cinco deles em 1956, o sexto apenas em 1959, o sétimo em 1961 e o derradeiro em 1962.

No editorial do primeiro número, Francisco René anuncia que *Dimensión* tem como objetivo “*una experimentación inédita: la autenticidad, que es preciso recorrer de cualquier modo. El fruto que depare será siempre superior, no cabe duda, al artificial de las imitaciones*”.

indiscriminadas”³⁹⁰. Nesse mesmo número, na página 5, o diretor da revista assina artigo sobre o tema que lhe é mais caro: as formações culturais indígenas do período pré-hispânico. Francisco René destaca a importância de povos de fala quíchua no norte argentino e também dos povos de fala guarani mais a leste, como expressões regionais que seguiam a resistir em pleno século XX, após quatro séculos da conquista.

O autor diz que essa tradição indígena é decisiva para evitar o que qualifica como uma tendência de “separatismo argentino” em relação à “pátria grande indo-americana”, que seria provocada por uma “*ciega política europeizante*”. Destaca ainda que o Paraguai foi um Estado que soube se organizar em torno da tradição guarani, “*mediante la inteligente conducción de Francia e de los López*”, e que caminhava para se tornar uma potência até ser atacado pela “*ceguera de los políticos rioplatenses, juguetes ya del imperialismo europeo*”³⁹¹.

A revista fazia a defesa apaixonada – mas com qualidade técnica, artigos bem fundamentados e linguagem distante do discurso panfletário – da Argentina indígena. E mais que isso: mirava para uma América do Sul indígena, no grande arco fronteiriço onde a Argentina se afasta do Atlântico para se encontrar com Bolívia, Peru e Paraguai³⁹².

O recado era claro: a Argentina “autêntica” que Francisco René e seu grupo buscavam estava longe da capital portenha e da tradição liberal, europeizante, que vinha da construção nacional elaborada na segunda metade do século XIX. Em alguns momentos, isso se torna mais explícito, como na resenha de um livro sobre Juan Bautista Alberdi, no segundo número da revista, quando o diretor de *Dimensión* critica o país que se pretende construir a partir “*de la dinámica europea*”, anulando o homem americano, e criando “*esa especie de factoría, que desde entonces seria la zona portuaria*”³⁹³.

No número 3, num editorial intitulado “Interior – Buenos Aires”, o diretor da revista se posiciona abertamente como federalista e denuncia que o país “*esencial y vasto*” está sufocado

³⁹⁰ SANTUCHO, Francisco René. “La búsqueda de una exacta dimensión”. In: *Dimensión*, número 1, janeiro de 1956, Santiago del Estero (edição facsimilar publicada pela Biblioteca Nacional, Buenos Aires, 2012).

³⁹¹ SANTUCHO, Francisco René. “Lo andino y lo amazónico en la infraestructura argentina”. In: *Dimensión*, número 1, janeiro de 1956, Santiago del Estero (edição fac-similar publicada pela Biblioteca Nacional, Buenos Aires, 2012).

O tema do artigo de Francisco René é a cultura indígena. Mas há um claro programa político no ataque aos “rioplatenses” e na valorização dos paraguaios Francia e López – por terem conduzido uma experiência que, no entendimento do autor, teria um caráter de valorização da cultura originária, em oposição aos projetos que terminaram vitoriosos nos Estados nacionais argentino e uruguaio.

³⁹² Os vários números da revista traziam poesias e contos de autores locais, destacando artigos sobre o panorama intelectual *santiagueño*, fazendo interessantes inventários sobre os artistas plásticos mais destacados de Santiago del Estero e da província vizinha de Tucumán, e olhando também para mais longe: dedicava-se espaço, por exemplo, ao poeta Cesar Vallejo e à construção da “*peruanidad*”.

³⁹³ SANTUCHO, Francisco René. “Libros”. In: *Dimensión*, número 2, março de 1956, Santiago del Estero (edição facsimilar publicada pela Biblioteca Nacional, Buenos Aires, 2012).

pelas elites da “*absorbente factoría capitalina*”³⁹⁴. O dilema latino-americano – local x cosmopolita, nacional x universal – se expressa na velha oposição argentina entre o porto dominante e o interior que se vê subjugado:

La mayor o menor vigencia del interior o del puerto, en la definición de la personalidad argentina, o sea: somos nosotros mismos y nos sujetamos (en función de americanos) a un eje de propio desenvolvimiento, o en su defecto seguimos fluctuando en torno a un eje extraño, **pendientes de la quilla de los barcos ultramarinos que arriban a nuestro puerto [...]** Y la **afirmación federalista** tiene por ello una significación mucho más trascendente que la que habitualmente se le concede, desde que en cierto modo **constituye una insurgencia contra la influencia pro-europea de la metrópoli**³⁹⁵. (grifos nossos)

O federalismo e o indigenismo, o olhar para dentro e a valorização das tradições da província, a fidelidade às raízes e a desconfiança em relação à capital Buenos Aires: nos artigos publicados em *Dimensión*, essas questões são tratadas quase sempre a partir da abordagem cultural; e só em raros momentos transbordam para formulações explicitamente políticas ou econômicas, como é o caso do editorial acima destacado sobre a tensão Buenos Aires/interior. As ideias de Francisco René formam o substrato teórico, com raiz profundamente local e antic cosmopolita, a partir do qual os irmãos Santucho e o grupo de Santiago del Estero chegariam à fundação da FRIP.

Maria Seoane reuniu dezenas de depoimentos de amigos e de integrantes da família Santucho, para escrever a mais completa biografia de Robi. Destaca que, da infância e da adolescência, o futuro líder do PRT-ERP recolheu algumas características: o ecletismo ideológico entre irmãos nacionalistas, comunistas e liberais; a paixão política e o “*espíritu patriarcal*” do clã Santucho, em que o masculino parecia tão dominante; e as ideias de Francisco René, base primordial sobre a qual o irmão mais jovem construiria sua trajetória, como o mais temido chefe guerrilheiro argentino poucos anos depois:

Fue el revisionismo histórico, inculcado por su hermano Francisco René, el que lo comprometió con un profundo localismo antimetropolitano, devenido anticapitalismo, y con los sueños de la liberación indoamericana contra la colonización española, devenidos antiimperialistas en pleno siglo XX³⁹⁶.

Mais uma vez, ressaltamos a ideia de que o nacionalismo daqueles jovens militantes argentinos – que faria o PRT-ERP disputar símbolos e heróis do século XIX e até retomar a bandeira de San Martín como emblema de luta revolucionária – não passava apenas por Cuba

³⁹⁴ SANTUCHO, Francisco René. “Interior – Buenos Aires”. In: *Dimensión*, número 3, junho de 1956, Santiago del Estero (edição facsimilar publicada pela Biblioteca Nacional, Buenos Aires, 2012).

³⁹⁵ Idem, ibidem.

³⁹⁶ SEOANE, María. Op. cit., p. 33.

e pelo exemplo dos guerrilheiros que, sob comando de Fidel Castro, resgataram Martí e o passado nacional antes de se declarar socialistas. O fato é que, bem antes de a revolução triunfar na ilha caribenha, os irmãos Santucho percorriam caminhos próprios em busca do nacional, ensimesmados no norte argentino.

Como mais um exemplo, nessa mesma linha, lembramos que um ano antes dos guerrilheiros cubanos entrarem vitoriosos em Havana, o jovem estudante Robi tomou parte em um acalorado debate promovido na livraria Dimensión de Santiago del Estero. O convidado era o escritor polonês Witold Gombrowicz, que costumava provocar os Santucho de maneira cáustica a romper o insulamento provincial, e queria convencê-los da necessidade de se renderem à formação clássica. María Seoane reconstitui a forma como Mario Roberto Santucho interpelou o estrangeiro naquela noite de 1958:

Robi, ya el más ardiente de los hermanos, le insistia con que el futuro estaba en manos del continente americano, que Europa estaba acabada, que había llegado, finalmente, la hora de encontrar la tradición indígena, ser nosotros mismos, no imitar a los europeos. Ser creadores de la Historia³⁹⁷.

O programa nacional estava ali colocado, nas noites de Santiago del Estero, entre os irmãos Santucho e outros jovens que buscavam uma América Latina renovada e livre da dominação estrangeira. Da mesma forma que estava presente entre os irmãos Castro e outros cubanos, que pouco antes se reuniam no México pensando também na libertação nacional. O que não se pode dizer é que os argentinos seguiram os cubanos. Estes últimos recuperaram Martí. Aqueles primeiros retomaram San Martín: o percurso seguiu trajetos paralelos. Faltava ainda completar o percurso de formação, antes que o mais ardente dos irmãos Santucho tentasse reescrever a história não apenas no debate de ideias, mas empunhando fuzis na disputa pelo poder.

Mario Roberto Santucho, do nacionalismo à revolução

Os amigos contam que, sob influência do grupo que se nucleava em torno da revista e da livraria em Santiago del Estero, Mario Roberto Santucho se definia ao fim dos anos 1950 como um nacionalista de esquerda. Mas, à marca original impressa pela família e pelo irmão livreiro, logo se somaram outras influências, especialmente a partir do contato com variadas correntes marxistas na Universidade de Tucumán.

Mario Roberto Santucho participou, em 1958, da fundação do Movimiento Independiente de Estudiantes de Ciencias Económicas (Miece), criado como alternativa às

³⁹⁷ Idem, ibidem, pp. 40 e 41.

correntes estudantis de orientação comunista, socialista ou radical (da UCR). No ano seguinte, Robi organizou na universidade um debate com o sugestivo nome de “El ser nacional en América Latina”, para o qual convidou Silvio Frondizi, Jorge Abelardo Ramos e Hernández Arregui. Os dois primeiros, de origem trotskista, tinham já iniciado o movimento em direção a um pensamento nacional.

No ano seguinte, envolvido em articulações com os trabalhadores da Fotia (Federación Obrera Tucumana de la Industria Azucarera), o agitado estudante conheceu numa festa em Tucumán a mulher que marcaria boa parte de sua vida adulta: Ana María Villarreal era de uma família de classe média de Salta, recém-formada em artes plásticas, e assim como Robi não chegara ainda aos 24 anos. Conhecida como Sayo, seria a mãe das três filhas do jovem Santucho.

Os dois se casaram – só no civil, para desgosto das duas famílias, que seguiam a tradição católica – em junho de 1960, e passaram a planejar uma sonhada viagem que fariam juntos no ano seguinte: em janeiro de 1961, o jovem casal partiu de Salta, passou pela Bolívia e Peru (onde Santucho teve um rápido encontro com Haya de la Torre), para logo subir rumo à América Central pela rota do Pacífico, a mesma pela qual seguira Che Guevara pouco tempo antes. O longo périplo levou os dois a Nova Jersey, nos Estados Unidos, a convite de um professor norte-americano que visitara Tucumán. Foi esse acadêmico, Roland Thomas Ely, com contatos na esquerda latino-americana, quem abriu as portas para que, logo depois, Mario Roberto e Sayo desembarcassem em Cuba.

Santucho tomou parte, em abril de 1961, ao lado de milhares de cubanos, da histórica manifestação em que Fidel Castro fez o memorável discurso em que repudiava as agressões imperialistas dos Estados Unidos contra a ilha e ao mesmo tempo anunciava ao mundo que a revolução passava a ser socialista, colocando Cuba no mesmo campo da União Soviética. A partir daquele momento, Fidel e Cuba várias vezes voltariam a cruzar os destinos de Santucho e do PRT-ERP. Mario Roberto permaneceu em Cuba por vários meses e por isso não estava em Santiago del Estero quando os irmãos Francisco René e Oscar Asdrúbal Santucho comandaram a reunião, em 9 de julho de 1961, em que cerca de trinta militantes tucumanos e *santiagoueños* criaram a FRIP.

A Declaração de Princípios da nova organização, aprovada naquele dia, falava em “*castas explotadoras*” que seriam cúmplices do imperialismo, e defendia “*transformaciones revolucionarias*” no país; mas não se referia à burguesia nem utilizava o conceito de classes para descrever os conflitos políticos argentinos. E, curiosamente, dizia que a Revolução Cubana – que acabara de se assumir como socialista, como Robi testemunhara em Havana – merecia

“la más absoluta solidaridad de los patriotas latinoamericanos y debía ser defendida del rótulo de comunista que le atribuía el imperialismo”³⁹⁸.

A FRIP surgia, portanto, como uma organização regional, circunscrita ao norte argentino, anti-imperialista, mas longe de um discurso marxista; ao contrário, achava que era preciso defender Cuba da pecha de ser um país “comunista”. Certa desconfiança em relação ao comunismo permanecia viva entre os irmãos Francisco René e Oscar Asdrúbal Santucho: os dois se sentiam mais à vontade para defender uma revolução que tivesse o signo latino-americano.

Ao longo de 1961, a FRIP editou um *Boletín*, distribuído entre militantes e simpatizantes. Em pelo menos três edições, foram publicados trechos em quéchua, o que mostrava que o compromisso de Francisco René com a cultura indígena não se limitava ao debate intelectual e seria levado para a organização que ele acabara de fundar³⁹⁹.

Ao fim de 1961, Mario Roberto já estava de volta à Argentina para se incorporar ao esforço dos irmãos na construção da FRIP. Nessa época, nasceu a primeira filha de Robi, Ana Cristina, e em 1962 viria a segunda, Marcela Eva, o que faria sua companheira se afastar da cátedra de Pintura na Universidade de Tucumán, para cuidar da prole (logo em seguida, nasceria a terceira filha, Gabriela Inés), enquanto o marido percorria o país absorvido pela febril ação política da qual não mais se afastaria até sua morte, quinze anos depois. A biógrafa María Seoane diz que Santucho ficou algo desiludido com o fato de não ter sido logo pai de um filho varão. E essa não é a única pista de que Robi foi capaz de romper grilhões religiosos e políticos, mas se manteve na tradição do patriarcalismo que vinha das gerações anteriores⁴⁰⁰.

³⁹⁸ Declaração de Princípios da FRIP. In: *Revista del FRIP*, número 1, outubro de 1961. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

³⁹⁹ Ver “Boletín Mensual – FRIP”, números 1, 2 e 3, entre outubro e dezembro de 1961. Apud: DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir*, tomo I, volume 1. Op. cit., pp. 51-53.

⁴⁰⁰ No fim dos anos 1960, já à frente do PRT, Robi se apaixonaria por uma militante mais jovem, Clarisa Lea Place, e justificaria o romance pelo fato de se sentir “abandonado” pela mulher, Sayo – que tinha as atribuições de cuidar das três filhas, ao mesmo tempo em que jamais abdicou da militância e, por isso, se mantinha muitas vezes longe do marido, cumprindo tarefas partidárias. Àquela altura, o líder guerrilheiro recebeu do irmão Julio, com quem trocou várias cartas ao longo da vida, mensagem que mostrava a influência da moral cristã na família e, ao mesmo tempo, expunha os valores patriarcais que marcaram sua formação. Julio aconselha o irmão a abandonar o relacionamento com Clarisa, e recrimina Robi por tentar justificar a traição com base na ideia de buscar novas formas de amor: “*Te olvidas que en este momento preciso no se trata de intentar nuevos tipos de relaciones sino de vivir con el mayor desprendimiento y austeridad una plena moral revolucionaria: un hogar honesto y sólidamente constituido, una fidelidad inquebrantable, una Justicia en la vida cotidiana que sea el reflejo del ideal más absoluto del revolucionario [...] Métete al fondo de tu corazón y ahí vas a encontrar que lo que te digo es justo, que oculto pero vivo late el único y inmenso amor de tu vida: la revolución, la Sayo, las chiquitas*”. (Carta de Julio ao irmão Mario Roberto, 7 de novembro de 1969. Apud: SEOANE, María. Op. cit., pp. 116-117).

Notemos que a revolução vem antes da mulher e das filhas na ordem de prioridades estabelecida pelo irmão que aconselha Robi. O relacionamento com Clarisa durou ainda algum tempo, mas depois Robi reatou com Sayo. As duas seguiram no PRT-ERP e morreram tragicamente juntas, num massacre de presos em 1972, após tentativa de

A FRIP, para além da defesa de uma plataforma anti-imperialista e do olhar voltado para o interior argentino, começava a estender sua influência entre os trabalhadores da província de Santiago del Estero (em especial os “*hacheros*”, ou lenhadores, que trabalhavam para madeiras da região) e entre estudantes e funcionários de engenhos da província vizinha de Tucumán, organizados em torno da Fotia.

Os irmãos Santucho e a FRIP participaram ativamente das lutas contra o fechamento de dezesseis engenhos de açúcar, ocorrido alguns meses antes, e que lançara centenas de trabalhadores na miséria e na incerteza. Em julho de 1962, sob a liderança de Leonardo Fote e de outros militantes trotskistas de Palabra Obrera, ocorreu a ocupação do Engenho San José. Foi a primeira vez que Mario Roberto tomou parte de uma ação desse tipo: armado com um pequeno revólver calibre 22, acompanhou a massa de homens e mulheres que, empunhando machados e facões, ocupou a propriedade.

Esse episódio foi determinante para consolidar a convicção do jovem militante sobre a necessidade da ação política direta dos trabalhadores, com uso da violência se necessário. Ao mesmo tempo, consolidou entre os dirigentes da FRIP a certeza de que a revolução não dependia apenas da classe operária de Buenos Aires ou Córdoba, mas podia ser feita a partir do campo e do norte argentino.

Mario Roberto Santucho tornou-se contador do sindicato e estreitou laços com os morenistas Santilli e Bengochea. Ao contrário dos dois últimos, que em 1963 já apostavam tudo na luta armada, Robi ainda investia na batalha sindical. Mas já fazia sua passagem do nacionalismo de esquerda para o socialismo revolucionário, como lembra o colega de faculdade e amigo Fernando Hevia, num depoimento colhido nos anos 1990:

[Santucho] no descartaba la violencia como autodefensa sindical, pero aún no la veía como una estrategia hacia la toma del poder. Paralelamente, procesaba en su cabeza la teoría marxista y parecía muy preocupado por fundar un partido. Entre el sesenta y dos y el sesenta y cuatro se convierte, prácticamente, al leninismo, buscando quizá linternas teóricas sobre la fundación de un partido de los trabajadores⁴⁰¹.

Aqui, cabe notar mais uma semelhança com o processo de formação do MLN-T no Uruguai: antes de formarem um movimento unificado, os Tupamaros atuam – ainda na fase do Coordenador – com a ideia de autodefesa armada para ações sindicais; só depois decidem constituir uma organização guerrilheira autônoma, com fins revolucionários. Da mesma forma, a vinculação de Mario Roberto Santucho com os sindicatos agrários de Tucumán o leva a

fuga do presídio de Trelew, na Patagônia: Robi e outros líderes conseguiram escapar, mas vários guerrilheiros ficaram para trás e foram executados – incluindo Sayo e Clarisa.

⁴⁰¹ Depoimento de Fernando Hevia. Apud: SEOANE, María. Op. cit., p. 69.

perceber a necessidade de defesa armada dos trabalhadores, para só depois desembocar na fundação de uma organização revolucionária.

Uma diferença notável entre os dois grupamentos – entre outras – é que o MLN-T uruguaio jamais se viu como partido leninista, mas como movimento de libertação nacional, enquanto o PRT-ERP, em que pese a tentativa de uma estratégia voltada para a realidade argentina, manteve-se sob a tradição leninista do partido de vanguarda.

Robi levou para a FRIP, de Cuba e da militância estudantil, uma relação mais forte com o marxismo, mas que só se consolidou de fato a partir do momento em que ocorreu a aproximação com os trotskistas de Moreno. A análise dos documentos da FRIP indica que, entre 1962 e 1964, o nacionalismo, a fidelidade ao indigenismo e ao regionalismo nortenho seriam ainda marcas da organização dirigida pelos irmãos Santucho. Ao mesmo tempo em que já se iniciava a transição de ideias que levaria à fundação do PRT.

É o que observamos, por exemplo, no periódico da FRIP *Norte Revolucionario* – que carrega no título a marca de uma organização que acreditava estar nas províncias nortenas o foco da revolução. Acreditava também que a cultura indígena não deveria ser uma simples evocação do passado, mas uma marca da luta presente, reavivada a cada edição. Isso se expressa na publicação de frases e manchetes escritas em quéchua. O número 15 de *Norte Revolucionario* publicava em letras grandes: “*Ckari, huarmi masisniycu: Ama ckechuchina cuychischu; Sayacuychis. Nockai cuan sujillayaychis, sujlla callpa cananchispaj*”. Logo abaixo, a tradução num castelhano excessivamente formal: “*Hombres y mujeres, nuestros semejantes: no permitáis que se os quite, que se os despoje; paraos, resistid. Uníos a nosotros para que seamos una sola fuerza*”⁴⁰².

É um chamado à mobilização e à luta, que para a FRIP tinham um sentido de libertação nacional, mas não só na chave econômica de combate ao imperialismo; era também libertação cultural, que permitisse a expressão autêntica de povos subjugados pela colonização espanhola e oprimidos pela concentração de poder político e simbólico na capital Buenos Aires. Os textos de Francisco René, da revista *Dimensión*, ecoavam aqui nas palavras de ordem escritas na língua indígena.

⁴⁰² *Norte Revolucionario*, número 15, setembro de 1964. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

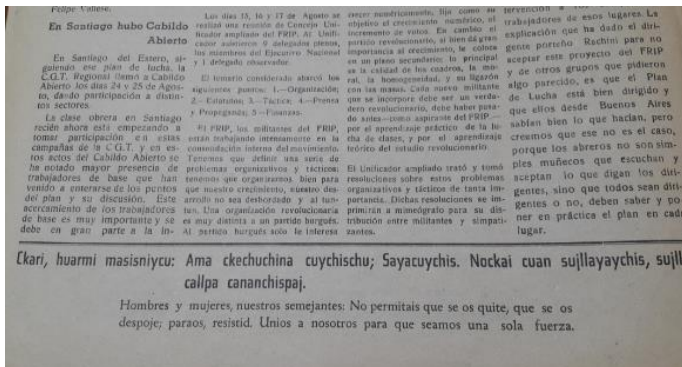


Figura 22 – O jornal da FRIP, Norte Revolucionario, trazia trechos escritos em quechua, como este, na edição de setembro de 1964.

Outra das marcas do periódico da FRIP era o destaque às lutas dos trabalhadores rurais. Em julho de 1964, o número 14 de *Norte Revolucionario* trazia na capa extensa descrição da batalha sindical empreendida pela Fotia em Tucumán. E nas páginas internas, uma tese central da FRIP: o proletariado rural teria papel central nas lutas sociais da Argentina. O texto “El Proletariado Rural” faz uma descrição quantitativa da classe trabalhadora argentina, distribuída entre diversos ramos (indústria, comércio, serviços e agricultura), e destaca que quase um terço da força de trabalho estava no campo. Mais que isso, caracteriza os trabalhadores rurais como “los que tienen el nivel de vida más bajo de toda la sociedad argentina, los que están sometidos al más alto grado de explotación”, depreendendo que desse alto grau de exploração nasce o maior potencial revolucionário do campo. O periódico da FRIP faz uma ponderação importante: nas regiões do chamado litoral argentino e na província de Buenos Aires, o proletariado rural é débil e deve se submeter à liderança dos trabalhadores urbanos. Já nas províncias do norte argentino, a situação se inverte e são os trabalhadores do campo que comandam a resistência. O texto publicado no jornal *Norte Revolucionario* avança para a conclusão de que ali, em Tucumán, Santiago del Estero, Salta e Catamarca estaria o “eslabón más débil de la cadena”, que poderia ser rompido para iniciar a revolução:

Es este el proletariado rural, entonces, que señalamos como detonante, iniciador de la revolución argentina, sobre cuya base se desarrollará el FRIP, organización que llevará a la clase obrera y a todo el pueblo hacia la victoria final, hacia la toma del poder⁴⁰³.

O artigo replicava teses que haviam aparecido pouco antes, num folheto editado pela “Secretaria Ideológica del FRIP”, e que a tradição oral da organização atribui ao próprio Mario Roberto Santucho⁴⁰⁴: *El proletariado rural detonante de la Revolución Argentina – Tesis del FRIP*, de junho de 1964, indicava que a FRIP transitava do nacionalismo mais cru, presente no documento de fundação em 1961, para um fraseado já próximo ao marxismo. O texto é também a evidência de que Mario Roberto ganhava espaço na organização.

A FRIP agora definia a burguesia nacional como adversária a ser derrotada. Além do já citado Silvio Frondizi, outro autor que influenciou nas posições de Santucho nesse debate foi Milcíades Peña⁴⁰⁵. A Argentina, dizia a Tese número I da FRIP, era um país semicolonial e pseudoindustrializado. Com isso, a organização tentava acertar as contas com a posição de partidos comunistas e de setores desenvolvimentistas da época:

No es, como sostienen los teóricos burgueses y también algunos de izquierda, que la Argentina se encuentre en un desarrollo capitalista ‘clásico’, es decir, no es que nuestro país haya llegado a través del desarrollo de sus fuerzas productivas al capitalismo, y de que lo se trate ahora sea de desbrozar el camino de las supervivencias feudales para un más amplio desarrollo de ese capitalismo, esto es, que la burguesía argentina realice la inconclusa revolución democrático burguesa⁴⁰⁶.

Na Tese número II, a organização afirmava que a burguesia nacional é incapaz de liderar um processo de desenvolvimento autônomo e é aliada da oligarquia que controla a terra e os monopólios da carne e dos cereais. Da mesma forma, a FRIP, na Tese IV, atacava a “*burocracia sindical centralizada em Buenos Aires*”, e assim tentava demonstrar que a liderança peronista

⁴⁰³ “El proletariado rural”. *Norte Revolucionario*, número 14, julho de 1964. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

⁴⁰⁴ Cf. MATTINI, Luís. Op. cit., p. 32.

⁴⁰⁵ Milcíades Peña fez parte de um grupo de autores que renovaram o pensamento marxista na América Latina, rompendo com as teses dos PCs alinhados a Moscou. Estes últimos defendiam a necessidade de duas etapas para a revolução: uma nacional, em parceria com a burguesia, para eliminar os chamados restos feudais; a outra etapa, aí sim, seria socialista. Milcíades Peña estava entre os que defendiam que as duas tarefas deviam ser cumpridas de forma concomitante: revolução nacional e socialista. Próximo do morenismo quando jovem, rompeu com a organização e desenvolveu um pensamento trotskista bastante original. Publicou seis livros, depois reunidos na coletânea *Historia del pueblo argentino*, e lançou a revista *Fichas*, influente nos anos 1960 por fazer “*una aguda ofensiva*” para impugnar, com base em dados e pesquisa, “*todo carácter eventualmente progresista depositado en la burguesía local*” (ver TERÁN, Oscar. Op. cit., pp 106 e 107). Milcíades Peña criticava também autores da esquerda nacionalista como Rodolfo Puiggrós e Abelardo Ramos, por considerar que cediam ao esquematismo teórico em suas obras.

⁴⁰⁶ *El proletariado rural detonante de la Revolución Argentina – Tesis del FRIP*, folheto editado pela Secretaria Ideológica da organização, junho de 1964, p. 3. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

à frente da CGT era incapaz de conduzir a classe trabalhadora em um processo de enfrentamento contra o capital. A consequência, conforme exposto na Tese VI, era que o eixo da luta devia então se deslocar da Buenos Aires industrializada para o norte do país, e que “*el proletariado rural, con su vanguardia en el proletariado azucarero, es el detonante de la Revolución Argentina*”⁴⁰⁷.

Os argumentos da FRIP, visando tirar a centralidade de Buenos Aires do processo político, e assim reduzir o peso da direção sindical peronista, tinham pouca aderência à realidade, na medida em que se conhece o tamanho da classe trabalhadora urbana, especialmente na indústria, na Argentina daquele período⁴⁰⁸. A formulação tinha a função evidente de autolegitimação, permitindo que a FRIP – concentrada no norte do país – se apresentasse como embrião de um novo partido revolucionário: “*El FRIP debe organizarse como el Estado Mayor de la Revolución Argentina, sobre la base primordial del proletariado rural, especialmente sobre el proletariado azucarero*”⁴⁰⁹.

A FRIP tinha o desejo manifesto de ser esse “estado maior” da revolução, mas não carregava em sua história a experiência para se transformar num partido de vanguarda de inspiração leninista. Por isso, busca junto aos trotskistas a parceria que permitirá concluir essa elaboração. Francisco René a princípio se opõe a tal giro ideológico. Mas o irmão mais jovem completa a transição, exigindo em troca que Palabra Obrera abandonasse sua posição pró-peronismo.

As negociações levam Robi a passar longos períodos em Buenos Aires. Convive com a imensa cidade, pela qual os Santucho nutriam pesada desconfiança, e passa a admirar a combatividade dos trabalhadores da indústria. A parceria com os trotskistas abria as portas do mundo fabril ao militante que se formara no norte agrário.

O número 16 de *Norte Revolucionário*, pouco depois, já noticiava a criação do “Frente Único FRIP – Palabra Obrera”, com objetivo de fundar “*un partido único de la Revolución Argentina*”⁴¹⁰. E no número 18 do periódico, em fevereiro de 1965, a FRIP informava que a

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*, pp. 5 a 11.

⁴⁰⁸ Texto da própria FRIP já citado (“El proletariado rural”. *Norte Revolucionário*, número 14, julho de 1964) informa – sem citar explicitamente as fontes – que a classe trabalhadora argentina seria composta àquela altura por 5,3 milhões de pessoas, sendo que apenas 1,5 milhão (menos de 30%) integrariam o proletariado rural. Ou seja, em meados dos anos 1960 era evidente que o peso da classe trabalhadora urbana era já determinante no país. A força do peronismo, que mesmo depois de proscrito era central nas disputas políticas, advinha exatamente do proletariado urbano, especialmente em Buenos Aires, Córdoba e Rosário.

⁴⁰⁹ *El proletariado rural detonante de la Revolución Argentina – Tesis del FRIP*, folheto editado pela Secretaria Ideológica da organização, junho de 1964, p. 16. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

⁴¹⁰ “Frente Único FRIP – Palabra Obrera”. *Norte Revolucionario*, número 16, novembro de 1964. In: Cedinci (Centro de Documentación y Investigación de la Cultura de Izquierdas).

unificação avançara com a constituição de um Comitê Central comum “*del nuevo Partido Revolucionario*”⁴¹¹, ainda sem nome oficial.

Três meses depois, na manhã de 25 de maio de 1965, pouco mais de uma centena de militantes de FRIP e Palabra Obrera se reuniram no Sindicato de Peluqueros, na capital, para fundar oficialmente o PRT: Santucho virou membro do Comité Central e assumiu a direção na região norte do país, mas Nahuel Moreno é quem foi escolhido como secretário-geral do novo partido, que passava a contar com um jornal mimeografado, batizado de *La Verdad*, mesmo nome do periódico que antes circulara sob a bandeira do PSRN.

4.5 PRT-ERP: caminhos e cisões

O fato de o PRT assumir a filiação ao trotskismo, elegendo Moreno como dirigente máximo no Primeiro Congresso em 1965, e de o partido ser fundado dentro de um sindicato em Buenos Aires, e não no idílico “norte revolucionário”, pode dar a impressão de que a FRIP e os nortenhos haviam se rendido aos militantes mais experimentados de Palabra Obrera.

Na bibliografia sobre o PRT-ERP, há uma flutuação de opiniões sobre o peso que cada uma das duas organizações originais exerceu na formulação de ideias e nas ações do partido. Pablo Pozzi escreveu obra alentada sobre a trajetória perretista e, ao tratar de “*los orígenes*” do PRT, deixa quase de lado Palabra Obrera, dedicando várias páginas à FRIP. É como se o encontro com os trotskistas tivesse sido apenas um desvio de percurso, utilizado para dar mais consistência política ao agrupamento que depois seguiria seu destino sob comando de Santucho. Já Eduardo Weisz, em obra anteriormente citada neste capítulo, demonstra que a aliança com os trotskistas deixou marcas profundas no PRT-ERP: a mais evidente é o fato de ter sido a única organização armada relevante surgida no período, na Argentina, a se manter nos marcos do leninismo e da herança bolchevique; a outra marca foi a filiação à Quarta Internacional (QI), que ajudou a matizar a tendência regionalista da FRIP:

el peso de la confluencia con el morenismo se hace evidente no solamente al contrastar la recorrida del PRT con el sesgo nacionalista de la Nueva Izquierda sino que, en particular, al considerar los orígenes de esta corriente en Santiago del Estero⁴¹².

A posição de Weisz, frisando o peso do morenismo na fase inicial do partido, permite desenhar um quadro mais completo da organização. Sem a marca trotskista, o grupo dos

⁴¹¹ “Se constituyó el Partido Unificado de la Revolución”. *Norte Revolucionario*, número 18, fevereiro de 1965. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

⁴¹² WEISZ, Eduardo. Op. cit., p. 57.

Santucho dificilmente teria se desprendido de suas concepções provinciais, para se transformar num partido nacional, centralizado, com disciplina rígida e um programa revolucionário socialista.

Ao mesmo tempo, e agora somos nós que ressaltamos, o PRT-ERP buscou um caminho original, que não o fez refém de modelos universalizantes, em que pese o estreito contato mantido pelos perretistas com a liderança europeia da QI⁴¹³. É exatamente esse ponto que faz o estudo sobre o PRT-ERP ser, a nosso ver, importante numa tese em que se busca traçar pontos de contato entre nacionalismo e esquerda na América Latina.

Organizações guerrilheiras como Montoneros, bem como outros grupamentos menos conhecidos (FAP, Descamisados, Uturuncos) sobre os quais voltaremos a tratar mais adiante, traziam a marca nacionalista impressa em seu programa, e isso não chegava a surpreender dada sua origem explicitamente peronista. Mas o que chama a atenção é o fato de um partido marxista-leninista, filiado à Internacional trotskista, ter também se debruçado sobre o passado argentino no momento de buscar legitimidade política, como mostramos nas páginas iniciais deste capítulo.

A partir da criação do PRT, a herança indigenista e o discurso explicitamente federalista/antiportenho oriundos da FRIP perderam centralidade nos documentos do agrupamento recém-fundado. Da mesma forma, as referências ao peronismo que marcaram o morenismo (caso originalíssimo de um trotskismo nacionalista, que se colocava “*bajo el comando del general Perón*”) se diluíram a partir de 1965. Isso é o que observamos na superfície da nova organização. Mas as referências ao passado patriótico voltavam a brotar, algumas vezes de forma explícita nas publicações oficiais do partido, porque o PRT-ERP era filho de uma época que trazia como uma de suas marcas – na América Latina, e de forma mais acentuada na região do Prata – o olhar para o nacional.

O marxismo, ao longo de quase cem anos, fornecera inspiração e construções teóricas para que a esquerda latino-americana elaborasse um discurso contra o imperialismo. Isso poderia ser feito olhando apenas para a frente, para o futuro da revolução socialista. Mas o PRT-ERP estava imerso numa cultura de esquerda que olhava também para o passado. Não se tratava apenas de compreender que a burguesia local era submissa a interesses estrangeiros e que, portanto, a revolução socialista teria que ser também nacional. Não era só um debate econômico

⁴¹³ Em 1968, Mario Roberto Santucho estava em Paris para uma reunião com a direção da Quarta Internacional quando estouraram os protestos estudantis que tomaram a capital francesa. Isso faz com que o dirigente do PRT-ERP seja testemunha ocular de dois dos fatos políticos mais marcantes nos anos 1960: o comício de Fidel em Havana, declarando Cuba socialista, e a Rebelião de Maio de 1968.

ou geopolítico. O que salta aos olhos é o fato de o combate simbólico adquirir importância, numa organização de viés internacionalista: Che Guevara sozinho não bastava; era preciso buscar o reforço de San Martín e recriar simbolicamente um Exército dos Andes no século XX.

Entre 1965 e 1976, o PRT construiu um discurso em que se sobressai a sintaxe marxista: luta de classes, ênfase nas relações da Argentina com o cenário internacional conflagrado pela Guerra Fria, apoio às revoluções socialistas na Ásia e África, além de um olhar especial para o avanço dos movimentos revolucionários na América Latina. Mas nas camadas menos visíveis, nas entrelinhas, e algumas vezes de forma explícita nos documentos da organização, vem à tona também a marca do nacionalismo e – sobretudo após a criação do ERP – a preocupação em entrar na disputa pela história argentina.

É o que veremos nas próximas seções, em que pretendemos traçar também uma radiografia da organização: as principais ações armadas, o perfil de seus membros e o debate interno que levaria a três cisões importantes, antes da derrota definitiva em 1976.

4.5.1 A ruptura com os morenistas

Logo após a fundação do PRT, os egressos da FRIP encontravam-se em desvantagem em relação aos trotskistas que vinham de Palabra Obrera. Não só porque a organização de Moreno era quatro ou cinco vezes maior que o grupo nortenho, mas também porque os morenistas tinham mais traquejo no debate teórico e conseguiam impor suas teses nas reuniões ampliadas com a militância.

Isso ficou evidente já no Primeiro Congresso, em 1965, quando as ideias oriundas da FRIP sobre a centralidade do proletariado rural nas lutas sociais argentinas foram duramente criticadas pela maioria dos presentes. Mario Roberto concluiu que, no embate interno, a melhor ferramenta era a conversa direta com a militância, sem entrar no debate teórico em que Moreno era mais experimentado. Robi, forjado no contato com os trabalhadores dos engenhos tucumanos e – nos anos mais recentes – também com a classe operária de Buenos Aires, foi construindo sua liderança no dia a dia, conquistando inclusive militantes de origem trotskista para suas teses: *“Se forjó un estilo de militante más práctico que teórico, volcado hacia el militante de masas, pero también con escasa capacidad de análisis político propio y debate con otras corrientes marxistas”*⁴¹⁴.

⁴¹⁴ POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas – el PRT-ERP y la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Clacso, 2022, p. 89.

Apesar do desenho partidário ser favorável ao morenismo nos anos iniciais, aos poucos Santucho se impôs como liderança maior do PRT, enquanto Nahuel Moreno perdeu poder. Não foi uma simples disputa por espaço, mas um embate entre diferentes concepções políticas: Santucho amadureceu rapidamente a ideia de luta armada e conquistou a maioria do partido para essa posição, enquanto Moreno se manteve fiel à tese de organizar a classe trabalhadora para a grande insurreição revolucionária. Por isso, o morenismo foi acusado, no debate interno, de “*espontaneísmo*” e de “*desviación sindicalista*”⁴¹⁵, enquanto os santuchistas entendiam que era hora de pegar em armas, em vez de esperar a tomada de consciência pela classe trabalhadora.

O primeiro Comitê Central (CC), eleito em 1965, tinha entre seus dezesseis membros nove morenistas e apenas cinco militantes oriundos da FRIP. No CC eleito no Segundo Congresso, a diferença já era bem menor. Até que, no Terceiro Congresso, Nahuel Moreno perdeu a maioria no CC e resolveu romper com o PRT⁴¹⁶.

Em janeiro de 1968, a organização se dividiu em duas: Nahuel Moreno ficou com a máquina impressora do partido, e manteve assim o controle sobre o periódico *La Verdad*; por isso o setor morenista passou a ser conhecido como PRT-La Verdad⁴¹⁷, enquanto pouco mais da metade dos militantes permaneceu sob liderança de Santucho, formando o PRT-El Combatiente (EC), com uma linha mais militarista.

Esta concepción de la revolución como conquista del poder conduce al PRT-EC a una absolutización del rol militar del partido, ocluyendo toda referencia a la construcción de una subjetividad transformadora, a la revolución en tanto que operación contrahegemónica bajo la cual pensar a la liberación de los trabajadores como su propia obra consciente⁴¹⁸.

A Quarta Internacional, à qual o PRT estava ligado formalmente desde 1966, curiosamente escolheu o PRT-EC de Santucho (e não o PRT-LV, comandado por um histórico militante trotskista) como seção oficial do movimento na Argentina.

Dois meses depois da divisão, aconteceu o IV Congresso do PRT-EC. Nele, foi aprovado aquele que é considerado o texto teórico mais detalhado da organização. O

⁴¹⁵ Cf. WEISZ, Eduardo. Op. cit., pp. 20 e 21.

⁴¹⁶ Um fator determinante para a consolidação das teses de Santucho frente a Moreno no PRT foi a Conferência da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade), em 1967, em Havana, que apontou a luta armada como linha da revolução no continente. A maior parte do PRT aderiu a esse caminho, enquanto a fração morenista seguiu na posição adotada desde 1963/1964, ainda na fase de Palavra Obrera, considerando que o guevarismo impunha um modelo que não servia para todos os países do continente.

⁴¹⁷ O PRT-La Verdad teve vida curta. Em 1972, a organização se fundiu a um grupo de dissidentes do Partido Socialista para criar o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores). Nos anos 1980, ao fim da ditadura militar, Moreno e seu grupo fundaram outra organização trotskista, MAS (Movimento ao Socialismo), que chegou a ter número significativo de membros e apoiadores. Em 1989, dois anos após a morte de Moreno, o MAS se fragmentou em várias pequenas organizações.

⁴¹⁸ WEISZ, Eduardo. Op. cit., p. 49.

Documento del IV Congreso, extremamente minucioso e com respostas para as mais variadas questões teóricas e de ação política do partido, ficou conhecido entre a militância perretista como *Libro Rojo*: o apelido deve-se tanto à pretensão do texto, de abarcar todas as vertentes da atividade revolucionária, numa referência ao famoso livro de Mao, como também ao fato de a publicação distribuída aos militantes ter capa vermelha.

O documento, originalmente com 82 páginas, vinha acompanhado do grandiloquente título de “EL ÚNICO CAMINO HASTA EL PODER OBRERO Y EL SOCIALISMO” (original em maiúsculas), e era assinado por três dirigentes partidários que usavam codinomes: Carlos Ramírez [Mario Roberto Santucho, secretário-geral do PRT], Sergio Domec [Oscar Demetrio Prada] e Juan Candela [Félix Helio Prieto]. Os dois últimos eram dirigentes de origem trotskista que haviam optado por permanecer no PRT-EC, ao lado de Santucho. Para além das longas formulações teóricas, transparece a tentativa de acertar as contas com o morenismo, numa típica operação discursiva daquele período – em que aliados de ontem se tornavam “traidores da revolução” no dia seguinte.

Em março de 1968, o primeiro número do novo periódico *El Combatiente* chamava de “*camarilla minoritaria*” ao grupo de Moreno, a quem acusava de ter se apropriado criminosamente da gráfica do partido, num “procedimento gangsteril”. Por isso, avisava *El Combatiente*, o antigo jornal *La Verdad* deixava de ser o órgão oficial do PRT para se converter “*en el órgano de la secta pequeño burguesa que ha roto con el partido*”⁴¹⁹. Na mesma edição, *El Combatiente* informava que o IV Congresso se realizara tendo como “presidentes honorários” quatro “mártires revolucionários” (o termo utilizado segue a linha do messianismo revolucionário, ao qual já nos referimos): Che Guevara, León Trótsky, Ángel Bengochea e o vietnamita Nguyen Van Troi.

Os textos de *El Combatiente* naquele período indicam que o caminho para a luta armada estava já decidido antes da fundação do ERP, em 1970. A pressa de Santucho para iniciar a luta guerrilheira levou a mais duas cisões em 1969: a chamada Tendencia Comunista do PRT, liderada por Daniel Che Pereyra, que criticava o militarismo excessivo, e a Milicia Obrera, que defendia a luta armada apenas como autodefesa das massas trabalhadoras, também deixaram o partido.

O jornal perretista dedicava muito espaço a informações sobre grupos guerrilheiros de outros países latino-americanos. Em setembro de 1969, sob o título “Lucha armada en el mundo”, o destaque na página 10 de *El Combatiente* era para os Tupamaros no Uruguai: o periódico do

⁴¹⁹ *El Combatiente*, número 1, março de 1968. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

PRT trazia fotos de Raúl Sendic e de outros líderes do MLN-T e informava que policiais uruguaios estariam “*desconcertados*” diante da ousadia dos guerrilheiros, que haviam tomado de assalto uma estação de rádio em Montevideu, para transmitir um comunicado revolucionário⁴²⁰.

Na página 12 da mesma edição, a notícia era sobre a guerrilha brasileira: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, realizado pela ALN e pelo MR-8. *El Combatiente* trazia uma fotografia de Carlos Marighella, mas o identificava (de forma equivocada) como dirigente do MR-8, e não da Aliança Libertadora Nacional.

O mais importante é notar que a pauta do jornal estava dominada pela luta armada. O partido chegava a 1970 já controlado pelos setores que desejavam o início da guerrilha, com a criação do exército popular. Como vimos, foi esse o foco do V Congresso, que decidiu formar o ERP. A partir de então, o partido e sua força guerrilheira cresceram de maneira constante, numa hora em que as lutas sociais também entravam numa ofensiva.

Em maio de 1969, eclodira o Cordobazo – insurreição que provocou caos na cidade de Córdoba, importante centro industrial do país. Para Daniel de Santis, uma das marcas dessa rebelião foi o fato de ter rompido a hegemonia peronista: “*El Cordobazo fue, después de décadas, la primera gran movilización de las masas que no se dio en los marcos del peronismo*”⁴²¹. Em setembro de 1969, outra rebelião popular explodiu em Rosário, e ficou conhecida como “Rosariazo”.

Os movimentos ajudaram a fomentar a ideia de que a Argentina vivia uma situação pré-revolucionária, acelerando o surgimento de novos grupos guerrilheiros. Se a mobilização dos trabalhadores rurais de Tucumán ajudara a conformar o PRT em 1965, podemos afirmar que o Cordobazo e o Rosariazo foram elementos detonantes para que o partido decidisse expulsar os grupos que ainda se opunham à luta armada, abrindo caminho para que Santucho criasse o ERP e se lançasse à luta armada em 1970.

A decisão de fundar o ERP teve influência do processo cubano, mas foi resultado também da realidade nacional argentina, em que setores organizados dos trabalhadores partiram para o confronto: chama a atenção que o impulso de rebelião popular não tenha vindo do campo, como propugnavam as teses da FRIP e os primeiros documentos do PRT, mas sim do operariado urbano em Rosário e Córdoba.

⁴²⁰ “Tupamaros con los trabajadores”. *El Combatiente*, número 35, setembro de 1969. In: Archivo Nacional de la Memoria, Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos (ex ESMA – Escuela de Mecánica de la Armada).

⁴²¹ DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir*, tomo I, volume 1. Op. cit., p. 33.

4.5.2 O perfil da militância

O crescimento do PRT-ERP ao longo de onze anos (1965-1976) esteve diretamente vinculado à ofensiva vivida pela classe trabalhadora argentina nesse período. E, em que pese a avaliação do ex-militante Daniel de Santis, de que o PRT se beneficiara de rebeliões que se fizeram “por fora” do peronismo tradicional, fica evidente que o partido ampliou ainda mais sua base justamente no momento em que o peronismo também recuperou força: no início dos anos 1970, os trabalhadores passaram a vislumbrar a possibilidade de instaurar um novo governo do líder que havia sido deposto em 1955⁴²².

Pablo Pozzi calcula que o PRT tinha na fundação, em 1965, pouco mais de trezentos militantes espalhados pelo país e que, no momento da cisão com o morenismo em 1968, sobraram apenas 170 ou 180 militantes vinculados ao PRT-EC de Santucho. Em 1970, quando se criou o ERP, a organização reunia já quatrocentos membros, entre militantes e simpatizantes. Notemos que o partido e seu braço armado seguiram a crescer mesmo após a implantação da ditadura iniciada pelo general Juan Carlos Onganía, em 1966⁴²³.

As evidências são de que o PRT-ERP passou a reunir mais apoios a partir de dois eventos específicos: o Cordobazo, em 1969, que significou um impulso para toda a esquerda revolucionária; e as negociações – levadas adiante pelo governo dos militares, sob liderança do general Lanusse – que permitiram o retorno do peronismo à legalidade.

Em 1973, com a abertura eleitoral que levaria à eleição do peronista Héctor Cámpora e ao retorno do líder máximo justicialista, a organização liderada por Santucho já atingira cerca de 1,5 mil integrantes. Em 1974, batera em 3 mil. E no fim de 1975, às vésperas do golpe comandado por Videla e que implantaria a ditadura mais sanguinária da história argentina, o

⁴²² Juan Domingo Perón, militar de formação, consolidara seu poder após a histórica mobilização de 17 de outubro de 1945, quando milhares de trabalhadores foram às ruas para exigir a liberdade do homem que acabara de exercer os cargos de Secretário do Trabalho e Ministro da Guerra, no governo militar iniciado dois anos antes. Perón adotara uma série de leis trabalhistas e estreitara contato com os sindicatos. Detido por pressão dos conservadores, acabou libertado após a intensa mobilização que fazia nascer, assim, a força política mais importante da Argentina no século XX. Perón foi eleito presidente no ano seguinte, para um primeiro mandato de seis anos, e reeleito em 1952. Mas, em 1955, foi derrubado por uma coalizão, que, embora chefiada por militares, reunia também liberais e setores da esquerda (Partido Socialista e Partido Comunista). O movimento golpista ficou conhecido como “Revolução Libertadora”, e teve o comando do general Pedro Aramburu. Perón foi exilado, o nome dele proscrito e o movimento peronista proibido de atuar no país. Iniciou-se em 1955 a fase da chamada Resistência Peronista, que levou a fortes mobilizações e a um clima permanente de instabilidade nos anos seguintes. Voltaremos a tratar desse contexto no capítulo 5, para mostrar como o peronismo influencia as formulações de um nacionalismo de esquerda.

⁴²³ Entre 1966 (quando o presidente constitucional Arturo Illia sofre um golpe militar) e 1973, o poder foi exercido sucessivamente por três generais: Onganía, Roberto Levingston e Alejandro Lanusse. Notemos que o país viveria depois um curto interregno peronista (com Cámpora, Lastiri, o próprio Perón e, por fim, Isabelita), antes de novo golpe militar, este conduzido por Videla, em 1976.

PRT-ERP era uma guerrilha com razoável capilarização em todo o país, reunindo cerca de 6 mil membros – sempre de acordo com as estimativas de Pozzi.

A partir de entrevistas com cerca de setecentos sobreviventes da luta armada no PRT-ERP, o autor traçou um perfil aproximado do militante: 75% eram homens e 25% mulheres. Mas a lista de membros do Comitê Central (CC) eleito no V Congresso, quando se criou o ERP em 1970, mostra que entre os 25 nomes (dezoito titulares e sete suplentes) não havia nenhuma mulher. A listagem ampliada do Congresso, com outros dezoito delegados que estiveram na reunião mas não foram escolhidos para o CC, inclui três mulheres: Sayo, Clarisa Lea Place e Nélide Augier⁴²⁴. Nenhuma delas ganhou espaço no órgão máximo da organização, apesar de o levantamento de Pozzi indicar que, de cada quatro militantes na base, pelo menos um era mulher.

Por outro lado, essa não foi uma guerrilha com presença massiva de estudantes, como se deu em outras partes da América Latina: 45% se originavam da classe trabalhadora (indústria ou campo), contra 42% de setores médios (com destaque para professores e empregados administrativos) e apenas 9% de origem burguesa ou pequeno burguesa (oriundos de famílias de empresários ou comerciantes).

A distribuição geográfica dos militantes (ressaltamos que a amostra não segue um padrão científico, mas ajuda a desenhar o perfil do agrupamento) indica que o peso do norte agrário ficou bastante diluído ao longo do tempo: 26% atuavam em Córdoba, 24% militavam em Buenos Aires (província e capital federal), 13% em Tucumán, 12% em Santa Fé (incluindo Rosário) e apenas 8% eram de Santiago del Estero⁴²⁵.

Chama a atenção o peso da militância cordobesa, maior do que o total de ativistas em Buenos Aires – com população bem mais numerosa. A distribuição certamente reflete o peso do Cordobazo e das mobilizações que foram intensas na cidade e na província de Córdoba nos anos anteriores. Não à toa, Santucho decidiu se mudar para Córdoba em 1970, com a mulher e as três filhas, e a região se tornou o centro político do PRT-ERP nos anos iniciais da guerrilha. As ações armadas se estenderam também para outras províncias: em setembro, na cidade de Rosário, ocorreu o já citado ataque a uma delegacia de polícia, que terminou com dois agentes mortos. Em novembro de 1970, logo após rebelião popular ocorrida na capital de Tucumán (conhecida como Tucumazo), um comando guerrilheiro assaltou uma agência bancária na cidade, levando o equivalente a 5 mil dólares, mas um militante deixou cair o bigode falso que compunha o disfarce, acabou reconhecido e dias depois foi preso: era Juan Manuel Carrizo, dirigente do ERP.

⁴²⁴ Cf. DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir*, tomo I, volume 1. Op. cit., pp. 41 e 42.

⁴²⁵ Cf. POZZI, Pablo. Op. cit., pp. 96-98.

Na sequência, ocorreram quedas sucessivas: o também dirigente Domingo Menna foi preso em janeiro de 1971, depois de resistir a tiros a um cerco policial em Córdoba. Clarisa Lea Place foi detida, ao distribuir comida para moradores de um bairro pobre na mesma cidade. Ana Villarreal, a Sayo, companheira de Santucho, acabou presa em março de 1971, em circunstâncias idênticas, sendo ferida no tiroteio. Após a prisão da companheira, Santucho partiu para uma ação desesperada e, à frente de um comando do ERP, tentou resgatar Ana Villarreal, Clarisa Lea e outras guerrilheiras de um presídio feminino de Córdoba. A ação fracassou e Clarisa ficou ferida.

O país vivia àquela altura intensa ebulição política porque os militares, que estavam à frente do governo nacional desde o golpe de Onganía em 1966, tinham acabado de nomear um novo governador para a província de Córdoba, para tentar conter as manifestações dos trabalhadores que não haviam cessado inteiramente desde 1969. Ele assumira prometendo “cortar la cabeza de la víbora” revolucionária, e os trabalhadores reagiram à altura com o chamado “Viborazo”, incendiando mais uma vez o centro de Córdoba. A repressão deixou um morto, duas dezenas de feridos e quase trezentos presos. Nas ruas, pela primeira vez, manifestantes carregavam bandeiras de grupos guerrilheiros como ERP e Montoneros. Com medo de perder o controle da situação, o Exército forçou a renúncia do presidente, general Roberto Levingston, e em seu lugar assumiu outro militar, Alejandro Lanusse: ele seria o último dos mandatários fardados, no ciclo iniciado com o golpe de 1966⁴²⁶.

O Viborazo deu mais fôlego para as organizações de esquerda armada peronista, como Montoneros, FAR e FAP, que em parceria com o ERP criaram uma espécie de coordenação revolucionária em Córdoba. Enquanto Lanusse emitia sinais de que aceitava uma abertura política que encerrasse o longo período de proscricção peronista, os grupos guerrilheiros apostavam na queda dos militares e numa situação que acelerasse a revolução socialista.

Em maio de 1971, o Cônsul honorário britânico, diretor de um frigorífico em Rosário, foi sequestrado pelo ERP. No meio do ano, o líder do PRT-ERP viajou mais uma vez a Cuba, e lá travou contato direto com dirigentes de grupos guerrilheiros da mesma geração: o ELN boliviano, o MLN-T uruguaio, o MIR chileno. Surgiu naquele encontro a ideia de uma internacional revolucionária do Cone Sul, para intercâmbio de recursos, informação, dinheiro e militantes, na luta contra o imperialismo – a futura JCR⁴²⁷.

Nessa viagem, Santucho se aproximou ainda mais da linha cubana, que, nesse momento, aprofundava as relações com o sistema soviético. Esse movimento levou a um afastamento

⁴²⁶ Cf. LUNA, Félix. *Argentina: de Perón a Lanusse*. Buenos Aires: Planeta, 1973.

⁴²⁷ Cf. MATTINI, Luís. Op. cit., p. 86.

gradual entre o líder perretista e o trotskismo internacional, que preferia frear as ações armadas e apostar nas insurreições de trabalhadores.

4.5.3 Fuga, terror e morte

Pouco tempo depois de voltar de Cuba, em agosto de 1971, Santucho foi preso em Córdoba, e logo transferido para a prisão de Villa Devoto, em Buenos Aires. O PRT sofria com a repressão, que destroçava sua estrutura política, mas o ERP ganhava notoriedade, com uma quantidade impressionante de ações de guerrilha urbana⁴²⁸.

O ano de 1972 significou a completa militarização do PRT. A ideia inicial de um partido que daria a linha política para a guerrilha foi atropelada pela realidade. O CC do PRT não se reuniu nem uma vez nos quinze meses que vão de outubro de 1971 a dezembro de 1972. E, ao longo de todo esse ano, só saíram oito edições do jornal *El Combatiente* – que normalmente tinha frequência quinzenal.

Outro sintoma da militarização foi a desarticulação da Fatrac (Frente Anti-imperialista de Trabalhadores da Cultura), organismo que o PRT criara para se aproximar de intelectuais e artistas, com quem sempre teve dificuldades para dialogar – já que a presença do peronismo de esquerda e do Partido Comunista era forte nesses setores. A Fatrac, que existira como braço informal do PRT entre 1968 e 1971, foi desarticulada pela jovem direção de Buenos Aires, que queria priorizar a proletarização dos militantes, afugentando setores médios da área de cultura⁴²⁹.

Com a maior parte dos dirigentes presos, a militância de base mais jovem assumira a frente da organização e, especialmente na capital, priorizava as ações armadas. Em março de 1972, o diretor da Fiat na Argentina, Oberdán Sallustro, foi sequestrado pelo ERP – gerando comoção internacional. O presidente da Fiat italiana desembarcou em Buenos Aires e chegou a se reunir às escondidas com Santucho na cadeia para negociar a libertação de Sallustro. O teor exato da conversa nunca foi revelado.

⁴²⁸ De 520 ações realizadas por vários grupos revolucionários na Argentina, entre março e dezembro de 1971, 218 (41%) foram conduzidas por células do ERP (Cf. SEOANE, María. Op. cit., p. 154), mostrando que a organização se tornava a mais ativa na esquerda armada argentina.

⁴²⁹ Cf. Weisz, Eduardo. Op. cit., pp. 103-104.

Uma característica do PRT-ERP, em linha com algumas correntes de esquerda da época, foi o anti-intelectualismo. A origem da FRIP talvez explique a desconfiança que o partido mantinha em relação a setores universitários e artísticos de Buenos Aires. Mas Santucho considerava necessário reforçar a presença do PRT-ERP na cultura, e quando voltou ao comando do partido ao fim de 1972 considerou um erro as ações de desmonte da Fatrac empreendidas naquele ano. Essa dificuldade para transitar na área de cultura marca uma diferença importante em relação ao MLN-T uruguaio, que estudamos nos capítulos 2 e 3: os Tupamaros sempre tiveram grande entrada entre intelectuais, escritores e artistas.

No dia seguinte ao encontro, em 5 de abril de 1972, o governo de Lanusse, temendo o excesso de poder em torno do guerrilheiro preso, tomou a decisão de transferir Santucho e outros militantes para o presídio de Rawson, na Patagônia – onde já estavam Sayo, Clarisa Lea e dezenas de perretistas. Na mesma semana, o sequestro do diretor da FIAT teve um desfecho trágico: a polícia cercou “*la Cárcel del Pueblo*”, no bairro de Flores, Buenos Aires, onde o ERP o mantinha detido. Durante a troca de tiros, o empresário foi executado. Poucas horas depois, no mesmo dia 10 de abril de 1972, um comando do ERP fuzilou em Rosário o tenente general Juan Carlos Sánchez, acusado de comandar a tortura a presos políticos. A espiral de violência se acelerava.

Massacre de Trelew

Um dos eventos mais dramáticos da história do PRT-ERP ocorreria alguns meses depois. Com dezenas de guerrilheiros presos em Rawson, Santucho planejou uma fuga espetacular, que dava a dimensão do poder de fogo da guerrilha: um comando armado invadiria o presídio, e levaria os guerrilheiros em ônibus, caminhões e carros até o aeroporto mais próximo, na cidade de Trelew, também na Patagônia. Um avião de carreira seria sequestrado na pista e garantiria a fuga de quase uma centena de guerrilheiros, do ERP e de outros agrupamentos, rumo ao Chile.

No dia 15 de agosto de 1972, o plano foi colocado em ação, mas nem tudo saiu como planejado. Só o primeiro grupo de seis chefes guerrilheiros (que incluía Santucho, Gorriarán Merlo e Menna do ERP, além de mais três lideranças de outros grupos) conseguiu chegar ao aeroporto a tempo. Os demais guerrilheiros foram contidos pelos guardas, com exceção de um segundo grupo de dezenove fugitivos que chegou a Trelew com atraso de alguns minutos, pouco depois de o avião sequestrado ter levantado voo levando os seis líderes.

O governo socialista de Salvador Allende recepcionou os fugitivos, mas foi pressionado a repatriá-los à Argentina. Depois de várias reuniões, e de receber pessoalmente representantes dos guerrilheiros, Allende decidiu enviar o grupo para Cuba.

A negociação para o traslado até Havana já durava mais de uma semana, quando veio a notícia terrível da Argentina: em 22 de agosto de 1972, o grupo de dezenove guerrilheiros que chegara com atraso ao aeroporto de Trelew, e que desde então era mantido em isolamento numa base aeronaval na mesma cidade, foi massacrado a tiros por militares, num corredor próximo às celas. Entre os dezesseis mortos, estavam a mulher de Santucho, Ana Villarreal, mãe de suas três filhas, e Clarisa Lea, com a qual ele mantivera um relacionamento anos antes. Três guerrilheiros sobreviveram à fuzilaria, saltando em desespero para dentro das celas.

Desde então, os remanescentes da guerrilha e defensores dos direitos humanos na Argentina relembram o episódio como “Massacre de Trelew”. E os dezesseis guerrilheiros – homens e mulheres – assassinados após a fuga frustrada passaram a ser tratados na imprensa partidária como “Heróis de Trelew”. É o que indica panfleto publicado em 1973, que traz o nome dos militantes assassinados, com as inscrições:

Honor y Gloria a los Héroes de Trelew
 Libres o Muertos, Jamás Esclavos
 La Sangre Derramada no Será Negociada
 A Vencer o Morir por la Argentina⁴³⁰.

No mesmo ano, o PRT-ERP lançou outro panfleto, dessa vez com as fotos dos dezesseis homens e mulheres mortos, e o título: “*Los patriotas de Trelew murieron como el Che*”. A organização convocava o povo para uma marcha em direção ao Congresso Nacional, em Buenos Aires, para exigir que a cidade da Patagônia, onde ocorrera o massacre, mudasse de nome para “Héroes de Trelew”. E que no município fosse erguido um “Monumento a los Mártires”⁴³¹. O partido deixava claro que tratava o combate simbólico como peça central da disputa política. Mais uma vez, as ideias de heroísmo e morte se cruzavam, numa organização que tinha como lema “Vencer ou Morrer”.



Figura 23 – No panfleto, distribuído em 1973, o PRT-ERP trazia as fotos dos militantes executados pelos militares em Trelew, e que passaram a ser tratados como “heróis” da guerrilha.

⁴³⁰ *Un Homenaje Combatiente*, panfleto distribuído pelo PRT-ERP, 1973. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

⁴³¹ *Gloria a los héroes de Trelew – Los patriotas de Trelew murieron como el Che*, panfleto do PRT-ERP, agosto de 1973. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

Vera Carnovale colheu entre sobreviventes da guerrilha depoimentos que mostram como o conceito de sacrifício era parte integrante da mentalidade do PRT-ERP. É o que afirma, por exemplo, um ex-guerrilheiro identificado apenas como “Miguel”, entrevistado no ano 2.000:

Héroe era el que lo mataban, ese era héroe... los héroes de Trelew. O el Che Guevara. Esos eran los héroes. Más héroes que los que triunfaban. (...) Bueno, yo voy a luchar por un mundo mejor y el futuro está en mis hijos. Ahí, estoy diciendo de alguna manera que a mí me pueden matar. Es jugarse al todo o nada, al Cristo. Te imaginas que yo vengo ideológicamente con una educación cristiana. Y cual es la imagen cristiana del combatiente? Cristo, que muere crucificado. Después tengo la otra imagen, la del Che Guevara. Cristo, ojo, Cristo no era a nivel consciente, viste. Hoy yo lo veo que es a nivel inconsciente⁴³².

O mártir e o homem novo se interpenetravam nas figuras de Che Guevara e Cristo. Os militantes e dirigentes perretistas precisavam ter, certamente, conhecimento político advindo do estudo e da literatura marxista. Mas não podiam prosperar sem fé e virtuosismo pessoais, como relata outro sobrevivente da luta guerrilheira:

Desde la dirección del partido se intentaba formar un militante que tuviera todas las virtudes del hombre nuevo. [...] Primero, que fuera humilde, revolucionario en toda su vida, con una moral y una ética. [...] Luchar contra los vicios pequeño burgueses⁴³³.

A construção de uma nova moral não era algo elaborado apenas na subjetividade, ou nas conversas informais entre os militantes. Naquele mesmo ano de 1972, pouco antes da fuga de Rawson e do massacre de Trelew, a direção partidária fizera divulgar um documento que explicita vários desses conceitos: o texto “Moral y proletarización” foi publicado na revista *Gaviota Blindada*, que circulava entre presos perretistas. Depois, foi intensamente distribuído entre membros do partido e tornou-se, segundo o ex-dirigente Daniel de Santis, “*un verdadero best-seller dentro de la militancia partidaria*”⁴³⁴.

O extenso documento defendia a “*proletarización*” dos militantes (que deveriam aproximar seu estilo de vida daquele que, supostamente, era adotado pela classe operária), atacava o individualismo pequeno burguês (“*subjetivismo*”, “*autosuficiencia*”, “*búsqueda de prestigio*” individual e “*espíritu de camarilla*” eram anátemas que deviam ser combatidos), e descia também a detalhes sobre o comportamento, com um programa para “*la familia en perspectiva revolucionaria*” (com a afirmação peremptória de que a construção de uma nova família deve partir “*de la pareja monogámica como célula básica*”) e com críticas à chamada

⁴³² Depoimento do ex-guerrilheiro “Miguel”, março de 2000. Apud: CARNOVALE, Vera. Op. cit., pp. 192 e 203.

⁴³³ Depoimento do ex-guerrilheiro “Ángel”, maio de 2000. Apud: CARNOVALE, Vera. Op. cit., pp. 192-193.

⁴³⁴ DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir*, tomo I, volume 2. Op. cit., p. 92.

revolução sexual dos anos 1960 (que “*degrada así al sexo a su aspecto animal*” e privilegia a obtenção do prazer individual)⁴³⁵.

Não é nosso objetivo, evidentemente, aprofundar o debate sobre a construção dessa moral revolucionária, mas sim assinalar que o PRT-ERP está imerso numa lógica de refundação social, com uma perspectiva política que – em conformidade com o espírito de certo pensamento de esquerda típico dos “longos anos 1960” – não passa apenas pelas relações de classe ou pela construção de um novo sistema de poder; trata-se de uma visão que se pretende integral, avançando para minúcias do comportamento individual e coletivo, na nova sociedade que se planejava fundar. Havia ainda outras características que se esperava encontrar no homem novo da guerrilha:

Ser solidario, ser callado, ser austero, estar siempre dispuesto, preocuparse por el otro, no? Era lo opuesto al pequeño-burgués, digamos, que es charlatán, en el sentido de que habla mucho y hace poco, es pedante, individualista... Eso era muy importante: combatir el individualismo⁴³⁶.

Ser calado, ser austero. Poucos guerrilheiros assumiram tais características de maneira tão drástica quanto o próprio Mario Roberto Santucho. Alguns amigos atribuíam essas características ao fato de ele ser um homem do norte argentino, em contraste com o estereótipo dos portenhos – que seriam mais falantes e comunicativos. Mas é possível que essa marca pessoal tenha sido acentuada conforme ele ascendeu ao posto de liderança maior de um partido que valorizava a austeridade.

A reação de Santucho, quando recebeu no Chile a notícia do massacre de Trelew, no qual perdera companheiros de luta e dois de seus grandes amores na vida, é mais uma indicação nesse sentido. O advogado argentino Eduardo Duhalde, conhecido defensor de presos políticos durante os anos 1970 e 1980, viajara com um grupo de juristas a Santiago para acompanhar a situação dos guerrilheiros que tinham conseguido escapar, e testemunhou o exato momento em que eles foram informados da morte dos dezesseis companheiros em Trelew. Houve uma explosão de desespero, gritos e choro. A exceção foi Santucho, como Duhalde narrou num depoimento concedido em 1990:

Robi puso sus brazos cruzados sobre la mesa, apoyó la cara y quedó así por más de dos horas. No pronunció una sola palabra. Quedó como petrificado mientras a su alrededor los gritos llenaban el cuarto. Fue una escena desgarradora y aún hoy no sé qué fue más conmovedor: si el llanto y los gritos, o el silencio petrificado de Santucho⁴³⁷.

⁴³⁵ “Moral y proletarización”. In: *Gaviota Blindada*, julho de 1972. Apud: DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir – historia del PRT-ERP*, tomo I, volume 2, pp. 92 a 116.

⁴³⁶ Depoimento do ex-guerrilheiro “Roberto”, maio de 2000. In: CARNOVALE, Vera. Op. cit., p. 193.

⁴³⁷ Cf. SEOANE, María. Op. cit., p. 177.

É provável que Santucho, como líder máximo do partido, não se permitisse chorar ou demonstrar sofrimento – ainda mais diante de companheiros da direção. Preferiu o silêncio “petrificado”, mais de acordo com a moral de austeridade do PRT-ERP.

Texto publicado cerca de um ano antes, no jornal do partido, dá uma pista sobre isso. “Los que luchan y los que lloran”⁴³⁸ é o título de reportagem sobre um guerrilheiro do ERP que foi baleado na cabeça quando uma patrulha policial invadira a casa em que vivia escondido. O jornal *El Combatiente*, em janeiro de 1971, trazia a foto do militante Eduardo Foti com a cabeça enfaixada e dizia que “*la bala enemiga lo sorprendió en movimiento, peleando, como siempre*”. O texto construía a figura de um combatente heroico, duro e indomável:

Eduardo Foti eligió luchar [...] como todos los demás compañeros que cayeron, engrosando la lista de los hijos más queridos del pueblo que están pagando en la cárcel el delito de no llorar, el delito de luchar por su pueblo. [...] Así como es el, un tanto brusco, un tanto duro, pero con un inmenso corazón para la gente de su pueblo⁴³⁹.

Notemos que o texto evoca uma moral revolucionária em que lutar está em oposição a chorar: era como se demonstrar emoção ou dor pudesse diminuir o valor de quem combate. Foti, que chegou a ser dado como morto, mas depois se recuperou mesmo em condições duríssimas na prisão, sobreviveu com várias sequelas físicas e entrou para o panteão dos heróis combatentes do ERP⁴⁴⁰.

A construção dessa épica guerrilheira levou o PRT-ERP a criar também uma condecoração especial: a Orden de Combate Héroes de Trelew, que tinha três níveis (primeiro, segundo e terceiro grau) e seria concedida, respectivamente, a militantes que praticassem “*actos heroicos excepcionales*”, mostrassem “*méritos extraordinarios en combate*” ou cumprissem “*servicios militares distinguidos*”.

O Santucho petrificado, que não chora, é filho dessa tradição, dessa época – retomando o conceito de Cláudia Gilman – em que a moral revolucionária tem pontos de cruzamento com

⁴³⁸ O título do artigo publicado no periódico do PRT é uma referência a um livro muito popular entre a esquerda argentina, de autoria de Jorge Ricardo Masetti. Com apenas 28 anos, o jornalista argentino fizera história ao ser um dos primeiros a entrevistar Che Guevara e Fidel Castro quando os revolucionários lutavam na Sierra Maestra. Em 1958, Masetti publicou as crônicas jornalísticas de sua experiência em Cuba: *Los que luchan y los que lloran* era o nome da obra, que ajudou a construir a imagem heroica dos líderes da revolução. Ele se tornou próximo do compatriota Che Guevara e, após o triunfo de 1959, ajudou a organizar e dirigiu a agência cubana Prensa Latina. Em 1964, sob inspiração de Che, decidiu instalar um foco guerrilheiro no norte da Argentina, o Ejército Guerrillero del Pueblo (EGP). Masetti desapareceu na região de Salta, e seu corpo jamais foi encontrado. O EGP foi derrotado, mas é considerado predecessor da onda de organizações guerrilheiras que surgiria no país alguns anos depois.

⁴³⁹ “Los que luchan y los que lloran”. *El Combatiente*, número 51, janeiro de 1971. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

⁴⁴⁰ Eduardo Foti ficou com várias sequelas do ferimento na cabeça. Esteve preso até 1973 e, mesmo com dificuldades de fala e de movimentos, manteve-se na militância. Foi preso pela segunda vez em 1975 e sobreviveu aos anos mais duros da ditadura militar. Morreu aos 71 anos, em 2018.

a moral cristã, apesar do ateísmo manifesto da maior parte dos militantes. Além disso, estamos diante de revolucionários que olham para o homem *novo*, para a sociedade *nova* (como se fosse possível produzir uma refundação absoluta das relações sociais e até morais), mas que não o fazem – apenas – a partir da ideia de progresso e futuro que marcava a esquerda do fim do século XIX e início do século XX.

A esquerda armada dos anos 1960 e 1970, especialmente no Prata, volta ao passado seguidas vezes para buscar legitimação política. Se os Tupamaros no Uruguai evocavam Artigas e a tradição *gaucha*, como uma forma de enfrentar a tradição liberal e cosmopolita da burguesia que pretendiam derrotar, os revolucionários do PRT-ERP buscavam inspiração em San Martín, Belgrano e também em personagens populares como o já citado Sargento Cabral das lutas de primeira independência, para construir uma sociedade nova em oposição ao “individualismo” da moral burguesa que deveria ser derrotada. O retorno ao passado é uma operação de corte romântico, que cumpre o papel de oferecer exemplos de entrega e abnegação para a construção de um novo país.

Santucho estava imerso nesse movimento de ideias: um filho da Argentina indígena, que se fez marxista e trotskista, mas seguiu a olhar para o passado sanmartiniano. Santucho sobreviveu ao desastre de Trelew, um desastre político e pessoal, e poucos dias depois deixou o Chile – como prometido por Allende – rumo a Cuba, onde permaneceu por dois meses aproximadamente. Durante esse período, foi recebido para uma conversa privada (a única) com Fidel Castro, que, segundo vários relatos, respeitava a trajetória do líder perretista mas não compreendia bem o antiperonismo do PRT-ERP, o que levaria Cuba a recusar apoio material quando o agrupamento decidiu instalar um foco guerrilheiro nas montanhas de Tucumán.

Depois de nova passagem pela Europa, onde se encontrou com lideranças trotskistas e amadureceu a ideia de retirar o PRT-ERP da Quarta Internacional, Santucho retornou à América do Sul e, pela fronteira chilena, entrou na Argentina em novembro de 1972. Quase ao mesmo tempo, outro personagem, muito mais influente, desembarcava em Buenos Aires: em 17 de novembro de 1972, Perón chegava à capital argentina para selar a sonhada transição, agora com participação direta do justicialismo na eleição do ano seguinte – ainda que o nome do chefe máximo do peronismo seguisse vetado na cédula eleitoral. O processo ficou conhecido como GAN (Grande Acordo Nacional), num pacto cujos principais fiadores eram Lanusse, representando os militares, e o próprio Juan Domingo Perón, que planejava voltar ao poder, após quase duas décadas de exílio. Para isso, Perón lançou o nome de Héctor Cámpora como candidato do justicialismo nas eleições que foram marcadas para o início do ano seguinte.

Em dezembro, a direção do PRT-ERP conseguiu se reunir em La Plata, com a presença de Santucho, para acertar as contas com o que muitos consideravam “excessos militaristas” cometidos nos meses anteriores. Foram afastados alguns dirigentes, mas paradoxalmente o partido-guerrilha não aceitou interromper as atividades armadas nem diante da iminência de uma eleição que prometia trazer os peronistas de volta ao poder.

A consolidação da luta armada como estratégia revolucionária, a partir da criação do ERP em 1970, tampouco significara o fim das divergências internas na organização. A relação conflitiva com a Quarta Internacional provocou, em janeiro de 1973, a saída de cerca de noventa guerrilheiros que constituíram a chamada *Fracción Roja*⁴⁴¹.

A tensa relação entre o PRT-ERP e o peronismo, por sua vez, causaria mais uma divisão, no mesmo período: entre o fim de 1972 e início de 1973, dezenas de militantes abandonaram a organização e criaram o ERP-22 de Agosto, que passou a defender a eleição de Cámpora, aprofundando diálogo com as organizações armadas peronistas Montoneros e FAR. A maior parte dos membros da organização dissidente vinha da Regional de Buenos Aires do PRT-ERP, onde se acentuara a militarização em 1972. Eram jovens mais porosos ao diálogo com o peronismo. A primeira ação importante do ERP-22 de Agosto foi sequestrar Héctor Ricardo García, dono do jornal *Crónica*: a exigência era que o diário publicasse manifesto chamando voto na chapa da Frejuli (Frente Justicialista de Liberación), encabeçada por Cámpora, o que de fato ocorreu⁴⁴².

⁴⁴¹ A *Fracción Roja* teria sido incentivada pela direção internacional trotskista, incomodada com a aproximação do PRT-ERP em relação a Cuba e ao sistema soviético. O Secretariado Unificado da Quarta Internacional enviou um grupo de trotskistas brasileiros para atuar na Argentina. Entre eles, estava Flavio Koutzii, que mais tarde seria deputado pelo PT do Rio Grande do Sul. A presença dos brasileiros e o debate sobre alianças com setores da burguesia, que o PRT passara a admitir sob algumas circunstâncias, provocaram a ruptura. Em maio de 1973, o PRT-ERP saiu da Quarta Internacional (sobre o racha que levou à criação da *Fracción Roja*, ver: WEISZ, Eduardo. Op. cit., pp. 69 a 79).

⁴⁴² Em abril de 1973, o ERP-22 de Agosto realizou outra ação de grande impacto, ao executar o contra-almirante Hermes Quijada, apontado como um dos responsáveis pelo massacre de Trelew. O principal dirigente do ERP-22 de Agosto, Victor José Fernández Palmeiro, também morreu ao ser baleado na ação. Palmeiro havia sido um dos responsáveis pelo sequestro do avião em Trelew, que permitiu a fuga de Santucho e de outros cinco guerrilheiros para o Chile.

O ERP-22 de Agosto possuía uma visão mais “movimentista”, sem as amarras leninistas do PRT-ERP, e lutava para unificar a esquerda peronista numa só organização armada. O agrupamento dissidente pediu voto em Perón na eleição de setembro de 1973, enquanto o PRT-ERP pregou voto em branco. O ERP-22 de Agosto perdeu importância, conforme o peronismo no poder avançou para posições mais à direita, frustrando os que acreditaram na liberação nacional sob comando do velho líder justicialista. Em abril de 1974, ocorreu novo fracionamento. Os militantes remanescentes migraram para os Montoneros, ou fizeram o caminho de volta para o PRT-ERP (sobre o tema, ver: WEISZ, Eduardo. “El partido armado – Orígenes y contexto político”. In: *Lucha armada en la Argentina*, número 8, Buenos Aires, 2007.)

4.5.4 Cámpora e Perón

O lema que se espalhou entre os trabalhadores nos primeiros meses de 1973 era: “*Cámpora al gobierno, Perón al poder*”, o que se confirmaria nas urnas logo depois. Outras organizações armadas interromperam as ações, como sinal de boa vontade diante da eleição. Já o PRT-ERP não cedeu, dobrou a aposta e passou a atacar objetivos militares: um mês antes dos argentinos irem às urnas, um comando invadiu quartel do Exército em Córdoba e roubou mais de setenta fuzis, dezenas de pistolas e duas metralhadoras. A ação fazia crescer o clima de tensão na direita e entre setores mais duros dos militares, que não aceitavam a eleição de um peronista e defendiam guerra total contra a esquerda.

A avaliação de Santucho era de que os trabalhadores estavam indiferentes ao processo eleitoral. O líder guerrilheiro mandou imprimir milhares de panfletos com a estrela vermelha do ERP e com o lema “Vencer o Morir”: a palavra de ordem era desconhecer o embate eleitoral e depositar aqueles volantes nas urnas, em vez de votar na chapa de Cámpora. Foi um erro brutal de análise.

A esmagadora maioria da classe trabalhadora organizada preferiu seguir a direção peronista. Em março de 1973, Cámpora venceu a eleição, prometendo um governo progressista, e pediu uma trégua geral. O PRT-ERP manteve fogo alto e publicou, em abril, pouco antes da posse, um documento em que avisava que manteria a luta armada, em plena vigência do governo democrático: “*Porque el ERP no dejará de combatir. Respuesta al presidente Cámpora*”. O PRT-ERP reconhecia que o novo presidente tinha apoio popular, mas considerava que a eleição não mudava o fato de que o peronismo representava “*los intereses de la burguesía y del régimen capitalista argentino*”. Anunciava que pouparia o presidente e o núcleo do governo de ações armadas, que seriam dirigidas contra “*los pilares del régimen reaccionario, las empresas y el ejército opresor*”⁴⁴³.

Em 25 de maio, dia da assunção de Cámpora ao poder, milhares de manifestantes de esquerda cercaram os presídios de Villa Devoto em Buenos Aires e de Rawson, na Patagônia. Carregavam bandeiras e cartazes de organizações armadas, como Montoneros e ERP, para pressionar pela libertação dos presos políticos. Mais de trezentos foram soltos naquele dia e logo anistiados: o novo presidente cumpria o prometido. Cámpora também derrubou toda a legislação repressora e reatou relações diplomáticas com Cuba.

⁴⁴³ “Porque el ERP no dejará de combatir. Respuesta al presidente Cámpora”, volante do PRT-ERP, abril de 1973. In: Archivo Nacional de la Memoria, Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos (ex Esma – Escuela de Mecánica de la Armada).

A primavera democrática, no entanto, foi curtíssima. O governo Cámpora durou apenas cinquenta dias (entre maio e julho de 1973), período no qual o PRT-ERP experimentou uma inédita fase de liberdade: os periódicos *El Combatiente* (PRT) e *Estrella Roja* (ERP) puderam ser distribuídos sem nenhum tipo de bloqueio, batendo todos os recordes de tiragem. No dia 8 de junho de 1973, os dirigentes do partido deram a única entrevista coletiva com ares de normalidade (antes, tinham ocorrido entrevistas sob rígidas regras de segurança, para as quais um ou outro jornalista era chamado em condições precárias), da qual há um registro fotográfico – com Santucho, Gorriarán Merlo e Benito Urteaga sentados à mesa, respondendo perguntas da imprensa. A imagem correu o mundo, e deu a impressão de que a Argentina poderia incorporar ao jogo político os setores mais à esquerda. Durou pouco essa impressão.

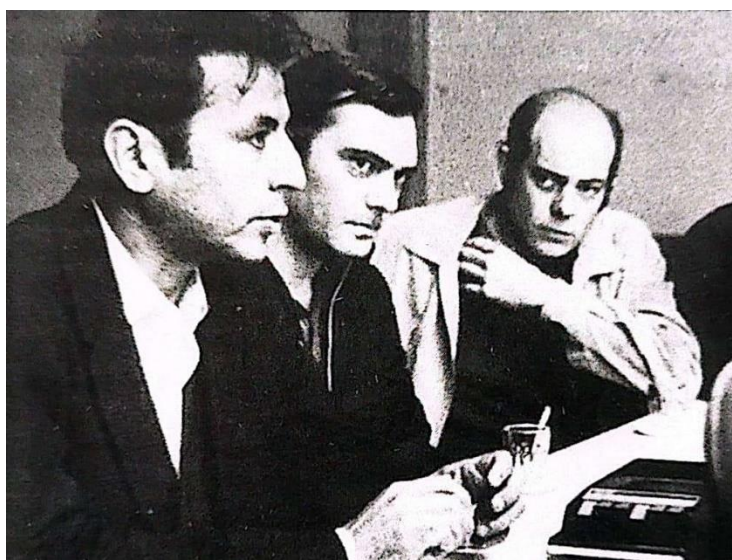


Figura 24 – Mario Roberto Santucho, Benito Urteaga e Enrique Gorriarán Merlo (da esquerda para a direita), numa entrevista em 1973, durante o governo de Cámpora.

Em junho, também, Santucho se casou de novo: com Liliana Delfino, militante do PRT desde 1967. Dois anos depois, nasceria o único filho do casal, Mario Antonio, que mal teve tempo de conviver com mãe e pai.

A direção do PRT-ERP errara na projeção sobre as eleições; ainda assim conseguiu manter apoio de setores mais engajados, porque outros fatos indicavam o avanço da direita. No dia 20 de junho de 1973, o massacre de Ezeiza deixou marcas profundas: grupos do peronismo progressista foram atacados por bandos direitistas que também estavam no aeroporto para receber Perón na volta definitiva. Logo depois, a direita do justicialismo forçou a renúncia de Cámpora. No lugar dele, assumiu o deputado Raúl Alberto Lastiri, genro de López Rega – chefe do peronismo ultraconservador.

Lastiri conduzia o país para uma nova eleição quando, em setembro, um comando do ERP realizou ataque frustrado a um centro de saúde das Forças Armadas. O resultado: um militar morto, treze guerrilheiros presos e, poucos dias depois, a organização de Santucho foi colocada de novo na ilegalidade. No fim daquele mês, Juan Domingo Perón se consagrou com a maior votação proporcional da história do país: teve quase dois terços dos votos, levando a tiracolo sua mulher, Isabel Perón, como vice. Carregou também ao poder a direita peronista. O massacre de Ezeiza fora só o início.

No mesmo mês de setembro de 1973, poucos dias antes, os sinais que vinham do Chile eram péssimos: Allende tinha sido derrubado e morto num golpe comandado por Augusto Pinochet. Na Argentina, Perón tomou posse em outubro e a conflagração seguiu: esquadrões da extrema direita, em especial a Triple A (Alianza Anticomunista Argentina), sequestravam e assassinavam militantes, sindicalistas, lideranças civis com ou sem ligação com grupos armados.

A posição militarista do PRT-ERP fez com que a organização de Santucho se isolasse dos grupos peronistas e também do Partido Comunista – do qual havia se aproximado desde que decidira romper com o trotskismo. O PC argentino colaborava com o PRT-ERP, ajudando a manter o jornal *El Mundo*, um diário que a organização de Santucho comprara para atuar de forma profissional e oficialmente desvinculada da guerrilha. Os comunistas – com mais contatos na intelectualidade – cediam jornalistas para tocar o periódico; mas decidiram se afastar quando o PRT-ERP fez novas ações armadas, no início do derradeiro governo de Perón.

Em janeiro de 1974, a companhia Héroes de Trelew, do ERP, atacou o quartel de Azul, na Província de Buenos Aires, onde ficava a principal guarnição de tanques do país: mais de oitenta guerrilheiros, sob comando de Gorriarán Merlo, foram mobilizados. A operação fracassou, mas enfureceu o presidente. Perón vestiu uniforme de general e, na TV, prometeu punir os “*delincuentes*” perretistas. Em represália, grupos paramilitares comandados por López Rega atacaram a tiros a sede do jornal *El Mundo*. Em fevereiro, o prédio do diário foi dinamitado, e um mês depois definitivamente fechado.

Em julho de 1974, com a morte de Perón, o governo ficou formalmente nas mãos de Isabelita, mas quem passou a governar foi López Rega. O terror da Triple A seguia a se espalhar: a organização reunia civis de extrema direita, e integrava policiais e militares que atuavam sem identificação, eliminando dezenas de militantes de esquerda. María Seoane calcula que “*las*

*fuerzas de seguridad completaron un ranking fatal de un muerto a cada 19 horas en los dos meses posteriores a la muerte de Perón*⁴⁴⁴.

Os Montoneros – principal guerrilha peronista – tinham desistido de qualquer aproximação com o governo e retomaram a ofensiva armada. Em novembro, explodiram a lancha onde estava o chefe da polícia Alberto Villar, matando o policial e sua esposa. Isabel Perón decretou estado de sítio. Em dezembro, seria a vez do ERP explodir um caminhão para assassinar um chefe da segurança federal. Mas o atentado fracassou.

Trazemos tantos detalhes dessa escalada de violência com um duplo objetivo: mostrar que, se o PRT-ERP podia ser acusado por parte da esquerda (comunista e peronista) de ter virado as costas a Cámpora e de ter ajudado a incendiar o país com ações armadas contra o governo Perón, a barbárie da extrema direita também parecia alimentar reações cada vez mais violentas por parte do PRT-ERP; ao mesmo tempo, o partido estava imerso numa onda triunfalista, que não guardava relação com a situação política real.

Santucho havia decidido acelerar a marcha guerrilheira no campo, instalando um foco rural na região de Tucumán. Oscar Asdrúbal, um dos irmãos dele, integrava o comando da Companhia de Monte Ramón Rosa Jiménez, com cerca de quarenta homens. A coluna passou a atuar, na pequena área montanhosa e coberta por florestas, mesmo sem apoio dos cubanos, que consideravam um disparate uma força guerrilheira de esquerda contra um governo em teoria nacionalista e eleito com tanto apoio popular.

Em 1975, as Forças Armadas enviaram tropas para cercar o foco guerrilheiro e, nas escaramuças na montanha, no mês de outubro, morreu Oscar Asdrúbal Santucho. Seis meses antes, o irmão Francisco René, que tanto influenciara Robi, fora sequestrado na capital da província de Tucumán, onde vivia com identidade falsa e tentava se reconectar com os grupos da guerrilha depois de passar algum tempo fora do país. O corpo de Francisco René jamais foi encontrado. Um terceiro irmão Santucho, Amílcar (que atuara no Partido Comunista desde jovem, mas depois decidiu apoiar a luta revolucionária do PRT-ERP), foi preso na fronteira com o Paraguai, quando tentava chegar a Assunção para fazer contatos com chilenos do MIR. Eram sinais claros de que se iniciara uma guerra total de extermínio: contra a esquerda, e especificamente contra a família Santucho.

O ERP apostava na ebulição popular nos centros urbanos. Em meados de 1975, mobilizações de trabalhadores sacudiram as cidades argentinas, especialmente na Grande Buenos Aires: os sindicatos convocaram uma greve geral de 48 horas, a primeira da história

⁴⁴⁴ SEOANE, María. Op. cit., p. 230.

contra um governo peronista, para protestar contra as medidas econômicas que promoviam arrocho. O ajuste recessivo, que ficou conhecido como “Rodrigazo”, fora conduzido pelo ministro da Economia Celestino Rodrigo, com respaldo da dupla Isabel Perón/López Rega. As mobilizações foram tão fortes que levaram os militares a pressionar pela demissão do ministro Rodrigo; o homem forte do governo, López Rega, também caiu.

Diante dos fatos, Santucho cometeu mais um erro de avaliação: supôs que a aliança conservadora estava em crise terminal, e que a efervescência das manifestações de rua poderia se transformar num novo Cordobazo, replicando o clima de 1969, o que daria apoio para a guerrilha promover um confronto de grandes proporções. Na verdade, o poder transitara de mãos: setores conservadores do peronismo entregavam o governo diretamente para os generais, sob comando de Jorge Rafael Videla, que já aparecia como grande liderança fardada e preparava o golpe mais anunciado da história argentina.

Monte Chingolo

A avaliação política equivocada teve como consequência um plano militar temerário. Na véspera do Natal de 1975, o PRT-ERP se preparou para aquele que jornalistas e historiadores argentinos definem como o maior combate urbano da guerrilha na América Latina no século XX. O plano era tomar de assalto, com mais de 130 homens, o Batalhão 601 – quartel do Exército com grande depósito de armamentos, na localidade de Monte Chingolo, Grande Buenos Aires, a menos de 20 quilômetros da Casa Rosada.

O ataque seria conduzido pelo Batalhão General San Martín do ERP – que, assim, buscava mais uma vez inspiração nas guerras de independência do século XIX para realizar suas ações. Dezenas de guerrilheiros tomariam pontes, nas vias de acesso ao quartel, impedindo que chegassem reforços vindo de La Plata e de outros quartéis da região metropolitana. O planejamento logístico era minucioso, mas dependia do fator surpresa. E aí houve um problema sério: as Forças Armadas tinham conseguido se infiltrar nas estruturas do PRT-ERP. Poucos dias antes do ataque, um dos coordenadores da operação, Juan Ledesma, foi preso – provavelmente tinha sido delatado por um homem que atuava como motorista nos preparativos da operação, mas que na verdade era um informante das Forças Armadas⁴⁴⁵. Na mesma casa

⁴⁴⁵ Cf. PLIS-STERENBERG, Gustavo. *Monte Chingolo – la mayor batalla de la guerrilla argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2015, pp. 97 a 99.

em que Ledesma foi localizado, outros militantes acabaram presos e levados ao quartel de Campo de Mayo.

Alertado do risco, já que sob tortura era possível que Ledesma fornecesse informações sobre o ataque, Santucho decidiu manter os planos. O pesquisador Gustavo Plis-Sterenber, no mais extenso trabalho de reconstituição da batalha de Monte Chingolo, reúne testemunhos de ex-presos políticos que estiveram detidos no mesmo local em que Ledesma sofreu bárbaras torturas, chegando a ter suas vísceras expostas enquanto era interrogado: “*Ya no sabían lo que hacer, los tipos estaban locos, locos*”, disse Humberto Pedregoza, um sobrevivente. Outro testemunho vem de Víctor Pérez, que ouviu os gritos de Ledesma e atesta que, diante do sofrimento e da dor, ele pediu para ser morto pelos militares – que queriam detalhes sobre o ataque e exigiam o paradeiro de Santucho. Ledesma resistiu, e pouco antes de morrer teria cantado o hino do ERP – segundo testemunhos de sobreviventes recolhidos por Plis-Sterenber⁴⁴⁶.

Não pretendemos desconhecer a barbárie e a violência praticadas pela direita argentina nem o sofrimento atroz a que foram submetidos milhares de presos políticos antes e depois do golpe militar de 1976. Mas anotamos que é impossível saber até que ponto os relatos acima são fidedignos, ou estão em parte influenciados pela aura de heroísmo e messianismo que cercava a militância de esquerda naquele período.

O fato objetivo, e terrível, é que Ledesma morreu sob tortura, e jamais foram encontrados os corpos dele e de outros onze militantes detidos pelas Forças Armadas, na tentativa de frustrar a ação planejada pelo PRT-ERP. Outro fato: os militares sabiam que o ataque estava previsto, graças ao informante. Mas faltavam detalhes.

Naquele mesmo dezembro de 1975, no afã de evitar a ação guerrilheira que se presumia grandiosa, o Exército sequestrou uma cunhada de Santucho, que não tinha ligação direta com a luta armada, mas recebera a função de cuidar da parte mais vulnerável da família. Sob a guarda de Ofélia, em Buenos Aires, estavam nove crianças: as quatro filhas dela e de Oscar Asdrúbal (sobrinhas de Santucho), o filho de um militante sequestrado pela polícia e os quatro filhos do líder do PRT-ERP – incluindo as três meninas adolescentes, do casamento com Sayo, e o pequeno Mario Antonio de apenas oito meses. Os soldados do Exército invadiram a casa em que ela estava, durante uma festa infantil, e chegaram a apontar armas contra o bebê, para aterrorizar a família.

⁴⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp. 109-110.

Ofélia foi levada para o Campo de Mayo e ameaçada de tortura, até que os oficiais se convenceram de que ela não sabia onde estava o cunhado. Ofélia e as crianças foram então instaladas pelo Exército num hotel: era uma isca para abater psicologicamente o chefe guerrilheiro e assim fazê-lo dar as caras para salvar a família⁴⁴⁷.

Não adiantou. Nem o risco de vazamento de informações por parte dos guerrilheiros presos e torturados, nem a ameaça direta aos filhos e sobrinhos mudaram os planos de Santucho. No dia 23 de dezembro de 1975, ocorreu o ataque longamente planejado. A batalha de Monte Chingolo foi um desastre completo para o ERP, terminando com 25 guerrilheiros mortos, 24 desaparecidos e 27 feridos⁴⁴⁸.

Plis-Sterenberg considera um erro atribuir o fracasso guerrilheiro apenas à ação de inteligência dos militares: *“El fracaso fue principalmente político, al elaborar caracterizaciones que llevaron a un accionar que no se correspondía con el desarrollo político-militar de la organización”*⁴⁴⁹. Fracasso político, acrescentamos nós, que não se devia só à sobrevalorização do poder de fogo guerrilheiro, mas ao equívoco de análise sobre a real correlação de forças no país.

Na reunião para avaliar a derrota, em 27 de dezembro, Santucho assumiu a responsabilidade por manter a operação apesar dos riscos, mas adotou um tom grandiloquente, segundo reconstituição feita por María Seoane, a partir de relatos de sobreviventes. O líder guerrilheiro teria usado uma frase de Fidel Castro: *“Fue una derrota militar y un triunfo político”*⁴⁵⁰. No boletim interno do PRT-ERP sobre o desastre de Monte Chingolo, a direção reconheceu que subestimou a força do inimigo e que a guerrilha padecia de um “déficit” militar. Ao mesmo tempo, lembrava exemplos de derrotas de Fidel em Cuba e de Mao na China, e apelava para o passado patriótico:

Todos los procesos revolucionarios conocidos han atravesado este tipo de dificultades [...] **San Martín se sobrepuso a la derrota de Cancha Rayada [...] Bolívar fue cuatro veces derrotado en Venezuela** [...] y las cuatro veces retornó, reinició la lucha hasta imponerse⁴⁵¹. (grifo nosso)

Mais uma vez, as lutas de libertação no século XIX serviam de baliza para as ações do presente. O passado legitimava e fornecia elementos de fé política, numa organização em que

⁴⁴⁷ Do hotel, Ofélia e as crianças conseguiram (em circunstâncias nunca totalmente esclarecidas) chegar à Embaixada de Cuba, onde permaneceram por um ano, até conseguir autorização para deixar a Argentina, já depois do golpe de 1976 e após a morte de Mario Roberto Santucho.

⁴⁴⁸ Cf. SEOANE, María. Op. cit., p. 275.

⁴⁴⁹ PLIS-STERENBERG. Op. cit., p. 102.

⁴⁵⁰ SEOANE, María. Op. cit., p. 276.

⁴⁵¹ *Boletim Interno del PRT*, número 98, dezembro de 1975. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

o messianismo andava de mãos dadas com um marxismo que se pretendia científico, mas que muitas vezes atropelava a realidade, em nome da crença na vitória final.

Cerco e aniquilação

No início de 1976, o exército desfechou o cerco final ao foco guerrilheiro do PRT-ERP em Tucumán. E em 24 de março veio o golpe de Estado comandado pelo general Videla, dando início à mais terrível ditadura Argentina do século XX. Santucho e a direção do PRT-ERP redigiram no próprio dia 24 um editorial em que projetavam um banho de sangue, com “guerra civil aberta” e perspectivas de vitória para a esquerda na luta revolucionária. O golpe, no entanto, triunfou – sem reação popular.

Além de mais um erro evidente de avaliação política, o PRT-ERP partiu para outra ação temerária, convocando reunião ampliada de sua direção apenas cinco dias após o início da ditadura. O encontro, numa casa próxima a Buenos Aires, foi interrompido a tiros por uma patrulha do Exército. Robi e parte da direção conseguiram escapar, deixando para trás doze guerrilheiros mortos, além de documentos e um organograma do partido que caiu nas mãos dos militares.

O chefe guerrilheiro finalmente percebera que era preciso recuar. Passou a viver escondido num apartamento de um conjunto habitacional de Villa Martelli, em Buenos Aires. Santucho preparava-se para deixar o país. Mas, antes, tinha previsto uma reunião com os Montoneros, na tentativa de criar uma organização unificada, que chegou a ser batizada de OLA/Organização para Libertação da Argentina, mas jamais saiu do papel.

Na noite de 19 de julho, depois da reunião com os Montoneros, o chefe do PRT-ERP pegaria o avião, com identidade falsa, para sair da Argentina rumo ao Peru e depois à Europa. Mas a reunião não ocorreu porque um militante do grupo peronista que deveria confirmar o encontro não apareceu no ponto; era o sinal de que algo saía errado.

Naquele dia, desmoronou a direção do PRT-ERP: ainda de manhã, Domingo Menna, dono do apartamento de Villa Martelli e dirigente partidário, foi preso numa blitz do Exército, e acabaria morto depois de suportar meses de torturas. No início da tarde do dia 19 de julho de 1976, uma pequena patrulha chegou ao esconderijo de Santucho. Aparentemente, não tinha certeza se ali estava o guerrilheiro mais procurado do país. Eram poucos militares, mas o suficiente para entrar no apartamento já atirando.

Lá dentro, estavam também o dirigente do PRT-ERP Benito Urteaga, o filho dele de apenas dois anos, a companheira de Santucho, Liliana Delfino, e a mulher de Menna, Ana

Lanzillotto – grávida de oito meses. Santucho e Urteaga morreram em decorrência do tiroteio, bem como o capitão do Exército que comandou a ação, Juan Carlos Leonetti.

Os corpos dos dois chefes guerrilheiros jamais foram encontrados, mas há relatos de que foram expostos como troféus pelos militares no quartel de Campo de Mayo. Duas décadas depois, foi finalmente divulgada uma foto de Santucho, com o rosto ensanguentado, logo após ser abatido: a imagem tinha ficado em poder do Exército, e foi obtida por uma das filhas do líder guerrilheiro após longa batalha judicial⁴⁵².

O filho pequeno de Benito Urteaga foi entregue à família. As duas mulheres, levadas vivas pelos militares, teriam sido torturadas e mortas: os corpos jamais foram localizados e, durante muitos anos, não se conheceu o destino do bebê que Ana carregava no ventre no momento em que a direção do PRT-ERP foi destroçada. Até que, em 2016, as Abuelas de Plaza de Mayo informaram que ele havia sido localizado⁴⁵³.

Em agosto, Luís Mattini foi eleito secretário-geral do PRT-ERP no lugar de Santucho, e no fim de 1976 o que sobrou da direção partidária rumou para o exílio. O jornal *El Combatiente* seguiu a ser editado, e passou a trazer na capa, ao lado do logotipo, uma foto de Santucho. Em 1977, uma das últimas células do ERP ainda ativa na Argentina tentou explodir um avião que decolaria de Buenos Aires, levando o ditador Videla e seu ministro da Economia Martínez de Hoz; mas a chamada “Operación Gaviota” fracassou. O ERP assumiu a autoria do atentado contra “*el asesino Videla*”, em uma publicação no *Estrella Roja* que prometia: “*El brazo de la justicia popular es largo y sabrá ajustar con los asesinos y torturadores*”. Mas o partido e a guerrilha estavam derrotados. O curto comunicado, na capa do jornal, terminava com homenagens no típico fraseado perretista:

Gloria al Comandante Santucho
Gloria a los Mártires de la Dictadura

⁴⁵² GUTMAN, Daniel. “Recuerdos del jefe del ERP”. In: *Clarín*, 28 de outubro de 1999, p. 20. A reportagem informa que a foto, que ficara em poder do Exército por mais de vinte anos, integrava o acervo do chamado Museo de la Subversión, mantido pelos militares para lembrar “*sus éxitos en la lucha contra la guerrilla*”. Durante muitos anos, autoridades ligadas à ditadura – incluindo o ex-presidente Videla – negaram a existência desse centro de documentação clandestino, só revelado graças à insistência das famílias de mortos e desaparecidos que conseguiram obter na Justiça o acesso ao acervo. Além da foto de Santucho, a família recebeu dois documentos pessoais do líder guerrilheiro que também seguiam nas mãos do Exército. Muitas escavações foram realizadas no Campo de Mayo, mas jamais foram encontrados os restos mortais de Santucho e dos outros guerrilheiros mortos ou sequestrados naquele 19 de julho de 1976.

⁴⁵³ Maximiliano Menna Lanzillotto era um médico de quarenta anos quando fez o exame de DNA e ficou sabendo que era o bebê que Ana carregava no ventre quando foi presa. O filho de guerrilheiros do ERP (Domingo Menna e Ana Lanzillotto) tornou-se assim o neto de número 121, na longa lista de crianças identificadas pelas Abuelas de Plaza de Mayo, depois de serem sequestradas pela ditadura e entregues para outras famílias. Maximiliano pôde conhecer o irmão Ramiro (filho mais velho de Ana e Menna) e a tia Alba, que durante quatro décadas lutou para encontrar a criança que nascera num centro de detenção da ditadura.

A Vencer o Morir por la Argentina⁴⁵⁴.

Em 1979, o partido realizou o VI Congresso, em Roma. Os remanescentes do PRT-ERP se dividiram em dois grupos: a ala comandada por Mattini, com participação de Amílcar Santucho e de Roberto Guevara (irmão do Che), renegou a estratégia militarista, dissolveu o ERP e apresentou a ideia de relançar o PRT como um partido de esquerda, quando a Argentina retomasse a democracia; outro grupo, liderado por Gorriarán Merlo, manteve a tática guerrilheira e se engajou na revolução nicaraguense.

Esse segundo grupo ocupou funções no governo sandinista implantado após a derrota da ditadura de Anastasio Somoza, em 1979, na Nicarágua. E não abandonou as armas: em setembro de 1980, um esquadrão de dez guerrilheiros, sob comando de Gorriarán Merlo⁴⁵⁵, se deslocou para o Paraguai e executou Somoza, que vivia sob a proteção do ditador Alfredo Stroessner. Foi a missão de maior impacto político efetivo praticada por militantes do ERP – e, curiosamente, ocorreu fora do território argentino e já depois da derrota da guerrilha em seu país de origem.



Figura 25 – Com o filho Mario Antonio, no fim de 1975: Mario Roberto e a segunda esposa, Liliana, poucos meses antes do cerco final ao PRT-ERP.

⁴⁵⁴ “Parte de Guerra”. *Estrella Roja*, número 93, fevereiro de 1977. In: Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas).

⁴⁵⁵ Após o fim da ditadura, Gorriarán Merlo criou o Movimento Todos pela Pátria (MTP). Em abril de 1989, durante o governo democrático de Raúl Alfonsín, o MTP atacou o regimento militar de La Tablada, nas proximidades de Buenos Aires. Após dez horas de combate, 39 pessoas morreram, sendo 28 guerrilheiros, 7 soldados, um policial e 3 civis. Condenado à prisão perpétua, Gorriarán Merlo foi indultado em 2003, e morreu três anos depois por problemas cardíacos.

CAPÍTULO 5 – ESQUERDA E PERÓN: A GUERRILHA EM SEU LABIRINTO

*“Esse passado oferece seus objetos perdidos,
cujas recuperações move o projeto
das tarefas inconclusas [...]
Houve Nação no passado [...]
Não há Nação no presente [...]
A Nação perdeu-se e, conseqüentemente,
a revolução futura terá de reinstaurá-la.”*

(Beatriz Sarlo, A paixão e a exceção)

Como procuramos deixar claro no capítulo anterior, confluíram para o PRT-ERP duas tradições políticas distintas, marcadas por nuances que tornaram o partido – e sua força guerrilheira – uma formação política bastante original.

De um lado, o morenismo trouxe ao PRT-ERP a marca de uma esquerda clássica, filha da tradição insurrecional de 1917 e que apostava na organização dos trabalhadores nas fábricas, para o enfrentamento com a burguesia. O grupo integrava uma vertente universalista, o trotskismo revolucionário – o que ajuda a explicar os primeiros anos de desconfiança e oposição ao peronismo, ainda sob denominação de GOM ou PRO. Para tornar o percurso mais complexo, no entanto, relembramos que a corrente morenista terminou por aderir ao peronismo pouco antes de 1955, o que transformou Palavra Obrera numa organização ao mesmo tempo trotskista e peronista.

A FRIP, por outro lado, sobretudo a partir das formulações iniciais de Francisco René Santucho, ofereceu ao PRT-ERP um olhar especial para a Argentina indígena; levou para o partido também o antiliberalismo, a desconfiança com relação a Buenos Aires e ao porto, além de uma rebeldia que era francamente antieuropeia, antes de ser anticapitalista. A organização dos irmãos Santucho aportou ao PRT-ERP uma matriz localista, que ajuda a explicar por que o partido, que se assumia como leninista, utilizava heróis nacionais do século XIX como forma de legitimar a ação política revolucionária. Para matizar a análise, entretanto, é preciso lembrar que os Santucho – em especial, Mario Roberto – mantinham profunda desconfiança em relação ao peronismo, como atestam militantes que conviveram com o líder guerrilheiro:

Al parecer Santucho cambió, porque inicialmente decía que era un nacionalista de izquierda, muy ladeado hacia el revisionismo. Yo creo que en esa voltereta hubo una fuerte influencia de la izquierda liberal, porque

Santucho tenía predisposición a interpretar el peronismo como una suerte de fastidio, de desgracia.⁴⁵⁶

Tenía un anti-peronismo visceral, es más, obsesivo. [...] Era como un futurista, pensaba tanto en el hombre que debía ser que no veía al hombre que efectivamente era. Robi nunca entendió al peronismo, lo que le imposibilitó tener la suficiente cintura política para cambiar a tiempo. Su principismo lo llevaba a meter el pie en el acelerador, y a tener pretensiones hegemónicas para el proyecto revolucionario⁴⁵⁷.

Já apontamos, ao longo das páginas anteriores, vários momentos de tensão entre o PRT-ERP e o justicialismo. Mas é importante frisar que o partido liderado por Mario Roberto Santucho, normalmente avesso a grandes teorizações, dedicou extenso espaço em seu principal periódico para analisar o significado do peronismo. No primeiro semestre de 1971, em quatro edições do periódico *El Combatiente* (números 56 a 59), o partido publicou textos assinados pelo dirigente Julio Parra e que tinham a chancela geral da organização, com uma avaliação teórica sobre o fenômeno peronista. Depois, foram agrupados num único documento, distribuído para toda a militância, sob o título *El Peronismo*.

Trata-se de material bastante extenso, do qual vamos destacar alguns pontos. Basicamente, o PRT-ERP utilizava a célebre definição de Marx, no 18 de Brumário, para classificar o peronismo como um projeto “*bonapartista*”. Ao contrário de outras forças de esquerda, que nos anos 1940 e 1950 chegaram a definir Perón como um agente do imperialismo, o partido de Santucho afirmava que o general era um nacionalista que tinha como aspiração um projeto de capitalismo independente para a Argentina, mas com uma contradição insanável: “*La limitación de este nacionalismo era precisamente su carácter burgués*”. Segundo o documento, Perón apoiou-se numa conjuntura de prosperidade conjuntural para arbitrar disputas entre o imperialismo, a burguesia argentina e a classe operária.

O PRT-ERP reconhecia a força do justicialismo junto à classe trabalhadora argentina, mas via a direção sindical burocratizada, a espelhar o caráter “*policlassista*” do movimento peronista. Para a organização dirigida por Santucho, depois que Perón foi derrubado, em 1955, aprofundou-se a contradição entre a base operária e a ideologia burguesa da direção do movimento. E, a partir dessa contradição, surgiram movimentos armados que, sob inspiração peronista, passaram a defender a revolução:

De esa nueva situación histórica son hijas las actuales organizaciones armadas peronistas: FAP, FAR y Montoneros. La contradicción a que estas

⁴⁵⁶ Depoimento de Pedro Cázes Camarero, militante de Palabra Obrera e depois do PRT-ERP. In: SEOANE, María. Op. cit., p. 78.

⁴⁵⁷ Depoimento de José Carlos Ramos, militante do Peronismo de Base nos anos 1970, e mais tarde deputado justicialista. In: SEOANE, María. Op. cit., p. 136.

organizaciones se ven enfrentadas es la misma: los métodos revolucionarios de la lucha armada y la ideología del movimiento del que continúan formando parte⁴⁵⁸.

Diante desse quadro, o PRT-ERP propunha unidade de ação com as organizações armadas peronistas, mas ao mesmo tempo defendia confrontação com a liderança maior do movimento. A tática era expressa da seguinte forma, na conclusão do documento:

lucha ideológica sin cuartel contra las propuestas burguesas y proburguesas del peronismo, denuncia del Gran Acuerdo y de toda otra manobra de Perón y de las camarillas de turno en la conducción política y gremial del peronismo⁴⁵⁹.

O partido de Santucho, a nosso ver, propunha a quadratura do círculo: parecia não perceber que ficava refém da mesma contradição que apontava como insanável nas organizações peronistas. Única força guerrilheira que não se colocava dentro da família política do justicialismo, o PRT-ERP pretendia mobilizar a energia revolucionária do peronismo em armas e das bases populares do movimento, mas ao mesmo tempo enfrentar o personagem que era visto como líder máximo pela classe operária e fonte de inspiração das organizações peronistas.

Perón fora derrubado por militares e por setores empresariais aliados aos Estados Unidos em 1955. Era símbolo de uma era de bem-estar da classe trabalhadora. Como mobilizar agora essa classe para uma revolução socialista – que tinha militares e empresários como inimigos principais – e ao mesmo tempo atacar o peronismo? Era uma equação política que não fechava. Fidel Castro, como já vimos, não comprou essa ideia, que foi incapaz de mobilizar também a maior parte dos trabalhadores argentinos.

5.1 Perón, nacionalismo e revolução

É impossível, ou no mínimo inapropriado, analisar qualquer organização política na Argentina, na segunda metade do século XX, sem levar em conta o peronismo e a forma como ele se entrelaça com a construção da identidade nacional nesse período. Não temos a pretensão, evidentemente, de analisar em detalhe nesta tese a história e o significado de um movimento político tão complexo, que há décadas cientistas sociais e historiadores se esforçam para decifrar. Buscamos algo mais pontual: compreender como os primeiros governos de Perón e a

⁴⁵⁸ “El Peronismo”, documento assinado por Julio Parra e chancelado pela direção do PRT-ERP. In: *El Combatiente*, números 56 a 59, primeiro semestre de 1971. Apud: DE SANTIS, Daniel. *El PRT-ERP y el peronismo – documentos*. Buenos Aires: Nuestra America, 2004, p. 55.

⁴⁵⁹ Idem, *ibidem*, pp. 62-63.

resistência popular que se segue à sua derrubada ajudam a lançar luzes sobre um período em que a esquerda, mesmo a de origem marxista, realiza um mergulho em busca de valores nacionais, mirando também para os símbolos e heróis do passado.

Depois da queda de Juan Domingo Perón, em 1955, o poder foi exercido por brevíssimo período pelo general Eduardo Lonardi, antes de passar às mãos do verdadeiro chefe da chamada Revolução Libertadora, o também general Pedro Aramburu. Sob o governo de Aramburu (1955-1958), o nome de Perón foi proibido na imprensa, as organizações peronistas proscritas, e os militantes justicialistas duramente reprimidos.

O novo governo representava a aliança entre empresários liberais e setores conservadores associados aos interesses dos Estados Unidos. Mas é preciso levar em conta que a queda de Perón foi também defendida e comemorada por setores de classe média, por partidos da esquerda tradicional (PS e PC) e por intelectuais que se opunham à intervenção que o peronismo significara na universidade e no mundo cultural argentino.

Oscar Terán, num texto em que recupera a profusão de revistas e grupos intelectuais críticos ao peronismo nos anos 1950 e 1960, define o Golpe de 1955 como um momento de “*recomposición*” social, que permitiu a criação de vínculos profundos entre a intelectualidade de esquerda e a elite liberal, unidas “*en su mutua oposición al régimen peronista*”⁴⁶⁰. Especialmente entre os setores mais tradicionais, saudosos da velha ordem de uma Argentina liberal na economia e identificada com sua autoimagem europeia, havia o mito de que o peronismo fora um fenômeno passageiro, em desacordo com um cenário nacional normalizado que se buscava agora restabelecer, e que só tivera êxito durante mais de uma década por ter sido “*artificialmente promovido por una demagogia operada desde el Estado*”⁴⁶¹.

Quando a resistência peronista, organizada a partir dos bairros e das fábricas, mostrou força e persistência mesmo sem a presença do líder máximo, que se encontrava exilado na Espanha, abriu-se uma fissura em setores intelectuais que, da oposição cerrada ao peronismo, passaram a buscar compreender o significado social daquela *outra Argentina*. Ernesto Sábato e Ezequiel Martínez Estrada estão entre os autores que passaram a olhar para o 17 de outubro de 1945 – dia em que as massas operárias foram às ruas para exigir a libertação do líder, que assim consolidou seu poder junto aos trabalhadores argentinos – não mais como afirmação da barbárie, mas sim como a irrupção de um *outro* desconhecido.

⁴⁶⁰ TERÁN, Oscar. “Peronismo y Modernización”. In: *Nuestros años sesentas – la formación de la nueva izquierda intelectual argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2016, p. 80.

⁴⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 81.

O peronismo, reconheciam esses autores que escreviam para revistas críticas ao regime agora deposto, significara uma espécie de “invasão” da Argentina cosmopolita por “*gentes de otro país, hablando otro idioma, vistiendo trajes exóticos, y sin embargo eran parte del pueblo argentino*” – como escreveu Martínez Estrada em 1956⁴⁶². O estranhamento que a presença daquele povo “*exótico*”, porém igualmente argentino, provocara na elite portenha, lembra a reação da classe média estupefata de Montevideú ao observar as massas de “*peludos*” (trabalhadores do campo, de cabelos longos e desgrenhados) que chegavam à capital após longas marchas de protesto, carregando o signo de um Uruguai profundo e desconhecido – como descrevemos no capítulo 2.

Assim se opera, tanto na Argentina quanto no Uruguai, uma divisão entre duas nações: uma cosmopolita, urbana e com autoimagem europeia, que fora dominante desde fins do século XIX; e outra mais *nacional* e reivindicando as tradições agrárias, que irrompeu na arena política e simbólica a partir dos anos 1920/1930, e com mais força ainda nas décadas de 1950 e 1960. Na segunda metade do século XX, consolidou-se essa espécie de dualidade de identidades que Carlos Altamirano define como “*las dos Argentinas*”, gerando intensos debates intelectuais⁴⁶³. A longa trajetória dessa dicotomia – que ficou mais explícita com os embates entre peronistas e antiperonistas após 1955 – se iniciara décadas antes:

La tesis de que la Argentina encerraba dos sociedades – o su variante: dos tradiciones históricas contrarias – no nació con el peronismo. En la década de los treinta se elaboraron varias de estas **representaciones dicotómicas de la Argentina**, la más célebre de las cuales fue la antítesis del país “visible” y el país “invisible”, el habitante de la ciudad y el habitante del *hinterland* [...] **aunque el advenimiento del peronismo no inició la carrera intelectual de las representaciones dualistas del país, le dio un uso y una circulación que no habían conocido antes**⁴⁶⁴. (grifos nossos)

Altamirano indica que “*distintas familias espirituales del progresismo laico*”, como socialistas/marxistas e liberais, mantinham já no fim dos anos 1940, durante o governo de Perón, uma aliança para resistir ao justicialismo que encampara ideias como a de ensino religioso/catolicismo militante e a de uma “*hispanidad*” que os liberais da segunda metade do século XIX tinham tentado apagar, no projeto hegemônico até então.

O combate entre as duas Argentinas envolvia uma disputa pelo passado e pela construção do chamado olimpo nacional.

⁴⁶² Apud: TERÁN, Oscar. Op. cit., p. 84.

⁴⁶³ Martínez Estrada, ao reconhecer a legitimidade dessa outra Argentina, foi duramente repreendido por Jorge Luís Borges, um dos campeões do liberalismo antiperonista, que via o regime derrubado como “*abominable*” e a revolução de 1955 como “*un acto de justicia*” (Apud TERÁN, Oscar. Op. cit., p. 85).

⁴⁶⁴ ALTAMIRANO, Carlos. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2011, p. 35.

5.2 San Martín no olimpo da pátria

A construção do mito de San Martín começa logo após as primeiras vitórias militares do líder da independência, ocorridas em 1813 no chamado combate de San Lorenzo, já descrito no capítulo 4; e, principalmente a partir de 1817, quando o general cruza os Andes e tem papel central na libertação do Chile, derrotando as tropas espanholas na Batalha de Chacabuco, antes de seguir ainda mais ao norte, para estender sua atuação de líder da emancipação política da América do Sul.

Nos anos seguintes, mesmo convocado a voltar a Buenos Aires e ajudar a pacificar o país, que vivia já o início de uma longa conflagração, San Martín preferiu organizar, em parceria com o líder chileno Bernardo O'Higgins, a expedição para livrar o Peru do jugo espanhol (1821). Em 1822, seguiu rumo a Guayaquil (atual Equador), onde se encontrou com outro libertador da América Latina, Simón Bolívar. A famosa “entrevista” entre os dois líderes terminou sem um acordo claro sobre a forma de conduzir a unificação das forças independentistas. Em 1823, San Martín decidiu retirar-se de volta para o sul, renunciando ao comando de tropas e também ao papel de protetor do Peru. Retornou ao Chile e logo tomou o rumo de Buenos Aires, de onde embarcou para a França, onde morreria em 1850.

Mario Nascimbene lembra-nos que as campanhas militares sanmartinianas tiveram um caráter muito mais americanista do que propriamente “argentino”. Talvez por isso, nas décadas de 1810 e 1820, a figura do comandante vitorioso tenha sido lembrada de forma apenas discreta em poesias e canções populares. As composições gauchescas do período exaltavam as façanhas militares coletivas, sem elaborar o papel individual de San Martín como “gênio militar” ou “pai da pátria”⁴⁶⁵. Até porque a pátria argentina estava ainda longe de se consolidar.

Quando San Martín partiu para a Europa, em 1824, e durante os trinta anos seguintes, a atenção pública no Prata esteve concentrada nos embates entre unitários e federalistas, e no conflito entre o vitorioso Juan Manuel de Rosas e a geração dos exilados argentinos de 1837. Intelectuais como Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Vicente Fidel López tendiam a cultuar mais as chamadas virtudes civis e, por isso, havia pouco espaço nesse momento para a exaltação de um líder militar como San Martín, que, além de tudo, manteve no fim da vida intensa troca de correspondência com Rosas.

Em 1848, Rosas deu o nome de San Martín a uma praça e a uma rua de Buenos Aires. A boa relação entre Rosas e San Martín fez com que um liberal como Domingo Faustino

⁴⁶⁵ Ver NASCIMBENE, Mario. *San Martín en el olimpo nacional – nacimiento y apogeo de los mitos argentinos*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2022, pp. 49 a 57.

Sarmiento, por exemplo, mantivesse certa desconfiança em relação ao general, que só seria superada após a morte deste último, em 1850⁴⁶⁶.

Foi só a partir da segunda metade do século XIX, com a consolidação do Estado nacional, que a elite liberal argentina recuperou San Martín e construiu o mito do grande libertador. Essa elaboração simbólica se deu com a publicação de poemas épicos (como o “San Martín”, de Olegário Andrade, em 1888) e de obras historiográficas como a de Vicente Fidel López, que em sua extensa *Historia de la República Argentina*, em dez volumes, publicada entre 1883 e 1893, destacava o papel do libertador. Mas Bartolomé Mitre – intelectual da Argentina unitária, historiador, chefe militar e presidente da República entre 1862 e 1868 – foi quem teve papel central nessa construção, com sua *História de San Martín e da emancipação americana*, publicada em 1887.

Criou-se, assim, um olimpo nacional em que o general ocupou o degrau mais alto, secundado por outras figuras:

[...] el mito de San Martín constituyó, pues – junto a Belgrano, Rivadavia, Moreno y algunos pocos próceres más – la estructura básica del panteón mítico destinado a legitimar la idea de que sólo bajo gobiernos republicanos con un fuerte poder ejecutivo se podría consolidar la democratización y el progreso del país⁴⁶⁷.

Tratou-se de uma operação discursiva para legitimar a elite que, de 1862 a 1915, governaria a Argentina como uma “*clase de notables que se consideraban únicos y legítimos herederos de los fundadores de la patria*”⁴⁶⁸.

Esse panteão sofreu algumas alterações mais tarde, quando os radicais liderados por Hipólito Yrigoyen (nos anos 1910 e 1920) ou os peronistas (nos anos 1940 e 1950) deslocaram as elites tradicionais do comando do Estado. Tanto o yrigoyenismo quanto o peronismo (como veremos mais adiante, neste capítulo) abriram espaço para a recuperação de Rosas, que havia sido repudiado pelos liberais.

Diana Quattrocchi-Woisson mostra que a chamada Argentina moderna “*est l’oeuvre des adversaires de Rosas*”. Ou seja, só a partir do momento em que esses adversários do rosismo (liberais e unitários, que consolidam um projeto de Estado nacional no fim do século XIX) foram deslocados do poder, após a vitória da União Cívica Radical em 1916, é que se abriu certo espaço para a recuperação do caudilho. Yrigoyen era fustigado pelas elites que

⁴⁶⁶ Cf. NASCIMBENE, Mario. Op. cit., pp. 61 e 62.

⁴⁶⁷ Idem, ibidem, p. 72.

⁴⁶⁸ Idem, ibidem, p. 71.

desconfiavam da “*chusma*” que o apoiava, tanto quanto desconfiavam dos *gauchos* que no passado compuseram o entorno de Rosas⁴⁶⁹.

Reparemos que tanto o panteão dos liberais quanto o dessa outra Argentina que se ergue já sob os governos da UCR têm um ponto imutável: San Martín. O general, herói das guerras de independência, seguiu no topo do olimpo.

O mais notável, no entanto, é que a figura do libertador tenha sido disputada e exaltada também mais tarde por aqueles que, nos anos 1960 e 1970, se dispunham a comandar uma revolução socialista na Argentina. A guerrilha de esquerda queria derrotar a burguesia nacional, mas sem tocar na figura do herói máximo da nação – erigida por gerações anteriores dessa mesma burguesia. Em outras palavras: os revolucionários tentavam destruir o capitalismo, sem tocar no núcleo da simbologia pátria, mantendo assim de pé o olimpo da nação.

5.3 Tríade mítica da política argentina

A revalorização do *gaucho* e de outros elementos do país rural, que tinham ficado recalçados durante a longa fase de hegemonia liberal, avançou num movimento vigoroso, a partir da segunda década do século XX. Setores conservadores, hispanistas e antiliberais deram vários passos para a construção de outra identidade nacional na Argentina: buscava-se um país mais voltado para o campo e as tradições locais, e menos conectado à Europa⁴⁷⁰.

No fim da década de 1930, o nacionalismo conservador se institucionalizou, com a criação do Instituto Juan Manuel de Rosas, em torno do qual atuaria a geração de intelectuais que consolidam o chamado revisionismo histórico. Entre eles, Federico Ibarguren, Ricardo Caballero e – com mais destaque – José Maria Rosa, que, “*desde el punto de vista estrictamente historiográfico, es el más importante, por la documentación que maneja y su frecuentación de los archivos*”⁴⁷¹.

Mais tarde, com o advento do peronismo, essa longa elaboração simbólica – que buscava lastros na primeira metade do século XIX para se contrapor ao liberalismo – consolidou o que Quattrocchi-Woisson define como a “*triade mytique*” argentina, formada por San Martín, Rosas e Perón⁴⁷². O revisionismo histórico – ao qual voltaremos, mais ao fim do capítulo – permitiu

⁴⁶⁹ QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Un nationalisme de déracines – l’Argentine, pays malade de sa mémoire*. Paris: Editions du CNRS, 1992, pp. 19 e 43.

⁴⁷⁰ Sobre o tema, ver: BEIRED, José Luis B. *Sob o signo da nova ordem – intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola/História Social-USP, 1999.

⁴⁷¹ HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. Op. cit., p. 205.

⁴⁷² QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. Op. cit., p. 326.

ao peronismo retomar a imagem de Rosas, o caudilho do século XIX que a geração de Sarmiento e Mitre abominava. Por isso, a oposição liberal e de esquerda a Perón tinha a convicção, nos anos 1950, de que o peronismo trazia consigo uma espécie de “*adulteración de la verdadera nacionalidad*” e do que havia sido até então a leitura normativa da história nacional⁴⁷³.

Poucos textos têm a capacidade de expressar, de forma tão direta e sintética, o horror que a elite liberal argentina sentia do peronismo, ainda mais ao percebê-lo como continuador do rosismo, quanto o editorial do jornal *La Nación* publicado em novembro de 1950. O texto “*Qué Argentina quieren?*” denunciava a “*ofensiva generalizada*” desfechada pelo governo peronista contra “*la más ilustre tradición argentina*” e definia da seguinte forma os inimigos que ousavam imaginar outra Argentina:

Aspiran a un patriarcado ejercido con mano dura y corazón criollo por una especie de **patrón de estancia** que a nadie le haga faltar, dentro de la sumisión temerosa y muda, el pan y el asado. El injerto de las doctrinas nazi-fascistas suele conformar de diferente modo esta concepción política derrotada en Caseros⁴⁷⁴.

Ao caracterizar Perón como um “*patrón de estancia*”, o jornal que fora fundado por Mitre no século XIX operava a identificação do justicialismo com o rosismo. O editorial também fazia referência à batalha de Caseros, em 1852, que marcara a vitória dos unitários sobre Rosas⁴⁷⁵. É importante ressaltar que setores da esquerda tradicional argentina (comunistas e socialistas), nos anos 1950, se alinhavam com essa mesma identidade nacional que invocava a Revolução de Maio, a Geração de 1837, o legado liberal e a ideia de progresso – em oposição à barbárie de Rosas, agora transposta e personificada em Perón⁴⁷⁶.

Ao observar esse alinhamento entre comunistas e liberais, na leitura da história nacional argentina, fica mais fácil compreender os episódios narrados no capítulo anterior, sobre os

Ainda hoje, no século XXI, os peronistas seguem a utilizar essa tríade nos combates simbólicos, como o autor desta tese testemunhou ao registrar a presença de um cartaz que exaltava a figura dos três líderes, durante manifestação de apoio a Cristina Kirchner, na praça de Mayo, em dezembro de 2017: San Martín, Rosas, Perón – lado a lado – como símbolos da esquerda peronista, agora representada pelo kirchnerismo.

⁴⁷³ ALTAMIRANO, Carlos. Op. cit., p. 35.

⁴⁷⁴ “*Qué Argentina quieren?*”. In: *La Nación*, 10/11/1950 (Apud: ALTAMIRANO, Carlos. Op. cit., p. 39).

⁴⁷⁵ Na batalha de Caseros, o exército dos unitários, comandado por José Justo Urquiza, recebeu o reforço de soldados do império brasileiro e de uruguaios. Entre os líderes das tropas que derrotaram Rosas, ao lado de Urquiza, estavam Sarmiento e Mitre – que mais tarde ocupariam a presidência da República, na fase em que o projeto liberal da Argentina unitária e europeizada se consolidou.

⁴⁷⁶ Carlos Altamirano relata que, na batalha de datas travada sob o governo de Perón, parte da esquerda se alinhou aos liberais em 1951 para comemorar o centenário da morte de Esteban Echeverría, um dos líderes da geração de 1837 que resistira ao rosismo. O Ano Echeverriano era uma espécie de réplica às comemorações de 1950, quando peronistas haviam se apropriado do centenário da morte de San Martín para construir a imagem de Perón como sucessor dos fundadores da pátria: “*Los actos en memoria de Echeverría fueron impulsados por una Comisión Central de Homenajes que presidía Carlos Alberto Erro y enrolaba a intelectuales liberales, socialistas y comunistas*” (ALTAMIRANO, Carlos. Op. cit., p. 41).

debates políticos que dividiam os irmãos Santucho, ainda antes da criação do PRT-ERP: o mais velho deles, Amílcar, filiado ao Partido Comunista, ficava sempre ao lado do ramo liberal da família, enquanto Francisco René Santucho (nacionalista, federalista, antiportenho) influenciava os irmãos mais novos, Julio e Mario Roberto (esse último mais tarde comandaria a guerrilha), com uma visão mais voltada para a Argentina indígena e *auténtica*.

Os Partidos Socialista e Comunista ficaram ao lado dos liberais e dos militares que derrubaram Perón. Era a perigosa tríade mítica San Martín-Rosas-Perón, citada por Quattrocchi-Woisson, que os vitoriosos de 1955 (fossem liberais ou de esquerda) tentavam desfazer. Só o primeiro dos três deveria ser mantido no olimpo da pátria. Já Rosas e Perón, na visão de liberais e também de muitos comunistas da linha soviética, eram entraves para o *progreso* e remetiam a um passado de *barbarie* que deveria ser superado.

Em 1956, no entanto, acontecimentos políticos graves indicaram que com a Revolução Libertadora não estava em marcha uma volta às luzes, que sepultaria os tempos de exceção do peronismo. Uma rebelião contra o governo de Aramburu – comandada pelo general Juan José Valle, com apoio de grupos civis peronistas – foi duramente reprimida a mando do presidente: Valle e outros 26 rebeldes foram sumariamente fuzilados, alguns de forma clandestina, em terrenos abandonados nos arrabaldes de Buenos Aires. Era a *barbarie*, sim, mas a serviço do antiperonismo.

Proscrito da vida política argentina, o justicialismo sobrevivia naquele período com a chamada Resistência Peronista: grupos de operários, estudantes e militantes de bairro estouravam bombas, ocupavam fábricas e espalhavam panfletos com as ideias de Perón; tudo sob a inspiração e a imagem protetora de Evita. O chefe desses comandos peronistas era John William Cooke, misto de ideólogo e líder político, que funcionava como enlace entre a base aguerrida e o líder exilado. Perón seguia forte na memória popular, apesar da proibição de que seu nome fosse sequer citado no país.

É de William Cooke a frase que se tornou clássica nesse período: “*El peronismo es el echo maldito de la política del país burgués*”. Ele considerava o justicialismo como um salto de qualidade na luta contra o imperialismo:

Al anti-imperialismo romántico de Ugarte, y al anti-imperialismo parcial, inorgánico, sentimental de Yrigoyen, sigue un anti-imperialismo práctico y formando parte de un sistema coherente apoyado en las masas desposeídas⁴⁷⁷.

⁴⁷⁷ WILLIAM COOKE, John. *Peronismo y revolución (Tomo V)*, Buenos Aires: Colihue, 2014, p. 176.

Líder da resistência peronista, William Cooke deixou também extensa obra teórica, em que defende o papel do peronismo como fator de “*liberación nacional*”. Ele esteve preso, ficou exilado no Chile e no Uruguai, antes de passar uma temporada em Cuba, onde lutou com os revolucionários que defenderam a ilha contra a invasão da Baía dos Porcos, em 1961. Faleceu em 1968, sem ver a volta de Perón à Argentina.

O fantasma do peronismo assustava tanto que, após a derrubada de Perón, Aramburu mandou um comando militar sequestrar o corpo embalsamado de Evita, guardado na sede da CGT desde sua morte, em 1952. O Exército temia que o corpo fosse usado como símbolo pelos comandos de resistência, e o manteve escondido em mais de um endereço, até que tomou a decisão de enviar o cadáver para a Itália, de forma clandestina. Evita foi um caso absurdo de uma argentina exilada depois de morta.

Em 1957, liberais e conservadores que apoiavam Aramburu tentaram aprovar uma nova Constituição – para apagar a institucionalidade peronista e, de alguma forma, voltar à Carta de 1853, da velha Argentina liberal. Foram derrotados, e a Constituinte fracassou.

A partir de 1958, o país retomou as eleições, mas sem a participação das forças peronistas. A UCR se dividiu em duas vertentes: a UCRI (União Cívica Radical Intransigente) se aproximou do eleitorado peronista e a UCRP (União Cívica Radical do Povo) assumiu a liderança do antiperonismo. A primeira, sob comando de Arturo Frondizi, ganhou a eleição de 1958 com um programa desenvolvimentista, mas o presidente acabou derrubado por um golpe em 1962. Foi substituído provisoriamente pelo senador da UCRI José María Guido. No ano seguinte, outro candidato do radicalismo, Arturo Illia, ganhou a eleição. Mas teve o mandato interrompido em 1966, por novo golpe militar – chefiado pelo general Juan Carlos Onganía.

Entre 1955 e 1970, portanto, a Argentina viveu turbulências sem fim: houve três golpes de Estado, cinco generais ocuparam o poder sem voto e dois presidentes civis eleitos pelo povo tiveram mandatos interrompidos pela força das armas. O liberalismo, em nome do qual a elite derrubara Perón em 1955, era este sim um fantasma que já não mobilizava a sociedade. Muito mais forte, apesar de proscrito, era o peronismo. Enquanto as instituições se debatiam, sem saída na busca por alguma estabilidade, havia um fato novo no horizonte: a esquerda se aprofundava num discurso cada vez mais nacionalista, de valorização dos símbolos patrióticos do século XIX.

5.4 Esquerda nacional

A relação de uma nova geração de intelectuais com o peronismo teve papel central nesse mergulho nacional da esquerda. Fora do poder, o justicialismo aos poucos deixou de ser considerado um fator de atraso, para ser visto também como resistência a governos de repressão e arrocho. Durante os anos de Aramburu, e mesmo durante o mandato de Frondizi – que frustrou

esperanças dos trabalhadores, com medidas repressoras e um modelo econômico submisso ao capitalismo internacional –, consolidou-se na esquerda nova visão sobre o peronismo:

La relectura del peronismo conllevará una revisión de la doctrina y la tradición del liberalismo, que ya no será considerado como un escalón dentro del progreso argentino sino como una etapa de la dependencia nacional. Con ese espíritu se recusaron las contaminaciones que el marxismo habría contraído con aquel legado⁴⁷⁸.

Essa ênfase da esquerda, em busca do nacional, se fizera sentir ainda com Perón no poder, com a já citada criação do PSRN, legenda que atraía dissidentes socialistas e trotskistas para fazer a defesa do peronismo. Essa tendência se acentuou após 1955, com o surgimento de uma espécie de “revisonismo de esquerda”. Trata-se de uma geração de intelectuais com formação marxista e que faz uma releitura do fenômeno peronista durante os anos de resistência, com destaque para três nomes já citados no capítulo 1: Rodolfo Puiggrós, com sua *Historia crítica de los partidos políticos argentinos* (1956), Jorge Abelardo Ramos, com *Revolución y contrarrevolución en la Argentina* (1957) e Juan José Hernández Arregui, com *La formación de la conciencia nacional* (1960).

Puiggrós criticava duramente as legendas de esquerda tradicionais no país, o Partido Socialista e o Partido Comunista, afirmando que eram dominadas por um “*internacionalismo abstracto*” e por um “*cosmopolitismo*” que as afastava das massas trabalhadoras. Essas, segundo o autor, teriam preferido se alinhar, ao longo do século XX, a movimentos como o yrigoyenismo e o peronismo⁴⁷⁹.

A atuação na academia, da qual não se afastou apesar da forte militância, levou Puiggrós a ser nomeado reitor da Universidade de Buenos Aires, em 1973, durante o curto governo de Cámpora. Ficou apenas seis meses no cargo: ameaçado de morte pela extrema direita, buscou exílio no México, onde permaneceu após o início de nova ditadura, em 1976. Puiggrós chegou a integrar, no exílio, a direção do grupo guerrilheiro peronista Montoneros. Morreu durante uma viagem a Cuba, em 1980.

Jorge Abelardo Ramos, por sua vez, escreveu uma extensa obra voltada para valorização dos caudilhos e das lutas de independência. No capítulo de abertura de seu livro mais conhecido, atacava a elite portenha, a quem chamava de “*la pandilla del barranco*” – numa referência à cidade que se desenvolvera nas barrancas do rio da Prata.

Abelardo Ramos procurava estabelecer uma oposição entre a burguesia comercial de Buenos Aires – que, na visão dele, explorava o país como se fosse “*su propia colonia*” e tinha

⁴⁷⁸ TERÁN, Oscar. Op. cit., p. 100.

⁴⁷⁹ PUIGGRÓS, Rodolfo. *Las izquierdas y el problema nacional*. Buenos Aires: Galerna, 2006, pp. 15 a 34.

um “*carácter antiargentino*” – e o interior “*reducido a la desesperación*”. Para ele, era esse conflito que explicava o surgimento dos caudilhos, com suas tropas irregulares em luta contra os liberais e unitários da capital:

La montonera, la guerra civil y el saqueo fueron el único recurso que los gauchos litorales encontraron para sobrevivir. El criollaje [...] en virtud de la absorción de las rentas nacionales por Buenos Aires, opuso sus lanzas a los ponchos ingleses y su federalismo a la prepotencia porteña⁴⁸⁰.

A produção de Abelardo Ramos cobria do período colonial ao século XX, e tentava também criar uma ligação entre a resistência *montonera* e *gaucha* da época de independência e os movimentos mais contemporâneos: o yrigoyenismo e o peronismo eram exaltados como continuação das lutas contra o liberalismo do XIX. Foi o primeiro autor que, de forma sistemática, forneceu à esquerda nacionalista um discurso integral de contraposição à Argentina construída a partir de Sarmiento e Mitre; assumia um tom de proselitismo e de exaltação do que considerava a “verdadeira” nação, resvalando algumas vezes para a mistificação dos caudilhos e das lutas do passado.

Já a obra de Hernández Arregui, mais profissional, voltou-se à análise de pensadores do nacionalismo conservador, como Juan Carulla e Leopoldo Lugones. Ele também se debruçou sobre a geração de intelectuais do chamado revisionismo histórico, que trabalhavam em torno do Instituto Juan Manuel de Rosas; e tentou conectar as batalhas de ideias da primeira metade do século XX com os embates entre nacionalismo e liberalismo nos anos 1960. Foi um autor que, identificado com o pensamento de esquerda, valorizou o papel da direita nacionalista, na primeira metade do século XX, por ter questionado o liberalismo como cânone na formação da identidade do país – cumprindo uma função que, segundo ele, a “*izquierda colonizada*” não soube exercer:

Una corriente de ideas que vulnera al imperialismo, al liberalismo colonial, a los mitos históricos de la clase ganadera, significa un avance en la toma de la conciencia nacional [...] Tal es la inestimable función cumplida en la Argentina por el nacionalismo de derecha⁴⁸¹.

Hernández Arregui foi professor de História na Universidade de La Plata, função que dividia com as atividades jornalísticas, como apresentador de programas de rádio. Também foi professor da Universidade de Buenos Aires, que o distinguiu como emérito em 1973. Dirigiu a revista *Peronismo y Liberación* e, a partir de 1974, passou a ser ameaçado pela extrema direita: a Triple A explodiu uma bomba na casa do intelectual em Buenos Aires, já durante o governo

⁴⁸⁰ ABELARDO RAMOS, Jorge. *Revolución y contrarrevolución en la Argentina*. Buenos Aires: Distal, 1999, p. 28.

⁴⁸¹ HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *La formación de la conciencia nacional*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2011, p. 215.

de Isabelita Perón. Ele, então, se escondeu em Mar del Plata, onde morreu de infarto naquele mesmo ano.

O mergulho nacionalista, com foco na valorização do passado caudilhesco, que começara com o revisionismo histórico de viés conservador, avançou para a esquerda através da ressignificação do peronismo – agora visto como trincheira de lutas sociais e resistência ao imperialismo:

El peronismo se inscribía así de otro modo en el cuadro del gran relato marxista: no como un retroceso, ni como una desviación del camino que llevaba a la clase obrera a la realización de su ser, sino como un tramo del camino, el tramo de la nacionalización de la conciencia obrera⁴⁸².

5.5 Peronismo em armas

Esse movimento de maior valorização do passado e das tradições – que nasce à direita, para depois ganhar espaço na esquerda – não ocorreu só no campo das formulações teóricas. Na construção das organizações armadas peronistas, que se formam principalmente a partir do fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, observamos giro semelhante.

Fernando Abal Medina e Carlos Gustavo Ramus, que viriam a ser fundadores do grupo guerrilheiro Montoneros, principal força da esquerda peronista, passaram antes pelo grupo Tacuara, uma organização conservadora que cultivava a violência e tinha ligações com o falangismo espanhol. Richard Gillespie, numa obra clássica sobre a origem da guerrilha peronista, conta que os tacuaristas realizavam ritos secretos de iniciação dentro de cemitérios na capital argentina:

El Tacuara tenía un gran atractivo romántico para los turbulentos jóvenes de educación católica, [...] daba mucha importancia a valores como valentía, sacrificio, violencia y lucha, y sus miembros mostraban una gran afición a la acción directa, a los uniformes y a las ceremonias en gran forma⁴⁸³.

Abal Medina e Gustavo Ramus, ao lado de Mario Eduardo Firmenich, sofreram também influência do Padre Mugica, liderança da esquerda católica argentina que os aproximou do peronismo popular. Os três jovens criaram em 1967 o Comando Camilo Torres: homenagem ao padre guerrilheiro colombiano, que morrera em combate.

A origem religiosa e conservadora de parte das lideranças dos Montoneros explica a facilidade com que esses guerrilheiros – que, ao mesmo tempo, dialogavam com os cubanos e defendiam a revolução – encamparam o culto a Evita como inspiração de suas ações. Não é à

⁴⁸² ALTAMIRANO, Carlos. Op. cit., p. 95.

⁴⁸³ GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón – los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987, p. 75.

toa que a primeira ação armada dos Montoneros, em 29 de maio de 1970, foi sequestrar o ex-presidente Aramburu. Ele foi submetido a um rito de “juízo”, e sumariamente executado, alguns dias depois. A morte de Aramburu era uma vingança tardia contra o general que derrubara Perón em 1955, mandara fuzilar militantes na rebelião de 1956 e ainda ordenara o sequestro do corpo de Evita⁴⁸⁴.

Peronismo, socialismo e cristianismo se misturavam para compor a mentalidade e os princípios que moviam os Montoneros. O próprio nome escolhido pelos guerrilheiros peronistas diz muito sobre a influência nacionalista, com toques românticos e de valorização do passado. Essa era uma esquerda revolucionária que ia também em busca da Argentina profunda e rural:

A montonera é a resposta americana às táticas europeias da guerra; mais que uma formação militar, é uma formação cultural [...] A montonera é o espírito guerreiro de uma Nação perdida e não reconquistada. Intocada pela cultura europeia, oposta a ela a partir de uma cultura desprezada e reprimida, a montonera é um regresso e, ao mesmo tempo, a promessa de um futuro [...] O nome Montoneros comunica essa síntese por metonímia: a montonera gaucha prolonga-se no criollo oprimido do século XX; este encontra no operário imigrante o irmão que lhe ensinou a organização sindical⁴⁸⁵.

A síntese que os Montoneros carregavam no nome era de certa forma uma síntese de valores e ideias que seduziam a nova geração de esquerda na Argentina – inclusive aqueles setores que não levavam a mistura entre socialismo e mística nacional tão a fundo. Essa mescla, como já vimos, esteve presente mesmo entre os marxistas do PRT-ERP. Mas, sem dúvida, foi mais forte nos Montoneros.

A organização revolucionária dirigida por Abal Medina e Firmenich não foi a única que se originou do grupo conservador Tacuara. Já em 1962, havia sido fundado o Movimiento Nacionalista Revolucionario Tacuara (MNRT), que passou a dialogar com organizações estudantis e operárias da resistência peronista. E do MNRT, por sua vez, saíram lideranças como Joe Baxter – que ingressaria mais tarde no PRT-ERP, e José Luís Nell, que atuaria nos Montoneros, antes de aderir ao peronismo ortodoxo com a volta de Perón em 1973⁴⁸⁶.

Esse cruzamento de ideias gerou outras organizações, com nomes semelhantes (FAR, FAL, FAP), e a ideia de conduzir a Argentina ao socialismo, a partir de um programa nacionalista inspirado no peronismo. As Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) surgiram em 1966, com a pretensão de criar na Argentina um foco guerrilheiro que desse apoio a Che

⁴⁸⁴ Sobre a trama de necrofilia política e vinganças, que move peronistas e antiperonistas, especialmente nos casos de Evita e Aramburu, ver: SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção – Borges, Eva Perón, Montoneros*. Tradução: Rosa Freire D’Aguiar, Heloisa Jahn, José Marcos Macedo, Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras/UFMG, 2005.

⁴⁸⁵ SARLO, Beatriz. Op. cit., pp. 180-181.

⁴⁸⁶ Cf. “Origen de los Montoneros”. In: GILLESPIE, Richard. Op. cit., pp. 73 a 118.

Guevara na Bolívia. A morte de Che encerrou rapidamente esse projeto, e as FAR se lançaram então a ações armadas urbanas, incluindo assaltos a bancos e sequestros de empresários. Alguns de seus dirigentes, Roberto Quieto e Marcos Osatinsky, tinham formação marxista no Partido Comunista, mas reivindicavam o retorno de Perón e cultivavam a história do peronismo. Em 1973, as FAR se fundiram aos Montoneros.

Em 1968, apareceram as Fuerzas Armadas Peronistas (FAP), grupo que unia veteranos da resistência peronista dos anos 1950 e jovens seminaristas católicos: chegaram a instalar um foco rural na região de Taco Ralo, na província de Tucumán, que terminou com os militantes presos e derrotados, mas inspirou o ERP a instalar na mesma região outra companhia rebelde, logo depois. As FAP atuaram também como guerrilha urbana, no começo dos anos 1970, mas sofreram várias divisões e uma parte de seus militantes também preferiu se fundir aos Montoneros. Mesmo destino seguiram outros pequenos grupos de origem peronista, que tiveram vida efêmera entre 1968 e 1970: os Descamisados e o Ejército Nacional Revolucionario (ENR).

O ENR realizou operações de grande repercussão naquele período: os assassinatos dos sindicalistas Augusto Timoteo Vandor e José Alonso. Os dois eram peronistas, mas considerados “traidores” pela esquerda. Gillespie levanta a hipótese de que o ENR na verdade era apenas um “selo” utilizado pelo grupo Descamisados para despistar as forças de segurança⁴⁸⁷.

Recuando um pouco mais no tempo, antes ainda da ação das FAP em Taco Ralo, a Argentina já assistira a outras tentativas de instalar focos de guerrilha no campo, que terminaram derrotadas sem gerar grande comoção nacional tampouco mobilizações de apoio. Foi o caso do Ejército Guerrillero del Pueblo (EGP), liderado pelo jornalista Ricardo Masetti, já citado no capítulo 4. Masetti foi um dos primeiros a entrevistar os guerrilheiros de Sierra Maestra, ainda antes da vitória em 1959. Tornou-se amigo de Che Guevara e assumiu funções importantes no governo liderado por Fidel Castro, ajudando a criar a agência de notícias Prensa Latina. O EGP de Masetti tinha inspiração guevarista, e se instalou em Salta entre 1963 e 1964, mas foi desarticulado após poucos confrontos – e seu comandante desapareceu na mata sem deixar vestígio.

Outra experiência, também no norte do país, ocorreu em 1959/1960: os chamados Uturuncos instalaram uma coluna guerrilheira em Tucumán, criada a partir do principal grupo de resistência peronista naquela província: o Comando 17 de Outubro, que integrava a extensa rede organizada nacionalmente por William Cooke. Os militantes – que a princípio se

⁴⁸⁷ Ver: GILLESPIE, Richard. Op. cit., p 140.

dedicavam a distribuir panfletos e a realizar pequenos protestos nas cidades, chegando a criar uma rádio clandestina para dar apoio a Perón – decidiram radicalizar as ações e subir para as montanhas, com o nome de Movimiento Peronista de Liberación.

Os guerrilheiros tomaram uma delegacia de polícia na cidade de Frías, na província vizinha de Santiago del Estero, e romperam vários cercos das tropas oficiais. Mas acabaram derrotados. Tinham uma plataforma que, segundo o depoimento de Félix Serravalle, um dos líderes sobreviventes, incluía os seguintes pontos: o retorno de Perón ao poder; a distribuição de terra para quem nela trabalha; a libertação nacional; e a defesa do federalismo⁴⁸⁸. O interessante é que o nome pelo qual a guerrilha ficou conhecida remete a uma lenda indígena quéchua, no norte da Argentina. Uturunco significa homem-puma: um ser que tem formas humanas durante o dia, mas se transforma num felino à noite, sendo quase impossível abatê-lo.

Tanto o federalismo quanto o diálogo com a cultura indígena são pontos de aproximação entre os Uturuncos, a mais antiga guerrilha de origem peronista, e a FRIP, organização dos irmãos Santucho que daria origem ao PRT. O que é mais uma pista a reforçar a existência de temáticas comuns nessa esquerda armada que se constrói nos anos 1960, fosse ela ligada ao nacionalismo de esquerda ou vinculada às tradições marxistas.

Com a retomada feita ao longo dos últimos parágrafos, não temos evidentemente a pretensão de descrever de forma minuciosa as várias experiências armadas ligadas ao peronismo entre os anos 1950 e 1970 na Argentina. Nosso objetivo foi mostrar o quadro político em que a organização comandada por Santucho surgiu: um momento em que a esquerda se volta com mais ênfase para o pensamento nacional, tendo o peronismo como catalisador.

O motivo para escolher o PRT-ERP como objeto de estudo na Argentina foi, justamente, indagar se essa organização – que se manteve sempre fora da esfera peronista – conseguiu permanecer imune às marcas nacionalistas da *época*. E a resposta, como já vimos, é negativa. O partido-guerrilha dirigido por Santucho esteve sob influência do mesmo quadro de referências que influenciou a gênese das organizações peronistas. Relembremos alguns pontos.

Como já vimos, Francisco René e Oscar Asdrúbal Santucho – fundadores da FRIP e depois militantes do PRT-ERP – passaram pela direita ultranacionalista em Santiago del Estero antes de seguir para a esquerda. Esse giro guarda semelhança com a virada política de importantes lideranças do peronismo armado, que partem do Movimiento Tacuara, com posições conservadoras e de inspiração falangista, e depois caminham em direção a um

⁴⁸⁸ Cf. SALAS, Ernesto José. *Uturuncos – el origen de la guerrilla peronista*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015, p. 104.

nacionalismo revolucionário – o que fica muito claro pela relação política e afetiva que os Montoneros estabelecem com Cuba, especialmente após o golpe militar de 1976.

Outro ponto de confluência é o diálogo com o pensamento cristão. Sem dúvida, ele é mais evidente nos Montoneros, mas estava também presente na mentalidade dos militantes do PRT-ERP: seja no subtexto dos lemas e textos partidários, que louvavam a entrega total à revolução; na forma como os militantes encaravam a missão revolucionária, com fervor quase religioso; ou até na carta de Mario Roberto Santucho para o irmão Julio, já citada no capítulo 4, quando o líder guerrilheiro assume de forma explícita que vê os revolucionários como seguidores de Cristo.

A singularidade do PRT-ERP foi ter-se mantido sempre na linha do marxismo-leninismo (o que os Montoneros e outras forças peronistas rechaçavam), e isso ocorreu graças ao encontro com a tradição trotskista de Palabra Obrera. Acontece que nem mesmo esta última ficara imune ao nacionalismo, tamanha era a força do mergulho em direção ao nacional experimentado pela esquerda na América Latina naquele período, e em especial no Prata. A tal ponto que os trotskistas sob comando de Nahuel Moreno chegaram a defender que o 17 de outubro peronista deveria ser considerado o autêntico Primeiro de Maio *criollo*.

Mais que tudo, ressaltamos que o PRT-ERP esteve imerso num diálogo permanente com o passado nacional, incluindo seguidas referências a San Martín, ao Exército dos Andes, aos heróis argentinos do século XIX. Ou seja, nem a organização revolucionária mais crítica ao peronismo – e que em tese estaria mais distante do revisionismo e da revalorização dos heróis e personagens do passado – manteve-se afastada da marca nacionalista, que era tão forte no pensamento de esquerda na época.

Não é pouca coisa que um exército guerrilheiro, fundado por um partido marxista e formalmente vinculado à Quarta Internacional trotskista, tenha retomado a bandeira do herói libertador de cento e cinquenta anos atrás, como seu símbolo máximo. O retorno ao passado nacional era uma preocupação tão central para o ERP que a guerrilha decidiu manter em seu periódico *Estrella Roja* uma seção permanente dedicada a ecoar “feitos heroicos” do século XIX. Impossível não enxergar aí os ecos da construção historiográfica empreendida pela esquerda nacional.

O ano de 1970 marcou o surgimento das duas principais forças guerrilheiras de uma Argentina em que nacionalismo e esquerda caminhavam cada vez mais juntos: Montoneros e ERP. Uma era absolutamente peronista, a outra propunha uma “luta sem quartel” contra as propostas burguesas do peronismo – como dizia o principal documento do PRT-ERP sobre o movimento peronista, em 1971. Os dois grupos podiam divergir de forma profunda sobre o

caráter do peronismo, mas estavam envolvidos na mesma mentalidade nacional, que se opunha à Argentina cosmopolita e europeizada da qual a esquerda tradicional – socialistas e comunistas – também fazia parte.

Vamos agora finalizar nossas reflexões sobre a esquerda nacional na Argentina procurando mostrar que as raízes desse mergulho não se explicam apenas pela força do peronismo, e muito menos pelo exemplo cubano. É preciso olhar um pouco mais para trás, e observar esse movimento como uma construção longa e intrincada. Trata-se de um argumento central, que perpassa boa parte de nossa tese, e que retomamos agora de forma detalhada.

5.6 O longo mergulho em busca da nação

Ao longo deste capítulo, procuramos refletir sobre os motivos que levaram uma organização marxista-leninista – tradição política marcada pela ideia de progresso social e pelo uso de categorias universais, em busca do futuro socialista – a olhar para o passado patriótico ao se apresentar à sociedade argentina.

A historiadora argentina Vera Carnovale, autora de *Los combatientes*, estudo fundamental sobre o PRT-ERP, diz que, ao criar o novo exército guerrilheiro, a organização “*necesitaba referencias históricas que le otorgaban legitimidad y le permitieran estrechar los lazos con ese pueblo que venía a representar*”⁴⁸⁹. A escolha da bandeira de San Martín e as referências explícitas – no programa do ERP divulgado em 1970 – ao herói libertador e a fatos marcantes nas campanhas de libertação nacional do século XIX não podem ser vistas como escolhas desimportantes ou acidentais.

Já há várias décadas, a historiografia e as ciências sociais abandonaram a ideia limitadora, fruto de um marxismo mais ortodoxo, que via as disputas simbólicas como mero complemento da “verdadeira” disputa, aquela que se daria no confronto aberto entre as classes – seja nas fábricas, nas ruas ou na luta guerrilheira. É o que ressalta Bronislaw Baczko, num texto clássico em que ilumina esse debate:

O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única “real” [...] Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos [...] Os bens simbólicos que qualquer sociedade

⁴⁸⁹ CARNOVALE, Vera. *Los combatientes – historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011, p. 124.

fabrica nada têm de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos⁴⁹⁰.

Os dirigentes do PRT-ERP sabiam que a bandeira de San Martín era um desses bens simbólicos *raros e preciosos* na Argentina. Por isso, tomar de assalto um quartel do Exército, roubar um banco para financiar a guerrilha ou sequestrar o diretor de uma multinacional tinham uma *potência real* tão grande quanto empunhar a bandeira do libertador do século XIX.

Por outro lado, estudos de ciência política trabalham com a ideia de que o discurso e o modelo que uma organização política assume no momento de sua criação têm um peso significativo em sua história. Na verdade, trata-se de uma afirmação com caráter até intuitivo, mas que ganha forma nos estudos de Angelo Panebianco, autor italiano que adota métodos weberianos para análise de partidos e organizações políticas:

As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre as suas características organizativas, mesmo depois de décadas. Toda organização traz consigo a marca de suas modalidades de formação e das principais decisões político administrativas de seus fundadores⁴⁹¹.

Era, portanto, altamente significativo que o PRT escolhesse a figura de San Martín e de outros heróis das lutas de independência não para compor qualquer discurso ou documento, mas justamente para dar base simbólica ao programa que marcou o nascimento de seu exército popular, o ERP, em 1970.

Aceitos os pressupostos de que o combate simbólico não é um adereço supérfluo, mas peça central da construção de qualquer projeto político, e de que a referência aos heróis nacionais do século XIX no programa do ERP (documento que é uma espécie de certidão de nascimento da guerrilha) acaba por se constituir numa marca definidora da organização, a questão que permanece é: por que olhar para o passado nacional de 150 anos atrás no momento de compor esse substrato simbólico?

Essa é uma das perguntas centrais desta tese. A essa altura, já não se trata de comprovar *se* o PRT-ERP esteve imerso na mesma onda nacionalista de esquerda que foi mais evidente em organizações como os Montoneros (ou os Tupamaros, no Uruguai), mas sim de perguntar: *por quê?* Qual era o objetivo dessa operação discursiva, ao incluir os heróis e fatos do passado como parte da construção simbólica?

Vera Carnovale ensaia uma justificativa:

⁴⁹⁰ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5 (Antropos-homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

⁴⁹¹ PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido – organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 92.

el carácter anti-imperialista que debía asumir la revolución en la Argentina no podía menos que orientar la mirada hacia un pasado en que la gesta independentista había triunfado. Así, el pasado nacional quedaba integrado a la cantera de referencias identificatorias de la organización⁴⁹².

Não nos parece que aqui haja uma explicação completa, e tampouco convincente, sobre o tema. De fato, a presença imperialista dos Estados Unidos na América Latina se agudizara nos anos 1950 e 1960, e era evidente a associação entre burguesias locais e interesses internacionais. Esses são fatos conhecidos. Mas não existe na tradição marxista relação de causa e efeito entre ser anti-imperialista e mirar para o passado. Para isso, basta lembrar do próprio Lênin, teórico do imperialismo e condutor da Revolução de 1917: jamais buscou, no passado russo, símbolos para fortalecer a luta bolchevique. O olhar estava posto no futuro, no *progreso* social. A novidade que vislumbramos na esquerda dos anos 1960, portanto, não é o anti-imperialismo, mas um nacionalismo que recupera símbolos do passado de forma até nostálgica.

Se a revolução argentina deveria ser necessariamente anti-imperialista, como afirma Carnovale e como defendiam os dirigentes e documentos do PRT-ERP, o que explica essa conexão da guerrilha com o passado nacional? Por que não buscar como referencial simbólico os “heróis” do presente? Por que não investir apenas no argentino Che Guevara, que comandara uma revolução vitoriosa em Cuba? Por que apostar em San Martín, um herói do século anterior?

Nossa hipótese é que o PRT-ERP não fez esse caminho como parte de uma estratégia política consciente, mas simplesmente porque estava envolvido pela mesma onda nacionalista que marcava aquela geração. Não se tratava de uma escolha, mas do fato de que a organização era fruto de uma estrutura mental e política – dominante na esquerda da *época* – que transformara a valorização dos símbolos do passado em peça-chave no enfrentamento revolucionário.

É preciso percorrer um longo caminho para compreender o tipo de mergulho nacionalista empreendido pela esquerda latino-americana dos anos 1960, em especial a esquerda argentina. Trata-se, como já expusemos, de uma ideia simplificadora atribuir à Revolução Cubana o papel central nesse movimento visível em boa parte da América Latina, e em especial na região do Prata. A construção de um pensamento com raiz local, independente, e de uma plataforma política que mira para o nacionalismo econômico e político, é muito anterior àquele 1º de janeiro de 1959, quando Fidel Castro e Che Guevara triunfaram carregando a bandeira de uma revolução que, antes de ser socialista, foi de fato nacionalista.

⁴⁹² CARNOVALE, Vera. Op. cit., p. 125.

Não se trata, evidentemente, de negar a importância de Cuba, mas de deixar claro que a revolução na ilha caribenha explica só uma parte desse trajeto. Ao longo deste capítulo, mostramos como a busca por fatores nacionais e locais esteve presente na gênese do PRT-ERP de forma independente do processo cubano: isso se dá com Palabra Obrera e sua adesão ao peronismo já nos anos 1950; e de maneira eloquente emerge também quando os irmãos Santucho, ainda na fase da FRIP, partem em busca de uma Argentina *auténtica*, federalista, indígena – em oposição à hegemonia liberal e cosmopolita portenha.

A construção do pensamento nacionalista na Argentina, e em nosso continente de uma forma geral, segue longo percurso; e nos remete em primeiro lugar às relações que a elite latino-americana, especialmente a do Cone Sul, estabeleceu com a Europa. Durante mais de setenta anos, de meados do século XIX até a chamada Belle Époque, eram referenciais europeus que ajudavam a nutrir identidades das jovens nações. No início do século XX, no entanto, um evento extraordinário fez o espelho se quebrar em mil pedaços.

Num texto luminoso sobre o tema, Olivier Compagnon estabelece a hipótese de que foi a Primeira Guerra Mundial o grande divisor de águas para o que chama de “cristalização nacionalista”, nas décadas de 1920 e 1930 na América Latina. O envolvimento latino-americano nos campos de batalha, como sabemos, foi mínimo; mas a guerra promoveu um giro identitário sem precedentes.

O modelo liberal de civilização, importado da Europa, acabou estilhaçado nas trincheiras da Grande Guerra entre 1914 e 1918. O conflito armado de grandes proporções não significou apenas a destruição de vidas e riqueza, mas também o “desmoronamento do paradigma civilizador europeu que havia presidido a ‘invenção nacional’ desde o fim do século XVIII”⁴⁹³ na América Latina. A fratura foi profunda e, talvez, até de difícil compreensão para quem não viveu de perto o choque que a guerra causara, ao liberar as ainda jovens nações latino-americanas para traçar um caminho próprio.

A busca agora era pelas energias e os projetos locais e originais que a América poderia oferecer. Já não se tratava de superar o passado *bárbaro, atrasado*, ou de apagar as marcas étnicas e culturais de populações indígenas ou afrodescendentes, vistas como obstáculos na busca do ideal europeu. A hora era de se fazer o caminho inverso: recuperar o passado nacional, com o que ele tivesse de autêntico em cada nação. Não foi uma busca que tenha partido necessariamente de pensadores de esquerda. Até porque as ideias de esquerda recém se instalavam nos países da América do Sul – com a chegada de imigrantes, ou através de livros e

⁴⁹³ COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa – a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, p. 242.

intelectuais, que muitas vezes carregavam na bagagem comunista e anarquista a mesma tendência eurocêntrica.

Foram intelectuais de múltiplas filiações que iniciaram esse mergulho em busca do nacional. Do mexicano Manuel Gamio, com foco no indigenismo, ao socialista peruano José Carlos Mariátegui, passando pelo conservador argentino Leopoldo Lugones e por tantos outros autores: Compagnon aponta “a multiplicação de correntes de pensamento e de formações políticas cujo nacionalismo é a pedra angular”. É uma ruptura na história cultural latino-americana, e que se prolongaria pelas décadas seguintes, a partir da percepção de que era preciso buscar identidades próprias, num mergulho para dentro, olhando menos para o outro lado do Atlântico e mais para as tradições locais.

Ao mostrar como parte das elites faz esse giro identitário, Compagnon se debruça principalmente sobre os casos brasileiro e argentino. O autor sublinha o sincronismo entre o que chama de “golpes de Estado militares de 1930” que levaram José Uriburu e Getúlio Vargas ao poder, acompanhados “de um nacionalismo cultural que exaltava os valores da argentinidade e da brasilidade”⁴⁹⁴.

Anotamos, de passagem, nossa discordância em tratar Uriburu e Vargas como fenômenos semelhantes. A sincronicidade que faz de 1930 um ano marcante nos dois lados da fronteira não deve nos impedir de apontar as diferenças: na Argentina, a data indica regressão; no Brasil, modernização.

Uriburu liderou a derrubada do segundo governo de Yrigoyen, que por sua vez significara a ampliação das liberdades e dos direitos sociais na Argentina nas primeiras décadas do século XX. Iniciou-se, assim, um período que Compagnon acertadamente classifica como “restauração conservadora” – e que muitos na Argentina chamam de década infame.

De forma oposta, Vargas comandou não um golpe, mas um movimento que a historiografia brasileira caracteriza como Revolução de 1930, encerrando a República oligárquica e iniciando uma fase de industrialização e ampliação dos direitos sociais. É inegável que Vargas governou de forma autoritária e centralizadora, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945). Mais que isso, ele flertou com Itália e Alemanha no início dos anos 1940. Mas por fim ficou com os aliados na Segunda Guerra, e internamente acabou por isolar os extremistas que se organizavam em torno da Ação Integralista Brasileira (AIB). O varguismo consolidou o moderno Estado brasileiro e permitiu a integração da maioria trabalhadora à nação.

⁴⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 243.

Não é nosso objetivo, evidentemente, avançar nesse debate. O que mais nos interessa é sublinhar que nos dois países ganhou força nesse período uma vertente de pensamento antiliberal, que ajudou a consolidar um Estado nacional forte. Na Argentina, foco de nosso capítulo, Compagnon destaca o papel de Leopoldo Lugones, que, a partir da releitura da obra clássica *Martín Fierro*, de José Hernández, exaltava a figura do *gaucho* como “paradigma da nacionalidade argentina”, induzindo “uma ruptura com o ideal modernizador cosmopolita característico da Belle Époque”.

Quebrava-se, assim, a longa hegemonia da Argentina liberal, tributária de Sarmiento, que via no campo traços da barbárie que precisava ser superada. O país já não podia se espelhar na miragem de uma civilização europeia, ora desfeita pela guerra. Importante ressaltar que esse movimento de recuperação de uma Argentina mais *nacional* começara já nos primeiros anos do século, e ganhara força por volta de 1910, nos festejos do centenário da independência. Uma das obras que marcaram essa data foi o primeiro livro de sucesso de Manuel Gálvez *El diario de Gabriel Quiroga*: misto de ficção e ensaio histórico, valorizava a Argentina provinciana. Era uma forma de valorizar também o pensamento *federal*, em oposição ao pensamento liberal e unitário:

[el tipo federal] forma con el país un solo todo, pues es un producto genuino de la tierra. Tiene toda la viveza del gaucho [...] Es sencillo, democrático. El unitario [és un] parasito que necesitamos extirpar. **Los unitarios y sus actuales equivalentes significan para el cuerpo social muchos átomos de extranjerismo, de monomanía europeizante, de pedantería y de afectación de la cultura**⁴⁹⁵. (grifo nosso)

Contra o cosmopolitismo *pedante* e a *monomania europeizante* dos liberais, os conservadores nacionalistas propunham a volta às tradições do *gaucho*, um produto genuíno da terra, como dizia Gálvez – que logo centraria sua produção também na recuperação da chamada *hispanidad*, em oposição à influência anglo-saxã tão forte entre os liberais portenhos.

Em 1924, Lugones foi convidado para discursar nas festividades do centenário da Batalha de Ayacucho, e pronunciou um discurso que se transformou em símbolo do nacionalismo argentino, passando à posteridade sob o título de “A hora da espada”. Vale a pena retomar trechos, nos quais se vislumbram fortes traços antiliberais, associados ao medo do comunismo e à exaltação dos militares como agentes últimos da ordem, o que seria uma constante na Argentina entre 1930 e 1983:

Pelo bem do mundo, a hora da espada voltou a soar. [...] O pacifismo não é senão um culto ao medo ou um **engodo da conquista vermelha** [...]. E, desde

⁴⁹⁵ GÁLVEZ, Manuel. *El diario de Gabriel Quiroga*. Apud: SEBRELLI, Juan José. *Crítica de las ideas políticas argentinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

1914, devemos de novo à espada este confronto viril com a realidade. [...] **O sistema constitucional do século XIX tornou-se caduco. O exército é a última aristocracia, ou seja, a última possibilidade de organização hierárquica** que nos resta em meio à dissolução demagógica⁴⁹⁶. (grifos nossos)

Mas a ilusão com o jogo de espelhos europeu não se desfez apenas no debate das ideias políticas. A Primeira Guerra teve outro papel, a nosso ver primordial, para que o pensamento nacional avançasse, superando o liberalismo: o conflito internacional acelerou a industrialização, por substituição de importações, permitindo o nascimento de uma doutrina econômica que defendia o fim da dependência de bens importados, sobretudo da Europa.

A principal figura desse nacionalismo econômico (e político) foi Manuel Ugarte, que iniciara sua pregação já antes da guerra. Após o início do conflito na Europa, defendeu no jornal *La Patria* que a Argentina acelerasse seu processo de industrialização, para não passar da dependência europeia para a dos Estados Unidos:

Por que teríamos que renunciar ao desejo de igualar-nos aos outros povos, ao orgulho de ser autossuficientes, à fabulosa prosperidade que nos aguarda? [...] Aproveitando a situação particular criada pela guerra, devemos então fazer todo o possível para criar os recursos que nos faltam [...] A Argentina ou se torna industrial ou não cumprirá seu destino⁴⁹⁷.

Logo em seguida, a Argentina iniciaria o ciclo de governos da UCR (1916-1930), deslocando as elites tradicionais do centro do poder, com um programa nacionalista moderado que levou à criação da empresa estatal de petróleo, a YPF. Sob os governos radicais, Manuel Ugarte manteve a pregação de independência e autonomia, que se tornou também latino-americanista.

Ugarte era um nacionalista, não marxista, que atuou durante parte de sua vida como militante do Partido Socialista – mas contrariando muitas vezes a linha oficial da legenda, dirigida por Juan B. Justo. Este último era herdeiro da ideia de *progreso*, que vinha do século anterior, e apoiava inclusive o avanço capitalista dos Estados Unidos, louvando a maneira como os estadunidenses arrancavam territórios dos hispano-mexicanos. O jornal oficial do PS, *La Vanguardia*, aplaudiu a criação do Panamá, cujo território foi tirado da Colômbia por pressão dos Estados Unidos. Ugarte criticou duramente a posição do periódico do partido, do qual acabou se afastando⁴⁹⁸.

⁴⁹⁶ LUGONES, Leopoldo. “A hora da espada”, discurso pronunciado em 1924. Apud: COMPAGNON, Olivier. Op. cit., p. 268.

⁴⁹⁷ UGARTE, Manuel. “Industrias nacionales”. In: *La Patria*, Buenos Aires, 29 de novembro de 1915. Apud: COMPAGNON, Olivier. Op. cit., p. 279.

⁴⁹⁸ Cf. PUIGGRÓS, Rodolfo. Op. cit., pp.70 a 78.

Rodolfo Puiggrós, um ex-comunista que, como já vimos, aderiu ao nacionalismo de esquerda nos anos 1950, retoma em suas obras as polêmicas envolvendo Ugarte e Justo, para reforçar a tese de que não só o PS mas também os comunistas desconheciam a nação argentina: “*El Partido Comunista heredó del Partido Socialista su pecado*”

No início dos anos 1920, a voz de José Ingenieros foi outra que se apresentou para defender o desenvolvimento autônomo, livre não só da chancela europeia, mas também do pan-americanismo que Washington tentava impor. Ao lado de Ugarte, é outro exemplo de que as ideias nacionalistas não circulavam só na direita conservadora, mas também mobilizavam personagens como esse médico psiquiatra, cientista e acadêmico, que nos últimos anos de vida dedicou-se também à luta política:

Não somos panamericanistas, não queremos sê-lo e não poderíamos sê-lo por muito mais tempo. Nosso poderoso vizinho e suposto amigo desenvolveu o regime de produção capitalista até o último grau e conquistou na última guerra a hegemonia financeira. [...] Acreditamos que **nossas nacionalidades se encontram em face de um supremo dilema. Ou bem se entregam à submissão e cantam loas à União Panamericana (América para os norteamericanos) ou bem se preparam para defender em comum sua independência**⁴⁹⁹. (grifos nossos)

A derrubada de Yrigoyen, em 1930, significou uma reação às reformas dos governos da UCR⁵⁰⁰, que haviam incorporado à vida política argentina setores médios e também operários filhos da imigração. Essa reação pela direita não veio acompanhada, entretanto, da reafirmação do projeto liberal, laico e cosmopolita, do século anterior, mas sim de um nacionalismo conservador que se afirmou cada vez mais.

Uriburu foi o catalisador da ofensiva iniciada nos anos anteriores e que – além de Lugones – teve como expoentes Ernesto Palácios, os irmãos Julio e Rodolfo Irazusta, Julio Meinville, Leonardo Castellani e Marcelo Sánchez Sorondo⁵⁰¹. Este último teve atuação longeva na Argentina, como liderança do nacionalismo católico, sob forte influência do francês Charles Maurras. Sánchez Sorondo dirigiu publicações importantes e mais tarde teria momentos de surpreendente aproximação com o peronismo de esquerda⁵⁰².

original: la visión extranjera de los hechos y de la historia argentina y, en consecuencia, la ignorancia del problema nacional” (PUIGGRÓS, Rodolfo. Op. cit., p. 68).

⁴⁹⁹ INGENIEROS. José. *Por la unión de Latinoamérica*. Buenos Aires: L.J. Rosso y Cia. Impresores, 1922 (discurso pronunciado em 11/10/1922, num banquete em homenagem ao mexicano José Vasconcelos).

⁵⁰⁰ Hipólito Yrigoyen foi eleito a primeira vez em 1916, com base na Lei Saens Peña, que garantira o voto universal masculino para os argentinos, reduzindo o peso das oligarquias. Yrigoyen governou de 1916 a 1922, sendo sucedido por Marcelo T. de Alvéar, também da UCR. Em 1928, Yrigoyen ganhou novo mandato, mas a crise de 1929 e as pressões de conservadores aliados a militares levaram à derrubada do radicalismo.

⁵⁰¹ Sobre a formação da direita nacionalista argentina, ver: BEIRED, José Luis Bendicho. “A grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 21, número 42, São Paulo, 2001. Beired descreve as organizações políticas e publicações mantidas pelos conservadores. Para o pesquisador brasileiro, havia duas correntes principais nessa geração: os fascistas e os ultracatólicos, com alguns personagens transitando pelas duas vertentes.

⁵⁰² Católico fervoroso, hispanista e admirador de Franco, Sánchez Sorondo assumiu posições surpreendentes ao longo da vida, que durou quase um século. A revista dirigida por ele, *Azul y Blanco*, fez sucesso nos anos da resistência peronista. Sánchez Sorondo foi também o editor responsável pela publicação do clássico *Operación masacre*, que denunciava os fuzilamentos promovidos por Aramburu em 1956, livro de autoria de Rodolfo Walsh – intelectual influente da esquerda peronista. Walsh acabou assassinado pela Triple A em 1976. Sánchez Sorondo também foi próximo dos irmãos Juan Manuel e Fernando Abal Medina – este último seria fundador dos

O nacionalismo conservador, como já vimos, institucionalizou-se com a criação do Instituto Juan Manuel de Rosas, em torno do qual se desenvolveu o revisionismo histórico, que recuperou não só o rosismo, mas também os caudilhos e a tradição *gaucha* herdada do século anterior.

Numa abordagem mais contemporânea sobre esse fenômeno, Tulio Halperin Donghi e José Luís Beired atribuem ao revisionismo uma visão “decadentista” da história argentina. Para Beired, “o decadentismo foi um componente essencial da interpretação revisionista”, assimilado pelos argentinos a partir de um conjunto de autores europeus:

Os revisionistas projetaram na Idade Média um modelo ideal de civilização, e viram a derrocada dessa era como início de um longo processo de decadência no Ocidente. [...] A Argentina viria sofrendo o seu ciclo de decadência a partir da queda do governador da província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas [...] A era de Rosas foi convertida pelos revisionistas na “idade de ouro” da história argentina⁵⁰³.

Já Halperin Donghi faz duras críticas ao revisionismo, visto como “*una construcción de alegorías retrospectivas*” e que, seja na vertente conservadora ou no ramo da esquerda próxima ao peronismo, “*no aportó ningún progreso en el plano estrictamente historiográfico*”⁵⁰⁴. Para nós, mais importante do que debater a qualidade técnica da produção historiográfica dos autores nacionalistas e revisionistas é constatar que essa virada teve papel central na contestação da identidade liberal até então dominante na Argentina.

O movimento liderado pelo Grupo de Oficiales Unidos (GOU) em 1943, que acabaria por levar Perón à presidência após o 17 de outubro de 1945, significou a consolidação desse projeto antiliberal. A nosso ver, o peronismo no poder foi a culminação do giro nacionalista conservador e, ao mesmo tempo, a possibilidade de que esses valores escapassem das mãos de uma elite intelectual para formar o núcleo de ideias e afetos que passaram a mobilizar boa parte da classe operária argentina. Com Perón, o nacionalismo deixava de ser de poucos, e passava a ser de muitos. E, mais tarde, se tornaria uma ferramenta simbólica decisiva na disputa pelo poder, apropriada também pela esquerda revolucionária dos anos 1960.

A esquerda tradicional, formada na cultura europeia do marxismo e dominada pela ideia do *progreso*, não compreendeu inicialmente esse giro que afinal carregava valores como: reafirmação da *hispanidad*, catolicismo militante e exaltação de uma “valentia” pré-capitalista (ou “bárbara”, como diria Sarmiento), associada a um projeto nacional que buscou integrar

Montoneros. São pistas a indicar o longo caminho percorrido pelas ideias nacionalistas, com pontos de contato entre o catolicismo extremado e o peronismo em armas dos anos 1960.

⁵⁰³ BEIRED, José Luis Bendicho. Op. cit., p. 14.

⁵⁰⁴ HALPERIN DONGHI, Tulio. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2005, pp. 36 e 42.

trabalhadores ao sistema de leis, reconhecendo o poder dos sindicatos – sempre sob a condução do líder máximo justicialista.

Podemos concluir esta seção frisando que a Primeira Guerra Mundial é o grande ponto de inflexão para que o nacionalismo se afirme na América Latina: a partir de então, consolidam-se sensibilidades e pensamentos que já vinham das décadas anteriores. Isso é particularmente forte na região do Prata: lembremos que a obra do uruguaio Rodó, já em 1900, significara a afirmação de valores locais, hispano-americanos, diante do avanço anglo-saxão.

A nosso ver, para compreender esse fenômeno é preciso fixar a ideia de que o antiliberalismo foi um movimento transversal, que influenciou tanto a direita quanto a esquerda, ajudando a desconstruir a hegemonia da identidade Argentina europeia e cosmopolita. Partiu de setores ultraconservadores e levou quase meio século para ser incorporado pelas forças que lutavam contra o capitalismo e o imperialismo no país.

Até a derrubada de Perón, em 1955, a esquerda tradicional se alinhara com a direita liberal em momentos decisivos. As duas forças estiveram juntas: nos ataques a Yrigoyen, na oposição a Perón na eleição de 1946 (PS e PC compuseram a União Democrática, antiperonista) e sobretudo em 1955 na chamada Revolução Libertadora. Os longos anos de resistência peronista significaram uma mudança importante: parte da esquerda rompeu com a tradição liberal/cosmopolita e passou a integrar o projeto nacionalista.

A Primeira Guerra permitiu a primeira virada: a ideia de Argentina liberal e europeia deixou de ser a única identidade possível, abrindo uma longa disputa entre “*las dos Argentinas*”, puxada a princípio pelo nacionalismo conservador. Quatro décadas depois, o peronismo na oposição foi o catalisador da segunda grande virada: a esquerda tornou-se também mais nacionalista e mais apegada aos símbolos patrióticos.

Esse movimento foi tão profundo, repetimos, que até uma organização revolucionária marxista e com críticas fortes ao justicialismo – como o PRT-ERP – assumiu o nacionalismo e entrou na disputa pelo passado, chegando a incorporar símbolos do século XIX como marcas fundamentais de identidade política.

5.7 As lutas, o luto e outras impressões

Esta última seção está reservada para um relato pessoal do autor da pesquisa, a partir de impressões colhidas durante a fase final do trabalho de campo na Argentina. Trata-se de material que, a nosso ver, ajuda a sustentar pontos centrais já expostos ao longo da tese. A

narrativa assume aqui, propositalmente, um tom testemunhal, e é parte do esforço para compreender as origens da família Santucho, no norte argentino.

A rua Absalón Rojas, no centro de Santiago del Estero, começa como um simpático calçadão para pedestres, dominado pelo comércio de roupas e de produtos eletrônicos. Quem parte da grande Plaza Libertad – onde acontecem as principais manifestações e festas nessa cidade, que é capital da província de mesmo nome e um dos mais antigos núcleos de povoamento fundado pelos espanhóis durante a colonização⁵⁰⁵ – pode caminhar duas ou três quadras pela via, sem ser importunado pelos carros.

Logo adiante, a Absalón Rojas fica mais larga e os veículos passam a circular em duas pistas ladeadas por alguns edifícios e antigos casarões – que antes eram habitados por famílias de classe média da província, e hoje são em boa parte ocupados por escritórios, clínicas e cafés. Na parte central da rua, nesse trecho, há um *boulevard* por onde os pedestres transitam sob a sombra de árvores bem cuidadas, que atenuam o calor do norte argentino. Quase ao fim do trajeto, já perto do entroncamento com a rua Bolívia, encontramos a referência que procurávamos nessa caminhada de pouco mais de um quilômetro. Numa placa discreta, instalada sobre pequeno bloco de concreto, a inscrição na pedra lembra o trágico percurso da família Santucho:

En esta casa, Absalón Rojas No 926, vivieron Mario Roberto, Francisco René, Carlos Híber, Oscar Asdrúbal y Manuela, miembros de la familia Santucho. Fueron asesinados y desaparecidos en la última dictadura por defender sus principios y luchar contra la injusticia. Por siempre, presente⁵⁰⁶.



Figura 26 – No detalhe, a placa em homenagem aos cinco irmãos mortos, instalada na rua Absalón Rojas, bem em frente ao local onde viveu a família Santucho, em Santiago del Estero.

⁵⁰⁵ Fundada pelos espanhóis em 25 de julho de 1553, às margens do rio Dulce, Santiago del Estero é considerada a cidade mais antiga da Argentina. Quando os colonizadores chegaram, a região era habitada por grande população indígena, cuja língua (quéchua) e cultura seguem vivas na capital e em boa parte da província. A cidade de Santiago del Estero fica a cerca de mil quilômetros de Buenos Aires, no norte da Argentina.

⁵⁰⁶ Transcrição do texto inscrito na placa que foi instalada, por iniciativa da família Santucho, na rua Absalón Rojas, em Santiago del Estero.

Quando esticamos a vista, e procuramos a casa de número 926, citada na placa, já não encontramos quase vestígios. Sobre a estrutura do velho imóvel, ergue-se agora uma clínica médica de seis andares, com fachada de vidro. Mas foi ali que a família Santucho viveu, nos anos 1950, antes de ser dizimada.

5.7.1 Família dizimada

Há uma imprecisão no texto gravado na pedra: Francisco René e Oscar Asdrúbal, dois dos nove irmãos de Mario Roberto Santucho, morreram ainda em 1975, pouco antes, portanto, da “*última dictadura*” se instalar sob comando do general Videla, em março de 1976. O que dá a dimensão de como foi também violento o período anterior ao golpe, quando governava Isabelita Perón, cercada por extremistas de direita que financiavam esquadrões da morte como a já citada Triple A.

Francisco René e Oscar Asdrúbal tinham participado de um grupo nacionalista conservador, ainda na adolescência, e depois fundaram a FRIP, que deu origem ao PRT em 1965. Oscar morreu em combate, em outubro de 1975. Ele comandava a Companhia de Monte Ramón Rosa Jiménez, foco guerrilheiro que o PRT-ERP instalara nas montanhas de Tucumán e que, desde o início daquele ano, estava sob cerco do chamado Operativo Independência: mobilização de tropas do Exército, ordenada por Isabelita, para aniquilar os insurgentes. Já Francisco René, que jamais pegou em armas, mas dava apoio ao PRT-ERP com ideias e contatos, desapareceu de forma misteriosa um pouco antes, em abril ou maio do mesmo ano, quando vivia clandestinamente na capital tucumana. Sabe-se que patrulhas do Exército estiveram na pensão onde ele morava com identidade falsa, e recolheram alguns objetos pessoais do quarto vazio. Mas as Forças Armadas nunca informaram como e onde ele foi preso. Nem indicaram onde estariam os restos mortais⁵⁰⁷.

Carlos Híber, único dos irmãos que era filiado ao peronismo, foi sequestrado pelos militares em Buenos Aires, no dia 13 de julho de 1976, e submetido a torturas durante uma semana, nas instalações conhecidas como Automotores Orletti⁵⁰⁸, centro clandestino de detenção mantido pelas Forças Armadas.

⁵⁰⁷ Cf. Depoimento de Francisco René Santucho (filho) ao autor da tese, julho de 2023, Santiago del Estero.

⁵⁰⁸ Automotores Orletti era uma antiga oficina de carros, em Buenos Aires, transformada em centro de tortura e extermínio, pela ditadura argentina instalada em 1976. O local estava vinculado aos comandantes do Cuerpo de Ejército I, subzona CF (Capital Federal), e contava com atuação de agentes da SIDE (Secretaría de Informaciones del Estado). Estima-se que por lá passaram cerca de trezentos presos políticos, sequestrados pelos militares.

Investigações conduzidas pelo Ministério Público da Argentina indicam que, na noite daquele mesmo 13 de julho, grupos militares à paisana invadiram a casa na capital do país onde estava Manuela Elmina Santucho – militante do PRT-ERP e irmã de Mario Roberto. Ela, a cunhada Cristina Navajas de Santucho (casada com Julio Santucho) e a amiga Alicia D´Ambra foram também levadas para Automotores Orletti:

En Orletti, Carlos, Manuela y Cristina fueron sometidos a brutales torturas y condiciones inhumanas de cautiverio. Debido a su pertenencia a la familia Santucho, fueron objeto de un particular ensañamiento por parte de quienes los tenían cautivos. En el caso de Carlos, las torturas físicas y psicológicas lo llevaron al borde de la locura⁵⁰⁹.

Desde março de 1976, a Argentina vivia sob ditadura. Os militares, naqueles dias, estavam especialmente mobilizados, em busca de informações que os levassem até Mario Roberto Santucho, líder do PRT-ERP, que, como vimos no capítulo 4, preparava-se para deixar o país, diante da ofensiva da extrema direita.

No dia 19 de julho de 1976, segundo testemunho de sobreviventes que passaram por Automotores Orletti, Manuela foi obrigada a ler em voz alta para os algozes a notícia de que o irmão guerrilheiro fora localizado e morto. No dia seguinte, 20 de julho, Carlos morreu sob tortura: foi pendurado por um gancho móvel, no teto da antiga oficina, e forçado a submergir várias vezes num grande tanque de água colocado no chão. O corpo foi jogado num terreno baldio da capital argentina. Cristina, que estava grávida, e Manuela foram levadas para outros campos de concentração, e seguem desaparecidas:

El último lugar en el que fueron vistas fue el CCD Pozo de Banfield [Centro Clandestino de Detención, provincia de Buenos Aires], de onde fueron sacadas el 25 de abril de 1977, en el marco de un traslado masivo, con destino incierto⁵¹⁰.

Entre os membros da família Santucho, também foram vítimas da repressão política na Argentina: María del Valle, filha de Carlos Híber, sequestrada e assassinada em Buenos Aires, em dezembro de 1975; e Mercedes Santucho, filha de Amílcar, que foi sequestrada na cidade de Córdoba, em 1977, e continua desaparecida.

Automotores Orletti fez parte da rede mantida pela Operação Condor, que articulava as atividades repressoras das ditaduras do Cone Sul. Além de dezenas de argentinos, por lá também passaram presos uruguaios, chilenos, bolivianos, paraguaios e cubanos. A maioria segue desaparecida. Em março de 2009, o local foi transformado num centro de memória e de defesa dos Direitos Humanos, e em 2014 declarado “lugar histórico nacional” (sobre o tema, ver: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos>).

⁵⁰⁹ “Víctimas de Argentina: Carlos Híber Santucho, Cristina Silvia Navajas de Santucho y Manuela Santucho – descripción del caso”. In: *Ministerio Público – Procuración General de la Nación/República Argentina* (arquivo digital: <https://www.mpf.gob.ar>).

⁵¹⁰ Cf. “Los Santucho, una familia diezmada por el terrorismo de Estado”, In: *Página 12*, 29 de julho de 2023.

5.7.2 Sobreviventes

Além dos irmãos citados na placa da rua Absalón Rojas, outros cinco circulavam pelo casarão da família em Santiago del Estero, nos anos 1950: Amílcar, Blanca, Omar, Raúl e Julio. O mais velho, advogado e comunista, já estava casado e vivia com a mulher em outro imóvel, mas também frequentava o local:

Amílcar de todas maneras venía todos los días a la casa porque había un estudio [escritório de advocacia, onde trabalhavam Amílcar e o pai], funcionaba ahí. O sea, el estudio daba a la calle, después estaba el comedor y después las habitaciones⁵¹¹.

Era no *comedor* daquela casa que já não existe, na grande mesa de refeições da família, que se davam os embates entre irmãos com posições políticas bem diversas, como expusemos no capítulo anterior. Amílcar discordava dos irmãos nacionalistas, sob comando de Francisco René. Isso não o impediu de, mais tarde, colaborar com o PRT-ERP, o que lhe custou anos de cadeia, no Paraguai. Tentou recriar o PRT após a ditadura, e morreu em 1995, em consequência de sequelas respiratórias provocadas pela longa prisão em condições insalubres, sob a ditadura paraguaia de Stroessner.

Blanca não se envolveu diretamente com a militância armada, mas cumpriu papel importante ao denunciar as violências que vitimaram vários membros da família. Logo após o golpe de 1976, partiu para o exílio, ao lado do pai e da madrasta (era também tia materna) Manuela. Deu entrevistas nos Estados Unidos e depois na Europa, para informar sobre as prisões, torturas e desaparecimentos, levando os casos inclusive até o Papa Paulo VI. Em 1983, Blanca voltou à Argentina e se aliou a outras famílias de mortos e desaparecidos, para defender os Direitos Humanos. Em 1997, escreveu um livro que conta a trajetória dos Santucho⁵¹². Blanca morreu em 2017, após um acidente doméstico.

Dos três irmãos ainda vivos, só Julio teve militância no PRT-ERP. Foi ele quem sugeriu que visitássemos, durante a pesquisa para esta tese, a cidade de onde se originou a família. Na semana em que estávamos em Santiago del Estero, em julho de 2023, Julio se reuniu com Omar e Raúl, para comemorar o aniversário deste último, que completava 101 anos. Raúl e Omar são considerados os irmãos com posições mais liberais, próximos da União Cívica Radical (UCR), o que não parece ter gerado afastamento em relação aos membros da família que se envolveram diretamente com a militância de esquerda.

⁵¹¹ Depoimento de Julio Santucho ao autor da tese, Buenos Aires, julho de 2023; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

⁵¹² SANTUCHO, Blanca Rina. *Nosotros, los Santucho*. Santiago del Estero: El Liberal, 1997.



Figura 27 – Os três sobreviventes: Julio Santucho (à direita) com os irmãos Omar e Raúl (ao centro, sem chapéu), no aniversário de 101 anos deste último, em Santiago del Estero, 20 de julho de 2023.

Antes de residir no casarão da rua Absalón Rojas, a família morou num imóvel bem menor, também próximo ao centro de Santiago del Estero, e que ainda hoje segue de pé. Desse período mais remoto, Julio lembra especialmente da forma apaixonada como Francisco René se referia à cultura indígena e aos temas históricos, sempre sob uma perspectiva local e nacionalista, que gostava de dividir com os mais próximos:

En esa época, vivíamos en la calle Mitre, una casa chiquita, y él tenía una bicicleta. Y me cargaba. Yo tenía seis años, siete años. Me cargaba y me llevaba al parque y con un palo dibujaba en la tierra el mapa de América Latina.

- ¿Francisco?

Francisco, claro. Y enseñaba y me decía dónde estaban los aztecas, que habían dominado a otros pueblos y me explicaba de los pueblos originarios.

- Que era una cosa que en la escuela no había mucho, yo creo.

No. Y después también me explicaba el funcionamiento del globo terráqueo, los planetas, Él tenía esa inquietud y además la quería transmitir.

[...]

Él hablaba más de los pueblos originarios.

- ¿Y cuál fue la influencia de Francisco René en la formación primera de Robi, para después, para la militancia política?

Fue fundamental⁵¹³.

⁵¹³ Depoimento de Julio Santucho ao autor da tese, Buenos Aires, julho de 2023; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.



Figura 28 – Fachada da pequena casa da rua Mitre, de onde Francisco René saía com Julio para passeios de bicicleta, que terminavam em “aulas” sobre os povos originários e a cultura indígena.

Não é apenas uma lembrança esparsa de Julio. Como vimos no capítulo anterior, há relatos e indícios de que Mario Roberto Santucho, líder do PRT-ERP, deve muito de sua formação primeira ao irmão Francisco René, que dirigiu uma revista e duas livrarias importantes em Santiago del Estero.

5.7.3 Vestígios

A primeira livraria aberta por Francisco René foi batizada como Aymara, e funcionava numa sala alugada na Casona de los Taboada, antiga residência de uma família tradicional de Santiago del Estero. O casarão, na rua Buenos Aires, número 146, foi derrubado recentemente, para dar lugar a um prédio de escritórios. Depois, a livraria mudou de nome e endereço: passou a ocupar uma loja na Pasaje Tabycast, galeria comercial em local mais nobre, com entrada pela Plaza Libertad. Ali, a Dimensión viveu dias de glória, quando era ponto de referência para intelectuais e militantes de esquerda, que vinham também de outras partes do país, e até de fora da Argentina, para debates e palestras.



Figura 29 – Francisco René (primeiro, à direita) num evento com intelectuais na Livraria Dimensión, em Santiago del Estero, no fim dos anos 1950.

Depois do sequestro e desaparecimento de Francisco René, a mulher dele, Gilda Roldán, manteve a livraria aberta, no mesmo endereço, inclusive durante toda a ditadura militar. Em 1995, por razões comerciais, foi obrigada a fechar o estabelecimento. Hoje, ali funciona uma loja de bijuterias.

Em 1997, Gilda reabriu a Dimensión, já em outro local e agora com ajuda dos filhos. Um deles, que carrega o mesmo nome do pai, contou-nos que a família retomou a ideia original de Francisco René Santucho (livreiro, intelectual, fundador da FRIP e do PRT-ERP) e manteve uma espécie de casa de cultura para debates e eventos, ao lado da livraria. A Dimensión resistiu, e funcionou em vários endereços no centro de Santiago del Estero, até fechar definitivamente em 2018, após a morte de Gilda⁵¹⁴.

Francisco René Santucho, o filho, nasceu em agosto de 1975. Portanto, jamais esteve com o pai. Foi gerado numa das visitas que a mãe fazia a Tucumán, quando Francisco René (pai) vivia clandestino, pouco antes de desaparecer. Francisco René (filho) não herdou só o nome do pai. Vive cercado por livros, na sala da casa em que mora com a mulher e os filhos, na cidade de La Banda, na outra margem do rio Dulce, bem em frente a Santiago del Estero. Nas estantes, há várias obras sobre cultura indígena, guerrilha e história recente da Argentina, além, é claro, de livros de Francisco René (pai). Na parede, a bandeira “Wiphala” – que representa os povos originários da América do Sul.

⁵¹⁴ Cf. Depoimento de Francisco René Santucho (filho) ao autor da tese, Santiago del Estero, julho de 2023.



Figura 30 – Francisco René Santucho (filho), com o livro que reúne as obras completas do pai, intelectual e livreiro que criou a FRIP e ajudou a fundar o PRT-ERP.

No dia 19 de julho de 2023, encontramos Francisco René (filho), de microfone na mão, a conduzir um evento na Casa de Cultura Argañaraz Alcorta, no centro de Santiago del Estero: era o lançamento de uma obra ficcional, inspirada na história do tio dele, Mario Roberto, e que marcava também os 47 anos da morte do líder do PRT-ERP. O título do livro ilustra o tipo de ideia que ajuda a manter viva a mística da guerrilha: *Yo San Tucho* traz na capa a figura de um guerrilheiro transformado em santo. No lugar do *sagrado coração de Jesus*, que aparece em tantas imagens católicas mundo afora, há uma estrela vermelha. Santucho surge com uma aura de santo ou profeta.

O romance, de Marcos Rosenzvaig, recria o ambiente opressivo da Argentina dos anos 1970, através dos olhos de um motorista de táxi do século XXI, que é obcecado pela história de Mario Roberto Santucho. Julio Lopez, o taxista, busca o corpo do guerrilheiro. E, numa atmosfera que mistura nomes e dados reais da trajetória do PRT-ERP com cenas de violência política e alguma fantasia, há também a busca pela história do país.

A capa do livro e o próprio personagem do motorista de táxi – que olha para Santucho como líder capaz de unir elementos de santidade às ideias do marxismo revolucionário – dialogam com o quadro mental de parte da esquerda nos anos 1960/1970, que procuramos descrever ao longo deste trabalho, ao traçar a estrutura de sentimentos da época.

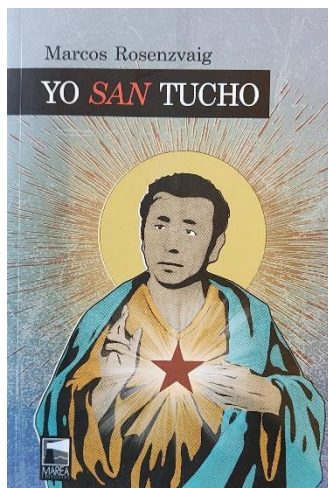


Figura 31 – A capa do livro, cujo lançamento acompanhamos em Santiago del Estero: a estrela vermelha como sagrado coração do guerrilheiro Santucho.

Heroísmo e mística guerrilheira se mesclavam, como símbolos de uma luta que muitas vezes assumia caráter messiânico e religioso, como já destacamos em vários trechos da tese. Lembramos a frase, citada no capítulo 4, de um ex-guerrilheiro do PRT-ERP, sobre as motivações dos jovens para arriscar a vida em defesa da revolução: “*Héroe era el que lo mataban, ese era héroe. [...] Es jugarse al todo o nada, al Cristo*”. Em outras palavras: o herói guerrilheiro era uma espécie de mártir ou santo, que morria em nome da causa.

A mística revolucionária – lastreada, ainda que de forma inconsciente, no pensamento cristão – pode ser vista como parte essencial da mentalidade de uma esquerda que, naquele momento na América Latina, já não vivia apenas em torno das ideias do *progreso* e do inevitável avanço das forças produtivas, que haviam marcado o primeiro marxismo até o início do século XX.

O messianismo revolucionário explica também a busca pelos heróis do passado nacional. O resgate da nação *profunda* era feito de forma consciente, explícita, como vimos em vários documentos já analisados – em que o PRT-ERP tenta se apresentar como a continuidade da luta iniciada por San Martín, Belgrano e Güemes. E esse resgate nacional podia caminhar lado a lado com a retomada, quase sempre inconsciente, de aspectos messiânicos. Eram dois elementos da mesma estrutura de sentimentos.

Robi expressara sentimentos desse tipo na carta para o irmão Julio, já citada, em que dizia ver os revolucionários como verdadeiros cristãos. O escritor Rosenzvaig, no século XXI, tem liberdade para criar – a partir desses elementos históricos – um líder guerrilheiro que traz no peito a estrela vermelha, como se fosse um coração místico. Lembremos que, na simbologia

do ERP, a estrela-coração se entrelaçava à bandeira histórica do Exército dos Andes, como estandarte da guerrilha que lutava pelo socialismo.

Durante o lançamento do livro em Santiago del Estero, além de Rosenzvaig e de outros dois convidados com perfil acadêmico, Julio Santucho estava na mesa. Ele contou aos cerca de sessenta presentes no auditório (na maioria, veteranos da época da luta armada, mas também alguns jovens estudantes e curiosos à procura de informações sobre o PRT-ERP) uma parábola que circula no norte argentino, e que envolve Mario Roberto: camponeses teriam visto, nos anos 1970, um helicóptero militar jogar dos céus um corpo no meio da mata. Segundo a lenda, seria o corpo do líder do PRT-ERP, que teria então sido devolvido à terra natal por seus algozes. Julio, evidentemente, não acredita na veracidade da história, mas a contou como forma de ilustrar o tipo de sentimento que ainda hoje envolve a memória de um agrupamento político que seguia o marxismo-leninismo e chegou a fazer parte da Quarta Internacional trotskista.

No livro de memórias, em que faz também um balanço político da ação do PRT-ERP, Julio Santucho explicita a importância dessa construção, que não passava pela política nem pela luta de classes:

[...] la mística guevariana, esta vocación de entrega total, era vivida como una exigencia de la propia dignidad del revolucionario ante las solicitudes de la historia. [...] el carácter trágico de una época que impuso a los espíritus inquietos demandas objetivas que superaban ampliamente la capacidad de respuesta de los agentes del cambio⁵¹⁵.

É claro que a mística revolucionária, construída em torno de Santucho, não se deve só à estrutura de sentimentos da geração que pegou em armas nos anos 1960 e 1970. O diálogo é mais profundo e remete a uma Argentina que nem sempre se revela com tanta facilidade.

No dia 22 de julho de 2023, acompanhamos a principal festa popular de Santiago del Estero: a Marcha de los Bombos ocorre sempre na semana de aniversário da cidade. É uma mistura de desfile e manifestação política, em que reivindicações sindicais e palavras de ordem se somam à música e ao ritmo marcado pelos bumbos.

Os grupos chegam para a marcha, vindos de pequenas comunidades do interior, e mesmo de outras províncias do país. Cada um traz sua coreografia: encenações, cantoria e dança. Muitos homens vestem roupas que remetem à tradição *gaucha*: ponchos, boinas, calças largas. Alguns carregam a imagem de Santo Gil, também conhecido como “El Gauchito”: um

⁵¹⁵ SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas, la guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires: Byblos, 2005, p. 70.

santo não reconhecido oficialmente pela Igreja Católica, mas extremamente popular no interior da Argentina. O Gauchito Gil está também estampado nas roupas e nos próprios bombos⁵¹⁶.



Figura 32 – A Marcha de los Bombos, em Santiago del Estero: referências à cultura gaucha.

Foi Julio Santucho – ex-seminarista e ex-militante do PRT-ERP – quem fez a sugestão para que o pesquisador acompanhasse a marcha, que demorou mais de uma hora para passar pela Plaza Libertad e depois seguiu lentamente em direção a um parque imenso, à beira do rio Dulce. O ex-militante do PRT-ERP, com quase oitenta anos, parecia emocionado ao ver, à sua frente, aquela orgulhosa demonstração de vigor cultural do norte argentino.

Se as livrarias já não existem, segue viva na cidade a tradição localista *santiagoueña*, que levou Francisco René a se interessar pelas questões indígenas e pela história de uma Argentina que olha para dentro, para o campo e os Andes, e não para o Atlântico e a Europa. Tudo isso se expressou também na trajetória do PRT-ERP, ainda que muitas vezes nas entrelinhas de um discurso em que o marxismo e a sintaxe revolucionária ocultavam as camadas mais profundas da herança vinda do interior do país.

Menos de uma semana antes de acompanhar a Marcha de los Bombos em Santiago del Estero, tínhamos colhido longo depoimento de Julio Santucho, no apartamento que ele mantém

⁵¹⁶ A figura do santo popular é inspirada num personagem lendário, que teria vivido no interior da província argentina de Corrientes, na segunda metade do século XIX. Gil seria um *gaucho*, homem simples do campo, que se apaixonou por uma viúva endinheirada, e por isso teria sido perseguido pela família dela e executado pelo chefe da polícia local. Algumas variações da história dizem que ele teria se alistado para lutar na guerra contra o Paraguai de Solano López e, na volta, tratado como desertor, acabou executado. Os devotos acreditam que o Gauchito Gil ajuda a curar doenças. A devoção se espalhou por várias províncias argentinas e mesmo à capital Buenos Aires, sempre vinculada a setores que valorizam a retomada de uma cultura do campo, tradicional. Durante nossa estadia na Argentina, a Biblioteca Nacional Mariano Moreno, em Buenos Aires, apresentava exposição de fotografias intitulada “Devociones Populares Argentinas”: entre os destaques, um santuário do Gauchito Gil no interior da província de Buenos Aires, e outro na capital federal, em que se misturavam relíquias católicas e imagens de Evita e Perón.

em Buenos Aires. Entre as funções que assumiu no PRT-ERP, Julio foi o responsável pelas escolas de formação do partido. Segundo ele, a história nacional e o retorno aos heróis do século XIX compunham boa parte do programa de estudos dos militantes nos anos 1970:

Siempre se habló de la segunda independencia. Nosotros, en la escuela [escuela de formación del PRT-ERP] insistíamos mucho en eso. O sea, teníamos filosofía, materialismo dialéctico, histórico, economía política, historia de las revoluciones - la Revolución Rusa, la Revolución China, la Revolución Vietnamita, la Revolución Cubana... Y después, la mitad de la actividad era Historia Argentina e Historia del partido. Nosotros le damos mucha importancia a la historia argentina. [...]

Bueno, y Mitre. Los relatos que él hace sobre la guerrilla de Güemes. O sea, la guerra que se libró en Bolivia, norte de Argentina y Bolivia. Sí, la guerra gaucha.⁵¹⁷

Reparemos que, segundo Julio, até a obra de Bartolomé Mitre – historiador e ideólogo que ajudou a construir a identidade da Argentina unitária – era usada nas aulas sobre o passado nacional recebidas por militantes do PRT-ERP. Nesse caso, com um foco: reforçar o papel de Güemes na “guerra gaucha”, durante as lutas contra os espanhóis⁵¹⁸.

Mais importante, talvez, do que a fala de Julio, a revelar os caminhos da guerrilha em busca do passado nacional (aspecto que já havíamos encontrado, de maneira consistente, nos documentos do PRT-ERP), foi observar o local onde o ex-militante nos concedeu o depoimento: um apartamento simples, quase monástico, de apenas um quarto, misto de habitação e escritório onde ele escreve, faz reuniões e contatos. Na parede da sala, bem atrás da pequena mesa onde Julio nos atendeu, havia um quadro com a figura do irmão mais conhecido. Não era propriamente um retrato de Robi, mas uma engenhosa construção de imagem: dezenas de pessoas se colocaram estrategicamente nas escadarias do monumento à bandeira nacional, na cidade de Rosário⁵¹⁹, de tal forma a compor uma silhueta que reproduz o rosto do guerrilheiro.

Ao lado da imagem do líder do PRT-ERP, também na parede atrás de Julio, havia outra figura composta segundo a mesma técnica. Demoramos para compreender quem era aquele personagem. Outro guerrilheiro dos anos 1970, ou um dos irmãos assassinados? Um intelectual

⁵¹⁷ Depoimento de Julio Santucho ao autor da tese, Buenos Aires, julho de 2023; publicado nos anexos, ao fim deste trabalho.

⁵¹⁸ A chamada guerra *gaucha* foi a longa série de embates entre as tropas espanholas e os independentistas comandados por Martín Miguel de Güemes, entre os anos de 1814 e 1821. Güemes (originário de Salta) usava táticas de guerrilhas para enfrentar os exércitos da Coroa, mais bem equipados. Os combates aconteceram principalmente nas províncias de Jujuy e Salta, e também ao sul do atual território da Bolívia, cumprindo papel importante para impedir a contraofensiva realista, ao mesmo tempo em que San Martín seguia o caminho dos Andes para consolidar a independência de Chile e Peru. A figura de Güemes foi exaltada na obra de Leopoldo Lugones, historiador nacionalista e conservador.

⁵¹⁹ O Monumento Histórico Nacional a la Bandera foi inaugurado em 1957, às margens do rio Paraná, no local em que Manuel Belgrano teria hasteado pela primeira vez o estandarte azul e branco, em 27 de fevereiro de 1812, quando lutava contra tropas espanholas. Naquela ocasião ainda não contava com o sol amarelo que depois viria a ocupar o centro do emblema.

argentino, ou talvez um pensador marxista? Nenhum deles. Era o rosto de Manuel Belgrano, herói da independência argentina.

Belgrano ficou conhecido por ter criado a bandeira nacional, em 1812, durante campanha militar que comandou em Rosário, antes de seguir mais ao norte em direção a Jujuy, onde o estandarte celeste e branco também foi hasteado. Foi transformado em herói da pátria na segunda metade do século XIX, apesar de ter sua vida marcada por derrotas militares importantes – como a ocorrida em 1811, na chamada campanha do Paraguai, e que levaria à criação do país vizinho, enfraquecendo a ideia de um Estado unificado e centralizado em Buenos Aires. Belgrano também perdeu batalhas diante das tropas realistas no Alto Peru (região que hoje corresponde à Bolívia), em 1813, quando comandava o chamado Exército do Norte. Por conta desses fatos, chegou a ser submetido a processos abertos pela Junta e pelo Triunvirato que governavam em Buenos Aires. Acabou sendo inocentado nos dois casos, mas teve que reconhecer, diante de seus julgadores, seus “*cortos conocimientos*” das técnicas militares⁵²⁰. Belgrano morreu em 1820, depois de ver a bandeira que criara ser chancelada como símbolo oficial pelo Congresso de Tucumán, em 1816.

Quase cinco décadas depois da derrota militar e política do PRT-ERP, Julio Santucho, o irmão que de alguma forma guarda com ele a memória daquele agrupamento de esquerda, segue a carregar também símbolos nacionais do século XIX. Lado a lado, na principal parede da casa, observamos Mario Roberto Santucho, líder da luta revolucionária dos anos 1960/1970, e Belgrano, herói que compõe o olimpo nacional com San Martín. Se esse último foi um militar vencedor, que ajudou a consolidar a independência de vários países sul-americanos, Belgrano colheu derrotas nos campos de batalha e ficou mais conhecido pelo símbolo que legou à nação: a bandeira hasteada pela primeira vez às margens do rio Paraná.

Julio Santucho escolheu Belgrano, e não San Martín, para compor seu olimpo particular ao lado do irmão derrotado e morto em 1976. Também chama a atenção que nesse panteão privado esteja um herói nacional do século XIX, e não Che Guevara ou outro revolucionário da esquerda marxista. As imagens de Santucho e Belgrano, bem atrás de um sobrevivente da luta armada, colhidas já quase ao fim do trabalho de pesquisa, ajudam a reforçar a ideia de que mesmo o PRT-ERP – o menos nacionalista dos grupos armados argentinos, na comparação com Montoneros e outras agrupações da esquerda peronista – carregava a marca da nação e da “segunda independência”, tão exaltada pela esquerda latino-americana na segunda metade do século XX.

⁵²⁰ Cf. POLASTRELLI, Irina. “El general en el banquillo. Guerra y política en los juicios por las derrotas en el Paraguay y el Alto Perú”. In: *Investigaciones y Ensayos*, número 70, 2020, pp. 30-43.



Figura 33 – Na parede do apartamento de Julio, em Buenos Aires, lado a lado, as imagens do irmão guerrilheiro Mario Roberto Santucho e do herói da independência, Manuel Belgrano.

5.7.4 O retorno de um filho

Havia, no entanto, mais uma imagem estampada na sala do pequeno apartamento de Julio Santucho, no dia em que ele nos concedeu a entrevista. Era uma foto menor, num retrato discreto, colocado numa estante ao lado de livros e lembranças pessoais. Em preto e branco, aquela era a imagem de Cristina Navajas de Santucho, mulher de Julio que fora sequestrada em julho de 1976, como narramos alguns parágrafos acima.

Julio tinha acabado de viajar ao exterior, por orientação do partido, para assumir uma série de tarefas de articulação internacional, num momento em que a luta armada entrava na defensiva. Cristina, mãe de seus dois filhos, ficara em Buenos Aires com as crianças. Mas desapareceu, meses depois de passar por vários centros de tortura, não sem antes transmitir uma informação para presas que com ela estiveram detidas: estava grávida de um terceiro filho. A mãe de Cristina, Nélide Navajas, jamais desistiu de buscar o paradeiro da filha e do provável neto. Mas morreu em 2012, sem notícias.

Em 28 de julho de 2023, poucos dias depois de voltarmos a Buenos Aires, após a semana de pesquisas em Santiago del Estero, recebemos um aviso de Julio, convidando para importante

anúncio que seria feito pelas Abuelas de Plaza de Mayo. Foi uma sessão emocionante, no auditório lotado da Casa por la Identidad, no Espacio Memoria y Derechos Humanos. Estela de Carlotto, coordenadora das Abuelas, anunciava que o neto de número 133, sequestrado pela ditadura, acabara de ser identificado: era o filho de Cristina Navajas e Julio Santucho, nascido em 1977 quando a mãe estava presa pela ditadura.

O rosto e a identidade do homem não foram revelados. Mas ele já havia se encontrado, algumas horas antes, com Julio e os filhos deste último. O anúncio aconteceu num edifício que nos anos 1970 foi um dos centros de tortura mantidos pelos militares: a ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada), hoje transformada num centro de memória, com exposições e debates, e que guarda importante arquivo sobre o período da ditadura, incluindo documentação sobre o próprio PRT-ERP.

O neto 133, ainda bebê, foi tirado da mãe presa e entregue para pessoas próximas a militares e torturadores. Depois de adulto, desconfiou que havia algo errado em sua história pessoal e decidiu procurar ajuda das Abuelas. Os exames genéticos ajudaram a completar o trabalho iniciado pela busca incansável da avó Nélide e de outros integrantes da família. Alguns minutos após o anúncio, ainda dentro do auditório na antiga ESMA, Julio Santucho disse a este pesquisador: *“Eso es una enorme alegría, una victoria de la verdad, y una derrota de la dictadura, que nos quiso quitar a los hijos y nosotros los estamos recuperando”*⁵²¹.

Quatro décadas depois de Cristina Navajas ter sido sequestrada grávida, um argentino de 46 anos agora sabe que é filho dela e de Julio Santucho, militantes do PRT-ERP nos anos 1970. De alguma forma, ele também é parte dessa história de rebeldia, violência e barbárie que procuramos reconstituir ao longo dos últimos capítulos, para mostrar como a guerrilha de esquerda mantém pontos de contato com símbolos e construções discursivas que vêm de períodos anteriores na história argentina.

⁵²¹ Entrevista de Julio Santucho ao autor da tese, 28 de julho de 2023, Buenos Aires.



Figura 34 – Julio Santucho (de terno) e Estela de Carlotto (primeira à esquerda) anunciam que o filho dele e de Cristina Navajas (retratada na foto à direita) foi localizado após quatro décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta pesquisa, nosso objetivo era compreender se Cuba teria servido de modelo a tantas organizações revolucionárias que, de forma surpreendente, apostavam no resgate de antigos símbolos patrióticos para legitimar o combate pelo socialismo, na segunda metade do século XX. Parecia-nos que, assim como se dera com a bandeira nacional no Chile ou com a espada de Bolívar na Colômbia, que foram roubadas de museus pelo MIR e o M-19 e colocadas no centro da luta revolucionária, a retomada de San Martín e Artigas – por grupos guerrilheiros da Argentina e do Uruguai – seria uma espécie de mimetização do que Fidel Castro fizera com a figura de Martí em Cuba: a construção socialista estaria então ancorada no passado nacional, seguindo o exemplo da Revolução de 1959.

A análise das fontes e a retomada da bibliografia indicaram caminho diverso. Especialmente no Prata, ficou claro que a esquerda seguira outro percurso, ao mergulhar em busca dos símbolos nacionais. Cuba foi, no máximo, o empurrão final. Mas o nacionalismo chegou aos grupos guerrilheiros da Argentina e do Uruguai por outras trilhas.

Num esforço de síntese, podemos dizer que vários fatores se encontraram no Prata nos anos 1960/1970, para conformar uma esquerda que – sem renegar o marxismo – fez um movimento em direção às tradições. Primeiro, relembremos que a oposição entre *local* e *universal*, como parte da construção da identidade latino-americana e da resistência ao avanço anglo-saxão, integra o pensamento do continente desde fins do século XIX. Essa corrente se cristaliza com a publicação da obra *Ariel* de Rodó, em 1900. Portanto, a busca por valores *autênticos* não é algo que surgiu com a esquerda revolucionária. Trata-se de movimento profundo, e de longa duração, na batalha de ideias da região.

Em segundo lugar, essa busca ganhou novo impulso – como indicamos em vários momentos, ao longo da tese – a partir da Primeira Guerra Mundial, quando se rompeu o espelho que refletia a imagem de uma Europa civilizada e exemplar, que tinha sido o parâmetro para a construção das identidades nacionais de Uruguai e Argentina na virada para o século XX. A selvageria da Grande Guerra provocou o fim das ilusões com um mundo que pudesse ser movido pela ciência e pelo progresso, supostamente irradiados da Europa; e essa mudança facilitou a construção de uma nova identidade local.

No Prata, a busca pelo *nacional*, em oposição ao *cosmopolita* e ao europeu, levou à retomada de tradições agrárias, *gauchas*, que tinham sido renegadas ou recalcadas durante a segunda metade do século XIX, quando se afirmara a narrativa liberal construída pelas elites de Montevideú e Buenos Aires.

Esse movimento de resgate do passado nacional começou claramente pela direita, com um pensamento de raiz hispanista e conservadora, que explodiu nos anos 1920. Logo, avançou para o revisionismo histórico, corrente historiográfica estruturada e influente que permitiu a recuperação da imagem dos caudilhos, especialmente da figura de Rosas, tão atacados desde Sarmiento.

No lado argentino, a chegada do peronismo ao poder, em meados dos anos 1940, consolidou a tríade formada por San Martín-Rosas-Perón, o que levou à elaboração de novo relato nacional, em oposição à identidade liberal hegemônica no período anterior. Mais que isso, como ressaltamos no capítulo 5, com Perón o nacionalismo deixou de ser de poucos e passou a ser de muitos. O peronismo retirou o nacionalismo da redoma em que era controlado por intelectuais conservadores e o transformou numa ferramenta política – e simbólica – para mobilizar as massas de trabalhadores urbanos. E esse movimento deu-se também com intensa luta pelo passado.

O passo seguinte foi a incorporação, por setores de esquerda, de parte desses *valores nacionais*: apontamos o papel central do peronismo no surgimento da geração de intelectuais conhecida como *esquerda nacional*. Foi um movimento que se fez em oposição aos partidos tradicionais de esquerda, já que o PS e o PC argentinos seguiram vinculados a um socialismo marcado pelas ideias de progresso e cosmopolitismo.

No Uruguai, o movimento foi mais discreto, mas o revisionismo histórico também ecoou na banda oriental, ainda que com algumas singularidades. Primeiro, entre os uruguaios a figura de Artigas já havia sido recuperada ao fim do século XIX pela elite que consolidava o Estado nacional. Não foi preciso esperar o revisionismo para isso. Resgatou-se o Artigas de 1813, estadista e líder de um projeto de autonomia em relação a Buenos Aires, num esforço para enterrar a imagem de caudilho revoltoso.

Nos anos 1950, a esquerda uruguaia partiu em busca de outro Artigas: aquele do Regulamento de Terras de 1815. E o mais importante: isso se fez por dentro do Partido Socialista, que se livrou do modelo social-democrata europeu e se lançou em busca do *nacional*, seja através do pensamento de Vivian Trías, seja com o trabalho de base na organização de trabalhadores rurais – sob a liderança de Raúl Sendic.

Mais tarde, dos dois lados do Prata, essas formulações seriam assimiladas também pelas organizações guerrilheiras criadas nos anos 1960/1970, ajudando a compor a estrutura de sentimentos de toda uma geração revolucionária. Cuba influenciou, sim, na proliferação de movimentos armados, incentivando uma nova esquerda que não queria mais aguardar instruções de Moscou ou de Paris para saber como iniciar a revolução. Mas Cuba não inventou

o nacionalismo revolucionário, muito menos na região do Prata, onde essa construção seguiu o roteiro que indicamos na tese e que procuramos sintetizar nos parágrafos acima.

Ao incorporar esse tipo de nacionalismo – que se volta para o passado – a esquerda no Prata assumiu características que definimos como românticas. Como deixamos claro, essa construção – *esquerda romântica* – não é exclusiva desse período, tampouco da América Latina. Pode ser vista como uma corrente de pensamento que, ao longo dos séculos XIX e XX, se manifesta em várias partes do mundo, numa configuração que em quase tudo se choca com a linhagem dominante do primeiro marxismo – aquele que valorizava a ideia de *progresso*, e que por sua vez era herdeiro do liberalismo e do cientificismo dominante na época de Marx e Engels.

Ao observar o uso pelos guerrilheiros de símbolos patrióticos e a identificação que se procura estabelecer entre o Exército dos Andes de San Martín e o ERP, ou entre as montoneras de Artigas no século XIX e o MLN-T, fica evidente a ideia de continuidade e de retorno à tradição contida nas formulações da esquerda dos anos 1960 e 1970. Tudo isso foi possível também porque a proposta de aliança com a burguesia nacional – apresentada pela esquerda fiel a Moscou, depositária da ideia de *progresso* – mostrou-se um equívoco, levando em parte à desmoralização dos PCs de linha soviética.

Surgiu naquele período uma nova esquerda: guerrilheira, voluntarista e nacionalista, ela assumiu os símbolos e emblemas da pátria – sem renegar o socialismo.

Os longos anos 1960, que no capítulo inicial da tese buscamos caracterizar como uma *época*, tinham entre suas marcas a ideia de homem *novo* e de um tempo *novo* – que deveriam ser construídos não a partir do conceito de *progresso*, mas de uma espécie de milenarismo, ancorado na esperança de uma revolução inevitável e irresistível. Tratava-se, sim, de aposta no futuro, mas que se fazia com os olhos postos também no passado.

Essas são características gerais, a compor o quadro mental e político da *época* que procuramos reconstituir a partir do estudo do MLN-T uruguaio e do PRT-ERP argentino. Mas esse é o momento também de destacar diferenças e singularidades.

No Uruguai, o movimento da esquerda em busca do passado nacional foi completo, e dele tomaram parte também os socialistas (e mesmo os comunistas). O retorno a Artigas e às tradições nacionais precedeu a fundação do MLN-T e teve papel central na constituição da Frente Ampla (FA), como força política efetiva para disputa do poder, já em 1971.

Na Argentina, os partidos de esquerda (PS e PC) mantiveram-se apartados desse movimento, em que o peronismo cumpriu o papel dominante. O PRT-ERP pode ser visto, nesse cenário, como uma força política singular, que se manteve a meio caminho entre a esquerda tradicional e o nacionalismo revolucionário peronista.

O partido comandado por Mario Roberto Santucho integrou o movimento de renovação da esquerda: rompeu com a ideia de progresso e de etapismo; dialogou com os símbolos nacionais do passado e com a história argentina; procurou olhar “para dentro” sem aderir, em tese, a modelos prontos. Mas ao mesmo tempo manteve sempre distância do peronismo, que era o grande movimento nacional argentino. A consequência foi a dificuldade do PRT-ERP para fincar raízes mais profundas na política, depois que o tempo da luta armada passou.

Os Tupamaros não só participaram da formação da FA, em 1971, aceitando como líder e candidato a presidente o general artiguista Líber Seregni, como bem mais tarde levaram um de seus remanescentes à presidência do país: Pepe Mujica. Já na Argentina, a trajetória perretista não deixou quase vestígios. Passada a ditadura, o PRT manteve existência formal, mas jamais teve papel de relevância.

A nosso ver, a esquerda uruguaia – principalmente aquela que aderiu ao MLN-T, mas também os comunistas e socialistas – soube incluir o pensamento nacional em sua plataforma, de forma consistente, o que favoreceu seu enraizamento político. O PRT-ERP, em que pese se apresentar como a continuação do Exército de San Martín, e apesar de ter feito esforço efetivo para dialogar com o passado nacional, apartou-se do movimento liderado por Perón, que permitira aos trabalhadores se integrar à nação.

Uma definição política melancólica sobre o legado de Santucho e seus seguidores vem de Hubert Krivine, um dos trotskistas franceses de quem Robi foi interlocutor até o rompimento do PRT-ERP com a Quarta Internacional:

[Mario Roberto Santucho] parecía un cura revolucionario, y en su cabeza eran importantes cosas como las mujeres y la moral. Fue una historia de esfuerzos y heroísmos: al final, para nada⁵²².

Parece uma avaliação dura demais. E vem de um europeu, talvez menos disposto a aceitar um grupo revolucionário latino-americano que não se rendeu às orientações da direção internacional trotskista. Mas o fato é que, ao olhar para os dois lados do Prata, quase meio século depois da derrota daquela esquerda armada e nacionalista, vemos que o artiguismo dos Tupamaros fincou raízes no Uruguai. Já o PRT-ERP deixou uma história de lutas e bravura, mas não construiu um projeto duradouro para a disputa do poder.

Na longa duração dos embates simbólicos, no entanto, a trajetória perretista segue a ecoar. A nosso ver, o que fica dos anos de combate não é apenas a história feita de sangue e esperança, morte e mistificação, violência e coragem, além de erros de avaliação política estrondosos. Ficam

⁵²² Depoimento de Hubert Krivine sobre Santucho e o PRT-ERP. Apud: SEOANE, María. Op. cit., p. 183.

também os apontamentos que vêm de mais longe, sobretudo de Francisco René Santucho, a indicar para a esquerda a necessidade de olhar para dentro, em busca de uma identidade que, claramente, não se pode desenhar só a partir de Buenos Aires, debruçada sobre o rio que conduz ao Atlântico. É preciso mirar também para as permanências indígenas e *gauchas*, para as tradições nacionais, para as identidades que não se moldam só em sindicatos ou partidos: sem mistificação.

A nosso ver, do lado uruguaio, graças ao esforço dos Tupamaros – mas não só deles – essa equação ficou mais bem estabelecida. O Uruguai tem uma esquerda integrada à tradição nacional e que, por isso, é capaz de falar para mais gente, num diálogo entre o passado e o futuro.

Para encerrar, ressaltamos que esta tese tem a pretensão de reforçar linha de análise que, a nosso ver, merece ganhar mais visibilidade nos estudos sobre a História Política na América Latina. Entendemos que boa parte das lutas revolucionárias na região, ao longo dos últimos cem anos, incluindo as ações guerrilheiras dos anos 1960/1970, pode ser compreendida como um capítulo da longa batalha pela construção de Estados nacionais independentes em nosso continente. Este trabalho busca, portanto, se somar ao esforço de um autor como Moniz Bandeira⁵²³, que – de forma original e algo solitária – insistiu na necessidade de se olhar as trajetórias de organizações e partidos de esquerda no século XX, em todo o continente, a partir da chave nacionalista.

É por isso que a Revolução de 1959, em Cuba, ainda mais depois de tudo que expusemos nesta tese, deve ser entendida menos como um exemplo ou modelo a inspirar revolucionários, e muito mais como parte desse longo e persistente movimento de afirmação nacional na América Latina, ainda inconcluso.

⁵²³ Ver: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel – a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

REFERÊNCIAS

a) Fontes

Actas tupamaras (obra coletiva). Cidade do México: Editorial Diógenes, terceira edição, 1981.

DE SANTIS, Daniel (selección). *A vencer o morir – historia del PRT-ERP/documentos* (2 tomos). Buenos Aires: Nuestra América Editorial, 2010.

_____. (comp.). *El PRT-ERP y el Peronismo/documentos*. Buenos Aires: Nuestra América Editorial, 2004.

_____. *La Historia del PRT-ERP por sus protagonistas*. Buenos Aires: Editora Guevarista, 3ª edição, 2015.

MAYANS, Ernesto. “Tupamaros: política del oprimido”. In: MAYANS, Ernesto (editor). *Tupamaros – antología documental*. Cidade do México: Cidoc, cuaderno 60, 1971.

MORENO, Nahuel. *1954, año clave del peronismo*. Buenos Aires: CEHUS, 2021 (edição digital em PDF).

MORENO, Nahuel. *La Revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones PO, 1962.

MORENO, Nahuel. *Dos métodos frente a la Revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: CEHUS, 2016 (PDF produzido a partir da publicação original do texto de Moreno, em 1964).

ROSENZVAIG, Marcos. *Yo San Tucho*. Buenos Aires: Marea Editorial, 2023.

SANTUCHO, Blanca Rina. *Nosotros, los Santucho*. Santiago del Estero: El Liberal, 1997.

SANTUCHO, Francisco René. *Obras Completas*. Santiago del Estero: Barco edita; Colectivo AlCarajo; Dimensión; Indes; Umas, 2016.

_____. *El indio en la provincia de Santiago del Estero*. Santiago del Estero: Librería Aymara, 1954.

_____. “La búsqueda de una exacta dimensión”. In: *Dimensión*, número 1, janeiro de 1956, Santiago del Estero (edição facsimilar publicada pela Biblioteca Nacional, Buenos Aires, 2012).

_____. *La unidad indoamericana*. Buenos Aires: Populibros, 2010.

SANTUCHO, Mario Roberto. *Poder burgués y poder revolucionario*. Buenos Aires: Populibros, 2007.

b) Archivos consultados

(manifestos, panfletos, periódicos e documentos internos das organizações políticas estudadas nesta tese, citados ao longo do texto, foram obtidos nos acervos abaixo listados)

- Archivo Nacional de la Memoria, núcleo de documentación vinculado à antiga ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada), Buenos Aires.
- Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires.
- Biblioteca Luis Ángel Arango, Bogotá.
- Cedinci (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas), Buenos Aires.
- CEIU (Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, da Universidad de la República (UdelaR), Montevidéo.
- Arquivo pessoal de documentos do M-19 organizado pela ex-guerrilheira Vera Grabe.

c) Referências bibliográficas

ABELARDO RAMOS, Jorge. *Revolución y contrarrevolución en la Argentina – Historia Nacional*. Buenos Aires: Editorial Distal, 1999.

ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (comp.) *¿Identidad uruguaya – mito, crisis o afirmación?* Montevidéo: Ediciones Trilce, 1992.

ALDRIGHI, Clara. *La izquierda armada – ideología, ética e identidad en el MLN/Tupamaros*. Montevidéo: Mastergraf, 2016.

ALTAMIRANO, Carlos. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ANGEL, Alan. “A esquerda na América Latina após 1920”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume VII – A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2009.

ARCHILA, Maurício. “Prologo”. In: AYALA DIAGO, César Augusto. *Nacionalismo y Populismo*. Bogotá: Cindec/Universidad Nacional de Colombia, 1995.

AYALA DIAGO, César Augusto. *El porvenir del pasado: Gilberto Alzate Avendaño, sensibilidad leoparda y democracia – la derecha colombiana de los años treinta*. Bogotá: Fundación Gilberto Alzate Avendaño/Universidad Nacional de Colombia, 2007.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5 (Antropos-homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Luciana Coelho. “Uma Imagem para a pátria: o retrato de Artigas por Juan Manuel Blanes”. In: *19&20*, v. XII, número 1. Rio de Janeiro, jan./jun. de 2017.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem – intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola/História Social-USP, 1999.

BENEDETTI, Mario. *Inventario uno (poesia completa 1950-1985)*. Montevidéo: Seix Barral, 2009.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume VI – A América Latina após 1930*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1986.

BITTAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia – Chile com Allende*. Tradução de Rita Braga. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BLIXEN, Samuel. *Sendic*. Montevidéo: Ediciones Trilce, 2000.

_____. *Conversaciones con Gorriarán Merlo – treinta años de lucha popular*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1988.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda – razões e significados de uma distinção política*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. In: *Escritos sobre a História*. Tradução: J. Guinsburg e Teresa Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “As três interpretações da dependência”. In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, dezembro de 2010.

BRIENZA, Hernán. *Camilo Torres: sacristán de la guerrilla*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

BUCHBINDER, Pablo. “Caudillos y caudillismo: una perspectiva historiográfica”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (compiladores). *Caudillismos rioplatenses, nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989*. Tradução: Nilo Odália, São Paulo: Ed. Unesp, 1990.

BUSHNELL, David. “A independência da América do Sul espanhola”. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina, volume III*. Tradução: Maria Clara Cescato, São Paulo: Edusp, 2009.

CAETANO, Gerardo (dir.); FREGA, Ana (coord.). *Uruguay – revolución, independencia y construcción del Estado (1808-1880)*. Montevidéo: Planeta/Fundación Mapfre, 2016.

CAETANO, Gerardo (dir.); MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; YAFFÉ, Jaime (coord.). *Uruguay – en busca del desarrollo, entre el autoritarismo y la democracia (1930-2010)*. Montevidéo: Planeta/Fundación Mapfre, 2016.

CAETANO, Gerardo. “Identidad nacional e imaginario colectivo en Uruguay. La síntesis perdurable del centenario”. In: CAETANO, Gerardo; ACHUGAR, Hugo (comp.). *¿Identidad uruguaya: mito, crisis o afirmación?* Montevidéo: Ediciones Trilce, 1992.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José. “Izquierda y tradición: un problema y su versión en Uruguay”. In: CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José. *La izquierda Uruguaya: tradición, innovación y política*. Montevidéo: Ediciones Trilce, 1995.

CAMPODÓNICO, Miguel Angel. *Las vidas de Rosencof*. Montevidéo: Editorial Fin del Siglo, 2000.

CAMPOS, Esteban. *Cristianismo y revolución. El origen de Montoneros: violencia, política y religión en los 60*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CARNOVALE, Vera. *Los combatientes – historia del PRT-ERP*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

_____. “En la mira perretista”. In *Revista Lucha Armada en la Argentina*, año 3, número 8, Buenos Aires, 2007.

CARVALHO, Eugênio Rezende. *Nossa América: a utopia de um novo mundo*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, Yuri Rosa de. *Se dez vidas tivesse, dez vidas daria: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971)*, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada*. Tradução: Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador: a vida de Simón Bolívar*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989.

CEBALLOS GÓMEZ, Diana. “Desde la Formación de la República hasta el Radicalismo Liberal (1830-1886)”. In: *Historia de Colombia - todo lo que hay que saber* (vários autores). Bogotá: Taurus, 2006.

CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen, São Paulo: Edusc, 1999.

CHECCHIA, Cristiane. “Nova Granada em 1840 e a formação dos partidos políticos”. In: *Terra e capitalismo*. São Paulo: Alameda, 2007.

CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação entre os séculos XVII e XVIII”. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed. Unijuí, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Historia del trotskismo argentino (1929-1960)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa – a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

COSSE, Isabella e MARKARIAN, Vania. *1975: Año de la Orientalidad. Identidad, memoria e historia en una dictadura*. Montevidéo: Trilce, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

D’ALESSANDRO, Sonia. “¿Tiradentes: traidor o héroe?” In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevidéo: CEIU/Universidad de La República, 2006.

DEAS, Malcolm. “A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume III*. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 2009.

DEBRAY, Régis. “Prólogo”. In: *Actas tupamaras* (obra coletiva). Cidade do México: Editorial Diógenes, terceira edição, 1981.

DE GIORGI, Ana Laura. *Las tribus de la izquierda – bolches, latas y tupas en los 60*. Montevidéo: Fin de Siglo Editorial, 2011.

DE LA TORRE, Nelson; RODRÍGUEZ, Julio C.; SALA, Lucía. *Artigas: tierra y revolución*. Montevidéo: Ediciones por Uruguay, 1978.

DEL POZO, José. *História da América Latina e do Caribe*, trad. Ricardo Rosenbusch, Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2009.

DEMASI, Carlos. “Héroes civiles y héroes guerreros: la fugaz apoteosis de J. Suárez”. In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevidéo: CEIU/Universidad de La República, 2006.

DEMASI, Carlos. “La figura de Artigas en la construcción del primer imaginario nacional (1875-1900)”. In: FREGA, Ana e ISLAS, Ariadna (coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevidéo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.

_____. *Prologo*. In: MERENSON, Silvina. *Los peludos – cultura, política y nación en los márgenes del Uruguay*. Buenos Aires: Editorial Gorla, 2016.

_____. DEMASI, Carlos. “Héroes civiles y héroes guerreros: la fugaz apoteosis de J. Suárez”. In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevidéo: CEIU/Universidad de La República, 2006.

DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevidéo: CEIU/Universidad de La República, 2006.

DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, segunda edición en español, séptima reimpresión, 1983.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo – a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, terceira edição, 2012.

FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. *Historia de los Tupamaros*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987.

FIORI, José Luís. “O cosmopolitismo de cócoras”. In: *Estudos Avançados*, vol. 14, número 39, 2000.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *San Martín: libertador da América do Sul*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina (Coleção Fundadores da América Latina, coordenada por Maria Ligia Coelho Prado), 2008.

FRANCO, Stella Maris Scatena e PRADO, Maria Ligia Coelho. “A participação das mulheres na independência de Nova Granada: gênero e construção de memórias nacionais”. In: PAMPLONA, Marco A.; MADER, Maria Elisa (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FRANK, Robert. “Questões para as fontes do presente”. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999.

FREGA, Ana. “La vida política”. In: CAETANO, Gerardo (dir.); FREGA, Ana (coord.). *Uruguay - revolución, independencia y construcción del Estado (1808-1880)*. Montevidéo: Planeta/Fundación Mapfre. 2016.

FREGA, Ana e ISLAS, Ariadna (coord.). *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevidéo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.

GALASSO, Norberto. *J.J. Hernández Arregui, del peronismo al socialismo*. Buenos Aires: Colihue, 2012.

GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1986.

GATTO, Hebert. *El cielo por asalto – el Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) y la izquierda uruguaya (1963-1972)*. Montevidéo: Taurus, 2004.

GELLNER, Ernest. *Dos nacionalismos*. Tradução: Telma Costa. Lisboa: Edições 70, 2019.

GERAB, Kátia e RESENDE, M. Angélica. *A rebelião de Túpac Amaru*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón – Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil – debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2012.

GOICOVIC DONOSO, Igor. *Movimiento de Izquierda Revolucionaria*. Concepción (Chile): Ediciones Escaparate, 2012.

_____. “Teoría de la violencia y estrategia de poder en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria, 1967-1986”. In: *Revista de Historia y Ciencias Sociales Palimpsesto/Departamento de Historia, Universidad de Santiago de Chile*. Santiago, 2004.

GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo. “Introducción”. In: GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo (compiladores). *Caudillismos rioplatenses, nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GÓNGORA, Sergio. *Raúl Sendic, el primer tupamaro (colección Fundadores de la Izquierda Latinoamericana)*. Buenos Aires: Capital intelectual, 2007.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina, história de meio século*. Tradução: Marcos Bagno e Ricardo Gonçalves Castro. Brasília: Editora UnB, 1988.

GORELIK, Adrian. “Nostalgia e plano – o Estado como vanguarda”. In: *Das vanguardas a Brasília, cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2014.

GRABE, Vera. *Razones de vida*. Bogotá: Planeta, 2000.

GUEVARA, Che. “Essência da luta guerrilheira”. In: SADER, Eder (org.) *Che Guevara*. São Paulo: Editora Ática (coleção Grandes Cientistas Sociais, coordenada por Florestan Fernandes), 1981.

GUTMAN, Daniel. *Sangre en el monte – la increíble aventura del ERP en los cerros tucumanos*. Buenos Aires: Best Seller/Debolsillo, 2012.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *El revisionismo histórico argentino como visión decadentista de la historia nacional*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2005.

_____. *El enigma Belgrano – un héroe para nuestro tiempo*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores, 2015.

HARTLYN, Jonathan. “A democracia na América Latina após 1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, volume VII*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi, São Paulo: Edusp, 2009.

HERNÁNDEZ ARREGUI, Juan José. *La formación de la conciencia nacional*. Buenos Aires: Ediciones Continente, segunda edição, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo – desde 1780*. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. *Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. “Engajamento”. In: *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp (Coleção Revoluções do Século XX, sob direção de Emília Viotti da Costa), 2010.

JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno editores, 2000.

JOSÉ MÍGUEZ, Eduardo. *Mitre Montonero*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011.

KAYSEL, André. “Marxismo e questão nacional na América Latina”. In: *Dois encontros entre o marxismo e a América Latina*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2012.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

LUNA, Félix. *Argentina: de Perón a Lanusse*. Buenos Aires: Planeta, 1973.

LEZAMA LIMA, José. “Secularidad de José Martí”. In: *Orígenes*. Havana, 1953

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Schilling e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. *Nacionalismos e Internacionalismos – da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã Editora, 2000.

_____. “Introdução”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e introdução de Michael Löwy. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania. “Uruguay en el mundo”. In: CAETANO, Gerardo (dir.); MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; YAFFÉ, Jaime (coord.). *Uruguay – en busca del desarrollo, entre el autoritarismo y la democracia (1930-2010)*. Montevideo: Planeta/Fundación Mapfre, 2016.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e introdução de Michael Löwy. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução: Felipe José Lindoso. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2010.

MARTÍ, José. *Nuestra América*. Cidade do México: UNAM, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. “Manifesto do Partido Comunista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Tradução: Victor Hugo Klagsbrunn. Rio de Janeiro: Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1997.

MATTINI, Luís. *Hombres y mujeres del PRT-ERP. De Tucumán a La Tablada*. Buenos Aires: Ediciones de la Campana, 2007.

MATUS, Alejandra. *Donde estuvo la bandera robada*. In: www.casosvicaria.cl.

MEJÍAS COLAZZO, Hébert. *Volvería a hacerlo*. Montevideo: Ediciones Urubú, 2011.

MELLA, Julio Antonio. *Glosas al pensamiento de Martí*, Havana, 1927.

MERCADER, Antonio; VERA, Jorge de. *Los Tupamaros – estrategia y acción*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970.

MERENSON, Silvina. *Los peludos – cultura, política y nación en los márgenes del Uruguay*. Buenos Aires: Editorial Gorla, 2016.

MILLET, Maria Alice. *Tiradentes: o corpo do herói*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel - a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORSE, Richard. “O multiverso da identidade latino-americana, 1920-1970”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina após 1930: ideias, cultura e sociedade*, volume VIII. São Paulo: Edusp, 2011

NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2016.

NÁLLIN, Jorge A. *Las raíces del antiperonismo – Orígenes históricos e ideológicos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

NASCIMBENE, Mario. *San Martín en el olimpo nacional – nacimiento y apogeo de los mitos argentinos*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2002.

NATALI, Marcos Piason. *A Política da Nostalgia – um estudo das formas do passado*. São Paulo: Nankin Editorial, 2006.

NERCESIAN, Inés. “Los ecos de una revolución inconclusa. Artigas y el MLN-Tupamaros.” In: ANSALDI, Waldo; FUNES, Patricia; VILLAVICENCIO, Susana (comp.). *Bicentenario, otros relatos*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2010.

NOVARO, Marcos. *Historia de la Argentina (1995-2010)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

OCAMPO LÓPEZ, Javier. *História básica de Colombia*. Bogotá: Plaza & Janes Editores, 2010.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido – organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PELUFFO, Gabriel. “Crisis de un inventario”. In: ACHUGAR, Hugo e CAETANO, Gerardo (comp.). *¿Identidad uruguaya – mito, crisis o afirmación?* Montevidéo: Ediciones Trilce, 1992.

PERUCHENA, Lourdes. “La cultura y sus tendencias”. In: CAETANO, Gerardo (dir.); FREGA, Ana (coord.). *Uruguay – revolución, independencia y construcción del Estado (1808-1880)*. Montevidéo: Planeta/Fundación Mapfre, 2016.

PIAZZA, Eduardo. “Caminos heroicos y caminos de la nación”. In: DEMASI, Carlos e PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevidéo: CEIU/Universidad de La República, 2006.

PIGLIA, Ricardo. *Um dia na vida: os diários de Emilio Renzi*. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Todavía, 2021.

PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina - la construcción de un pasado como justificación del presente*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

PINTO, Júlio Pimentel. *Artigas*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina (Coleção Fundadores da América Latina, coordenada por Maria Ligia Coelho Prado), 2008.

PLIS-STERENBERG, Gustavo. *Monte Chingolo - la mayor batalla de la guerrilla argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2015.

POLASTRELLI, Irina. “El general en el banquillo. Guerra y política en los juicios por las derrotas en el Paraguay y el Alto Perú”. In: *Investigaciones y Ensayos*, número 70, 2020.

POZZI, Pablo. *Por las sendas argentinas – el PRT-ERP y la guerrilla marxista*. Buenos Aires: Clacso, 2022.

_____. “Prólogo a la primera edición”. In: DE SANTIS, Daniel. *A vencer o morir: historia del PRT-ERP – documentos, tomo I, volume 1*. Buenos Aires: Nuestra América, 2010.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. “Bolívar, Bolívares”. In: *Folhetim – Folha de S. Paulo*, 24/07/1983.

_____. “Ensaio reedita o mito de Bolívar”. In: *Folha de S. Paulo*, 18/12/1983.

_____. “O artista entre a história, a política e a pintura: retratando a independência no século XIX”. In: *E-l@tina revista eletrônica de estudos latinoamericanos*, vol. 7, núm. 25, pp. 17-29. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, octubre/diciembre de 2008.

PUIGGRÓS, Rodolfo. *Las izquierdas y el problema nacional*. Buenos Aires: Galerna, 2006.

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Un Nationalisme de déracinés: l'Argentine pays malade de sa mémoire*. Paris: Editions du CNRS, 1992.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____. “O retorno do político”. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (org.). *Questões para a História do Presente*. Tradução: Ilka Stern Cohen. São Paulo: Edusc, 1999.

RIAL, Juan. “El imaginario social uruguayo y la dictadura. Los mitos políticos de la (re)construcción”. In: RIAL, Juan; PERELLI, Carina. *De mitos y memorias políticas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

RICO, Álvaro. “De héroes y traiciones en la épica sesentista”. In: DEMASI, Carlos; PIAZZA, Eduardo (comp.). *Los héroes fundadores – perspectivas desde el siglo XXI*. Montevideo: CEIU/Universidad de La República, 2006.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RILLA, José. *La actualidad del pasado. Usos de la historia en la política de partidos del Uruguay (1942-1972)*. Montevidéo: Editorial Sudamericana, 2008.

RISSO, Elena. *Hijos de*. Montevidéo: Editorial Fin de Siglo, 2012

ROCK, David. *Argentina 1516-1987 – desde la colonización española hasta Raúl Alfonsín*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1989.

ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Abril, 1990.

SEBRELLI, Juan José. *Crítica de las ideas políticas argentinas*. Buenos Aires: Sudamericana, 2002.

SADER, Eder. “Chile: vida, paixão e morte da Democracia”. In: *Um rumor de botas – a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Pólis, 1982.

_____. “Introdução”. In: *Che Guevara*, (Coleção Grandes Cientistas Sociais, coordenada por Florestan Fernandes), São Paulo: Editora Ática, 1981.

SADER, Emir (org.). *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SALAS, Ernesto José. *Uturuncos – el origen de la guerrilla peronista*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2015.

SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas, la guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires: Byblos, 2005.

SANTUCHO, Mario Antonio. “Las intuiciones de un cacique del Siglo XX”. In: *Dimensión, revista de cultura y crítica – edición facsimilar*. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2012.

SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção – Borges, Eva Perón, Montoneros*. Tradução: Rosa Freire D’Aguiar, Heloisa Jahn, José Marcos Macedo, Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras/UFMG, 2005.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo – ou civilização e barbárie*. Tradução: Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. “Prólogo”. In: FANON, Frantz. *Los condenados de la tierra*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, segunda edición en español, séptima reimpresión, 1983.

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. *Yrigoyen y Perón*. Buenos Aires: Ediciones Fabro, 2016.

SEOANE, María. *Todo o nada. La historia secreta y la historia pública del jefe guerrillero Mario Roberto Santucho*. Buenos Aires: Best Seller/Debolsillo, 2011.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Simón Bolívar* (Coleção Fundadores da América Latina, coordenada por Maria Ligia Coelho Prado). São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.

SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina, história de uma ideia*. Tradução: Sérgio Bath/Mário Higa. São Paulo: Edusp/Editora da UNB, 2008.

STALIN, Joseph. *O marxismo e o problema nacional e colonial*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

TERÁN, Oscar. “El Ariel de Rodó, o cómo entrar en la modernidad sin perder el alma”. In: WEINBERG, Liliana (coord.). *Estrategias del pensar – ensayo y prosa de ideas en América Latina, siglo XX*. México: Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2010.

_____. *Nuestros años sesentas – la formación de la nueva izquierda intelectual argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2016.

_____. *Historia de las ideas en la Argentina – diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2023.

TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina (1806-1852)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2015.

TORRES GUTIÉRREZ, Osvaldo. *Democracia y lucha armada: MIR y MLN/Tupamaros*. Santiago: Pehuén Editores, 2012.

TRÍAS, Vivián. *Juan Manuel de Rosas*. Montevideú: Ediciones da la banda Oriental/Cámara de Representantes, 1987.

_____. *Aportes para un socialismo nacional*. Montevideú: Ediciones da la banda Oriental/Cámara de Representantes, 1989.

TUCCI, Mariano. *Historias blancas de un hombre de izquierda*. Montevideú: Planeta, 2014.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2009.

VIANNA, Rodrigo de Luiz Brito. *A Democracia e as armas: a trajetória do grupo guerrilheiro colombiano M-19*, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), 2015.

VILLAMIZAR, Darío. *Aquel 19 será: una historia del M-19, de sus hombres y sus gestos; un relato entre la guerra, las negociaciones y la paz*. Bogotá: Editorial Planeta, 1995.

VITALE, Luis. *Contribución a la historia del MIR chileno: 1965-1970*. Santiago: Ediciones Instituto de Investigación de Movimientos Sociales Pedro Vuskovic, 1999.

VITIER, Cintio. *Vida y obra del apóstol José Martí*. Havana: Fondo Cultural del Alba, 2006.

WEISZ, Eduardo. *El PRT-ERP – claves para una interpretación de su singularidad: marxismo, internacionalismo y clasismo*. Buenos Aires: Ediciones del CCC/Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2006.

_____. “El partido armado – Orígenes y contexto político”. In: *Lucha armada en la Argentina*, número 8, Buenos Aires, 2007.

WILLIAM COOKE, John. *Peronismo y revolución (Tomo V)*. Buenos Aires: Colihue, 2014.

WILLIAMS, Raymond. “Estruturas de sentimento”. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOLFF, Cristina Scheibe. “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 27, número 54, 2007.

YAFFÉ, Jaime. “La izquierda uruguaya y el pasado revolucionario oriental – una leyenda roja del artiguismo?” In: FREGA, Ana e ISLAS, Ariadna (coord.). *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República, 2001.

YAMEL RIAÑO, José. *La espada de Bolívar*. Medellín: Fondo Editorial ITM, 2006.

ZABALZA, Jorge. *A experiência tupamara*. São Paulo: Red Editorial, 2017.

ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. “La epopeya de Artigas” (fragmento). In: *El éxodo del pueblo oriental*. Montevideo: Universidad de La Republica/Departamento de Publicaciones, 1968.

ZORRILLA DE SAN MARTÍN, Juan. *Tabaré*. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, sem data.

ANEXOS

A – Depoimentos

– Depoimento de Julio Santucho ao autor da tese, Buenos Aires, julho de 2023.



Figura 35 – Julio Santucho, ex-militante do PRT-ERP, durante depoimento ao autor da tese.

Para empezar, sobre su familia, son diez hermanos. Todos tenían formación universitaria, menos Francisco René - que era lo más interesado, me parece, por las ideas y el debate intelectual. ¿Cómo es eso?

Sí, lo que pasa es que él era muy crítico de la enseñanza oficial. Entonces renunció a la escuela al tercer año. Le dijo a mi papá: “Yo no quiero ir más a esa escuela. Porque no me interesa lo que enseñan, son todas cosas formales, no te enseñan a pensar, no te enseñan a investigar”. Y mi papá dice: “No me vas a dejar la escuela, tenés que estudiar, hacer la universidad”. Y no hubo caso. Incluso, sabes que se intentó suicidar...

¿Elle tenía cuantos años?

14, 15 años.

¿Era un tipo muy sencillo?

Entonces, se fue a la casa de un tío, de un hermano de mi mamá que tenía una pistola, un revólver. Y él sabía que tenía ese revólver y cuando no había nadie en la casa, se puso frente al espejo y se pegó un tiro en lo que él pensaba que era el corazón. Pero era el espejo, lo confundía y se salvó. Y entonces, toda una etapa en que él estaba de vagabundo. No volvía a la casa y mi mamá lo iba a ver, le llevaba plata. O sea, rompió, digamos, con mi papá.

Había un conflicto.

Así que, bueno, él se dedicó a estudiar lo que a él le interesaba.

Francisco René... Estamos hablando de Francisco René. ¿Cómo se interesó por los temas locales, los temas indígenas, los temas de la cultura de Santiago del Estero, más que por los temas más formales de la escuela?

En Santiago, había un clima. Había intelectuales como Orestes di Lullo, que planteaban el tema. Él era muy seguidor de Rodolfo Kusch, que no era santiagueño, pero escribía sobre temas, digamos, de la América profunda, le llamaba la América profunda.

¿Hubo una influencia sobre él?

Esos escritores tuvieron influencia sobre él. Y empezó a desarrollar toda su energía en ese terreno. En esa época, vivíamos en la calle Mitre [de Santiago del Estero], una casa chiquita, y él tenía una bicicleta. Y me cargaba. Yo tenía seis años, siete años. Me cargaba y me llevaba al parque y con un palo dibujaba en la tierra el mapa de América Latina.

¿Francisco?

Francisco, claro. Y enseñaba y me decía dónde estaban los aztecas, que habían dominado a otros pueblos y me explicaba de los pueblos originarios.

Que era una cosa que en la escuela no había mucho, yo creo.

No. Y después también me explicaba el funcionamiento del globo terráqueo, los planetas, Él tenía esa inquietud y además la quería transmitir. Como Robi conmigo también. Robi siempre me hablaba de la revolución socialista.

¿Pero entonces Francisco René hablaba más de la Indo-américa?

Él hablaba más de los pueblos originarios.

¿Cuál fue la influencia de Francisco René en la formación primera de Robi, para después, para la militancia política?

Fue fundamental. Robi nace en 1936, en Santiago del Estero, pero ya en el 1938 más o menos mi papá manda toda la familia y a mi mamá a Buenos Aires, y alquilan un departamento ahí en Barrio Norte, cerca de la facultad, pero él se queda en Santiago para trabajar. Mi mamá tuvo que hacer cargo de los ocho hijos, pero también ya Amílcar era grande, o sea, ya tenía más de 18 años. En el 1940 nace mi hermana en Buenos Aires. Robi nace en Santiago y mi hermana [Manuela] nace en Buenos Aires.

¿Y naciste en Buenos Aires?

No, yo en el 1945, en Santiago. Calculo que por 1943, 44 se vuelven a Santiago. Todos mis hermanos. Y entonces estábamos los ocho hermanos, porque Carlos se queda en Buenos Aires y Amílcar se casa, va a vivir con su mujer. Quedamos ocho.

¿Eso, como 1945?

Ya 1950. Amílcar de todas maneras venía todos los días a la casa porque había un estudio [de advocacia, onde trabalhavam Amílcar e o pai], funcionaba ahí. O sea, el estudio daba a la calle, después estaba el comedor y después las habitaciones. Entonces almorzábamos todos los días los ocho hermanos y se armaban tremendas discusiones. De eso, yo me acuerdo. O sea, estaban divididos entre liberales y nacionalistas. Los liberales eran Amílcar [ligado al Partido Comunista] y los radicales [Raúl y Omar, ligados a UCR].

¿El comunista se quedaba junto con la visión liberal?

Claro, la visión de historia del Partido Comunista era más bien liberal.

Perdón, yo interrumpí. ¿Entonces se dividió la familia en dos grupos?

Sí, esquemáticamente. Los liberales eran Amílcar, Raúl y Omar – que le decimos “El Gringo”. Y el otro bando lo encabezaba Francisco, con Oscar, que decíamos “El Chicho”, y Robi. Las mujeres eran medio neutras. O sea, tomaban posición por uno o por otro.

¿Y usted era muy chiquito?

Yo era chico. Pero igual yo también estaba más influido por Francisco. Entonces, suponga el tema de Sarmiento, es un punto de discusión en Argentina... La escuela tenía mucha iniciativa en eso, la educación: él fue llenar de escuelas el país, para incluso nacionalizar, o sea, para los inmigrantes. Habían llegado 4 millones de inmigrantes y había que educarlos. Bueno, hay una cosa, Ramos Mejía, este que tiene una avenida, era ministro de Educación, entonces creó el Catecismo Patriótico.

¿En qué año fue eso?

1910, por ahí. El catecismo era para explicarle a los extranjeros, pero era muy nacionalista, además era inspirado en el hispanismo. Entonces, discutían sobre Sarmiento, decían “ese Sarmiento era un liberal, tiene una polémica con Facundo Quiroga, decía que los gauchos no

sirven para nada”. ¿Qué hacer entonces? Sobre toda la historia argentina, discutían mucho sobre Perón, por supuesto.

¿En esa época Francisco René era pro peronista?

Sí. Y todos los nacionalistas. En cambio, Amílcar y los radicales eran antiperonistas. Así que, bueno, todo eso esquemáticamente.

¿Hubo un episodio de un incendio en la sede del Partido Comunista, en Santiago del Estero, un incendio que los hermanos nacionalistas pusieron fuego?

Si, debe haber sido una bomba molotov, una botella de nafta que le prendieron fuego. Y sí. En eso participó Francisco.

Yo había leído que eran Francisco y Oscar que participaron de eso.

Oscar era muy chico. Pero, Francisco estaba en un grupo nacionalista de derecha, Alianza Libertadora Nacionalista...

Que tiene el nombre ALN, pero es de derecha. Francisco se quedó ahí durante algunos años.

Si, y Oscar estuvo ahí un periodo breve.

Pero hubo ese episodio del incendio de la sede del partido y Amílcar era de partido. ¿Cómo fue la pelea?

Amílcar hizo la denuncia.

Amílcar hizo la denuncia contra el hermano, es eso?

Y entonces el juez lo llamó a mi papá, para que mediara. El juez es que, en definitiva, los hice reconciliarse y que le pide que Amílcar retire la denuncia.

Y después, ¿cuál la ligación entre Francisco y Robi?

Ellos tienen muchos años de trabajo político, con los temas indigenistas. Francisco, por la librería, el primer nombre de la librería fue Aymara. Y tienen un centro cultural, organizaban debates, invitaban a personalidades de la cultura nacional, a Hernández Arregui, Atahualpa Yupanqui.

¿Atahualpa, el cantante?

Claro.

¿Estuvo Hernández Arregui también?

Hernández Arregui, sí. Pero, estuvo el Premio Nobel de Literatura guatemalteco, Miguel Ángel Asturias.

¿Estuve ahí en la librería?

En realidad, los debates no se hacían en la librería, se hacían en la Biblioteca Sarmiento, que es una biblioteca pública, pero todo organizado por la librería.

¿Y la librería se llamaba Aymara, después Dimensión?

Y después Dimensión.

Que era el nombre de la revista también.

Tuvieron varios periódicos...

¿Norte Revolucionario?

Norte Revolucionario. Oscar era muy activo también. Además, Oscar tenía una imprenta. Entonces imprimía el periódico en su imprenta. Y lo distribuían, se iban al campo, eran militantes.

¿Pero eso antes del FRIP?

Antes, claro. Todo eso es el camino preparatorio que hicieron para fundar el FRIP.

¿Y Robi?

Era más nuevo, estaba sub influencia de los más viejos. Y quien tomaba la frente era Francisco y Oscar.

¿Robi tuvo formación religiosa católica?

Mi mamá era muy católica, pero no él. No era particularmente religioso.

Pero cuando más nuevo. ¿Nunca?

No, cuando yo me fue al seminario, el me dio una batalla tremenda.

¿No quería?

No.

¿Por qué te tornaste seminarista? ¿Fue una cosa personal o más de la familia?

No, porque nosotros estábamos ahí a tres cuadras del convento de la Merced. Y entonces en el convento había... un montón de cosas, de juegos. Había una cancha de fútbol, había juegos de ping-pong. Había un montón de chicos que iban ahí a pasar el día. Y entonces yo era uno de esos que me acostumbé a juntarme ahí con los amigos y de ahí viene. Había un cura de esos que trabajaba mucho con los chicos y fue él que se llevó un montón.

¿Y era una orden?

Sí, el orden de la Merced se llama.

Orden de la Merced. ¿Pero, y Robi?

Robi no participó en nada.

¿En qué momento Robi deja de ser un nacionalista de izquierda, y va cambiando para una izquierda más marxista? ¿Fue la universidad o la confluencia con los trotskistas que estaban en la región?

Pongamos, 1954. Por ahí. Se va a Tucumán

¿Para estudiar?

Santiago no había universidad. Se va a Tucumán. Y se va también Omar con él y entonces alquilan una pensión. Pero trabajaban con mi papá, o sea, le seguían juicios, cosas que tenía mi papá con clientes de Tucumán. Con eso, digamos, sobrevivían. Pero, Robi se mete de lleno en la universidad. En la Facultad de Ciencias Económicas. Y se convierte en militante. Lo eligen delegado al Consejo tripartito donde están los profesores, los estudiantes y el personal, digamos, técnico. Lo eligen los estudiantes de delegado al Consejo tripartito, están las actas del Consejo y hay intervenciones de Robi donde dice que estudiante no puede ser indiferente a lo que está pasando en la sociedad, que este hay que apoyar al movimiento obrero. O sea, ya tenía una inquietud social muy fuerte e incluso funda una organización que se llama Movimiento Independiente de Estudiantes de Ciencias Económicas.

¿MIECE?

Y ganan también las elecciones, era la agrupación más fuerte. Y ahí se empieza a definir porque hasta entonces la universidad tenía dos agrupaciones. Había, digamos, la reforma y el integrismo. En la reforma, eran comunistas, socialistas y radicales. Y en el integrismo, eran católicos e peronistas. No había peronismo revolucionario. Entonces, era reforma o integrismo. Y él dice: ninguna de las dos cosas. Nosotros, vamos a hacer un movimiento independiente que ya mira a Cuba. Porque eso empieza en el 1957, 58. Ya empezaba la Revolución Cubana. Y entonces por eso se llama movimiento independiente, porque no era ni reforma ni integrismo.

¿Entonces la universidad fue fundamental?

Si, él tiene una militancia muy activa.

Digo, en este giro en que sale de las posiciones más nacionalistas de izquierda, de los hermanos, para una posición más revolucionaria, eso en la universidad. Y después él contacto con los con los militantes de izquierda que van para Tucumán, los militantes que van a actuar en los sindicatos...

Eso es después.

¿Eso es después? ¿Van para Fotia?

Por eso digo, estamos hablando de 1958, 59, 60. No me acuerdo. Se casa porque, bueno, conoce a Sayo en la universidad. Pero no se casa por la iglesia.

¿Solo en civil?

Solo en civil. Y se casa en secreto. Prácticamente no le dice nada a la familia.

¿Las dos familias eran católicas?

El único que está presente es Amílcar. El único que invita al casamiento es Amílcar.

¿El casamiento es en Salta? Porque sayo era de Salta...

Si. Pero casan en Tucumán. Y entonces ya empiezan a preparar el viaje. Entonces ahí conoce en la universidad un profesor norteamericano, Thomas Ely, que estaba dando un seminario porque él era especialista en industria azucarera, había escrito un libro sobre Cuba, sobre la industria azucarera cubana. Y entonces estaba haciendo un seminario sobre industria azucarera. Era un tipo progresista. Incluso invitó a Fidel Castro a su casa después de la revolución. Pero entonces lo que me cuenta Robi es que le dice: “Mira vos tendrías que conocer Estados Unidos, no hablar sin saber, sin conocer. Así, cuando puedas, yo te invito a mi casa”. Entonces ellos arman el viaje, pero recorriendo toda América Latina. Con la idea de terminar en Estados Unidos.

¿Y después Cuba?

Y volver a Cuba.

En ese viaje pasa por Perú también. ¿Y conoce Haya de la Torre?

Eso sí, encuentra con Haya de la Torre.

Perú?

Claro. Y Sayo quedó impresionada, manda cartas de Bolivia. Del arte...

¿Sí, porque era profesora de arte?

Ella era profesora de arte.

¿Maestra?

Sí, sí. Recorren todo Perú, Ecuador y alquilan un auto, compran un auto y recorren todo Centroamérica, ahí paran en la casa del hijo del Premio Nobel Miguel Ángel Asturias, no me acuerdo el nombre, porque después ellos dicen que habían estado en la casa y que era un tipo muy interesante. Después, fue comandante guerrillero en Guatemala, el hijo de Asturias. Y de ahí entonces, de México, se toman un avión a Nueva York.

Y después para Cuba.

Ya te digo. Entonces en esa habitación donde él duerme, había estado Fidel Castro en el 59, porque la Universidad de Princeton invita a Fidel Castro. Ely tenía una casa enorme, había una habitación para huéspedes. Robi estuvo en el 1960. Fidel un poco antes.

Fidel un poco antes, que interesante. Los dos en la misma habitación... Julio, vamos a hablar un poco de su trayectoria ¿Participa de la creación del FRIP, o era muy nuevo?

¿Quién tomó la frente de eso?

Francisco. Robi no estaba. Robi estaba de viaje. Porque fue el nueve de 9 de julio de 60.

¿9 de julio, eso fue planeado?

Eso, 9 de julio. Sí, claro. Sí.

Y el PRT se fundó el 25 de mayo. Yo quería preguntar sobre esas dos cosas porque tiene que ver con esta cosa de la nacionalidad. La FRIP se funda en 9 de julio. ¿Por qué?

El 9 de julio es la Declaración de la Independencia. Cuando van a fundar FRIP hubo una discusión sobre eso. Vamos hacer 9 de julio para marcar eso. Bueno, también coincide con que es un feriado. O sea, había en la fundación del FRIP el grupo principal, de Santiago del Estero, pero había gente de Tucumán, había gente de Salta, entonces había que buscar una fecha que fuera cómoda. Y, si, yo estaba. Yo era muy joven porque tenía 15 años. Tanto Robi como el Negro [Francisco] me incentivaban. Me hacían participar en las discusiones. Ellos me invitaban a que yo participara en las discusiones. El ideólogo absoluto era Francisco. Él era el que armó todo.

Es increíble que en varios periódicos del FRIP hay inscripciones en quechua. ¿Eso también era de Francisco, porque él había estudiado quechua y tenía un diccionario bilingüe?

Si. Pero eso después, el diccionario... Y Robi vuelve de viaje por América Latina y bueno, se mete de cabeza a militar.

¿Encuentra FRIP ya creado y entra Robi también?

Cuando si encuentra con Amílcar, dice que tenemos que hacer lo mismo que hicieron los cubanos. Tenemos que hacer una revolución. Pero, no con el Partido Comunista y no con el peronismo. Tiene que ser una cosa independiente. Hay que ser una fuerza nueva. Eso lo cuenta Amílcar, pero lógicamente Amílcar quería que entrara al Partido Comunista y él le dice: “No, vamos a hacer una cosa nueva”.

¿Amílcar participa del FRIP?

No. O sea, ya te digo, estuvo cerca de los hermanos en todas las iniciativas, etcétera.

Pero no le gustaba tanto esa cosa que se volvía más para el indigenismo...

No era su mayor inquietud...

¿Y estabas dónde?

Yo, en Córdoba. Estudiando, en Córdoba.

¿En el seminario?

No todavía. En realidad, yo hice el secundario también en Córdoba. E seminario empiezo más adelante. Pero entonces yo estaba estudiando en Córdoba.

Y Robi?

Robi se traslada a Tucumán, y bueno, Robi se concentra ya trabajar ahí en los sindicatos y entra en contacto con Palabra Obrera. Primero se forma un frente único, o sea, las dos organizaciones trabajan juntas, pero son independientes; y después en 1965 se funda el partido [PRT].

Hace después el Seminario en Córdoba. ¿Y se torna padre?

No. Yo no concluyo la formación. Nos mandan en el 68, después del golpe de Onganía, nos mandan a España porque éramos muy pocos. Acá éramos tres o cuatro.

¿Tres o cuatro qué?

Estudiantes del mismo curso. Estudiamos filosofía, es la carrera sacerdotal: son tres años de filosofía y cuatro de teología. Nosotros estábamos terminando la filosofía y entonces nos dijeron: no tenemos posibilidad de darle una buena formación. Entonces, nos mandaron a España. En España había un estudiantado que eran 300 jóvenes de toda España. Y entonces ahí estuvimos un par de años y nos volvimos.

¿Usted no concluyó la formación?

Yo terminé.

¿Los cuatro años de formación?

Soy licenciado en Teología. Pero, yo estaba metido, yo también, en política, ya.

¿Entonces, en qué año vuelve de España para Argentina?

Principio de 69.

¿De qué manera participa del PRT?

Robi pasa por España. En el 1968, en el 4.º Congreso del partido, lo nombran responsable militar. Ya se empezaba a hablar de lucha armada y entonces en abril así se va a Cuba. O sea, va Europa antes porque no se podía ir a Cuba directamente, había que ir a Europa. Y entonces está en el Mayo Francés en París. Y se va a Cuba y está como seis meses haciendo formación militar. Y entonces me acuerdo que era octubre, que vuelve a Europa y me va a visitar a España. Y eso me acuerdo porque Robi era fanático de Estudiantes de La Plata. Porque Amílcar era y se había hecho hincha de Estudiantes y lo hizo hincha de Estudiantes a todos los hermanos. Salvo algunos. Raúl era de Boca. Y entonces jugaba la final Intercontinental. Estudiantes de La Plata con Manchester. Ya habían jugado en Argentina y Estudiantes ganó 1 a 0, y ahora jugaban en Manchester. Aparte que no era como ahora, entonces no había televisión. Tampoco lo pasaban por radio. Entonces, la única solución era tomarnos un ómnibus, irnos a Vigo, al diario *El Faro de Vigo*. Lo fuimos al diario y nos pusimos al lado de la máquina esa...

¿Telex?

Máquina esa que te va vomitando las noticias, los cables. Para saber cómo estaba. Entonces, salió campeón [Estudiantes de la Plata] ese día. Y nos fuimos a festejar al puerto. Ahí, a comer marisco. Entonces, ahí él está como una semana conmigo y me llena la cabeza. Y entonces yo

pedí volver a la Argentina y me volví en enero y él me estaba esperando en el puerto. Y me llevó a conocer al cura Morales, que era un cura obrero que estaba acá en Lanús y que estaba militando en el partido. Así que ya apenas llegué, y me enganchó con el partido.

¿Participa de la fundación del ERP en 70?

No, yo todavía estaba en el seminario. Yo me recibí en el 1971. Yo lo terminé, la carrera la terminé acá en el seminario de Villa Devoto.

¿Entonces se quedó tres años en España y concluyó acá en Argentina?

Claro, yo vivía ahí en el convento, ese que está en el centro, en Reconquista y Cangallo, y hacíamos reuniones del partido porque es un tremendo edificio que estaba vacío. Y terminé la carrera en el seminario de Villa Devoto y mi diploma está firmado por Bergoglio.

¿Por el Papa actual? ¿Por qué? ¿Bergoglio era qué?

Arzobispo de Buenos Aires, en 71. Y además me casé. O sea, a fines de 1972.

¿Qué función usted ejerció en el PRT-ERP, tuvo función en la dirección en alguna parte?

Sí, digamos al final. Yo entonces me caso. Nos vamos a vivir a Avellaneda con mi mujer. Ahí hacemos un trabajo muy lindo que es el comité de base. Una casa muy grande que era un centro cultural, a diez cuadras de la plaza de la avenida Mitre. Y entonces hacíamos debates. Era el periodo de legalidad. Estoy hablando 1972, 73. Nosotros trabajamos con un periódico que se llamaba *Nuevo Hombre*, que era del PRT, pero era un periódico legal.

¿Usted estaba más en el frente legal?

Eso era el frente legal. Hacíamos actividades culturales, hacíamos proyecciones de cine, porque tenía un patio muy grande.

¿Todo eso en Avellaneda?

La cuestión era convocar a la gente a hacer actividades culturales y políticas, y hacíamos reuniones con otros partidos, con peronismo de base. 1973, todavía, sigo en zona sur. Me mandan a Florencio Varela. Ya empiezo a asumir responsabilidad. O sea, ya soy responsable de la zona. Nosotros teníamos responsable político, responsable militar, responsable de propaganda. Eran los tres esenciales, digamos. En la fábrica Peugeot, teníamos muchos compañeros dentro de la fábrica y íbamos a hacer propaganda, a hacer actos. A la mañana, cuando entraban, con un megáfono. Yo todavía trabajaba. La política del partido era que todo el que podía trabajar, trabajaba. Entonces yo trabajaba en una agencia de seguros ahí en Avellaneda. Pero 1974 se hace el asalto al comando de Sanidad.

¿Ya era Perón?

Ya era Perón. Y declaran ilegal al PRT.

¿PRT había se tornado legal en la época de Cámpora?

Sí, sí.

¿Un año solamente de legalidad?

Sí. Por eso, ya pasé a la clandestinidad. Tenía documentos falsos con otro apellido. Y entonces me mandaron a la escuela política. Entonces, yo en el 1974, paso a trabajar en la escuela Política.

¿Formación?

Que eran 15 días de encierro a los compañeros. Clandestino era.

¿Pero era en Buenos Aires?

Nosotros, llegamos a tener cinco escuelas, cinco casas que funcionaban simultáneamente, tres en Buenos Aires y dos en Córdoba. Yo trabajaba con el Gringo Mena y entonces viajábamos a Córdoba de noche, en auto. Nunca nos pasó nada. Pero, además, eso lo tengo que escribir porque fue una experiencia extraordinaria. Yo te digo me lleva 1974 a 76, donde también terminamos ya después de Monte Chingolo. Terminamos. O sea, un año y medio. Habrán pasado 5.000 compañeros. Y nunca cayó una escuela.

Entonces, estuviste con la con la responsabilidad de la región sur de Buenos Aires primero, y después de las escuelas de del partido, ahí por el 1975, 76, que fue poco antes de la caída final aquí.

En la escuela se hacía la reunión del Comité Central. Esa reunión que se hizo, la más grande que se hizo, en julio del 75, que estuvieron todos los compañeros de la JCR. Del MIR, Andrés Pascal... Los compañeros Tupamaros... El Mayor Sánchez de Bolivia, era un militar que estuvo. Eso se hizo en la escuela. Justamente a mí me nombran miembro del Comité Central en marzo del 1976.

¿En marzo del 76?

Cuando cae la casa. En esa reunión me nombran miembro del Comité Central.

¿En la reunión que fue una semana después del Golpe, donde hubo una invasión del ejército?

Sí. Y me nombran el responsable internacional.

Volviendo un poco... Cuando fue creado el PRT, Palabra Obrera tenía asumido posiciones peronistas. ¿Cómo era eso?

Bueno. El FRIP también. FRIP se presenta a elecciones, en el 64, con un partido peronista, un dirigente peronista que tenía una personalidad política que se llamaba Acción Provinciana. Había dirigentes peronistas, sindicalistas peronistas. Benito Romano era un dirigente sindical de la Fotia y peronista, que entonces va como diputado provincial. Los diputados se eligen en asamblea de fábrica. Eso lo propone el FRIP. O sea, los obreros eligen los candidatos. Fundamentalmente para los diputados provinciales, porque candidatos a diputados nacional eran dos nada. Los diputados provinciales eran todos obreros de los ingenios azucareros y esos fueron elegidos en asamblea de fábrica. Y la Fotia también era peronista. Entonces se puede decir que era un frente del FRIP con sectores peronistas.

¿Había ese diálogo?

Y también ya estaba la alianza con Palabra Obrera.

¿Pero cuando se llega a PRT-ERP, ahí hay una crítica muy cerrada a la alianza con peronismo?

Claro, pero eso porque era distinto. El FRIP, de todas maneras, planteaba una política independiente. Palabra Obrera, no: el periódico decía... "Órgano del peronismo revolucionario".

O "Bajo la dirección del general Perón".

O algo así. Por eso, Palabra Obrera se reconocía, digamos, adscripta al peronismo, un sector del peronismo. Y el FRIP nunca planteó eso. Eso era una discusión que dura hasta el final. Palabra Obrera tenía una estrategia de insurrección sindical y transformación de la CGT en Partido Obrero, o sea, ellos decían que la CGT tenía que ser el Partido Obrero, no el partido de la Revolución. Por eso, la relación con el peronismo era distinta y por eso cuando se unifican en el PRT Robi exige que se abandone esa visión de infiltración al peronismo. Y hay una cosa más. En el periódico, yo no me acuerdo si era todavía *Norte Revolucionario*, Robi escribe un editorial y dice que peronismo ya estaba dominado por la burocracia sindical. O sea, en esa elección del 1964, Acción Provincial es como peronismo de izquierda y el otro era un partido que respondía a Vandor.

¿Vandor?

El peronismo oficial era con Vandor y Alonso, con los dirigentes sindicales del peronismo. Ya era la burocracia peronista, esa que dura todavía. Entonces, Robi escribe ese editorial y dice que el peronismo ha perdido la fuerza transformadora. La dirigencia sindical que se ha enquistado impide que el pueblo trabajador se exprese.

[Pausa para tirar fotos]

Saliendo del peronismo... ¿Qué explica, cuando el ERP es fundado en 1970, los vínculos con símbolos de la patria? La bandera de San Martín, la figura misma de San Martín...

La bandera del ERP es la bandera del Ejército de los Andes, pero con la estrella roja. ¿Hubo una discusión sobre eso? ¿O era un clima de la época?

Siempre se habló de la segunda independencia. Nosotros, en la escuela [escuela de formación del PRT-ERP] insistíamos mucho en eso. O sea, teníamos filosofía, materialismo dialéctico, histórico, economía política, historia de las revoluciones – la Revolución Rusa, la Revolución China, la Revolución Vietnamita, la Revolución cubana... Y después, la mitad de la actividad era Historia Argentina e Historia del partido. Nosotros le damos mucha importancia a la historia argentina. Y historia del partido y línea del partido, digamos así. O sea, porque después incluso venían del buró político a dar charlas sobre temas específicos sobre sindical, cómo se trabaja con los sindicatos. Propaganda, ¿cómo se trabaja con la propaganda? O sea, en la escuela nosotros justamente estudiábamos. Que nos han criticado también por eso, estudiamos con la base, digamos, de los clásicos. Bueno, Milcíades Peña... que es casi un... una especie de trotskista. Bueno, y Mitre. Los relatos que él hace sobre la guerrilla de Güemes. O sea, la guerra que se libró en Bolivia, norte de Argentina y Bolivia. Sí, la guerra gaucha.

Todo eso trabajaban en la escuela, en la escuela del PRT-ERP. Pero usted estudió filosofía... Entonces, para mí llama la atención porque PRT-ERP está en la IV Internacional: el pensamiento trotskista, el marxismo, un pensamiento universal, y al mismo tiempo una visión nacional, que no era la tradición del Partido Comunista. ¿Dónde salió eso? ¿Era algo que estaba en la generación? ¿No fue algo solo del PRT?

No, no creo que fuera solo. Pero ya te digo, en el caso nuestro. Viste la influencia de Francisco. Este y la propia formación de Robi en ese sentido, se formó con Francisco...

¿Estaba en el “background”?

Sí, claro.

Perfecto. Era la impresión que yo tenía. Pero quería saber si no era una impresión falsa...

Sí, aparte, viste, como eran los norteros... El norte, digamos, es lo más autóctono, digamos. O sea, es la cultura, todas las influencias culturales más vinculadas con América Latina, o sea, se dice que América Latina empieza en el norte de Córdoba. O sea, ahí empieza América Latina, porque de ahí para abajo...

¿Atlántico y para para afuera?

Claro, porque es la mayoría de origen inmigrante.

Milcíades Peña es una influencia ¿Silvio Frondizi también fue importante?

Si.

Que otros autores fueron importantes. ¿Los de la izquierda nacional tenían una importancia?

No, no. Bueno... Sí, se leía. Pero, en la escuela [en la escuela del PRT-ERP] no les dábamos importancia.

Eran muy peronistas...

Eran muy peronistas.

Y los marxistas de afuera. Mariátegui era una influencia, tenía importancia?

Sí, nosotros lo estudiábamos.

¿Y Gramsci? ¿Y Rosa Luxemburgo?

No. Pero, nosotros estudiamos los clásicos. No estudiamos ni Marcuse, ni Marta Harnecker. O sea, bajaba línea la dirección: que el marxismo lo teníamos que estudiar en los clásicos: Marx, Lenin.

Sí, pero es curioso, porque Marx del siglo XIX era muy universalista, hablaba de los pueblos bárbaros, Engels hablaba de los pueblos sin historia...

Pero bueno, nosotros seleccionamos también las obras que leíamos, claro. Pero, bueno, esa era la orientación, la orientación era estudiar el marxismo de los clásicos.

Hablaba de una mística guevarista... Leyendo los periódicos del partido, hay una mística, una cosa que no es solo la política, que es la mística del héroe, el que tumbó en combate ¿Tenían esa conciencia de que estaban involucrados con esa mística?

No, era de aquella época. Quizá... porque se hablaba mucho y en el fondo el PRT... no era guevarista. Bueno, era guevarista en el sentido de la guerrilla, la guerrilla rural, la estrategia, digamos. Pero, teníamos diferencias con el Che, con la concepción del foco y todo eso. O sea, no es incompatible la guerrilla como la hizo el Che con la teoría vietnamita que teníamos nosotros, para el partido. En ese sentido te digo, lo que rescatábamos más del Che era justamente eso.

¿La idea de la voluntad?

Si. La voluntad, la audacia, la mística.

Y la formación religiosa... Había una moral, una cosa así... muy exigente. Incluso, María Seoane habla de una carta que escribiste para Robi cuando él estaba enamorado de una otra chica ¿Entonces, no fuiste muy duro también con él?

Usted tiene que estar con la... Yo... [era] un hermano también hablando.

Eduardo Duhalde habla de cuando reciben la noticia, en Santiago (Chile) de las muertes en Rawson, Trelew, incluso de la muerte de la Sayo [mulher de Robi], y que Robi se queda petrificado. La expresión de Duhalde, que para mí es muy fuerte, es que los otros estaban como desesperados y lloraban...

[interrupção: toca o telefone na sala]

¿Qué me decías?

Robi, con la noticia de la muerte de Sayo...

Entonces, se quedó como petrificado. Es un análisis, pero no sé cómo sentía eso. Tenía esta carga. Cargaba esto como comandante, como el tipo que tiene que dar el ejemplo.

¿Sentía eso como hermano, como militante mismo?

Sí, pero él justamente decía que había que inaugurar un nuevo tipo de relaciones, que no tenía que ser la visión del matrimonio sagrado que dura toda la vida. Entonces, en ese episodio, él lo vivió así. Y bueno, en general, lógicamente, se vivía mucho eso: los militantes teníamos que dar ejemplo. Pero, no había la imposibilidad de separarse en el PRT. Lo que sí no se aceptaba era la infidelidad. O sea, que vos no podías tener una pareja estable y al mismo tiempo tener otras relaciones. Pero, vos te podías separar.

Y esta mística que envolvía también esa... cosa del héroe. Hoy, cuando mira para atrás.

¿Cómo ves eso?

[longo silêncio]

¿Cómo ves eso? ¿Se sentían como héroes luchando ahí?

No. No sentíamos. Éramos felices, estábamos contentos con lo que hacíamos. Donde estábamos. Nos gratificaba la propia militancia y estábamos convencidos que íbamos a triunfar.

¿Lanzaban la vida a cada acción?

Claro, pero eso es una cosa que vos también... Que te vas acostumbrando, no sé. Te vas acostumbrando a eso de que puede correr riesgos. Al principio no, la primera acción, la primera cosa que haces, no sé, te cuesta mucho, pero después te vas acostumbrando.

¿Detrás de eso había una convicción muy fuerte?

Pero es difícil creer, lo que nosotros vivíamos. Hay una carta de mi otro hermano, de Oscar. Cinco días antes de su muerte, que lo tiene la hija. Lo publicó en Facebook. Y él dice: "Cada día estamos más entusiasmados por el apoyo de la gente". Eso nos llenaba de orgullo y estábamos seguros que íbamos a triunfar... Yo conozco una amiga, y ella me cuenta, que cuando bajaban los compañeros de la Compañía del Monte, que la gente los rodeaba, les llevaba la ropa, les llevaban comida, los abrazaban. O sea, que realmente había un fervor en la gente... de simpatía por la guerrilla.

¿Y eso alimentaba la militancia?

Por eso, cuando vos lo escuchaba a la gente, imagina que esa mujer, ella me cuenta lo que vivía realmente, lo que sentían ellos por la por la guerrilla. Entonces, lo último que te preocupaba era que te podían matar.

– Depoimento de David Cámpora ao autor da tese, Montevideu, dezembro de 2016.



Figura 36 – David Cámpora, ex-militante do MLN-T, durante depoimento ao autor da tese.

¿Cuál fue su formación política y cómo se aproxima del MLN, Cuando entra en la organización?

La formación política que tuve viene exclusivamente por el lado intelectual. Yo era lector del semanario *Marcha*, formador de toda una generación en Uruguay. Pero nunca tuve militancia en un partido político ni en un grupo. Nunca tuve militancia sindical. Nunca tuve militancia gremial como profesional.

¿Fue algo individual?

Sí, sí. Yo estuve haciendo mi vida y leyendo mucho. Te quiero decir por eso que mi politización, mi comprensión de la realidad, viene por el lado de la teoría o de la difusión por este semanario. Y esto y mi interés por la política surge por una posición que para mí fue natural de izquierda, una visión de izquierda. Pero no es militando. Yo estaba estudiando, me recibí, trabajé, formé mi familia, cuando tengo 30 y pico de años, año 68. Se vivía en la época de Pacheco en una larga sucesión de deterioro económico en el país, y por lo tanto social, que comienza alrededor del 1954, 55, es decir, después de la Guerra de Corea y Mundial, que nos hicieron ricos y poderosos y con un país muy disfrutable. Empieza un tobogán de descenso muy rápido, muy intenso. En el año de 1955 hace explosión y yo empiezo a participar en una forma totalmente individual, sin organizarme, en las protestas estudiantiles por distintas causas. Bueno, cuando llega la situación de Pacheco, llega por casualidad al gobierno, siempre fue una especie de bestia, de bestia negra. Muy torpe, muy ignorante en política, está en pleno esa ebullición, ese deterioro sobre el deterioro, que causa el malestar estudiantil y el malestar obrero y malestar político... El hombre aplica un puño de hierro, lo que causa una indignación nacional. El tipo, por ejemplo, que ante una huelga bancaria decreta que todos los bancarios quedan sometidos a la ley militar en lugar de irse después del banco a su casa. Se van a un cuartel no bancario, que son la gente de cuello blanco y corbata...

¿De clase media?

Yo estaba trabajando como contador con empleados míos que eran bancarios. O sea, yo llegué a la decisión política y al MLN y a ningún otro lugar por indignación. Yo como ciudadano uruguayo estaba indignado, estaba con bronca.

¿Y no era, no tenía una formación marxista leninista?

Había leído, pero no, no tenía formación para nada.

¿Se consideraba como de izquierda?

Yo te diría de una izquierda en lo político, que surge de una izquierda en lo social. A mí siempre me molestó el abuso de la gente con dinero, que mis padres tenían, sobre gente sin dinero como las sirvientas de casa. Desde niño no sé por qué me vino... era una cosa que me hacía hervir la sangre. Yo veía ese abuso, la injusticia. Me ponía como loco. Y tuve cantidad de episodios, incluso de violencia. Bueno, entonces para contestarte concretamente yo llego al MLN y busco entrar mediante comentarios que hago en todos lados, a causa de la indignación que tenía con lo que se estaba viviendo. Era un contador lleno de dinero, con una familia formada, sin problema. Pero eso que hervía en la calle a mí me molestaba.

¿Cómo empezó a participar del MLN? ¿Alguna columna, alguna función específica?

Si, si.

¿Por qué no tenía ninguna ligazón con las armas, con el tema de la lucha armada?

No, no. Ni conocía mucho de armas y terminé siendo el armero del MLN, el que limpiaba la sala. Cuando me conecta alguien que después descubrí quién era y me da un contacto por si quiero entrar y le digo que sí. Fíjate, soy un contador que tengo un buen vehículo, vivo en una casa alquilada pero muy grande, con prestigio y me pongo a disposición de la organización por la cual tengo ya, por todo lo que había hecho hasta el 68, una gran admiración. Leía toda la prensa y me identificaba con el accionar de la organización.

¿Más que con Partido Comunista, Partido Socialista?

El Partido Comunista siempre me pareció que era un partido de cuadrados, de gente sin capacidad de un pensamiento propio, nacional. Y satélite de la Unión Soviética, lo que diga Hungría, Checoslovaquia, los misiles. Y yo era muy pro cubano. Yo viví intensamente el 1959 con la Revolución Cubana.

A ti te llamó la atención el MLN porque ya tenía admiración por lo que venían haciendo en los años anteriores.

Viendo sus documentos públicos. Los leí... Estaba de acuerdo y me entusiasmaba por las acciones que hacían de confrontación con el sistema, con el gobierno. Entonces yo te diría que hablándolo con mi esposa al entonces yo fui buscando mediante comentarios que hacían en el lugar de trabajo, con amigos y demás o con otros padres que iban sus hijos a la misma escuela que los míos y yo sabía que sembraron esas semillas. Algún día me iban a cosechar. Después de investigar qué fue lo que pasó.

¿Ellos te procuraron, era siempre así?

Si. A mí me reclutaron y me reclutó una persona que me dio un contacto que nunca supe quién era, que me dio contacto con otra persona. Este con esa otra persona que encontramos en la calle. Yo le dije: mira, tales son mis condiciones. Él sabía quién era yo. Mis capacidades pienso yo que son: les puedo aportar dinero. Un contador, que estaba en la esfera pública, les puedo ofrecer mi casa, les puedo ofrecer cobertura, le puedo ofrecer el vehículo y le puedo ofrecer lealtad. Entonces parece que le gustó el discurso. La casa tenía muy buena cobertura, estaba en el Prado y era un contador. Entonces empezaron a reunirse en mi casa. Entraban sin mirar. Yo los entraba en el auto de a uno.

¿Entonces, las reuniones de la dirección se hacían en su casa?

Empezaron a hacer en casa.

¿Eso en 1968?

Sí.

¿En qué mes entraste?

En agosto del 68. Sí, fue el 14. El día siguiente a la muerte de Liber Arce. Yo ya estuve en el cementerio y justamente ahí entré en la organización. Empezaron a usarme como cobertura, como infraestructura. Ya me llamaban para hacer un traslado de clandestinos de la dirección. Mujica, por ejemplo, porque yo era de confianza, tenía buena infraestructura y cobertura.

¿Y tenía una vida legal absolutamente impecable?

Impecable. Sin antecedentes de izquierda.

¿Y quién era la dirección en esta época? En el 68 había cuántos. ¿Era un secretariado?

No, no. Secretariado era época mía. Era el Ejecutivo,

¿En el ejecutivo quien estaba, Sendic?

No me acuerdo, tendría que estar Marenales, Sendic, Fernández Huidobro.

¿Que murió ahora no?

Sí, un cerdo total, se convirtió en un milico, es otro tema. Entonces me protegían para evitar perder la infraestructura. Por otro lado, como yo estaba muy limpito, me usaban para hacer traslados. Ahí conocí a Sendic, por ejemplo, rápidamente, sin saber quién era. Entonces yo estaba al lado de los cabecillas, de la gente más formada. Yo me nutría muy rápidamente con los mejores jugos del MLN y estaba impedido de salir, por ejemplo, a robar chapas de autos o hacer relevamiento de zonas.

¿No hacía nada de eso?

No, no me dejaban. Me lo impedían repartir volantes. En cambio, después de un tiempo que yo empecé a decir bueno, pero yo quiero foguearme, yo quiero ser militante, combatiente. Entonces recibí instrucción muy buena.

¿Acá en Uruguay?

Sí, sí, por la hermana de Lucía Topolansky, la hermana, María. Y recibí instrucción también sindical y política y de los documentos de la organización y de armas. Tanto que me convertí en una especie de especialista en municiones y en mantenimiento de armas. En mi vivienda no sé, había 30 o 40 armas cortas.

Eso en su casa. ¿En esta época estaban sus hijos o su mujer?

Estaban todos.

¿Sabían de todo?

No, no.

¿La mujer no?

Eso es otro tema. Pero mis hijos también, pero es otro tema muy largo. El hecho es que entonces, como yo reclamaba este póngame a prueba, que no soy solo un chofer y como chofer andaba siempre armado porque andaba con clandestinos que estaban armados. Entonces bueno, práctica de tiro, distintas armas. Entonces me empezaron a autorizar a participar en acciones armadas grandes. Porque ahí si valía la pena.

¿No en pequeñas?

No, yo estaba en las grandes el asalto al cuartel de la Marina con Sendic y todos los peludos. Y yo me portaba bárbaro. Yo no tenía miedo si estaba con todos los grandotes. Entonces mi formación fue totalmente atípica y por eso mismo, en poco tiempo, pocos meses, yo ya estaba integrando un organismo de dirección intermedia que llamaban así, dirección intermedia, es decir, con otros, un compañero y otra compañera integramos esa dirección. Cada uno de nosotros tenía varios grupos.

¿Eran columnas que llamaban?

No, no. Eran las células.

¿Células?

Si. Yo tenía seis, siete células bajo de mis órdenes. Yo soy responsable y las visito periódicamente, llevándole información política interna de la organización, directivas y analizando con ellos las acciones que están preparando. Así, yo voy nutriéndome en el Ejecutivo y voy descendiendo lo que voy aprendiendo a las células y a su vez tengo periféricos que no están en células, que son colaboradores aislados, con una atención personal, pero que te dan dinero, información y que también les llevas documentos de la organización para leer contigo.

¿Pero estuviste en el secretariado también no?

Eso es después de la fuga.

¿Después de la fuga del 71?

71. Cuando hay una gran cantidad de clandestinos. Yo empecé a dar cobertura con otra clandestina de un apartamento, una vivienda que sí, que ya estaba instalado con salidas a la calle, documentos falsos. Con la compañera hicimos toda una historia de nuestra vida, para los vecinos y teníamos una vida aparentemente normal.

¿Esto fue entre setiembre de 71 y abril de 72?

Exactamente.

¿Se quedó todo ese tiempo en Montevideo?

Sí, sí.

¿En ese periodo integró entonces el secretariado del MLN?

En ese momento dando cobertura a ese local. El responsable mío del Ejecutivo me propone primero formar la CAI, la Comisión de Asuntos Internacionales, para que yo me encargase, como había estado ya en Chile cuando era legal y había estado con Allende y tenía cierta soltura desde el punto de vista educacional. Me encargaron de la parte internacional, que en aquel entonces era muy intensa con todos los grupos argentinos, con los grupos chilenos, brasileños y con un grupo paraguayo.

¿Eso fue en 71?

Sí, el tránsito de 71 al 72. Me proponen formar, inventar el secretariado, un organismo que esté inmediatamente debajo del Ejecutivo y que atienda a todos sus requerimientos y que lo asesore en todos los temas que le planteen.

¿No es propiamente la dirección política, pero es?

El Secretariado está integrado por distintos organismos. Uno es la CAI, la Comisión de Asuntos Internacionales, otro es el SIFA, Servicio de Información de las Fuerzas Armadas. Otro es el servicio que atiende al Poder Judicial, de los cuales obteníamos, por ejemplo, la lista de los allanamientos que iban a ser mañana de madrugada. Yo la sostenía la noche anterior, pero hay que distribuirla rápidamente. Quiere decir que no es un organismo de dirección, es un organismo asesor.

¿Es de inteligencia?

Claro.

¿Este SIFA es de inteligencia?

Todos los servicios de información.

¿Eso era infiltración en las Fuerzas armadas?

No, información sobre las Fuerzas Armadas.

¿Entonces se quedó en el secretariado hasta 72?

Hasta que caí. Junto con Fernández Huidobro.

¿En una acción de calle Amazonas?

Si.

¿Estuvo preso cuántos años, ocho años?

Sí. Primero, Punta Carretas, de cual nos fugamos. El segundo centralmente en el penal de Libertad. Pero, en determinado momento a mí me sacan del penal. Para irme en libertad, tenía libertad firmada por la justicia civil. Y el día que me voy a ir estaba en un cuartel, matan a Ramón Trabal en Francia. Y a partir de ese momento me pasan a otro cuartel en el interior, en Flores, y paso tres años en el cuartel.

¿Y sin una detención oficial, sin justicia?

Si, un día va un abogado militar y me reprocesa, yo ya estaba en libertad, pero me procesan por la justicia militar, no sabían qué hacer. Cuando cumplo todas las condenas y me avisan, bueno, vas a salir. Algo pasaba, algo trancaba. Y después de esos tres años me vuelven al penal de Libertad. Y en diciembre del 80 me sacan.

¿Pasó por torturas físicas?

Sí, claro, todo.

El tema de la formación política del MLN. Me dijiste que no era un marxista leninista. Esta ligazón con las cosas de Uruguay. ¿Fue importante para qué?

Muy importante.

¿Cómo fue eso?

Para mí fue importante para la línea del MLN. Primero crear un movimiento y no un partido, no un grupo político, un movimiento. Quiere decir que es de composición heterogénea. Hay marxistas, hay anarcos, hay cristianos, hay católicos, hay trotskistas. Es importante que comprendas por qué era un movimiento. Porque no se quería un partido. Porque las palabras nos separan: ¿Otro grupo político, otro partido minúsculo de izquierda, otro más? No, vamos a juntar los que pensamos igual en lo importante.

¿Y la ligazón con la cuestión de Uruguay, la cuestión local?

Te diría que lo que motiva el origen del MLN es otra organización, otro intento organizativo, que se llamó Coordinador, que fue una agrupación de distintos grupos políticos, sectores a veces escondidos de su propio grupo, como autodefensa ante los atentados fascistas que se estaban haciendo en todas las manifestaciones. Atentados como Soledad Barret, por ejemplo. Entonces la izquierda empezó a juntarse escondidamente, para enfrentar violentamente a los fascistas.

¿Y este fue el Coordinador?

Coordinador, que sufrió una especie de evolución, de transformación. Entonces se hizo una gran reunión, muy leal entre todos. Y ahí se fueron... se fue la Federación Anarquista. Se fue el MIR. Y otros salieron. Y del Partido Socialista se quedaron...

¿El caso de Sendic, por ejemplo?

El caso de Sendic, de Marenales, estos socialistas. Un montón. Y alguno que había sido comunista y que después había pasado al MIR, como Rodríguez Belletti o Jorge Torres. Que sí, que venía de todos lados, y por eso tenía que ser ese movimiento. ¿Cuál es el contenido ideológico? de liberación ¿El imperialismo? Claro. Y ahí viene la importancia de lo nacional y no es para el socialismo, porque no sabemos qué es el socialismo. Sabemos que no estamos con la Unión Soviética ni en joda. Nunca estuvimos de acuerdo. Sabemos que no queremos la ayuda de Cuba. Pues Cuba ya era marxista.

¿No era tan poco antimarxistas?

No, no. Marxistas. Yo empecé a estudiar ahí... Pero, Sendic aceptaba el marxismo. Por eso te hacía mención a la Unión Soviética, hacía mención a Cuba de gran influencia. Tenemos un enorme respeto por la Revolución Rusa, por supuesto.

¿Rusa y cubana?

La rusa, la cubana, es decir, las revoluciones en general. Y tenemos relaciones con todos los grupos revolucionarios en esa época de América Latina, año 68, que es un mapa insurreccional. Pero nosotros, las armas, las sacamos al enemigo. No hacemos como el Partido Comunista, que recibe envíos de Moscú. El dinero lo sacamos de los bancos. No queremos dinero de Cuba. Y si algo pedimos a Allende fue refugio para compañeros o compañeras que estaban enfermos de la cabeza. Y a Cuba le pedimos adiestramiento. Enséñame cómo, pero no en dirección política, nada.

Volviendo para la cuestión nacional. ¿Cómo imaginas que eso llegó al MLN?

Porque el Partido Socialista en esta época ya tenía un foco un poco más del nacional. Es decir, hubo una fractura en el Partido Socialista. Cuando Frugoni se aleja del Partido Socialista. Y hay, justamente, Trías: y son líneas con las cuales nosotros compartimos un montón de cosas. En esa época, en el 68, el Partido Socialista, hasta el día de hoy, tiene vaivenes. Y lo mejor, la capa más revolucionaria se vino para formar el MLN.

¿Cómo llegó la preocupación con la cuestión nacional al MLN? Hubo varios que venían del Partido Socialista, no?

Si, del Partido Socialista, del Partido Comunista y de todos lados. Somos muy uruguayos porque somos muy batllistas, de José Batlle y Ordóñez. El país ha tenido tres Josés: José

Artigas, José Batlle y Ordóñez y José Mujica. Ese es el país de Los Pepes. Todos los uruguayos. Salvo la cúspide económica, somos batllistas. Del Pepe Batlle, fuimos formados. El Pepe Batlle es de principios de siglo, cuando terminan las guerras entre Blancos y Colorados y es un reformador, pero de marca mayor. Las innovaciones en este país desconocidas para Europa. La ley de la silla. Todos los comercios que tengan una empleada tienen que tener una silla para la empleada. La ley de la silla, el divorcio, la educación laica, la separación de la Iglesia del Estado. El desarrollo del país.

¿Todo eso en el batllismo?

Entonces, inclusive hay un neobatllismo que es un descendiente de él, pero aquello original es lo que quedó y nos quedó a todos, a los tupas, a los milicos, a la derecha. Somos todos respetuosos y queremos este país. Entonces/, rescatamos la “uruguayez” por decírtelo. De alguna manera nos sentimos orientales. Entre ellos, Artigas, por supuesto. Es el título que se le da: el padre de la patria.

Pero, la izquierda más tradicional, pro-soviética, marxista-leninista, tenía la fórmula que venía de Europa, que podría poner a Uruguay, Brasil, Argentina, México... Y que trabajaba mucho con la idea de progreso ¿Entonces ahí hay una izquierda que empieza a mirar también para el pasado?

El pasado también nos interesa, somos continuadores de algo. No somos, claro, solo creadores de algo nuevo. Estamos de acuerdo que somos continuadores de algo.

¿Así viene la palabra tupamaros?

Sí, bueno, en la época de Artigas. Después de la colonia era el insulto de la gente de la ciudad, de los letrados contra los *gauchos*, contra la gente que no quería alambrados. La gente que no quería patrón, que quería aire libre y carne gorda. Eso era Uruguay. Los llamaban tupamaros en forma despectiva. Y venía despectiva por Túpac Amaru de Perú. El Inca, el intento revolucionario adelantadísimo para la época también. Y nosotros lo tomamos como, no sé, un mérito poder llamar tupamaro. Por el de Perú y por los de Artigas. Artigas peleaba con *gauchos*, con negros, con indios. El insulto de la derecha, el insulto de los ricos contra los que peleaban con Artigas.

¿Era un insulto?

Era un insulto. Y nosotros lo tomamos como una medalla.

¿Pero la recuperación de la figura de Artigas empieza en el final del siglo XIX?

Sí, en realidad este Artigas, cuando está en Paraguay, que pasa 30 años en el exilio, lo van a buscar varios gobiernos. El tipo no quiere volver, pero no quiere volver porque sabe que los que lo van a buscar son traidores.

¿Pero digo la recuperación simbólica de Artigas como el padre de la patria...

Después que muere.

¿Después que muere en la segunda mitad del siglo 19?

Sí, por así decirlo. Después que muere, viene la estatua y viene el bronce. Y viene el mito. Pero no vienen las palabras. En el mausoleo que hicieron los milicos no pudieron poner una sola frase de Artigas. Y pusieron fechas

Sí, fechas. Llama atención que hay 1813, pero no hay 1815, que fue la Ley de Tierras.

Sí, claro. No está. O sea, la lucha de clases se dio en toda la etapa. Ahora, cuando yo te digo de lo del nacionalismo, no es un nacionalismo cerrado. El MLN es profundamente internacionalista. Tanto los compañeros nuestros han muerto en todas las batallas que se han dado en estos últimos 50 años. Y ese internacionalismo les viene no por Trotsky...

¿Internacionalismo que empieza por Latinoamérica?

Ah, claro, somos hermanos. Porque Latinoamérica era una olla hirviendo cuando surge el MLN. Están todos los países convulsionados y que con el impulso todavía de Cuba después del 59. El deber de todo revolucionario es hacer la revolución en su propio país. Cuando ofrecieron a compañeros del Partido Comunista, le ofreció irse a Bolivia con el Che. Un solo compañero

este, un solo compañero, dijo que iba. Lo demás no lo tengo que hacer nada. Iremos todos clandestinos. Y no era por miedo. Y en la dirección del MLN consultó a la base a todos los compañeros y todo el mundo dijo: no, yo me quedo acá.

¿Hacer la revolución en Uruguay?

en Uruguay.

En Uruguay. El tema del robo de la bandera yo sé que no fue el MLN, fue otra organización, pero era una organización que tenía gente que tenía ligazón con los tupamaros también.

Sí, claro.

¿Pero eran cercanos de los Tupamaros?

Otra organización.

¿Pero ahí estaba también la idea de recuperar las batallas del siglo 19?

Sí, sí, sí.

Otra cuestión que yo encontré mucho en los documentos. ¿la peludización tiene que ver con esto también?

No tiene, no. La peludización es un intento de proletarizar por la vía más absurda posible a gente que era de extracción pequeñoburguesa, o clase media, o empleados. Hay que transformarse en peludo. Es una estupidez total.

¿Querían ser proletarios?

Sí. O sea, es como lo del marxismo leninismo, es como lo del partido marxista leninista. Esa es todo teoría, es todo blá, blá.

¿En 75, 76, hay muchas divisiones en los tupamaros, en el MLN?

Prácticamente, el MLN no existe orgánicamente, salvo en la cárcel a partir de fines del 72.

¿O sea, hay esas divisiones, algunos en Chile, algunos en Argentina?

Algunos en Colombia, asaltando bancos y otros en Buenos Aires secuestrando gente para hacer dinero y consiguiendo armas.

¿En Colombia estaban con el M-19, algunos trabajaban ahí?

Hay algunos sí.

Entonces, se puede decir que el MLN termina como una organización en 72, se quedan algunos grupos sueltos.

Que van agonizando, se van diluyendo.

Se reorganizan en 85.

Claro, pero es otra cosa. Yo estuve en esa reorganización, vas a ver que el archivo, la cronología, llega hasta marzo del 85. A partir de la convención, en marzo del 85, es la reorganización, pero es otra organización. Es una organización que se llama MLN. Es una organización que no tiene una meta clara, salvo un pequeño intento que hubo de formar un grupo clandestino. Porque recién salía la dictadura, pero se diluyó también. Eso está en un libro de Zabalza. El MLN es un grupito de compañeros que no saben muy bien qué hacer, que tienen la mística de aquel MLN, pero no tienen una tarea concreta política.

¿El MPP no es el MLN?

Si, el MLN, yo estaba en la base, resuelve crear el MPP, resuelve crear un órgano, un grupo, para hacer política legal, institucional, y participar en el Parlamento. Y yo en ese momento estuve en desacuerdo.

¿Crees que no habría necesidad del MLN para actuar en la vida institucional?

Absolutamente. Y nunca tuvo la intención. Eso es como una especie de refugio que quedó, una nostalgia.

¿El MPP hace sentido?

El MPP es otra cosa. El MPP nace a instancias del MLN para hacer vida política institucional, no para hacer lucha armada.

¿En otras condiciones?

No digo que los militantes del MPP son combatientes. Ni tienen que serlo. El MLN resolvió en el 85. El MLN no tiene sentido. El sentido se lo da el amor que le tenemos todos a la gorda, como llamamos nuestra madre. Deshacer la “orga” es espantoso. Yo me junto acá con 20 o 30 compañeros de aquella época, dos veces por mes hace tres años, a comer asado. Y todos somos la “orga”. Es parte de nuestra vida. Es como mamá. Entonces no podés escupir sobre eso, pero tampoco podés tener el cadáver en el dormitorio.

¿Sí, bueno, eso se queda como Psicosis, la película...

Sí, es. Es este el problema. Es el amor revolucionario por la organización que te hizo vivir la mejor época de tu vida. Incluye la cárcel, la tortura y todo lo demás. De la decadencia. Entonces estamos marcados. Somos Tupa. Somos todos Tupa. Y discrepamos entre nosotros políticamente respecto a la actualidad y prácticamente ninguno está en el MPP.

Yo tengo 83 años. Se acabó. Y aparte, yo nunca estuve en la política institucional antes del MLN. Y voy a hacer ahora de viejo. Si no sé cómo se hace.

¿Por qué y cómo decidió crear este archivo [del MLN-T]?

En 85. Yo siempre fui, por definición de Fernández Huidobro, el hombre de las carpetas. Yo siempre estuve con las carpetas, con los papeles, ordenando. Era el encargado de finanzas del MLN. Y soy un buen archivador. Soy prolijo y soy exhaustivo y no me canso. Soy perseverante. Entonces, el Comité Central resuelve plantearle al ejecutivo encargarle a alguien redactar la historia del MLN juntando toda la información para difundirla internamente para después poder hacer la autocrítica. Sabemos a quién encontraron, a qué pelotudo encontraron capaz de ese trabajo, al chichi, al camporita. Y la Convención me lo encarga a mí. Yo ahí formo un grupo con compañeros muy seleccionado. Planifico todo el trabajo, me voy a Europa, recorro compañero por compañero todos los papeles que tengan, libros, documentos, datos, lo que fuera. Me voy a Argentina, me voy a Brasil, me voy a Paraguay. No fue a Chile. Junté y junté. Y ese plan de trabajo para escribir la historia. Cuando voy a Cuba, no tengo acceso al material cubano.

¿A lo cubano no?

Y más, el embajador de acá antes de irme me ha dicho “pero, chico, los compañeros no te tienen confianza”. Yo seguí juntando papeles y los pagué yo. Fotocopias y libros.

¿Por que pasaste para universidad el archivo?

Yo tenía todo el archivo en mi casa. Había hecho una habitación en el fondo para tener el archivo. Y venían investigadores y compañeros. Y un día me entero que dos de los ex renunciados estaban tratando de averiguar qué papeles tenía yo de ellos. Que tengo cartas manuscritas en el archivo de ellos. Y yo pensé: estos me van a prender fuego la casa. Entonces, hablé con Álvaro Rico. Tuvimos una larga reunión. Yo le dije todo lo que tenía, lo que pensaba hacer, y él me dijo lo que me he podido ofrecer, que es el local donde está ahora. Está bárbaro. Ahora está impecable.

¿Hay los perfiles también?

Reseñas biográficas. Mario Benedetti. Él estaba en la dirección del 26 de marzo, que es creación de la columna 70.

¿Que era un movimiento legal?

Totalmente legal, lleno de jóvenes intensísimos que inventaron los comités. Los comités de base fortalecieron al Frente Amplio enormemente, en 1971.

¿Entonces, el 26 de marzo era una creación del MLN para trabajar en la frente legal?

Exactamente.

¿Pero el MLN no estaba en el Frente Amplio, en 71?

Le costó mucho entrar. El Frente Amplio se va a terminar de formar y en ese momento Rosencof pensaba “tenemos que participar en ese lugar”. Entonces, inventamos lo que después se llamó el 26 de marzo, que fue poderosísimo.

¿Cómo era la frase, la palabra?

“Las palabras nos separan, la acción nos une”. Una otra frase muy linda de los peludos: “Ningún cordero se salvó, balando”.

¿Y otra frase que yo miré también que era “patria para todos o patria para nadie”?

“Habrá patria para todos, o no habrá patria para nadie”. Eso es una frase de un caudillo blanco, nacional, nacionalista. Cuando estaba en las guerras del siglo 19, los blancos eran los más revolucionarios, y esa frase la estampó en un libro histórico Eduardo Acevedo y nosotros tomamos eso. “Habrá patria para todos o no habrá patria para nadie”. **Esa frase me decís que viene de Saravia, que era del Partido Nacional. Pepe Mujica viene del Partido Nacional. Entonces hay algunos que vienen del Partido Nacional y que traen esas cosas del interior del país. ¿Esa tradición de los gauchos también?**

Más que de los gauchos, viene de los peludos. Sí, esa austeridad, ese silencio ante el dolor, pocas palabras, acción decidida.

B – Documentos

Reproduzimos, nas páginas seguintes, parte das fontes citadas ao longo da tese.

Os **documentos relativos à guerrilha uruguaia** foram todos consultados no **Archivo de Lucha Armada David Cámpora, no CEIU** (Centro de Estudios Interdisciplinarios Uruguayos), vinculado  Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, da Universidad de la Republica (UdelaR), em Montevideú.

Os **documentos relativos  guerrilha argentina** foram consultados nos seguintes acervos:

– **Cedinci** (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas), Buenos Aires;

– **Archivo Nacional de la Memoria**, vinculado á antiga ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada), Buenos Aires;

– ***El Topo Blindado*** – *centro de documentación de organizaciones político-militares argentinas* – <https://eltopoblindado.com/>, arquivo digital.

Índice e descrição das fontes reproduzidas:

- 1 – “Declaración Programática” do MRO, julho de 1965 ----- p. 336
(documento produzido pelo Movimiento Revolucionario Oriental/MRO, um dos precursores do Coordinador, que por sua vez daria origem ao MLN-T; o texto traz referências a Artigas, citado como exemplo para “*la lucha actual del pueblo uruguayo*”)
- 2 – “A mis compañeros y al pueblo”, maio de 1970 ----- p. 337
(manifesto assinado por Fernando Garín, militar que abandonou a Marinha para se unir à guerrilha tupamara; traz referências diversas a episódios da “primera independencia”)
- 3 – “Al pueblo uruguayo ni lo domina...”, 1971 ----- p. 338
(manifesto lançado pelos guerrilheiros do MLN-T; texto se inicia com frase de Artigas)
- 4 – “Fundamentos políticos del Movimiento 26 de Marzo”, julho de 1971 ----- p. 339
(documento com os princípios desse movimento, que tinha apoio do MLN-T e aderiu à Frente Ampla, aliança de esquerda que disputou a eleição presidencial de 1971; o documento estampa a espada de Artigas, também citado no primeiro parágrafo)
- 5 – Panfleto de Primeiro de Maio da OPR-33, ano indefinido (década de 1970) --- p. 340
(volante distribuído pela Organización Popular Revolucionaria 33 Orientales; em julho de 1969, guerrilheiros da OPR-33 haviam roubado de um museu a “Bandeira dos 33 Orientales”; o estandarte, com a inscrição “Libertad o Muerte”, ilustra o panfleto)
- 6 – *El Tupamaro*, número 1, dezembro de 1973 ----- p. 341
(capa do órgão de divulgação do MLN-T; traz a foto de Raúl Sendic, um dos guerrilheiros presos e ameaçados de fuzilamento pela ditadura uruguaia; o jornal circulava com a consigna “Junto a Artigas, Junto al Pueblo, por el Socialismo”)
- 7 – *El Tupamaro*, número 2, janeiro de 1974 ----- p. 342
(capa e duas páginas internas do jornal do MLN-T; o periódico publica, nesse número, entrevista de dirigentes tupamaros no exílio, com críticas duras às Forças Armadas uruguaias, vistas como “*negación del ejercito artiguista*”; a entrevista é ilustrada com retrato de Artigas, que, segundo os Tupamaros, foi traído pela “*oligarquia abrasilera*”)
- 8 – “La peludización”, 1974 ----- p. 345
(documento produzido por militantes tupamaros exilados em Buenos Aires; o texto prega a “*peludización*” do MLN-T, numa referência aos trabalhadores da cana-de-açúcar do norte

uruguaio; era uma forma de defender que a organização se proletarizasse, criando mais identidade com o “verdadeiro” povo uruguaio)

9 – *Che Guevara*, número 2, fevereiro de 1975 ----- p. 346

(capa da revista publicada pela Junta de Coordinación Revolucionaria/JCR, formada pelo MLN-T uruguaio, PRT-ERP argentino, MIR chileno e ELN boliviano; traz na capa os emblemas dos agrupamentos armados, e publica textos com balanço da luta revolucionária nos quatro países)

10 – *El indio en la provincia de Santiago del Estero*, 1954 ----- p. 347

(capa da publicação de 24 páginas, de Francisco René Santucho, editada no formato de livro, com o selo da Librería Aymara, que ele fundou em Santiago del Estero. O livreiro descreve os povos originários da província, já presentes na região antes da chegada dos espanhóis – documento consultado no Cedinci)

11 – *Palabra Obrera*, número 5, agosto de 1957 ----- p. 348

(capa do jornal publicado pelo grupo trotskista homônimo, comandado por Nahuel Moreno, e que depois se uniria à FRIP para criar o PRT; no detalhe, a proposta de se declarar o 17 de outubro – data-chave peronista – como Primeiro de Maio *criollo*, demonstração da singularidade de Palabra Obrera, uma organização trotskista e peronista – documento consultado no Cedinci)

12 – *Norte Revolucionario*, número 15, setembro de 1964 ----- p. 350

(capa e página interna do jornal editado pela FRIP, com frases em quéchua, seguidas de tradução em espanhol; Francisco René tinha grande influência na organização, fundada em Santiago del Estero, que em 1965 se fundiria à Palabra Obrera, para criação do PRT – documento consultado no Cedinci)

13 – “Gloria a los héroes de Trelew”, agosto de 1973 ----- p. 351

(panfleto, frente e verso, distribuído pelo ERP, em homenagem aos militantes executados pelas Forças Armadas, quando se encontravam detidos numa base militar na Patagônia, após tentativa de fuga de um presídio no ano anterior; a primeira foto, no alto, à esquerda, é da mulher de Mario Roberto Santucho, Ana María, mãe das três filhas do líder guerrilheiro – documento consultado no Cedinci)

14 – *Estrella Roja*, número 42, outubro de 1974 ----- p. 353

(capa, página 5 e página 7 do jornal publicado pelo ERP, braço armado do PRT; nessa edição,

o periódico homenageia guerrilheiros mortos em combate, comprando um deles ao Sargento Cabral, herói das guerras de independência; o jornal também destaca San Martín e o Exército dos Andes, como fazia seguidamente em suas edições – documento consultado no arquivo digital *El Topo Blindado*)

15 – “Por qué el ERP no dejará de combatir”, abril de 1973 ----- **p. 356**
(carta aberta do ERP, distribuída como volante pelas ruas, com o subtítulo “Respuesta al presidente Cámpora”; o presidente eleito, um peronista de esquerda, tinha feito um apelo para que as organizações guerrilheiras abandonassem as armas, o que não foi aceito pelo PRT-ERP – documento consultado no Archivo Nacional de la Memoria)

16 – *Estrella Roja*, número 93, fevereiro de 1977 ----- **p. 357**
(Com o título “Parte de guerra”, a capa do jornal do ERP traz informações sobre uma das últimas ações armadas na Argentina, conduzida pelo grupo guerrilheiro: a tentativa de explodir o avião do ditador Videla, no momento em que ele decolava de Buenos Aires; o atentado, feito no momento em que a direção do PRT-ERP já estava toda no exílio, fracassou – documento consultado no Cedinci)

Y
A MIS COMPAÑEROS AL PUEBLO

Estos últimos tiempos han servido para que los verdaderos soldados de la patria, veamos donde está nuestro lugar.

Para algo sirvieron tantas violencias y sacrificios que sufrieron los trabajadores en el año pasado, cuando se entró en las casas de familias, y se sacó a empujones a cientos de obreros y empleados, en presencia de sus hijos y se les encarceló en cuarteles durante meses.

Quando se apaleó y mató a mansalva en las calles.

Y por primera vez desde que ve con las Fuerzas Armadas, casacas nuestros uniformes, torturando en la vía pública a unos obreros de UTE para hacer el odio enfermizo de su jerarca.

Muchos hemos comprendido que estamos viviendo en tiempos parecidos a aquellos que anunciaron nuestra Primera Independencia.

— Cuando don José Artigas arrojó su uniforme del Gobierno Español y comenzó a reunir a los patriotas que lucharon por la Libertad.

— Cuando los uruguayos, sin medir sus sacrificios, abandonaron los hogares para seguir a los patriotas en el Exodo del Pueblo Oriental.

— Cuando los 33 Orientales, sin medir que eran pocos, se lanzaron contra los Déspotas.

— Cuando Rivera, mandado por los Déspotas a detenerlos, se pasó con armas y bagajes a los patriotas.

Hoy, otra vez los uruguayos tenemos que elegir entre los Déspotas de estos banqueros que han resuelto defender sus negociados a tiros, y el Uruguay Libre y Justiciero del mañana.

Muchos han elegido ya.

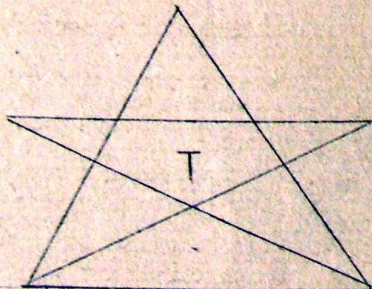
Algunos han muerto en la lucha.

Otros como en el Exodo, han abandonado familias y comodidades, y se han ido al Uruguay clandestino y perseguido de hoy, que será el Uruguay Libre y Justiciero de mañana.

Otros nos pasamos con armas y bagajes a los patriotas.

Hasta pronto.

Un Militar que se integra al M.L.N. (TUPAMAROS)



Fernando Gabin

AL PUEBLO URUGUAYO NI LO DOMINA NI LO GOBIERNA LA DICTADURA.-



GOBIERNO DE LIBERACION NACIONAL (TUPAMAROS)

"CIUDADANOS, LOS PUEBLOS DEBEN SER LIBRES".-

Con estas palabras el General Artigas levantó en armas a la Banda Oriental.-

"CIUDADANOS, LOS PUEBLOS DEBEN SER LIBRES".

Y en la campaña resonó el grito de guerra y se afilaron lanzas y chuzas, porque la libertad hubo que conquistarla haciéndola flamear en la punta de las tacuarras.-

Y hoy como ayer nuestra patria soporta el yugo de la dictadura. Dictadura que desató la violencia del hambre y la desocupación; que respondió con masacre en las calles cuando los estudiantes salían a defender su Universidad; que confinó en las cárceles a los trabajadores que reclamaban una mejora para su salario miserable. Dictadura que amparó los negociados de la devaluación y de las financieras; que trajo asesores yanquis para que aplicaran acá su maes-

tría en la represión; que clausuró diarios y allanó iglesias; que tortura y fusiló a los revolucionarios. Porque Liber Arce, Arturo Recalde, Hugo de los Santos y Susana Pintos fueron masacrados en las calles. Porque Ricardo Zabalza, Alfredo Cultelli, Hernán Pucurull y Jorge Salerno fueron fusilados cuando estaban heridos y sin armas. Porque Bentin y López Mercao fueron baleados y pateados cuando yacían en el suelo.-

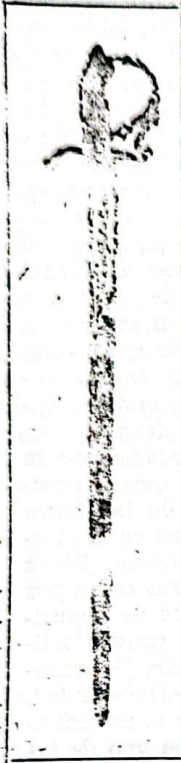
Y ese es el lenguaje de la dictadura. Y para ese lenguaje tienen los asesores norteamericanos. Si hasta las armas que expropiamos a la marina venían rotuladas con "Alianza para el Progreso".

Dan Mitricone y las armas que llegan a través de la Agencia Internacional para el Desarrollo y la Alianza para el Progreso son para que el Sr. Pacheco pueda oprimir a l pueblo, este pueblo al que le roban los frutos de su trabajo para que se lo lleven los banqueros como Peirano Fazio o Jorge Batlle, y latifundistas como Erik Davis, Montaner o Bordaberry.-

"CIUDADANOS, LOS PUEBLOS DEBEN SER LIBRES" El mensaje de Artigas lo recogieron en la patria vieja aquellos Tupamaros que afirmaron la s cinchas y afilaron las lanzas. Pocos pero bien montados, alzaron a un pueblo que desde entonces fue indomable. Hoy los Tupamaros hacemos flamear la libertad del pueblo Oriental en la punta de nuestros fusiles.-

AL PUEBLO URUGUAYO NI LO DOMINA NI LO GOBIERNA LA DICTADURA

PATRIA PARA TODOS - LIBERTADO O MUERTE



FUNDAMENTOS POLITICOS

Del Movimiento Independientes

26 DE MARZO


El principio básico que orienta la filosofía política del Movimiento "26 de Marzo" es el de la soberanía popular. El pueblo es el soberano en tanto que protagonista de su propio destino. En tal sentido sus temporales representantes, sus eventuales dirigentes, sus delegados circunstanciales a todos los niveles, deben reconocer la actualidad, vigencia y trascendencia de aquella definitiva frase de Artigas: "mi autoridad emana de vosotros y ella cesa ante vuestra presencia soberana".

En tanto que soberano, el pueblo oriental tiene que lograr el gobierno, constituido por la totalidad de los mecanismos político-administrativos del Estado, para conquistar inmediata o mediatamente el poder gracias al absoluto control y dominio de los procesos económicos de la producción, distribución y consumo de bienes y servicios, mediante la transformación radical de las relaciones sociales lograda por el triunfo de la clase trabajadora y mediante la creación de superestructuras

culturales (educación, derecho, moral, arte, concepción del mundo, estilo de vida) que impulsen revolucionariamente, en constante relación dialéctica, los procedimientos políticos utilizados para lograr la efectiva instauración de la libertad y la justicia populares.


El movimiento "26 de Marzo", de reciente formación, agrupa en su seno a jóvenes militantes estudiantiles, a obreros, a intelectuales, a campesinos, a ciudadanos de las clases medias desgajados de los partidos tradicionales, a combatientes sociales que pelean por una patria habitable y compartida, a todas las fuerzas progresistas de nuestro pueblo que en el enfrentamiento a la dictadura han forjado sus instrumentos ideológicos y sus tácticas de lucha individual y colectiva.

El Movimiento "26 de Marzo", que ha pedido y obtenido su ingreso al Frente Amplio, reconoce y hace suyas las Bases Programáticas de aquél. Entra al Frente para darlo todo, con desinterés y patriotismo, para ejercitar al máximo su buena voluntad fraterna de unificar al pueblo oriental en una gran columna libertadora. Se alinea decididamente, por lo tanto, en la doble contienda contra una oligarquía corrompida y rapaz que ha sumido al país en la crisis más honda de su historia, y contra el imperialismo agresor, en particular el despiadado imperialismo yanqui, cuyos personeros son los representantes nativos de aquella oligarquía, encaramada hoy en el poder y adueñada del aparato coactivo de un gobierno dictatorial que cubre con un deshilachado taparrabos jurídico sus



LIBERTAD O MUERTE

Organización Popular



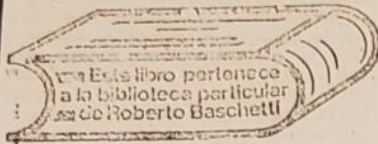
Revolucionaria **33**

Bajos salarios, desocupación, torturas, fusilamientos, carestía, dictadura. Es la guerra contra los de abajo. Unica respuesta: la guerra del pueblo contra los de arriba. Un pueblo reunido y armado, como en tiempos de Artigas y los 33. La lucha no va a ser ni corta ni fácil; somos los más y tenemos razón; venceremos, peleando. En cada fábrica, barrio y liceo; en cada sindicato y movimiento popular, un bastión de resistencia. ¡Contra la explotación capitalistas y los crímenes de la dictadura, acción directa de las organizaciones revolucionarias, acción directa del pueblo!

¡Viva la lucha de la clase trabajadora.

Viva el 1º de Mayo! LIBERTAD O MUERTE

**"PODIRAN FUSILARNOS
PERO NO DETENDRAN
LA LUCHA DEL PUEBLO"**



ENGLER
FERNANDEZ
MANERA
MARENALES
MUJICA
ROSENCOFF
SENDIC
WASSEN
ZABALZA
PAGINAS 10 y 11



SENDIC: LIDER REVOLUCIONARIO



el tupamaro



órgano del movimiento de liberación nacional · tupamaros ·

JUNTO A LOS TRABAJADORES JUNTO AL PUEBLO POR EL SOCIALISMO

Diciembre 1973.
Año 1.
Número 1.

**"EL PUEBLO REUNIDO Y ARMADO
EN DEFENSA DE SUS INTERESES"**



DÉSPIDOS: VIEJO INSTRUMENTO DE LOS PATRONES

ILEGALIZACION DE LOS PARTIDOS DE IZQUIERDA : FIN DEL URUGUAY LIBERAL

EDITORIAL PAGINA 2



el tupamaro



órgano del movimiento de liberación nacional · tupamaros ·

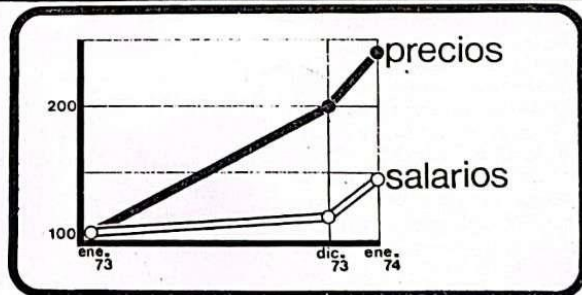
JUNTO A ARTIGAS, JUNTO AL PUEBLO, POR EL SOCIALISMO

ENERO 1974.
AÑO 1.
NUMERO 2.

**“EL PUEBLO REUNIDO Y ARMADO
EN DEFENSA DE SUS INTERESES”**

SALARIOS DE HAMBRE

PAGINA 8.



REHENES, TORTURA Y MUERTE EN LOS CUARTELES

PAGINA 24

ANALISIS DE AGOSTO: SU VIGENCIA

EN AGOSTO DE 1978, ALGUNOS INTEGRANTES DE LA DIRECCION DE NUESTRO MOVIMIENTO, DIERON UNA CONFERENCIA DE PRENSA A LOS DIARIOS 'LE MONDE' DE FRANCIA, 'EL MUNDO' DE ARGENTINA, Y A LAS REVISTAS 'YA!' Y 'MILITANCIA' DEL MISMO PAIS.

LA CENSURA IMPUESTA POR LA DICTADURA MILITAR QUE ABARCA, INCLUIVA, A LAS PUBLICACIONES EXTRANJERAS, IMPIDIO QUE EL TEXTO DE LA MISMA SE DIFUNDIRA EN NUESTRO PAIS EN AQUEL ENTONCES, SALVO CLANDESTINAMENTE.

LA VIGENCIA DE SU CONTENIDO ES TOTAL Y ELLO NOS REAFIRMA EN NUESTRA LUCHA, EN LAS IDEAS REVOLUCIONARIAS, EN NUESTRA CONCEPCION, REPRODUCIMOS SU TEXTO COMPLETO COMO UN APOORTE AL ANALISIS QUE, LA CLASE OBRERA Y DEMAS CLASES POPULARES, ASI COMO SUS ORGANIZACIONES POLITICAS, REALIZAMOS HOY, DE LA ETAPA QUE VIVIMOS.

-LA PRIMERA PREGUNTA QUE SE NOS OCURRE, Y SUPONEMOS QUE ES EL INTERROGANTE PRINCIPAL DE LOS SECTORES POPULARES, ES EN QUE CONDICIONES HA QUEDADO EL ESTADO OPERATIVO MILITAR DE LOS TUPAMAROS?

-Como todos conocen, los golpes represivos que ha recibido nuestra Organización han sido duros. Actualmente, a pesar de ello, se siguen realizando algunas acciones de carácter esencialmente propagandístico. De todos modos nuestra capacidad operativa no se puede medir por lo que aparece públicamente. Vivimos esencialmente un período de acumulación de fuerzas dentro del cual predomina la actividad política y las acciones

militares no pueden estar divorciadas de la lucha de masas.

- ¿QUE ANALISIS REALIZAN USTEDES DE LA ACTUAL SITUACION POLITICA DESPUES DEL GOLPE DEL DIA 27 DE JUNIO DE 1973 Y QUE PERSPECTIVA OFRECEN EL PROCESO?

- El golpe de estado se inscribe dentro del proceso de fascistización que se viene desarrollando desde tiempo atrás y que tiene como núcleo central a las FFAA. Nuestra organización caracterizó en febrero, en oportunidad de los comunicados 4 y 7 dados a conocer por los militares, que el proceso político que se desarrollaba en el país, se co

rrespondía con un proceso de fascismo dependiente en vías de consolidación. Este modelo político, en su verdadera esencia, ha venido gestándose desde años atrás y se corresponde con las nuevas formas de dominación que se dan las clases dominantes, en aquellos períodos de auge de la lucha de clases, dentro de un sistema agotado por la crisis económica y política. Este proceso ha tenido como eje la organización y sistematización de la violencia física, para imponer a cualquier precio la defensa del sistema capitalista, que es el orden de la propiedad privada y su sistema de explotación. Sus objetivos inmediatos son asegurar mano de obra barata a las grandes empresas y obtener la "paz social" en el orden interno. De ahí que se implantaran la reglamentación sindical, la ley fascista de la enseñanza, la férrea censura de prensa y disolvieran la C.N.T., a la vez que controlan cada día más los medios de comunicación, se suprime el parlamento y se castiga todo tipo de oposición.

Este proceso no se detendrá, vendrá aún mayor repre-



LAS FUERZAS ARMADAS SON LA NEGACION DEL EJERCITO ARTIGUISTA

sión contra el movimiento popular, a la vez que se acrecentará la dependencia con el imperialismo y, por ende, se agudizará como nunca la crisis económica, social y política. El imperialismo y sus aliados nacionales, pretenden hacer del Uruguay de hoy, lo que ya ensayaron con éxito transitorio en el Brasil. En este sentido, se apoyan en las FFAA, que constituyen un verdadero baluarte en la instrumentación de la política fascista, a la vez que actúan como recambio frente a la profunda crisis que afectaba a los partidos políticos tradicionales. Las FFAA, controlen directamente o no el Poder Ejecutivo, vienen a constituir la fuerza política suplementaria de que se valen las clases dominantes para salvar al capitalismo. Las contradicciones existentes, dentro de las FFAA se han venido resolviendo en una sola dirección. Día a día los militares más fascistas van desplazando progresivamente a algunos pocos militares que todavía pensaban en volver a la "Suiza de América" que fue el Uruguay liberal.

En perspectiva, el fascismo, con las FFAA al frente, irán barriendo todo tipo de oposición legal, desatarán mayor represión y miseria para el pueblo, a la vez que instrumentarán la política que les permita el control total del Estado.

Este proceso sólo culminará con la destrucción violenta del mismo, en el marco de la guerra popular de carácter prolongado. Cualquier otra especulación en torno a las variantes que pueda sufrir la actual situación, no pasan de ser ilusiones, que en nada contribuyen a la necesaria organización y toma de conciencia, por parte de la clase obrera y el pueblo.

-EN LA REPARACION PUBLICA DE LOS TUPAMAROS, EN EL RECIENTE COMUNICADO, USTEDES SEÑALAN 3 ASPECTOS AUTOCRITICOS: SUBESTIMACION DEL ENEMIGO, SUBESTIMACION DE LA CAPACIDAD DE LUCHA DEL PUEBLO Y TRAICIONES DE ALGUNOS MILITANTES. EN UN

SENTIDO MAS PROFUNDO, ¿QUE SIGNIFICAN ESTOS ELEMENTOS AUTOCRITICOS?

-Es conocido que hasta el año 1968 nosotros tuvimos un período dedicado casi exclusivamente a la construcción interna, diríamos que hasta ese momento las pautas estratégicas fundamentales estaban dirigidas a crear conciencia y organización.

Con el primer secuestro de Pereyra Reverbel se inicia otra etapa donde pasamos a incidir más directamente en la situación política del país. El cuestionamiento efectivo al régimen de Pacheco Areco desarrollado por el MLN, produce un amplio apoyo de masas y un crecimiento vigoroso hasta el año 1972. Este desarrollo se corresponde también con un vigoroso incremento de las tensiones en el seno de la sociedad, con una intensificación creciente de la crisis social y política. Nuestras acciones calaron muy hondo en el seno de los sectores populares pero especialmente en la mediana y pequeña burguesía que vivía un agudo proceso de radicalización. Esto incidió para que la composición social de nuestra Organización fuera cambiando paulatinamente.

A pesar de que los Tupamarios tienen sus más fértiles raíces en los cañaverales del norte uruguayo, junto a los obreros de las grandes plantaciones monopólicas del azúcar, en su desarrollo posterior van predominando los sectores estudiantiles y los empleados. Esta composición social fue determinando en el plano interno la hegemonía de la pequeña burguesía, que posteriormente se transformó en carencias ideológicas y políticas. Se confundió la dirección política de las masas con la acción militar como forma fundamental de la actividad de la vanguardia. Tampoco se tomó como eje central de nuestra actividad revolucionaria a la clase obrera.

- Y SOBRE LAS TRAICIONES QUE PUEDEN DECIR?

- Pensamos que éste es un aspecto de un problema más amplio: o sea el de la teoría



ARTIGAS: JEFE DEL EJERCITO POPULAR TAMBIEN FUE TRAICIONADO AL IGUAL QUE HOY POR LA OLIGARQUIA ABRASILERADA.

que se dan los revolucionarios para la construcción de la organización revolucionaria. Si en la construcción, como nos pasó a nosotros, se van debilitando los fundamentos ideológicos, se relativizan las cuestiones de principios, y se subestima la teoría, naturalmente se aumenta el aislamiento de los militantes con el pueblo en especial con la clase obrera, entonces es que surgen las actitudes individuales y las debilidades consecuentes.

Para nosotros Héctor Amodio Pérez representa la más alta expresión de las deformaciones y de la influencia pequeña burguesa en el seno de nuestra organización. Amodio, juntamente con Alicia Rey Morales y Arquímedes Píriz Budes se han puesto a espaldas de los intereses de la clase obrera y el pueblo, son traidores por lo cual han sido condenados a muerte.

- TAMBIEN SE AUTOCRITICAN DE SU POSICION ELECTORAL?

- No, consideramos que el apoyo crítico al Frente Amplio fue correcto, partimos de que deben utilizarse todas las formas de lucha. En ese entonces se asistía a un auge real de masas y la perspectiva de la lucha electoral con el grueso de la izquierda unida, indudablemente posibilitó ampliar el campo popular. Así mismo el marco de violencia en el que debió desarrollarse el mismo jugó un papel prepon



**REVISTA DE LA JUNTA
DE COORDINACION
REVOLUCIONARIA**

ELN

EJERCITO DE
LIBERACION
NACIONAL



EJERCITO
REVOLUCIONARIO
DEL PUEBLO



MOVIMIENTO DE
IZQUIERDA
REVOLUCIONARIA



MOVIMIENTO DE
LIBERACION
NACIONAL
(TUPAMAROS)

EDITORIAL:

JUNTA DE COORDINACION REVOLUCIONARIA
ORIGENES Y PERSPECTIVAS.

M. L. N. (TUPAMAROS):

BALANCE, SITUACION ACTUAL Y PERSPECTIVAS.

**REFORMISMO: ESTRATEGIA PARA
LA DERROTA**

ARGENTINA: EL P.R.T. POLEMIZA CON EL P.C.

BOLIVIA:

LA LUCHA ANTIFASCISTA.

MIGUEL ENRIQUEZ:

SITUACION PRE-REVOLUCIONARIA Y
PODER POPULAR EN CHILE.

HECHOS DE LA

GUERRA POPULAR:

SALUDO DE LA J.C.R. AL XVI ANIVERSARIO DEL
TRIUNFO DE LA REVOLUCION CUBANA.
LA COMPANIA DE MONTE EN ARGENTINA.



N°2

FEBRERO 75



Más hambre: ¡aumentan los alquileres!

DERROTAR AL GOBIERNO Y SUS SIRVIENTES:

RECUPEREMOS LA C.G.T.

palabra obrera

El día 10 de agosto de 1936 se celebró en Buenos Aires una reunión de la Comisión Ejecutiva de la C.G.T. que tuvo lugar en el local de la Federación Obrera de la Industria del Vestido. En esta reunión se discutió el programa de la C.G.T. para el momento actual, y se acordó que la C.G.T. debe ser una organización que defienda los intereses de los obreros y no los intereses de los patronos o del gobierno.

Claudicante posición argentina en la Conferencia

SILENCIO ANTE EL SOMFEMENTO

La Conferencia Internacional de la C.G.T. que se celebró en Ginebra el día 10 de agosto, tuvo lugar en un ambiente de gran tensión. Los delegados argentinos, que fueron encabezados por el compañero Juan B. Justo, mantuvieron una posición claudicante y no se opusieron a las resoluciones que favorecían a los intereses de los patronos y del gobierno.

Esta actitud claudicante de los delegados argentinos, que no se opusieron a las resoluciones que favorecían a los intereses de los patronos y del gobierno, es una muestra de la debilidad de la C.G.T. actual.

DECLARAR EL 10 DE SEPTIEMBRE DIA DE VUELO NACIONAL Y POPULAR

El día 10 de septiembre de 1936 se celebró en Buenos Aires una reunión de la Comisión Ejecutiva de la C.G.T. que tuvo lugar en el local de la Federación Obrera de la Industria del Vestido. En esta reunión se discutió el programa de la C.G.T. para el momento actual, y se acordó que la C.G.T. debe ser una organización que defienda los intereses de los obreros y no los intereses de los patronos o del gobierno.

DECLARAR EL 17 DE SEPTIEMBRE EL 1º DE MAYO (DÍA)

El día 17 de septiembre de 1936 se celebró en Buenos Aires una reunión de la Comisión Ejecutiva de la C.G.T. que tuvo lugar en el local de la Federación Obrera de la Industria del Vestido. En esta reunión se discutió el programa de la C.G.T. para el momento actual, y se acordó que la C.G.T. debe ser una organización que defienda los intereses de los obreros y no los intereses de los patronos o del gobierno.

Otro Decreto del hambre: aumentan los alquileres

El día 10 de agosto de 1936 se celebró en Buenos Aires una reunión de la Comisión Ejecutiva de la C.G.T. que tuvo lugar en el local de la Federación Obrera de la Industria del Vestido. En esta reunión se discutió el programa de la C.G.T. para el momento actual, y se acordó que la C.G.T. debe ser una organización que defienda los intereses de los obreros y no los intereses de los patronos o del gobierno.

El día 10 de agosto de 1936 se celebró en Buenos Aires una reunión de la Comisión Ejecutiva de la C.G.T. que tuvo lugar en el local de la Federación Obrera de la Industria del Vestido. En esta reunión se discutió el programa de la C.G.T. para el momento actual, y se acordó que la C.G.T. debe ser una organización que defienda los intereses de los obreros y no los intereses de los patronos o del gobierno.

DECLARAR EL 17 DE OCTUBRE EL 1º DE MAYO CRIOLLO

Considerando:

Que la clase obrera explotada por la oligarquía extranjera y nacional, siempre ha tenido un día para testimoniar su protesta contra la explotación de que era objeto;

Que el primero de mayo es el día internacional en el que los trabajadores testimonian su repudio a la explotación;

Que en los países como el nuestro, en donde a la lucha contra la explotación del hombre por el hombre se le superpone y se le combina la lucha por la liberación de la Patria de todo vasallaje internacional, los trabajadores tienen fechas que testimonian no sólo el repudio a la explotación, sino más especialmente el repudio a la explotación combinada nacional y social;

Que el 17 de Octubre es sin discusión la fecha que todo el pueblo trabajador de la Patria considera como su día de repudio a toda explotación no sólo nacional, sino social;

Que esto es más claro aún con el siniestro gobierno gorila.

Que esto no es menoscabar la importancia tradicional del 1º de Mayo, que se opone con saña a esa fecha;

EL CONGRESO DE LA C.G.T. RESUELVE;

1º) Declarar el 17 de Octubre día de protesta para todos los trabajadores argentinos, denominándolo 1º de mayo criollo;

2º) Declarar la huelga general siempre para ese día.

Se impone el voto directo en el Congreso de FOTIA... Página 3

Las Tendencias Peronistas ante La VUELTA de PERON

Como todos sabemos el peronismo es un gran movimiento de masas que está constituido fundamentalmente por la clase obrera, pero que tiene a su cabeza una mayoría de dirigentes burgueses. Por esa razón continuamente surgen dentro del peronismo tendencias obreras que luchan para darle al movimiento una orientación revolucionaria; por eso los dirigentes más ligados a la base, más combativos, más concientes, los más honrados, buscan un nuevo camino.

Hoy día las tendencias internas del peronismo se manifiestan más decididas que otras veces. Van más a fondo. Tal es el caso del Movimiento Revolucionario Peronista (M. R. P.) como por ejemplo que tiene entre los puntos de su programa darse una estructura organizativa re-



Año III—Norte Argentino, septiembre de 1964—Número 15

PRECIO \$ 10

ción en las luchas sindicales, al estudio de la teoría revolucionaria y con ella de la realidad del país; en una palabra apuntando el trabajo a la construcción del partido, sin dudar, sin dete-

promete a contener a las masas, a la clase obrera y al campesinado, para que abandonen la lucha revolucionaria, y en consecuencia dejen de amenazar al sistema capitalista que ya la gran

Como todos recuerdan ya el 18 de marzo se produjo un enfrentamiento de ese tipo en el gobierno frondizista que quería darle legalidad al peronismo

lar al peronismo es por la fuerza de los trabajadores. Como todos recuerdan ya el 18 de marzo se produjo un enfrentamiento de ese tipo en el gobierno frondizista que quería darle legalidad al peronismo

Felipe Vallese.

En Santiago hubo Cabildo Abierto

En Santiago del Estero, siguiendo ese plan de lucha, la C.G.T. Regional llamó a Cabildo Abierto los días 24 y 25 de Agosto, dando participación a distintos sectores.

La clase obrera en Santiago recién ahora está empezando a tomar participación en estas campañas de la C.G.T. y en estos actos del Cabildo Abierto se ha notado mayor presencia de trabajadores de base que han venido a enterarse de los puntos del plan y su discusión. Este acercamiento de los trabajadores de base es muy importante y se debe en gran parte a la in-

Los días 15, 16 y 17 de Agosto se realizó una reunión de Consejo Unificador ampliado del FRIP. Al Unificador asistieron 9 delegados plenos, los miembros del Ejecutivo Nacional y 1 delegado observador.

El temario considerado abarcó los siguientes puntos: 1.—Organización; 2.—Estatutos; 3.—Táctica; 4.—Prensa y Propaganda; 5.—Finanzas.

El FRIP, los militantes del FRIP, están trabajando intensamente en la consolidación interna del movimiento. Tenemos que definir una serie de problemas organizativos y tácticos; tenemos que organizarnos bien para que nuestro crecimiento, nuestro desarrollo no sea desbordado y al tuntun. Una organización revolucionaria es muy distinta a un partido burgués. Al partido burgués solo le interesa

crecer numéricamente, fija como su objetivo el crecimiento numérico, el incremento de votos. En cambio el partido revolucionario, si bien dá gran importancia al crecimiento, le coloca en un plano secundario; lo principal es la calidad de los cuadros, la moral, la homogeneidad, y su ligazón con las masas. Cada nuevo militante que se incorpore debe ser un verdadero revolucionario, debe haber pasado antes—como aspirante del FRIP—por el aprendizaje práctico de la lucha de clases, y por el aprendizaje teórico del estudio revolucionario.

El Unificador ampliado trató y tomó resoluciones sobre estos problemas organizativos y tácticos de tanta importancia. Dichas resoluciones se imprimirán a mimeógrafo para su distribución entre militantes y simpatizantes.

intervención a los trabajadores de esos lugares. La explicación que ha dado el dirigente porteño Rachini para no aceptar este proyecto del FRIP y de otros grupos que pidieron algo parecido, es que el Plan de Lucha está bien dirigido y que ellos desde Buenos Aires sabían bien lo que hacían, pero creemos que ese no es el caso, porque los obreros no son simples muñecos que escuchan y aceptan lo que digan los dirigentes, sino que todos sean dirigentes o no, deben saber y poner en práctica el plan en cada lugar.

Ckari, huarmi masisniycu: Ama ckechuchina cuychischu; Sayacuychis. Nockai cuan sujllayaychis, sujlla callpa cananchispaj.

Hombres y mujeres, nuestros semejantes: No permitais que se os quite, que se os despoje; paraos, resistid. Unios a nosotros para que seamos una sola fuerza.

EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO GLORIA A LOS HEROES DE TRELEW

LOS PATRIOTAS DE TRELEW MURIERON COMO
EI CHE



ANA MARIA DE SANTUCHO
ERP

CARLOS ASTUDILLO
FAR

ADRIAN TOSCHI
ERP



ALEJANDRO ULLA
ERP

SUSANA DE YOFRE
MONTONEROS

MIGUEL A. HOLTÍ
ERP



PEDRO R BONET
ERP

MARIANO PUJADAS
MONTONEROS

MARIO DELGADO
ERP



CARLOS DEL REY
ERP



M.A. SIRELLI
ZAR



ALFREDO BOHON
ERP



JOSE MENA
ERP



CLARISA L. PLACE
ERP



EDUARDO CAPELLO
ERP



SEGUNDO SUAREZ
ERP

¡CARTAS A LOS ASESINOS DEL PUEBLO!
¡NINGUNA TREGUA AL EJERCICIO DE LOS PODERES!
¡A VENCER O MORIR POR LA ARGENTINA!

COMPAÑEROS:

¡HASTA LA VICTORIA SIEMPRE!

LLAMAMOS A CONCURRIR A LA **MARCHA AL CONGRESO** EL 22/11/77
PARA EXIGIR

LA EXTRADICION DEL CRIMINAL DE GUERRA CAS DE CORBETA SOSA PARA QUE SEA SOMETIDO A JUICIO POPULAR

QUE LA CIUDAD DE TRELEW SEA DENOMINADA HEREDERA DE TRELEW

QUE EN LA CIUDAD HEREDERA DE TRELEW SE LEVANTE UN MONUMENTO A LOS MARTIRES DE LA BASE ALMIRANTE ZAR



PRT

ERP

www.eltopobiniado.com/



ESTRELLA ROJA



ORGANO DEL
EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO

No. 42

lunes 21 de octubre de 1974

\$ 2.00



¡EL FASCISMO SERA DERROTADO!

Compañeros HUGO, HECTOR y ANIBAL ¡Hasta la victoria siempre!

'HUGO' nació en 1952. Hijo de familia pobre. El padre, obrero de un taller metalúrgico, la madre mucama de un hospital. Estudió en una escuela técnica hasta el tercer año.

Allí comenzó a sentir las contradicciones del sistema capitalista, la ideología corrompida de los profesores, la absurda y arbitraria disciplina burguesa del colegio y la enseñanza al

servicio de la clase explotadora. Sintió odio por todas las injusticias. Su avidez por buscar la raíz de los problemas lo llevó al estudio de libros sobre política, el socialismo y el marxismo-leninismo. Abandona sus estudios para ir a trabajar a un taller, donde sufre la explotación, 9 horas diarias y un sueldo miserable.

Esto lo ayuda muchísimo en la comprensión de cuál es la salida para la liberación del hombre.

Luego trabaja de plomero en un hospital. Su práctica le incorpora nuevos conocimientos sobre la realidad de este injusto sistema social, basado en valores burgueses:

la explotación, el individualismo, la competencia.

Allí ve cómo se mata a un anciano rico para heredar su fortuna, cómo se le hace cesárea a una parturienta normal para incrementar las ganancias.

Ya su conciencia le reclama una práctica



para cambiar esta sociedad. Con extraordinaria lucidez ve el camino revolucionario y se lanza en busca de su puesto de lucha en alguna

organización revolucionaria.

EDUARDO

Es cuando cumple el servicio militar

ERNI HOLD

obligatorio, que consigue conectarse con nuestro ERP.

('HUGO')

Con verdadera pasión abraza la causa de su pueblo.

Con iniciativa y eficacia resuelve las tareas que se le

confían. En mayo del 74 se organiza en un equipo militar. Aquí demuestra todas sus virtudes proletarias: humilde, fraterno, preocupado por resolver los problemas del Partido, elevada moral de combate, espíritu de sacrificio, lo que hace que la dirección del Partido lo promueva a aspirante en junio. Estaba madurando como cuadro revolucionario cuando es capturado herido y con vida por el enemigo en la acción de ajusticiamiento de un miembro de las FF.AA. contrarrevolucionarias. Fiel al Partido en la sangrienta tortura, no proporcionó el más mínimo dato al enemigo, el que en su cruel impotencia, lo asesina. Así hasta el último momento de su vida, dió muestras de su extraordinaria moral revolucionaria.

HUGO, quienes te conocimos, en el Partido y en el pueblo, sabemos que estás siempre vivo en cada tarea, en cada combate, en el largo y luminoso camino de la guerra revolucionaria, que supiste abonar con tu generosa sangre proletaria.

La construcción del EJERCITO DE LOS ANDES

Poco tiempo antes del heroico cruce de los Andes para dar la libertad a Chile San Martín escribía:

"Si no puedo reunir las mulas que necesito me voy a pie. El tiempo me falta, el dinero idem la salud mala, pero vamos tirando fuerte la tremenda. Es menester ahora hacer el último esfuerzo en Chile". "Ya estamos en capilla para nuestra expedición. Por esto puede calcularse como estará mi triste y estúpida cabeza. Baste decir que para moverme necesito trece mil mulas pero todo esto es preciso proveerlo sin un peso. Pero estamos en la inmortal provincia de Cuyo y todo se hace. No hay voces, no hay palabras para expresar lo que son estos habitantes". "Para el 6 de febrero estaremos en el valle del Aconcagua, y para el 15 ya Chile es de vida o muerte".

Y el valiente pueblo de las provincias cuyanas dio las trece mil mulas y el 8 de febrero de 1817 (dos días después de lo dicho) estaba todo el Ejército de los Andes reunido en el valle del Aconcagua y el 12 el triunfo coronaba las armas de la revolución en Chacabuco.

Era la culminación del gigantesco esfuerzo de todo un pueblo en la construcción del glorioso Ejército Patriota y de la decisión, perseverancia y capacidad político-militar de su jefe, el Gral. San Martín.

La organización del Ejército de los Andes es uno de los hechos más extraordinarios de la historia militar. Su origen data de 1814. San Martín estaba convencido que el único camino a la victoria de la guerra por la independencia eran los Andes y el Pacífico, es decir primero derrotar a los españoles en Chile y definitivamente en Perú donde se concentraba su mayor poderío. Con el objetivo de organizar una poderosa fuerza militar, aceptó el gobierno de las provincias de Cuyo (Mendoza, San Juan y San Luis).

Si bien el Ejército de los Andes contó con un núcleo central de soldados enviados por el



gobierno desde Buenos Aires, cientos de mendocinos patriotas se incorporaron voluntariamente a sus filas. Así a fines de 1815 contaba con cerca de 6.000 hombres de las tres armas, entre veteranos y milicianos. En ese momento estaban medianamente armados y pertrechados, era pues necesario proveerlo de acuerdo al objetivo que se proponía: cruzar los colosales Andes y librar las batallas definitivas contra el enemigo español. El equipamiento del Ejército de los Andes fue realizado en base a los esfuerzos del pueblo cuyano, y el de los propios soldados que dieron todo de sí en pro de la justa causa de la independencia de América. San Martín organizó el gobierno de las provincias de acuerdo al plan militar. El propio pueblo debía proveer a la subsistencia del Ejército. Así organizó un régimen

PORQUE EL E.R.P. NO DEJARA DE COMBATIR

COMPARAR ESTA ES LA DECLARACION QUE LA PRENSA OCCIDENTAL Y TENDIENDO CONVICIONEMENTE DEFENDIENDO LA FAUSA POLITICA DEL AJUS TUCIARIATO DE ALEMAN.

Respuesta al Presidente Cámpora

El Gobierno que el Dr. Cámpora preside representa la voluntad popular. Responderemos con la misma voluntad, nuestra organización no ataca el nuevo gobierno cuando aba de atacar el pueblo al a la guerrilla. Nuestra organización seguir combatiendo valientemente a los enemigos y a las fuerzas armadas contrarrevolucionarias. Pero no dirigiremos ningún ataque contra las instituciones gubernamentales ni contra ningún miembro del gobierno del Presidente Cámpora.

En cuanto a la policia, que evidentemente depende del Poder Ejecutivo, cuando estos uiles nos atacaron como acción auxiliar del ejército nacional, el E.R.P. respondiendo los ataques contra ella a partir del 25 de mayo, y en la ciudad de Buenos Aires comenzamos a combatir, nosotros no colaboramos con el ejército en la persecución de la guerrilla y en la reorganización de las manifestaciones populares. Tal es la posición de nuestra organización, que siempre actuamos públicamente y sin difusión de las actividades del Fronte Popular.

En efecto, el Presidente Cámpora en sus intentos de desmoralizar ha pedido a la guerrilla una tregua para "comprar" a no el estatus en la zona de la libertad y vamos a lograr ningún tipo de "tregua". Este pedido surgió como consecuencia de varias acciones de la guerrilla y antes de que el encuentro de Cámpora y el ajusticiamiento de Iribarren, se entienda claramente que el pedido del Presidente Cámpora implica la suspensión total del acción guerrillera. Incluyen las acciones contra el ejército y contra las grandes empresas explotadoras.

Algunos antecedentes historicos

Para dar nuestra respuesta a esta declaración, para comprender la actitud que nuestra organización ha resuelto adoptar a partir del 15 de mayo, necesitamos recordar al Presidente Cámpora algunos antecedentes de la polifica nacional.

En septiembre de 1955 la dirección del movimiento polifico que el Fronte Popular representa aconsej al pueblo "a marchar contra", "salir a la guerra civil", "separar". Los militares aprovecharon la desorganización y desmoralización de la clase obrera y el pueblo para preparar una, asesinar las organizaciones populares, la Junta militar que se de mayo de 1955 fue la de los oligarcas y capitalistas. El pueblo, en cambio, no sintió necesidad y fué silencioso y desconfiado de sus mejores hijos.

En 1955 la dirección de la organización polifica que el Fronte Popular representa aconsej al pueblo salir a la revolución nacional de Frondizi y dar un apoyo a este gobierno y a su equivo para cumplir con su programa de "liberación nacional". El pueblo siguió este consejo y el resultado se fue todo conocido. Frondizi prometió trabajar con la independencia y en realidad renunció inmediatamente la soberanía imperialista. Frondizi prometió libertades democráticas y en realidad dió una linea al ejército para, con el plan GOBERNAR, ejecutar la revolución reaccionaria. Frondizi prometió entregar democráticamente las organizaciones obreras intervenidas a sus verdaderos dueños y en realidad las entreg a la burguesía traidora y letr una nueva revolución contra el activismo obrero y el nacionalismo en África, haciendo a gran parte de las dirigencias obreras, en gran medida con la ayuda de la "movion peronista" agitada por Verdon, como ahora la hace suoni, para enganar a las masas y complacer a los dirigentes y activistas locales a su clase.

En 1955, poco después del 25 de mayo la dirección del movimiento polifico que el Fronte Popular representa pidió al pueblo "desarrollar hasta que salga", dejar acción al nuevo gobierno militar de Ongnia para que el cumpliera con la "Revolución Nacional" anuncio de los Rugos de guerra de guerra, Jannar, Riquelme, Jacono y Ca., no colabor en apoyar el desarrollo de la Dictadura Militar, aprovecharon a Ongnia en su viaje a Tucumán, el 8 de mayo de 1955 despartando y alentando operaciones en espionaje contra de las masas. Ongnia y el ejército y los militares aprovecharon esta tregua para levantar eficientemente y reprimir al pueblo, a desmoralizar, a liquidar la nueva dirección revolucionaria que comenzaba a surgir.

Hoy, de la misma manera, el Presidente Cámpora, pide a la guerrilla una tregua. La experiencia nos indica que no puede haber tregua con los enemigos de la patria, con los explotadores, con el ejército opresor y las empresas capitalistas explotadoras. Que detener a disminuir la lucha se permitirá reorganizarse y pasar a la ofensiva.

Hoy, ya no estamos dispuestos a ser enganados una vez más, ni estamos dispuestos a contribuir con el engaño que se prepara contra nuestro pueblo.



No. 22

Número 28 de febrero de 1977

\$ 48.00

PARTE DE GUERRA

AL PUEBLO ARGENTINO:

EN EL DIA DE LA FECHA, SIENDO LAS 8,30 HORAS LA UNIDAD ESPECIAL "BENITO JORGE URTEAGA" DEL ERP POR INDICACION DEL BURO POLITICO DEL PRT PROCEDIO A HACER DETONAR UNA CARGA EXPLOSIVA DEBAJO DE LA PISTA PRINCIPAL DEL AEROPARQUE JORGE MENERY CON EL OBJETIVO DE DESTRUIR EL AVION PRESIDENCIAL Y AL ASESINO VIDELA.

POR CAUSAS DE ORDEN TECNICO NO SE LOGRO EL OBJETIVO FINAL A PESAR DE HABER DETONADO UNA DE LAS CARGAS EXPLOSIVAS.

EL BRAZO DE LA JUSTICIA POPULAR ES LARGO Y SABRA AJUSTAR CON LOS ASESINOS Y TURTORADORES DEL PUEBLO ARGENTINO.

EL PUÑO DE ACERO DE LA VANGUARDIA ARMADA DEL PUEBLO SABRA LUCHAR INCANSABLEMENTE HASTA LOGRAR EL TRIUNFO TOTAL SOBRE LA MAS BARBARA Y SANGRIENTA DICTADURA MILITAR QUE JAMAS HAYA SOPORTADO NUESTRO PAIS.

¡GLORIA AL COMANDANTE SANTUCHO!

¡GLORIA A LOS MARTIRES DE LA DICTADURA!

¡A VENCER O MORIR POR LA ARGENTINA!

UNIDAD ESPECIAL BENITO JORGE URTEAGA
EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO

